



UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE  
ÁREA DE HISTÓRIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

JÓINA FREITAS BORGES

**OS SENHORES DAS DUNAS E OS ADVENTÍCIOS D'ALÉM-MAR:  
PRIMEIROS CONTATOS, TENTATIVAS DE COLONIZAÇÃO E  
AUTONOMIA TREMEMBÉ NA COSTA LESTE-OESTE  
(SÉCULOS XVI E XVII)**

NITERÓI

2010

**JÓINA FREITAS BORGES**

**OS SENHORES DAS DUNAS E OS ADVENTÍCIOS D'ALÉM-MAR:  
PRIMEIROS CONTATOS, TENTATIVAS DE COLONIZAÇÃO E  
AUTONOMIA TREMEMBÉ NA COSTA LESTE-OESTE  
(SÉCULOS XVI E XVII)**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial à obtenção do Grau de Doutora em História.

**Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Regina Celestino de Almeida.**

NITERÓI

2010

JÓINA FREITAS BORGES

**OS SENHORES DAS DUNAS E OS ADVENTÍCIOS D'ALÉM-MAR:  
PRIMEIROS CONTATOS, TENTATIVAS DE COLONIZAÇÃO E  
AUTONOMIA TREMEMBÉ NA COSTA LESTE-OESTE  
(SÉCULOS XVI E XVII)**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial à obtenção do Grau de Doutora em História.

---

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> MARIA REGINA CELESTINO DE ALMEIDA  
ORIENTADORA- Universidade Federal Fluminense - UFF

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> JACIONIRA COÊLHO SILVA  
Universidade Federal do Piauí - UFPI

---

Prof. Dr. JOHN MANUEL MONTEIRO  
Universidade de Campinas - UNICAMP

---

Prof. Dr. RONALDO VAINFAS  
Universidade Federal Fluminense - UFF

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> ELISA FRÜHAUF GARCIA  
Universidade Federal Fluminense - UFF

## DEDICATÓRIA

Aos tremembés de Almofala,  
por suas lutas, pela sua força e pela inspiração...

Especialmente à  
Raimundinha Tremembé  
(*in memoriam*)

## AGRADECIMENTOS

Sempre trago em meus trabalhos a seguinte frase de Sérgio Buarque de Holanda:

“Nado do que vive, se exprime impunemente em vocábulos”.

Como historiadora, é um compromisso, que assumo na minha escrita, de lembrar que o que escrevo é sempre menor do que o que foi vivido, e esta tese reflete exatamente a máxima do grande historiador, não apenas no resultado das pesquisas que realizei, que são apenas uma perspectiva dos acontecimentos ocorridos, mas enquanto processo de escrita que me absorveu de corpo e alma ao longo desses anos. Tal processo não aconteceria sem a participação de algo maior à minha volta, e que não se apreende apropriadamente através das palavras: a força das pessoas que fazem parte da minha vida.

Desta forma, agradeço primeiramente a Deus, pela minha vida, pela saúde para terminar este trabalho e pelas pessoas que colocou em meu caminho e que me ajudaram a caminhar.

Aos meus pais, Mariana e Noronha (*in memoriam*) agradeço meu alicerce, minha educação, a credibilidade que sempre depositaram em mim, e à minha mãe, principalmente, o exemplo de força e de superação.

Ao professor Orlando Mota Maia, meu *paidrasto*, sempre otimista e prestativo, responsável pela revisão ortográfica do trabalho, que lhe enviei sempre com pressa, mas que ele executou com o rigor e a responsabilidade que lhes são característicos, obrigada, mesmo.

À minha irmã Carla, que me deu ânimo nos momentos difíceis, deu-me alegria, e ainda teve a paciência de transcrever os “terríveis” documentos do século XVI, que trazemos ao final do trabalho para aqueles que não têm como acessar tais fontes.

À minha orientadora, professora Maria Regina Celestino, por aceitar-me como orientanda diante de tantos compromissos que tem, e por ter mostrado-me a Nova Historiografia Indígena, apresentando-me a autores essenciais para o meu crescimento profissional. Agradeço à leitura atenta, às críticas construtivas e ao incentivo.

À Universidade Federal Fluminense, pela realização do DINTER, que nos concedeu a honra de ter, nas salas de aula da UFPI, os professores: Ronaldo Vainfas, Norberto Ferreras, Theo Lobarinhas, Jorge Ferreira e Ana Maria Mauad aos quais sou muito grata pelas discussões produtivas. Aproveito e agradeço a todos os meus colegas de turma os quais colaboraram para ampliar meus conhecimentos, especialmente àqueles com os quais realizei mais “trocas”: Kennedy, Santiago, Francisco, Júnia e minha querida Sônia, que através dos telefones da vida, incentivávamos uma a outra na realização de nossos trabalhos.

Aos mestres do Curso de História da UFPI, que lutaram pelo DINTER, e ainda àqueles aos quais muito devo dos meus aprendizados, os quais me ajudaram nessa tarefa, que nunca termina, de me construir enquanto historiadora, obrigada professores: Alcides Nascimento, Pedro Vilarinho, Edwar Castelo Branco, Fonseca Neto e João Kennedy (meu primeiro orientador). Um obrigada especial ao meu querido professor Santana, pelas gostosas discussões sobre teoria da história.

Obrigada às minhas eternas mestras: Conceição Lage (minha madrinha orientadora), Jacionira Coêlho e Sônia Campelo, pelos ensinamentos pacientes a esta historiadora, que me fizeram transformar, também, em arqueóloga.

Ao professor Babi Fonteles, que me apresentou e me fez apaixonar pelos tremembés.

Aos tremembés, pelo aprendizado, verdadeiro, do que é perseverança.

Ao Francisco Levi Jucá Sales, pela transcrição do manuscrito do Projeto Resgate, tarefa difícil, que ele realizou com distinção e ao João Paulo, que me possibilitou o contato com o Levi, além das conversas agradáveis sobre os índios do Ceará.

Obrigada à Ana Luísa Lage, por ter me ajudado com o abstract.

A todos os meus alunos do Curso de Arqueologia, os quais tiveram que ter paciência com a professora sempre envolvida com sua tese de doutorado, especialmente à Herla, Igor, Dinoelly, Jurandir e Hebert que realizaram trabalhos de campo no Sítio Seu Bode e acabaram por se envolver com o estudos dos seus vestígios e dos homens que os deixaram.

Aos meus colegas do Curso de Arqueologia da UFPI, que tiveram paciência com as minhas faltas em algumas reuniões e menos envolvimento nos assuntos relativos ao curso, em virtude da confecção desta tese, e à Elvina, que me socorreu na execução de algumas das minhas obrigações como professora.

Às duas secretárias do DINTER: Inez, de sorriso amplo e sempre prestativa, me salvando nas trapalhadas da entrega do material, e D. Eliete, também simpática e eficiente no seu trabalho.

Aos participantes do Simpósio Índios na História, da ANPUH, de São Leopoldo e de Fortaleza, os quais não há como aqui citar todos os nomes, mas cujas discussões ajudaram-me bastante na construção do meu referencial teórico. Agradeço principalmente ao professor Jonh Monteiro, com suas observações sempre perspicazes; ao Edson Silva pelo seu exemplo de militância; ao Ricardo Pinto de Medeiros que também se descobriu entre a arqueologia e a história e, especialmente, ao colega Lígio Maia, que me conseguiu um texto quase inacessível e ainda me disponibilizou sua tese de doutorado mal saída do forno, se tornando uma das referências do meu trabalho.

Agradecimentos muitos especiais aos professores da banca de qualificação: Professor Ronaldo Vaifas e Elisa Frühauf, pela leitura dos meus escritos em construção e pelas observações e críticas pertinentes.

Agradecimento de coração, à minha tia Luzia que acolheu-me em Campinas em um momento bastante delicado, dando-me toda a força; e à minha amiga Ieda e sua família de quem fui hóspede no Rio de Janeiro.

Aos meus cunhados Artur e Maristela os quais acolhi em minha casa, num momento final de tensão e ansiedade desta tese, aos quais devo desculpas por ser uma anfitriã tão ocupada e muito grata pela paciência e motivação que me deram. Artur, meus sentimentos pela sua perda recente.

Sou também grata a todos meus amigos do Holo, que fazem parte do meu crescimento como pessoa, especialmente ao Joni e suas vibrações azuis.

Um obrigada especial à minha terapeuta Dr<sup>a</sup>. Maura, responsável pela minha saúde emocional, sem a qual sei que não conseguiria chegar até aqui.

Ao meu *terapeuta-torto* Sansão, que durante um momento tão racional, me ajudou a aliviar o estresse, e me fez tirar os pés do chão.

Àqueles que cuidaram de minha casa, dos meus bichos e, principalmente, da minha família, enquanto eu estava tão ocupada: Domingas, Marlene e José. Muuuuuito obrigada.

Por fim, todos os agradecimentos do mundo, à minha família no Piauí: àqueles que constantemente me mostravam que a vida é bem maior do que uma tese de doutorado, como diria SBH, e que, com amor, ajudaram-me nas minhas dificuldades, curaram minhas feridas e ainda souberam, pacientemente, me esperar diante das intermináveis horas em frente ao computador: Ao meu irmão Lívio, Naira e Bianca; ao Isaac, meu pequeno, que nunca viu a mamãe sem estudar, e que já sabe mais sobre uma tese de doutorado, do que muita gente grande por aí, obrigada pelos seus –“bom-dia flor do dia!” –, que me animavam para continuar trabalhando; ao Gabriel, meu rapaz, virou homem enquanto eu escrevia, e mesmo assim soube respeitar minhas ausências, obrigada pela paciência; ao meu irmão/filho André, “grandão”, obrigada pela sua responsabilidade em casa e também pela paciência; Jailton, meu amor, obrigada por tudo: por me incentivar, por me aguardar enquanto eu escrevia, por me ajudar com os meninos, por ler o trabalho e ainda me ajudar nos cansativos “finalmentes”, você foi além do apoio moral, você participou do processo, você me deu força... esta tese também é sua.

*“Eu tô vendo assim: A gente lê documentos de não sei quantos tempos atrás. De muito tempo atrás, um século, dois séculos, três séculos... Aí a gente fica vendo tudo como era. E fica perguntando assim: Esse povo, quem era? Aí foi constatado em tal canto que era tremembé, a pesquisa mostrou isso, era tremembé, era! Os tremembé foram pra onde? Se mudaram. E voltaram de novo! Que somos quem? Somos nós, essa geração nova que tá aqui, que tamo vivendo no cotidiano a mesma situação que os nossos parentes, os nossos antepassados passaram há séculos atrás! Nós tamo aqui! Lutando, apenas passando um filme, né? Voltando [fez sinal de retrocedendo com as mãos]. Pra gente realmente poder rever o que aconteceu, pra poder daqui pra frente a gente ver se nós vamos ter, realmente, força, de darmos continuidade, pra que no futuro essa mesma história seja revista, de novo, como tá vendo agora. E que possa, realmente, ter um futuro assim... Uma vantagem: A gente viu isso, aconteceu isso, e nós mostramos mesmo assim: Quinhentos anos se passaram, passou, e nós tamos aqui! E vai chegando, e mais quinhentos anos, tudo de ruim aconteceu! Mas no meio dessa ruindade toda que aconteceu, a gente continua sobrevivendo”.*

Raimundinha Tremembé.

## RESUMO

Este trabalho, através de uma perspectiva interdisciplinar, que se propõe a agregar as novas tendências teóricas e conceituais da história, da antropologia e da arqueologia, visa analisar os primeiros duzentos anos de contatos entre os indígenas e os europeus na costa norte brasileira, chamada, nos séculos XVI e XVII, de Costa Leste-Oeste. A Costa Leste-Oeste era habitada por povos pescadores-coletores-caçadores há milênios. Em janeiro do ano de 1500, no contexto dos descobrimentos espanhóis na América, os navegadores Vicente Yañez Pinzón e Diego de Lepe fizeram uma aportada no litoral do Ceará, e percorreram a costa até o rio Amazonas. Desde então, a Costa Leste-Oeste passou a ser frequentada com certa assiduidade pelos europeus. A partir destes “descobrimientos”, ocorreram contatos, conflitos e negociações com os nativos da costa. Após alguns anos, com a doação das Capitânicas Hereditárias no Brasil, houve, por pelo menos três vezes no século XVI, tentativas portuguesas de colonização, as quais foram frustradas. Um dos principais elementos a que é atribuído o fracasso dos colonizadores portugueses, é a atuação histórica dos indígenas que viviam na costa e regiões adjacentes, os quais eram conhecidos, genericamente, pelo termo “tapuias”, e que não colaboraram na instalação dos núcleos coloniais. Tal proposição firma-se a partir da análise dos documentos do século XVII, através dos quais foi possível perceber que sem a colaboração indígena era quase impossível, aos adventícios, a concretização da colonização da Costa Leste-Oeste. Nos anos Seiscentos, portugueses, franceses e holandeses tentaram estabelecer guarnições, para efetivar núcleos colonizadores entre as praias do litoral ocidental do Ceará e oriental do Maranhão, porém, não conseguiram manter-se por muito tempo no território que ainda era dominado pelos índios tremembés. Estes índios, por sua vez, realizando o comércio de mercadorias tais como âmbar-gris, pau-violeta e até escravos, com diferentes estrangeiros que frequentavam suas praias, conseguiram permanecer na “zona fronteira” (Bocara, 2005) do processo de colonização, *negociando* nessa parte da Costa Leste-Oeste, até o final do século XVII, ainda com bastante autonomia sobre seu território.

**PALAVRAS-CHAVE:** Índios da costa; Costa Leste-Oeste; Tremembés; Autonomia indígena; Séculos XVI e XVII.

## ABSTRACT

This work, through an interdisciplinary perspective, which proposes to add the new theories and concepts of history, anthropology and archeology, aims to analyze the first two hundred years of contacts between the Indians and Europeans in the northern Brazilian coast, called in sixteenth and seventeenth centuries, of East-West Coast. The East-West Coast was inhabited by fishermen-gatherers-hunters for a long time. In January 1500, in the context of the Spanish discoveries in America, the navigators Vicente Yañez Pinzon and Diego de Lepe had landed on the Ceara coast, and walked upto Amazon River. Since then, the East-West Coast began to be frequented by Europeans more often. From these “discoveries”, there were contacts, conflicts and negotiations with the local natives. After a few years, with the donation of hereditary captaincies in Brazil, there were at least three times in the sixteenth century attempts of Portuguese colonization, which were frustrated. A key element given to the failure of Portuguese colonizers is the historical role of indigenous people who lived on the coast and adjacent regions, which were generally known by the term “tapuias”, and they did not cooperate with the installation of colonial cores. This proposition is supported by the analysis of seventeenth century documents, by which it is noted that without the Indigenous collaboration was impossible, to foreigners, to complete the East-West Coast colonization. In years six hundred, Portuguese, French and Dutch tried to establish garrisons to accomplish core settlers between the beaches of the western coast of Ceará and Maranhão Eastern coast, however, could not remain long in the territory which was still dominated by Indians Tremembés. These Indians, by trading goods such as âmbar-gris, pau-violeta and even slaves, with other foreigners who frequented beaches, were able to stay in the “zone Fronterea” (Boccaro, 2005) of the colonization process, trading in this part of East Coast-West, until the late seventeenth century, remainig with enough autonomy over their territory.

Key-Words: Indians of the Coast, East-West Coast; Tremembés; Indigenous autonomy; XVI and XVII Centuries

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>MAPAS</b>	<b>p.</b>
Mapa 1: Detalhe da Costa Leste-Oeste (HOMEM, REINEL. P, REINEL. J, ca. 1519).....	47
Mapa 2: <i>Charta cosmographica...</i> (APIANO, 1555).....	58
Mapa 3: Detalhe do Atlas do Maranhão (ALBERNAZ I, ca. 1629).....	69
Mapa 4: <i>Mapa-múndi</i> de Ptolomeu [ca. 100 – ca. 178].....	83
Mapa 5: Percurso da viagem de Pero Alonso Niño (PEREZ, 1991).....	114
Mapa 6: <i>Mapa-múndi</i> de Juan de la Cosa (1500).....	120
Mapa 7: Detalhe da legenda de Juan de la Cosa.....	121
Mapa 8: Itinerário de Pinzón (PEREZ, 1991).....	122
Mapa 9: Detalhe da <i>Carta nueva...</i> (RIBEIRO, 1529).....	162
Mapa 10: Altas de Guillaume Le Testu (1555-1556).....	183
Mapa 11: Pergaminho <i>Le Brésil</i> (CLAYE, 1579).....	189
Mapa 12: <i>Plano da Costa do Brasil ...</i> (s/a, 1750).....	227
Mapa 13: <i>Capitainerie de Maragnan</i> (AA, ca. 1729).....	228
Mapa 14 : Detalhe do <i>Atlas do Maranhão</i> (ALBERNAZ I, ca. 1629).....	235
Mapa 15: Detalhe com localização do Fortim do Ceará (ALBERNAZ I, ca. 1629).....	241
<b>FIGURAS</b>	
Figura 1: Correntes marítimas.....	103
Figura 2: Distribuição dos ventos no Atlântico.....	103
Figura 3: Desenho de Gerritz (1627).....	237
<b>FOTO</b>	
Fotografia 1: Vestígios do Sítio Seu Bode (BORGES, 2002).....	43

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

**ABN** – Anais da Biblioteca Nacional (Rio de Janeiro)

**AHU** – Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa)

**BNF** – Bibliothèque Nationale de France (Paris)

**COLLECCIÓN** – de Documentos Inéditos Relativos al Descubrimiento, Conquista y Organización de las Antiguas Posesiones Españolas de Ultramar (Madrid)

**DIJB** – Documentos Inéditos sobre João de Barros (BAIÃO, 1917)

**HCPB** – História da Colonização Portuguesa do Brasil

**MACC** – Manuscritos do Arquivo da Casa de Cadaval Respeitantes ao Brasil (RAU; SILVA, 1956)

**PARES** – Portal de Archives Espanholes

**PRAHU** – Projeto Resgate de Documentação Histórica Barão do Rio Branco dos Documentos do Arquivo Histórico Ultramarino

**RIC** – Revista do Instituto do Ceará

**RIHGB** – Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

***Os Senhores das Dunas e os Adventícios D’Além Mar:***  
**primeiros contatos, tentativas de colonização**  
**e autonomia tremembé na Costa Leste-Oeste.**  
**(SÉCULOS XVI e XVII)**

**SUMÁRIO**

<b>Introdução.....</b>	<b>14</b>
<b>1 Os Senhores das dunas: primeiros habitantes da costa .....</b>	<b>36</b>
1.1 Os senhores das dunas e o sítio arqueológico Seu Bode.....	42
1.2 Os povos das dunas e a chegada dos agricultores.....	50
1.3 De indígenas a canibais, de canibais a tapuias .....	56
1.3.1 “Canibais” .....	57
1.3.2 “Tapuias” .....	60
1.4 De tapuias da costa a tremembés .....	68
<b>2 Primeiros Contatos: entre o esconder-se, o “maravilhamento” e o conflito .....</b>	<b>81</b>
2.1 A “descoberta” de <i>Mundus Novus</i> .....	83
2.1.1 Primeiras navegações.....	85
2.1.2 Navegações ibéricas.....	88
2.1.3 Do périplo africano ao imprevisto americano.....	90
2.1.4 Notícias do <i>orbe novo</i> .....	94
2.2 Em busca da Terra Firme .....	98
2.3 Encontros e desencontros .....	105
2.4 Santa M <sup>a</sup> de la Consolación e Rostro Hermoso: “descobertas” na Costa Leste-Oeste ....	117
2.5 Primeiros relatos sobre os “tapuias” da Costa Leste-Oeste.....	122
2.6 Costa Leste-Oeste: táticas de “homens belicosos” .....	128
2.7 De acordo com as circunstâncias: da paz à guerra.....	137
<b>3 Tentativas de Colonização na Costa Leste-Oeste – Século XVI .....</b>	<b>146</b>
3.1 A chegada dos portugueses .....	151
3.2 Primeira tentativa de colonização portuguesa .....	156
3.3 Segundas intenções: ouro e colonização .....	168
3.4 Negócios indígenas e índios como negócio.....	177
3.5 Tapuias, potiguares e franceses na Costa Leste-Oeste.....	186

<b>4 Autonomia Tremembé na Costa Leste-Oeste: estratégias de resistência e negociações - Século XVII .....</b>	<b>194</b>
4.1 Tentativas de conquista do pelos caminhos dos tapuias .....	197
4.1.1 Conquista pelas trocas e pelas armas.....	197
4.1.2 Conquista pela cruz.....	202
4.2 A França Equinocial.....	210
4.2.1 Os tupinambás do Maranhão.....	211
4.2.2 Os “tapuias” do Maranhão .....	215
4.3 Emergências tremembés.....	218
4.3.1 Os “tapuias bárbaros” de Jericoacoara .....	218
4.3.2 Martim Soares Moreno e os índios dissidentes do Maranhão .....	221
4.4 “Nação” dos tremembés .....	225
4.5 Domínio tremembé na Costa Leste-Oeste.....	229
4.5.1 Os tremembés: entre o encobrimento e a selvageria .....	232
4.5.2 Os tremembés durante a ação dos holandeses .....	236
4.6 Autonomia tremembé.....	244
<b>Considerações Finais.....</b>	<b>256</b>
<b>Bibliografia.....</b>	<b>261</b>
<b>Apêndices .....</b>	<b>299</b>
Apêndice A – Transcrição parcial do <i>Asiento con Vicente Yañez Pinzón</i> (1501) .....	299
Apêndice B – A viagem de Diego de Lepe (1500).....	302
<b>Anexos .....</b>	<b>310</b>
Anexo A – <i>Asiento con Vicente Yañez Pinzón</i> (1501).....	310
Anexo B – <i>Doação da Capitania no Brasil</i> (1535).....	317
Anexo C – <i>Privilégios da Capitania de João de Barros</i> (1535) .....	322
Anexo D – <i>Doação das Minas de Ouro e Prata ... a João de Barros e Outros</i> (1535) ....	324
Anexo E – <i>Copia de Ciertos Capítulos de la Carta de Luis Sarmiento</i> (1535).....	328
Anexo F – <i>Carta de Luis Sarmiento a Su Magestad</i> (1536) .....	330
Anexo G – <i>Mercê a João de Barros referente à sua capitania do Brazil</i> (1561) .....	334
Anexo H – <i>Minutas de petições de Jeronimo de Barros</i> (ca. 1570) .....	335
Anexo I – <i>Certidão referente a uma questão...da capitania de João de Barros</i> (1564) ...	337
Anexo J – <i>Público Instrumento... na baía de Jurucacoara.</i> (1614) .....	338
Anexo L – Transcrição Paleográfica do Anexo J (F <sup>co</sup> . Levi S. Jucá) .....	348



Sob o tema “*Os senhores das dunas e os adventícios d’além-mar: primeiros contatos, tentativas de colonização e autonomia tremembé na Costa Leste-Oeste (séculos XVI e XVII)*”, analisa-se, através da articulação de fontes escritas, iconográficas (mapas coevos) e arqueológicas, e à luz das novas tendências teóricas e conceituais da história e da antropologia, os primeiros duzentos anos de contatos entre os indígenas e os europeus, na costa setentrional brasileira.

A costa norte brasileira, durante os séculos XVI e XVII, era comumente chamada de Costa Leste-Oeste, em virtude dos ventos e correntes marinhas, que ali se deslocam nessa direção.

Um dos primeiros depoimentos registrados, sobre essa condição da costa, vem de um dos tripulantes da expedição, comandada pelo espanhol Diego de Lepe, que percorreu o litoral norte em fevereiro e março de 1500. Luís de Valle (COLLECCIÓN, 1894, p. 213)<sup>1</sup>, que em depoimento no ano de 1515, sobre a viagem realizada, mencionou que de “Rostro hermoso”, local onde aportaram no Ceará, até o Amazonas<sup>2</sup>, a costa “corria” leste oeste.

Cronistas portugueses do século XVI, igualmente, registraram essa característica da costa, como Gândavo ([1575] 1858, p.4) que ao descrever a Província de Santa Cruz, informou que a: “[...] costa pela banda do Norte corre do Oriente ao Ocidente e está olhando diretamente a Equinocial [...]”; Gabriel Soares de Sousa ([1587] 1971, p. 47) também repetiu a informação, ao afirmar que do rio Amazonas ao rio Grande (Parnaíba-PI) “[...] corre a costa leste-oeste [...]”.

Diogo de Campos Moreno ([1614] 2002, p. 29) na sua *Jornada do Maranhão por Ordem de Sua Majestade feita o ano de 1614*, transformou o que era característica, em nome, ao se referir à “[...] Conquista da costa leste-oeste [...]”. E assim seguiram informações e documentos que faziam menção à costa setentrional brasileira como Costa Leste-Oeste.

A fórmula repetiu-se na historiografia: Capistrano de Abreu (1960, p. 63), Almeida Prado (2003, p. 120), Sérgio Buarque de Holanda (2003, p. 213), John Hemming (2007, p. 275), para citar alguns exemplos, todos estes se referiram à costa norte brasileira como Costa Leste-Oeste.

Assentada nos documentos e na historiografia, essa nomenclatura (que foi adotada com iniciais em maiúsculo, para salientar a delimitação do espaço) pareceu a mais conveniente

---

<sup>1</sup> “[...] de allí corrió la costa leste ueste [...]”. Probanza hecha á petición del Fiscal, según interrogatorio de veinticuatro preguntas. Palos, 1º out. 1515.

<sup>2</sup> Da foz do rio Amazonas em diante há abrupta uma inflexão da costa para o norte, onde segue o litoral do Amapá.

para este trabalho. Levando-se em consideração que um dos objetivos propostos é analisar os contatos e relações ocorridos entre os nativos e os adventícios em uma parte da costa norte brasileira, observou-se que a característica dos ventos e correntes marítimas, imprimiu algumas peculiaridades, as quais influenciaram no processo histórico acontecido, desde os últimos anos do século XV ao século XVII, como será visto nos capítulos adiante. Outro motivo para trabalhar especificamente com o termo Leste-Oeste é que ele possibilita delimitar mais a área escolhida para o estudo, já que este termo não encerra toda a costa setentrional, pois do Rio Amazonas em diante, a costa pende para o Norte<sup>3</sup>.

A área mais enfocada pelo trabalho não corresponde, contudo, a toda a Costa Leste-Oeste, e sim, a uma delimitação que inclui litoral ocidental do Estado do Ceará, todo o litoral do Piauí e a parte oriental da costa maranhense. Esta delimitação, por sua vez, corresponde à área de ocupação dos índios tremembés<sup>4</sup>, conforme a maior documentação disponível sobre esses índios, a partir do século XVII<sup>5</sup>.

A escolha dos tremembés repousa sobre trabalhos anteriores dessa autora (BORGES, 2004, 2006)<sup>6</sup>, realizados nos sítios arqueológicos do litoral do Piauí, nos quais foi possível, através de pesquisa histórica e datação arqueológica, associar parte do profuso material

<sup>3</sup>Na costa do Amapá imperam outros condicionantes históricos, tal como a repartição realizada pelo Tratado de Tordesilhas (1494) que conferia a posse das terras aos espanhóis, além da ocupação de outros grupos nativos, como os do tronco linguístico aruaque e caribe, essa maior complexidade exigiria um trabalho a parte.

<sup>4</sup>Os etnônimos indígenas adotados no trabalho, não obedecem à convenção lingüística-antropológica, segundo a qual os nomes próprios das etnias, quando de origem indígena são escritos em letras iniciais maiúsculas e não flexionam. A 1ª Reunião Brasileira de Antropologia foi realizada em 1953, e estabeleceu uma padronização para nomes das sociedades e das línguas indígenas no Brasil, a qual chamou-se *Convenção para a Grafia dos Nomes Tribais* (<[http://www.labeurb.unicamp.br/elb/historia\\_nocoos/nota\\_geral\\_grafia\\_indigena.htm](http://www.labeurb.unicamp.br/elb/historia_nocoos/nota_geral_grafia_indigena.htm)>). Como o nome da Convenção, “Tribais”, alguns conceitos ficaram obsoletos, e conforme se observa com o avançar dos estudos indigenistas, muitas denominações indígenas, as quais se acreditava que eram autodenominações, são nomeações do outro. Como dizer o que é e o que não é indígena em relação aos etnônimos, levando-se em consideração a complexidade dos processos históricos entre os grupos ágrafos e os que dominavam a escrita? Além do mais, cremos, como Fonteles Filho (2003, p.8), que a palavra no plural expõe a “[...] multiplicidade de modos de existência social [...]” dos grupos indígenas, enquanto que a falta de flexão, sugere a falta de dinâmica, sugere o engessamento que os estudos atuais sobre os indígenas pretendem demolir.

<sup>5</sup>Existem referências sobre os tremembés no litoral leste do Maranhão (barra do rio Turiaçu) até o rio Caeté, no Pará (DOMINGUES, 1952; NIMUENDAJÚ, 1987), entretanto, Domingues mistura fatos, ocorridos no Rio Tutóia (MA) e no Parnaíba (PI), como se tivessem acontecido na foz do rio Turiaçu. Nimuendajú em seu *Mapa Etno-Histórico* (1987) apresenta os tremembés na foz dos rios Turiaçu, Gurupi, Piriá e Caeté, mas utiliza algumas das fontes de Domingues.

<sup>6</sup>Trabalhamos com os sítios arqueológicos do litoral piauiense desde o ano 2000, dentro do quadro de pesquisas realizadas pelo NAP – Núcleo de Antropologia Pré-Histórica da Universidade Federal do Piauí, onde começamos como bolsista do PIBIC (CNPq) e, atualmente, dentro do quadro de professores efetivos do Curso de Arqueologia e Conservação da Arte Rupestre da UFPI, coordenamos o Grupo de Estudos Arqueológicos do Litoral Piauiense. Nossos trabalhos arqueológicos são, contudo, preliminares, em virtude de não terem sido realizadas escavações sistemáticas na região litorânea. Espera-se que essa pesquisa histórica contribua para o estudo dos sítios litorâneos, os quais possuem complicada morfologia para escavações, por se situarem em dunas movediças, que impedem a constituição de uma estratigrafia. Na realidade, as duas disciplinas, história e arqueologia, devem, ainda, muitas contribuições para o melhor entendimento dos grupos indígenas que viviam no litoral setentrional brasileiro.

cerâmico encontrado na superfície dos sítios estudados, a esses índios, de certa forma, reconhecidos por historiadores regionais, profissionais e diletantes, como os primeiros habitantes da região<sup>7</sup>.

A partir do contato com esses espaços de ocupação tremembé, na costa piauiense, surgiu o interesse de entender como foram encetadas as primeiras relações entre os indígenas e os adventícios, na então chamada Costa Leste-Oeste, procurando desenvolver uma análise que entendesse a presença humana na região, a partir de uma abordagem que valorizasse a participação histórica dos nativos que, como afirma Monteiro (2001, p. 13), têm comumente seus papéis de atores, elididos pela bibliografia convencional. No caso dessa costa, a própria presença dos europeus foi subestimada pela historiografia tradicional, por não se haver efetivado, nos dois primeiros séculos após o descobrimento, um núcleo colonizador duradouro.

Com a demarcação temporal, séculos XVI e XVII, pretendeu-se lançar, ainda, um olhar panorâmico, em virtude da falta de estudos mais aprofundados, tanto em nível histórico, como em nível arqueológico que possibilitassem investigações mais minuciosas na região em questão. Partiu-se de informações arqueológicas ainda preliminares, para se caracterizar os grupos humanos que habitavam a Costa Leste-Oeste da época dos primeiros contatos com os europeus, e continuou-se a investigação através de mapas e documentos escritos datados até o início de Setecentos.

A hipótese central que norteia o trabalho é a de que os grupos indígenas que ocupavam uma grande porção da Costa Leste-Oeste, uma parte deles a partir do século XVII chamados de “tremembés” (também “taramembés”, “trememés”, dentre outras variações), mantiveram autonomia em seu território, mesmo perante a constante abordagem europeia (espanhóis, franceses, portugueses e holandeses, principalmente) e as tentativas de colonização realizadas durante os séculos XVI e XVII, antes de se aldearem, no início do século XVIII.

Objetiva-se, assim, demonstrar que a maior fração da costa norte do Brasil não pode ser considerada como espaço colonizado nos séculos XVI e XVII, pois só a partir do século XVIII vai haver uma gradual incorporação dessa área ao domínio colonial. Alguns documentos de meados ao final do século XVII<sup>8</sup>, além de relatos de cronistas, como dos

---

<sup>7</sup> Entre os historiadores que trataram das primeiras ocupações litorâneas no Piauí, destacam-se as obras de Odilon Nunes (1972, [1975] 2007) e Padre Cláudio Melo (1985). No Ceará, merecem relevo os trabalhos de Thomás Pompeu Sobrinho (1934, 1951, 1955, 1980) e de Carlos Studart Filho (1965, 1966).

<sup>8</sup> Publicados nos Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (ABN, v. 26, 1905, passim; ABN, v. 66, 1948, p. 65, 69, 75, 83) e nos Manuscritos do Arquivo da Casa de Cadaval – MACC organizados por Virgínia Rau e Maria Fernandes Gomes da Silva (v. I, 1956, passim).

jesuítas Betentorf ([1699] RIHGB, 1910, p. 317-320; 373 et seq) e Teixeira de Moraes ([1692] RIHGB, 1877, p. 153-155), são bastante elucidativos no sentido de demonstrar as demandas pela redução dos “índios de corso”, não apenas por causa das “hostilidades” por eles cometidas, mas devido às suas relações com os holandeses e outras “nações”, que iam comercializar em suas praias, chegando a adentrar nos sertões. Esses documentos expõem, não apenas a fragilidade do sistema colonial e a falta de controle sobre o litoral ocidental do Seara (Ceará) ao oriental do Maranhão, no raiar de Setecentos, como também o discurso produzido sobre os “índios da costa”, que cambiava de “selvagens” a “pacificados” e que, até o final do século XVII, em negociação com portugueses, franceses e holandeses, indistintamente, não poderiam ser considerados reais vassallos de Sua Majestade.

Almeida (2003a, p. 29) explica que de acordo com as circunstâncias históricas e dentro de suas próprias motivações e interesses, os indígenas alteravam suas relações com os europeus, assim, a condição de aliado ou inimigo cambiava com frequência. Por vezes, “[...] na condição de colaboradores, ou mesmo de vencidos, os índios buscavam seus próprios ganhos, ainda que fosse através da negociação de perdas [...]”. Em outros casos, como no dos aimorés, não havia negociação, sendo mantida uma posição de franca hostilidade. Da mesma forma como os europeus logo tiraram proveito das hostilidades existentes entre os grupos indígenas, os índios também se valeram dos conflitos entre os europeus, e assim, “[...] ao perceberem o impacto negativo das alianças, os índios não titubeavam em mudar de lado quantas vezes considerassem necessário [...]”.

Esses processos de negociação, em alguns casos, propiciaram uma maior autonomia entre os grupos indígenas, principalmente em regiões de “fronteira”, as quais, colocando de forma objetiva, de acordo com Vainfas (1992, p. 31), são “[...] áreas incompletas ou precariamente dominadas pelo estrangeiro [...]”.

Para sustentar a hipótese da autonomia indígena nessa costa, algumas questões de ordem conceitual devem ser elucidadas. Um dos pontos que merece ressaltado é o próprio conceito de autonomia adotado.

Analisando os novos movimentos sociais, Gohn (1997, p. 135, apud, FONTELES FILHO, 2003, p. 15) afirma que a autonomia:

[...] não é vista de forma que os grupos e movimentos se isolem mas, ao contrário, como a conquista ou a construção de um processo interativo, formado à base de relações sociais novas, de caráter diferente. Por isso o processo de construção de alianças, de formar redes sociais e culturais [...].

Partindo do pressuposto de que os grupos indígenas, como quaisquer outros grupos humanos, realizavam suas relações sociais, endógenas e exógenas, de maneira dinâmica e que a cultura é um constante processo de construção inter-relacional (BARTH, 2000; BOCARRA, 2000; 2001; FERGUSON, 1990; HILL, 1996; POUTIGNAT; STREIFF-FÉNART, 2008; SIDER, 1994), não há porque não aplicar o conceito de Gohn, também aos grupos indígenas do passado que, como outros grupos humanos, definiram sua autonomia através dos processos de construção de fronteiras<sup>9</sup>.

A noção de autonomia utilizada perpassa, então, por uma ideia de autonomia interdependente<sup>10</sup>, através da qual os grupos indígenas, especificamente no caso desse trabalho, os da Costa Leste-Oeste, em diferentes graus, conseguiram negociar identidades, conservar seus territórios, ter poder de decisão e controle sócio-político, preservando uma *autonomia relacional*, a partir das diferenciadas relações que estabeleceram com os *outros* (nativos e adventícios).

O que significou, de maneira prática, essa autonomia? Enfatizando o caráter relacional, deve-se ter em conta que essa autonomia *não* significou, de forma alguma, ausência de negociações com outros grupos ou falta de transformações culturais, econômicas, políticas e sociais, na trajetória histórica destes povos; nem que os territórios foram mantidos intactos, com suas fronteiras imunes ao contexto da penetração europeia ou às movimentações dos grupos indígenas vizinhos.

O elemento principal a ser destacado, na questão da autonomia dos índios da Costa Leste-Oeste, e no século XVII especificamente dos tremembés, é que, frente às novas relações sociais articuladas a partir do contato com os europeus, eles construíram maneiras de se manter autônomos em seus espaços. Isto significa que mesmo duzentos anos após a chegada e a presença dos adventícios nas suas praias, e apesar das tentativas de colonização, grande parte do espaço de ocupação indígena, na Costa Leste-Oeste, nos séculos XVI e XVII, não se convertera em espaço colonial até o início do século XVIII; ou seja, ainda era área de domínio dos tremembés.

---

<sup>9</sup> U ma fronteira social (e dentre todas as dimensões que esta implica, a territorial) só pode ser construída a partir de certa autonomia que permite aos grupos humanos elaborar sua alteridade perante os outros (cf. BARTH, 2000; POUTIGNAT; STREIFF-FÉNART, 2008, p. 166-175).

<sup>10</sup> Autonomia interdependente é uma concepção de Edgar Morin (1999, p. 277-290), que preza pela aplicação do princípio de complexidade, para conceber (dentro das ciências) o homem como um ser físico, biológico, cultural e psíquico. Compreendemos que as relações sociais humanas também só podem se reproduzir dentro deste paradigma da complexidade. Assim, as atividades culturais, econômicas, sociais, dentre outras de uma dada comunidade, mesmo quando autônoma, acontecem de maneira interdependente entre estas diversas esferas da vida social do grupo e entre as relações que este grupo estabelece com outros.

Para se enunciar tal proposição, é necessário esclarecer as concepções de território e espaço utilizadas. Segundo Milton Santos (2006, p. 38), a “[...] configuração territorial é dada pelo conjunto formado pelos sistemas naturais existentes em um dado país ou numa dada área e pelos acréscimos que os homens superimpuseram a esses sistemas naturais [...]”.

A partir dessa noção, enfatiza-se o domínio indígena sobre o território, sublinhando que este domínio não deve ser analisado somente sob o princípio do *uti possidetis*, que prioriza o controle político e militar de uma região, mas, como chamou atenção Santos, deve ser considerada a relação entre as ações humanas realizadas sobre os sistemas naturais de tal território, ou seja, a posse depende de uma relação com o ambiente. Sob esse ponto de vista, ressalta-se, então, a interação histórica que os indígenas da Costa Leste-Oeste possuíam com a paisagem praiana, constituindo aquilo que Dannenmaier (2008) chama de “conexão distintiva” com o território<sup>11</sup>.

Os indígenas possuíam o *savoir-faire* da utilização dos recursos costeiros, sabiam como se movimentar no amplo espaço, enquanto os europeus reclamavam das dificuldades impostas pela natureza da região. Por isso, os nativos são aqui chamados de *senhores das dunas*, por que eram eles que detinham, através do uso e do conhecimento, a posse efetiva do território.

Essa posse efetiva, contudo, não se configura na posse perene, tampouco se concretiza através de fronteiras estanques. O *uti possidetis* indígena está vinculado à realização social do território, que se dá através da ação dos grupos humanos, ao construírem seus espaços. Santos (2006, p. 38-39) explica que a “[...] configuração territorial, ou configuração geográfica, tem, pois, uma existência material própria, mas sua existência social, isto é, sua existência real, somente lhe é dada pelo fato das relações sociais [...]”.

De acordo com Certeau (2008, p. 202, grifos do autor), “[...] *o espaço é um lugar praticado*”: os lugares abrigam os diversos espaços de movimentação humana, onde são efetivadas as práticas culturais, políticas, econômicas, sociais, artísticas, afetivas, dentre outras, tornando-se, desta forma, espaços vividos. O espaço, para Certeau, é o resultado das ações, dos movimentos que nele se desdobram. Nesta mesma linha, Santos (2006, p. 66)

---

<sup>11</sup> Dannenmaier (2008) utiliza o conceito de conexão distintiva de modo a enfatizar o vínculo diferencial que os povos indígenas de todo planeta possuem com seus territórios. Estes povos possuem um relacionamento único com a terra e o meio ambiente natural, ligado a uma relação tradicional cultural e espiritual, bem como, de subsistência. Segundo o autor, a conexão com a terra está presente em muitas das declarações públicas indígenas, que reconhecem sua relação com seus territórios, como uma distinção da qualidade de indígena, não apenas do seu estilo de vida, mas, sobretudo, da sua identidade. É importante destacar que Dannenmaier ressalta a relação histórica que os grupos nativos têm com suas terras, portanto, não se trata de um conceito essencialista, mas que prioriza as relações de interação entre as culturas indígenas e o meio ambiente.

propõe que o espaço é animado pela vida, ou seja, pelas ações humanas sociais, individuais ou coletivas (p. 34).<sup>12</sup>

A partir dos conceitos de espaço de Michel de Certeau e de Milton Santos, acima propostos, argumenta-se que nos lugares onde há preponderância das relações sociais e políticas indígenas, onde imperam as práticas culturais nativas, os territórios devem ser compreendidos como espaços indígenas, e não como espaços coloniais.

Um espaço colonial deve ser um lugar que abriga “práticas” coloniais, onde a política, as sociabilidades, a economia e a própria cultura, passam a ser construídas, mesmo que de forma mesclada, mestiça, como coloca Gruzinski (2003), em termos de uma “ocidentalização”, em termos da implantação da “civilização”. Nesses casos, onde impera a ordem colonial, os espaços indígenas assumem outro conceito de território, que corresponde, mais especificamente, à noção de territorialização proposta por Pacheco de Oliveira (2004, p. 23): “[...] É uma intervenção da esfera política que associa – de forma prescritiva e insofismável – um conjunto de indivíduos e grupos a limites bem determinados [...]”.

Alencastro (2000, p. 9) fornece um pressuposto básico para se trabalhar as relações entre nativos e adventícios, ocorridas na Costa Leste-Oeste: “Nossa história colonial não se confunde com a continuidade do nosso território [...]”<sup>13</sup>. O domínio colonial deu-se através de um processo de “aprendizado da colonização” (p. 11), no qual os espaços foram sendo aos poucos conquistados por diversos personagens, nem todos ligados à administração colonial. É necessário, portanto, pensar em termos de *enclaves coloniais*, e em áreas que fugiram, durante determinado tempo, à efetiva exploração ou domínio da metrópole, os *enclaves nativos*.

Bocara (2005) fala de zonas fronteiriças entre a “civilização” e a “barbárie”, limites construídos através de práticas de conquista e colonização, que geraram alteridade e etnicidade. Identidades contrastadas foram construídas (ele cita “carib” e “aruaca”), entre os que estavam dentro e o que estavam fora do processo civilizador, entretanto, os que estavam

---

<sup>12</sup> Certeau (2008, p. 167-217) analisa as “práticas de espaço” focado na modernidade e nas “práticas urbanas” (p. 172), contudo, seu conceito transcende a aplicação somente nos estudos de cidade, pois ele aborda o “espaço vivido”, a apropriação que os indivíduos fazem dos lugares, transformando-os em espaços de (con)vivência, espaços sociais. Os dois autores, apesar das abordagens teóricas bastante diferentes, encontram-se nessa perspectiva de valorização da vida, ou seja, das histórias ordinárias, cotidianas, acontecidas nos lugares. Apesar de Santos (2006), quando analisa os espaços chamados “pré-históricos”, naturalizar, por demasia, as ações humanas, seu conceito de configuração territorial é essencial para valorizar a posse efetiva que os nativos possuíam de seus territórios, já que, segundo esse autor, são as relações sociais que dão existência real ao território.

<sup>13</sup> O autor (ibidem, p. 9) refere-se, principalmente, a “[...] um espaço econômico e social bipolar, englobando uma zona de produção escravista, situada no litoral da América do Sul, e uma zona de reprodução de escravos, centrada em Angola [...]”, entretanto, ao longo da sua obra, deixa claro, como será observado mais à frente, os enclaves existentes na própria América portuguesa, afirmando (p. 20) que a Terra de Santa Cruz “[...] não era toda uma só [...]”.

às margens, ou seja, os chamados bárbaros, selvagens, “vagabundos” (p. 39), não foram simplesmente deixados de fora ou, no oposto, engolidos pela colonização. Boccara (2005, p. 39-41) dá exemplos das dinâmicas relações estabelecidas entre os europeus e os indígenas, nas quais estes conseguiram, em alguns casos, manter relativa autonomia. Assim, deve-se compreender que as fronteiras entre os enclaves coloniais e os enclaves nativos não eram intransponíveis, ao contrário, eram permeadas por complexas negociações.

A colonização da Costa Leste-Oeste é um bom exemplo de que os enclaves coloniais foram construídos, em algumas regiões, com maior dificuldade e exigindo maior tempo de negociação com nativos, os quais mantiveram seus espaços, enfrentando as práticas de conquista e colonização, através de processos de transculturação<sup>14</sup>.

A efetivação da ocupação portuguesa, na maior parte da costa setentrional, entre o Ceará e Pará, só ocorreu dois séculos depois do “descobrimento”. Nessa margem atlântica, a penetração portuguesa assemelhou-se ao trabalho de adentrar ao sertão, ou seja, foi a conquista do sertão à beira-mar, devido: ao sistema de ventos e correntes marítimas, que dificultavam a comunicação com a sede do governo-geral do Brasil; à própria morfologia do território, composto por dunas e baías que dificultavam o trânsito pelas praias; também por causa da presença constante de mercadores, piratas e corsários estrangeiros, que atacavam embarcações portuguesas e ainda negociavam diversos produtos com os nativos.

Alencastro (2000, p. 20) afirma que a costa setentrional brasileira deve ser observada como *espaço descontínuo*, em termos de exploração colonial, nos séculos iniciais:

[...] Por causa do sistema de ventos, das correntes e do comércio predominantes no Atlântico Sul, até o final do século XVII, e mesmo depois dessa data, a costa Leste-Oeste (a Amazônia propriamente dita, o Maranhão, o Pará, o Piauí e o Ceará) permanece dissociada do miolo negreiro do Brasil [...].

Diante de um sistema de colonização que, como afirma Alencastro (2000, p. 21, grifos do autor), além “[...] do poder de domínio (*dominium*), reivindica também o direito de propriedade sobre as terras a conquistar e a tutela dos povos conquistados (*imperium*) [...]”, é relevante reconhecer que alguns grupos nativos, mesmo inseridos no processo de colonização,

---

<sup>14</sup>O conceito de transculturação proposto por Fernando Ortiz em *Contrapunteo cubano del tabaco y el azúcar* (1987) foi assim explicado por Malinowski (1987, p. 5): “[...] *transculturación*, es un proceso en el cual siempre se da algo a cambio de lo que se recibe; es un ‘toma y daca’, como dicen los castellanos. Es un proceso en cual ambas partes de ecuación resultan modificadas. Un proceso no cual emerge una nueva realidad compuesta e compleja; una realidad que no es una aglomeración mecánica de caracteres, ni siquiera un mosaico, sino un fenómeno nuevo, original e independiente [...]”.

como os índios aldeados, conseguiram manter relativa autonomia, através de ações conscientes (agenciamentos), negociação e mesmo resistência, frente às imposições da administração colonial e/ou dos missionários religiosos.<sup>15</sup>

Em contrapartida, também é necessário enfatizar que outros grupos indígenas, dentre eles os tremembés, na Costa Leste-Oeste, conseguiram escapar do *dominium* e do *imperium*, por certo período de tempo, preservando maior autonomia sobre seus territórios e através de conflitos, negociações e interações com outros grupos nativos, e com diferentes estrangeiros (portugueses, franceses e holandeses, principalmente), seus espaços fugiram, por certo tempo, ao controle da administração colonial, ou seja, não se converteram em espaços coloniais, eram ainda espaços gerenciados pelos nativos.

Um dos principais fatores responsáveis pela costa norte permanecer à margem da colonização, contudo, foi um dos menos observados pela historiografia: é justamente a própria dinâmica social e política dos indígenas, que também souberam aproveitar dos citados elementos geográficos e geopolíticos na região, e assim realizaram maiores manobras em busca de seus interesses.

Como coloca Wolf (apud MINTZ, 1982, p. 505-506) as manobras humanas, individuais ou coletivas, tanto visam preservar, como transformar, formas sociais, culturais e políticas, dependendo das necessidades do momento. Dessa maneira, os indígenas da Costa Leste-Oeste durante o século XVI, e os nomeados tremembés, até o final do século XVII, realizaram negociações com os europeus, não apenas de mercadorias ocidentais, mas também realizaram negociações diplomáticas<sup>16</sup>, as quais lhe permitiram que continuassem como senhores de seus espaços, transformando suas relações, é óbvio, mas ainda respondendo pelo domínio de seus territórios.

Assim, parte da Costa Leste-Oeste, durante os primeiros duzentos anos após o “descobrimento”, apresenta uma história do fracasso da colonização, e boa parte da historiografia brasileira tradicional, que enfatiza a colonização portuguesa, não abordou os

---

<sup>15</sup> No Brasil, temos o exemplo do processo de ocupação colonial do Planalto Paulista, e, mais especificamente, na implantação dos aldeamentos no século XVI, trabalhados por John Monteiro (1994, p. 49-50), que destaca que os índios “[...] conseguiram preservar pelo menos alguns vestígios da organização política e identidade étnica. Ao que parece a autoridade do chefe foi resguardada, fornecendo uma base para certa autonomia dos grupos étnicos que faziam parte da população aldeada [...]”. Maia (2010, p. 38), por sua vez, dá o exemplo dos índios da Serra da Ibiapaba, que mesmo em um espaço colonial, o aldeamento, “[...] possuíam uma autonomia relativa [...], isto é, eles elaboravam e defendiam suas demandas, em contextos históricos específicos, desde que julgassem oportunas, ainda que estivessem no interior de uma estrutura social de dominação [...]”.

<sup>16</sup> Falamos de diplomacia no sentido lato, de ciência e arte de negociar, visando às defesas dos direitos e interesses de um dado grupo, não necessariamente de um Estado. Como é colocado no Houaiss (2004), além da habilidade para negociar, a diplomacia também sugere astúcia.

processos ocorridos na região, processos estes que ocorriam à margem dos enclaves coloniais, sem efetivação de núcleos civilizadores, missões religiosas, fortificações militares duradouras, ou seja, essa região não se constituiu, de fato, nos primeiros duzentos anos de colonização, na *América Portuguesa* trabalhada pela historiografia tradicional.

Varnhagen (1975, v.1, p. 196), por exemplo, destaca o espaço político de não efetivação da colonização como “malogro”, principalmente em virtude da configuração geográfica, que impediu o avanço português: “[...] essa parte do litoral não se podia afrontar, sem práticos mui conhecedores dela”. Enquanto que Capistrano de Abreu (1988, p. 84), afirmava: “A história do Brasil no século XVI elaborou-se em trechos exíguos de Itamaracá, Pernambuco, Bahia, Santo Amaro e S. Vicente [...]”.

Esse “malogro” da colonização, na Costa Leste-Oeste, nos dois primeiros séculos, repercutiu na falta de interesse dos historiadores tradicionais, focados principalmente em temas políticos e econômicos, concernentes à construção do Brasil Colonial.

A própria questão da descoberta da Costa Leste-Oeste (tema abordado no capítulo 2), como não foi obra portuguesa, foi deveras relevada pela historiografia brasileira. Apesar dos ícones, já citados, da nossa historiografia, como Varnhagen e Capistrano de Abreu já abordarem sobre a “descoberta” do Brasil na costa setentrional desde o século XIX, tal fato, na maioria das vezes, foi esquecido. Nesse sentido, merece destaque o comentário do Visconde do Porto Seguro (1975, t.I, p. 74) sobre as expedições espanholas na Costa Leste-Oeste: “[...] navegações de navios castelhanos, ao longo da costa do norte, não produziram nenhum resultado de consequência [...]” para a história do Brasil.

Por seu turno, Capistrano de Abreu, nos *Capítulos de História Colonial* (1988) argumentou sobre as duas correntes ibéricas responsáveis pelo “achamento” do Brasil: a ocidental, que fora executada pelos espanhóis, os quais chegaram à costa setentrional brasileira: e a oriental, através da qual os portugueses atingiram o litoral baiano. Contudo Capistrano (ABREU, 1988, p. 64) deu importância somente à segunda corrente, afirmando: “Interessa-nos apenas Pedr’Álvares”.

Certamente, os dois historiadores consideraram que as consequências da presença espanhola na Costa Leste-Oeste tinham sido nulas por não terem se efetivado núcleos colonizadores, e por não terem levado em conta as repercussões que os primeiros contatos com os europeus devem ter causado sobre as sociedades indígenas, pois para estas a chegada dos adventícios trouxe várias consequências, como será visto ao longo do trabalho.

Varnhagen e Capistrano fizeram escola. Vainfas (1999, p. 2) coloca, em relação à história escrita por Varnhagen, mas pode-se dizer que estende-se sobre a historiografia

brasileira, que a escrita da história no Brasil foi, durante muito tempo, predominantemente “lusófila”, “branca” e “elitista”.

Sobre a ascendência de Varnhagem sobre o tema indígena, Monteiro (2001, p. 32) demonstra, em uma análise crítica, que o trabalho do Visconde de Porto Seguro “[...] contribui para o processo de classificação de grupos indígenas em entidades fixas e atemporais [...]”, assim, os indígenas foram relegados, durante muito tempo, apenas à etnologia, sendo negligenciado pelos historiadores, como sentenciou o Varnhagen.

Observa-se, no mais, que esta foi uma tendência historiográfica mundial, pois além dos problemas teórico-metodológicos, como o conceito de cultura adotado, a falta de prática no tratamento da cultura material (já que os indígenas não deixaram história escrita), a escassez de documentos escritos e os muitos *filtros* dos poucos documentos existentes, dentre outros obstáculos que agodelhavam o trabalho do historiador pouco afeito, e pouco preparado para enfrentar a temática indígena, ainda houve uma grande influência de abordagens antropológicas que frequentemente trataram os grupos nativos a partir de propostas estruturalistas e funcionalistas, as quais tiveram papel preponderante no ostracismo histórico a que foram lançados os grupos indígenas. A classificação de Lévi-Strauss, por exemplo, em sociedades frias, a-históricas, movidas pelo mito, e sociedades quentes, históricas, movidas pelo progresso, é contundente nesse sentido (HILL, 1996, p. 1-19).

Os grupos indígenas se transformaram em “objeto”, “problemas” para as disciplinas antropológicas e arqueológicas e, assim, a história dos indígenas e de todos os povos considerados *pré-históricos* foi, por muito tempo, uma *história negada* (BORGES, 2004). No Brasil a história é inaugurada pelo colonizador europeu, e tudo que vem antes dele se torna *pré-história*.

Hill (1996, p. 16) classificou de *historicídio*, a remoção dos povos de suas próprias histórias, e pode-se dizer que também a remoção das histórias de seus povos, já que lhes foi negada, inclusive, as próprias identidades, em processos homogeneizadores, efetivados durante a conquista.

A inscrição européia se completou com a *escrita conquistadora*, como diz Certeau (2002, p. 9). Falando apenas em genocídio, etnocídio, aculturação, dizimação, a historiografia muitas vezes matou no papel. Foram desconsiderados os processos históricos de culturas humanas, que, como quaisquer outras culturas do mundo, e mesmo quando poucos indivíduos foram sobreviventes, tiveram que se adaptar às contingências do momento, mudando seus modos de viver, de compreender o mundo, mudando, inclusive a si próprios para continuar, sim, vivendo.

As relações sócio-culturais e políticas dos povos que aqui viviam, e os seus contatos iniciais com os adventícios, foram, desse modo, desconsiderados pela historiografia. E assim, o vácuo de informações históricas, na região do litoral setentrional brasileiro durante o século XVI foi associado ao “abandono português” na região, como se não houvesse ali mais gente da qual se pudesse falar.

Esse vácuo de informações é em muito derivado de um contexto histórico onde o poder colonial não pôde se instalar, e desta forma não pôde alimentar os arquivos com informações sobre a história desenrolada naquele lugar. Além do mais, como coloca Whitehead (1999, p. 388), os arquivos coloniais são resultantes dos registros do poder colonial, as “histórias coloniais” foram tratadas como extensões das histórias dos países europeus, que naquele momento se construíam enquanto Estados-Nações. Os indígenas, então, apareceram apenas como “pano de fundo” da história europeia que era escrita na América (CERTEAU, 2002).

Deve-se, com justiça, dizer que a escassez dos documentos escritos, sobre essa região da Costa Leste-Oeste é, realmente, um elemento complicador, na realização de estudos históricos no período proposto, logo, foi um dos maiores problemas enfrentados, na constituição dessa tese. O fato de não haver se efetivado nenhum núcleo colonizador, no espaço e tempo delimitados, resultou em grande exiguidade de documentação escrita.

Como os cronistas (navegadores, funcionários, administradores, religiosos, dentre outros potenciais “escritores”) estavam de passagem, *en passant*, também, são as referências escritas sobre os povoadores dessa porção da costa, nos séculos XVI e XVII. Por isso, procurou-se realizar uma abordagem o mais interdisciplinar possível, lançando mão de disciplinas, tais como, a antropologia, a arqueologia e a ecologia, para poder compreender os homens que habitaram e os que frequentaram a costa setentrional brasileira, nos anos Quinhentos e Seiscentos.

O capítulo 1, *Os Senhores das dunas: primeiros habitantes da costa*, parte dessa interdisciplinaridade. Nele são estudadas as primeiras ocupações humanas, na Costa Leste-Oeste, problematizando a relação entre os homens e o ambiente, enfatizando a dificuldade de se tentar apontar questões de ordem étnica, nos períodos pré-coloniais.

Já que as primeiras informações sobre os indígenas da região são de ordem genérica, sendo tratados por canibais, tapuias e índios da costa, impedindo uma caracterização mais precisa, enquanto grupo, nesse capítulo pretende-se lançar mão das poucas referências arqueológicas, históricas e etnográficas, existentes sobre as primeiras ocupações humanas na Costa Leste-Oeste, com o objetivo de caracterizar o modo de vida dessas populações que viviam à beira-mar. A abordagem adotada foge do caminho de essencializar os grupos

indígenas costeiros, buscando, ao contrário, caracterizar as relações que envolvem um modo de vida dinâmico, baseado na pesca, na caça, na coleta de moluscos e, inclusive, nas trocas de produtos com outros grupos indígenas e, depois, com os estrangeiros.

Esses *senhores das dunas* são caracterizados como populações pescadoras-coletoras-caçadoras, cujo modo de viver, eminentemente ligado ao aproveitamento dos recursos costeiros, também caracterizou os índios tremembés do século XVII, conforme informam cronistas e documentos.

A palavra *tremembé* só apareceu no início do século XVII, tratando-se de um claro processo de etnificação, mas, também de etnogênese, já que, os dois processos, como diz Boccara (2005, p. 45, tradução nossa) “[...] são as duas faces de uma mesma realidade [...]”, pois apesar das imposições, existem as conviências, assim como as reelaborações, as “bricolagens”, diria Certeau (2008), com a ordem dominante.

Um dos objetivos desse capítulo é problematizar esses processos, reconhecendo que, como afirma Hill (1996, p. 4) há uma grande divergência entre as identidades culturais, que surgiram no contexto da colonização, e as sociedades pré-contato, porém, como também coloca o autor, muitos povos indígenas conseguiram conservar diversos elementos de suas organizações sócio-políticas, adaptações ecológicas e culturais, que vinham de um passado pré-colonial.

Uma das proposições que norteiam essa tese é a de que os tremembés podem ser considerados descendentes dos grupos indígenas não-tupis, que ainda habitavam grande parte da Costa Leste-Oeste, quando da chegada dos primeiros europeus à região, no último ano do século XV (BORGES, 2006), compondo o rol daqueles indígenas, genericamente tratados por tapuias.

Para se trabalhar esse pressuposto, é imprescindível uma posição teórica que, apoiada principalmente em Barth (2000) e Poutignat e Streiff-Fénart (2008), adote um conceito de grupo étnico mais fluido<sup>17</sup>, apreendendo os grupos indígenas dentro de suas metamorfoses, como coloca Almeida (2003b), percebendo as transformações pelas quais passam as culturas indígenas, não apenas dentro do processo de contato com os europeus, mas mesmo antes dos adventícios chegarem. Tal perspectiva encaixa-se nos recentes estudos sobre etnicidade, nessa tese, destacam-se as contribuições de Neil L. Whitehead (1993; 1999), que aplica esses

---

<sup>17</sup>Na esteira de Gerald Sider, preferimos, sempre que possível, utilizar termos mais genéricos como grupos, povos, populações. Conforme Sider (1994, p. 121, grifos do autor): “[...] *I prefer to avoid the terms ‘ethnic’ and ‘tribal’, as much as possible, for these terms often have partly hidden real-world entailments that make them useable only with much caution, or as pointers to, not labels for, kinds of social groups and categories [...]*”

conceitos, estudando o nordeste da América do Sul (área próxima à delimitada para o estudo); Guillaume Boccara (2000; 2001; 2005), que analisa os processos de etnificação, mestiçagem e constituição de fronteiras; e R. Brian Ferguson (1990), que aborda o impacto imediato do contato com os europeus, entre as sociedades nativas.

Após delineados o espaço e a ocupação primeva do mesmo, passa-se a analisar as transformações imagéticas e ideacionais pelas quais passaram os grupos que ocupavam a costa setentrional brasileira, que aparecem nos primeiros mapas do século XVI como “canibais”, que passam, nos escritos dos cronistas do último quartel do século a serem descritos como “tapuias”, e que transformam-se, boa parte deles, no século XVII, nos tremembés.

Ainda no capítulo 1, procurou-se entender a construção do próprio etnônimo tremembé, o qual emerge no século XVII, nos documentos coevos, sem apresentar maiores detalhes do contexto de surgimento

No segundo capítulo, *Primeiros Contatos: entre o esconder-se, o “maravilhamento” e o conflito*, passou-se à análise da dinâmica dos primeiros contatos. Para tanto, partiu-se da necessária compreensão dos *outros* homens envolvidos no processo: os adventícios. Quais os motivos que os levaram a cruzar o mar-oceano? Desde quando eles se aventuraram às novas paragens?

Na busca por tais informações, as principais fontes analisadas foram documentos espanhóis, dentre os quais estão as capitulações e autorizações régias de viagens para as Índias Ocidentais (COLLECCIÓN, 1875; 1890a), assim como os relatos do cronista Pedro Mártir de Anglería ([1511-1516] 1989; [1493-1525] 1990), os quais forneceram indícios sobre a existência de expedições realizadas nos últimos cinco anos do século XV, principalmente espanholas, que poderiam ter chegado à Costa Leste-Oeste. Estas informações foram consideradas pertinentes ao estudo em questão, pois apesar de não apresentarem evidências diretas da ocorrência de contatos entre nativos e adventícios, elas indicam a possibilidade de tais contatos terem acontecido.

Para analisar o contexto de chegada dos europeus, se procurou demonstrar que as “descobertas” realizadas na costa setentrional sul-americana, e depois, na Costa Leste-Oeste brasileira, pelos espanhóis, estão intimamente relacionadas com a terceira viagem de Cristóvão Colombo às Índias Ocidentais (1498), assim como, com a execução de um plano

espanhol de descobrimentos e resgates no norte da América do Sul<sup>18</sup>. Para tanto, foram utilizadas bibliografia (principalmente ABADIA, 1991; NAVERRETE, 1829; PERÉZ, 1991) e fontes espanholas (sobretudo ANGLERÍA, [1511-1516] 1989, [1493-1525]1990; COLLECÍON, 1875, 1890, 1892, 1894; HERRERA y TORDESILLAS 1601-1605, GÓMARA, [1552] 1999), pouco trabalhadas pela historiografia brasileira.

É importante ressaltar, que a visão adotada insere a Costa Leste-Oeste diretamente no contexto da expansão marítima e econômica europeia, apesar de as fontes tratarem de maneira lacônica sobre a região, em virtude de constituir-se, no princípio do século XVI, área que não se sabia pertencente à Espanha ou a Portugal (em virtude das incongruências das bulas papais), sendo ainda disputada, clandestina e comercialmente, também por outros estrangeiros, notadamente os franceses, o que gerou o sigilo documental sobre as incursões realizadas.

Ferguson (1990), que demonstra como o impacto dos primeiros encontros entre nativos e europeus na Amazônia trouxe, dentre outras consequências imediatas, guerras, perturbação demográfica, conflitos pela aquisição de mercadorias europeias e dissensões, chama a atenção para o fato de o “contato com o Ocidente” (p. 248) ser uma abstração, sendo necessário estudar o conjunto de circunstâncias históricas concretas que engendraram tais processos.

Partindo dessa proposição, optou-se por delinear, nesse capítulo, sob quais motivações os europeus chegaram à costa setentrional brasileira, pois os escopos das empresas ultramarinas, por certo, influenciaram no tipo de relações encetadas entre nativos e adventícios. Um dos elementos verificados foi a precocidade do trato de escravos africanos, que como bem coloca Alencastro (2000, p. 42), “[...] atingia um volume importante e um alto grau de integração ao mercado atlântico, antes mesmo de estar conectado à agricultura comercial da América Portuguesa [...]”, criando um mercado de escravos e uma consequente demanda pela mercadoria humana (que não necessariamente era apenas a negra).

Pôde-se observar que a captura de escravos foi uma das motivações dos financiadores privados da empresa de descobrimento espanhola na América, assim como, o estabelecimento de trabalhos forçados, apesar das determinações régias de conversão dos índios (cf. ABADÍA, 1991, p. 105, 107). Desta forma, desde as primeiras expedições promovidas pelos espanhóis, houve conflitos com os indígenas, havendo capturas de escravos, principalmente quando não se realizavam trocas vantajosas para os europeus. A crueldade das capturas, por certo,

---

<sup>18</sup> Acreditava-se, baseando-se nos cálculos de Colombo, que a costa venezuelana descoberta pelo genovês, seria o extremo oriental do continente asiático, e que achando um caminho para contorná-lo, ou um estreito de passagem como o de Málaca que separa os oceanos Pacífico e Índico, chegar-se-ia às Índias, das especiarias.

provocou reações de medo e violência, não apenas entre as populações diretamente contatadas, mas entre aquelas que souberam da intrusão estrangeira.

Como observa Whitehead (1999), seis anos após a chegada de Colombo em Espanhola, houve tempo suficiente para que as notícias sobre os adventícios corressem entre as ilhas caribenhas e chegassem até o continente. Depois, a partir de 1498, após Colombo ter chegado à costa da Venezuela, deve-se imaginar que o alcance das notícias sobre os europeus, e sobre os primeiros encontros entre eles e as sociedades nativas, em virtude das redes de relacionamentos indígenas, atingiram os grupos que viviam na zona cultural de língua caribe e aruaque, a vizinha Amazônia e a região da costa setentrional sul-americana.

Os primeiros contatos realizados na costa sul-americana são emblemáticos, pois apresentam casos de grupos nativos que demonstraram o desejo pelas mercadorias europeias, realizando intensas trocas de produtos com os adventícios, mas também revelam situações contrárias, pois enquanto uns foram seduzidos pelos itens estrangeiros, facilitando a abordagem dos adventícios, outros grupos recusaram, veementemente, a presença ádvena.

Dentre estes grupos estavam os nativos da Costa Leste-Oeste.

Nesse capítulo são detalhadas as duas primeiras viagens documentadas, que inauguraram o trânsito entre a Europa e costa brasileira: a expedição de Vicente Yañez Pinzón, que chega à costa cearense em janeiro de 1500 e, logo depois, a de Diego de Lepe, em fevereiro ou março do mesmo ano. Os dois navegadores percorreram a costa setentrional no sentido dos ventos e correntes marítimas, leste-oeste, e estabeleceram contatos com os nativos, em alguns pontos.

Um dos problemas que envolvem os primeiros contatos na região é o da localização das aportadas de Pinzón e Lepe. Trata-se de uma questão pertinente para se trabalhar, em virtude de se poder demarcar os locais mais prováveis onde foram realizados os contatos, e, assim, poder mais corretamente atribuir a área “descoberta” aos respectivos grupos que as ocupavam. Assim, procurou-se demonstrar, principalmente a partir do trabalho do Almirante Max Justo Guedes (1975a), que Pinzón aportou pela primeira vez no Ceará e que percorrendo a costa no sentido dos ventos e correntes marinhas, realizou dois contatos inamistosos com os indígenas da Costa Leste-Oeste, antes de chegar ao Amazonas, onde fora bem recebido pelos locais, pagando a boa recepção com desaire: capturou trinta e seis indígenas. Lepe seguiu o mesmo itinerário, chegando a ultrapassar Pinzón, no Amazonas.

Houve uma preocupação em detalhar as fontes sobre as navegações executadas, cotejando-as com o referencial bibliográfico, em virtude das confusões feitas com uma pretensa aportada, no Cabo de Santo Agostinho (PE) e não no Ceará.<sup>19</sup>

A partir do relato dos tripulantes das duas expedições, cujas principais fontes são o cronista Pedro Mártir de Anglería ([1511-1516] 1989, [1493-1525]1990) e as *Probanzas do Pleito Colombino*<sup>20</sup> (COLLECÍON, 1892, 1894), procurou-se analisar as reações indígenas frente à chegada dos adventícios. Ao contrário do ocorrido na costa leste, com Pedro Álvares Cabral, e na própria costa setentrional americana, mais ao norte, na Venezuela, os indígenas que habitavam entre o litoral do Ceará e o litoral do Pará não permitiram a intrusão dos estrangeiros em seus territórios, reagindo à presença europeia, primeiramente com o ato de esconder-se e depois com o conflito.

Essas primeiras experiências de contato, por certo, influenciaram nas relações posteriores, empreendidas entre os indígenas e os portugueses, nas suas tentativas de estabelecimento na Costa Leste-Oeste. Tema abordado no capítulo 3, *Tentativas de Colonização na Costa Leste-Oeste - Século XVI*.

Após os mal-sucedidos contatos realizados por Vicente Yañez Pinzón e Diego de Lepe, em 1500, os documentos praticamente emudecem sobre a presença dos europeus na região, até o ano de 1535, quando os primeiros donatários tentam ocupar suas capitâneas. Tal encobrimento das fontes sobre outras expedições, coincide com as dúvidas sobre os limites impostos pelo Tratado de Tordesilhas.<sup>21</sup>

Mesmo com a implantação do sistema de capitâneas hereditárias e o caráter oficial das armadas que se dirigiram para a Costa Leste-Oeste, para fins de colonização, as fontes

<sup>19</sup> Algumas confusões geográficas, encontradas na bibliografia, fazem com que grupos culturais completamente diferentes entre si sejam descritos com costumes iguais, através da mistura de relatos provenientes de regiões diversas. A aportada no Ceará aconteceu entre grupos “tapuias”; a aportada em Pernambuco aconteceria provavelmente entre os potiguares, por isso o cuidado em trabalhar mais detalhadamente as navegações.

<sup>20</sup> As *Probanzas* são depoimentos recolhidos a partir de 1508, nos processos judiciais movidos pelos herdeiros de Cristóvão Colombo, conhecidos por *Pleitos Colombinos*. Os herdeiros requeriam à Coroa Castelhana os privilégios e direitos concedidos ao descobridor, garantidos pelas Capitulações assinadas entre Colombo e os Reis Católicos. Tais documentos, cuja fase principal do processo desenrolou-se entre 1508 e 1536, tiveram como depoentes vários importantes personagens das primeiras viagens de “descobrimento” espanholas.

<sup>21</sup> Pompeu Sobrinho (1980, p. 93-106; cf. HOLANDA, 2003b. p. 103-105) aponta a escassa documentação sobre as primeiras expedições que visitaram a Costa Leste-Oeste, depois de Pinzón e Lepe, na primeira vintena de anos e propõe as seguintes navegações: João Coelho, “possivelmente”, em 1501; Gonçalo Coelho (1501-1502), Diogo Ribeiro e Estevão Fróis (antes de 1513) e Cristóvão Haro (1514). Estas são, porém, as expedições mais conhecidas, ou seja, as que legaram alguma espécie de documentação escrita mais acessível. Pompeu Sobrinho argumenta que, através de uma análise cuidadosa da cartografia dos primeiros anos do século XVI, é possível admitir com certa convicção, que várias expedições percorreram a costa setentrional brasileira, inclusive resgatando com os indígenas.

permaneceram lacônicas, pois em virtude de se acreditar na existência de ouro no Maranhão, e na aproximação às terras espanholas, houve certo sigilo sobre o envio das armadas. Da primeira, enviada em 1535, se obteve mais informações a partir de fontes espanholas (PARES, 1536)<sup>22</sup>, algumas sem indicação exata de procedência, colhidas por Varnhagen (1975, t.I), e uma carta do embaixador espanhol em Lisboa transcrita por Baião (1932). Assim, apesar de um dos donatários das capitânicas do norte ser o grande cronista João de Barros ([1539?] 1932, t.I, p. 221), até mesmo ele, se referiu à sua empresa de colonização, das capitânicas na costa setentrional, de maneira sucinta.

As maiores fontes sobre essas tentativas de colonização dos donatários vêm de Antônio Baião, o qual compilou vários documentos existentes na Torre do Tombo e os publicou como *Documentos Inéditos sobre João de Barros* (DIJB, 1917). Alguns documentos apresentam, entretanto, problemas com relação à falta de datas. Cronistas como Gândavo ([1575] 1858), Gabriel Soares de Sousa ([1587] 1971), Simão Estácio da Silveira ([1624] RIC, t. XIX, 1905) e Frei Vicente do Salvador ([1627] 1889) também se reportaram ligeiramente ao assunto, alguns deles misturando fatos.

A primeira expedição, oficialmente, possuía fins de colonização e de busca de minérios de ouro e prata na costa norte brasileira e sertão adentro. João de Barros, em conjunção com seus sócios Aires da Cunha e Fernando de Álvares, enviaram uma expedição de monta, em comparação com as que até então haviam sido enviadas à *Terra de Santa Cruz*: dez embarcações, novecentos homens e mais de cem cavalos, a qual chegou ao Maranhão em 1536 (BAIÃO, 1932; BARROS, [1539?] 1932, p. 221). Por desventura, nos famosos baixios do Maranhão, a nau capitânia soçobrou, vindo a falecer o capitão da armada, Aires da Cunha. Este fato é o que fica comumente registrado nos livros de história, o que na maioria das vezes escapa, é que os expedicionários que conseguiram chegar à Ilha de São Luís, foram bem recebidos pelos indígenas locais, e se mantiveram na região por cerca de dois anos, chegando, inclusive a estabelecer uma fortaleza, em um lugar chamado Nazaré (que já havia sido cartografado pelos espanhóis como Nazareth, o que indica que a região já vinha sendo frequentada pelos europeus).

Depois, também através de sucintas referências, sabe-se de outra tentativa de colonização portuguesa, desta vez, feita por Luís de Melo em 1554.

---

<sup>22</sup> “[...] *la armada que queda alla muy secretamente y aca esta muy escondido esto [...]*” (Archivo General de Indias. ES.41091.AGI/1.16403.15.1121//INDIFERENTE, 1092, N.153 – *Carta de Luis Sarmiento a Su Majestad*. (Evora, 15 jul. 1536). Nos anexos (cf. VARNHAGEN, 1975, t.I, p. 205).

Mesmo diante dessas vicissitudes, o donatário João de Barros não desistiu da colonização de suas capitanias, e em 1556, enviou nova armada, dessa vez, com seus próprios filhos no comando, os quais passaram cinco anos na região do Maranhão. Os filhos de João de Barros percorreram quinhentas léguas de costa, adentraram ao sertão, fizeram três povoações, mas tiveram que retornar, pois não conseguiram manter-se mais no local.

Diante das tentativas reiteradas de colonização e dos gastos demasiados que, inclusive, levaram João de Barros à falência, não há como dizer que as capitanias do norte foram “abandonadas” pelos seus donatários.

A proposição que aqui se sustenta é que não houve a conquista, ao que tudo indica, faltou aos colonizadores a cooperação indígena, condição necessária para o estabelecimento dos ádvenas em território adverso.

O constante contato com vários estrangeiros deu aos indígenas um maior poder de negociação, assim, o agenciamento nativo na região se deu através de uma maior autonomia, em um território ainda marginal à zona colonial.

A autonomia da maior parte dos grupos indígenas da Costa Leste-Oeste, foi sustentada no século posterior. Este é o tema do capítulo 4: *Autonomia Tremembé na Costa Leste-Oeste: estratégias de resistência e negociações – século XVII*. Neste capítulo, será avaliada a presença adventícia na região, frente às estratégias dos tremembés que, entre resistências e negociações, conseguiram ter seus territórios livres da hegemonia portuguesa, até o final do século XVII, preservando os espaços onde realizavam suas práticas culturais, as quais, por certo, foram alteradas mediante a abordagem europeia.

A obra colonizadora portuguesa, temporal e religiosa, tenta efetivar-se na região, com mais força, através das expedições de Pero Coelho em 1603 e dos Padres Luís Figueira e Padre Pinto, na Serra da Ibiapaba, em 1608. Martins Soares Moreno e Diogo de Campos Moreno (1613-1614), a caminho de expulsar os franceses do Maranhão, são os primeiros a falar nos tremembés, como os tapuias do Pará (Parnaíba) e do Paramery (na costa do Piauí).

O objetivo deste capítulo é analisar todos esses episódios de tentativas de colonização da Costa Leste-Oeste, procurando realçar, apesar de notadamente acobertado pelos documentos, o papel dos indígenas nas respectivas conjunturas históricas.

No contexto de surgimento dos “tremembés”<sup>23</sup>, as notícias sobre eles são lacônicas e contraditórias, espelhando as complexas relações que entabulavam com os adventícios e com os outros grupos indígenas.

---

<sup>23</sup> Até então eram tratados de forma genérica, como tapuias e gentios, principalmente.

No início do século, a Costa Leste-Oeste foi alvo da investida francesa na Ilha de São Luís, com a tentativa de concretização da França Equinocial, e, mais tarde, são os holandeses que tentam se apoderar da colônia portuguesa, imprimindo uma investida inclusive no sertão. Tais conjunturas vão gerar uma documentação mais variada, apesar de ainda bastante econômica, em relação aos tremembés, mas que propicia mais informações sobre os indígenas.

Dentro dessa documentação, destaca-se a maior síntese sobre os tremembés do século XVII, produzida pelo missionário francês Yves D'Evreux ([1613-1614] 2002), que cita alguns dos costumes e a localização desses indígenas, em locais específicos na costa do Maranhão até o Ceará; citações esparsas entre as fontes holandesas, como Matias Beck ([1649] 1903, p. 363-364, 374, 381), que fala dos “tapuyas Tremembees”; além das crônicas dos jesuítas João Felipe Betendorf ([1699] RIHGB, 1910) e João Teixeira de Moraes ([1692] RIHGB, 1877), que participaram do contexto das últimas décadas do século XVII. Estas e outras fontes permitem, dentro de seus limites, a construção da trajetória dos tremembés em Seiscentos, por certo que cheia de lacunas, mas dentro do objetivo de visualizar algumas das estratégias indígenas, elaboradas perante uma conjuntura histórica de lutas entre nativos e adventícios, em todos os sentidos (índios entre si, índios contra adventícios, índios e adventícios *versus* outros índios, adventícios entre si, índios diferentes contra adventícios...).

Neste ponto é bom salientar, como afirma Almeida (2003b, p. 34), que colaborar com os europeus e negociar condições de sobrevivência, também podia significar resistir. Negociar e manter-se no território podia interessar mais aos índios do que um aberto conflito armado, além do que, aludindo ao sentido de negociação, enquanto troca, deve-se valorizar o interesse genuíno dos indígenas pelos produtos europeus, muitos dos quais, como as facas, machados e foices, facilitavam suas tarefas cotidianas.

Bocara (2001, p. 9, tradução nossa) chama a atenção para o fato de que “[...] é precisamente através do domínio de espaços regionais e do jogo entre várias fronteiras, que os indígenas puderam escapar da empresa de colonização e sujeição [...]”. Os documentos do século XVII dão conta, justamente, desta situação entre os tremembés. São constantes as reclamações da presença de franceses e holandeses, principalmente, e inclusive de ingleses (MACC, [1646] 1956, p. 44-45), a resgatar com os indígenas na costa do Maranhão<sup>24</sup>.

---

<sup>24</sup> O Estado do Maranhão foi fundado em 1621, tendo um governo diferenciado do Estado do Brasil, cuja capital era Salvador. Aquele compreendia as capitanias do Maranhão, Grão Pará e Ceará e sua capital era na ilha de São Luís. Em 1652, foi suprimido o governo-geral, as capitanias foram divididas em Grão-Pará e Maranhão com jurisdições independentes, sendo a Capitania do Ceará desmembrada, passando à jurisdição de Pernambuco. Em 1655, o Estado do Maranhão foi novamente recomposto.

Lidando entre várias fronteiras<sup>25</sup>, os indígenas da Costa Leste-Oeste negociaram a presença europeia em seus espaços, sem, contudo, perder o domínio da região. Aproveitaram-se, também, das dificuldades acima referidas, que os europeus enfrentavam com as próprias características geográficas da costa, e, assim, mantiveram-se autônomos, por ainda duzentos anos, nos seus territórios.

No último quartel do século XVII, os tremembés aparecem mais na documentação, como temíveis “índios de corso”, selvagens, turcos infiéis, impossíveis de se aldear. É justamente um período de muitos conflitos entre indígenas e colonizadores, na região que hoje se configura como o Nordeste brasileiro.

Enfim, esboçam-se, no final do século, as tentativas de aldeamento dos tremembés. Algumas cartas régias, desde 1684, tratam da redução do gentio da costa do Maranhão e Ceará (ABN, 1948).

Para se proteger, para se reelaborar, para buscar um espaço que lhes permitisse adaptar-se a um novo mundo em formação foram aldeados em Almofala em 1702, tendo por missionário o Padre José Borges de Novaes (POMPEU SOBRINHO, 1951, p. 261-262; STUDART FILHO, 1965, p. 107).

Em 1722, o Conselho Ultramarino emitiu uma consulta, respondendo a uma representação feita pelos tremembés, das praias do Maranhão e da Parnaíba, os quais solicitavam o missionário João Tavares para os aldear em Tutóia, no Maranhão (PRA 1722)<sup>26</sup>.

---

<sup>25</sup> Inclusive a fronteira entre as próprias colônias portuguesas, que se alterou bastante entre os limites do Estado do Brasil e do Estado do Maranhão, pois uma parte da Costa Leste-Oeste era subordinada à Capitania do Maranhão e outra parte à de Pernambuco, escapando, na realidade, ao controle dos dois domínios, como fica explícito, recorrentemente na documentação.

<sup>26</sup> AHU-ACL-CU-009 Caixa 13 Doc. 01350 – *Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. João V, sobre a representação dos índios da nação Taramambés para o governador do Maranhão, João da Maia da Gama, em que solicitam serem aldeados e que se lhes envie um missionário.*



## *Capítulo 1*

*Os Senhores das Dunas:  
Primeiros habitantes da costa*

Há cerca de onze mil anos iniciou-se um período de profundas mudanças em todo o planeta. Um progressivo aquecimento climático pôs fim à última glaciação, gerando modificações ecológicas que culminaram em uma maior variedade de espécies da flora e da fauna. Por conseguinte, os grupos humanos produziram novas e diferenciadas adaptações sócio-econômicas a essas recentes alterações ambientais; houve maior aproveitamento dos recursos marinhos e, assim, muitas populações passaram a viver à beira-mar. (CHAMPION et al., 1988; MARTIN, 1996, p. 119).

Os estudos mais atuais sobre os assentamentos costeiros vêm contrariando antigas visões evolucionistas, que atribuíam as ocupações litorâneas a populações de coletores nômades, de baixa complexidade social. No Brasil, os assentamentos litorâneos mais antigos, e mais explorados pela bibliografia, são os conhecidos *sambaquis*, os quais são sítios arqueológicos caracterizados pelo acúmulo de restos de moluscos (conchas), alguns chegando a alcançar mais de trinta metros de altura. Gaspar (2000, p. 11-30) realiza um esboço histórico sobre os estudos arqueológicos no litoral brasileiro, demonstrando que, em princípio, os sambaquis foram vistos como resultado da “indolência” dos indígenas, que teriam acumulado enorme quantidade de restos de comida. Hoje, a partir do aprofundamento das pesquisas arqueológicas, com nova abordagem sobre as ocupações litorâneas, vem-se valorizando a complexidade daquelas sociedades.

Observou-se que o modo de viver desses povos estava ancorado em uma sofisticada busca de equilíbrio com o meio ambiente, através da adaptação às diversas possibilidades que o bioma costeiro proporcionava. Em virtude da diversidade de ecossistemas existentes (mar, estuários, lagoas, lagunas, mangues, restingas, matas, dentre os principais), as populações desenvolveram uma economia peculiar, aproveitando os diferenciados recursos que estes ambientes ofereciam. Por outro lado, como observa Balée (2008), transformaram o espaço conforme suas necessidades, através de suas práticas ecológicas e relações históricas através do tempo.

Muitos autores utilizam a terminologia “pescadores-coletores-caçadores”, para designar esses grupos, em referência ao seu tipo de economia. (FIGUTI, 1999; GASPAR, 1999, 2000; GASPAR; IMÁZIO, 1999; KNEIP, 1999; SILVEIRA; SCHAAN, 2005; TENÓRIO, 1999).

Além de um novo olhar sobre a economia das populações litorâneas, atualmente também se postula que a sua vida sócio-cultural era mais dinâmica do que os primeiros estudos arqueológicos indicavam. As novas abordagens a respeito do modo de viver dos povos que habitavam a costa brasileira, apesar de por vezes divergentes, em sua maioria

concordam no sentido de que havia uma articulação entre as populações que, como aponta Gaspar (2000, p.56-57), viajavam pela costa e exploravam o ambiente litorâneo.

Segundo Gaspar (2000), os dados arqueológicos indicam, para a maioria dos sambaquis brasileiros, que houve ocupações do mesmo lugar por mais de cem anos, havendo alguns sítios que apresentavam sinais de atividade para além de um milênio. Tal período de ocupação, “[...] surpreendente e inesperado para o que se considerava um bando de coletores nômades [...]” (p. 45), não deve, contudo, ser entendido como resultado de sociedades “paradas no tempo”. Mesmo nos casos onde se verifica grande estabilidade no registro arqueológico, há evidentes sinais de mudanças culturais, sociais e econômicas, de populações que se adaptaram ao ambiente costeiro, às transformações ocorridas em tal ambiente e também interagiram socialmente com grupos coetâneos (GASPAR, 2000, p. 65-67).

De acordo com o que colocam Knapp e Ashmore (1999), esses sítios, nos quais se verifica certa “continuidade ininterrupta” (“*unbroken continuum*”, p. 16), certamente são lugares intensamente marcados e socializados com o passar do tempo, entretanto, isso não significa que os grupos que os ocupavam não transformavam o espaço ou não se transformavam com o passar dos anos. Ao contrário, os autores propõem que os espaços utilizados pelos seres humanos são sempre decorrentes das ações históricas, sociais e culturais das pessoas, que modificam os lugares de forma coletiva e individual. Esses lugares, intensamente ocupados e reocupados refletem a complexidade da relação entre as sociedades e a paisagem. Esta não deve ser percebida apenas como um passivo pano-de-fundo ou forçoso determinante natural das ações humanas, mas sim como uma entidade ativa e complexa, constituída através dos modos de ser e viver dos grupos humanos.<sup>27</sup>

Em relação à historicidade que é própria das relações humanas, inclusive em relação à construção da paisagem, Silva (2003, p. 6, grifos da autora) afirma que “[...] o homem em qualquer tempo e época constrói a sua história, enquanto domina o meio natural, estabelecendo duas ordens de ambiente, o cultural e o natural. Isto ele o faz elaborando *instrumentos*, modificando o meio físico, fazendo parte de uma coletividade [...]”.

---

<sup>27</sup> Segundo Knapp e Ashmore (1999) a paisagem e o espaço sempre foram trabalhados pelos arqueólogos, principalmente através do conceito de assentamento arqueológico. “[...] *Today, however, the most prominent notions of landscape emphasize its socio-symbolic dimensions: landscape is an entity that exists by virtue of its being perceived, experienced, and contextualized by people*” (p. 2). A Arqueologia da Paisagem percebe o espaço como meio, tanto como resultado das atividades humanas, que reflete aspectos tangíveis e intangíveis das sociedades.

Desta forma, a escolha da costa como o habitat de determinados grupos humanos abriga, além da questão econômica, no seu sentido mais abrangente de obtenção e utilização dos recursos materiais necessários ao bem-estar, aspectos ligados a significados imateriais, que remetem às culturas e sociabilidades dos povos que habitavam o ambiente costeiro, os quais desenvolveram tradições, organizações sócio-políticas e interpretaram o mundo à sua volta, a partir da paisagem que eles mesmos transformaram, ou que já fora transformada por antigas intervenções humanas.

A paisagem onde vive determinado grupo humano é “[...] a arena a qual e através da qual memória, identidade, ordem social e transformação são construídas, descartadas, re-inventadas, e mudadas [...]”. Ao mesmo tempo, como as “[...] pessoas reconhecem, inscrevem, e coletivamente mantêm certos lugares ou regiões em termos rituais, simbólicos ou cerimoniais; inversamente, estes lugares criam e expressam a identidade sociocultural. A paisagem oferece um foco através do qual os povos engajam-se no mundo, e criam e sustentam um sentido de sua identidade social [...]”<sup>28</sup>. (KNAPP; ASHMORE, 1999, p. 10; 14-15, tradução nossa).

Dessa forma, as populações que habitavam a costa brasileira desenvolveram algumas peculiaridades (como o hábito de acumular restos de moluscos), que para Gaspar (2000, p. 34) estariam relacionadas a um mesmo grupo étnico, o qual a autora denomina: “sambaquieiros”. Apesar das diferenças encontradas na cultura material, dos vários sítios espalhados pelo Brasil, Gaspar os considera como um mesmo grupo étnico e analisa que tais diferenças seriam resultado de acomodações diferenciadas nos sistemas de assentamento (cf. GASPAR, 1999).

Outros estudiosos, como Prous (1992, p. 199) que observa “[...] certa unidade em razão da adaptação a um meio ambiente muito particular [...]”, não descartam a existência de outras “culturas” litorâneas, as quais deixaram como vestígios, diversos sítios arqueológicos diferentes dos sambaquis, alguns dos quais são denominados “acampamentos” (FIGUTI, 1999, p. 198; PROUS, 1992, p. 272; WESOLOSKY, 1999, p. 190).

Para aumentar a problemática a respeito daquilo que Gaspar (2000, p. 35) chama de “etnia pré-histórica”, ainda há de se acrescentar que existem diferenças substanciais entre os sítios arqueológicos litorâneos localizados no norte e nordeste do país, daqueles situados no sudeste e sul, estes bem mais estudados. Uma das principais diferenças refere-se à presença de

---

<sup>28</sup> “[...] landscape is essentially all of these things all time: it is the arena which and through which memory, identity, social order and transformation are constructed, played out, re-invented, and changed” (p.10). “People recognize, inscribe, and collectively maintain certain places or regions in ritual, symbolic, or ceremonial terms; conversely, these places create and express sociocultural identity. Landscape provides a focus by which peoples engage within the world, and create and sustain a sense of their social identity [...]”.

material cerâmico muito antigo, nas camadas arqueológicas inferiores dos sítios do norte, o que significa que as primeiras ocupações, nos sambaquis do Pará, por exemplo, foram feitas por povos ceramistas<sup>29</sup>. Em contrapartida, nos sambaquis do sul e sudeste, o aparecimento de material cerâmico, quando ocorre, é relatado apenas nas camadas estratigráficas superiores, indicando que os povos ceramistas ocuparam os sítios somente em tempos mais recentes (PROUS, 1992, p. 278-279; UCHÔA, 1984)<sup>30</sup>.

Bandeira (2008, p. 436) faz um levantamento das divergências teóricas relacionadas aos estudos sobre sambaquis no Brasil, dividindo as abordagens dos arqueólogos em duas: uma que defende a homogeneização da ocupação litorânea, antes do avanço dos povos agricultores (tupis), assim, um mesmo grupo ocuparia todo o litoral brasileiro, desenvolvendo idiosincrasias, em virtude das peculiaridades ambientais e do contato com outros grupos; e outra corrente, que sustenta que havia diferenciações culturais regionais, as quais representavam diferentes grupos étnicos que ocupavam a costa brasileira, inclusive na mesma época.

Um dos maiores problemas que envolvem a corroboração de quaisquer destas perspectivas é a escassez de pesquisas arqueológicas sistemáticas, e aprofundadas na costa norte e nordeste. Além disso, é preciso tornar claro o próprio conceito de grupo étnico adotado pelos arqueólogos, ressaltando que, como lembra Noelli (1996b, p. 106), existe na arqueologia brasileira uma grande influência de abordagens difusionistas e evolucionistas simplificadoras, assim como, forte ascendência de perspectivas deterministas. Estas abordagens diminuem o papel das transformações advindas da interação entre os diferentes grupos humanos, não valorizando o papel das trocas, do comércio e da negociação nas mudanças sócio-culturais.<sup>31</sup>

Outro ponto a ser observado é relativo à antiguidade da ocupação litorânea. No Brasil, os sambaquis indicam que ela teria se iniciado há mais de cinco milênios, sendo que muitos

---

<sup>29</sup> No sambaqui Porto da Mina, localizado na região do Salgado, no litoral do Pará, foram obtidas por Mário Simões (1981) datações de cerca de cinco mil anos, que vêm sendo confirmadas por trabalhos posteriores (cf. GASPAS; IMAZIO, 1999, p. 249; SILVEIRA; SHAAN, 2005).

<sup>30</sup> No Rio Grande do Sul e em Santa Catarina há sítios com cerâmica evidenciada a partir do início da Era Cristã. Cerca do ano 500 d.C, verifica-se no sul e sudeste do país o início da expansão da Tradição Tupiguarani pelo litoral (cf. GASPAS, 2000, p. 66-68; MARTIN, 1996, p. 173-174; NOELLI, 2008, p. 31; PROUS, 1992, P. 278-279). Para diferenciar os achados arqueológicos dos grupos indígenas conhecidos etnograficamente, por convenção, nomeia-se a cerâmica associada aos tupi-guaranis de Tradição Tupiguarani (cf. MARTIN, 1996, p. 170; Prous, 1992, p. 371).

<sup>31</sup> Felizmente observa-se uma inflexão nos estudos sobre as populações pré-colombianas, onde é cada vez mais recorrente em estudos arqueológicos, antropológicos e lingüísticos, a ênfase na existência de redes de relacionamento indígenas onde o comércio, as trocas, possuíam importante papel na interação entre os diferentes grupos culturais (cf. FAUSTO, 1992; HECKENBERGER, 1998; WHITEHEAD, 1993; 1999; URBAN, 1992).

sambaquis possuem datações que vão até o início da Era Cristã, enquanto outros, como informa Gaspar (2000, p. 47), a exemplo dos sítios Caieira e Malhada, no Rio Janeiro (710 anos AP<sup>32</sup>) e do Forte M. Luz, em Santa Catarina (620 anos AP), têm as datações das últimas ocupações muito próximas ao início do período colonial.

Neste ponto, salienta-se, novamente, que as populações litorâneas transformaram seus hábitos culturais e sociais com o passar do tempo, mas também se ressalta que cultivaram especificidades, como o costume de acumular restos de moluscos e de viver baseados na pesca, na coleta e na caça, o que os diferenciava de outras populações, que nos primórdios da Era Cristã começaram a avançar pelo litoral e que possuíam economia ligada às práticas agrícolas. Apesar da grande generalização que se tem feito na bibliografia, atribuindo-se a ocupação do litoral brasileiro a populações de origem tupi, agricultoras, no que diz respeito à costa norte, quando os europeus lá chegaram, encontraram populações pescadoras-coletoras-caçadoras.

Longe de se afirmar que há milênios um mesmo grupo étnico ocuparia toda a costa norte brasileira, deseja-se diferenciar as populações lá encontradas pelos europeus no último ano do século XV e nos dois séculos seguintes, as quais, na sua grande maioria, eram populações não-tupis, que possuíam uma economia ligada ao mar, viviam em transumância pela costa e, por certo, esses hábitos culturais diferenciados repercutiram em relações históricas diferenciadas com os outros grupos indígenas, assim como com os europeus.<sup>33</sup>

Um dos objetivos deste capítulo é problematizar a noção de etnia, em relação aos grupos litorâneos que viviam nessa região, privilegiando suas interações com o meio ambiente e com outros grupos culturais, a partir de uma perspectiva ecológica e através de uma abordagem interdisciplinar, que agrega conhecimentos arqueológicos, históricos e antropológicos.

Tal relação com o meio litorâneo será abordada *não* com o objetivo de enfatizar uma suposta tradição cultural, que se manteve intacta com o passar dos anos, mas, ao contrário, busca-se demonstrar que, com o decorrer dos anos, alguns grupos sociais que viveram nas

---

<sup>32</sup>A.P. significa antes do presente e é uma convenção de datação que atribui o presente ao ano de 1949, quando foi descoberto o método de datação do Carbono 14.

<sup>33</sup>Nota-se, que os “índios”, de um modo geral, percorreram caminhos variados de acordo com as situações e conjunturas que lhes surgiam, gerando as especificidades do contexto colonial, como bem observa Elisa Frühauf Garcia (2009, p.126), em referência aos guaranis. Houve, contudo, durante muito tempo na historiografia, reproduções da literatura e iconografia de viagens do século XVI, que contribuíram para uma imagem homogeneizadora do “índio” do Brasil, uma imagem que, de acordo com o que coloca Manuela Carneiro da Cunha (1990, p.91) é “[...] fundamentalmente, a dos grupos de língua Tupi e, ancilarmente, Guarani [...]”. Os índios da costa norte permaneceram, durante certo período de tempo, nas fronteiras do mundo colonial: geográfica, cultural e politicamente, como se verá adiante.

praias da então chamada Costa Leste-Oeste, em um processo dialético, construíram a si mesmos e foram construídos pelos outros, como gente ligada ao mar: “tapuias da costa”, “índios da costa”, “peixes racionais”, “pescadores”... Construções que não apenas se referem a uma localização geográfica, mas, sobretudo, a um modo de viver, diferenciado, nas praias.

### *1.1 Os senhores das dunas e o Sítio Arqueológico Seu Bode*

Existem vestígios arqueológicos, espalhados pela costa setentrional brasileira, que indicam a presença de populações pescadoras-coletoras-caçadoras no Pará, Maranhão, Piauí e Ceará, há pelo menos cinco mil anos. (BANDEIRA, 2008; BORGES, 2006; GASPAR; IMÁZIO, 1999; MARTIN et alli, 2003; NASCIMENTO; LUNA; GOMES, 2000; SILVEIRA; SCHAAN, 2005; SIMÕES, 1981; VIANA; SOARES; SOUZA, 2007).

Muitos destes sítios arqueológicos hoje se encontram sobre dunas, o que levou alguns pesquisadores a pensar em uma mudança considerável do habitat primitivo dos grupos indígenas que povoavam a região, acreditando ser inviável a ocupação de áreas tão inóspitas devido, principalmente, à constante ação do vento. Martin et alli (2006, p. 164), entretanto, chamam a atenção para o fato de que tais grupos poderiam se situar em regiões das dunas, à beira de depressões lacunares e de córregos então existentes, onde haveria melhores condições de habitabilidade.

Em tempos mais recentes, crônicas e documentos dos séculos XVI a XVIII revelam que os habitantes da costa setentrional brasileira foram reiteradamente vistos como gente que “vivia”, “dormia”, ou seja, habitava sobre as areias das praias: O espanhol Pedro Mártir d’Anglería ([1511] 1989, p. 76), relatando episódios ocorridos em janeiro/fevereiro do ano de 1500, descreveu fogueiras vistas nas praias do Ceará, pelos navegadores espanhóis, e concluiu que eram provenientes de gente que dormia ao relento, ao modo de acampamentos. Um pouco mais de cem anos após, em 1614, o capuchinho francês Yves d’Evreux ([1615] 2002, p. 179) descreveu os indígenas tremembés que habitavam as praias do Maranhão ao Ceará e que ordinariamente dormiam sobre as dunas. Em nove de dezembro de 1722 (PRAHU)<sup>34</sup>, uma

---

<sup>34</sup>AHU-ACL-CU-009 Caixa 13 doc.: 1350. *Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. João V, sobre a representação dos índios da nação Taramambés para o governador do Maranhão, João da Maia da Gama, em que solicitam serem aldeados e que se lhes envie um missionário.*

Consulta do Conselho Ultramarino informava que os “Tarammambes”, que sempre ocuparam as praias do Maranhão e da Parnaíba (Piauí), tinham por sua casa e cama, a areia, e por sua seara, o mar. Berredo ([1749] 1988, p. 315), com certo exagero, afirmou que os tremembés eram tão inclinados à vida nas praias, que nunca saíam delas.

As narrativas dos cronistas são permeadas pelo olhar etnocêntrico e por discursos de construção de alteridade, dessa forma, não podem ser adotadas sem uma análise das práticas de conquista e colonização, conforme coloca Boccara (2005, p. 34). Os inúmeros vestígios arqueológicos encontrados na Costa Leste-Oeste, contudo, corroboram as informações dos cronistas que descreveram sobre populações nativas habitando e realizando suas atividades cotidianas sobre as areias das praias, nas próprias dunas da costa. Na perspectiva das crônicas e documentos dos séculos passados, esses indígenas, que ocupavam as praias da costa norte, foram vistos com uma estranheza extra, que os colocava ainda mais aquém da civilização, em relação aos indígenas como os tupis, por exemplo, pois além de serem “nômades” e não possuírem agricultura, também não construíam habitações duradouras.<sup>35</sup>

Em relação aos grupos que viviam na Costa Leste-Oeste, um exemplo específico ocorre na costa do Piauí, cujas populações, que viviam à beira-mar, deixaram vários vestígios da sua cultura material. Em um litoral cuja extensão é de apenas sessenta e seis



**Fotografia 1: Fragmentos cerâmicos e conchas do Sítio Seu Bode - PI (BORGES, 2002).**

<sup>35</sup>Muitas vezes, as habitações e as plantações não eram vistas como intervenções humanas, perante os olhos europeus munidos de outras ideias de paisagens antropizadas e de perspectivas etnocêntricas, que não enxergavam as diferenças nos modos de viver dos nativos americanos. Manuela Carneiro da Cunha (1990, p. 93) lembra que Caminha ignorou a agricultura dos tupis e presumiu que eles sequer tinham casas. Não se pode, entretanto generalizar e descartar as observações dos cronistas, pois, outras vezes, as diferenças entre os nativos foram percebidas: Pedro Mártir de Anglería ([1511-1516], 1989, grifos nossos), por exemplo, nos seus relatos sobre a chegada de Colombo à costa setentrional da América do Sul, informa que nos primeiros contatos visuais dos marinheiros com as novas terras, na ilha de Trinidad, das embarcações “[...] *comprendieron que era región habitada y bien cultivada, pues veían muy cuidados y jardines amenos* [...]” (p. 56), da mesma maneira, diferenciou os povos encontrados por Pinzón, no seu primeiro desembarque, como “[...] *razas ambulantes* [...]” (p. 76), daqueles encontrados próximo à desembocadura do Amazonas, cujas ilhas eram “[...] *dotadas de muy fértil suelo y llenas de pueblos*” (p. 77), nessa mesma viagem, mais ao norte, encontraram “[...] *pueblos derruidos* [...]” (p. 78) onde os homens foram obrigados a vagar sem casas fixas.

quilômetros, estão cadastrados trinta e cinco sítios arqueológicos, os quais se caracterizam como sítios sobre dunas e acampamentos, alguns bordejando o mar, outros em áreas próximas a rios, lagoas e manguezais, a poucos quilômetros da praia.<sup>36</sup>

Um dos sítios encontrados na região é o sítio Seu Bode, cuja característica mais marcante é a grande presença de restos de moluscos e fragmentos cerâmicos encontrados sobre a superfície (fotografia 1).<sup>37</sup>

Na região onde se encontra o sítio, há uma grande riqueza de recursos hídricos, como rios, riachos, lagoas e áreas de inundação, que propiciam a formação de ecossistemas variados. Dessa forma, as populações indígenas, que habitavam o lugar, faziam uso dos recursos faunísticos advindos do mar, além daqueles provenientes das lagoas, dos mangues e da vegetação, caracterizada pela caatinga litorânea arbórea e arbustiva, pela restinga, pelos carnaubais e pela mata. A diversidade de ambientes, com oferta de peixes, crustáceos e moluscos de espécies de águas salgadas, salobras e doces, assim como aves e outros pequenos animais das diferentes formações vegetais, proporcionava boas condições de subsistência para as populações que viviam no local.

É muito provável que os moluscos representassem boa parte da dieta alimentar dos indígenas que habitaram o sítio Seu Bode, podendo ser considerados uma fonte proteica suplementar para estas populações. Os moluscos poderiam ser encontrados em troncos e raízes da vegetação do mangue, nos substratos rochosos, ou mesmo, na areia das praias. O sargento-mor, Diogo de Campos Moreno, em 1614 (2002, p. 50) em jornada para a conquista do Maranhão, provou um desses “búzios” “[...] com muito que comer dentro [...]” que faziam parte da alimentação dos indígenas da costa norte.

Pode-se ter uma ideia dos deslocamentos realizados pelos indígenas que habitavam a região, na realização das suas atividades diárias, a partir da relação entre as distâncias de alguns pontos de captação de recursos e o sítio Seu Bode: este fica a aproximadamente um quilômetro do lago do Camurupim, recurso de água doce; a menos de dois quilômetros da Praia de Carnaubinha, onde existem os substratos rochosos, habitat de alguns tipos de moluscos; a cinco quilômetros do mangue, de reconhecida diversidade, para coleta de mariscos; e próximo da foz dos rios Cardoso e Camurupim, na Praia de Macapá. Nestes

---

<sup>36</sup>Esse número de sítios não corresponde à totalidade deles, já que ainda estão sendo realizados trabalhos de cadastramento, e muitas áreas ainda não foram prospectadas.

<sup>37</sup>Diferentemente dos sambaquis, onde a deposição de restos de moluscos forma verdadeiros montes de alguns metros, no sítio Seu Bode, as conchas, espalhadas por um corredor eólico, formam pequenos amontoados de alguns centímetros de altura.

locais, fontes potenciais dos moluscos, peixes e crustáceos, obtidos pelos habitantes do sítio, também existem vestígios de presença humana, sendo possível, assim, demarcar a movimentação das populações nessas áreas, em busca de alimento.<sup>38</sup>

O sítio Seu Bode também apresenta uma grande quantidade e variedade de fragmentos cerâmicos, o que pode caracterizar esses indígenas como grupos “ceramistas adaptados aos recursos do mar”.<sup>39</sup>

Por muito tempo, acreditou-se que a cerâmica seria um indicativo direto de sedentarismo e agricultura. O raciocínio simplista partia do pressuposto de que carregar utensílios cerâmicos não seria conveniente (para alguns não seria *lógico*), para grupos populacionais que se movimentavam periodicamente. Hoje se verifica que tal argumento não se sustenta mais, pois as pesquisas têm demonstrado que muitos grupos agricultores não possuíam cerâmica<sup>40</sup>. Os tremembés que habitavam a costa norte, descritos por Yves d’Evreux ([1614] 2002, p.177-180) no século XVII, por outro lado, são exemplo oposto de grupos que possuíam cerâmica, não eram agricultores, nem possuíam moradia fixa, ou seja, não eram tidos por sedentários. Yves D’Evreux afirmou, no seu relato de 1614 (p. 179), que quando os tremembés se mudavam, contentavam-se em levar consigo poucas coisas, dentre as quais “[...] umas panelas para cozinhar a comida [...]”. (Cf. BORGES, 2004; 2006; KELLY, 1992; PEARSALL, 1995; TENÓRIO, 1999).

Três amostras de cerâmicas, recolhidas na superfície do sítio Seu Bode, foram enviadas para datação no Laboratório de Física da USP. Os resultados apresentados foram os seguintes: Um fragmento com a idade estimada entre 2.500 e 2.700 anos, outro entre 726 e 816 anos e o terceiro com a idade de aproximadamente 410 anos (BORGES, 2004, p. 110-114).<sup>41</sup>

---

<sup>38</sup>Os restos de moluscos são, sem dúvida, muito mais aparentes e mais resistentes à degradação do que os restos de pesca e de caça, contudo, como se tem mostrado em estudos mais aprofundados das ocupações litorâneas, estas duas atividades tinham uma importante participação na economia das populações costeiras (FIGUTTI, 1999; GASPAR, 1999), e apesar de ainda não existirem estudos arqueológicos direcionados para a alimentação dos ocupantes do sítio Seu Bode, é possível atribuir às populações que ali viveram nos séculos XVI e XVII, com o respaldo das indicações nas fontes escritas, uma economia de pescadores-coletores-caçadores.

<sup>39</sup>Este termo é utilizado por Simões (1981), em referência aos habitantes dos sambaquis do Pará, de alguns milhares de anos. Contudo o termo também se aplica ao caso dos sítios arqueológicos do Piauí, com a ressalva de que existiram populações com esse tipo de economia até uma época mais recente, como é o exemplo dos tremembés, como se verá à frente.

<sup>40</sup>Caso de populações mesoamericanas, onde a cerâmica só apareceu cinco mil anos depois das primeiras espécies vegetais domesticadas.

<sup>41</sup>A datação de 2.700 anos é surpreendente para um fragmento encontrado na superfície, e faz-se ainda mais notável quando, ao lado deste fragmento tão antigo, é encontrado um de 410 anos. Tal situação ocorre em virtude da localização do sítio, em área de dunas, que constantemente cobrem e descobrem os vestígios do passado, fazendo desse sítio verdadeiro palimpsesto.

Os estudos realizados no sítio Seu Bode ainda são muito preliminares, para se poder concluir algo sobre o povoamento primevo no litoral do Piauí, contudo, algumas considerações podem ser adiantadas. A datação do fragmento cerâmico de 2.500 a 2.700 anos aproxima-se das datações de alguns sítios arqueológicos do Maranhão, comprovando a contemporaneidade da ocupação do sítio Seu Bode, com outras ocupações litorâneas na costa setentrional. A datação de 726 a 816 anos corresponde a um fragmento de um tipo de cerâmica mais abundante no sítio. Já o fragmento mais recente, de aproximadamente 410 anos, assemelha-se bastante ao de idade estimada entre 726 a 816 anos. O fragmento de datação mais recente pode ser atribuído ao período de ocupação dos índios tremembés, que segundo fontes históricas, habitavam a localidade no início do século XVII.<sup>42</sup>

O sítio Seu Bode também apresenta faianças portuguesas e grés europeia, provavelmente do século XVIII. Uma moeda de 1869, vidros europeus e faianças mais recentes, misturados à cerâmica e restos de cachimbos indígenas, exigem estudos mais complexos desse material, ao mesmo tempo que indicam que o sítio foi frequentado até períodos mais próximos, demonstrando a constante ocupação e reocupação do espaço.

Há estruturas de concentrações de conchas de moluscos associadas a fogueiras, onde há pedras queimadas, formando antigas trempes, com conchas e cacos de cerâmica calcinados e, na maioria dos casos, manchas escuras na areia, provenientes da atividade do processamento alimentar, da cocção dos alimentos. Essas fogueiras aparecem em outros sítios arqueológicos do Piauí e do Ceará.

Deve ser analisada, através da realização de mais pesquisas arqueológicas que forneçam datações, a hipótese da existência de conexão entre esses dados arqueológicos e informações históricas que remetem às observações dos navegantes do final do século XV, os quais viram, do mar, “fogos” na praia, conforme informa Pedro Mártir d’Anglería ([1511-1516] 1989, p. 76) sobre a viagem de Pinzón à região, no ano de 1500.

O mapa de Lopo Homem e dos irmãos Reinel, de cerca de 1519, também indica a existência de fogueiras, trazendo a indicação de “terra do fumo”, no local que se situaria, atualmente, entre as barras do rio Acaraú (Ceará) e rio Timonha (fronteira com o Piauí)<sup>43</sup>.

---

<sup>42</sup> Os tipos cerâmicos mais recentes são bem grossos, com grande parte dos fragmentos apresentando vestígios de pintura vermelha, sendo bastante diferentes do tipo mais antigo, que apresenta uma massa fina, e contraditoriamente mais resistente. Ambas representam, provavelmente, técnicas de diferentes grupos culturais, sendo necessários estudos mais aprofundados para se saber se são provenientes de trocas, de empréstimos, de mudanças territoriais, etc. No capítulo seguinte ver-se-á que outros grupos que viviam na costa setentrional da América do Sul, mais precisamente no litoral da atual Venezuela, possuíam cerâmica proveniente de trocas. Esta é uma das hipóteses aventadas para a variedade dos tipos das cerâmicas encontradas no sítio Seu Bode.

<sup>43</sup> Segundo a interpretação de Thomás Pompeu Sobrinho (1980, p. 172).



O que importa aqui ressaltar é a antiga ocupação indígena nas dunas da Costa Leste-Oeste, e os sítios arqueológicos são importantes testemunhos nesse sentido, refletindo um pouco da vida cotidiana de populações que possuíam subsistência relacionada ao aproveitamento dos recursos marinhos. O resultado dessa ação humana na costa setentrional, portanto, em vez de ser analisado como restos alimentares de povos nômades, deve ser interpretado, aproveitando as palavras de Balée (2008, p. 13), como “[...] paisagens humanizadas feitas por povos sofisticados do passado [...]”.

Balée (2008, p. 9) afirma que as “[...] paisagens indígenas de terra e mar foram consideradas terra *nullius* [...]” pelos europeus, pelo motivo de não se considerar seu valor, seu uso e sua “[...] transformação primária [...]”, havendo, inclusive, certa naturalização das ações indígenas sobre seus territórios<sup>45</sup>.

O conceito ocidental de uso da terra previa e prevê a exploração agrícola, a transformação da vegetação, do relevo, que na maioria das vezes se reveste da degradação do espaço natural, de maneira intensiva e progressiva. Assim, as transformações na paisagem, provocadas pelos povos indígenas foram, na sua maioria, desconsideradas pelos colonizadores, e ainda o são por muitos na atualidade, o que justificou (e justifica) a expropriação dos territórios dos nativos.

Para Balée (2008, p. 11), essas paisagens, resultantes das ações indígenas “[...] evidenciam indigeneidade<sup>46</sup> ao longo de um lapso de tempo de *longue durée* [...]”. Dannenmaier (2008) chama de “conexão distintiva”, os laços que os povos indígenas possuem com seus espaços. Segundo este autor, diversos grupos humanos (neste caso se incluem povos de todas as partes do mundo, não apenas os chamados ameríndios) possuem um relacionamento único com o meio ambiente, ao qual são ligados através de relações tradicionais, culturais e espirituais, que lhes permitem a subsistência física e identitária<sup>47</sup>.

---

<sup>45</sup> Ações que incluem o manejo de espécies vegetais e animais, que por seu caráter antigo e harmônico com o meio, não foram visualizadas como ações antrópicas, muito menos provenientes de relações históricas que esses grupos humanos realizavam no meio em que viviam. Balée (2008, p. 13 et seq.) também fornece exemplos de tesos, geoglifos, dentre outros, desconsiderados como construções humanas. Pode-se acrescentar ao argumento do autor, os sambaquis, que formam montes de gigantescas proporções e, por vezes, passam despercebidos na paisagem, assim como os sítios litorâneos que, muitas vezes, nem são considerados sítios arqueológicos pelos leigos, que não veem ali senão um monte de cacos e conchas misturados.

<sup>46</sup> Balée (2008, p. 10) explica seu conceito de indigeneidade: “[...] é o estado ou qualidade de ser indígena. No meu uso do termo, refere-se às maneiras tradicionais de conhecimento do mundo próprias de tradições culturais de pequena escala cujos sujeitos têm sido, historicamente, os alvos humanos do colonialismo europeu e neo-europeu e, mais recentemente, da globalização econômica [...]”.

<sup>47</sup> Dannenmaier (2008), através de uma análise dos direitos dos povos indígenas sobre seus territórios, a partir da evolução do direito internacional, notadamente dos direitos humanos, evidencia que entre as reivindicações indígenas, um argumento constante é sua “conexão distintiva com a terra”. Os processos espoliativos de diversas épocas e em diversos graus, quer de forma gradual ou abrupta, negaram-lhes a soberania sobre seus

Para entender o relacionamento dos índios com seus espaços, deve ser levando em conta que a constituição dos vínculos dos indígenas com esses territórios, devem ser analisadas sob o viés das reelaborações, através não apenas do manejo do meio ambiente, mas do próprio agenciamento cultural realizado pelos povos indígenas, no passado e na atualidade.

Dentro desta perspectiva, a história dos nativos na costa setentrional pode ser entendida como uma história de longa duração dos *senhores das dunas*: homens, mulheres e crianças que possuindo uma “conexão distintiva” com a região costeira, construíram seus modos de vida ligados ao mar e aos recursos e possibilidades que o ambiente costeiro lhes proporcionava. Por outro lado, não implica que os mesmos grupos “étnicos” estivessem ali, há centenas de anos, parados no tempo, imunes às transformações sócio-culturais e econômicas. Ao contrário, as populações que viviam à beira-mar interagiram com a paisagem, modificaram-na, criaram outras, interagiram com as paisagens deixadas por seus ancestrais e desenvolveram suas práticas culturais, em consonância com as transformações do meio ambiente, dos outros e de si mesmas.

O modo de viver destes povos, chamado genericamente de nômade, foi, por muito tempo, tratado pelas ciências sociais de maneira simplista, refletindo uma perspectiva evolucionista, que via as sociedades que não se fixavam em determinados territórios, como estando na base da “escala evolutiva” humana. A grande mobilidade dos grupos indígenas ainda é, atual e frequentemente, analisada como uma falta de opção destes grupos, por lhes faltar a técnica agrícola, visão determinista que coloca o homem como refém das forças da natureza. Como afirma Kelly (1992, p. 48, tradução nossa), entretanto, a mobilidade é um componente cultural, e pode ser motivada por fatores políticos e religiosos, não apenas econômicos e, inclusive, “[...] pode ser uma estratégia de manutenção da autonomia cultural”. Kelly (p. 60) ainda defende que nenhuma sociedade é totalmente sedentária, nem mesmo a sociedade industrial, pois as “[...] pessoas simplesmente se movem de diferentes maneiras [...]”. O que sempre foi tratado de um modo qualitativo – de nômade para sedentário – deveria ser avaliado a partir de um viés quantitativo, qual o grau de mobilidade deste ou daquele grupo humano.

A partir dessa perspectiva, propõe-se que os indígenas que habitavam a costa setentrional brasileira, praticavam uma transumância no território costeiro, dentro de uma delimitação, que variou de acordo com a construção de suas fronteiras étnicas, perante os *outros* e perante si, das suas disputas territoriais, além de sua interação com o ambiente,

---

territórios, que foram considerados *terra nullius*, terras vagas pelos padrões europeus desde a época moderna, logo, sujeitos à expropriação.

realizando o aproveitamento dos recursos disponíveis, mediante certos fatores, como a sazonalidade da oferta de vegetais e animais, além de outros fatores culturais (por exemplo, de ordem religiosa ou mítica) e sócio-políticos. Assim, eles se deslocavam no seu território e se dispunham em vários pequenos núcleos populacionais, ao longo da costa.

Esse modo de viver provocou alterações na paisagem por vezes desconsideradas, por se pensar neles como povos ditos “nômades”, “vagabundos” ou “ambulantes”, apenas como predadores do meio e não como transformadores primários da biota. Dessa maneira, a ação histórica desses grupos sobre o meio ambiente foi “naturalizada”, em contraposição a de vários grupos nativos, que realizaram grandes transformações na paisagem, como imensas aldeias rodeadas de paliçadas, complexos sistemas de palafitas, dentre outras alterações que dão mais visibilidade à ação dos grupos indígenas no período pré-colonial. Os grupos da Costa Leste-Oeste, em contrapartida, deixaram restos de moluscos, cacos de cerâmica, fogueiras apagadas que, apesar de não serem tão impactantes quanto outras obras de outros nativos americanos, são o produto do seu modo de viver, são os vestígios da sua história cotidiana, são marcas quase indelévels das suas existências que, contudo, foram durante muito tempo mascaradas por uma tendência generalizante, antropológica e histórica, de atribuir a ocupação da costa brasileira aos índios tupis.

### *1.2 Os povos das dunas e a chegada dos agricultores*

Informações arqueológicas e históricas realmente confirmam que quando os europeus chegaram ao espaço que hoje corresponde ao Brasil, boa parte da costa já estava ocupada por grupos indígenas de língua tupi.

O avanço dos povos falantes do tronco linguístico tupi pode ser observado nos sítios do sul e sudeste do país, que apresentam alterações no conteúdo do registro arqueológico, ocasionadas pela transformação nos modos de viver dos povos litorâneos (quer representados pelos construtores de sambaquis, quer por outros grupos de pescadores-coletores-caçadores). A presença dos novos grupos no litoral implicou num leque de transformações culturais dos modos de vida dos povos da costa, desde a incorporação de elementos das culturas dos

tupis<sup>48</sup>, até a expulsão dos antigos habitantes do litoral, empurrando-os para a hinterlândia. (Cf. GASPAR, 2000; NOELLI, 2008; PROUS, 1992).

Há um debate em aberto sobre a antiguidade e forma da expansão tupi no continente sul-americano. Noelli (1996a; 1996b) critica as abordagens tradicionais, que falam em “migrações” tupis apenas em períodos próximos à chegada dos europeus à América, desabonando hipóteses apoiadas “[...] somente em informações históricas [...], cujas conclusões distorcem os acontecimentos pré-históricos” (1996a, p. 8). O autor afirma, ainda, que tais proposições devem ser “abandonadas”. Um dos pontos principais dos argumentos de Noelli é corroborado por pesquisas arqueológicas, que realmente apontam a chegada dos tupis ao Sul e Sudeste do país, no início da Era Cristã (Cf. GASPAR, 2000; NOELLI, 1996a; 2008; PROUS, 1992). Uma importante observação ressaltada pelo autor refere-se às abordagens realizadas pela maioria dos pesquisadores sobre as migrações históricas dos tupis, baseadas principalmente em Métraux, as quais representariam, sobretudo, “[...] movimentos de fuga da pressão europeia [...]” (NOELLI, 1996a, p. 18) e não propriamente “migrações”.<sup>49</sup>

Como coloca Viveiros de Castro (1996, p. 56), Noelli possui o mérito de ter chamado a atenção para o fato de que os progressos da arqueologia sul-americana não eram incorporados aos estudos etnológicos, podendo-se dizer o mesmo em relação aos estudos históricos, contudo, como já foi observado, há uma mudança corrente nas pesquisas sobre os grupos indígenas americanos, que vêm se caracterizando por um crescente intercâmbio entre as informações arqueológicas e históricas. Trabalhos como os de Ferguson (1990) e Whitehead (1993; 1999) são indicativos nesse sentido.

Noelli (1996a) apresenta algumas hipóteses sobre a expansão dos povos tupis, e uma delas diz respeito diretamente a este trabalho, já que, seguindo a tese de Brochado (1984 apud NOELLI, 1996a), o autor defende que os tupis teriam saído da foz do Amazonas em direção

---

<sup>48</sup>Enfatizamos o plural em virtude das generalizações realizadas em relação aos grupos falantes do tupi. Segundo Noelli (1996a, p.9): “Por Tupi designa-se um tronco linguístico que engloba 41 línguas que se expandiram, há vários milênios, pelo leste da América do Sul (Brasil, Peru, Bolívia, Paraguai, Argentina e Uruguai). Por Tupi são designados também os povos falantes dessas línguas”. Assim, povos de “culturas” diversas foram classificados como “Tupi”, por possuírem a mesma língua, e nos casos “pré-históricos”, a mesma cerâmica. Admitimos, conforme coloca Friedrich Barth (2000, p. 27-28), que a premissa tradicional: “uma raça = uma cultura = uma língua” não contempla a complexidade das relações entre os grupos étnicos, e nem as trocas culturais, os empréstimos linguísticos, ou seja a interdependência entre as sociedades humanas ditas “primitivas”.

<sup>49</sup>Esta questão do impacto causado pelos europeus nas sociedades nativas americanas, é bem trabalhada por Ferguson (1990), que relata que os contatos provocaram, além do aumento de conflitos, perturbações demográficas como depopulação e migração.

ao litoral setentrional, situando o início da expansão “[...] da família tupi-guarani para bem antes de 2500 anos antes do presente” (p. 27).<sup>50</sup>

Cabem aqui algumas observações concernentes a esta possível rota tupi pela costa norte. Um dos principais questionamentos é sobre a escassez de pesquisas arqueológicas no litoral setentrional, para sustentar o argumento de Noelli (1996a, p. 32): “Os Tupinambá se expandiram a partir do baixo Amazonas, passando por sua foz em direção ao litoral brasileiro, de norte para sul, até alcançar o Trópico de Capricórnio [...]”. Se o autor justamente critica a falta de confrontação com dados arqueológicos, em trabalhos que apenas utilizaram as fontes históricas, a partir de quais dados pode-se afirmar que os tupinambás percorreram essa rota, se, como o próprio Noelli (1996a, p. 32) chamou a atenção, faltam pesquisas arqueológicas entre o litoral do Rio Grande do Norte e do Maranhão?<sup>51</sup>

Ainda não há como afirmar, a partir de dados arqueológicos, se os tupinambás percorreram a costa norte em direção ao sul, durante sua expansão. Também não se pode saber se estes grupos indígenas estavam “[...] ocupando a maior parte de seus territórios historicamente conhecidos desde, pelo menos, 2000 anos atrás [...]”, como afirma Noelli (1996a, p. 26), se o autor estiver referindo-se, entre estes territórios “historicamente conhecidos”, também aos dos tupinambás, do Maranhão, já que não existem pesquisas suficientes para corroborar essas hipóteses.

Como ressaltam Heckenberger, Neves e Petersen (1998), o modelo de Noelli merece elogios, mas a falta de pesquisas arqueológicas sistemáticas fê-lo apoiar-se em “[...] premissas baseadas em dados arqueológicos vagos ou incompletos [...]”. Assim, ao se desprezarem os dados históricos sobre as movimentações ocorridas na costa norte, antes da chegada dos europeus, como propõe Noelli, restaria apenas esperar o aprofundamento das pesquisas arqueológicas, para se falar alguma coisa sobre a expansão pré-colonial tupi nessa região.

---

<sup>50</sup>Para ver mais sobre o tema, Viveiros de Castro (1996) e Heckeberger, Neves e Petersen (1998) apresentaram críticas construtivas ao debate convenientemente aberto por Noelli, dentro de seus respectivos ramos do conhecimento: antropologia e arqueologia.

<sup>51</sup>Os trabalhos arqueológicos mais recentes de Maura Imázio Silveira e Denise Pahl Schaan (2005), no Pará, e Arkley Bandeira (2008), no Maranhão, têm objetivos relacionados às ocupações mais antigas dos sambaquis, anteriores à Era Cristã. Também recentes, os trabalhos realizados no Rio Grande do Norte, Ceará e Piauí são ainda preliminares, o que impede maiores considerações com relação a essa possível rota tupi (BORGES, 2004; 2006; MARTIN et alli, 2006; NASCIMENTO; LUNA; GOMES, 2000; SILVEIRA; SCHAAN, 2005; VIANA; SOARES; SOUZA, 2007).

É evidente que os dados históricos e etnográficos possuem seus limites, mas o mesmo se deve dizer em relação aos dados arqueológicos, como bem colocaram Heckenberger, Neves e Petersen (1998).<sup>52</sup>

Assim, não parece coerente desprezar as informações históricas sobre os indígenas pré-coloniais, pelo motivo da falta de precisão das fontes, pois como qualquer fonte, em história ou em arqueologia, as crônicas e documentos coloniais requerem análise crítica e comparação de dados. Vale ainda ressaltar que, muitas informações de fontes coloniais antes amplamente criticadas, vêm atualmente se confirmando através do cotejamento com pesquisas arqueológicas.<sup>53</sup>

Retornando à questão da ocupação da costa norte à época da chegada dos europeus, e fazendo uso de diferentes fontes, para possibilitar a construção do argumento, o tipo de assentamento refletido pelos sítios arqueológicos, somado às informações históricas, provenientes de cronistas e navegadores, além de mapas do século XVI e XVII, levam à proposição de que diferente do restante de boa parte do litoral brasileiro, grande porção do que hoje corresponde à costa do Ceará, Piauí, Maranhão e Pará era ocupada por grupos

---

<sup>52</sup> Em relação a algumas incoerências da arqueologia, insistentes construções de tipologias, baseadas na ideia de que certa tradição material corresponde a um determinado grupo cultural, têm mascarado a interação entre os grupos indígenas; inconsistência nas datações; problemas metodológicos em relação às escavações; além de abordagens deterministas, que têm encoberto o padrão dinâmico da movimentação indígena pré-colonial, são apenas algumas das controvérsias, que somadas à falta de pesquisas sistemáticas, também tornam problemáticas muitas das informações arqueológicas. Deve-se chamar a atenção, ainda, sobre a interpretação do registro arqueológico, quando, por exemplo, por vezes, a presença de um determinado tipo de cerâmica é atribuída a um respectivo grupo cultural, não se levando em consideração a imitação, a troca, ou seja, a aquisição de características culturais, materiais ou não, que os grupos humanos efetuam no contato com outros. A imensa distribuição da Tradição Cerâmica Tupiguarani no Brasil merece um olhar atento nesse sentido, pois quantos grupos indígenas foram culturalmente filiados aos tupis, em virtude de possuírem uma cerâmica similar? Sobre o conceito “Tupiguarani”, ele é relacionado a uma cultura arqueológica que possui distribuição geográfica semelhante a dos povos tupis descritos pelos cronistas do século XVI. De acordo com Prous (1992, p. 371) os sítios arqueológicos desta cultura são “[...] atribuídos a indígenas proto-Tupis ou proto-Guaranis. Os pesquisadores do PRONAPA passaram a chamar esta tradição ‘Tupiguarani’ (sem hífen), para distinguir os achados arqueológicos dos grupos conhecidos etnograficamente”. O autor reconhece os limites do conceito, já que “[...] é difícil demonstrar que os vestígios tupiguaranis (sem hífen) são todos provenientes de grupos proto-Tupis ou Guaranis [...]”. Noelli (1996a, p. 16) afirma que o uso do conceito de “Tradição Tupiguarani” acabou por mascarar as diferenças entre os povos tupis.

<sup>53</sup> Um dos maiores exemplos nesse sentido diz respeito à Amazônia. Durante alguns anos, postulados arqueológicos deterministas que consideravam as terras baixas amazônicas como áreas inviáveis para o desenvolvimento de sociedades mais complexas, desprezaram as informações de cronistas, como Carvajal ([1541-1542] 2002), que percorreu o Amazonas com Francisco de Orellana entre os anos de 1541 a 1542 (MEGGERS, 1985; cf. crítica ROOSEVELT, 1992, p. 53-55). É óbvio que a escrita quinhentista de Carvajal abriga exageros, como sobre as guerreiras amazonas, entretanto, também traz informações preciosas sobre os contingentes populacionais e as dinâmicas relações indígenas de trocas e interação social, que vêm sendo em parte confirmadas pelas pesquisas arqueológicas (HECKEBERGER et. alli, 2003; ROOSEVELT, 1992; 1999) e trabalhadas pelos historiadores e antropólogos (FAUSTO, 1992; PORRO, 1996; WHITEHEAD, 1993; 1999). Apesar de perspectivas diferenciadas em relação à organização sócio-política dos grupos amazônicos, esses autores concordam em relação às extensas redes de trocas existentes, assim como, às grandes concentrações demográficas e às complexas interações entre os grupos indígenas.

indígenas pescadores-coletores-caçadores, depois genericamente chamados de tapuias, os quais possuíam padrão de subsistência ligado aos recursos costeiros, diferente das populações tupis e de outras populações também chamadas de tapuias, que viviam mais ao interior.

Tal proposição não é, contudo, incompatível com a hipótese de Noelli, pois como chama a atenção Martin (1996, p. 118), deve-se fazer uma distinção entre “[...] assentamentos de litoral com subsistência diretamente relacionada a recursos marinhos, e ocupações pré-históricas na zona da mata, no litoral, em áreas úmidas, que desfrutam de abundantes chuvas”, o que remeteria, assim, a ocupações diferenciadas: na zona costeira, pelos povos que tinham economia voltada para o aproveitamento dos recursos provenientes do mar (pesca, coleta de mariscos e pequenas caças), e adentrando um pouco na faixa litorânea, haveria grupos de agricultores, como os tupis.

A diferenciação apontada por Martin é essencial para estender a complexa rede de inter-relações, que pode ter ocorrido entre os povos habitantes da costa, vivendo propriamente na beira-mar, e os povos que ocuparam a região mais ao interior, nos tabuleiros litorâneos, nas áreas de mata.

Antes da chegada dos europeus, caso se comprove a tese de Noelli (1996a), os grupos costeiros do norte poderiam, então, ter convivido com o avanço das populações tupis na região litorânea, um pouco mais ao interior, e ter empreendido com os tupis, relações culturais, políticas, sociais e econômicas, sem deixarem, contudo, seus territórios à beira-mar.

Caso se verifique que os tupis *não* tenham avançado pelo litoral norte, e que toda a região era ainda ocupada pelos grupos genericamente tratados por tapuias, presume-se que os antigos habitantes da costa poderiam ter realizado dinâmicas relações interculturais com outros grupos não-tupis, que ocupariam a região de mata, próximo ao litoral, assim como, a área que atualmente corresponde ao sertão nordestino. Esta última proposição apresenta a confirmação, em tempos de contato, das fontes históricas que informam da presença de inúmeros grupos indígenas de diferentes filiações lingüísticas, não apenas na costa norte, mas também no que hoje corresponderia à grande parte das regiões norte e nordeste do Brasil, durante os séculos XVI e XVII.

Como é possível entrever, é bastante complicado tentar estabelecer elementos de etnicidade, no período pré-contato. Como coloca Monteiro (2001, p. 57): “[...] o mosaico etno-histórico do mapa pós-contato contrasta com um panorama pré-colombiano que mais se assemelha a um caleidoscópio [...]”. A metáfora de Monteiro é bastante apropriada, pois o caleidoscópio remete a um conjunto de formas que criam imagens em constante mutação, e

assim devem ser percebidas as relações interétnicas pré-colombianas, as culturas estão lá, em constante mescla, em processos de transformação.

Para compreender as possíveis interdependências ocorridas entre os indígenas da costa com outros grupos, o modelo teórico proposto por Fredrick Barth (2000, p. 39-41), sobre a interdependência dos grupos étnicos, a partir de uma perspectiva ecológica é bastante adequado. Segundo Barth: “Essas interdependências podem ser parcialmente analisadas do ponto de vista da ecologia cultural: os setores de atividade em que diferentes populações com diferentes culturas se articulam podem ser pensados como nichos aos quais o grupo está adaptado [...]”.<sup>54</sup>

Apesar de Barth (2000, p. 40-41) não se alongar na exposição da sua “perspectiva ecológica”, o autor afirma que dois ou mais grupos étnicos podem adaptar-se uns aos outros, e assim, diferentes populações podem ocupar nichos distintos de um mesmo ambiente, através de interdependências, que se dão principalmente através de trocas de serviços e de produtos. Esta perspectiva de Barth (2000) pode fornecer, então, alguns cenários possíveis para se entender a dinâmica das relações indígenas na Costa Leste-Oeste.

Pequenos grupos populacionais poderiam ocupar nichos distintos na costa, alguns poderiam se localizar nas áreas de mangue, outros na foz dos rios, outros propriamente nas praias.<sup>55</sup>

De acordo com Barth (2000, p. 40) a ocupação de nichos diferentes reduziria ao mínimo a competição pelos recursos naturais, assim, as relações dar-se-iam, principalmente, através das trocas; os grupos litorâneos também poderiam desenvolver maior interdependência uns com os outros, ocupando nichos distintos, porém, com maior dependência da troca de bens e serviços diferentes; isso aconteceria em virtude da especialização alcançada pelas especificidades de cada grupo (por exemplo, no mangue há um tipo de recurso, na praia outro, assim há trocas), tanto na coleta, como na produção de bens desejáveis mutuamente, nesse caso, a articulação política e econômica seria bastante estreita.

---

<sup>54</sup>Segundo Villar (2004, p. 167), quando se revisita a argumentação de Barth a respeito da etnicidade, chama a atenção seu apelo constante e sistemático às perspectivas denominadas “ecológica” [...] e “demográfica” [...]. Villar atenta para o fato de que a “[...] influência dos condicionantes materiais da etnicidade, em especial os fatores ecológicos e demográficos [...]” (p. 166) ter sido de veras “esquecida” pelos leitores de Barth, em detrimento do seu modelo da identificação étnica. Villar realiza aquilo que chama de alguns “reparos” (p. 184) às posições teóricas de Barth, a partir da análise de vários de seus trabalhos, sem, contudo, tirar-lhe a importância e influência em relação à teoria antropológica. Um dos pontos que chama a atenção é justamente o fato da ecologia aparecer em demasia na obra barthiana, sem haver, entretanto, um tratamento mais completo da ideia, chegando a ser “decepcionante” o fato de Barth relegar o tema ao nível do “senso comum” (p. 169-170).

<sup>55</sup>Talvez este tipo de ocupação correspondesse aos “magotes” tremembés descritos pelo padre Antônio Vieira (1904) em 1660, como se verá no Capítulo IV.

Grupos étnicos diferentes também poderiam monopolizar territórios diferenciados e, então, as relações seriam realmente mantidas, através de políticas de fronteira. Além dessas perspectivas estáveis, vários grupos étnicos poderiam competir por um mesmo nicho no território. “[...] Com o tempo, esperar-se-ia que um dos grupos deslocasse o outro ou que surgisse uma acomodação envolvendo uma crescente complementaridade e interdependência” (BARTH, 2000, p. 40-41).

O importante a ressaltar é que diversas são as possibilidades de interação entre as populações que ocupavam o território, quer fossem um mesmo grupo ou diferentes grupos étnicos, aparentados ou não, entre si. Destarte, qualquer análise que não contemple todas essas possibilidades pode perder a realidade complexa das relações indígenas pré e pós-contato.

Monteiro (2005, p. 21), em referência aos tupis, mas sem prejuízo de se estender sua afirmação a outros grupos indígenas americanos, argumenta que “[...] diversas comunidades podiam manter relações bastante estreitas, amarradas em redes de parentesco ou aliança [...]”, sem se configurar, necessariamente, uma unidade política ou territorial.

Os processos históricos indígenas, antes e depois do contato com os europeus, eram complexos, dinâmicos e contextuais. Falar em tupis, tapuias e índios da costa, requer um grau de generalização, o qual não corresponde à grande diversidade cultural dos indígenas, no Brasil pré-colombiano. Tal diversidade tornou-se ainda mais complexa no período colonial, ao se juntar, às dinâmicas próprias das sociedades indígenas, as culturas europeias, motivadas por um momento de expansão territorial e mercantil, ansiosas por almas e por ouro.

### *1.3 De indígenas a canibais, de canibais a tapuias*

A primeira informação escrita, que chegou até os nossos dias sobre os grupos que habitavam a costa setentrional brasileira, pode ser atribuída a Pedro Mártir de Angleria<sup>56</sup> ([1511-1516] 1989, p. 76), que relatou a viagem realizada pelo navegador espanhol Vicente Yañez Pinzón, em janeiro do ano de 1500, ao norte da América do Sul. O cronista reproduziu a descrição dos nativos americanos, como indígenas, emanando poucas considerações, sendo

<sup>56</sup>Pietro Martire d'Anghiera é o nome de batismo desse milanês, porém, optou-se por utilizar seu nome em espanhol, pois além de ele ser cronista oficial dos reis espanhóis, a bibliografia utilizada também é espanhola.

sucinto, inclusive, ao narrar o conflito ocorrido entre eles e os adventícios, nos primeiros contatos sucedidos na região.<sup>57</sup>

Provavelmente, em virtude da divulgação dos relatos de Pedro Mártir que abordaram o conflito, alguns mapas quinhentistas apresentaram a referência aos “canibais” na costa norte da futura terra do Brasil (APIANO, 1551; CANTINO, 1502; MÜNSTER, 1540). A cartografia do século XVI já atesta um bom conhecimento do litoral setentrional brasileiro, figurado desde o início do século em mapas franceses, espanhóis, portugueses, alemães e italianos, como bem o demonstra o português Planisfério Cantino (1502). Esses mapas, além de evidenciarem o conhecimento da região por vários viajantes, também estão repletos de representações que espelham os juízos de valor sobre os habitantes das terras “recém-descobertas”, refletindo as generalizações sobre os indígenas, como a denominação de “canibais”, aos habitantes da costa norte brasileira. (BORGES 2006; POMPEU SOBRINHO, 1980).

### 1.3.1 “Canibais”

O mapa de Cantino (1502), em especial, traz a palavra “Canibales” nas proximidades do estuário do atual rio Pará/Amazonas, conforme interpretação de Pompeu Sobrinho (1980, p. 154), quiçá designando a proximidade do local da desventura relatada por Pedro Mártir de Anglería ([1511-1516] 1989, p. 76-77), onde os exploradores a serviço da Coroa de Castela, nos primeiros pontos de desembarque, não encontraram indígenas dispostos a entabular contatos e, assim, os europeus tiveram oito mortos e a maior parte da tripulação ferida, nos primeiros encontros com os nativos.

Importante, nesse sentido, notar o traslado da experiência com indígenas inamistosos no mar do Caribe e costa da Venezuela, para o litoral setentrional brasileiro. Naqueles lugares, os espanhóis se depararam com os caribes, descritos como inimigos dos “dóceis” aruaques. Os caribes transformaram-se no epíteto do índio antropófago, ao ponto da corrupção da palavra “caribe” significar sinônimo de antropófago: canibal<sup>58</sup>.

---

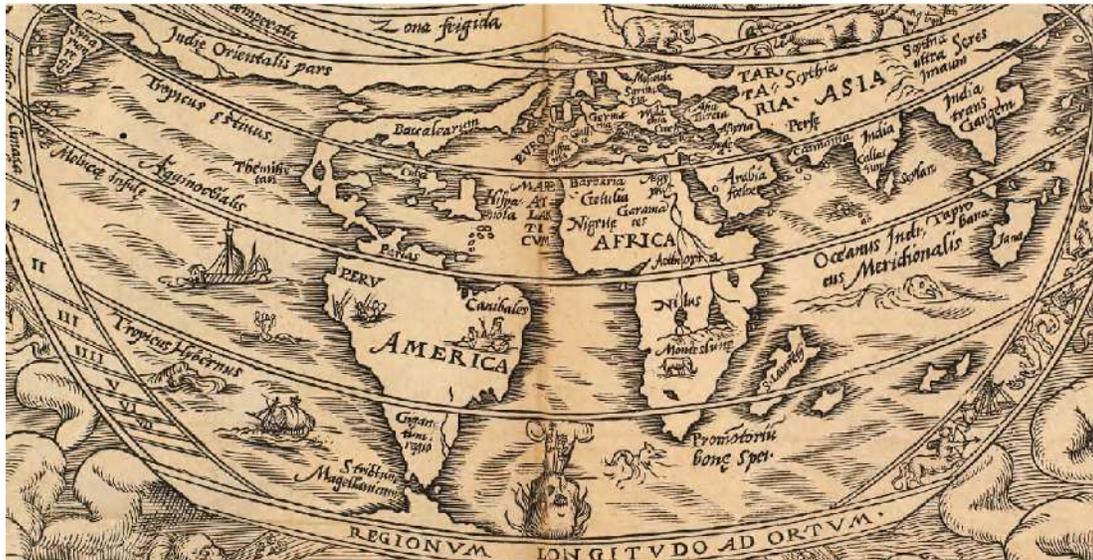
<sup>57</sup>Esse tema será mais bem detalhado no capítulo seguinte.

<sup>58</sup>A etimologia da palavra, conforme Houaiss (2004): “esp. *canibal* (1492), alteração de *caribal*, der. de *caribe* 'ousado, audacioso', voc. indígena das Antilhas e que serviu para designar o povo caráiba; na mudança da

Segundo Cunha (1990, p.98):

[...] Os canibais são, na verdade, um fantasma, uma imagem, que flutua por muito tempo no imaginário medieval sem lograr ser geograficamente atribuído. Colombo, ao opor os pacíficos antilhanos aos caribes insulares que os devoram, permite uma primeira localização americana desse fantasma, assimilando caribes e canibais [...]

Se a Colombo coube a localização dos canibais, ao milanês Pedro Mártir de Anglería coube a divulgação e conseqüente estandardização do termo. Em uma de suas *Cartas sobre o Novo Mundo* ([1513] 1990, p. 79-81, tradução nossa), contribuiu para a generalização da noção de canibal, aplicando-a, inclusive, à região que corresponderia ao território brasileiro. Descrevendo as terras descobertas próximas ao Amazonas, por ele chamado *Marañón*, falou da diversidade de línguas e nações de diferentes costumes encontradas em terras imensas, situadas acima e abaixo da linha equinocial, algumas verdadeiros “Campos Elíseos”, outras de solo estéril e selvagem: “[...] Umam, habitam-nas os caribes ou canibais, devoradores de carne humana, que recebem os estranhos, que chegam, com flechas envenenadas. Os habitantes de outras são pacíficos e hospitaleiros [...]”<sup>59</sup>.



Mapa 2: *Charta cosmographica: cum ventorvem própria natura et operatione* de Pedro Apiano (1555) com a descrição “Canibales” na região setentrional brasileira (observar que foram detalhados o Golfo do Maranhão e a foz do Amazonas).

tônica, deve ter influído o fr. *cannibale* (sXVI); ver *canibal*-; f.hist. 1727 *cannibales*”. Cf. Dicionário da REAL Academia Española (2001). Ver em Chincagana-Bayona (2004, 216-219) uma interessante análise da evolução do termo.

<sup>59</sup> “[...] *Habitan unas los caribes o canibales, devoradores de carne humana, que reciben a los extraños que llegan hasta ellos con saetas envenenadas. Los habitantes de otras son pacíficos y hospitalarios [...]*”.

Ao se analisar algumas fontes espanholas sobre as viagens de Colombo (ANGLERÍA, ([1511-1516] 1989; LAS CASAS, [1561] 2007; COLÓN, [1571] 2006), verifica-se que desde os primeiros relatos processou-se a construção dessa dicotomia entre os índios “pacíficos” (tainos) *versus* os índios “selvagens” (caribes), aqueles que permitiram e aqueles que atrapalharam o *contato* do colonizador. Depois, conforme se vai estruturando o quadro colonial, a dicotomia gira em torno dos índios que permitiam e participavam *versus* aqueles que atrapalharam o *processo* civilizador.<sup>60</sup>

Bocara (2005, p. 32-35) chama a atenção para o fato de que os “dispositivos de conquista” produzem a enunciação desses contrastes: o selvagem *versus* o civilizado, ou, pode-se dizer, os civilizáveis. Desta forma, em um primeiro momento, o aparato conceitual que definiu os indígenas da costa norte como indígenas e canibais, estava intimamente relacionado com a expansão mercantil e marítima dos espanhóis, não apenas devido à “descoberta” espanhola do espaço, mas também em virtude da aproximação com a área de colonização espanhola (definida pela bula papal de Tordesilhas), e, sobretudo, porque colado ao ato de descobrir, estava o de inventar essas humanidades desconhecidas, sendo necessário, para os descobridores e depois para os colonizadores, classificá-las, para serem enquadradas dentro ou fora das fronteiras do mundo civilizado.

De acordo com Monteiro (2005, p. 19-20), a dicotomia, aqui no Brasil, também serviu para sintetizar a diversidade cultural encontrada pelos europeus do século XVI, os quais reduziram “[...] o vasto panorama etnográfico a duas categorias genéricas: Tupi e Tapuia [...]”.

Outro elemento que deve ser abordado nessa discussão a respeito da generalização acerca dos “canibais” é apontado por Godinho (1998, p. 77), quando chama “[...] a atenção para essa preocupação com a antropofagia, mito-realidade que inquietava os cristãos [...]”, como uma fórmula adotada pelos europeus para “[...] afastar os concorrentes [...]”. Assim, algumas descrições, por certo, e por vezes, exageraram, criaram, inventaram povos indóceis “canibais”, no intuito de manter as trocas com os povos nativos, protegidas das investidas de outros mercadores.

---

<sup>60</sup> Essa questão também perpassa pelas visões antagônicas de edenizar a infernizar as terras do Novo Mundo, de acordo com as facilidades e os obstáculos do processo de colonização, como bem analisa Laura de Mello e Souza (1986).

### 1.3.2 Tapuias

Como foi dito acima, os tupis não foram os originários povoadores da beira-mar brasileira, nem ocupavam toda a costa quando os europeus chegaram. Os primeiros relatos dos colonizadores portugueses revelam que foi observada a diferença entre os grupos tupis e os grupos encontrados no litoral norte brasileiro, e estes, dentro da dicotomia apontada acima, foram genericamente tratados por tapuias.

Deve-se ressaltar que, como coloca Ferguson (1990), as descrições quinhentistas e seiscentistas dos grupos indígenas, não retratam *ipsis litteris* as realidades pré-contato, pois o impacto causado pelos europeus foi enorme, notadamente fomentando conflitos entre os grupos nativos, através de um processo que o autor chamou de “guerrificação” (*warrification*) (p. 239). Assim, a ideia perpassada ao longo dos anos, pelos cronistas coloniais, sobre as inimizades “capitais” (GÂNDAVO, [1575], 1858) entre os grupos indígenas, não deve ser simplesmente transplantada para o período anterior ao contato, alimentando a concepção generalizada de que existiriam ódios atemporais entre tupis e tapuias. Como foi dito acima, as novas pesquisas arqueológicas e abordagens históricas e antropológicas têm demonstrado que os contatos interétnicos, como os que deveriam acontecer entre os “tupis”, “tapuias” do sertão e da costa norte, devem ser analisados como possibilidades recorrentes, pertencentes ao amplo quadro ainda tão desconhecido do período pré-colombiano.

De acordo com Puntoni (2002, p. 61-62), o termo *tapuia* teria sido utilizado pela primeira vez pelo cronista Pero de Magalhães Gândavo, em sua *História da Província de Santa Cruz* de 1575. Pompa (2002, p. 227-228), entretanto, observa que o padre Azpilcueta Navarro já teria utilizado o termo “Tapuzas”, em referência aos indígenas encontrados pela entrada de Bruza de Espinhosa, em 1553, provavelmente os aimorés. O jesuíta informou da bestialidade, ferocidade, e língua bárbara dos índios “carniceiros”, então contatados. A referência é feita aos índios encontrados nos sertões das Capitanias de Espírito Santo e Ilhéus, portanto, longe do litoral setentrional, mas remete justamente à categoria “tapuia” enquanto termo genérico utilizado pelos índios tupis.

Como coloca Monteiro (2005, p. 19-21), o termo tapuia, reutilizado pelos europeus, serviu para designar os indígenas que possuíam língua e organização social diferentes das dos tupis, e estava fundamentado nas trajetórias históricas diferenciadas dos indígenas, que foram observadas e relatadas pelos cronistas quinhentistas. Neste ponto, é bom lembrar a

discussão antes feita, acerca da expansão tupi que, ao chegar às lindes litorâneas, empurrou alguns grupos indígenas para o interior, antes, durante e depois da chegada dos europeus. Alguns destes grupos vão provavelmente formar parte dos “tapuias do sertão” do Brasil, encontrados pelos colonizadores, de línguas bastante distintas do tupi; já na costa norte os “tapuias” pescadores-coletores-caçadores, ainda estavam por lá na época da chegada dos adventícios.

No caso da costa norte, após as primeiras tentativas de colonização dos donatários, chegados ao Maranhão no ano de 1536 e depois em 1556 (DIJB, 1917<sup>61</sup>; BAIÃO, 1932), a vivência dos portugueses de quase cinco anos entre os indígenas, não gerou crônicas nem narrativas de cunho etnográfico sobre os nativos, mas alimentou as informações dos cronistas posteriores, ao ponto de estas observações serem trasladadas para os mapas e crônicas quinhentistas, como a de Gândavo, de 1575, e a de Gabriel Soares de Sousa, de 1587, que se referiram à presença de tapuias na região.

Manuela Carneiro da Cunha (1990) discorre sobre as *Imagens de Índios no Brasil*, no século XVI, e informa que Gândavo procurava incentivar a imigração e investimentos portugueses (p. 92), enquanto Soares de Sousa oferecia um “inventário” das outras etnias, a partir do “etnocentrismo tupi” (p. 108). Alguns temas aparecem recorrentes nos dois cronistas, como a fórmula do “sem F, sem L e sem R” (p. 97) enunciada por Caminha, depois canonizada por Gândavo, a qual tomou os contornos da experiência e do próprio olhar de Soares de Sousa sobre os nativos.

Gândavo ([1575] 1858, p.43), no seu décimo capítulo, dedicado a dar informações sobre os “gentios”, que havia na Província de Santa Cruz, apesar de suas generalizações sobre os índios, em relação à “[...] semelhança, condição, costumes, e ritos gentílicos [...]”, que acreditava serem todos os mesmos, afirmava: “[...] todos sam huns [...]”, percebeu também as diferenças entre os nativos, caracterizando-os em diversas “nações”. Nestas diferenciações, enxertou os “Tapuyas”, em sua narrativa (capítulo XII), comparando-os aos “Aimorés”, indígenas habitantes da Capitania de Ilhéus e Porto Seguro que, segundo ele, eram de nação diferente da do restante dos índios da costa.<sup>62</sup>

Assim Gândavo ([1575] 1858, p. 62) descreve os “Tapuyas”:

<sup>61</sup>*Petição de Jerônimo de Barros*, filho de João de Barros, transcrita por Baião (1917, p. 150-152) em obra editada pela Academia de Ciências de Lisboa contendo documentos provenientes da Torre do Tombo.

<sup>62</sup>Diz Gândavo ([1575] 1858, p. 60) sobre os aimorés: “Estes Aimorès sam mais alvos e de maior estatura que os outros Indios da terra, com a lingoa dos quaes nam tem a destes nenhuma semelhança nem parentesco. Vivem todos entre os matos como brutos animaes, sem terem povoações, nem casas em que se recolham [...]”.

[...] Também ha huns certos Indios junto do rio do Maranhão da banda do Loeste, em altura de dous graos pouco mais ou menos, que se chamam Tapuyas, os quaes dizem que sam da mesma nacaõ destes Aimorès ou pelo menos irmãos em armas, porque ainda que se encontrem, nam offendem huns a outros. Esses tapuyas nam comem a carne de nenhuns contrarios, antes sam immigos capitaes daquelles que a costumam comer, e os perseguem com mortal odio. Porém pelo contrario têm outro rito muito mais feo e diabolico, contra a natureza, e digno de maior espanto. E he que quando algum chega a estar doente de maneira que se desconfia de sua vida, seu pay, ou may, irmãos ou irmãas, ou quaesquer outros parentes mais chegados o acabam de matar com suas proprias mãos, avendo que uzam assi com elle de mais piedade, que consentirem que a morte o esteja senhoreando e consumindo por termos tam vagarosos. E o pior que he que depois disso o assam e cozem, e lhe comem toda a carne, e dizem que nam haõ de sofrer que cousa tam baixa e vil como he a terra lhe coma o corpo de quem elles tanto amam, e que pois he seu parente e entre elles ha tanta razam de amor, que sepultura mais honrada lhe podem dar que mete-lo dentro em si, e agazalhallo pera sempre em suas entranhas [...].

Diferente de Azpilcueta Navarro, Gândavo refere-se justamente aos indígenas que habitavam as margens ocidentais do golfo do Maranhão, ao que tudo indica na costa<sup>63</sup>. O cronista fornece, na sua narrativa, dois elementos importantes sobre a cultura dos indígenas da região ocidental do golfo do Maranhão: a prática do endocanibalismo e da eutanásia<sup>64</sup>.

Há clara enunciação de que esses “tapuyas” não praticavam a antropofagia nos moldes dos tupis de outras regiões da costa brasileira, como a dos tupinambás, detalhada por cronistas como Staden ([1557] 2007) e Léry ([1580] 1980) no sudeste, e Abbeville ([1614] 2002) e Yves D’Evreux ([1615] 2002) no Maranhão, e sim o endocanibalismo, acima descrito com indisfarçável reprovação<sup>65</sup>. Essa diferença cultural distingue esses “tapuyas”, que inicialmente ocupavam a costa do Maranhão, dos grupos tupis que, no século seguinte, se instalariam na ilha de São Luís e adjacências, expulsando alguns, misturando-se com outros dos antigos habitantes do local, como será visto no capítulo 3.

Gândavo ([1575] 1858, p. 62), infelizmente, deteve-se apenas na descrição daquele que seria para ele um “[...] rito muito mais feo e diabolico, contra a natureza, e digno de maior

<sup>63</sup>A latitude de 2° toca as proximidades da baía do rio Cumã, vizinha à baía de São Marcos (também chamada de Golfão do Maranhão). Assim, ainda na época de Gândavo, a região era habitada por tapuias, os tupinambás, futuros moradores da área, ainda não haviam chegado por lá.

<sup>64</sup>Como se verá no capítulo IV, há informações de que os tremembés realizavam tais práticas.

<sup>65</sup>A prática do “canibalismo funerário”, como coloca Beth Conklin na introdução de *Consuming grief: compassionate cannibalism in an Amazonian society* (2001), difere bastante do exocanibalismo dos tupinambás. O endocanibalismo é mais comum na América do Sul do que em qualquer outra parte do mundo, porém pouco relatado em relação às práticas de exocanibalismo, as quais a autora considera que deveriam ser mais recorrentes. Ainda segundo a autora (p. XIV-XV), é interessante observar que o endocanibalismo também foi relatado no passado, nas regiões de planície costeira nas ilhas do Caribe e Venezuela, ou seja, em outros pontos da costa setentrional da América do Sul, o que nos leva a pensar em alguma possível ligação (provavelmente foram grupos que migraram pela costa) com os ocupantes da costa norte brasileira.

espanto [...]”, em relação ao rito antropofágico, não trazendo maiores informações sobre os nativos<sup>66</sup>.

Por outro lado, Gândavo não caracterizou, como Navarro, em relação aos “Tapuzas” da Bahia, sua bestialidade e ferocidade em outros aspectos. O ponto de estranheza, realmente, foi a prática antropofágica diferente da dos outros indígenas da costa. Como lembra Vainfas (2005, p. 26-27), foi no campo da demonolatria que os ibéricos enxergaram as práticas religiosas indígenas, dentre elas os rituais antropofágicos, o que explica a ênfase do cronista no ritual de endocanibalismo. As observações detratoras (“rito mais feio e diabólico”) reforçavam a gentilidade dos povos do Novo Mundo, além dos contrastes culturais entre os bárbaros e os civilizados, contribuindo na construção das fronteiras do mundo colonial.

Gabriel Soares de Sousa (1971, p. 44-48), no seu *Tratado Descritivo do Brasil*, de 1587, também se referiu aos indígenas que habitavam a costa setentrional como “tapuias”. Em seu relato, o autor afirma que desde a foz do Rio Amazonas, a costa, por parte da banda leste, era povoada pelos tapuias, indo até as proximidades do rio Grande (RN) próximo ao rio Jaguaribe, no litoral leste cearense, fronteira com os índios potiguares.<sup>67</sup>

É importante observar como Gabriel Soares de Sousa ([1587] 1971) descreve os indígenas da costa norte em alguns trechos de seu *Tratado Descritivo*: da boca do rio Amazonas “[...] e por ele algumas léguas, com parte da costa da banda de leste, é povoado de tapuias, gente mais branda e mais tratável e doméstica que o mais gentio que há na costa do Brasil [...]” (p. 44); sobre os indígenas da boca do rio Maranhão (ilha de São Luís), Sousa diz que é o “[...] gentio tapuia que tem povoado parte desta costa [...]”, os quais fizeram “[...] pazes com os portugueses [...]” à época que ali estiveram os filhos do donatário João de Barros (p. 46); do “rio Maranhão” até o “rio Grande” (Parnaíba-PI), viviam tapuias que se aproveitavam das “grandes pescarias” que existiam na costa (p. 47-48), dando bom tratamento aos portugueses que lá estiveram; próximo ao Jagoarive (Jaguaribe no Ceará), também viviam os tapuias, pois “[...] junto à barra dêste [sic] rio se mete outro nele, que se chama o rio Grande, que é extremo entre os tapuias e os potiguares [...]” (p. 48).

Com objetivos e contextos diferenciados, ao que tudo indica, os dois autores tiveram como fontes, informantes que estiveram no litoral setentrional e lhes falaram sobre os tapuias da região. Nesse sentido, é importante observar que o próprio Gabriel Soares de Sousa realiza

---

<sup>66</sup>Raminelli (2008, p. 35) informa que Gândavo forneceu poucas e esparsas notícias, em relação à Gabriel Soares de Sousa, porque possuía pouco conhecimento do território.

<sup>67</sup>O cronista realiza seu relato no sentido oeste-leste: dos confins das terras portuguesas no Amazonas para a costa leste.

uma importante diferenciação entre esses tapuias e os de outras regiões. Como visto acima, enquanto Gândavo compara os tapuias do Maranhão aos aimorés, que seriam para Gabriel Soares de Sousa ([1587], 1971, p. 78-80) de todos os “bárbaros” os “mais bárbaros”, Sousa refere-se aos tapuias da costa norte como a “[...] gente mais branda e mais tratável e doméstica que o mais gentio que há na costa do Brasil [...]” (p. 44).

Pompa (2003, p. 227) enfatiza que o termo “tapuia” é um conceito móvel. Isso é fácil de perceber na obra de Gabriel Soares de Sousa, onde os tapuias da costa norte são descritos como “gente mais branda” e os da Bahia são vistos como a “praga”. Nesse ponto, deve-se destacar, de acordo com Puntoni (2002, p. 68), que o termo tapuia é historicamente construído, observando que seu “[...] significado perpassa pela dupla noção de barbárie, construída pelos tupis e pelos portugueses”. Deve-se levar, também, em consideração, o contexto geopolítico de onde falam os cronistas. Gabriel Soares de Sousa ([1587] 1971), quando vai referir-se aos tapuias de outras regiões, inclusive daquelas percorridas por sua expedição, que tinha por objetivos a busca de minérios e a preação de escravos, muda o tom da narrativa, e já traz a distinção entre os “índios coloniais” (cf. MONTEIRO, 2001, p. 17) (seus informantes tupinambás) e os gentios tapuias, geralmente descritos em termos negativos. Em termos gerais, essas oposições foram utilizadas com uma implicação muito útil aos colonizadores: o tupi, índio colonial, potencial vassalo, possuía uma antítese, o tapuia, inimigo e obstáculo na efetivação da colonização.<sup>68</sup>

Esse “binômio Tupi-Tapuia”, afirma Monteiro (2001, p. 19), não foi a única oposição construída pelos autores quinhentistas, na tentativa de explicar o contexto colonial. Houve também a construção do binômio entre a zona litorânea, ocupada pelos tupis, onde os portugueses “andavam como caranguejos”, e o sertão, ambiente hostil a ser conquistado, “infestado” por íncolas “selvagens”, como aparece descrito em alguns documentos<sup>69</sup>.

Pompa (2003, p. 222) afirma que a noção de tapuia, enquanto “[...] alteridade absoluta e total [...]”, só passa a ser construída ao longo do século XVII, em um contexto de maior investimento da colonização do sertão adentro. Os dois relatos acima delineados (o de Gândavo e o de Soares de Sousa) realmente espelham essa noção de alteridade, contudo, a noção de ferocidade é relativa. Para Gabriel Soares de Sousa, enquanto os tapuias da costa

<sup>68</sup>De acordo com John Monteiro (2001) é com a obra de Gabriel Soares de Sousa que se dá início à construção da dicotomia que vai instaurar uma tradição de valorização da contradição entre tupis e tapuias, ainda hoje existente na historiografia brasileira.

<sup>69</sup>Deve-se ressaltar que, nesta época, o sertão é a oposição à região onde se estabeleciam as bases coloniais. Maria Elisa Mäder (1995, p. 13 apud POMPA, 2003, p. 227) propõe que o sertão é o espaço da ausência da colonização, “[...] domínio do desconhecido [...]”. É o território do vazio da ordem, reino da barbárie, em contraponto ao cheio da civilização.

norte são a gente mais branda que há, os aimorés, descendentes dos tapuias, que comiam carne humana por “mantimento” e não por vingança (uma referência implícita aos tupis), impediam a concretização da obra de colonização, que o próprio Gabriel intentava realizar na Bahia. Assim, os aimorés de Gabriel Soares de Sousa foram vistos com a mesma ideia de “ferocidade”, aplicada por Azpilcueta Navarro em 1553, em relação aos “Tapuzas”.

O Padre Azpilcueta Navarro participou da entrada de Bruza de Espinhosa, em 1553, ao interior de Porto Seguro. Conforme o jesuíta (apud HEMMING, 2007, p. 169), a expedição buscava “[...] descobrir se havia alguma nação de mais qualidade, ou se havia na terra coisa por que viessem mais Cristãos a povoá-la, o que sumamente importa para a conversão destes Gentios [...]”. O pano de fundo da expedição era o reforço do processo da colonização portuguesa, com a tentativa de centralização realizada através da implantação do Governo Geral, após vários anos de conflitos sangrentos entre colonos e indígenas na costa leste. O momento era bem caracterizado pelo Regimento de Tomé de Sousa (1548), no qual ficava claro o papel do governador-geral de controlar as explorações dos colonos e conflitos com os índios, além de dar castigos exemplares aos indígenas inimigos, depois de vários anos de revoltas dos índios (HEMMING, 2007, p. 136-140). Na fala de Navarro, é clara a noção apontada por Mäder (1995, p. 13 apud POMPA, 2003, p. 227) do espaço vazio de colonização (“povoar a terra”) e de indígenas úteis (“de mais qualidade”), prontos para a conversão.

Os contextos diferenciados, vão gerar especificidades no discurso dos cronistas sobre os tapuias da costa norte. Como chama a atenção Cunha (1990, p.95), para os autores ligados diretamente à colonização, os índios são matéria de “gestão”, para os autores ligados ao escambo, os índios são mais “matéria de reflexão”.<sup>70</sup>

O contexto histórico dos relatos de Gândavo e Sousa, sobre os tapuias da costa norte, reflete as tentativas de estabelecimento dos portugueses entre os nativos, quando os contatos ainda eram mais permeados pelo escambo e pela fragilidade da presença portuguesa na Costa Leste-Oeste. Nessas condições, as relações entre europeus e indígenas ainda não comportariam tantas contradições, quanto às da implantação de um sistema de colonização mais sistematizado que, via de regra, explorava a mão-de-obra indígena de forma mais acentuada, causando muitos atritos entre colonos e nativos.

---

<sup>70</sup> Manuela Carneiro da Cunha (1990, p. 95) observa linhas divisórias a partir de 1550: entre os autores ibéricos, ligados à colonização, e os autores não ibéricos, ligados ao escambo; e entre autores católicos e autores protestantes. Cabe, entretanto, lembrar que no Maranhão do início de Seiscentos, os franceses desempenhavam o papel dos colonizadores, e os relatos de Claude d’Abbeville (1614) e de Yves d’Evreux (1615) refletem a tentativa de implantação de uma colônia francesa na zona equatorial, assim, são autores não ibéricos, mas preocupados com a administração dos pretendidos súditos de Luís XIII.

A Costa Leste-Oeste, durante todo o século XVI, foi região marginal da colonização portuguesa. O impacto dos primeiros contatos conflituosos, a presença de franceses e outros europeus negociando com os indígenas e as dificuldades da navegação, propiciaram maior agenciamento dos nativos que, de aguerridos “canibais”, transformaram-se em negociantes de paus de tinta, escravos e âmbar, principalmente. Desta forma, a sua posição no mundo colonial, ao mesmo tempo que estava no “limite” entre o “selvagem” e o “civilizado”, devido ao comércio realizado com os europeus, também os inseria no centro, ao fazerem parte de um dos circuitos (clandestinos, é certo) da economia mercantil ocidental.

Essa situação de região marginal, que se estendeu também durante o século XVII, apesar de algumas tentativas de colonização, foi decorrente da debilidade da presença oficial portuguesa na maior parte da costa norte, o que implicou, conseqüentemente, na exiguidade dos relatos, documentos, ou seja, na escassez de fontes escritas sobre os “tapuias” do litoral norte.

No século XVII, com a “conquista da Costa Leste-Oeste”, forma como a historiografia tradicional se referiu ao avanço da colonização portuguesa na costa norte brasileira, surgiram mais dados escritos, sendo ainda minguadas as informações sobre os tapuias da costa, enquanto que dos grupos de língua tupi, como potiguares, tupinambás e tabajaras, ao contrário, possuem-se mais informações. Dos tupinambás do Maranhão, do início do século XVII, que ocupavam apenas uma pequena parte na Costa Leste-Oeste, a Ilha de São Luís e proximidades, por exemplo, há extensos relatos oriundos de cronistas, como Claude D’Abbeville ([1614] 2002) e Yves D’Evreux ([1615] 2002), que por ocasião da tentativa de implementação da colônia francesa na Ilha de São Luís, estiveram entre estes indígenas, o primeiro, por quatro meses e o segundo, durante mais de dois anos. Os tupinambás, em suas negociações com os franceses, permitiram que estes se instalassem em suas aldeias, entre fins do século XVI e início do seguinte, na forma de aliados militares e parceiros comerciais. D’Evreux ([1615] 2002, p. 177-180), inclusive, narra uma campanha na qual franceses e tupinambás atacam um grupo tremembé, no primeiro decênio de Seiscentos. Os tupinambás apresentavam um modo de vida mais sedentário, em aldeias fixas, o que facilitou o acesso e atuação dos missionários, os quais depois produziram os relatos sobre eles.<sup>71</sup>

---

<sup>71</sup> Almir Diniz de Carvalho Jr. (2005) chama a atenção para o fato de que, quando os portugueses expulsaram os franceses do Maranhão, conseguiram obter o apoio dos tupinambás, já catequizados, o que facilitou o estabelecimento de uma aliança com os lusos (p. 40). Com o estabelecimento dos núcleos coloniais portugueses, e apesar da Coroa necessitar de populações aliadas e súditos, logo surgiram conflitos entre colonos e indígenas. “[...] Os antigos aliados tupinambá resolveram enfrentar os portugueses numa guerra, para bani-los de suas terras. Bem articulados e através de estratégias militares, que deixaram surpresos os

Dos indígenas tapuias que ocupavam a maior parte da costa norte, ao contrário, não se têm relatos tão extensos.

Como afirma Ferguson (1990, p. 238), a qualidade das informações, das “descrições”, que se possui sobre outras culturas é diretamente proporcional à intensidade da presença ocidental entre elas. Tal colocação é bastante condizente com a falta de informação sobre os “tapuias” da Costa Leste-Oeste, ou com a natureza esparsa dos relatos sobre os mesmos. Durante os séculos XVI e XVII, a presença europeia entre eles não se deu de forma efetiva, foi variada (espanhóis, franceses, holandeses e portugueses), mediada por conflitos entre os estrangeiros e por vínculos comerciais que, de certa forma, contribuíram para atrapalhar a constituição de núcleos de assentamento europeu e de catequese dos indígenas.

Sem dúvida, os indígenas souberam aproveitar sua condição de fornecedores de pau de tinta, não apenas aos estrangeiros, como aos próprios portugueses e colonos que iam à costa norte comercializar com eles, como se verá mais adiante. Através de negociações, como demonstra Boccara (2005, p. 38-42, tradução nossa) os indígenas “não submetidos” transitaram nas margens do mundo colonial devido “[...] à combinação de atividades diversas (guerra, pilhagem, diplomacia, comércio) em espaços fronteiriços distintos [...]”<sup>72</sup>, assim, conseguiam manter relativa soberania e autonomia. Como será visto adiante, os indígenas da costa norte realizaram essas atividades diversas e conseguiram manter-se nessa zona fronteira, à margem da colonização, mas em constante negociação com “os civilizados”, ainda por duzentos anos, após a chegada dos europeus.

Em virtude dessas negociações serem em sua grande maioria clandestinas, tem-se como consequência informações escritas rarefeitas, no período em estudo, sobre os costumes, a língua, a economia, a religião, enfim, sobre a cultura dos “tapuias” da costa norte, o que dificulta uma caracterização menos genérica no séculos XVI e até meados do século XVII. Contudo, no início dos anos Seiscentos, surge um elemento que paulatinamente contribui para a identificação dos indígenas que ocupavam as praias que hoje correspondem à costa leste do Maranhão, do Piauí e do oeste do Ceará: o etnônimo tremembé.

---

capitães europeus, inflingiram, aos novos invasores, pelo menos três anos de lutas e perdas. O mais significativo dessa revolta é que ela teve como liderança os *principais*, forjados no novo mundo colonial. Ao mesmo tempo, dela participaram não somente os gentios, sem civilização, mas, principalmente, os índios cristãos. Não se trata, portanto, de uma guerra nascida de uma resistência ao novo, entendido aqui como a luta pela manutenção de uma tradição anterior. Ao contrário, trata-se de uma guerra que teve lugar no novo mundo colonial, na qual seus protagonistas eram fruto deste mesmo mundo [...]” (CARVALHO JR., 2005, p. 57).

<sup>72</sup> “[...] gracias a la combinación de actividades diversas (guerra, pillaje, diplomacia, comercio) en espacios fronterizos distintos que los indígenas logran mantener su soberanía y autonomía [...]”.

#### 1.4 De tapuias da costa a tremembés

O início do século XVII é um período conturbado na costa norte. A fragilidade da presença da administração colonial na região contrastava com o comparecimento de piratas e mercadores franceses, ingleses, irlandeses e holandeses, que se aventuravam na costa e penetravam na bacia amazônica, chegando a fundar, inclusive, colônias. Até os primeiros quarenta anos do século, os portugueses ainda estavam politicamente atados à Espanha, que nesse período auferia enormes lucros, com suas possessões americanas, através da exploração de metais preciosos. Também a partir do início desse século, há um notável impulso de penetração e conquista, em direção às capitanias do norte. O rio Amazonas, que antes era um acesso teoricamente fechado à Portugal, em virtude de ficar no limite das suas terras conforme o Tratado de Tordesilhas, com a União Ibérica era um caminho que se necessitava abrir para se chegar às jazidas do Peru. (Cf. CARVALHO JR., 2005, p. 46-48).

O século XVII também é marcado pela invasão aberta de franceses e, depois, de holandeses, na costa norte das possessões ibéricas.

É nesse contexto, da expansão da conquista e da “guerra aos estrangeiros”, que aparecem e se tornam recorrentes, nos relatos e documentos, as denominações *tremembé* e *taramembé*, além das formas derivadas, para designar os indígenas da costa leste do Maranhão a oeste do Ceará (ainda não existia a capitania do Piauí). Não obstante, nesse período, ainda são vistas em crônicas e documentos, menções a eles como tapuias de curso, como observa o padre Antônio Vieira, em 1660 (RIC, 1904, p. 96, grifos da transcrição): “[...] os *Teremembés*, que são aqueles gentios que frequentemente se nomeião no roteiro desta costa com o nome de *Alarves*<sup>73</sup> [...]”.

Na Jornada do Maranhão, feita por ordem real, para a expulsão dos franceses da ilha de São Luís, o sargento-mor Diogo de Campos Moreno ([1614] 2002, p. 33) fala dos “[...] Tapuias do Parameri, chamados Teremembes [...]”, os quais viviam muito próximos ao Camuri (região de Camocim no Ceará, na barra do hoje chamado rio Coreaú). O rio *Parameri*, citado por Diogo de Campos Moreno, aparece claramente na “Província dos

---

<sup>73</sup>Interessante o uso deste termo que significa árabe beduíno e ao mesmo tempo designa rústico, grosseiro (HOUAISS, 2004). Os beduínos são nômades, o que explica a comparação. Anos antes (D’ANGLERIA, 1511), eles foram comparados aos citas, também nômades e depois, como será visto mais à frente, eles foram equiparados a “turcos infíeis”.

Taramambez de Guerra”, no mapa de João Teixeira de Albarnaz I (ca. 1629), entre o “Rio da Cruz” (Camocim - Coreaú) e “Parauasu”(Parnaíba).<sup>74</sup>



Mapa 3: Detalhe do Atlas do Maranhão de João Teixeira de Albarnaz I (ca. 1629).

Diogo de Campos Moreno ([1614] 2002, p. 34) também fala das últimas notícias que seu sobrinho, Martim Soares Moreno, enviara do *Pará*, forma contraída como também era chamado *Parauassu* (atual rio Parnaíba), antes de passar ao Maranhão, afirmando que o mesmo “[...] tratara amizades com os *Teremembés* [...]” entre fins de 1612 e começo de 1613.

Nos documentos que compõem a *Informação de Martin Soares de Moreno sobre o Maranhão* ([1613] ABN, 1904, p. 149-192), contudo, não há menção aos *tremembés*, somente aos *índios, naturais, nativos*, aliados dos portugueses ou franceses.<sup>75</sup>

Em documentos anteriores, como a *Relação do Maranhão* de 1608, do jesuíta Luiz Figueira (RIC, 1903), em que conta da tentativa de implantação de uma missão no Maranhão, sem conseguir, contudo, passar da Serra da Ibiapaba, onde seu companheiro, padre Pinto, foi

<sup>74</sup> Diogo de Campos Moreno e João Teixeira de Albarnaz I estão ligados através da publicação do livro *Rezão do Estado do Brasil*, de autoria do primeiro, que recebeu, posteriormente, os mapas de Albarnaz I (VARNHAGEN, 1975b, p. 116). Em outros mapas o Parameri é *Paronieri* (BLAEU, 1689), *Paramiri* (Aa, 1729) e *Paranamarin* (Bellin, 1757? – onde o Parnaíba já é *Paranaíba*). Essas variações vêm de *Paramirim*, rio pequeno, em tupi. Em todos esses mapas, é possível associar o topônimo à atual barra onde deságuam os rios Cardoso e Camurupim, no Estado do Piauí, sendo o *Parameri*, mais provavelmente, este último curso d’água. Observar que a data do início de 1600 aproxima-se da datação de cerca de quatrocentos anos, de um dos fragmentos cerâmicos encontrados no Sítio Seu Bode, na região do litoral do Piauí.(BORGES, 2004; 2006).

<sup>75</sup> Somando as informações dos Moreno, relatada por Diogo de Campos ([1614] 2002, p. 33) ao mapa de Albarnaz (ca. 1629), que atribui aos “Taramembes” a “Província” que vai, aproximadamente, da região de Jericoacoara para além do rio Parnaíba, e aos vestígios arqueológicos datados do final do século XVI (1590 +/- 20 anos), entendemos que as populações que nesta época ocupavam o Sítio Seu Bode, localizado próximo à barra do rio Camurupim, eram os “Tapuias do Parameri, chamados *Teremembes*”, referidos por Diogo de Campos Moreno, os mesmos “Taramembes de Guerra” de Albarnaz I.

morto pelos indígenas, há uma referência aos “índios do mar”, mas não fica claro se estes eram parentes dos índios tabajaras, que viviam a uma légua do litoral, ou se eram os “tapuias” da costa. Já na *Carta do Padre Luiz Figueira sobre as dificuldades da Missão do Maranhão*, de 1609 (RIC, 1903, p. 138-140), só há menção aos “tapuyas”, que ocupam as terras do rio Jaguaribe (Ceará), em diante, até o Maranhão (São Luís), segundo o padre: “[...] por diante desda praya começo os tapuyas, E toda a terra esta cheya delles”.

Assim, ao que tudo indica, são os franceses Claude d’Abbeville ([1614], 2002, p. 192) e Yves D’Evreux ([1615], 2002, p. 177-180) e o português Diogo de Campos Moreno ([1614], 2002, p. 33 et. seq.) que fornecem até os dias de hoje as primeiras referências escritas sobre os *tremembés*.

Mas qual seria a origem deste etnônimo?

De acordo com o *Vocabulário tupi-guarani-português* (BUENO, 1983, p. 302), a palavra tremembé viria de *tirimimbé*, que significa “o que escoa molemente, o embrejado, encharcado, alagadiço”, entretanto, neste dicionário, não há palavra primitiva que tenha dado origem a *tirimimbé*<sup>76</sup>, nesse sentido de embrejado, assim como não há palavras que se aproximem da forma *teremembé* (*teré* é um adjetivo: torto, torcido, virado, revirado), ou *taramembé* (*tara* significa espiga) no sentido que Bueno (1983, p. 293 e 281) aplica para *tremembé*.<sup>77</sup>

O *Diccionario da Língua Geral do Brasil que se falla em todas as villas, lugares e aldeas deste vastissimo Estado, 1771, Cidade do Pará* (2008) é uma importante fonte para o estudo em questão. De autor desconhecido, foi um dicionário produzido na costa setentrional, ou seja, apresenta as peculiaridades da língua geral na região. Segundo Lessa (2008, p.20), “[...] essa obra é maior que as anteriores, produzidas no período jesuítico, o que mostra a importância dessa língua em plena era pombalina [...]”, Lessa afirma, ainda, que o vocabulário da época permanece essencialmente tupi, apresentando pequena incorporação de termos do português.<sup>78</sup>

<sup>76</sup>As outras palavras que começam com *tiri*: *tiriba*, variedade de papagaio; *tiribobó*, que deflui fervendo ou borbulhando, que corre aos borbotões; *tiririca*, gramínea fina; *tiriru*, o recipiente da urina, bexiga (BUENO, 1983, p. 299).

<sup>77</sup>Conforme o Houaiss “no DHPT, tupi \*tĩrime'mbe 'terreno encharcado, pântano'; para Nascentes 'escoar molemente’”.

<sup>78</sup>Segundo Barros e Lessa na apresentação do *Diccionario* (2008): “Um dicionário português-tupi de 1771, com mais de seis mil verbetes, e uma pequena gramática com a conjugação dos verbos, pertencentes à Biblioteca da Universidade de Coimbra, são exemplos de fontes ainda inéditas sobre o uso do tupi no período pombalino, na Amazônia. A folha de rosto do manuscrito testemunha não só o uso corrente do tupi (“a língua que se fala”) em um período no qual ele estava proibido pelo Diretório dos Índios, como também a ampla extensão geográfica do seu emprego (“todas as villas, lugares e aldeas deste vastissimo Estado [do Pará]”).

Como o encontro consonantal (tre) não faz parte do tupi, buscou-se no *Dicionário da Língua Geral do Brasil...* palavras começadas por “t”. Os vocábulos que merecem ressaltos são: o mais próximo do tirimimbé é *tiric*, que significa torrar; começados por *tara* e *tera* há: *taracaya*, tartaruga redonda; *tarapapeba*, osga (lagartixa ou asco); há também o *taraú pirá*, peixe quatro olhos; e *teraýma*, pagão. O termo *mebec* aparece no *Dicionário da Língua Geral...* como “coisa macia” e *membéca*, coisa fraca, contudo, há no manuscrito o termo *mbáe igapó oguereco oáe*, que significa “coisa alagadiça”, onde *mbáe* é coisa e *ygapó* é “Alagoa”. Para Bueno (1983, p. 133) *igapó* é lugar alagadiço. *Mbáe igapó*, portanto, pode ser uma referência à área pantanosa, mangue.<sup>79</sup>

Segundo Lessa (2008, p. 2), conforme os indígenas se depararam com coisas e conceitos novos, para os quais não havia correspondentes em sua língua, naturalmente atribuíam “[...] novos significados a velhos vocábulos [...]”, assim como criavam novas palavras e expressões. “[...] No entanto, como as introduções eram mediadas pelos colonizadores e o contato com estes se intensificava, os índios começaram a utilizar-se de empréstimos”, ou seja, incorporavam termos do português (ou de outras línguas conforme o contato) ao seu idioma.

Os poucos empréstimos do português diagnosticados por Lessa, em pleno século XVIII, na região Amazônica, provavelmente denunciam o caráter peculiar da colonização das capitanias do norte, onde somente no século XVII os portugueses conseguiram instalar-se em núcleos definitivos no Maranhão, Pará e Amazonas. Os poucos empréstimos não implicam, entretanto, em baixa frequência da utilização dos termos, assim, apesar de ainda poucos vocábulos do português terem sido incorporados à língua tupi, no Pará, nesta época, algumas palavras vindas do português, como papel, *papéra*, faziam parte do cotidiano dos índios (LESSA, 2008, p. 6), demonstrando os intercâmbios culturais realizados.

Retornando ao etnônimo *tremembé*, verificou-se que o início do vocábulo (ou *tirimimbé*, *taramembé*, *teremembé*) não possui ligação satisfatória com qualquer outro vocábulo tupi, que signifique o lugar encharcado, embrejado, que é o sentido mais comumente aceito e empregado. O final da palavra, *membé* (*mbáe*, *mbaé*, *mbaê*) pode realmente vir do tupi, cujo significando é *coisa* (BUENO, 1983, p. 178; GONÇALVES DIAS, 1858, p. 403).

---

<sup>79</sup>Segundo o HOUAISS (2004), “mangue” tem origem controversa vinda do caribe ou do espanhol “[...] tem sido associado ao esp. *mangle* (1519) ‘arbusto rizóforo que cresce em áreas lamacentas’, voc. caribe, prov. do taino; f.hist. 1513 *mangues*, 1596 *mangre*, 1716 *mangle*”. Observar que os caribes habitaram também a costa setentrional da América do Sul, e, assim, as possibilidades de influência entre os vocábulos.

Poder-se-ia aventar, assim, que houve um empréstimo de outra língua na composição da palavra?

Bueno (1983, p. 347), ao apresentar o dicionário de Gonçalves Dias, informa que o autor baseou sua obra na *Poranduba Maranhense* e outros documentos da região, e afirma que “[...] bem pouco há de tupi e quase em toda a sua totalidade consigna as deturpações do nheengatu do Amazonas, Pará e Maranhão [...]”. A crítica à obra de Gonçalves Dias, na realidade, torna-a mais interessante para este trabalho, que não busca a pureza originária da palavra, mas justamente valoriza a mistura, a invenção proveniente do processo de contato, e, principalmente, porque ela se baseou em documentos do norte. A palavra “Tremembé” aparece na segunda parte do Dicionário do poeta, dedicada aos topônimos: “Rio e bairro da capital paulista, cidade no município de Taubaté, S. Paulo. De **tere-membé**, o brejo que treme, tremedal” (GONÇALVES DIAS, 1859, p. 560-561, grifos do autor).

A corrupção da palavra é justamente a proposição de Theodoro Sampaio (1901), que analisa a palavra “tremembé” dentro de seu capítulo “Das alterações fônicas no tupi sob a influência da língua portuguesa”. Segundo Sampaio (1901, p. 54-55, grifos do autor):

“No sul do Brasil se designa muitas vezes pelo nome *tremembé* ao lugar apaúlado, a uma bacia natural encharcada e coberta de vegetação aquática, ou ao mesmo brejo, vocabulo que parece de procedencia Guarany, ou corruptella de *tereré-membeca* ou *teré-membé*, que quer dizer jorro, curso de água que se abranda, que se espraia amollecendo. Entre o gentio que outr’ora occupou as costas norte do Brasil se faz menção de uma tribu de *Tremembés*. É bem provavel, porém, que o nome lhes venha da região que habitavam, talvez alagadiça ou encharcada.”<sup>80</sup>

Ora, as abordagens de Gonçalves Dias e Theodoro Sampaio, e notadamente esta última observação de Sampaio, são aproximadas da tradição oral.

Segundo depoimento recente, realizado pelo senhor Estevão Henrique no ano de 2005 (BORGES, 2006), índio tremembé habitante da localidade de Tapera, no município de Itarema, no Ceará, o nome de seu povo vem de *tremedal*, que significa mangue, porque segundo ele, os tremembés frequentavam os mangues das praias, em busca de peixes,

---

<sup>80</sup> Como nos outros dicionários, no de Sampaio não existem outras palavras que poderiam ligar satisfatoriamente a palavra a brejo ou lugar encharcado. As palavras mais próximas, iniciadas por *tara* e *tare* são: “Tararé corr. itararé, sumidouro, caverna, conducto subterrâneo; S. Paulo; Tareiry, corr. tarair-y, rio das trahiras; Rio Grande do Norte”, não há palavras iniciadas por *tere* nem *tiri* (SAMPAIO, 1970, p. 286), quanto à provável influência guarani, na região norte, o próprio autor assinala que, provavelmente, a palavra tremembé teria mais ligação com a região que habitavam, do que com esta influência guarani.

mariscos e crustáceos e, de forma estratégica, neles se “atocaiavam” e armavam emboscadas contra os inimigos.

É importante valorizar a informação do senhor Estevão Henrique, que forneceu uma pista importante para a composição do vocábulo *tremembé*, a qual, mesmo nas variações sem o encontro consonantal, não possuía uma palavra primitiva no tupi que remetesse ao sentido comumente aceito de lugar alagadiço, embrejado, como possui o termo *tremedal*. O significado de Tremembé, vindo de tremedal, tem um sentido muito específico para os tremembés atuais, assim como pode ter tido também o mesmo sentido para os tremembés do passado: de se esconder, de se atocaiar, de tirar a subsistência dos manguezais. Na tradição oral, estão implícitas as reelaborações feitas pelos grupos humanos, as quais não possuem objetivos puramente históricos, no repasse das informações, mas também objetivos políticos e sociais, dentre outros (cf. VANSINA, 1968).<sup>81</sup>

Como se pôde observar, há na parte final da palavra *tremembé* e nas suas outras formas mais usuais, como *taramembé* e *teremembé*, provavelmente uma origem tupi que significa *coisa*. O começo da palavra, contudo, seguindo a opinião de Theodoro Sampaio e da tradição oral, viria de *tremedal*, uma referência a lugar alagadiço, mas especificamente no litoral norte, aos mangues tão presentes na Costa Leste-Oeste.

Assim, a palavra *tremembé* corresponderia à junção de dois vocábulos, um vindo do espanhol/português, *tremedal*, e outro do tupi *mbáe*. É uma hipótese bastante coerente, que a palavra seja realmente uma superposição de termos, do espanhol/português e do tupi/língua geral, que juntos formaram o vocábulo *tremembé*, para designar os grupos de nativos que viviam na costa norte brasileira e que eram conhecidos por viverem próximos e se esconderem nos manguezais, nas áreas de pântano.

As variações *taramembé*, *teremembé*, dentre outras, provavelmente corresponderiam às adaptações fônicas dos índios tupis, como eles falariam a palavra sem o encontro consonantal (tre), além de poderem representar, também, as apropriações realizadas pelos tupis, no ato de nomear o outro. Por exemplo: *tarambicé* significa “odiento, rancoroso, inimigo feroz” (BUENO, 1983, p. 281); *taracaya* (DICCIONÁRIO, [1771] 2008) que significa tartaruga, no tupi, era alimento e objeto de troca tradicional entre os tremembés e pode ter influenciado na

---

<sup>81</sup>Tremedal tem sua primeira aparição registrada em dicionário, segundo o Houaiss (2004), no ano de 1399, sendo de provável origem espanhola. Designa *área de pântano, lodaçal* (HOUAISS, 2004). No *Diccionario de la Lengua Castellana* de 1739, tremedal, significa “sítio ou lugar enlameado [de lodo], que com pouco movimento que haja treme” (“[...] *el sitio o parage cenagoso, que con poco movimiento, que se haga, tiembla*”). Daí a palavra tremedal vir do latim tremere: porque na área pantanosa o chão treme ao se pisá-lo, é instável. Observa-se que esta é a concepção da qual se aproxima Gonçalves Dias, que além de ser maranhense, escrevia apoiado em fontes maranhenses.

composição do vocábulo *taramembé*. Nesta hipótese, a palavra seria toda de origem tupi/língua geral, e, provavelmente, designaria como os povos desta língua denominavam os “tapuias” do litoral setentrional, que apreciavam os quelônios na alimentação, e/ou negociavam produtos e subprodutos advindos das fartas tartarugas existentes no seu litoral (de onde deve vir o nome da praia de Jericoacoara – Ceará, localizada no território dos tremembés e que em tupi significa “buraco das tartarugas”).

De qualquer forma, somente um estudo linguístico mais apurado poderia corroborar ou refutar estas hipóteses<sup>82</sup>. O que se pretende salientar, contudo, são as possibilidades plurais de composição dos etnônimos, que refletem as emergências dos grupos em contato com *outros* distintos, os quais, dentro dos seus universos culturais e da complexidade dos momentos históricos, nomeavam, de forma diferente, as mesmas populações, assim, os dois etnônimos: tremembé e taramembé e variações, poderiam refletir as diferentes formas de nomear tanto dos portugueses, como dos tupis, não só devido às diferentes fonias, mas também devido às diferentes características atribuídas e relações efetuadas com o *outro*.

As novas maneiras de se reportar aos antes chamados tapuias da costa, como tremembés, taramembés ou teremembés, constituem uma moeda de dois lados: por um lado sintetizam as práticas de conquista, que para poder *colonizar*, precisam, primeiramente, disciplinar os homens e o espaço: os tapuias transformam-se nos taramembés e seu território, na “Província dos Taramembés de Guerra”, a qual é cartografada, no mapa de Albernaz I (1629), que funciona como uma certidão de nascimento. Tal situação reflete aquilo que Pacheco de Oliveira (2004, p. 24, grifos do autor), chamou de “*processo de territorialização*” e que pode ser resumidamente definido pelo “[...] movimento pelo qual um objeto político-administrativo [...], no Brasil as ‘comunidades indígenas’ – vem a se transformar em uma coletividade organizada, formulando uma identidade própria [...] reestruturando as suas formas culturais [...]”. Por outro lado, refletem a capacidade adaptativa dos indígenas frente ao processo de colonização, que se recriam, enquanto entidades capazes de negociar com os *outros* que surgem nos seus percursos históricos.

É nítido o duplo processo de etnificação e etnogênese dos tremembés, ocorrido na Costa Leste-Oeste, em uma conjuntura marcada pelos confrontos entre portugueses e franceses, os quais tinham por aliados principalmente indígenas de língua tupi.

Segundo Boccara (2005, p. 44, tradução nossa) o termo etnificação,

---

<sup>82</sup>Não foi conseguida a análise de um especialista linguista, mas os que foram informalmente consultados afirmaram ser a hipótese totalmente plausível.

[...] serve para caracterizar os dispositivos coloniais (de Estado e capitalista) que produzem efeitos de normalização [estabelecer normas para; padronizar] e espacialização e participam da criação do étnico através da reificação das práticas e representações das sociedades indígenas [...]<sup>83</sup>.

Ainda segundo este autor, etnogênese “[...] remete à capacidade de criação e adaptação das entidades indígenas e a emergência de novas formações sociais [...]”<sup>84</sup>. Interessante observar como o caso dos tremembés também se encaixa na proposição de Hill (1996, p. 1), que afirma que o conceito de etnogênese deve ser entendido, além da emergência histórica de grupos, como uma adaptação criativa a uma história de violentas mudanças: os portugueses vinham em guerra com os franceses, avançando pela Costa Leste-Oeste, no intuito de implementar nessas colônias do norte, “sua civilização”, portanto, o contexto era de conflito aberto.

Outra perspectiva sobre etnogênese que também se encaixaria na situação é a de Anderson (1999, p.4 *apud* MONTEIRO, 2001, p. 56-57), para quem o processo pode representar a transformação de pequenos bandos, que “[...] transformaram as suas culturas para se unir a outros grupos, abandonando as suas línguas, suas práticas sociais e mesmo processos econômicos para atender as demandas da nova ordem [...]”.

As possibilidades acima aventadas, de se tratar de apenas um ou de mais grupos étnicos, que habitavam a região, não modifica a situação: um grupo(os) (quer pertencente à mesma etnia ou não) foi(ram) diferenciado(s), normalizado(s) e cartografado(s) dentro de um limite que se precisava romper, um limite, segundo Boccara (2005, p. 32-34) espaço-temporal (território não conquistado; tempo selvagem, fora da história, portanto fora da civilização).

[...] os dispositivos de conquista geram selvagens nas margens, e estes selvagens são reificados para ser finalmente incorporados, através de mecanismos quase standardizados, que encontramos em todas as Américas fronteiriças: o requerimento, a cruz, a capela e o fiscal de índios são elementos centrais na tecnologia de marcação e apropriação simbólica do território índio, além da humilhação e deslegitimação dos ‘feiticeiros’ indígenas, o discurso sobre o mundo selvagem nômade e canibal, etc. Todos estes dispositivos simbólicos e discursivos devem ser interpretados como práticas de liminaridade e de construção de alteridade. [...]. O limite separa e logo, em um segundo tempo, através de sua metamorfose em fronteira, estabelece uma relação de sujeição política, de dominação social, de controle

---

<sup>83</sup> “[...] sirve para caracterizar los dispositivos coloniales (de estado y capitalista) que producen efectos de normalización y espacialización y participan de la creación de lo étnico a través de la reificación étnica de las prácticas y representaciones de las sociedades indígenas [...]”.

<sup>84</sup> “[...] remete a la capacidad de creación y adaptación de las entidades indígenas y la emergencia de nuevas formaciones sociales [...]”

cultural e de exploração econômica” (BOCCARA, 2005, p. 34, tradução nossa).<sup>85</sup>

O etnônimo tremembé e suas variações têm sua gênese, emergem, no contexto da colonização, portanto, são resultantes de uma “lógica mestiça”, como propõe Bocarra (2000, p. 8), tendo o próprio vocábulo, ao que tudo indica, esse teor de mistura. São construções resultantes do etnocentrismo do outro, mas, por outro lado, também são produtos de reelaborações, resultantes de processos de transculturação<sup>86</sup> realizados pelos indígenas.

Como propõe Monteiro (2001, p. 24),

[...] as novas denominações espelhavam não apenas os desejos e as projeções dos europeus, como também os ajustes e as aspirações de diferentes populações nativas que buscavam lidar – cada qual à sua maneira – com os novos desafios postos pelo avanço do domínio colonial [...].

Dessa maneira, havia não apenas a nomeação do outro, mas a apropriação, ou não, dos nomeados, o que torna mais complexa a análise dos nomes dos grupos indígenas. De acordo com Poutignat e Streiff-Fenart (2008, p. 155-159), apesar de a nomeação ser produtora de etnicidade, isso não invalida que é através de relações dialéticas, entre os de dentro (os nomeados) e os de fora (os que nomeiam), que é construída essa etnicidade: “[...] um processo dinâmico sempre sujeito à redefinição e à recomposição”.

Não há dúvidas de que “tremembé” é uma construção pós-contato, contudo, o pressuposto de que “tremembé” seja uma construção da época moderna, não significa, que o grupo étnico, ou os grupos étnicos, que compõe(m) essa construção, não tenha(m) uma existência anterior ao contato, e que a sua emergência na história colonial, enquanto *tremembés*, não se tenha dado através de negociações, por meio do agenciamento dos próprios indígenas, realizado por um grupo étnico ou vários grupos que viviam no litoral. As situações desencadeadas pela chegada dos europeus não criaram o agenciamento indígena, apenas potencializaram determinadas configurações, assim, o contato com os europeus não apenas

---

<sup>85</sup> “[...] *En fin, los dispositivos de conquista generan salvajes en los márgenes y estos salvajes se encuentran reificados para ser finalmente incorporados a través de mecanismos casi estándares que encontramos en todas las Américas fronterizas: el requerimiento, la cruz, la capilla y el fiscal de indios son elementos centrales en la tecnología de marcaje y apropiación simbólica del territorio indio, además de la humillación y deslegitimación de los ‘hechiceros’ indígenas, el discurso sobre el mundo salvaje nómada y caníbal, etc. Todos estos dispositivos simbólicos y discursivos deben ser interpretados como ritos de liminalidad y de construcción de alteridad. [...]. El límite separa y luego, en un segundo tiempo a través de su metamorfosis en frontera, establece una relación de sujeción política, de dominación social, de control cultural y de explotación económica*”.

<sup>86</sup> Conceito abordado na Introdução.

intensificou as guerras entre os grupos indígenas, mas também gerou alianças, aglutinações e confederações. (Cf. FERGUSON , 1990; WHITEHEAD, 1993; 1999).

É a partir dessa perspectiva que também se propõe falar de etnogênese. Os grupos que viviam do litoral tiveram que se reinventar, diante da presença europeia. Tiveram que se adaptar às conjunturas históricas que aconteciam em suas praias, seguindo a proposição de Hill (1996, p. 1) de que o processo de etnogênese deve ser entendido, também, como “[...] uma adaptação criativa a uma história de violentas mudanças [...]”. No caso dos indígenas da Costa Leste-Oeste, as violentas mudanças, como será visto nos capítulos seguintes, iniciam-se desde o final do século XV, com a chegada dos espanhóis à costa setentrional da América do Sul.

Ocorreram não apenas mudanças violentas, conforme a petição do filho do donatário João de Barros (DIJB, 1917, p. 154-155), que em meados do século XVI, informou sobre o constante comércio dos “gentios” com os franceses; mas houve também *violências*, de acordo com na mesma petição de Jerônimo de Barros, o qual afirmava que o “gentio” da sua capitania, era constantemente assaltado e levado como escravo para as Antilhas.<sup>87</sup>

Tais relações com os europeus por certo implicaram em rearticulações dos indígenas da costa, que para enfrentar a dinâmica imposta pelos contatos com os adventícios, adaptaram-se ao comércio, mas também se prepararam para os conflitos.

\*\*\*

Como propôs Thomas Pompeu Sobrinho (1951, p. 258), os tremembés poderiam pertencer a um “[...] mesmo tipo étnico [...]”, que estaria disperso “[...] desde a foz do rio Gurupi até a foz do rio Apodi, isto é, toda a costa dos atuais Estados do Maranhão, Piauí e Ceará [...]”, quando chegaram os primeiros exploradores europeus<sup>88</sup>. Nesse caso, o processo

---

<sup>87</sup>Como se verá adiante, Barros também informa que os franceses “tomaram” pau-brasil nos “pitiguares”. Essa diferenciação é importante, pois os potiguares não mais aparecem no discurso de maneira genérica, enquanto que os demais índios da costa norte são tratados por gentios. Há uma demarcação territorial também esclarecida por Jerônimo de Barros que inicia sua petição informando que tem uma capitania no Brasil de cinquenta léguas “[...] ao longo da costa dos Pitigares e vinte e cinco na boca do rio Marenham [...]”. O Maranhão tornar-se-ia Estado do Maranhão apenas em 1621, portanto, na época da petição de Jerônimo de Barros, referir-se ao Maranhão não significava apenas a região do golfo maranhense, mas de maneira genérica significava boa parte da costa norte.

<sup>88</sup>Para o cearense, eles seriam descendentes dos ocupantes primevos do litoral brasileiro, hipótese que os ligaria aos construtores de sambaquis. Conforme já foi colocado, as pesquisas arqueológicas, ainda que iniciais,

de etnogênese dar-se-ia, utilizando o conceito conforme propõem Jong e Rodriguez (2006, p. 10), enquanto transformação de um mesmo grupo, que a partir de suas relações com o *outro* incorporaria elementos exógenos e se redefiniria e reconstruiria, no caso, enquanto *tremembés*.<sup>89</sup>

Por outro lado, os *tremembés* também poderiam representar diferentes grupos de “indígenas tapuias”, que viviam na costa norte, basicamente da pesca, não possuíam agricultura, nem aldeias fixas, e que não necessariamente constituiriam aquilo que se convencionou chamar de “grupo étnico”, no sentido weberiano do termo, ou seja, não eram obrigatoriamente grupos que possuíam ou nutriam a crença de uma origem comum (WEBER, 1991, p. 270)<sup>90</sup>.

Entretanto, estes grupos, que antes poderiam se enxergar através de suas diferenças, durante o processo de colonização, passaram a se construir enquanto uma mesma comunidade, se transformando, assim, em um mesmo grupo étnico, a partir dos usos que fizeram da generalização realizada pelos *outros*, neste caso, europeus e tupis, para caracterizá-los.

O etnônimo, neste caso, constituir-se-ia num termo guarda-chuva, do qual fizeram uso diversos grupos populacionais que viviam na Costa Leste-Oeste, cem anos pós-contato (já que a palavra só aparece no século XVII), os quais, após a nomeação do *outro* e através de suas próprias reelaborações por meio de alianças, ou de quaisquer outras formas de coligação, passaram a ser considerados e passaram a se construir como *tremembés*. (Cf. BOCCARA, 2000; 2001).

Poutignat e Streiff-Fenart (2008), cientes das ambiguidades e contradições que envolvem os conceitos de etnicidade, afirmam que uma identidade étnica, como no caso, a dos *tremembés*, é orientada pelo passado e se constrói através de um processo dialético, sujeito a redefinições, recomposições e manipulações constantes dos atores. Os autores deixam claro que a manutenção das fronteiras étnicas é feita através de transformações,

---

confirmam na costa do Pará, Maranhão, Piauí e Ceará, a ocupação milenar de povos com economia ligada à pesca, caça e coleta (BANDEIRA, 2008; BORGES, 2004; 2006; GASPAR; IMAZIO, 1999; SILVEIRA; SHAAN, 2005; VIANA; SOARES; SOUZA, 2007).

<sup>89</sup>“Por su parte, la noción de etnogénesis [...] ha sido utilizada recientemente para dar cuenta de procesos variados que mostrarían las transformaciones de un mismo grupo a través del tiempo (ya incorporando elementos exógenos, o redefiniendo y reconstruyendo el self a partir de la relación con el otro) [...]” (JONG; RODRIGUEZ, 2006, p. 10).

<sup>90</sup>Segundo Weber (1991, p. 270, grifos do autor): “[...] chamaremos grupos ‘étnicos’ aqueles grupos humanos que, em virtude de semelhanças no *habitus* externo ou nos costumes, ou em ambos, ou em virtude de lembranças de colonização e migração, nutrem uma crença subjetiva na procedência comum, de tal modo que esta se torna importante para a propagação de relações comunitárias, sendo indiferente se existe ou não uma comunidade de sangue efetiva [...]”

mudanças, ou seja, os atores, em sua constante reconstrução de si (grupo), fazem-se os mesmos (alterados), através de processos constantes de transmutação do nós.<sup>91</sup>

Para Barth (2000), a “identidade” está ancorada na noção das fronteiras étnicas e sua manutenção. O autor chama a atenção para o aspecto atributivo e identificador do grupo étnico, enquanto categoria empregada pelos próprios atores sociais (p. 27), ressaltando o caráter processual da geração e manutenção dos grupos étnicos, o qual se efetiva através da construção e manutenção de fronteiras. Estas fronteiras étnicas são construídas pelo próprio grupo e assumem diversos níveis de permeabilidade, em relação à interação com *os outros*: a dicotomização entre o *ser* e o *não ser* membro de determinada sociedade vai depender de diversos fatores, dentre os quais, as circunstâncias econômicas, políticas, sociais, ecológicas, etc., endógenas e exógenas. Assim, diferentes circunstâncias vão gerar diferentes “performances” identitárias (BARTH, 2000, p. 48-49).<sup>92</sup>

Transmutando-se em “tremembés”, os indígenas da Costa Leste-Oeste participaram das histórias das colônias portuguesas (Estado do Brasil e Estado do Maranhão) que foram sendo construídas na América. Nesse processo, como tantos outros grupos indígenas, opuseram-se ao contato, realizaram negociações, comercializaram com os europeus, foram obstáculos à colonização, colaboraram com os colonizadores, em suma, foram agentes históricos que, conforme Almeida (2003, p. 101), de acordo com as complexas circunstâncias históricas, possuíam menor ou maior poder de barganha, para conseguir atender ou não aos seus interesses e expectativas.

Assim, os indígenas da Costa Leste-Oeste durante os séculos XVI e XVII foram múltiplos: dos pescadores-coletores-caçadores vistos primeiramente como “canibais”, passaram a ser “tapuias”, “gentio melhor que há”, como colocou Gabriel Soares de Sousa, dos gentios “selvagens” de corso, se transformaram no “valentes” tremembés, citados por Yves d’Evreux.

---

<sup>91</sup>Entre tantas mutações e manipulações, como as identidades étnicas não são totalmente transformadas em outras? Elas são constantemente transformadas, mas, de acordo com Ricoeur (1992, apud POUTIGNAT; STREIFF-FENART, 2008, p. 80, tradução nossa), através de uma “[...] fidelidade criativa em relação aos eventos fundadores que lhes estabelecem no tempo [...]”.

<sup>92</sup>Um ponto criticado por Villar (2004) diz respeito ao excesso de “*free choice*” que Barth atribui ao ator individual. Segundo suas palavras (p. 185): “[...] Os grupos étnicos reinventam-se [...] mas isso não é incompatível com a idéia de o fazerem com base em condições transmitidas, institucionais, tradicionais, que podem ser variáveis, mas que existem e se impõem às dinâmicas de pertencimento étnico. [...]. A teoria da etnicidade não se pode basear somente no momento ‘criativo’ (e carismático) da constituição das fronteiras étnicas, mas deve também contemplar, necessariamente, o processo de ‘institucionalização’ desses limites. Isso nos leva a um novo problema. Os grupos dedicados a ‘negociar’ suas estratégias em cada interação, geralmente não dispõem, todos, dos mesmos recursos para fazê-lo: alguns são mais iguais que outros e têm mais possibilidades de materializarem as identidades que lhes convierem [...]”.

Durante esse longo caminho os indígenas tiveram, várias vezes, que se reinventar. Os papéis de “selvagem” e de “gentio de paz”, eram assumidos de acordo com as circunstâncias históricas: às vezes era melhor negociar, outras vezes era mais prudente afastar os adventícios, como nos primeiros encontros entre os indígenas da costa norte e os europeus, como se falará adiante.



## *Capítulo 2*

*Primeiros Contatos : entre o esconder-se,  
o “maravilhamento” e o conflito*

A partir de um desenho de Jan Van der Straet, Michel de Certeau (2002, p. 9) prefacia seu livro *A escrita da história*, remetendo à cena inaugural do encontro entre Américo Vespúcio, o “Descobridor”, e a “América Índia”. A representação do *homem* que vem do mar, de “[...] pé, vestido, encouraçado, cruzado [...]” se contrapõe à da *mulher* deitada em uma rede, nua, em sinal de receptividade, “[...] corpo que desperta num espaço de vegetações e animais exóticos [...]”. A estética do artista e a escrita do historiador, com objetivos diferentes, assinalam o discurso da *história europeia* que passa a ser *inscrita* no espaço que ganha, inclusive, o nome do “Descobridor”: América.

É possível imaginar outra cena, com outros personagens e outra conotação: Vicente Yañez Pinzón, também descobridor, vestido e armado, desce do seu batel. Não há índia nua, os corpos nus provavelmente se escondem atrás da paisagem. Não há rede, nem sinal de receptividade, apenas pegadas descalças que marcam uma presença, a presença nativa dona das areias. Outro dia, cena diversa: sinais de fogo na praia, arcos e lanças nas mãos dizem *não* ao intruso que vem do mar, *não* à sua in(di)scrição. Há senhores nas dunas, donos daquele chão.

As primeiras tentativas europeias de apropriação da costa setentrional do continente sul-americano espelham esse contraste de situações: encontros pacíficos, permeados de espanto e maravilhamento; desencontros armados caracterizados pelo conflito.

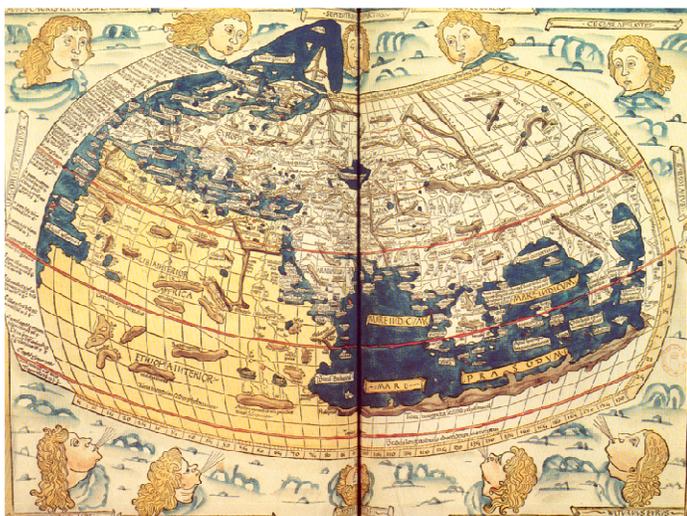
As histórias dos contatos que se desenvolveram nesta costa, entre indígenas e europeus, têm preâmbulos ainda escondidos sob as dunas, algumas informações para sempre perdidas no fogo de arquivos incendiados na Europa, em segredos não contados de mercadores e piratas, em memórias não registradas dos personagens que as viveram... Fragmentos perdidos de um passado, que parece naufragado sob os escombros da História da Civilização Brasileira. Esta, escrita em letras maiúsculas, desconsiderou os protagonistas anônimos que andaram sobre as praias do litoral setentrional, tanto os nativos como os ádvenas.

Mesmo diante do importante problema da escassez de documentos, pretende-se, nesse capítulo, fomentar a discussão sobre a presença europeia na costa setentrional da América do Sul, inclusive na brasileira, desde o final do século XV. É preciso desconsiderar as fronteiras territoriais atuais, e pensar que os grupos indígenas que viviam na costa norte da América do Sul poderiam relacionar-se entre si, assim, uma maior assiduidade nos contatos entre europeus e nativos, desde os primeiros descobrimentos colombianos no Caribe e depois na costa norte da América do Sul, provavelmente também afetariam as sociedades indígenas da costa setentrional brasileira, mesmo que de forma indireta. Afinal, como coloca Hill (1996, p. 7-9) a

ideia de que as sociedades indígenas viviam isoladas uma das outras reflete uma perspectiva eurocêntrica.

Almeja-se, ainda, demonstrar que a história inicial dos contatos entre europeus e indígenas da costa norte brasileira, a “descoberta” dessa costa, está intimamente ligada à “descoberta da América”, à expansão marítima e comercial espanhola e ao plano de Colombo de chegar, pelo caminho do ocidente, às Índias.

### 2.1 A “descoberta” de *Mundus Novus*



Mapa 4: Reprodução de Johannes de Armsshein (1482) do *Mapa-múndi* de Ptolomeu [ca. 100 – ca. 178].

Os primeiros encontros entre o Velho e o Novo Mundo, designados por Todorov (2003, p.6) como “extremos”, pois para ambos os lados imperava a ignorância um do outro, são, sobretudo, encontros de mundos antes separados por um oceano que, de “Mar Tenebroso”, limite geográfico e ideológico de um *Ocidente* em construção-expansão, passou a ser caminho de riquezas,

rota de maravilhas, fronteira transposta de um lado; arauto da intrusão, via da invasão do outro. Mar *cruzado* em dois sentidos: transpassado geograficamente e também portador da *cruz* e da *espada*.

O chamado “Mar Oceano” era o único conhecido pelos europeus até o século XV, pois apesar do contato com os povos orientais, não tinham conhecimento do Oceano Pacífico e acreditavam que o Índico era apenas um mar interior, como o Mediterrâneo (ABADIA, 1991; ALBUQUERQUE, 1975). Não obstante serem continentes conjugados ao seu, ignoravam, igualmente, quase a totalidade da África negra, e da Ásia conheciam mais fantasias do que propriamente a realidade. Segundo Cortesão (1975, p. 13-16) “[...] o homem não conhecia o homem nem a terra que habitava [...]”, assim, o que dizer da América, senão que realmente foi “descoberta” *para* eles, a partir das chamadas Grandes Navegações?

Vale ressaltar que, diante do confronto, da conquista e do massacre, a palavra “descobrir” adquiriu um sentido negativo, depois que foi deveras empregada por uma historiografia eurocêntrica, de maneira eufêmica, e mesmo apologética, no que diz respeito às ações dos europeus, quando da sua chegada à América. Em muitos casos, “descobrir” foi utilizado significando que os europeus traziam ao mundo, considerado bárbaro, as luzes da civilização e da religião cristã

No caso da expansão europeia, o descobrir é também uma “invenção”, porque além do que um desvelar, um “des-ocultar” (GODINHO, 1998, p. 64), o descobrir é um ato de inscrição. Vicente Pinzón, ao *descobrir* a costa norte brasileira *inscreveu* em penhas e nos troncos das árvores, os atos de posse do território, em nome dos Reis Católicos, mesmo observando pegadas na areia, o que lhe sugeria que aquele território já tinha seus senhores, inventou *Santa Maria de la Consolación*. Cabral, após alguns dias de contato amistoso com os donos da terra, legitimou a posse do território fincando uma cruz, “[...] com as armas e divisas de Vossa Alteza [...]”, conforme comunica Caminha ([1500] 2002, p. 115) em sua famosa Carta, como a batizar, a então, *Ilha da Vera Cruz*. Colombo “o descobridor” é também “o nomeador”, e assim ele funda as ilhas de *San Salvador*, *Santa María de la Concepción*, *Fernandina*, *Isabela*... nomes que simbolizam a investidura do duplo poder sagrado e temporal: o rei e a rainha dos céus, e o rei e a rainha da Espanha.

Como afirma Zavala (1992, p. 4), a invenção faz “[...] parte do arsenal simbólico que se tem empregado para apoderar-se do mundo”. A coisa descoberta passa a existir em um registro, ela é nomeada e empossada. Dessa forma, os primeiros contatos entre europeus e povos americanos já são permeados por essa noção de “descobrimento” que traz em si o ato de expropriação, pois desqualifica a posse territorial dos nativos.

Nesse sentido, a “América” e o “Brasil” foram realmente descobertos, inventados e construídos após a chegada dos europeus. A “América”, nomeada e construída como tal, só passou a existir após a chegada dos europeus, antes ela era *Pindorama*, *Guaanani*, *Mariamtabal*, *Paricora*, dentre outras tantas denominações nativas, tragadas pelo processo colonizador, que no afã de renomear, para poder, assim, possuir, *desnomeou* muitas coisas.

A América e o Brasil são construções, entretanto, elas não foram realizadas apenas pelos europeus, mas também pelos indígenas, já que estes participaram, ativamente, de todo o processo de formação do “Novo Mundo”. Este, que foi tecido desde a descoberta-invenção, construído como “América”, essa própria uma grande generalização, também foi obra dos que estavam do lado de cá do oceano, que não apenas sofreram as imposições dos sistemas econômicos e ideológicos dos europeus, mas que *criaram* maneiras de viver perante elas.

Os habitantes das sociedades que aqui se encontravam também descobriram novas coisas, novos homens e um novo mundo do qual eles ouviam notícias que existiam do outro lado do mar. Esses homens também inventaram maneiras de conviver com um *outro*, que se interpôs à sua frente, reinventaram seus mundos e reinventaram a si próprios.

Deve ser dito, além, que o Novo Mundo também passa a inscrever-se no Velho; que os europeus também tiveram que se adaptar ao *Mundus Novus*, como bem demonstra Sérgio Buarque de Holanda, em *Caminhos e Fronteiras* (2001), sobre os aprendizados passados, dos nativos aos adventícios, os quais, sem as informações dos indígenas, não conseguiriam adentrar, nem sobreviver no novo território. Assim, os homens que de lá cruzaram o Mar Oceano e retornaram, não o fizeram de mãos e mentes vazias, pois além da pilhagem, levaram a aprendizagem: viram e aprenderam sobre nova gente, novos animais, novas plantas, novos modos de vida. Transformaram, desde sua percepção do universo conhecido, que era bem maior do que o imaginado, até a concepção da própria humanidade, fazendo com que a consciência da alteridade, mesmo fadada a não aceitação, penetrasse tão profundamente no continente europeu, quanto a Europa penetrou na América.<sup>93</sup>

A partir dessa perspectiva, cabe bem o conceito de “transculturização”, como coloca Malinowski (1987, p. 5): é um “toma lá dá cá” entre as culturas, de modo que ambas resultam modificadas. As trocas, também para os europeus, não se fizeram somente no campo do material: os supérfluos europeus *versus* pau-brasil, escravos, metais e outras mercadorias dos nativos, a maioria também supérflua para os indígenas; os “brancos” aprenderam muito com os indígenas.

### 2.1.1 Primeiras navegações

[...] quero dizer algo da navegação, porque sem ela não se poderia saber; que por terra não se caminha tanto, digo tão longe, como por água, nem tão rápido; e sem naus nunca as Índias se achariam [...]. (GÓMARA, [1552] 1999, p. 20, tradução nossa)<sup>94</sup>.

<sup>93</sup>Ver nesse sentido, a clássica tese de Affonso Arinos de Mello Franco: *O índio brasileiro e a revolução francesa: as origens brasileiras da teoria da bondade natural* (1937), que demonstra como as informações sobre o modo de vida dos nativos americanos, sua forma de organização social e cultura influenciaram nos pensamentos dos teóricos franceses sobre a “natureza humana”.

<sup>94</sup> “[...] *quiero decir algo de la navegación, porque sin ella no se pudiera saber; que por tierra no se camina tanto, digo tan lejos, como por agua, ni tan presto; y sin naos nunca las Indias se hallaran [...]*”.

Navegar é uma atividade que os homens realizam há mais tempo do que o cronista Gómara supunha.<sup>95</sup>

O paradigma da teoria da vinda dos primeiros americanos, pela via *única* através do Estreito de Bering, por terra, encontra cada vez menos sustentação. As pesquisas arqueológicas têm indicado que há pelo menos sessenta e cinco mil anos, o homem já inventara uma maneira de chegar à Austrália e também à América, navegando de ilha em ilha, pelo Pacífico, onde à época das grandes glaciações, muitos outros arquipélagos, além dos atuais, estariam emersos, devido ao rebaixamento dos oceanos. A tese do antropólogo francês Paul Rivet (1960), de que houve várias levas migratórias pelo oceano Pacífico, em diferentes épocas, para o continente americano, tem-se mostrado cada vez mais coerente com as pesquisas arqueológicas realizadas nos últimos anos. O oceano Atlântico, atualmente, também é visto como um possível caminho migratório, já que além de também possuir, à época, mais ilhas emersas, que auxiliariam na jornada, as correntes marinhas e os ventos empurravam (como empurram até hoje) as embarcações para a América. (DILLEHAY, 1996; GARANGER, 1989; GUIDON, 1992; LAVALLÉE, 1989; MARTIN, 1996; ROOSEVELT, 1999).

Assim, não apenas naus e caravelas serviram para trazer os imigrantes ao continente americano, mas rústicas embarcações, há milhares de anos, foram os primeiros móveis da história que começou a ser construída aqui. Foi com o fim do período glacial, há cerca de dez mil anos, que os oceanos começaram a subir (aproximadamente cem metros), tornando submersas muitas ilhas antes emersas e, assim, o continente americano ficou mais isolando do restante do mundo.

Apesar desse relativo isolamento, já foi bastante levantada a possibilidade de encontros entre os nativos americanos e outros povos, antes da chamada “Era dos Descobrimentos”, nos séculos XV e XVI, contudo, tais contatos ainda não possuem comprovação científica.<sup>96</sup>

Como afirma Chaunu (1969, p. 64): “Ir a América nada significa. É preciso voltar [...]”. Era muito complicado, no caso de viagens pelo Atlântico, o estabelecimento de contatos

---

<sup>95</sup>Os primeiros registros de navegação são associados ao *Homo erectus* e datam de oitocentos mil anos antes do presente. Claro que as investidas iniciais foram realizadas em embarcações precárias, e até simples troncos de árvores serviram como os primeiros barcos. Em parte andando, em parte tendo que atravessar cursos de água, a espécie humana saiu da África há, aproximadamente, cem mil anos, e assim povoou o mundo.

<sup>96</sup>Martin (1996, p. 10-22) chama de “[...] fase mitológica da Pré-história brasileira [...]”, quando houve publicações sem comprovação científica, de autores que associaram os vestígios pré-históricos às reminiscências de civilizações europeias, que teriam colonizado o Brasil, e, assim, os indígenas seriam descendentes “[...] em fase de regressão cultural [...]” de fenícios, gregos ou israelitas. Havia uma tentativa de dar uma explicação, apoiada na Bíblia, para a presença dos indígenas em território tão longínquo, assim como, uma tentativa racista de tornar mais “nobres” os tupis.

frequentes, devido ao retorno para a Europa e África (mesmo Ásia, no caso das navegações dos chineses), pelo fato do oceano Atlântico estar submetido ao sistema de ventos e correntes marinhas que empurram as embarcações para o continente americano.<sup>97</sup>

Desse modo, apenas após meados do século XV, com os avanços da construção naval, principalmente com o aperfeiçoamento da caravela portuguesa, da navegação astronômica, das técnicas e instrumentos de navegação, o regresso para o Velho Mundo foi aos poucos dominado pelos navegadores europeus (ALBUQUERQUE, 1975; GUEDES, t.I, 1975b), possibilitando que os contatos antes acidentais ou esporádicos, fossem transformados em tentativas de colonização.

As incursões europeias na costa da África durante o século XV proporcionaram, além do aprendizado da navegação e a incorporação de novas tecnologias provenientes dos contatos com os árabes (almanaques astronômicos, astrolábio, bússola trazida por estes da China), a experiência no trato com gente desconhecida, experiência muitas vezes negativa, já que muitos europeus foram mortos por embustes dos africanos e por doenças.

Mesmo fadados a enfrentar tantos perigos, inclusive o de se perder no oceano, muitos europeus se jogaram na aventura marítima: fama, aventura, ilhas fantasiosas e paraísos perdidos também fascinavam<sup>98</sup>. Abadia (1991, p. 78-79) trata das várias expedições que, a partir do século XV, seguiram em busca de ilhas situadas ao oeste, onde se misturavam as procuras de ínsulas reais e imaginárias. Bernand e Gruzinski (1997, p. 116-117), por exemplo, contam a lenda de uns mouros de Lisboa que teriam fretado um navio para empreenderem uma longa viagem no ano de 1430: “[...] Queriam chegar aos confins do Oceano, para ver as maravilhas que ele escondia [...]”. Dessas expedições, algumas poderiam ter chegado ao continente americano, antes do descobrimento de Colombo. Uma das mais conhecidas é a

---

<sup>97</sup> Ainda sem provas contundentes, à sua época, Varnhagen (1975, p. 63) já falava da presença de europeus, provenientes da Irlanda e da Islândia, na porção setentrional do continente americano, quatro séculos antes dos “Grandes Descobrimentos”. Cortesão (1975, p. 342-345), anos mais tarde, elencou algumas evidências nesse sentido. As pesquisas arqueológicas, atualmente, estão comprovando a chegada de vikings na América do Norte, por cerca do ano mil da Era Cristã, sem haver, entretanto, por parte desses europeus do norte, uma exploração contínua e sistemática do território americano, tornando os episódios de contato esporádicos, sem o estabelecimento de relações mais efetivas, ou seja, houve contatos, mas não houve colonização (ABADIA, 1991, p. 69-72).

<sup>98</sup> No século XV imperavam mitos fantasiosos sobre o mar, difundidos desde os tempos medievais, como a crença na existência de monstros marinhos e de uma zona tórrida que existiria à altura da linha equinocial, onde a água ferveria, dentre outras excentricidades (KRUS, 1998). Embora houvesse o medo, havia também as seduções que povoavam as mentalidades europeias, como várias lendas de ilhas mágicas e imaginárias, o que pode ter levado alguns mais corajosos a tentar enfrentar a temida fronteira imposta pelo Mar Tenebroso à procura de tais ilhas: Sete Cidades, São Brandão, Afortunadas, Antília, Hi-Brasil (também O-Brasil e Berzil), são as mais referenciadas (CORTESÃO, 1975, p. 344-349). Bennassar (1998, p. 85) aponta “[...] 89 ocorrências para a ilha Brazil, em mapas desenhados entre os anos de 1325 e 1667, no mais das vezes a sudoeste da Irlanda, algumas vezes a oeste de Portugal e três vezes, apesar de tudo, perto da costa norte da América do Sul [...]”.

expedição de João Vaz Corte-Real e Álvaro Martins Homem, que teriam descoberto a Terra Nova (Canadá) em 1474<sup>99</sup>.

Se tratando, muitas vezes, de localizações inexistentes e de histórias fantasiosas, algumas das lendas sobre essas ilhas, contudo, devem ter sido oriundas de viagens esporádicas, que porventura aconteceram em períodos próximos às Grandes Navegações, ou mesmo em tempos mais antigos, já que não se pode descartar a possibilidade de que barcos desgarrados de suas rotas originais tenham acompanhado os ventos e as correntes marítimas, chegando às costas americanas, e com alguma boa dose de sorte, alguns podem ter conseguido retornar da aventura, transformando-se nas lendas que percorreram séculos.<sup>100</sup>

### 2.1.2 Navegações ibéricas

No caso português, partir para a exploração do oceano era uma questão de sobrevivência econômica e manutenção de soberania. O estrangulamento econômico na Europa no século XIV foi um dos fatores motivadores. Conforme Cortesão (1975a, p. 191-297), já havia uma tradição de tráfico flúvio-marítimo, em sistema de cabotagem, que surgiu junto com a própria monarquia portuguesa, desde o século XII, e que ocorria, sobretudo, sob influência de mercadores normandos e árabes. Assim, os lusitanos foram reunindo condições favoráveis para se lançar ao oceano, através da ação de particulares, motivados pelo comércio. No século XIV, a atividade mercantil impusera-se de forma que, mesmo classes de tradição feudal, como a nobreza e o clero, passaram a praticar o comércio marítimo (CORTESÃO, 1975a, p. 233).<sup>101</sup>

---

<sup>99</sup>Gómara ([1552] 1999, p.22) se refere às ilhas localizadas próximo à ponta do Bacalhau (Terra Nova – Canadá): “[...] *llaman Corte Reales* [...]”.

<sup>100</sup>Na América espanhola, os relatos de mitos indígenas nos quais se encontram referências à vinda de “homens brancos”, “barbudos”, de deuses que viriam pelo mar, como a história do deus mesoamericano Quetzalcóatl (BRUIT, 1995, p. 34-35), devem ser avaliados não apenas sob a ótica das reelaborações pós-contato, mas, também da possibilidade de contatos esporádicos anteriores, os quais poderiam ter acontecido sob o signo do acaso, através da procura das ilhas fantásticas ou mesmo por curiosidade.

<sup>101</sup>Além, e talvez de forma mais incisiva, do que os fatores acima citados, a expansão ultramarina portuguesa é, sobretudo, fruto de um “expansionismo preemptivo”, como coloca Alencastro (1998, p.193), pois “[...] brota no seio de um reino periodicamente posto em risco [...]”, devido à intermitente ameaça de anexação da vizinha Castela. De acordo com Cortesão (1975a, p. 327, 374 e 380), os portugueses precisavam minar a expansão espanhola, para não correrem o risco desta anexação. Assim, partiram para o enfrentamento com os espanhóis nas ilhas Canárias e na conquista da costa norte africana.

Desta forma, Portugal, considerado pioneiro Estado europeu no moldes modernos, é também o primeiro a buscar o *além mar*, através do que se poderia chamar de projeto nacional de expansão (CORTESÃO, 1975b, p. 358-393). Isso não significa, entretanto, que os espanhóis<sup>102</sup> ficaram para trás na gesta das navegações. O avanço espanhol, apesar de não possuir o mesmo direcionamento estatal português, ocorreu durante os séculos XIII e XIV com aragoneses e castelhanos tomando a dianteira na expansão marítima (CORTESÃO, 1975b, p. 319-325), mesmo com os mouros ainda presentes na península. Apesar de a expansão espanhola ser bastante desconsiderada pela historiografia brasileira, há muitos documentos que demonstram o quanto as duas florescentes nações aumentavam quase *tête-à-tête*, seus postos de comércio ultramarinos. (Cf. COLLECCIÓN, 1890, t.5).

Era necessário contornar a África para chegar às Índias das especiarias, da seda e de outras maravilhas, entretanto, já é no próprio caminho, realizando o périplo africano, que os portugueses, baseados em uma política marítima e mercantil realizada através do estabelecimento de portos de trato, vão formando uma grande rede de feitorias. (ALENCASTRO, 1998).

É próprio observar, com relação aos interesses econômicos portugueses, que o tráfico de escravos foi, desde o início, um dos principais móveis da empresa lusitana. Apesar de precário, em virtude de ainda não estruturado (ALENCASTRO, 2000, p. 45), é iniciado já na primeira metade de Quatrocentos, com a expedição de Antão Gonçalves e Nuno Tristão em 1441, ao sul do Cabo Branco. Nesse período, os portugueses passam também ao comércio africano do ouro em pó, do marfim e da malagueta, principalmente (CAMPOS, 2003, p. 39). Conforme Bernand e Gruzinski (1997, p. 125, grifos nossos):

[...] No final do século XV, o tráfico de escravos negros – *havia também escravo de raça branca* [...] – organiza-se em torno de um eixo que liga a Guiné, Lisboa e Sevilha; a África fornece a mão-de-obra, a capital portuguesa exporta-a, e a cidade andaluza recebe a mercadoria humana e a redistribui eventualmente para outros mercados [...].

---

<sup>102</sup>Usamos os termos: *espanhol* e *Espanha* para facilitar a leitura. Na realidade, na medida que avançou a Reconquista e a expansão ultramarina os reis, notadamente a partir da união de Isabel de Castela e Fernando de Aragão, foram se declarando reis de *España*, denominação vinda de *Hispania*, como os romanos da antiguidade chamavam a península. A construção da Espanha, assim como a da América, foi, assim, um processo, o qual até hoje apresenta suas contradições com vários movimentos separatistas (como os dos Bascos por exemplo).

Observa-se, assim, que desde cedo se desenvolveu entre os portugueses, a atividade mercantil do comércio de escravos, e que as primeiras excursões ao oceano, mesmo incursões de descobertas<sup>103</sup>, tinham, também por objetivo, a aquisição de cativos.

Com o trato de escravos, um comércio articulado fora iniciado, e um produto a mais, além dos metais e das especiarias, alimentava as razões para se enfrentar o Mar Oceano: a obtenção de lucros com a mercadoria humana. A respeito do comércio de escravos, Alencastro (2000, p. 29) demonstra que o tráfico negreiro era o negócio português desde o século XV. Não se deve esquecer, contudo, que o trato de cativos fora também praticado por outras nações, assim como pela iniciativa privada de mercadores e piratas que se atiraram, primeiramente às costas africanas, e depois à América, onde, se não encontrassem ouro e outros artigos para a troca (ou, se os encontrassem, além disso), teriam os nativos.

Friederici (1987a, p. 255-256, tradução nossa) argumenta que, após as Cruzadas “[...], floresceram, no Mediterrâneo, a navegação e o comércio dos catalães [...]”, que negociavam especiarias com o Egito e a costa setentrional da África. Ainda segundo ele (p. 258), marinheiros de Hueva, Palos, Moguer, Lepe e Ayamonte, antes mesmo do ano de 1406, praticavam um intenso tráfico de escravos negros percorrendo as costas ocidentais do norte da África. Apesar de, normalmente, atribuir-se um caráter menor a essas navegações mediterrâneas, é através delas que irá se desenvolver uma tradição marítima e comercial na Espanha. (Cf. ABADIA, 1991, p. 79-80; CORTESÃO, 1975b, p. 319).

Dessa maneira, não apenas os portugueses, mas também os espanhóis, já faziam do tráfico de escravos uma importante fonte de capital da empresa navegadora. É óbvio, então, que desde as primeiras incursões sobre as costas americanas, o trato de escravos configurava-se, também, como um dos objetivos dos mercadores espanhóis, que investiram nas empresas de descobertas.

### *2.1.3 Do périplo africano ao imprevisto americano*

---

<sup>103</sup> Como se verá à frente, apesar de existirem regimentos específicos para os descobridores, que orientavam os procedimentos de prospecção em territórios desconhecidos, os quais consistiam primeiramente em entabular contatos, obter informações e realizar os chamados “resgates” de mercadorias, quando não se deparava com potencialidades econômicas para a realização das trocas mercantis, os nativos se transformavam na “mercadoria”.

Enquanto os portugueses realizavam seu projeto de dominar o comércio com o Oriente, tentando alcançar as terras das especiarias através da circunavegação do continente africano, no ano de 1492, os espanhóis, representados pelo genovês Cristóvão Colombo, também enfrentaram o Mar Tenebroso, tentando chegar à Índia, conquanto navegando no rumo oeste. Assim, chegaram às ilhas caribenhas, “descobrimo”, o *Novo Mundo*.

Dentro desse contexto de expansão das relações comerciais com outros povos, a empresa do descobrimento da América deve-se em muito à insistência de Cristóvão Colombo. Foram sete anos de negociações com os Reis Católicos, para que as solicitações do genovês fossem atendidas, e em dezessete de abril de 1492 (após a rendição dos mulçumanos em Granada), são assinadas as *Capitulações de Santa Fé*, os documentos que estabeleceram os contratos firmados entre Colombo e os Reis Católicos, concedendo-lhe títulos, inclusive o de Almirante, antes dados somente aos membros da nobreza, dando-lhe direitos e a licença para a realização da empresa de descobrimento, em serviço dos reis.

É interessante ressaltar o preâmbulo das *Capitulações* (apud ABADIA, 1991, p. 90, tradução e grifos nossos)<sup>104</sup> sobre as coisas solicitadas por Colombo aos reis, que lhes foram dadas e outorgadas: “[...] em alguma satisfação *do que foi descoberto* nos mares oceanos e da viagem que agora com a ajuda de Deus há de fazer por eles [mares oceanos] em serviço de vossas altezas”. É clara a alusão a um descobrimento prévio, e aí deve ser considerado o que já foi dito acima, sobre a possibilidade da chegada à América, de expedições anteriores.

Colombo reunia alguns indícios sobre a existência de terras situadas no Oeste. É totalmente plausível, então, que tal convicção não só tenha influído na decisão dos reis em apoiarem o projeto, como foi documentada nas *Capitulações*.

Um desses indícios refere-se a uma viagem realizada por um barco que, segundo minucioso estudo de Manzano (1976 apud ABADIA, 1991, p. 84), seria procedente da Guiné e teria sido arrastado pelos ventos alísios e pelas correntes marinhas para as Antilhas. Na viagem, teria perecido quase toda a tripulação e dentre os poucos sobreviventes havia o piloto, que conseguira levar o barco de volta até a Ilha da Madeira, onde à época habitava Colombo. O cronista Gómara ([1552] 1999, p. 28) descreveu este que seria “O descobrimento primeiro das Índias”<sup>105</sup>.

---

<sup>104</sup>“*Las cosas suplicadas e que vuestras Altezas dan e ortogan a don Cristóbal de Colón en alguna satisfacción de lo que há desvubierto en las mares océanas y del viaje que agora con el ayuda de Dios há de hacer por ellas en servicio de vuestras altezas*”.

<sup>105</sup> A narrativa de Gómara ([1552] 1999, p. 28): “*Navegando una carabela por nuestro mar Océano tuvo tan forzoso viento de levante y tan continuo, que fue a parar en tierra no sabida ni puesta en el mapa o carta de marear. Volvió de allá en muchos más días que fue ; y cuando acá llegó no traía más que al piloto y a otros*”.

Bernand e Gruzinski (1997, p. 118; cf. ABADIA, 1991, p. 83-84) elencam outros indícios colecionados por Colombo: madeiras de natureza desconhecida, que teriam chegado à Ilha da Madeira e na Irlanda, onde o Almirante, ainda jovem, teria visto “[...] um homem e uma mulher que tinham ido à deriva sobre postes de madeira entalhados e que haviam atracado naquele país por um incrível acaso. Ele deduzira que homens de Catai haviam chegado ao Ocidente”. O filho de Colombo, Fernando Colón ([1571] 2006, p. 42-48) enumera vários episódios nesse sentido, num misto de histórias lendárias e testemunhos reais, que constituiriam uma das razões que moveram o Almirante a descobrir as Índias pelo oeste.

Desta forma, a certeza patente, por parte de Colombo, de encontrar essas terras, as quais, segundo os seus erros de cálculo quanto ao tamanho do globo terrestre, seriam as do Oriente, talvez tenha sido um dos principais fatores a fazer com que os Reis Católicos, notadamente a rainha Isabel de Castela, apoiassem o seu projeto.<sup>106</sup>

Com a autorização real, Colombo partiu para sua primeira viagem em busca da Índia. Iam com ele os renomados irmãos Martin Alonso Pinzón e Vicente Yañez Pinzón. Depois de mais de um mês de travessia, na madrugada do dia doze de outubro, por fim, avistaram terra. Colombo chegou à Guanahaní (no mar do Caribe), e assim, não alcançou a tão buscada terra das especiarias.

O que apresentou à Europa, como resultado da sua primeira viagem às “Índias Ocidentais”, foram papagaios, objetos dos nativos, algum ouro e sete índios.<sup>107</sup>

---

*tres o cuatro marineros, que, como venían enfermos de hambre y de trabajo, se murieron dentro de poco tiempo en el puerto. He aquí cómo se descubrieron las Indias por desdicha de quien primero las vio, pues acabó la vida sin gozar de ellas y sin dejar, a lo menos sin haber memoria de cómo se llamaba, ni de dónde era, ni qué año las halló. Bien que no fue culpa suya, sino malicia de otros o envidia de la que llaman fortuna. Y no me maravillo de las historias antiguas que cuenten hechos grandísimos por chicos o oscuros principios, pues no sabemos quién de poco acá halló las Indias, que tan señalada y nueva cosa es. Quedáranos siquiera el nombre de aquel piloto, pues todo con la muerte fenece. Unos hacen andaluz a este piloto, que trataba en Canaria y en la Madera cuando le aconteció aquella larga y mortal navegación; otros vizcaíno, que contratava en Inglaterra y Francia; y otros portugués, que iba o venía de la Mina o India [...] Solamente concuerdan todos en que falleció aquel piloto en casa de Cristóbal Colón, en cuyo poder quedaron las escrituras de la carabela y la relación de todo aquel largo viaje, con la marca y altura de las tierras nuevamente vistas y halladas”. Abadía (1991, p. 84) afirma que o relato foi negado por Oviedo, mas além de Gómara, Las Casas (1561), Fernando Colón (1571) e Inca Garcilaso de la Vega (1605) também fazem referência a tal piloto.*

<sup>106</sup>É importante constar que Colombo buscou inicialmente os portugueses, que eram à época tecnicamente os mais preparados para empreender tal viagem, portanto, o plano foi oferecido primeiramente a D. João II de Portugal. O monarca, contudo, não aceitou o projeto que lhe foi proposto entre os anos de 1483 e 1485. Uma das principais razões seria devido ao conhecimento que os portugueses possuíam acerca do tamanho real do globo, além de que não queriam abandonar a rota africana, que já auferia lucros, principalmente em virtude do ouro da Costa da Mina e do comércio dos escravos. Em meio às negociações com a Espanha, o projeto também foi apresentado, por intermédio do irmão de Colombo, Bartolomeu, a Henrique VII da Inglaterra e ao rei francês. (ABADÍA, 1991, p. 107; COLÓN, [1571] 2006, p. 65-66).

<sup>107</sup>Segundo Bernand e Gruzinski (1997, p. 124) uma parte dos indígenas, trazidos por Colombo, morreu na viagem. Os autores afirmam que Bartolomé de las Casas disse que “[...] a maioria dos índios trazidos por Colombo morreu durante a travessia [...]”, entretanto Las Casas (2007, p. 477) diz que “[...] fueron siete los

Interessante observar que, conforme Chaunu (1969, p. 64, grifo do autor), Colombo confessa em seu diário, já no dia quatorze de outubro, segundo dia após a “descoberta”, a intenção de “[...] organizar a deportação para a Europa das populações *arawaks* [...]”, denunciando, desde o primeiro momento, a sua intenção de escravizar as populações recém-encontradas.

Como foi dito acima, o tráfico de escravos foi uma das perspectivas de lucro da viagem, e já havia um comércio de escravos estruturando-se entre a Europa e a África, desde a primeira metade do século XV. Tendo Juanoto Berardi, mercador de escravos, como um dos financiadores do projeto de Colombo, é muito provável que a viagem já tinha por intenção a captura de nativos, ou pelo menos a averiguação de um potencial comércio de escravos nas terras recém-descobertas.

Deve-se avaliar os impactos causados, já a partir da chegada dos espanhóis à América, não apenas como um episódio da história dos “descobrimientos”, no Caribe, mas como parte da história dos nativos que aqui estavam, mesmo daqueles que se encontravam longe do epicentro dos contatos, pois partindo de uma perspectiva de que os indígenas americanos possuíam redes de relações entre si (FAUSTO, 1992, p. 389; HECKENBERGER et alli, 2003<sup>108</sup>), é de supor-se que as primeiras investidas europeias não atingiram apenas aqueles que realizaram contatos de primeiro grau com os europeus.

Como observa Whitehead (1993, p. 289), mesmo antes de qualquer contato físico, as epidemias trazidas pelos europeus atingiram os indígenas não somente matando, mas provocando alterações na dieta e nas práticas sociais, as quais devem ser avaliadas como respostas indígenas à chegada dos europeus. Da mesma forma, as primeiras trocas comerciais, as notícias das novidades, se espalharam pela América. Desse modo, não se pode pensar que o impacto da chegada de Colombo tenha ficado circunscrito às zonas de contatos diretos.

Os grupos indígenas que trocavam mercadorias entre si, que se inter-relacionavam, sem dúvida forneceram aos grupos indígenas que não efetuaram contato direto com os europeus, informações sobre os adventícios, intercambiaram mercadorias europeias, transmitiram doenças adquiridas no contato... Longe de afirmar que todas as modificações nas culturas indígenas ocorreram pós-contato, deve-se ter em conta que, após a chegada de Colombo, surgiram outras circunstâncias históricas: novos homens, novas mercadorias, intensas trocas.

---

que habian quedado de los trabajos pesados, porque los demas se habian muerto [...]”. Segundo Gómara ([1552] 1978, p. 33) seis foram os índios batizados e, também de acordo com Anglería ([1511-1516] 1989, p. 14), declara que Colombo levou do Novo Mundo dez índios.

<sup>108</sup>Estes autores mostram que no caso da Amazônia, por exemplo, havia comunicação entre as aldeias, formando verdadeiras redes. Recentes trabalhos arqueológicos (Heckenberger et alli, 2003) têm demonstrado importantes complexos de assentamentos populacionais ligados por estradas (road networks).

Ocorreram várias mudanças às quais os diversos povos americanos deram diferenciadas respostas.

#### 2.1.4 Notícias do Orbe Novo

Quando Colombo retornou de sua primeira viagem à América, não pôde seguir até Palos, na Espanha, tendo que aportar em Lisboa. Na capital lusitana foi recebido por D. João II, com pompa. O monarca português ouviu o relato da viagem e reclamou a posse das novas ilhas descobertas, ancorado nas bulas papais que distribuíam aos príncipes portugueses a missão cristianizadora e a conquista de territórios aos infiéis. (BARROS [1539?] 1988a, p. 112; COLÓN, [1571] 2006, p. 176-179).<sup>109</sup>

É evidente que os castelhanos não concordaram com os argumentos portugueses, e, dessa forma, deu-se a contenda, que por pouco não dispôs as duas nações ibéricas em armas.

Valendo-se do prestígio que gozavam na Cúria Romana, ao tempo do Papa Alexandre VI, os monarcas espanhóis apressaram-se na revogação das bulas que favoreciam aos lusitanos, e obtiveram, no mesmo ano do retorno de Colombo, 1493, a *Inter Coetera* (I – 03/05/1453 e II – 04/05/1453), chamada Bula da Partição, na qual se anunciava que seria traçado um meridiano, que passaria cem léguas ao ocidente das ilhas dos Açores e Cabo Verde, a partir do qual as novas terras localizadas a oeste desse meridiano pertenceriam à Espanha e a leste, a Portugal. A bula trazia um problema intrínseco, já que Cabo Verde e Açores estão localizados em longitudes diferentes, sendo, dessa forma, impossível traçar um único meridiano. D. João II protestou e propôs a demarcação de um paralelo a partir das Canárias. Assim ficaria com mais do que todo o hemisfério sul (e a maior parte da Índia). Malograda a tentativa de acordo, recorreu-se à ameaça de guerra. Para evitar o conflito, as negociações resultaram no Tratado de Tordesilhas, em sete de junho de 1494, no qual é proposto o traçado de um meridiano, a partir de trezentas e setenta léguas das Ilhas Cabo Verde, para o poente, o qual trouxe o mesmo problema da *Inter Coetera*, já que não se definiu

---

<sup>109</sup>Essas bulas vinham sendo expedidas em favor dos portugueses desde os tempos Henriquinos (Etsis Sucepti, 1442). Viana ([196-], p. 14) afirma que em 1456 foi expedida uma primeira Bula *Inter Coetera*, que concedia ao soberano português e à Ordem de Cristo a jurisdição espiritual das terras que se localizassem desde o Cabo Não até a Índia. O Tratado de Alcáçovas de 1479 foi posteriormente assinado pelas nações ibéricas, para dar fim à guerra de sucessão ao trono de Castela, e dividia o Atlântico entre os dois países, dando a Portugal o direito sobre todas as terras ao sul das Canárias. (ABADIA, 1991, p. 79-80, 98; BERNAND; GRUZINSKI, 1997, p. 112; VARNHAGEN, 1975a, p. 64-65, VIANA, *ibidem*, p. 15).

de qual ilha do arquipélago deveria se iniciar a contagem das léguas. (MORENO, 1998, p. 169; VARNHAGEN, 1975a, p. 65; VIANA, 196-, p. 14).<sup>110</sup>

Em meio às discussões diplomáticas, em decorrência da primeira viagem de Colombo, as notícias sobre o achado se espalharam por parte da Europa. A carta que Colombo escreveu a Santángel, um dos financiadores do projeto, é rapidamente impressa, multiplicando-se as edições, no mesmo ano do seu retorno. Os relatos também partem de humanistas, embaixadores, médicos, prelados de passagem, dentre outros que enviam aos seus países as notícias da façanha.

É preciso pensar em um mundo que se abria ao comércio e, por consequência, em cidades que progressivamente se tornavam verdadeiras cosmópolis, tais como Lisboa, Bristol, Sevilha, a “nova Babilônia”, Barcelona e Bruges, onde circulavam mercadores e navegadores de diversas origens, passando e recebendo informações. De acordo com Bernand e Gruzinski (1997, p. 201-203), os “[...] descobridores passam de um país para outro [...] colecionando mapas, atentos aos relatos dos marinheiros, por vezes espíões, indiferentes a fronteiras que ainda não existem, no sentido em que as entendemos hoje [...]”<sup>111</sup>. (Cf. CORTESÃO, 1975b, p. 309-318).

Pode-se dizer que o retorno de Colombo foi uma espécie de espetáculo, cuja viagem de Lisboa a Palos, e desta para Sevilla, de onde, então, partiu para Barcelona, na Catalunha, foi marcada pelo assédio de muita gente, curiosa por ver as novidades trazidas. Em Barcelona, foi solenemente recebido pelos monarcas espanhóis, com honrarias dignas da realeza, expondo as coisas das *Índias*, dentre elas os *índios*, “[...] homens de nova forma, cor e trajés [...]” como colocara Gómara ([1552] 1999, p. 34)<sup>112</sup>. Os índios foram exibidos junto aos coloridos papagaios e pequenas mostras de ouro. (Cf. COLÓN, [1571] 2006, cap. XL e XLI).

---

<sup>110</sup> A indefinição do Tratado de Tordesilhas representou um dos fatores motivadores para as incursões espanholas, na costa setentrional brasileira, ainda no final do século XV, já que não ficava claro onde acabava a demarcação portuguesa e onde se iniciavam as terras dos espanhóis.

<sup>111</sup> Nesse sentido é bom observar que a própria empresa do descobrimento é realizada por um genovês, a serviço dos reis espanhóis; os italianos Caboto exploram a América do Norte, a serviço dos ingleses; Vespúcio, florentino, trabalhou tanto para a Coroa de Castela, como para a de Portugal; o português Fernão de Magalhães desbravou o estreito que ganhou seu nome, a serviço do rei da Espanha.

<sup>112</sup> “*Estaban los Reyes Católicos en Barcelona cuando Colón desembarcó en Palos, y hubo de ir allá. Mas aunque el camino era largo y el embarazo de lo que llevaba mucho, fue muy honrado y famoso, porque salían a verle por los caminos a la fama de haber descubierto otro mundo, y traer de él grandes riquezas y hombres de nueva forma, color y traje. Unos decían que había hallado la navegación que cartagineses vedaron; otros, la que Platón, en Critias, pone por perdida con la tormenta y mucho cieno que creció en la mar; y otros, que había cumplido lo que adivinó Séneca en la tragedia Medea, do dice: ‘Vendrán tiempos de aquí a mucho que se descubrirán nuevos mundos, y entonces no será Thile la postrera de las tierras’.*” (Gómara ([1552] 1999, p. 34, grifos do autor).

Pedro Mártir de Anglería foi um dos principais responsáveis pela divulgação dos acontecimentos. Como cronista oficial, membro do Conselho Real e do Conselho das Índias, à época dos Reis Católicos, Pedro Mártir tinha acesso direto aos documentos e relatos diretos referentes à descoberta da América, inclusive foi ele quem primeiro se referiu às novas terras como *orbe novo*, que se standardizou sob a forma Novo Mundo. Pedro Mártir de Anglería encarregou-se do envio de cartas a grandes personalidades. Eis uma amostra de como o cronista ([1493] 1990, p. 29-30, tradução e grifos nossos)<sup>113</sup> noticiou o achado em uma de suas missivas, e de como se referiu aos povos encontrados:

[...] Certo Cristóvão Colombo, da Ligúria, com três navios que lhe haviam dado meus Reis, seguindo desde Cádiz ao sol poente, chegou até os antípodas [...].

A ilha tem vários reis, porém desnudos, e como eles todas as pessoas de ambos os sexos. Embora aquela gente se contente com a natureza, pois anda nua e só se alimenta com frutos das árvores e certo pão de raízes, sente a ambição de comando e por sua causa se *matam uns aos outros* com arcs e agudas estacas chamuscadas. O *cacique* vencido tem que submeter-se ao vencedor, como se houvesse entre eles, igual que entre nós, seu e meu, e se tivesse desejo de pompa e circunstância e de grandes montes de dinheiro. Pensarás: o que podem necessitar os que vão nus?

[...]. Barcelona, a 13 de setembro de 1493 (Idibus Septembris 1493).

A invenção da futura América e dos americanos começa a se fazer desde essas primeiras linhas sobre o *orbe novo*.

Já nos primeiros relatos são observadas, divulgadas e potencializadas as rivalidades que existiam entre os grupos indígenas, assim como são realizadas classificações e generalizações para entender esses “antípodas”. Um exemplo duradouro é o do termo *cacique*, acima utilizado por Pedro Mártir. Adaptação do espanhol do termo proveniente dos tainos (HOUAISS, 2004), primeiros indígenas contatados por Colombo no Haiti, que se generalizou, mais tarde, como sinônimo de chefe para outros grupos indígenas do continente, através dos transplantes realizados pelos europeus, que na tentativa de entender as sociedades indígenas muitas vezes criavam instituições inexistentes entre os nativos.

---

<sup>113</sup> *Epístola 134 – numerosos detalles sobre el viaje a las Indias. Planes del rey Carlos y después de la entrega de Perpiñán. A Ascanio Sforza Visconti, cardenal, vicescanciller: “[...] Cierta Cristóbal Colón, de la Liguria, con tres navios que le habían dado mis Reyes, siguiendo desde Cádiz al sol poniente, ha llegado hasta las antípodas [...]. La isla tiene varios reyes, pero desnudos, y como ellos todas las personas de ambos sexos. Aunque aquella gente se contenta con lo natural, pues va desnuda y sólo se alimenta con frutos de los árboles y cierto pan de raíces, siente la ambición de mando y por su causa se matan unos a otros con arcs y agudas estacas chamuscadas. El cacique vencido tiene que someterse al vencedor, como si hubiera entre ellos, igual que entre nosotros, tuyo y mío, y se tuviera deseo de pompa y aparato y de grandes montones de dinero. Pensarás ¿qué pueden necesitar los que van desnudos? [...].Barcelona, a 13 de septiembre de 1493 (Idibus Septembris 1493)”.*

Há de se observar conforme coloca Boccara (2005, p. 31, tradução nossa), que “[...] os conquistadores perceberam as realidades americanas a partir de suas próprias categorias e mais do que descobrir, inventaram os mundos americanos [...]”. Uma das conseqüências foi a invenção de categorias étnicas, como, por exemplo, a “[...] identidade contrastada entre ‘caribe’ e ‘aruak’[...]”<sup>114</sup> (p. 34-35), e o destaque dado, nas crônicas e documentos, às inimizades entre os grupos nativos, além da sua ferocidade e selvageria. Todas essas construções, além de fazerem parte do arsenal imaginário ocidental utilizado para entender o Novo Mundo, também remetem aos dispositivos de conquista e de colonização.<sup>115</sup>

A partir do exposto torna-se legítimo pensar que os processos de descobrimento e colonização das Américas, através da ação espanhola e da portuguesa, principalmente, como sustentam Schwartz e Lockhart (2002), apesar de suas especificidades, também devam ser analisados de forma conjunta, já que, como foi visto, desde o descobrimento de Colombo as primeiras imagens sobre o Novo Mundo foram amplamente divulgadas, iniciando a construção e apropriação do continente, por parte do mundo europeu, no nível do imaginário. No que se refere à costa setentrional americana, durante os primeiros anos do descobrimento, a influencia espanhola rompeu, em muito, os limites do Tratado de Tordesilhas.

Há ainda de se ressaltar, que além da natureza estatal dos empreendimentos, as navegações também foram realizadas por indivíduos, homens com suas próprias ambições, desejos, ideias e preconceitos sobre o que iriam enfrentar. Assim, o desdobramento da divulgação dos achados, contribuiu também para a ação de mercadores, marinheiros, piratas, etc., que já chegaram à América munidos de algumas informações sobre os americanos, e sabendo das contendas existentes entre os indígenas, se aproveitaram da situação, acirrando e alimentando mais discórdias.

Desta forma, além dos dispositivos de conquista e colonização dos estados europeus em formação, há também de se avaliar os impactos causados por indivíduos que não deixaram os relatos de suas ações.

---

<sup>114</sup> “[...] *los conquistadores percibieron las realidades americanas a partir de sus propias categorías y mas que descubrir, inventaron los mundos americanos*” (p. 31). “[...] *los ritos de conquista y colonización generan alteridad y etnicidad. Sabemos, por ejemplo, que la identidad contrastada entre ‘carib’ y ‘arauca’ es producto de la conquista [...]*” (p. 34-35).

<sup>115</sup> “[...] *No cabe duda de que la imposición de un principio dominante y legitimo de visión y división del mundo indígena por parte de los invasores así como las prácticas, a menudo violentas, vinculadas a los ritos de conquista produjeron efectos profundos y duraderos en las sociedades indígenas. Estos efectos de contracción del tejido social, de homogeneización cultural, de reificación y de espacialización remiten tanto a las geografías imaginarias occidentales como a los dispositivos de conquista y colonización [...]*” (BOCCARA, 2005, p. 35).

Logo nos primeiros contatos, a partir da chegada de Colombo na região do Caribe, não só nas ilhas, pois os ilhéus se comunicavam com os nativos do continente, são intensificados vários fatores de perturbação sócio-cultural das comunidades indígenas americanas<sup>116</sup>. Segundo Ferguson (1990, p. 243-247), o interesse pelos artefatos europeus desencadeou desequilíbrios sociais, aumentando o número de assassinatos, adultérios, assim como conflitos foram movidos com o objetivo de obter os objetos ocidentais. No caso da América Portuguesa, alguns anos mais tarde, Gândavo ([1575], 1858, p.63-64), dá um exemplo, ao afirmar que:

[...] Porque como estes Indios cobiçam muito algumas cousas que vam deste Reino, convem a saber, camisas, pelotes, ferramentas, e outras peças semelhantes vendiamse a troco dellas huns aos outros aos Portuguezes: os quaes a voltas disto salteavam quantos queriam, e faziam-lhes muitos agravos, sem ninguem lhes ir à mão [...].

Mercadorias, dentre as quais importantes utensílios de ferro, que não faziam parte do mundo nativo; aliados portadores de armas de fogo, com amplo poder de destruição; e a oportunidade de se livrar dos rivais mais facilmente, geraram importantes alterações nas sociedades indígenas, as quais, em muitos casos, se aliaram e se reinventaram como outras entidades no contato com os europeus, quer para mantê-los afastados, quer para negociar com eles; em outros casos ocorreram conflitos e dissensões, não apenas entre diferentes grupos indígenas, mas muitas vezes dentro de uma mesma comunidade.

## 2.2 *Em busca da Terra Firme*

Após o regresso da primeira viagem de Colombo, e a conseqüente divulgação, houve certa corrida para o Novo Mundo, como foi na época colocado por Pedro Mártir de Anglería ([1493] 1990, p. 31, tradução nossa): “[...] praias desconhecidas até agora se farão acessíveis

---

<sup>116</sup> Chamamos a atenção para a noção de já existiam fatores de transformação nas sociedades indígenas americanas, a chegada dos europeus apenas intensificou algumas destas mudanças. Como coloca Ferguson (1990, p. 243-247), as manufaturas européias, principalmente os objetos de ferro, rapidamente se tornaram necessários instrumentos de produção. Se as sociedades nativas americanas não dispunham da matéria-prima nem do *know-how* para fazer estes instrumentos, é óbvio que a busca por estes objetos, vai gerar importantes mudanças nas sociedades nativas.

dentro em pouco, pois uns por emulação dos outros expõem-se aos maiores trabalhos e perigos [...]”<sup>117</sup>.

Mercadores, piratas, aventureiros de todas as partes, arriscaram-se para chegar ao Novo Mundo, pois além de se provar que a travessia e o retorno para a Europa eram possíveis, tudo indicava, naquele momento, que as terras encontradas eram as Índias.

Para as próprias nações ibéricas, era necessário avançar nos descobrimentos, para que se chegasse efetivamente ao local onde eram encontradas as mercadorias almejadas. Abadia (1991, p. 99) afirma que, em meio às discussões diplomáticas dos tratados antes referidos, há informações da saída de três expedições, enviadas por D. João II de Portugal às novas terras, e que uma delas teria descoberto a costa brasileira, ainda em 1493, mantendo-se segredo como era a política portuguesa, à época dos descobrimentos<sup>118</sup>.

O cronista português João de Barros ([1539?] 1988, p. 114) afirmou que D. João II preparou uma armada sob o comando de Francisco de Almeida, “[...] filho do conde de Abrantes dom Lopo [...]”, mas em virtude dos protestos do rei aragonês, D. Fernando, tal armada foi cancelada. Esta iniciativa oficial de seguir o trajeto de Colombo ressalta o interesse português, que pode ter se concretizado em sigilo, para se evitar maiores conflitos com Aragão e Castela. Algumas testemunhas, em depoimentos nas *Probanzas*<sup>119</sup>, realizados durante os *Pleitos Colombinos*, afirmaram que, após a descoberta de Colombo, muitos navegadores seguiram em busca das novas terras.<sup>120</sup>

De acordo com Villiers (2006, p. 293), após o Tratado de Tordesilhas, os ibéricos decretaram que as embarcações que navegassem ao oeste dos Açores seriam tratadas como piratas e executadas como tais. Apesar das pretensões ibéricas de repartição do mundo, não se pode afirmar que houve respeito pelas bulas estabelecidas, quer pelos particulares, quer pelos

---

<sup>117</sup> “[...] *playas desconocidas hasta ahora se harán accesibles dentro de poco, pues los unos por emulación de los otros se exponen a los más grandes trabajos y peligros [...]*”.

<sup>118</sup> Sobre a política de segredo que envolvia as Grandes Navegações do século XV e XVI ver Jaime Cortesão (1975a; 1975b; 1975c, *passim*, sobretudo p. 800-818).

<sup>119</sup> As *Probanzas* são depoimentos recolhidos a partir de 1508, nos processos judiciais movidos pelos herdeiros de Cristóvão Colombo, conhecidos por *Pleitos Colombinos*. Os herdeiros requeriam à Coroa Castelhana os privilégios e direitos concedidos ao descobridor, garantidos pelas Capitulações assinadas entre Colombo e os Reis Católicos. Tais documentos, cuja fase principal do processo desenrolou-se entre 1508 e 1536, tiveram como depoentes vários personagens das primeiras viagens de “descobrimento” espanholas, portanto constituem-se importante fonte sobre os primeiros contatos entre europeus e nativos na costa setentrional da América do Sul, inclusive na parte brasileira (COLLECCIÓN, 1892; 1894).

<sup>120</sup> Friederici (1987a, p. 270-271) cita as queixas do Almirante Colombo, pela lesão de seus direitos e prerrogativas acordados nas Capitulações de Santa Fé, aludindo à ocorrência de viagens clandestinas às novas terras.

governos que, quando não possuíam pessoal e tecnologia para empreender as expedições, contratavam navegantes de outras nacionalidades.<sup>121</sup>

Em meio à ebulição causada pela descoberta das ilhas caribenhas, sai a segunda expedição de Colombo, a qual é marcada pelo nítido caráter conquistador. Abadia (1991, p. 103-105) argumenta que o número de expedicionários almejado seria de mil, mas que o entusiasmo por alistar-se para ir às Índias foi tanto, que o cálculo seria que na viagem foram entre mil e duzentos a mil e quinhentos homens.<sup>122</sup>

A estrutura militar não excluía o caráter colonizador desta empresa. Na expedição partiram variados artífices e operários com suas ferramentas e aparatos necessários para se edificar uma cidade, entre os quais até cal e ladrilhos foram levados para a construção de edifícios. No mesmo sentido, foram levadas diversas espécies de animais e plantas, já que as que foram encontradas nas ilhas descobertas eram desconhecidas dos europeus e dentro de sua visão, eram impróprias para criação e consumo.<sup>123</sup>

Enfim, já na segunda viagem de Colombo esboçou-se a intenção de *civilizar* não só os homens, pois o Almirante recebera instruções expressas de cristianizar os índios, mas também civilizar o espaço, levando-se animais e *sementes do Velho Mundo*. Como coloca Bornheim (1998, p. 24), “[...] o Ocidente estaria destinado a inventariar eternamente o mesmo [...]”.

Além do aparato colonizador, o Almirante carregava ordens régias de prosseguir com os descobrimentos, nas quais persistia a intenção de se chegar às especiarias. Neste intento de alcançar a *tierra firme*, partiu em 25 de setembro de 1493 e seguiu rumo mais ao sul. Realizou

---

<sup>121</sup>Friederici (1987b; 1987c), faz um apanhando bastante completo da participação de franceses (normandos e bretões principalmente), alemães, neerlandeses, escandinavos, inclusive os russos mais tarde, nos descobrimentos e exploração da América. Desde 1480 os marinheiros ingleses tentavam alcançar a lendária *Ilha Brasil*, avançando no Atlântico Norte. Em 1496, o rei Henrique VII, sob protestos do embaixador espanhol, concedeu ao italiano João Caboto e filhos patentes para descobrir terras desconhecidas pelo norte, oeste e este (ABADIA, 1991, p. 110), deixando de lado o hemisfério sul, para não chocar tão abertamente com os ibéricos. Historiadores franceses clássicos (GAFAREL, 1889; 1890; GUERIN, 1847; MARGRY, 1867) salientam o papel de mercadores, inclusive do importante Jean Ango, no patrocínio de viagens ao Novo Mundo, desde muito cedo, havendo, desta forma, uma investida de caráter privado, e não estatal, como no caso de Portugal e Espanha, o que explicaria em parte, a falta de documentos. Há, inclusive, na tradição oral de Dieppe, a história de Jean Cousin, um navegador francês que teria chegado à América, antes mesmo de Pinzón. Mauro (2006, p. 285) elenca alguns motivos, dentre eles, a famosa Guerra dos Cem Anos, para que a França ficasse por um longo período de tempo sem uma política marítima, entretanto, as suas províncias costeiras, através da iniciativa privada, organizaram expedições, “[...] *la première génération des voyageurs français au Brésil* [...]”, das quais, infelizmente, não restam vestígios, em virtude, principalmente, de se tratarem de expedições clandestinas.

<sup>122</sup> Segundo o cronista Pedro Mártir de Anglería ([1511-1516] 1989, p. 15), os reis ordenaram que cerca de mil e duzentos infantas armados fossem embarcados para as Índias, enquanto, Gómara ([1552] 1999, p. 39) afirma que mil e quinhentos homens seguiram naquela armada à custa de soldo real.

<sup>123</sup> “[...] *Compráronse a costa también de los reyes muchas yeguas, vacas, ovejas, cabras, puercas y asnas para casta, porque allá no había semejantes animales. Compróse asimismo muy gran cantidad de trigo, cebada y legumbres para sembrar: sarmientos, cañas de azúcar y plantas de frutas dulces y agras* [...]”. (GOMÁRA, [1552] 1999, p. 39).

várias outras descobertas, e em abril de 1494, costeando Cuba, fez a tripulação jurar que haviam alcançado o continente, sob pena de cortar-lhes as línguas. Não chegou, novamente, a Cipango (Japão), a Catai (China), nem às Índias Orientais. (ABADIA, 1991, p. 106; FRIEDERICI, 1987a, p. 269).

Desde a primeira viagem de Colombo, existiram contratemplos, denúncias em torno dos seus desmandos e exploração, entretanto, é a partir da segunda viagem, que as acusações aumentam, inclusive foram deportados *escravos indígenas* para a Europa. Tais fatos fornecerem uma justificativa a mais para que os Reis Católicos, contrariando os contratos firmados em Santa Fé, abrissem a empresa das Índias à iniciativa privada, já que possuíam também a tarefa, paradoxal na maioria das vezes, assumida através das bulas papais, de cristianizar os povos encontrados. (ABADÍA, 1991).

Duas cartas-régias, uma emitida em Madri, em cinco de maio de 1495 e outra emitida em Arévalo, no dia trinta do mesmo mês e ano, em resposta à intenção manifesta de alguns espanhóis de partirem em busca de novas ilhas e terras, ou seja, de *irem a descobrir*, e de partir para as Índias já descobertas, autorizavam que fossem realizadas expedições:

[...] Por quanto nos é dada Relação que algumas pessoas vizinhos e moradores em algumas cidades e vilas e lugares e portos de nossos Reinos e senhorios nossos súditos e naturais queiram ir a descobrir outras ilhas e terra firme à parte das índias no mar oceano além das ilhas e terra que por nosso mandado se descobriam e a dita parte do mar oceano e a Resgatar nelas e buscar ouro e metais e outras mercadorias [...]. (COLLECÍON, 1890, t.5, p. 10).<sup>124</sup>

É evidente que permitindo e regulando a ida às Índias (só poderiam sair expedições de Cádiz e sob autorização) a Coroa procurava, além de chegar às especiarias, povoar os territórios e afastá-los do assédio das outras nações europeias, usufruindo e explorando (principalmente à procura de ouro) os espaços descobertos. Desta forma, já no ano de 1495 a Coroa Espanhola tencionava abrir as Índias (as quais ainda não se sabia que se tratava de um novo continente) ao capital privado, esperando, além da colonização do território recém-descoberto e conseqüente conversão dos seus habitantes, o recebimento de mais impostos,

---

<sup>124</sup> *Copia de dos cédulas sobre las condiciones de las personas que han de pasar á Indias: “[...] Por quanto a nos es fecha Relación que algunas personas visynos e moradores en algunas ciudades e villas e lugares e puertos de nuestros Reynos e señoríos nuestros subditos e naturales querrian yr a descubrir otras yslas e tierra firme a la parte de las yndias en el mar océano de mas de las yslas e tierra que por nuestro mandado se han descubyerto e la dicha parte del mar océano e a Rescatar en ellas e vuscar oro e metales e otras mercaderías [...]”*. Arévalo 30 Mai. 1495.

como constam nos objetivos expostos nas cartas-régias. (COLLECCIÓN, 1890, t.5, p. 10-11)<sup>125</sup>.

Com esse nítido estímulo à ocupação do território, à conversão dos nativos, ao comércio e às novas descobertas, por certo as autorizações régias motivaram muitos a realizarem expedições, em busca de mais ilhas e terra firme no ocidente, a partir de 1495. (COLLECCIÓN, 1890, t.5, p. 13)<sup>126</sup>.

Navarrete (1829, p. 3) afirma que essas expedições demoraram a partir, e que Colombo conseguira suspendê-las, restaurando seus privilégios. Colombo, entretanto, retornou da América em onze de junho de 1496 e o documento restaurando as Capitulações só foi expedido em 1497, ou seja, mais de dois anos após as licenças (PARES, 1497)<sup>127</sup>, o que deu tempo suficiente para que vários mercadores, que já vinham se preparando para ir as Índias, partissem.

O cronista Pedro Mártir de Anglería ([1511-1516] 1990, p. 53, tradução nossa), no calor dos acontecimentos, em carta ao cardeal Bernadino de Carvajal, datada do mês de junho daquele mesmo ano de 1495, informa que várias expedições partiram para as Índias, após as autorizações régias: “[...] Diversos pilotos foram enviados a distintas costas do outro hemisfério [...]”<sup>128</sup>.

Gómara ([1552], 1999, p. 56, tradução nossa), alguns anos depois, também citou as viagens de 1495 e outras das quais não se tem conhecimento, pois se perderam as informações:

Entendendo quão grandíssimas terras eram as que Cristóvão Colombo descobrira, foram muitos a continuar o descobrimento de todas, uns a sua custa, outros à do rei, e todos pensando enriquecer, ganhar fama e aumentar sua reputação com os reis. Mas como a maioria deles não fez senão descobrir e gastar, não ficou memória de todos [...]. Nem ainda de todos os

---

<sup>125</sup>Sobre a intenção de cristianizar – *Copia de dos cédulas sobre las condiciones de las personas que han de pasar á Indias*: “[...] povoar-se de cristianos la dicha ysla española questa descubierta es servicio de dios nuestro señor porque la conversación dellos podría atraer a los que abitan en la dicha tierra al conocimiento de dios nuestro señor e Reducillos a nuestra santa fe católica [...]”. Arévalo, 30 Mai. 1495. (“Conversación” em uso antigo também significa habitação ou morada - REAL Academia Espanhola, 2001).

<sup>126</sup>A respeito da autorização e incentivo a novos descobrimentos – *Copia de dos cédulas sobre las condiciones de las personas que han de pasar á Indias*: “[...]Yten que qualesquier nuestros subditos e naturales que quisieren puedan yr de aqui adelante en quanto nuestra merced e voluntad fuere a descubrir yslands e tierra firme en la dicha parte de las yndias asy a las que están descubiertas fasta aqui como a otras qualesquier a Resgatar en ellas y en las que nuevamente fallaren se puedan aprovechar de qualesquier cosas asy oro como mercaderias pagando del oro la quinta parte e de las otras mercaderias la decima parte [...]”. Arévalo 30 Mai. 1495.

<sup>127</sup>*Archivo General de Simancas*, ES. 47161.AGS/1.1.31.1.1110//RGS, 149706, 19. CARTA RÉGIA. *Orden de guardar al almirante de las Indias una merced que va incerta sobre cierta licencia a los que fuensen a las Indias a descubrirla y contratar en ellas*. Medina del Campo, 02 jun. 1497.

<sup>128</sup> “[...] Diversos pilotos han sido enviados a distintas costas del otro hemisfério [...]”.

que foram pela outra parte de Paria, desde o ano de 1495 até o de 1500 [...].<sup>129</sup>

Fica explícito que muitos partiram após 1495 para a América<sup>130</sup>. Gómara cita, inclusive, a região de Paria, na costa setentrional da América do Sul, como um dos destinos.

Sendo o regime dos ventos Alísios e das correntes marítimas favoráveis ao deslocamento das embarcações para o litoral norte brasileiro, é muito provável que algumas tenham passado pela Costa Leste-Oeste, podendo, inclusive, ter aportado com o objetivo de realizar descobrimentos, em busca de riquezas, ou mesmo para fazer aguada. Não havendo certeza da delimitação de Tordesilhas, mesmo as expedições oficiais, devido à política de sigilo, ficaram sem documentação a respeito. O que se dirá daquelas realizadas em desobediência às bulas papais? Assim, as cartas régias, as informações de Pedro Mártir d'Aglería e de Gómara são documentos que afirmam sobre a saída das expedições. Não há, infelizmente, documentos que informem onde e quando elas chegaram.

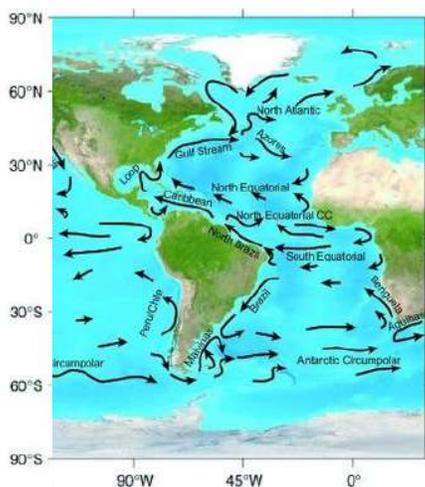


Figura 1: Correntes marítimas. Fonte: NOAA -National Oceanic and Atmospheric Administration (<http://www.noaa.gov>).

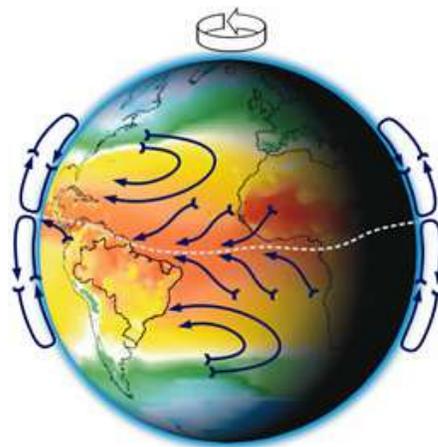


Figura 2: Distribuição dos ventos no Atlântico. Fonte: Atlas Eólico do Brasil, 1998 (<http://www.cresesb.cepel.br>).

<sup>129</sup> “Entendiendo cuán grandísimas tierras eran las que Cristóbal Colón descubría, fueron muchos a continuar el descubrimiento de todas, unos a su costa, otros a la del rey, y todos pensando enriquecer, ganar fama y medrar con los reyes. Pero como los más de ellos no hicieron sino descubrir y gastarse, no quedó memoria de todos, que yo sepa, especialmente de los que navegaron hacia el norte, costeano los Bacallaos y tierra del Labrador, que mostraban poca riqueza. Ni aun de todos los que fueron por la otra parte de Paria, desde el año de 1495 hasta el de 1500 [...]”.

<sup>130</sup> É difícil, contudo, encontrar na historiografia brasileira, trabalhos sobre as expedições desse período, não só porque há uma preponderância do estudo das navegações portuguesas, em detrimento das explorações espanholas, mas também, devido à notável escassez de documentos. Uma investigação mais profunda exigiria uma busca nos arquivos de Cádiz, de onde eram obrigadas a sair as embarcações, entretanto, o *Archivo Municipal de Cádiz* foi destruído pelos ingleses no ano de 1596, tendo sido ateadado fogo sobre o mesmo. Desta forma, é muito provável que a documentação das saídas de expedições menores, dos portos de Cádiz, conforme as autorizações régias supracitadas, não exista mais, já que os documentos que restaram da época do incêndio são muito poucos.’

Qual o impacto sobre os nativos, de expedições que porventura alcançaram a costa norte brasileira? Como esses homens, que não fizeram mais do que “descobrir e gastar”, conforme disse Gómara, teriam contactado os indígenas? São perguntas que talvez nunca encontrem respostas.

Como já foi dito, não apenas os espanhóis perseguiram mais tenazmente o objetivo de chegar primeiro às especiarias. Vasco da Gama, quase dez anos após o feito de Bartolomeu Dias, de dobrar o Cabo da Boa Esperança, continuou o projeto de se chegar às Índias, realizando o périplo africano. Sem dúvida, tal evento pressionou os espanhóis, que após o pesado investimento, principalmente da segunda viagem de Colombo, ainda não tinham alcançado o desejado comércio com o Oriente. É nesse contexto que, em trinta de maio de 1498, uma nova frota espanhola partiu para o oeste, mais uma vez sob o comando do Almirante.<sup>131</sup>

Colombo, até então, só havia descoberto as ilhas caribenhas, apesar de acreditar que Cuba fazia parte do continente, buscava as Índias das especiarias e, para tanto, o Almirante seguiu mais próximo à linha Equinocial, mais ao sul do que a rota adotada anteriormente, como se pudesse contornar o final de um continente, que acreditava ser a extremidade oriental da Ásia, e assim chegar às Índias Orientais. Apesar de não ser bem o que almejava, encontrou a *Tierra Firme* (como foram chamados por algum tempo os territórios situados na costa setentrional da América do Sul e no litoral atlântico do atual Panamá).

Colombo chegou à Costa de Paria (na Venezuela), em agosto de 1498, e maravilhou-se com a grandiosidade do rio Orenoco, que o fez perceber que, enfim, alcançara o continente. Nas suas elucubrações, depois da primeira tentativa frustrada de contato com os nativos da ilha de Trinidad, encontrou gente “pacífica e hospitaleira”, e afirmou que ali era situado o Paraíso Terreal, o qual, segundo a tradição de então, era localizado em algum ponto ao fim do Oriente. Não sabia que realmente havia descoberto não apenas *outro* continente, mas um *novo*, como desde o início desconfiava Pedro Mártir de Anglería. Este relatou a viagem a Paria, fornecendo informações sobre os indígenas encontrados no continente, que eram

---

<sup>131</sup>É interessante ressaltar que na ida da terceira viagem de Colombo, conforme informa Gómara ([1552] 1999, p. 41), o Almirante teve que enfrentar corsários franceses que andavam rondando o Atlântico: “*De ocho naos que Cristóbal Colón armaba a costa de los reyes, envié delante las dos con bastimentos y armas para su hermano Bartolomé, y él se partió con las otras seis de San Lúcar de Barrameda, en fin de mayo del año de 97 sobre 1400. Y como, a fama de las riquezas que de las Indias venían, andaban corsarios franceses, fue a la Madera. Despachó de allí las tres naves a la Española por derecho camino, con trescientos hombres desterrados allá; y él echó con las otras tres a las islas de Cabo Verde, por hacer su viaje por muy junto a la Equinocial [...]*”. Esses ditos “corsários” não eram mercadores franceses, que sem obedecer à partilha do mundo feita por portugueses e espanhóis, buscavam também o comércio com as Índias, tanto as descobertas como as por descobrir?

diferentes insulares, contatados até então. (ANGLERÍA, [1511-1516] 1989, p.55-61; cf. ABADÍA, 1991, p. 110-112; FRIEDERICI, 1987a, p. 271; TODOROV, 2003, p. 19-22).

Conforme Guedes (1975a, p. 181), as informações do descobrimento foram enviadas para a Espanha em dezoito de outubro de 1498, espalhando-se as notícias em Sevilha e outros portos<sup>132</sup>. Anos depois, em 1512, Pedro de Salzedo informou, nas “Probanzas del Fiscal” (COLLECÍON, 1892, p. 111)<sup>133</sup>, que ele próprio entregou a “um Juan Vyscayno”, um globo, um mapa-múndi e outras cartas de marear de Colombo, para que fossem copiadas. Outras testemunhas também afirmaram no referido pleito (p. 77-190), que na ocasião foram enviadas, à rainha Isabel, as pérolas trocadas com os indígenas de Paria.

Enfim, pérolas, algo de valioso na perspectiva europeia, capaz de reanimar os descobrimentos no Novo Mundo.

Por certo que enquanto não se chegava até as especiarias, foi necessário explorar outras fontes de riqueza, como o comércio de madeiras para tingir e o de animais silvestres, dentre os quais os papagaios, que foram extremamente apreciados pelos europeus. As expedições eram realizadas sob gastos avultados, os quais deveriam ser pagos aos financiadores. Apesar das recomendações régias de conversão dos indígenas, a mercadoria humana foi desde o início um atrativo a mais para os exploradores, mercadores e piratas. Desde os primórdios da expansão ultramarina, a violência da captura de nativos foi uma marca.

### *2.3 Encontros e desencontros*

Pedro Mártir de Anglería ([1511-1516] 1989, p. 56-57) relata que os primeiros povos encontrados na chegada à costa setentrional da América do Sul, na terceira viagem de Colombo, foram os das proximidades da ilha de Trinidad, ao largo da costa da Venezuela. Dos navios, os navegadores observaram que a terra era habitada, pois havia hortos e jardins bem cuidados. Ao descerem na ilha, contudo, os expedicionários não encontraram nenhum sinal dos habitantes. Mais à frente, ainda em Trinidad, desceram, não encontraram habitações, apenas marcas de animais.

---

<sup>132</sup> Las Casas ([ca 1561] 2007a, cap. CLXIV) afirma que o navegador Alonso de Hojeda viu a “figura ou pintura” que o Almirante havia mandado para Castela.

<sup>133</sup> *Primera probanza del Almirante sobre lo del Darien*. Santo Domingo, 10 jun. 1512.

No dia seguinte, em outra região da ilha, vinte e quatro indígenas vieram ao encontro dos europeus em uma canoa. O cronista (ANGLERÍA, [1511-1516] 1989, p. 56-57) afirma que Colombo notou que eles eram povos diferentes dos que até então tinha visto, “[...] todos jovens, elegantes e de alta estatura, armados de escudos além dos arcos e das flechas, fora do costume dos demais [...]”<sup>134</sup>, inclusive por cobrirem as virilhas “[...] com uma venda de algodão tecida de várias cores [...]”<sup>135</sup>.

No primeiro momento, houve um receio de aproximação por parte dos indígenas, os quais não foram atraídos pelos “presentes” ofertados pelo Almirante e miravam atentamente os estrangeiros, seus barcos e coisas, com admiração. Colombo, então, mandou que fossem tocados pífaros e atabales, a fim de iniciar alguma comunicação com os nativos, entretanto, a melodia foi entendida pelos indígenas como sinal de ataque, fazendo com que empunhassem os arcos, flechas e escudos. Os índios tentaram se aproximar de uma embarcação menor, mas quando viram que o piloto desta embarcação se aproximava da nau capitânia, fugiram velozmente.

O primeiro ato da epopeia europeia, que começa a se desenrolar na costa norte da América do Sul, é marcado, então, por encobrimento, espanto e fuga dos nativos, e por si já demonstra o caráter diferente do contato realizado por Colombo com os tainos, da ilha Espanhola, na sua primeira viagem.

Seguindo a rota, no primeiro desembarque nas terras continentais na Costa de Paria (Venezuela), Colombo encontrou outros grupos indígenas diferentes e mais amistosos que os contatados nas proximidades da ilha de Trinidad.

A maioria dos depoentes nas *Probanzas* descreveu o “maravilhamento” dos povos nativos, perante o encontro, como colocou Francisco de Terreros (COLLECIÓN, 1892, p. 149-150, tradução nossa): “[...] os índios que havia na dita província maravilhavam-se de ver os cristãos como gente que nunca haviam visto e cheiravam-lhes a roupa e diziam por sinais se vinham do céu e faziam outras coisas semelhantes [...]”<sup>136</sup>.

---

<sup>134</sup> “[...] todos jóvenes, elegantes y de alta estatura, armados de escudos a más de los arcos y las saetas, fuera de la costumbre de los demás [...]”.

<sup>135</sup> “[...] con una venda de algodón tejida de vários colores [...]”.

<sup>136</sup> “[...] los yndios que en la dicha provyncia ayja se maravillavan de ver los cristianos como gente que nunca los avyan ysto e les olian la ropa e dezian por señas si venyan del cielo e hazian otras cosas semejantes [...]”. *Primeira probanza del Almirante sobre lo del Darien*. Santo Domingo, 10 jun. 1512.

Andrés de Corral (COLLECÍON, 1892, p. 114, tradução nossa), também observou “[...] como a gente daquela província se espantava de ver os cristãos, como gente que nunca haviam visto [...]”<sup>137</sup>.

O cronista Pedro Mártir ([1551-1516] 1989, p. 58) afirmou, a partir dos depoimentos por ele obtidos, que tão logo os indígenas viram que havia chegado às suas terras uma gente nova, correram sem medo, com ansiedade de vê-los.

Observa-se que nessa terceira viagem de Colombo, o segundo contato com os nativos, já no continente, ao contrário do primeiro em Trinidad, é marcado pelo desejo do encontro, pelo maravilhamento e pela boa acolhida por parte dos nativos.

Várias testemunhas relataram que os indígenas cheiravam os expedicionários, numa nítida atitude de procura de reconhecimento. Olhos, nariz, mãos, quem sabe a boca, e, com certeza, ouvidos atentos àquela estranha língua: todos os sentidos a postos para apreender o novo. Muitas testemunhas das *Probanzas* afirmaram que eles pensavam que os viajantes vinham do céu. Pedro Mártir (1989, p. 11) relata que também na primeira viagem de Colombo, depois de um esboço de medo, quando os indígenas fugiram, houve uma recepção amigável, com trocas de mercadorias, e, da mesma forma, os nativos deram sinais de acreditar que aquela gente vinha do céu, admirando-se das roupas e das coisas que eles traziam.<sup>138</sup>

Vê-se, assim, o contraste da recepção dos indígenas, àqueles que seriam os primeiros europeus a alcançar a costa norte da América do Sul: em relação aos insulares encontrados no Haiti, que receberam bem os europeus; em relação aos insulares de Trinidad, que se desentenderam com os adventícios; e em relação com os da costa continental, que se maravilharam com os navegadores.

Como coloca Whitehead (1999, p. 406), é muito provável que no primeiro encontro da segunda viagem de Colombo, aquele realizado na região da ilha de Trinidad, próximo à costa venezuelana, quando os indígenas alcançaram os adventícios em barcos e depois fugiram velozmente, a perplexidade tenha sido maior por parte dos europeus, do que dos próprios nativos.

---

<sup>137</sup> “[...] vyo como la jente de aquella provincia se espantava de ver los cristianos, como jente que nunca los avian visto [...]”. *Primeira probanza del Almirante sobre lo del Darien*. Santo Domingo, 10 jun. 1512.

<sup>138</sup> Para acontecer o diálogo, os europeus levavam os chamados “línguas”, intérpretes nativos, das ilhas caribenhas, para entabular as conversações. Desde a primeira navegação, Colombo fez uso dos intérpretes indígenas levando-os de ilha em ilha, inclusive, transportando alguns para a Europa, para que aprendessem o espanhol e, nas outras viagens, atuassem intermediando a conversa entre europeus e nativos. Mais um indicativo das já existentes redes de relações indígenas, pois mesmo de etnias diferentes, muitos indígenas sabiam falar, ou pelo menos conseguiam se comunicar, com grupos de outras línguas.

Nesta terceira viagem de Colombo, seis anos após a presença europeia no Caribe, é certo que diversos grupos indígenas, que possuíam relações de troca com os indígenas das Pequenas Antilhas, já soubessem da presença dos adventícios nas ilhas. Analisando por esse viés, o primeiro ato de espanto dos indígenas de Trinidad, assim como a negação à oferta das mercadorias europeias, poderia ser também uma forma de reação, uma recusa à presença daqueles seres ali, dos quais, seguindo o raciocínio de Whitehead (1999, p. 406), já poderiam ter ouvido falar coisas negativas, como sobre o seu poder de fogo, a captura de pessoas, ou a aliança com seus contrários.

Em contrapartida, os indígenas do continente receberam os adventícios com o já descrito maravilhamento.

E essa recepção amigável? Já eram grupos acostumados à realização de trocas e essa abertura e curiosidade faziam parte de suas práticas culturais? Ou eles, ao contrário dos indígenas, da ilha de Trinidad, ouviram outras histórias sobre os adventícios? Histórias que seduziram pelas novidades que aquele *outro* trazia do outro lado do mar?

Deve-se pensar que as diferentes formas de receber os europeus não dependiam apenas das características culturais deste ou daquele grupo indígena, mas da própria dinâmica histórica, que passou a acontecer desde 1492, ou mesmo antes, como foi aqui aventado. Como observou Whitehead (1999), seis anos após a chegada de Colombo em Espanhola, foi tempo suficiente para que as notícias corresse entre os nativos e chegassem até o continente.<sup>139</sup>

Para os grupos aruaques, como os tainos, que se aliaram aos estrangeiros, por certo foi dirigido um tratamento diferenciado, pelo menos nos primeiros tempos<sup>140</sup>, do que o que foi dispensado aos caribes, “comedores de carne humana”. Assim, por que os aruaques da Venezuela não receberiam, de forma entusiástica, os europeus, com suas mercadorias que não só eram diferentes de tudo o que possuíam, mas que no caso de machados, foices, facas, tesouras, dentre outros instrumentos, facilitavam tanto suas vidas?

---

<sup>139</sup> Apesar de a ocorrência ser de um século mais tarde, e da motivação francesa em desqualificar os espanhóis, podemos considerar o seguinte exemplo de como viajavam as notícias sobre a colonização: O boticário Jean Mocquet (1617, p. 95), em viagem empreendida ao país do *Yapoco* (Amapá - Brasil) em 1604, informou que os parentes do “rei de *Yapoco*”, lhe informaram, antes de sua partida para o rio *Cayenne*, terra dos Caribes, que tinham ouvido falar das crueldades cometidas pelos espanhóis contra os de *Iucatã*, *Zempadã*, *Tlaxcallan*, *Panuco*, *Tecouanpetec* e *Mexico*.

<sup>140</sup> Quando chega de Paria à Espanhola, Colombo enfrenta uma rebelião entre os colonos liderados por Francisco Roldán, na qual os indígenas são envolvidos. Neste ano de 1498, já haviam enviado à Espanha um carregamento de escravos, e após a rebelião enviaram outro, fato que indignou a rainha Isabel. Também neste ano, dão início ao sistema de trabalho forçado dos indígenas, ao que Las Casas indica como o surgimento da Encomienda (ABADÍA, 1991, p. 110-113).

Levando em consideração que a costa da Venezuela foi a primeira terra continental a ser oficialmente contatada nas Américas, deve-se procurar compreender qual o impacto e qual o alcance das notícias sobre esses primeiros encontros, nas sociedades indígenas do continente sul-americano, principalmente daquelas que viviam na zona cultural de língua caribe e aruaque, e na região da costa norte sul-americana e na vizinha Amazônia. Como correram as notícias sobre os adventícios? Que alcance elas tiveram?

De outro lado, há de se ressaltar o aguçamento e imediato interesse econômico de particulares e das outras nações envolvidas na expansão mercantil, já que, diferente do que fora deparado até então, os nativos dessa região das “Índias” possuíam artefatos de ouro e pérolas. Assim, o interesse pelas pérolas e a busca de uma passagem para o Oriente, costeando o continente encontrado, reativaram a atenção pelo território recém-descoberto, fazendo com que os Reis Católicos expedissem várias autorizações para a exploração da costa setentrional sul-americana.

Segundo Pérez (1991b, p. 121), a acusação do comércio de escravos indígenas, somada aos desmandos e abusos de autoridade, ocorridos em Espanhola, fez com que Colombo perdesse ainda mais a confiança dos reis. Na realidade, como foi visto acima, desde 1495 já se esboçava um descontentamento, com relação aos resultados dos descobrimentos de Colombo, assim como, uma política de incentivo ao envio de outras expedições. Dessa forma, após as crises estabelecidas entre Colombo e a Coroa espanhola, e a descoberta de terras continentais na costa da Venezuela, pôs-se em prática um plano de viagens de descobrimentos e resgates, realizado como forma de competir com as viagens portuguesas. Após a primeira (1492), segunda (1493) e terceira (1498) viagens, persistia a dúvida se Colombo chegaria mesmo às Índias das especiarias.

Antes mesmo do retorno do Almirante, os Reis Católicos expediram, em 1499, novas licenças para o descobrimento de ilhas e terra firme, próximo da Costa de Paria, na Venezuela, encontrada pelo genovês. Respeitando a área perscrutada por Colombo, deveriam ser exploradas as terras vizinhas às por ele “descobertas”.

É interessante observar, segundo vários marinheiros e pilotos que depuseram no “Pleito Colombino”<sup>141</sup>, e que estavam presentes na expedição descobridora de Colombo, que os

---

<sup>141</sup> *Primera probanza del Almirante sobre lo del Darién (1512, p. 77- 190); Probanza hecha á petición del Fiscal, de que el descubrimiento del Darien fué debido á varios pilotos y no á D. Cristóbal Colón Probanza hecha á petición del Fiscal (1512, p. 191); Probanza hecha á petición del Almirante D. Diego Colón, sobre descubrimientos de su padre don Cristóbal en Paria y Veragua (1513, p. 327-343); Probanza hecha, á petición del almirante D. Diego Colón, acerca de los descubrimientos de su padre D. Cristóbal en tierra firme (1514, p. 343-356); Probanza hecha á petición del Almirante D. Diego Colón, relativamente á los*

navegadores que seguiram após o Almirante, além de utilizarem a “carta de marear”, esboçada por ele, ainda levavam vários tripulantes, que participaram da expedição de Colombo de descobrimento da Terra Firme, o que deixa clara a intenção espanhola de vasculhar as terras recém-descobertas, utilizando os conhecimentos de Colombo, no projeto de descobrimentos.

O Almirante retornou da sua penúltima viagem à América, em novembro de 1500, preso, agrilhado. Os reis afirmaram que a prisão fora realizada sem suas ordens, assim, Colombo recuperou sua liberdade, recebeu as desculpas dos monarcas, mas perdeu grande parte de seus privilégios. Em 1506, morreu, sem saber que as suas Índias não eram a China, e que as terras que descobrira passariam a ser as Américas.

A terceira viagem de Colombo, traz consequências imediatas para a história da nossa costa setentrional, pois com a chegada do genovês à América do Sul, verifica-se uma grande disposição e investimento em se encontrar algo que acreditavam ser tal qual o Estreito de Málaca (que liga os Oceanos Índico e Pacífico), que possibilitasse a passagem ao Oriente, e, com esse objetivo, partiram várias expedições, procurando alcançar latitudes mais baixas, sendo que, seguramente, pelos menos duas dessas expedições atingiram regiões, que hoje correspondem ao litoral norte brasileiro: a de Vicente Yáñez Pinzón e a de Diego de Lepe, em janeiro e fevereiro de 1500.

A primeira expedição, documentada, a chegar à costa setentrional sul-americana após Colombo, foi a de Alonso de Hojeda, que partiu em 18 de maio de 1499. Levava Juan de la Cosa, principal cartógrafo espanhol da época, o qual, a partir dessa empresa e das instruções dos navegadores que partiram depois (Niño, Pinzón e Lepe), compôs importante mapa-múndi, com as informações cartografadas mais antigas que se dispõe, sobre a costa setentrional brasileira (embora o mapa não possua latitudes e longitudes, o que por certo causa algumas confusões). (Cf. GUEDES, 1975a, p. 181).<sup>142</sup>

---

*descubrimientos de su padre (1514, p 362-393); Probanza hecha á petición del Almirante D. Diego Colón, con arreglo al interrogatorio de diez y seis preguntas (1514, p. 393-434). (COLLECCIÓN, 1892).*

<sup>142</sup>Essa viagem abriga muitas controvérsias, em virtude da participação do florentino Américo Vespúcio. Há insinuações de que Hojeda e Vespúcio viajaram juntos e que juntos possam ter chegado à costa norte brasileira. Há hipóteses de que Vespúcio tenha se separado de Hojeda e tenha descoberto esta costa, e, dentre outras possibilidades, ainda há o problema da autenticidade das cartas de Vespúcio, ou dos seus relatos (GUEDES, 1975a, p. 195-205; HOLANDA, 2003, p. 57-58; NAVARRETE, 1829, p. 4-10, 317-318; PEREZ, 1991b, p. 122-126). Para não adentrar em problema tão complexo, que demandaria, por si só, uma tese completa, será acatada a proposição do Almirante Max Justo Guedes (1975a), segundo a qual, Hojeda, la Cosa e Vespúcio chegaram juntos, cerca de duzentas léguas ao leste da costa de Paria, em local entre os rios Coppename e Corantijn, hoje Suriname, e de lá percorreram a costa no sentido oeste. Navarrete (1829) também aponta algum ponto no Suriname, já Pérez (1991b) coloca que a chegada foi próximo ao rio Demerara, mas desembarcaram no rio Pomerum (ambos na Guiana). Vespúcio constituiu-se uma fonte problemática, sendo assim, quaisquer informações sobre esta expedição merecem ser cuidadosamente

Pérez (1991b, p. 121-122) afirma que esta expedição, junto à de Pero Alonso Niño, seria de *comprobación* e ambas deveriam explorar, cada uma, duzentas léguas de cada lado da área anteriormente descoberta por Colombo. O autor observa a estratégia de enviar as expedições aos pares, por isso Hojeda e Niño partiram com um intervalo de poucos dias entre uma saída e outra.

Hojeda, la Cosa e Vespúcio chegaram cerca de duzentas léguas antes da região de Paria. Conforme Navarrete (1829), Guedes (1975a) e Perez (1991b), ao chegarem à costa da Guiana, os navegadores não estabeleceram contato com os indígenas, os quais deveriam tratar-se de grupos caribes (provavelmente estariam escondidos). Somente ao chegarem à ilha de Trinidad, encontraram os nativos que, segundo Perez (1991b, p. 123) não facilitaram as trocas, assim como acontecera com Colombo.

Seguindo viagem, Hojeda, la Cosa e Vespúcio foram praticamente expulsos pelos indígenas, havendo muitos combates. Deve-se crer que não encontrando as mercadorias que desejavam para comercializar, não acessando os indígenas que estavam dispostos a trocar, tiveram mais ganância para aprisionar escravos, que de fato pode ser comprovado, pois, segundo Vespúcio (apud GUEDES, 1975a, p. 196), levaram para a Espanha duzentos e trinta e dois índios cativos.

Esta violência, por certo, ficou marcada entre os nativos da costa venezuelana.

A expedição seguinte, de Pero Alonso Niño<sup>143</sup>, contava com pouco mais de trinta homens, que cruzaram o oceano com mais rapidez que Hojeda, e também obtiveram mais êxito financeiro, já que houve poucos conflitos com os nativos e as trocas realizadas proporcionaram-lhes um bom carregamento de pérolas.

Segundo o cronista Pedro Mártir (1989), Niño e Guerra seguiram direto para Paria, em busca da região onde Colombo afirmara ter encontrado indígenas que portavam braceletes e colares de pérolas, respeitando os limites impostos pelos contratos firmados, de não aportar a menos de cinquenta léguas de onde estivera o Almirante.<sup>144</sup>

---

avaliadas, entretanto, como lembra Guedes (1975a, p. 205), o florentino cometeu erros de localização, mas não deve ser de todo caracterizado como um falsário. Em 1501, Vespúcio seguiu em viagem junto com Gonçalo Coelho, a serviço do rei de Portugal. Nesta viagem, Vespúcio deve ter medido a latitude de 8° do Cabo de Santo Agostinho. Com a publicação de cartas apócrifas, misturou-se a história da viagem de 1501 com a de 1499, assim, muitos acreditaram que Vespúcio esteve no Cabo de Santo Agostinho, ainda em 1499, quando foi em 1501.

<sup>143</sup>Niño obteve permissão para realizar a empresa, mas não possuía capital suficiente para bancar a viagem, assim teve que pedir auxílio financeiro a Cristóbal Guerra, que armou uma caravela sob a condição de capitaneá-la (NAVARRETE, 1829, p. 11).

<sup>144</sup>Navarrete contesta esta informação (ibidem, p. 13) e afirma que Curiana se situa na região visitada por Colombo. Navarrete se apoia nos relatos dos pilotos e tripulação nos Pleitos Colombinos.

É realmente difícil estabelecer o local exato onde chegaram, em virtude das imprecisões dos mapas e informações náuticas, assim como, da inconsistência dos topônimos adotados durante as primeiras descobertas, mas, conforme Pérez (1991b, p. 123-125), teriam alcançado a costa norte da Ilha de Trinidad, de onde seguiram até a ilha de Margarita, onde houve mais uma vez um conflito com os índios caribes. Continuando o costeiro desta ilha, porém, de acordo com o testemunho de García Fernandes em 1515 (COLLECCIÓN, 1894, p. 187), foram abordados por outros índios em suas canoas, os quais traziam pérolas em pequenas bolsas de palha, iniciando-se, assim, após o incidente com os caribes, o escambo. Nessa expedição, Niño e Guerra descobriram a região de Cumaná e Maracapana e realizaram muitas trocas envolvendo pérolas.

De acordo com o cronista Pedro Mártir de Anglería ([1511-1516] 1989, p. 69-70), rumando para o oeste, encontraram *Curiana*. De outra região mais populosa, distante três milhas, veio um numeroso grupo de homens, bastante ansiosos por realizar o comércio com os adventícios, insistindo para que Niño seguisse para sua aldeia, assinalando que lá haveria mais pérolas para os resgates.

Este, [Pero Alonso Niño] descendo ele mesmo a terra, levou consigo chocalhos, alfinetes, braceletes, pulseiras, cordões de cristal, anéis e outros objetos tais de comércio, e os permutou em um momento por quinze onças de pérolas, que levavam penduradas no pescoço e nos braços.

Então eles, abraçando amistosamente a Niño, pediram mais e mais para que navegassem à sua costa; indicavam que ali teriam quanta abundância de pérolas desejassem. (ANGLERÍA, [1511-1516] 1989, p. 69-70, tradução nossa)<sup>145</sup>.

A expedição seguiu, no dia seguinte, para o local onde os indígenas informaram. Chegando lá, eram tantos índios se aproximando e solicitando que descessem a terra para efetuar as trocas, que Niño, receoso por apenas dispor de trinta e três homens, em frente a uma multidão, realizou as permutas no próprio navio, com os indígenas chegando em suas canoas. Coloca Pedro Mártir ([1511-1516], p. 70, grifos do autor, tradução nossa) a partir dos relatos que lhe foram feitos: “Eles, pois, com grandes desejos de nossas mercadorias, levavam

---

<sup>145</sup>“Éste, bajando él mismo a tierra, se llevó consigo cascabeles, alfileres, brazaletes, pulseras, sartas de cristal, anillos y otros objetos tales de comercio, y los permutó en un momento por quince onzas de perlas, que llevaban colgadas al cuello y en los brazos.

Entonces ellos, abrazando amistosamente a Niño, instaron más y más para que fuera navegando a su orilla; indicaban que allí tendrían cuanta abundancia de perlas desearan”.

todos, com obstinação, cordões de pérolas, aos quais chamavam *tenoras*. Em vinte dias que com eles trataram, conheceram que são mansos, singelos, inocentes e hospitaleiros”<sup>146</sup>.

Mesmo diante de todos os filtros, e de todo o etnocentrismo de Pedro Mártir, pelo relato e pelos testemunhos nas *Probanzas*, fica clara a ânsia pelas trocas por parte dos indígenas. Apesar de Pedro Mártir afirmar que o navegador respeitou os limites, impostos pela sua capitulação, chegando a uma região que se localizava depois da visitada por Colombo, como bem observara Navarrete (1829, p. 13), pelo comportamento dos nativos de avançar até os navios, expondo aos adventícios os produtos das trocas, não há como negar que aqueles indígenas já conheciam os europeus, já sabiam o que os de fora queriam, assim como sabiam, é claro, o que eles próprios almejavam dos estrangeiros.

A atitude “obstinada” dos indígenas em ir ao encontro dos europeus, ainda em suas embarcações, demonstra mesmo certa confiança, já que eles estariam mais seguros se os adventícios fossem a terra, onde estariam em maior número e conheciam o território. Diante da inegável demonstração de grande valoração, que os indígenas dessa região da costa venezuelana deram para a realização das trocas com os europeus, deve-se pensar que Niño chegou a um local onde os grupos litorâneos já eram acostumados à realização de trocas (como será demonstrado mais à frente), por isso o trato com os europeus foi rapidamente incorporado pelos indígenas.

Nesse sentido, é imprescindível referir-se a Mauss (2001), que destaca que não existe “economia natural”, no sentido de uma economia primitiva, nas sociedades comumente descritas como “tradicionais”, “pré-históricas”, “aborígenes”, etc., pois estas sociedades executavam trocas através de formas específicas de contrato. Assim, as sociedades ditas “primitivas” possuíam sistemas complexos de troca, e o que movia essas trocas não eram apenas valores essencialmente utilitários, mas, sim, prestígio, honra, prazer, manutenção da paz, dentre outros e não simplesmente a utilidade material.

Lembrando os trabalhos de Whitehead (1993; 1999), que valorizam as redes de comércio, existentes entre os grupos indígenas do nordeste da América do Sul, adicionando as novas informações arqueológicas, que revelam sociedades complexas, existentes na região amazônica (FAUSTO, 1992; HECKENBERGER et alli, 2003; ROOSEVELT, 1992) e a par das críticas, como coloca Hill (1996), que vêm sendo feitas às abordagens antropológicas, que entendiam as sociedades indígenas da América pré-colombiana, como “isoladas”, “a-

---

<sup>146</sup>“Ellos, pues, con sumos deseos de nuestras mercancías, llevaban todos a porfía sargas de perlas: llaman a éstas *tenoras*. En veinte días que los trataron, conocieron que son mansos, sencillos, inocentes y hospitalarios”.

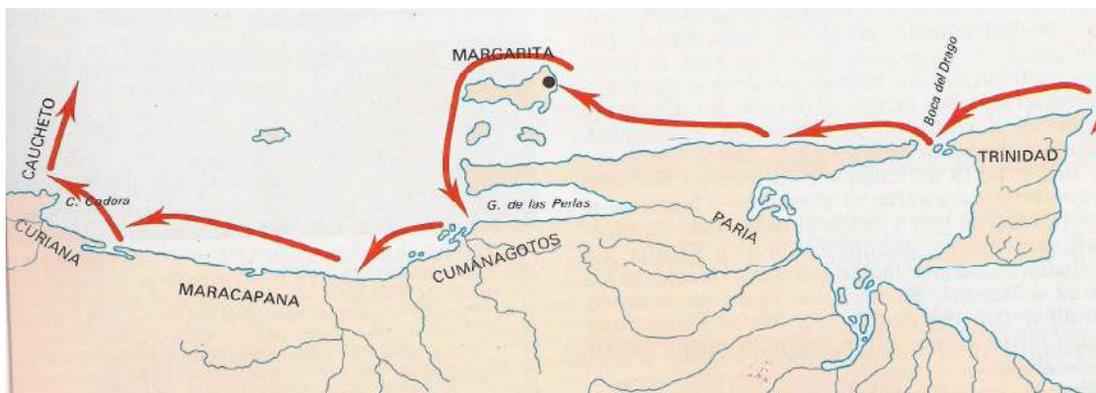
históricas”, “frias”, as informações sobre essas intensas trocas, realizadas já nos primeiros encontros com os europeus, não parecem exegeses equivocadas do cronista Pedro Mártir, nem dos expedicionários. Ao contrário, estes contatos são emblemáticos, pois confirmam que nos primeiros encontros com os europeus, os nativos já demonstraram o desejo pelas mercadorias europeias.

Essa sedução por parte de alguns grupos nativos, desde o princípio facilitou a abordagem dos adventícios, o que não elimina a recusa de outros, como os caribes, que até então expulsavam os europeus.

As trocas, contudo, não devem ser vistas somente como uma sobrevalorização das mercadorias vindas do exterior, em detrimento de uma desvalorização daquilo que os indígenas tinham a oferecer. Pedro Mártir fornece um exemplo das trocas que eram realizadas entre os nativos, e do valor que eles atribuíam aos objetos trocados.

Em um dos primeiros encontros da expedição de Niño, os indígenas de Curiana, os quais trocaram várias pérolas com os espanhóis, não permutaram os pequenos animais feitos em ouro, que obtinham dos nativos de outra região, chamada Cauchieto. Os espanhóis, é óbvio, procuraram saber onde encontrar tais artefatos, ao que os indígenas lhes informaram que distava “seis sóis” ao ocidente.

Indo além, os nossos encontraram a região [...] Os indígenas apresentaram-se sem medo, e levaram ouro, que é nativo entre eles. Estes também levavam pérolas no pescoço, porém se lhes proporcionavam, em Curiana, em troca de ouro. Nenhum deles quis permutar nada que havia conseguido de outra parte, como, por exemplo, nem os curianenses o ouro, nem os de Cauchieto as pérolas [...]. (ANGLERÍA, [1511-1516] 1989, p. 71, tradução nossa)<sup>147</sup>.



Mapa 5: Percurso da viagem de Pero Alonso Niño e Cristobal Guerra de acordo com Perez (1991, p. 123).

<sup>147</sup>“Fuéronse allá los nuestros, encontraron la región [...] Presentáronse sin miedo los indígenas, y llevaron oro, que es nativo entre ellos. También éstos llevaban perlas al cuello, pero se las proporcionaban de Curiana a cambio de oro. Ninguno de ellos quiso permutar nada que hubiera conseguido de otra parte, como, por ejemplo, ni los curianenses el oro, ni los de Cauchieto las perlas [...]”.

Um ponto merece ser ressaltado: a região de Cauchieto não havia sido visitada por Colombo, que foi somente até a península de Paria; nem por Hojeda, pois Niño foi mais veloz e seguiu logo para a ilha de Trinidad e golfo de Paria, e de lá assumiu as descobertas de Cumaná em diante. Desta maneira, ou outros expedicionários já haviam estado ali antes de Niño, dos quais não há documentos comprobatórios, ou as notícias sobre os estrangeiros percorreram as redes de trocas indígenas, fazendo com que estes se preparassem para receber os navegadores.

De qualquer forma, deve ser ressaltada a facilidade da realização do comércio entre os indígenas de Cumaná, Curiana e Cauchieto, o que enfatiza a existência de redes comerciais indígenas na costa, antes da chegada dos europeus.

Para corroborar esta informação, Pedro Mártir de Anglería fornece algumas observações, que confirmam a existência dessas redes de comércio indígena.

Sobre os “curianos”, os portadores de pérolas, Pedro Mártir ([1511-1516] 1989, p. 70) afirma que a maior parte de sua comida provinha das conchas, de onde tiravam as pérolas, e da caça de animais silvestres. Os curianos foram caracterizados pelo cronista como tendo cabelo negro, espesso e semi-crespo, possuíam agricultura e mascavam um tipo de erva. Um detalhe importante, diz respeito a possuírem cerâmicas “compradas de outra parte” (p. 71)<sup>148</sup> em feiras, que realizavam com grupos vizinhos, para obter produtos de outros lugares, ou seja, se eles fabricavam cerâmica, talvez não fossem especialistas, pois sua cerâmica era obtida através de trocas.<sup>149</sup>

Mais um exemplo de produto comercializado entre os indígenas, fornecido pelo relato de Pedro Mártir de Anglería ([1511-1516] 1989, p. 71, tradução nossa), diz respeito à exploração de sal entre os nativos de um local, chamado Haraia (hoje Araya, em Cumaná): “[...] Os indígenas fazem muita estima daquelas salinas, pois não somente usam o sal para fins domésticos, mas, formando com ele como que ladrilhos, vendem-no aos estranhos em troca de coisas exteriores”<sup>150</sup>.

<sup>148</sup>“*Tienen orzas, cántaros, ollas y demás utensilios de varias clases de alfarería, compradas de otra parte. Pues celebran sus ferias entre sí, a las cuales cada vecino, por lograr algo de otras partes, lleva de los productos de su región, pero de cerca; pues no hay ninguno que no se deleite en hacerse con algo nuevo, siendo natural a todos los hombres el tener afición y deleite a las cosas nuevas [...]*”.

<sup>149</sup> Perez (1991b, p. 125) cita os trabalhos dos professores Cruxent e Hernández, da Universidade de Coro, sobre as fogueiras e concheiros do litoral oeste da Venezuela. Seriam muito proveitosos estudos comparativos entre as populações costeiras do litoral setentrional sul-americano, incluindo o Brasil, para se compreender os processos de migrações, ocupação e inter-relação entre eles, entretanto, como já foi dito, as pesquisas arqueológicas ainda são muito iniciais no Brasil, e faltam conexões com essas outras áreas da costa da América do Sul. Vale, contudo, lembrar dos concheiros e fogueiras, também aqui encontrados.

<sup>150</sup> “[...] *Los indígenas hacen mucha estima de aquellas salinas, pues no sólo usan la sal para los usos domésticos, sino que, formando con ella como ladrillos la venden a los extraños a cambio de cosas ajenas*”.

Assim, deve-se ter em consideração, que o comércio indígena não se limitou às sociedades ditas “complexas” que possuíam áreas viáveis para a agricultura, portadoras de produtos altamente trabalhados, como as cerâmicas tapajônicas, os muiraquitãs amazônicos, ou outros quaisquer artefatos, que exigem maior trabalho artesanal. Tal perspectiva seria evolucionista e eurocêntrica, já que valorizaria apenas os produtos que a cultura ocidental também valoriza, quer por seu aspecto estético, quer por sua funcionalidade.

Esse relato de Pedro Mártir é importante, não por se tratar do primeiro contato, ou dos primeiros contatos na costa norte da América do Sul, que “retratava/m” o índio no seu “estado puro”. Longe disso, a importância desse relato é demonstrar as redes de comércio indígenas, já existentes quando da chegada dos europeus, e que com a chegada destes, a preexistência de trocas entre algumas etnias indígenas facilitou a realização do trato com os adventícios.

Deve-se, contudo, também lembrar, que as formas como foram realizados os contatos, também influíram nas relações, e um bom exemplo disso é que enquanto Pero Alonso Niño foi feliz nas suas negociações, Hojeda enfrentou muitos conflitos. Assim, não apenas os grupos indígenas encontrados eram diferentes entre si, mas também havia diversas formas de cada explorador chegar até os nativos. Entre o ideal cruzadístico, a fama pelo descobrimento e a ganância pelos lucros, havia muitas maneiras de estabelecer contato: desde pacientes tentativas de comunicação amistosa, até a ordinária violência.

Nos resgates com os europeus, deve-se levar em consideração que os índios também lucravam. Havia literalmente uma *troca*: os dois davam, os dois recebiam. Os valores para os produtos trocados é que possuíam discrepâncias, devido às diferenças culturais de cada sociedade, já que as coisas não possuem valores universais.

Por exemplo, aqueles objetos mais fáceis de serem conseguidos, as pérolas das ostras de Curiana, possuíam menos valor para os nativos desta região, do que os artefatos de ouro que eles trocavam com os grupos de Cauchieto. Estes, por sua vez, possuíam ouro em mais abundância, mas não pérolas, assim suas pérolas não entravam nas trocas com os europeus, sendo mais valorizadas que as quinquilharias europeias.

No caso da costa brasileira, sem ouro nem pérolas, o pau-brasil foi intensamente resgatado, permutado por cacos de vidro, cacos de porcelana, mas também por facas, foices e outros instrumentos de metal.

## 2.4 Santa María de la Consolación e Rostro Hermoso: “descobertas” na Costa Leste-Oeste

O plano de descobrimentos e resgates dos Reis Católicos seguiu, após as expedições de Alonso de Hojeda e de Pero Alonso Niño à costa setentrional da América do Sul, com as viagens de Vicente Yañez Pinzón e Diego de Lepe que, no mesmo sistema das expedições anteriores, saíram com um pequeno intervalo de dias entre as duas partidas. Ao que tudo indica o próprio Pinzón, que já vinha em conversações com os reis desde o ano de 1495, propôs uma rota mais ao sul. O objetivo das viagens era contornar aquele que seria o extremo oriental do continente asiático, segundo a perspectiva de Colombo, e chegar, assim, às especiarias que o Almirante e os outros navegadores seguindo o caminho do Oeste, ainda não haviam alcançado. (PEREZ, 1991b, p. 126; POMPEU SOBRINHO, 1980, p. 51).

O primeiro a partir foi Vicente Yañez Pinzón em dezembro de 1499.

Francisco Lopez de Gómara em 1552 (1999, p. 129-130)<sup>151</sup> se refere à viagem realizada por Pinzón, ressaltando o seu caráter comercial e o investimento do próprio navegador que buscava resgatar ouro, pérolas e outras mercadorias nas terras a serem exploradas. A

---

<sup>151</sup> A narrativa de Gómara sobre o descobrimento de Pinzón: “*Ya dije que con las nuevas de las perlas y grandes tierras que descubriera Colón se acordaron algunos ir por lana, y vinieron, como dicen, trasquilados. Estos fueron Vicente Yañez Pinzón y Arias Pinzón, su sobrino, que armaron cuatro carabelas a su costa en Palos, donde nacieran. Abasteciéronlas muy bien de gente, artillería, vituallas y rescate; que ricos estaban, de los viajes que habían hecho a Indias con Cristóbal Colón. Hubieron licencia de los Reyes Católicos para descubrir y rescatar en donde Colón no hubiese estado. Partieron, pues, de Palos a 13 de noviembre de año de mil y quinientos menos uno, con pensamiento de traer muchas perlas, oro, piedras y otras grandes riquezas. Llegó a Santiago, isla de Cabo Verde; llevó de allí su derrota más al mediodía que Colón, atravesó la corrida y fue a dar al cabo llamado de San Agustín la flota. Estos descubridores salieron a tierra por fin de enero; tomaron agua, leña y la altura del Sol; escribieron en árboles y peñas el día que llegaron, y sus propios nombres y del rey y reina, en señal de posesión, maravillados y penosos de no hallar gente por allí para tomar lengua y tino de aquella tierra y su riqueza. La segunda noche que allí durmieron vieron no muy lejos muchos fuegos, y en la mañana quisieron feriar algo con los que al fuego estaban en ranchos; pero ellos no acarrearón a ello, antes tenían talante de pelear con muy buenos arcsos y lanzas que traían. Los nuestros huyeron de ello por ser hombres mayores que grandes alemanes, y de pies muy largos, ca, según después contaban los Pinzones, los tenían por tanto y medio que los suyos. Partieron de allá y fueron a surgir en un río poco hondable, porque muchos indios estaban en un cerro cerca de la marina. Salieron a tierra con las barcas; adelantóse un español y arrojóles un cascabel para cebarlos. Ellos, que armados estaban, echaron un palo dorado, y arremetieron al que se bajó por él a prenderlo. Acudieron los demás españoles, y trabóse una pelea, en que murieron ocho de ellos. Los indios siguieron la victoria hasta meterlos en las naos, y aun pelearon en el río: tan secutivos y bravos eran. Quebraron un esquife; valió Dios que no tenían yerba; si no, pocos escaparan de muchos heridos quedaron. Vicente Yañez conoció cuán diferente cosa es pelear que timonear. Cautivaron treinta y seis indios en otro río, dicho María Tambal, y corrieron la costa hasta llegar al golfo de Paria. Tocaron en Cabo Primero, angla de San Lucas, tierra de Humos, río Marañón, río de Orellana, río Dulce y otras partes. Tardaron diez meses en ir, descubrir y tornar. Perdieron dos carabelas, con todos los que dentro iban. Trajeron hasta veinte esclavos, tres mil libras de brasil y sándalo, muchos juncos de los preciados, mucho anime blanco, cortezas de ciertos árboles que parecía canela, y un cuero de aquel animal que mete los hijos en el pecho; y contaban por gran cosa haber visto árbol que no le abrazaran diez y seis hombres”.* (GÓMARA, [1552] 1999, 129-130).

expedição, apesar do nítido caráter comercial, também tinha como um dos principais objetivos os descobrimentos, já que se propunha a perscrutar lugares antes não alcançados por expedições anteriores a serviço dos Reis Católicos. Vê-se, assim, dois objetivos patentes: o do navegador que precisava auferir lucros imediatos depois dos investimentos realizados; e o da Coroa de Castela, que necessitava chegar às Índias das especiarias, as quais os portugueses já haviam alcançado.

Gómara, outros cronistas e alguns depoentes nas *Probanzas dos Pleitos Colombinos* afirmaram que o local de chegada de Pinzón e sua gente foi no Cabo de Santo Agostinho (em Pernambuco). Esta informação revela uma confusão geográfica, que talvez provenha das declarações do próprio navegador Pinzón (COLLECÍON, 1892, p. 267 e 269)<sup>152</sup>. Quando Pinzón depôs nos *Pleitos Colombinos*, em 1513, afirmou ter descoberto o “Cabo da Consolação”, seguindo até a “boca do Dragão” (estuário do Amazonas), e que sabia esta região seria terra de Portugal, a qual se chamava “agora” Cabo de Santo Agostinho.<sup>153</sup>

Um motivo que pode tê-lo levado a tal declaração, provém da própria pergunta que lhe fora feita, pelo fiscal, onde foi mencionada a “*punta de Santa Cruz y de Sanct Agustín*”, como se fossem a mesma, direcionando a resposta. Também, deve-se considerar a imprecisão das informações cartográficas da época, já que Pinzón afirmou que descobriu o “Cabo de Consolación”, atribuindo a terceiros a outra denominação: “[...] agora se chama cabo de Santo Agostinho”.

Gómara ([1552] 1999, p. 133) fornece uma informação que ajuda a compreender a questão, ao afirmar que Américo Vespúcio teria dito, no ano de 1501, que fora ao mesmo cabo descoberto por Pinzón ao qual nomeou de Cabo de Santo Agostinho<sup>154</sup>. Daí viria toda a confusão.

---

<sup>152</sup>*Probanza hecha á petición del Fiscal relativamente á descubrimientos hechos en el tercero y cuarto Viaje de D. Cristóbal Colón*, Sevilha, 12 fev. 1513.

<sup>153</sup>Extratos do depoimento de Pinzón: “[...] fue é descubrió por mandado de su Alteza desde el cabo que dizen de Consolación é la costa de lenguo hasta la boca del Dragón [...] é sabe é es verdad que descubrió desde el cabo de Consolación, que es en la parte de Portugal, é agora se llama cabo de Sant Agustín, é que descubrió toda la costa de luengo corriendo al occidente la quarta del nurueste, que asy se corre la tierra, é que descubrió é hallo la mar dulce que sale cuarenta leguas en lámar, é laguna dulce, é asy mismo descubrió esta provincia que se llama Parisura é corrió la costa de luengo fasta la boca del Dragó [...]”. (*Probanza hecha á petición del Fiscal relativamente á descubrimientos hechos en el tercero y cuarto Viaje de D. Cristóbal Colón*, Sevilha, 12 fev. 1513).

<sup>154</sup>Segundo Gómara ([1552] 1999, p. 133): “[...] Américo Vespucio, florentín, [...], dice cómo fue al mismo cabo, y que lo nombró de San Agustín, el año de 1 [1501], con tres carabelas que dio el rey Manuel de Portugal, para buscar estrecho en aquella costa por donde ir a las Malucas [...]”. Já foi dito sobre as complicações que envolvem os relatos de Américo Vespúcio, ressalta-se ainda as contradições de seus escritos e apócrifos, assim como do alcance de seus feitos, o fato é que da mesma forma foi nomeado, o descobridor do continente, usurpando de Colombo o feito, também deve se presumir como fora estratégico estender, pelo menos

Os testemunhos de alguns tripulantes de Pinzón demonstram como a questão do Cabo de Santo Agostinho era uma dúvida na época das *Probanzas*. Manuel de Valdovinos (COLLECIÓN, 1894, p. 146)<sup>155</sup> afirmou em depoimento no ano de 1515, que Pinzón batizou o local de sua primeira aportada de “*Rostro hermoso*” e que “agora se chamava santa cruz e santo Agostinho”. Também um dos tripulantes de Diego de Lepe, cuja viagem percorreu a mesma rota de Pinzón, Pedro Mendel (COLLECIÓN, 1892, p. 307)<sup>156</sup>, em depoimento realizado no ano de 1512, deixa claro que não se sabia se a área que Pinzón havia chegado era ou não o Cabo de Santo Agostinho.

Como observou Varnhagen (1975a, p. 73), e como o seguiu Pompeu Sobrinho (1980), mesmo se considerando todas as incongruências nos depoimentos dos tripulantes nas *Probanzas*, as análises dos rumos tomados pela expedição, afirmados pelos depoentes, são “[...] absolutamente incompatíveis com o litoral pernambucano ao norte de Santo Agostinho [...]” (POMPEU SOBRINHO, 1980, p. 72).

Segundo Alves (1974, p. 87), o depoimento de Antón Garcia (COLLECIÓN, 1892, p. 221)<sup>157</sup> respondendo à questão sobre as descobertas de Diego de Lepe, dá a resolução ao problema do Cabo de Santo Agostinho: Antón Garcia era tripulante da expedição de Alonso Velez de Mendonça e Luís Guerra, que saiu a serviço dos Reis Católicos, ainda no ano de 1500, com data incerta. Esta expedição atingiu o Cabo de São Roque (no atual Rio Grande do Norte), o Cabo de Santo Agostinho (Pernambuco) e desceu o litoral leste brasileiro até aproximadamente a altura do Espírito Santo (PEREZ, 1991b, p. 130-131). Como Antón Garcia foi nesta expedição, soube diferenciar o cabo descoberto por Pinzón e Lepe, da Ponta de Santo Agostinho, por isso afirmou que os navegadores estiveram mais ao norte da referida

---

teoricamente, a costa por ele e Gonçalo Coelho percorrida em 1501 a serviço do rei de Portugal, até o cabo anteriormente descoberto por Pinzón para se legitimar os domínios portugueses na costa norte.

<sup>155</sup> Extrato do depoimento de Valdovinos: “[...] *la segunda vez que fué á descubrir e que sabe e vydo este testigo que el dicho Vicente yañes descubrió partiendo del cabo verde al sur sudueste e que hallaron la tierra a quinientas leguas, ala qual tyerra no había llegado nyngun navio ny estava descubierta*, e allí puso el dicho Vicente yañes por nonbre Rostro hermoso, que agora diz que se llama santa cruz e sant agostin, y el dicho Vicente yañez tomó la posesión por el Rey e de allí corrieron al norueste hallando en el camino muchos Rios e puertos yendo costeando [...]”. (*Probanza hecha á petición del Fiscal, según interrogatorio de veinticuatro preguntas*. Lepe, 19 set. 1515).

<sup>156</sup> Extrato do depoimento de Pedro Mendel: “[...] *sabe que fueron Vicente Añes Pincon á descubrir por la parte del Levante en la pregunta contenida é que llevo brasyl é vino á Paria, é de Paria fué á la Ysabela vieja, ques en esta ysla Española, pero sy llevo á la ysla de Sant Agustín ó no, que lo non sabe, é ques publico é notorio que hasta entonces no abia ydo ny llegado en aquella parte ninguna persona [...]*”. (*Probanza hecha á petición del Fiscal, de que el descubrimiento del Darien fué debido á varios pilotos y no á D. Cristóbal Colón*. Santo Domingo, 7 dez. 1512).

<sup>157</sup> el dicho Diego de Lepe e este testigo e Vycente Añez e otros, salieron juntos en el tienpo quel dicho Diego de Lepe fue a descubrir, e que este testigo [Antón Garcia] e los que con el yvan, que heran Luys Guerra o Alonso Velez, llegaron a lo contenydo en la dicha pregunta, y los dichos *Diego de Lepe e Vicente Añez quedaron mas traseros ala vanda del norte [...]*”. (*Probanza hecha á petición del Fiscal, de que el descubrimiento del Darien fué debido á varios pilotos y no á D. Cristóbal Colón*. Santo Domingo, 7 dez. 1512.).

ponta. O piloto André de Morales<sup>158</sup>, o piloto de Pinzón Juan de Xerez<sup>159</sup> (COLLECCIÓN, 1892 p. 202-203; p. 304) e o sobrinho de Pinzón, Arias Pérez<sup>160</sup> (COLLECCIÓN, 1894, p. 226), também afirmaram claramente que só depois, Alonso Velez foi descobrir do Cabo de Santo Agostinho em direção ao sul, ou seja, Pinzón e Lepe não foram os “descobridores” do Cabo de Santo Agostinho em 1500.

Há, ainda, mais um documento para dirimir as dúvidas quanto à inadequação do Cabo de Santo Agostinho como ponto de chegada da expedição de Pinzón e também de Diego de Lepe na Costa Leste-Oeste: o mapa de Juan de La Cosa, elaborado em 1500, a partir da sua viagem junto a Alonso de Hojeda e Américo Vespúcio à costa setentrional da América do Sul. Ao mapa, foram acrescentados, no mesmo ano da descoberta, os dados cartográficos obtidos pelas explorações de Pinzón e Lepe.



**Mapa 6. Mapa de Juan de La Cosa no qual se observa a costa setentrional sul-americana percorrida pelos espanhóis em 1500 (há um rasgão na região do golfo do Maranhão até próximo à desembocadura do Amazonas, na qual se vê a Ilha de Marajó representada como terra continental).**

<sup>158</sup> *Probanza hecha á petición del Fiscal, de que el descubrimiento del Darien fué debido á varios pilotos y no á D. Cristóbal Colón.* Santo Domingo, 7 dez. 1512.

<sup>159</sup> *Probanza hecha á petición del Fiscal relativamente á descubrimientos hechos en el tercero y cuarto Viaje de D. Cristóbal Colón.* Sevilla, 12 fev. 1513.

<sup>160</sup> *Probanza hecha á petición del Fiscal, según interrogatorio de veinticuatro preguntas.* Palos, 1º out. 1515. Ele fala em Francisco Velez, mas se trata do mesmo Alonso Velez de Mendonza, já que ele afirma que era o comendador, “vezino de moguer”.

A elaboração de uma carta náutica a partir dessas expedições é revelada por algumas das testemunhas das *Probanzas*, notadamente pelo Piloto Andrés de Morales (COLLECCIÓN, 1892, p. 202)<sup>161</sup> o qual afirmou ter feito o desenho de uma carta de marear para o bispo Juan de Fonseca de Sevilla, a partir de informações que haviam lido os outros navegadores. As informações contidas no mapa de Juan La Cosa indicam claramente que os navegadores espanhóis Vicente Yañez Pinzón e Diego de Lepe percorreram a costa norte brasileira.<sup>162</sup>



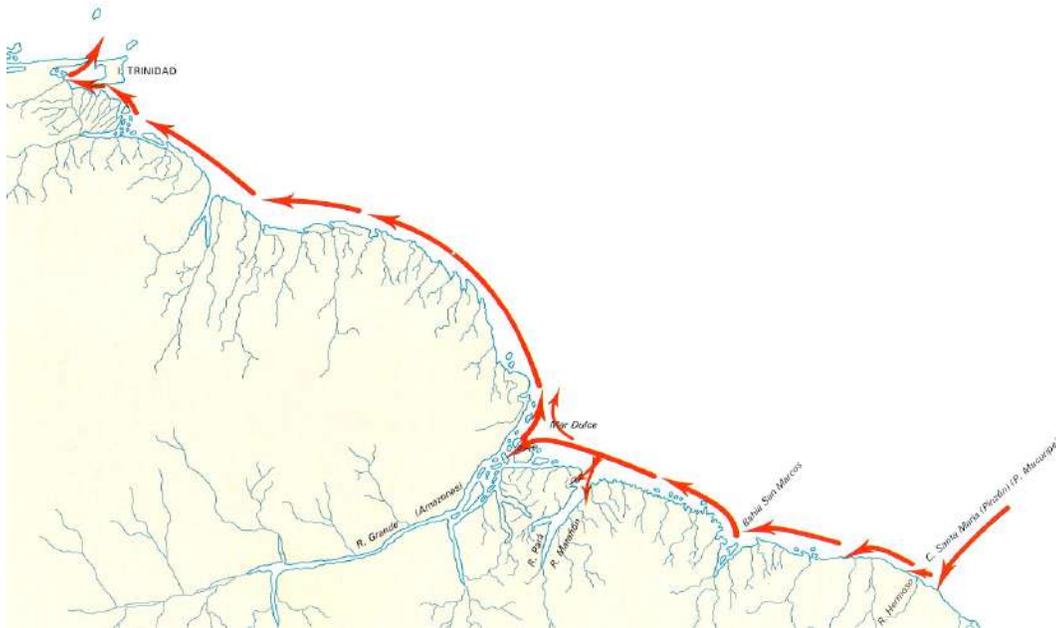
**Mapa 7. Detalhe da legenda da Carta de Juan de la Cosa : “Este cavo se descubriu e el año de myl y IIIXCIX por castilla siendo descubridor Vincentiãns”.**

Guedes (1975a) faz um detalhado estudo, cotejando diversas fontes, desde mapas quinhentistas, sobretudo o mapa de Juan de La Cosa que é o primeiro a retratar as futuras terras do Brasil, relatos de cronistas, depoimentos dos tripulantes presentes nas expedições de Vicente Pinzón e Diego de Lepe, que permitiram uma análise pormenorizada, dentro das informações precárias da cartografia do século XV e XVI, dos rumos tomados frente ao condicionalismo físico do oceano Atlântico. A partir de uma análise completa, que agrega, ainda, elementos técnicos (velocidade dos ventos, correntes, etc.), Guedes (1975a, p. 194) aponta como o local mais provável para o primeiro desembarque de Vicente Yañez Pinzón em terras brasileiras, no Ceará, como defendia Varnhagen (1975a, p. 72-73), no lugar que Pinzón batizou de *Santa Maria de la Consolación*, junto à atual cidade de Fortaleza e que pode ser identificado atualmente como a ponta do Mucuripe.<sup>163</sup>

<sup>161</sup> *Probanza hecha á petición del Fiscal, de que el descubrimiento del Darien fué debido á varios pilotos y no á D. Cristóbal Colón*. Santo Domingo, dez. 1512.

<sup>162</sup> Apesar das diferenças quanto ao local da aportada na costa norte, Guarino Alves (1974, p. 35-41 e p. 83-88), Max Justo Guedes (1975a, p. 181-195) e Thomás Pompeu Sobrinho (1980, p. 140-153), fazem análises detalhadas do mapa de Juan de La Cosa (1500) a partir de cada topônimo, além de utilizarem outras fontes documentais, e descartam o Cabo de Santo Agostinho como local de chegada dos espanhóis no Brasil, no início de 1500.

<sup>163</sup> Enquanto para Guedes a aportada se deu na ponta do Mucuripe, Pompeu Sobrinho (1980, p. 51) aponta a região de aterragem da expedição na Ponta Grossa, no município de Icapuí, cerca de 210 km de Fortaleza, na extremidade leste do Ceará. Guarino Alves (1974, p. 35), por sua vez, identifica o Cabo de Santa Maria como a Ponta de Itapajé, na foz do rio Acaraú, cerca de 200 km a oeste de Fortaleza. De qualquer forma os três autores, a partir de estudos detalhados colocam a região da aportada em local que hoje corresponderia ao território cearense.



Mapa 8: Itinerário de Vicente Yañez Pinzón segundo Perez (1991, p. 127), baseado em Guedes (1975).

A confusão entre o cabo descoberto por Pinzón e o cabo descrito por Vespúcio, leva a sérios problemas de caracterização dos indígenas encontrados por Pinzón na Costa Leste-Oeste, que são grupos distintos daqueles encontrados pelo florentino, provavelmente os potiguares, ramo dos tupinambás no Rio Grande do Norte. Os indígenas de língua tupi relatados por Vespúcio são amplamente descritos nas suas narrativas e naquelas a ele atribuídas (*Mundus Novus, Lettera*), sendo ainda retratados em iconografias do século XVI, principalmente naquelas relacionadas aos rituais antropofágicos.<sup>164</sup>

### 2.5 Primeiros relatos sobre os “tapuias” da Costa Leste-Oeste

Conforme os relatos dos principais cronistas que narram o episódio da chegada de Pinzón à Costa Leste-Oeste (ANGLERÍA, [1511-1516] 1989; GÓMARA, [1552] 1999; OVIEDO [1535] 2007), no primeiro desembarque dos espanhóis, no que hoje corresponderia

<sup>164</sup>Guedes (1975a, p. 223-239) afirma que a expedição de Américo Vespúcio aportou inicialmente no Rio Grande do Norte, e de lá a expedição partiu para o sul, alcançando o atual Cabo de Santo Agostinho e seguindo em diante no rumo austral, assim não teria alcançado o território dos indígenas não-tupis, mais tarde chamados de tapuias, que habitavam a costa norte mais ao oeste (conforme visto no capítulo 1).

ao litoral cearense, os expedicionários apenas encontraram marcas da presença humana nas praias.<sup>165</sup>

Apesar de passarem dois dias no local, os europeus não viram, nem tiveram contato com homem algum. Registraram sua chegada, efetuando os atos de posse do território em nome da Coroa de Castela, colocando seus nomes, seus feitos e os nomes dos Reis Católicos em pedras e troncos de árvores próximos à praia. Depois de os expedicionários passarem dois dias no local, ao qual batizaram de *Santa Maria de la Consolación*, sem realizarem contato algum com os nativos, continuaram a viagem, costeando o continente.

Conforme Pedro Mártir de Anglería ([1511-1516] 1989, p. 76), não longe de *Santa Maria de la Consolación*, foram avistadas das próprias embarcações, à noite, fogueiras nas praias, próximas às quais viram gente que dormia ao relento, ao modo de acampamento<sup>166</sup>.

Esta informação leva a crer que na primeira abordagem dos adventícios, os nativos se esconderam dos europeus, pois além das marcas encontradas na praia, na primeira aportada, foram encontrados esses acampamentos próximos. Desse modo, supõe-se que os nativos tinham abandonado a região chamada pelos espanhóis de *Santa Maria de la Consolación*, e não entraram em contato com os adventícios propositalmente, já que estes passaram dois dias à pequena distância de onde eles se encontravam.

Medo ou espanto (ambos?) manteve os índios afastados? Como foi colocado anteriormente, a chegada dos europeus ao continente afetou os povos nativos, não apenas aqueles que se encontraram diretamente com os adventícios, mas também os grupos que através de relacionamentos com outros indígenas, tiveram uma espécie de contato de segundo grau com os europeus. Sider (1994, p. 110), assim como fora colocado por Whitehead (1993), também afirma que muito cedo os contatos com os europeus desencadearam epidemias, movimentos populacionais e transformações no poder político e social entre as sociedades nativas. Como tais transformações não atingiriam as populações que não estariam no epicentro dos contatos, mas que mantinham relações com os outros grupos indígenas contatados?

A experiência dos europeus, através de contatos anteriores com *outros* que lhes eram completamente estranhos, lhes permitiu elaborar estratégias de abordagem, que envolviam da sedução, realizada através das mercadorias levadas para as trocas, aos ataques furtivos.

---

<sup>165</sup>Não há detalhes sobre quais seriam essas marcas, mas provavelmente se tratariam de trempes de fogueiras, utensílios abandonados (como são encontrados nos sítios arqueológicos atuais, aos cacos) e pegadas, estas sim são citadas por Pedro Mártir de Anglería, como se verá à frente.

<sup>166</sup> “[...] a modo de campamento, encontraron gente que pernoctaba al raso [...]”.

Quanto aos nativos, os que viam pela primeira vez estes *outros* desembarcando em suas praias, restava-lhe o espanto e maravilhamento quando não possuíam idéia alguma do que se tratava, e/ou o medo de algo novo, quando não, o receio de algo perigoso do qual já tinham ouvido falar.

No caso dos indígenas da Costa Leste-Oeste, o ato de se esconder poderia representar uma reação a “maus encontros” anteriores. Como afirma Perrone-Moisés (1996, p. 95), “[...] em qualquer lugar, há bons e maus encontros”, pois como fora aventado, há a possibilidade de que embarcações tenham chegado à Costa Leste-Oeste desde 1495, principalmente depois, após a descoberta da costa venezuelana por Colombo em 1498 e as conseqüentes autorizações régias de partida para o Novo Mundo. Como foram autorizadas expedições de particulares, dentre as quais se incluíam mercadores que não apenas buscavam as Índias e suas especiarias, mas também escravos, além das expedições não autorizadas de piratas e comerciantes que agiam por conta própria, existe a possibilidade de que tais expedicionários tenham entrado em contato com as populações da Costa Leste-Oeste, e tenham ocorrido conflitos em virtude da captura de escravos, ou quaisquer outras formas de violência. Dessa maneira, os nativos, em lugar de acorrerem para as praias, como fizeram os índios que trocaram pérolas com Niño, se esconderam dos intrusos indesejados. Seria uma das possíveis explicações para que esses indígenas se escondessem dos adventícios, durante os dois primeiros dias em que os espanhóis se mantiveram em *Santa Maria de La Consolación*.

Conforme a informação de Pedro Mártir de Anglería ([1511-1516] 1989, p. 76), os navegadores escolheram o segundo local para desembarque seguindo as fogueiras que foram vistas dos navios à noite, decidindo abordar os nativos somente quando dia. Na manhã seguinte, os espanhóis foram a terra e, armados, seguiram em direção aos indígenas que avistaram nas praias.

Trinta e dois indígenas empunhando arcos e lanças saíram aos seus encontros, tendo outros tantos recuados, seguindo-os. Os adventícios tentaram realizar contato com os nativos, os quais, entretanto, não aceitaram nenhuma tentativa de conversação, mostrando-se, ao contrário, prontos para o combate com suas armas em posição de ataque. Como não houve nenhuma espécie de entendimento, retiraram-se uns e outros.<sup>167</sup>

---

<sup>167</sup>Conforme Anglería ([1511-1516] 1989, p. 76): “[...] cuando salió el sol, fueron hacia ellos cuarenta de los nuestros con armas. Saliéronles al encuentro treinta e dos armados con sus arcos y dardos arrojados, dispuestos a pelear, y los seguían los demás en la misma disposición. Dicen que aquellos indígenas son más altos que los germanos y los de la Panonia. Esperaban a los nuestros con torva mirada y en actitud amenazadora. Los nuestros juzgaron que no era cosa de pelear, sin que yo sepa si fue por miedo o para que aquéllos no huyeran; esforzáronse por atraerlos con halagos y ofreciéndoles regalos. Pero ellos, como

Chamou atenção dos expedicionários a altura dos indígenas, inclusive afirmaram, jurando para Pedro Mártir de Anglería ([1511-1516] 1989, p. 76), que as marcas das pegadas dos nativos equivaliam à quase duas pegadas de um espanhol de tamanho médio.

Segundo Guedes (1975a, p. 215) esta segunda aportada dos espanhóis na Costa Leste-Oeste teria sido no local por eles batizado de *Rostro Hermoso*, topônimo assinalado no mapa de Juan de La Cosa de 1500 como *P. Feroso* (Porto Formoso?) e registrado na capitulação de 1501 de Pinzón, o qual Guedes identifica com o atual rio Curu, cuja foz está localizada entre os municípios de Paracuru e Paraipaba no Ceará (p. 194).<sup>168</sup>

A partir da narrativa de Pedro Mártir, entende-se que neste “porto formoso” os espanhóis passaram o dia todo tentando entabular contatos com os indígenas, já que haviam partido em direção aos nativos ao nascer do sol e somente à entrada da noite os indígenas abandonaram o lugar, talvez confiantes de que os intrusos não os seguiriam noite adentro. Neste lugar, por certo mais um dos paraísos terreaux encontrados pelos homens do Velho Mundo, os navegadores não se depararam com as gentes “pacíficas e hospitaleiras” encontradas no paraíso de Colombo, em Paria.

É interessante comparar este fato, com o ocorrido poucos meses depois, na costa leste. Caminha ([1500], 2002, p. 93) relata que logo após um estranhamento inicial, ao primeiro sinal de Nicolau Coelho para que baixassem suas armas, os índios o fizeram e apesar de não haver entendimento (comunicação) entre as partes num primeiro momento, houve trocas de presentes: um barrete vermelho, uma carapuça de linho e um sombreiro preto dos portugueses, talvez um cocar de penas de papagaio e um colar de contas dos indígenas.

Apesar da possibilidade de Caminha ornar o seu relato ao ponto de mascarar possíveis conflitos, o encontro na Bahia, o bom encontro, seguindo a perspectiva de Perrone-Moisés (1996, p. 95), representa uma atitude comum entre os povos perante o primeiro contato. A cena descrita por Caminha retrata o tipo de relação que Mauss (2001) caracterizou como permeada pela *dádiva*: um dá, o outro recebe e retribui o(s) presente(s). Mauss observa que tais relações são como contratos que se dão em nível de sociedades e, assim, em muitos casos,

---

*resueltos a no admitir trato alguno con los nuestros, rechazaron toda plática, y recibían la conversación y los ademanes preparados siempre a la pelea: así se retiraron unos y otros [...]”.*

<sup>168</sup> Nas proximidades da foz do rio Curu encontra-se a Praia de Lagoinha, considerada uma das mais belas do Brasil. Concordando com Guedes, apesar da polêmica em torno do que significaria o topônimo *Rostro Hermoso*, a região que até hoje é reconhecida pela sua beleza, bem poderia ter impressionado os navegantes que a batizaram salientando sua “formosura”. (Cf. ALVES, 1974, p. 60-66; POMPEU SOBRINHO, 1980, p. 75 e 257; VARNHAGEN, 1975a, p. 72-74).

a troca de presentes simboliza um encontro entre sociedades diferentes que, inclusive, pode ter por finalidade a compra da paz (MAUSS, 2001, p. 75).<sup>169</sup>

No caso dos indígenas da Costa Leste-Oeste, mesmo com toda tentativa de conversação por parte dos europeus, que na visão de Pedro Mártir não lutaram com os nativos por medo ou para que estes não fugissem, não houve estabelecimento de nenhum tipo de contrato. Os espanhóis ofereceram toda sorte de “regalos” para os nativos e estes recusaram tudo, mostrando sempre gestos preparados para o combate. De acordo com Pedro Mártir d’Anglería ([1511-1516] 1989, p. 76) os indígenas “esperavam” os europeus “com olhar torvado e atitude ameaçadora”. Ou seja, estavam em posição de defesa, e ao contrário do que é visto comumente sobre muitos grupos indígenas americanos, não receberam os intrusos de forma amistosa. A atitude dos indígenas da Costa Leste-Oeste pode ser comparada à dos caribes insulares e os da costa da Venezuela (de Margarita e Trinidad), que também em um primeiro momento não estabeleceram contato amigável com os europeus.

Neste local da segunda aportada de Pinzón, ao cair da noite, os indígenas abandonaram seus acampamentos, ao que tudo indica pela segunda vez, se esquivando novamente dos europeus. Segundo Pedro Mártir ([1511-1516] 1989, p. 76, tradução nossa), “fugiram”, opinião que esboça a partir dos relatos dos expedicionários e do próprio Pinzón. Pedro Mártir informa, ainda, a partir do que tinham lido dito seus interlocutores, que esses nativos seriam como povos ambulantes “[...] que sem casas fixas seguem com suas mulheres e filhos os frutos da terra [...]”<sup>170</sup>.

Por certo, os indígenas encontrados não faziam parte de um grupo muito numeroso, pois isto não facilitaria a retirada das pessoas tão rapidamente. A observação de que dormiam ao relento ao modo de acampamento e de que “seguiam os frutos da terra”, indica se tratarem de grupos não-agricultores.

Os europeus deveriam estar em desvantagem numérica, já que trinta e dois nativos foram ao seu encontro, sendo seguidos por outros tantos também preparados para o combate,

---

<sup>169</sup>Registramos nossa crítica em relação à abstração da ação individual no pensamento do autor, o que, entretanto, não desqualifica o caráter coletivo observado por Mauss (2001, p. 54-55, grifos nossos) segundo o qual: “Não parece haver existido, nem até uma época bastante próxima a nós, nem nas sociedades que costumamos confundir, muito mal, sob o nome de primitivas e inferiores, nada que se assemelhasse àquilo que se chama a Economia natural [...]”.

Nas economias e nos direitos que precederam os nossos, não se observam nunca, por assim dizer, simples trocas de bens, de riquezas e de produtos no decurso de um mercado passado entre os indivíduos. Em primeiro lugar, *não se trata de indivíduos, trata-se de colectividades que se obrigam mutuamente*, trocam e contratam [...]”.

<sup>170</sup> “[...] *Se piensa que son razas ambulantes como los escitas, que sin casas fijas siguen con sus mujeres e hijos los frutos de la tierra [...]*”. Importante ressaltar a observação de que possivelmente se tratava de povos nômades, informação que condiz com o registro arqueológico dos sítios encontrados na região.

portanto, os adventícios não se arriscaram na contenda. O importante a ser ressaltado é que aqueles homens, apesar de terem encarado os adventícios, prontos para o combate, como afirmou o cronista, se retiraram ao cair da noite. Para onde? Deixaram desassistido seu território ou foram se articular, se preparar, buscar ajuda para enfrentar os estranhos?

Nesse ponto, é interessante comparar o comportamento desses grupos que ocupavam as praias da costa setentrional brasileira, com as atitudes daqueles indígenas encontrados pelas expedições anteriores espanholas, que atingiram a costa mais ao norte, na região das Guianas e Venezuela. O primeiro encontro de Colombo na costa norte da América do Sul, por exemplo, foi parecido. Os indígenas, também descritos como altos, empunharam escudos, apontaram as flechas, partiram para cima dos espanhóis para entabular alguma conversação, mas depois de desentendimentos acabaram fugindo.

Com os nativos da costa que hoje corresponde ao litoral cearense, tal como aconteceu nos primeiros contatos com os grupos indígenas que foram chamados de caribes, não houve aceitação de bajulações (*halagos*) nem presentes para a conversação, eles mostraram-se sempre prontos para o conflito. O relato de Pedro Mártir de Anglería também não se refere a nenhum “maravilhamento” indígena nessas paragens, como ocorreu em alguns encontros de Colombo e como era de se esperar em um primeiro contato<sup>171</sup>.

Nas já citadas *Probanzas dos Pleitos Colombinos* as testemunhas só falam em “maravilhamento” dos indígenas, perante o contato com os espanhóis liderados por Pinzón, em um desembarque posterior dos navegadores, na região do estuário do rio Amazonas.

Em relação às informações de cunho etnográfico, poucas são fornecidas pelo relato: falam de populações nômades, altas, que utilizavam arcos, flechas e lanças (“dardos arrojadizos”). Características bastante genéricas para se fazer quaisquer inferências em relação à filiação étnica dos indígenas dessa costa.

No mapa atribuído a Lopo Homem, Pedro Reinel e Jorge Reinel de 1519, está discriminada como *Terra de Sam Vicente* a costa entre os rios Timonha (atual divisa entre o Ceará e o Piauí) e Parnaíba (divisa entre o Piauí e o Maranhão). Segundo a análise de Pompeu Sobrinho (1980, p. 133-245) a alusão à Terra de Sam Vicente nessa região também aparece nos mapas de Alonso de Santa Cruz, de 1542; no de Diogo Homem, de 1558; e no de Fernão Vaz Dourado, confeccionado entre 1568 e 1580. No mapa de Diogo Ribeiro do ano de 1529 aparece um “R de Uicente Pison” que Pompeu Sobrinho identifica como a atual baía de

---

<sup>171</sup> Oviedo ([1535] 2007, Livro XVI, Capítulo XI) também informa sobre a expedição de Vicente Yañez Pinzón e não cita nenhum “maravilhamento” por parte dos índios na região que ele chamou de Maranhão.

Camocim (Ceará) ou o delta do rio Parnaíba (Piauí). Estas referências à *Terra de Sam Vicente* e ao rio *de Vicente Pinson* levam a crer que houve também um desembarque de Pinzón em terras próximas ao local que hoje corresponde ao extremo oeste do Ceará e litoral do Piauí, onde o navegador deve ter se deparado, senão com os indígenas, com os sinais destes.

Ao que tudo indica, inclusive pelas evidências arqueológicas que existem até hoje, os sinais encontrados pelos espanhóis, nessa primeira parte da viagem de descobrimento da Costa Leste-Oeste, provinham das populações que viviam nas praias e provavelmente constituíam pequenos grupos populacionais espalhados pela costa, como foi abordado no capítulo I.

Supõe-se que essas populações encontradas por Pinzón, entre a costa do Ceará até o Pará, se tratavam de grupos de pescadores-coletores -caçadores, posteriormente chamados por tapuias e mais tarde descritos como os tremembés por Yves d'Evreux ([1614] 2002) no início do século XVII. Tais povos eram culturalmente bem diferentes daqueles encontrados junto ao grande rio Amazonas que, como se verá adiante, eram populações numerosas, as quais se maravilharam com os adventícios e permitiram os contatos e trocas de mercadorias.

Assim, na costa norte brasileira, que corresponde hoje a uma parte da costa do Ceará, os primeiros contatos se caracterizaram pelo ato de se esconder, depois pelo encontro hostil e por fim pela retirada dos nativos. Tais atos podem ser interpretados como atitudes de espanto perante a novidade do outro, entretanto, como já foi dito, tais comportamentos podem, também, significar uma reação a possíveis contatos anteriores hostis, e a falta de “maravilhamento” dos indígenas é um indicativo nesse sentido.

De acordo com Bruit (1995, p. 156) “[...] o silêncio foi a primeira arma usada para resistir [...]”. O autor se refere mais especificamente ao contexto da colonização espanhola, e sua análise enfatiza o trauma da conquista (p. 31), entretanto, observa-se que a negação a se estabelecer qualquer meio de comunicação, no caso apresentado, é uma forma de quebrar a possibilidade do *encontro* a partir do silêncio que se estabelece através do ato de se esconder, e em seguida através do ato de se retirar. Dessa maneira, trata-se também de um tipo de resposta dos nativos, um não-contato com este *outro* que se interpõe no seu espaço.

## 2.6 Costa Leste-Oeste: táticas de “homens belicosos”

Prosseguindo a viagem para o oeste, Pinzón encontrou um curso fluvial de pouca profundidade, pelo qual enviou os botes à terra. Neste terceiro ponto de aportada há o primeiro combate físico, *documentado*, entre os expedicionários e os indígenas da costa setentrional brasileira.

Segundo o relato de Anglería ([1511-1516] 1989, p. 76-77), tal local era situado cerca de quarenta léguas aquém do então chamado *Mar Dulce* (rio Amazonas).<sup>172</sup>

O episódio foi também narrado por Oviedo ([1535] 2007, Livro XVI, Capítulo XI), segundo o qual a contenda se passara no rio *Marañon*, que à época era bastante confundido com o rio Amazonas.

Dentre os testemunhos nas *Probanzas*, apenas no depoimento meio desconexo de Garcia Fernandez (COLLECIÓN, 1894, p. 159)<sup>173</sup>, há alusão de “sete ou oito mortes” no *Marañon*. Entretanto, como coloca outra testemunha, Diego Fernández Colmenero (COLLECIÓN, 1894, p. 207)<sup>174</sup>, um dos capitães de Pinzón, o “marañen” era comumente identificado com a “parte” que ficava ao sul (*mediodia*) da *Tierra Firme*, englobando assim grande parte da costa norte brasileira. Oviedo ([1535] 2007) provavelmente utilizou o termo *Marañon* dessa maneira genérica.<sup>175</sup>

O relato de Pedro Mártir coloca a contenda antes da chegada ao rio Amazonas é mais confiável que o de Oviedo, pois, além de ser mais pormenorizado, condiz com o traçado da costa e com as rotas adotadas. Como ele descreve um rio de pouca profundidade, não poderia ser confundido, de modo algum, com o Amazonas, nem com o Tocantis/Pará.

Nesse local, em um rio de menor caudal localizado na costa do Pará, antes de se chegar à baía de Marajó, os espanhóis enviaram à terra alguns batéis e homens armados, para a investigação do terreno. Foi então que se deu o primeiro conflito armado com os indígenas, do

---

<sup>172</sup> Para Alves (1974, p. 71) seria nas proximidades dos rios Pirabas ou Caeté no Pará; para Varnhagen (1975a, p.74) seria a Ponta de Tijioca também no Pará no sentido leste oeste, localizada antes da baía de Marajó; Guedes (1975a) não especifica o local, apenas chama atenção para o fato de não se encontrar o litoral do Piauí, Maranhão e parte do Pará no mapa de La Cosa, devido um rasgão, o que dificulta a comprovação do local a partir de qualquer referência que tenha sido feita no mapa.

<sup>173</sup> *Probanza hecha á petición del Fiscal con arreglo al interrogatorio de veinticuatro preguntas*. Huelva, set. 1515.

<sup>174</sup> *Probanza hecha á petición del Fiscal, según interrogatorio de veinticuatro preguntas*. Palos, 1º out. 1515.

<sup>175</sup> A narrativa de Oviedo ([1535] 2007, Livro XVI, Capítulo XI) consta no capítulo destinado à expedição de Diego de Ordaz, em 1531, incumbida da povoação do *Marañon* (Amazonas), na *Tierra Firme*, mas ao qual Ordaz sequer chegou. Apesar de Oviedo afirmar ter subtraído suas informações do próprio Pinzón, mas em virtude do caráter resumido da sua narrativa, que é apenas um adendo do capítulo acima referido, ele condensa dois episódios em um: o do primeiro contato dos quarenta europeus armados com os trinta e dois indígenas (que ocorrera em *Rostro Hermoso* próximo à atual cidade de Fortaleza), com o episódio do combate entre adventícios e indígenas. Desta forma ele afirma que tudo se passara no *Marañon*.

qual resultou em oito europeus mortos. É importante ilustrar o encontro, consoante Pedro Mártir de Anglería ([1511-1516] 1989, p. 77, tradução nossa):

[...] Viram um bando de indígenas sobre uma colina próxima. Os nossos, através de um soldado que se adiantou, os convidaram a tratar.

Pareceu que queriam pegar algum dos nossos e levá-lo. Pois de longe lhe jogaram um canudo dourado de um côvado, porque antes o soldado lhes havia jogado um chocalho para atrair-los. Quando o espanhol se inclinou para recolher o canudo que lhe haviam atirado, em um abrir de olhos os indígenas lhe rodearam para agarrá-lo; e o soldado, com seu escudo e espada com os quais ia armado, se defendeu deles até que os companheiros o auxiliaram com os botes.

Para dizer brevemente [...], com suas flechas e lanças mataram a oito dos nossos e feriram a maior parte. Dentro do rio rodearam os botes, infelizmente chegaram ao contato físico, e desde a margem agarravam as bordas dos botes: com as lanças e as espadas eram mortos como ovelhas, porque estavam desnudos; mas nem por isso cediam. Se apoderaram de um bote nosso, ainda que sem gente, e transpassado o que comandava com uma flecha e morto, escaparam os outros botes. Assim deixaram aqueles homens belicosos.<sup>176</sup>

O relato de Pedro Mártir de Anglería pode representar o que de mais próximo ocorreu da realidade, como pode também abrigar suas contradições, interpretações, mesmo adições. Outros cronistas, como Gómara ([1552] 1999) e Herrera (1601-1615) que se referem ao acontecido, provavelmente têm como fonte, em grande parte o milanês, pois os relatos são muito parecidos ao de Pedro Mártir, cujas cartas foram, já nos primeiros anos de Quinhentos, espalhadas pela Europa através de edições piratas, conforme informam Bernand e Gruzinski (1997, p. 196).

O relato de Oviedo ([1535] 2007, p. 213-214), que diz que obteve informações a partir do próprio Pinzón, é bastante truncado e dá uma outra conotação ao acontecido. Segundo ele os indígenas jogaram uma “pieza de oro labrada” para os espanhóis e estes jogaram os chocalhos para os indígenas, os nativos teriam apanhado os chocalhos e quando os europeus tentaram pegar o ouro, para efetuar as trocas, os nativos atacaram. Oviedo, um dos cronistas oficiais da conquista espanhola em território americano, é contundente, em seus relatos, na depreciação dos indígenas, os caracterizando como preguiçosos, mentirosos e covardes

---

<sup>176</sup> “[...] Vieron una caterva de indígenas sobre un alto collado próximo. Los nuestros, por un peón que se adelantó, los invitaron a tratar.

Ellos pareció que querían coger a alguno de los nuestros y llevárselo. Pues desde lejos le echaron un canuto dorado de un codo, porque antes él les había echado un cascabel para atraerlos. Cuando el español se inclinó para coger el canuto que le habían tirado, en un abrir de ojos le rodearon los indígenas para cogerlo; y éste, con su escudo y espada de que iba armado, se defendió de ellos hasta que los compañeros le auxiliaron con los botes.

Para decirlo brevemente [...], con sus flechas y astas arrojadizas mataron a ocho de los nuestros e hirieron a la mayor parte. Dentro del río rodearon los botes, llegaron temerariamente a las manos, y desde la orilla agarraban los bordes de los botes: con las lanzas y las espadas eran muertos como ovejas, porque iban desnudos; mas no por eso cedían. Se apoderaron de un bote nuestro, aunque sin gente, y traspassado el que lo mandaba con una saeta y muerto, escaparon los otros botes. Así dejaron a aquellos hombres belicosos”.

(BRUIT, 1995, p. 117), ou seja, um mestre na construção da alteridade conforme já fora colocado com Boccara (2005) em relação às escritas sobre o Novo Mundo.

Por sua vez, Pedro Mártir de Anglería é mais moderado, apesar de também transmitir idéias negativas sobre os índios. Pedro Mártir esteve por trinta e sete anos a serviço da Coroa Espanhola. Como Cronista Oficial obteve acesso a documentos importantes, inclusive, livre trânsito na *Casa de Contratación*. Foi um espectador privilegiado dos acontecimentos relacionados às descobertas espanholas, aproximando-se diretamente de navegadores (os irmãos Pinzón, Vespúcio, Cristóvão e Diego Colombo, Cabot, Colmenares, etc.), e também de marinheiros, cartógrafos, empreendedores, sendo amigo pessoal de Colombo e dos próprios Reis Católicos. Para alguns, não poderia ser chamado de cronista, pois nunca pôs os pés na América, mas foi ele quem a batizou de *Orbe Novo*, duvidando do Almirante, desde o primeiro momento, de que as terras recém-descobertas fossem as Índias (ANGLERÍA, [1493], 1990, p. 31-32)<sup>177</sup>. É reconhecido pela concisão e objetividade das suas narrativas, apesar, é óbvio, de ser um homem de seu tempo, e como letrado humanista que era, refletia em seus escritos toda a ânsia e curiosidade daquele momento de *reconhecimento* do mundo. O mais importante, contudo: o milanês é considerado um homem que colhe com seriedade suas informações, sendo, portanto, respeitado, a ponto de também ser chamado de “primeiro historiador do Novo Mundo”. (ALBA, 1989; BERNAND; GRUZINSKI, 1997, p. 189-196).

Diante do exposto, e das ressalvas que devem ser tomadas com qualquer fonte histórica, deve-se considerar o relato de Pedro Mártir bastante verossímil, ficando no aguardo de que mais estudos históricos e, sobretudo, arqueológicos, possam trazer mais dados sobre os grupos nativos que viviam na região.

Convém novamente lembrar de Certeau (2002), que afirma que toda história é uma *escrita da história*, e em especial essa história do Novo Mundo que se faz através de uma pena conquistadora. Bruit (1995, p. 153) também expõe a parcialidade dos cronistas, que filtram a ação dos “vencidos”.

O que chama atenção no episódio em questão, entretanto, é que os “vencidos” não são os indígenas, e sim os europeus, não obstante as visões degradantes sobre os nativos, visões que como já foi colocado anteriormente, são construtoras de alteridade.

Apesar de ter de se evitar interpretações maniqueístas (vencidos x vencedores), que não aprofundam a discussão a respeito da complexidade das relações, das negociações realizadas,

---

<sup>177</sup> Epístola 135 – *Sobre los descubrimientos de los castellanos y los portugueses en el Occidente... Al arzobispo de Braga.*

ter o indígena como “vencedor”, nesse episódio de contatos iniciais na Costa Leste-Oeste, de certa forma colabora para enfatizar a ação nativa de recusa ao contato com o adventício, ressaltando sua atuação histórica, pois nesse momento, acatando as informações detratoras ou não dos cronistas, eles não se abriram à negociação oferecida pelos adventícios, e os expulsaram de seus territórios.

Destarte, cabe uma análise mais detalhada da narrativa de Pedro Mártir de Anglería, que a elaborou a partir das informações fornecidas pelos tripulantes e pilotos da expedição de Pinzón.

Pelo que colocou o cronista, os espanhóis tentaram se comunicar. Os indígenas, contudo, mostraram-se desconfiados.

Em relação a esta informação, um primeiro ponto a ser considerado é se realmente os espanhóis tentaram se comunicar com os nativos, pois descendo a terra quarenta homens armados só poderiam, mesmo, assustar. Contudo, como já fora colocado antes, as experiências com os *outros*, que foram sendo adquiridas desde o início da expansão europeia sobre o continente africano, constituíram, de acordo com Godinho (1998, p. 74-75) a “[...] acumulação de um inigualável capital de informações [...]”, que por sua vez orientava os procedimentos europeus em novas terras. O autor dá um exemplo através do Regimento conferido a Diogo Lopes Sequeira<sup>178</sup>. É interessante observar que o regimento salienta, sobretudo no primeiro momento de contato, que os exploradores deveriam obter o maior número de informações possíveis sobre o lugar: o tamanho do território, se outros navios haviam chegado por lá, se havia mercadorias para trocar. Aos “naturais” deveriam ser ofertados os artigos europeus em tentativa de comunicação e estabelecimento de trato mercantil.

Diante dessas considerações, em relação ao combate ocorrido entre os indígenas e os expedicionários comandados por Pinzón, observa-se que os objetivos, nesse momento, eram exploratórios além de mercantis, desta forma, não caberia aos espanhóis já chegarem ao território armando um conflito. Inclusive Pedro Mártir revela sua opinião pessoal, quando diz que talvez por medo, ou para que os indígenas não fugissem, os europeus não lutaram no segundo desembarque, em *Rostro Hermoso*, após um dia inteiro de tentativas frustradas de comunicação.

---

<sup>178</sup> Apesar do regimento em questão ser português e aplicado à Ilha de Madagascar, como não se dispõe dos regimentos das expedições aqui tratadas, não há porque não considerar que aos espanhóis eram atribuídos regimentos parecidos, pois nessas descobertas iniciais os ibéricos atuavam de maneira análoga.

Por sua vez, o relato de Pedro Mártir sobre a terceira aportada de Pinzón, provavelmente no que hoje corresponde ao litoral do Pará, fornece a narrativa de uma atitude inusitada para um “primeiro encontro”, através da qual os indígenas armam uma emboscada para os intrusos. Não se seduziram pelo chocalho jogado pelo europeu, ao contrário, tentaram eles próprios seduzirem os adventícios jogando um canudo dourado, e quando o soldado se abaixou para recolher o artefato houve o avanço dos nativos.

Deve-se colocar em relevo a estratégia clara adotada pelos indígenas, a posição em que se encontrava o grupo, à espera dos invasores: em uma colina próxima – eles não estavam na praia, estavam no alto, observando.

Segundo Pompeu Sobrinho (1980, p. 154), no mapa de Alberto Cantino, de 1502, a linha de demarcação de Tordesilhas passa um pouco a leste do que seria hoje o estuário do Pará, e traz a inscrição “golfo Feroso”. Sinalada na parte oeste do estuário está uma bandeira espanhola e ao lado a inscrição “Canibales”. Infelizmente, o rasgão no Mapa de Juan de La Cosa, bem nesta região impede a comparação. O que interessa, entretanto, no famoso planisfério Cantino (1502), apesar das diferenças com o mapa antes citado de La Cosa, é a menção à presença espanhola, já que há no local a bandeira e a referência generalizada aos indígenas desta costa como canibais.

Como foi visto com Whitehead (1999, p. 396-397), o uso da palavra canibal/caribe é fortemente político, visto que era conveniente para os conquistadores, no caso da América Espanhola, alimentarem a ambigüidade entre os “ferozes Caribes” *versus* os “tímidos Aruaks”. O autor salienta que os usos dos termos *caribe*, *caniba*, *canima*, *canibales* refletem uma confusão derivada da complexa e, por vezes, contraditória realidade sócio-política indígena, incompreendida pelos observadores europeus (cf. BOCCARA, 2005). Entretanto há o outro lado da questão. O cronista Herrera (1601-1615, p. 14) informa que para os caribes, os famosos “comedores de carne humana” “[...] segundo se interpreta em sua língua, Canibal, quer dizer, homem valente, porque por tal eram temidos pelos outros Índios [...]”<sup>179</sup>. Assim, deve-se levar em consideração que existe o uso tático e político do termo, pelos próprios indígenas, para os quais era interessante serem temidos pelos inimigos.

Esse episódio de luta na Costa Leste-Oeste, cartografado e narrado, por certo, depois contribuiu para a construção dos indígenas da região como os “não confiáveis tapuias da costa”, e depois como os “valentes tremembés”, como constam em várias crônicas e

---

<sup>179</sup> “[...] según se interpreta en su lengua, Canibal, quiere dezir, hombre valiente, porque por tales eran tenidos de los otros Indios [...]”.

documentos dos séculos XVI a XVIII. Essas construções: “homens belicosos”, “canibales”, divulgadas através de mapas e relatos exagerados, às vezes mentirosos, de certa maneira acabaram favorecendo os indígenas da região, que, ganhando essa fama espantaram os menos corajosos e as tentativas de intrusão violenta, além da ingerência de estrangeiros em seus territórios.

A reação não permissiva relatada por Anglería, contudo, anos depois é contradita por Gabriel Soares Sousa ([1597], 1971), o qual afirma que os indígenas da costa norte eram os mais dóceis encontrados no Brasil. Ora, duas suposições podem ser abstraídas a partir dessa contradição: ou foram grupos indígenas diferentes que receberam os espanhóis inamistosamente e depois os portugueses amigavelmente; ou, a hipótese que é aqui sustentada, tal contradição espelhava as complexas relações que aconteciam entre os nativos e os adventícios, dependendo das conjunturas históricas e da forma de abordagem dos europeus perante os indígenas, estes negociavam ou não, com os europeus.

De acordo com Almeida (2003, p. 59):

[...] Convém atentar [...] para as possíveis mudanças de comportamentos, características e identidades, muitas vezes dadas pelos colonizadores, porém assumidas pelos grupos indígenas, conforme as circunstâncias históricas e por forte influência do contato com os estrangeiros. Se para alguns grupos indígenas a sobrevivência estava na aliança com os europeus, para outros ela podia estar no enfrentamento e na construção de uma imagem terrificante que tinha o efeito de despertar o medo nos inimigos e mantê-los distantes, pelo menos por certo tempo [...].<sup>180</sup>

Pompeu Sobrinho (1980, p. 260-263), entretanto, acredita que no caso da Costa Leste-Oeste, os espanhóis foram dissimulados no seu relato, escondendo o fato de que desde o primeiro desembarque agiram com violência tentando capturar nativos para vendê-los como escravos. O autor argumenta que

[...] o modo como os índios receberam os estrangeiros é aberrante de quanto, depois, revelou sobejamente a experiência. Em todos os casos autênticos e por toda a parte onde estrangeiros chegavam às costas virgens da América pela vez primeira, o que acontecia, invariavelmente, era que os nativos, maravilhados e atônitos com a novidade insólita, os recebiam com satisfação e inequívocas demonstrações de paz, de admiração, de solicitude e até de submissão [...].

---

<sup>180</sup> Maria Regina Celestino de Almeida (2003, p. 59) refere-se, por exemplo, aos goitacazes, os quais, em princípio colaboraram com os portugueses na construção da capitania doada a Pero Góis. Após a traição de um comerciante português que entregou o chefe dos goitacazes a grupos indígenas inimigos, os quais o executaram em ritual, os goitacazes destruíram os estabelecimentos da capitania, derrotando as expedições enviadas contra eles, adquirindo, assim, a fama de “[...] ferozes e invencíveis, que talvez tenha contribuído para lhes dar algumas décadas de sossego [...].”

Porém, como foi visto até agora, esta “invariável” recepção amigável não corresponde à realidade na costa norte da América do Sul, onde foi demonstrado que já no primeiro encontro de Colombo próximo à Ilha de Trindade houve conflito, enquanto que entre outros grupos na costa de Paria a recepção foi pacífica, hospitaleira e até desejada entre os indígenas que se mostraram ansiosos pelas trocas.

Não se deve perder de vista, contudo, a tese de Pompeu Sobrinho de que os espanhóis, como eles próprios informaram, já desceram armados, talvez tentando capturar escravos. Entretanto, para uma expedição que procurava explorar o território, na busca de um caminho para as Índias, como demonstra o citado Regimento de Diogo Lopes Sequeira, era necessário, primeiro, a busca de informações e de reconhecimento de campo. Assim, não seria condizente, com os objetivos da Coroa de Castela que os expedicionários já nos primeiros locais de aportada tentassem capturar nativos. Mais à frente, sim, se aproximando da região anteriormente descoberta por Colombo e Hojeda, e depois de uma exploração inicial que não revelou potencialidades mercantis, justificava-se a captura de escravos, como de fato aconteceu junto à foz do rio Amazonas.

Pompeu Sobrinho (1980) não acreditou, talvez influenciado pela imagem do *bom selvagem*, que os indígenas poderiam, sim, ter atacado os intrusos em seus territórios. O que de fato seria totalmente razoável, na falta de uma comunicação adequada e diante da invasão de vários homens estranhos em suas praias. Aliás, duas possibilidades, que não devem ser descartadas, legitimariam ainda mais esta ação indígena: estes poderiam ter tido contatos inamistosos anteriores, com outros europeus, pois como já fora explorado, é uma probabilidade admissível; ou, através de suas relações com outros grupos indígenas já teriam tido notícias das ações violentas dos adventícios, inclusive dos conflitos com os caribes e com outros grupos da Terra Firme que foram levados como escravos para a Europa.

Por que, então, não atacar? Atitudes similares tiveram determinados grupos caribes, que também por medo, ou já avisados da invasão, igualmente não facilitaram a intrusão europeia.

Há, entretanto, um elemento a mais que deve ser analisado nesse episódio de conflito entre os expedicionários de Pinzón e os indígenas da costa setentrional: relatado por Pedro Mártir de Anglería ([1511-1516] 1989, p. 77) como o “canudo dourado”, citado por Gómara

([1552] 1999, p. 130) como um “pau dourado”, e por Oviedo ([1535] 2007, p. 213-214) como a “peça trabalhada de ouro” jogada pelos indígenas para os espanhóis.<sup>181</sup>

Ao se levar em conta que os olhos e ouvidos europeus, como bem colocara Caminha ([1500] 2002, p. 97), viam e ouviam aquilo que mais queriam (fora assim que se espalharam as lendas de *El Dorado*, lagoas de pérolas, fontes da juventude, dentre outras<sup>182</sup>), não há porque duvidar do episódio. Ao contrário, há de se estimular, então, uma interpretação que não coloque os “índios” apenas como os coadjuvantes do processo histórico, mas como ativos sujeitos no resguardo de seus interesses, capazes de se articular através de táticas e estratégias não só de defesa, mas também de negociação e de ataque.

Assim, se poderia aventar que os indígenas se utilizaram de algum artefato que despertou a cobiça dos espanhóis, para atrair-los e colocá-los em posição desvantajosa. Não foi necessariamente, muito menos provavelmente, algo de ouro, pois não se tem informação de que os indígenas dessa costa tivessem conhecimento do metal, mas foi algo que assim foi entendido pelos europeus (tendo-se em conta a ânsia pelos metais preciosos por parte dos europeus, até o capim dourado que existe no Brasil poderia ser confundido com o valioso metal), ou fora assim que eles relataram, para justificar, segundo seus valores, a atitude hostil dos indígenas.

É totalmente compreensível que os nativos tentassem capturar aquele estranho que adentrava em seu território, para tirar-lhe informações. E isto foi o que pareceu aos espanhóis, conforme foi relatado por Pedro Mártir d’Angléria ([1511-1516] 1989, p. 77): “[...] queriam pegar um dos nossos e levá-lo [...]”<sup>183</sup>.

A partir das hipóteses antes aventadas sobre a ocupação da costa setentrional<sup>184</sup>, pode-se pensar que os grupos indígenas que ocupavam a extensa região percorrida por Pinzón, da costa do Ceará ao litoral do Pará, antes de chegar ao delta amazônico, tenham articulado essa ação contra os estrangeiros. Pode-se presumir que os grupos indígenas que habitavam a chamada *Santa Maria de La Consolación*, (Ponta do Mucuripe – Ceará), assim como os de *Rostro Hermoso* (Rio Curu ? – Ceará) tenham avisado os que habitavam a desembocadura do rio Pará. Dessa maneira, os indígenas que realizaram a contenda com os europeus, provavelmente já estavam no aguardo dos intrusos, como o relato dos cronistas deixa a

<sup>181</sup>Nenhum dos depoentes das *Probanzas* faz menção a esta peça de ouro, contudo, como alega Phillips Jr. (2003), as testemunhas só poderiam responder aquilo que lhes fora perguntado, e só algumas vezes um ou outro tripulante das expedições dava informações a mais sobre os indígenas.

<sup>182</sup>Cf. Sérgio Buarque de Holanda (2007).

<sup>183</sup>“[...] querían coger a alguno de los nuestros y llevárselo [...]”.

<sup>184</sup>Quer se tratando de um mesmo grupo étnico, ou de grupos étnicos diferenciados que viviam do aproveitamento dos recursos costeiros, conforme as propostas apresentadas no capítulo 1.

entrever, prontos para o combate e para expulsar de suas praias aqueles personagens não gratos.

A distância entre o local da primeira aportada de Pinzón e o da contenda não seria obstáculo. Deve-se lembrar que os navegadores faziam uma navegação de cabotagem, reconhecendo território, efetuando cerimônias de posse em alguns locais, se detendo alguns dias para fazer aguada e buscar mantimentos, o que daria tempo aos nativos para que levassem as notícias da costa do Ceará ao Pará<sup>185</sup>. É reconhecida a agilidade indígena e capacidade de empreender longas caminhadas em épocas de guerras, fugas ou quaisquer outras necessidades, como bem demonstra Sérgio Buarque de Holanda em *Caminhos e Fronteiras* (2001, p. 19-35).<sup>186</sup>

Enfim, não há porque não considerar este primeiro conflito relatado na Costa Leste-Oeste como uma ação, ou mesmo reação indígena, que demonstra uma estratégia perante o encontro com o *outro*: primeiro observaram os intrusos de longe, escondendo-se do contato; depois, em um segundo momento da chegada dos europeus, houve propriamente o encontro, o qual, perante a falta de entendimento entre as partes, resultou na retirada dos nativos impossibilitando a comunicação com os estrangeiros; mais à frente, em uma outra aportada europeia, os índios, situados de forma tática à espera dos intrusos, atraíram os espanhóis com um objeto qualquer que lhes despertou a cobiça e, então, como em uma emboscada, atacaram os invasores.

## 2.7 De acordo com as circunstâncias: da paz à guerra

---

<sup>185</sup> Pedro Mártir ([1511-1516] 1989) informa que os expedicionários fizeram a primeira aportada em vinte e seis de janeiro e só retornaram à Espanha em trinta de setembro.

<sup>186</sup> Padre Antônio Vieira ([1660] 1904, p. 101 e 109), século e meio mais tarde, relata sobre dois jesuítas que iam em viagem de São Luís do Maranhão à Serra da Ibiapaba à pé, os quais foram salvos da fome em percorrer o penoso caminho “[...] por algum peixe que lhes derão os Teremembés em dous dos seus magotes que encontrarão [...]”. Tais núcleos de ocupação pelas praias com certeza possibilitariam a passagem de informação mais rápida, principalmente em se tratando da notícia de uma ameaça em comum. Vieira dá um exemplo, pela mesma época, das estratégias indígenas utilizadas contra os europeus, mesmo entre grupos considerados rivais: O governador André de Vidal de Medeiros partiu por terra com grande escolta do Maranhão com destino à Pernambuco; os tabajaras da Serra da Ibiapaba, desconfiados que tal aparato seria utilizado para conquistá-los, “[...] dissimuladamente chamarão todos os Tapuyas da sua confiança, e os tiverão em cilada enquanto o Governador passou pelas suas praias [...]”. Depois que o governador e sua tropa não mais representavam perigo “[...] tornarão a desfazer esta prevenção com tanta dissimulação e secreto, que não chegarão á noticia dos Padre, senão dahi a annos”.

Diante das baixas sofridas pelos expedicionários, e da determinação indígena em proteger seu território, como disse Pedro Mártir ([1511-1516] 1989, p. 77, tradução nossa), “[...] eram mortos como ovelhas, mas nem por isso cediam [...]”<sup>187</sup>, os europeus seguiram adiante quarenta léguas, quando então encontraram o “[...] mar de águas tão doces que puderam ali renovar a água de suas barricas [...]”<sup>188</sup>.

O local a que chegaram após o episódio de luta, foi o delta amazônico ao qual Pinzón denominou de *Mar Dulce*, na região da Ilha de Marajó, que fora representada como terra firme no mapa de La Cosa (1500), denominada pelos nativos *Mariatambal* segundo Pedro Mártir, também citada pelo explorador britânico Walter Raleigh em 1595 (1910) como *Marinatambal*.

Antón Fernández Colmenero, tripulante de Pinzón, afirmou em seu depoimento nas *Probanzas* (COLLECCIÓN, 1894, p. 165) que “[...] naquela terra acharam muita gente pintada que vinha seguramente onde estava o dito Vicente Añez e sua companhia [...]”<sup>189</sup>. Pedro Mártir d’Anglería ([1511-1516] 1989, p. 77) descreveu os indígenas como “pacíficos e sociáveis”. O cronista Herrera y Tordesillas (1601-1615, p. 135), anos depois e de forma mais exagerada também informou acerca do bom tratamento que os indígenas dispensaram aos expedicionários<sup>190</sup>.

Três novos elementos levam a crer que estas populações encontradas no delta amazônico, se tratavam de povos culturalmente distintos dos até então contatados: eram grupos mais numerosos; a referência à pintura corporal, que não fora feita aos povos encontrados anteriormente; e a recepção amistosa aos estrangeiros.<sup>191</sup>

É justamente entre as populações que receberam os expedicionários com bom tratamento, que Pinzón, respondendo às gentilezas com desdouro, captura trinta e seis pessoas.

<sup>187</sup> “[...] eran muertos como ovejas, porque iban desnudos; mas no por eso cedían [...]”. “

<sup>188</sup> “[...] mar de águas tan dulces que pudieron renovar allí la de sus barricas [...]”. A medida da légua marítima variava bastante na época, entre 4.400 a 6.200 (GODINHO, 1998, p. 71) metros aproximadamente, para se ter uma idéia em quilômetros, a distância percorrida foi em torno de 176 a 248 quilômetros, ou aproximadamente 130 milhas, o que realmente coloca a contenda em alguma região no litoral do atual estado do Pará, como já foi dito acima.

<sup>189</sup> “[...] en aquella tierra fallaron mucha gente pintada que se benia seguramente a donde estava el dicho viceynte añez e su conpañia [...]”. *Probanza hecha á petición del Fiscal*. Lepe, 1515.

<sup>190</sup> “[...] hallaron muchas Islas muy graciosas, y frescas con muchas gentes pintadas que acudian a los nauios con tanto amor, como si toda su vida con ellos huuieron couersado [...]”

<sup>191</sup> Tal hipótese encontra respaldo nos estudos arqueológicos e em outros cronistas que demonstram um tipo de organização social, entre os grupos indígenas do médio e baixo Amazonas e ilhas do seu estuário nesta época, diferente da dos pescadores-coletores-caçadores do litoral.

Pedro Mártir ([1511-1516] 1989, p. 77), de espírito prático, expõe o utilitarismo dos conquistadores, pois apesar dos indígenas serem descritos como “pacíficos e sociáveis” foram considerados “[...] pouco úteis para os nossos, porque não conseguiram nenhuma vantagem atraente, como ouro e pedras preciosas. Se levaram, por isso, dali, trinta e seis cativos [...]”<sup>192</sup>. Oviedo ([1535] 2007, p. 214), por sua parte, tenta justificar a prisão dos nativos, como uma resposta dos espanhóis ao episódio passado quarenta léguas atrás (como se o conflito e a prisão dos nativos tivessem ocorrido no mesmo lugar)<sup>193</sup>.

Guedes (1975, t.I, p. 215) observa que no mapa atribuído a Giralomo da Verrazzano (c.1519) existe um “Rio *desclauos*” junto ao *Maraon* (Amazonas). Ao que tudo indica, Pinzón adentrou o rio Pará, que é na realidade um braço oriental do Amazonas, onde encontrou populações amistosas nas ilhas do delta. Adentrando o território e passando alguns dias entre os nativos, fato que explica o recolhimento de informações e o conhecimento dos topônimos indígenas, averiguou que o lugar e os nativos não ofereciam nenhuma vantagem econômica, aproveitando-se disto, capturou os escravos, o que provocou conflitos com os indígenas da região, os quais são relatados por várias testemunhas nas *Probanzas* (COLLECIÓN, 1892; 1894).

Guedes (1975, t.I) também suspeita que a frota de Pinzón se demorou alguns dias na foz do Pará/Amazonas, o que é confirmado no depoimento de alguns tripulantes nas *Probanzas*, que afirmaram terem encontrado com Diego de Lepe, que saíra da Europa pouco tempo depois de Pinzón.

Do Amazonas em diante, a ordem das expedições se inverteu, Pinzón seguiu o rumo norte no enalço de Lepe, obedecendo à inflexão da costa do atual Estado do Amapá (já não se trata, portanto, da Costa Leste-Oeste). Pinzón e os seus chegaram, então, à região de Paria, que já havia sido visitada por Colombo, Hojeda com La Cosa e Vespúcio e, também, por Niño com os irmãos Guerra.

Diego de Lepe partiu em direção à costa setentrional brasileira, aproximadamente um mês após a saída de Pinzón. As duas viagens faziam parte do mesmo sistema de descobrimentos e resgates antes mencionado, por isso, Diego de Lepe seguiu a mesma rota de

---

<sup>192</sup>“*Cuentan que los indígenas de esta región son pacíficos y sociables; mas poco útiles para los nuestros, porque no consiguieron ninguna ventaja apetecible, como oro y piedras preciosas. Se llevaron por eso de allí treinta y seis cautivos. [...]*”

<sup>193</sup>“*[...] Vista esta maldad e engaño, recogieron en los navios los españoles y pasáronse a la otra costa dentro del mismo río y prendieron treynta y seys hombres y mataron é hirieron otros algunos, porque los saltaron en una provincia que se llama Mariataubal, que es dentro de la costa del Maraon, dentro del qual hay muchas islas, según lo supe del mismo Vicente Yáñez [...]*”

Pinzón, conforme afirma o sócio, sobrinho e capitão de uma das caravelas de Pinzón, Arias Pérez (COLLECCIÓN, 1894, p. 225-227)<sup>194</sup>.

Não obstante a falta de informações sobre a primeira parte da navegação de Lepe e dúvidas sobre o seu trajeto<sup>195</sup>, há algumas pistas sobre o que ocorrera no percurso que vai da costa do Ceará ao Pará durante a sua expedição em fevereiro/março de 1500. Na região anterior à foz do Pará/Amazonas, segundo o depoimento de Alonso Rodriguez de la Calva (COLLECCIÓN, 1894, p. 132, grifos nossos): “[...] chegaram à terra em uma baía que esta testemunha e os outros que iam juntos puseram o nome de *san julian*, e na dita baía e terra não acharam nenhum língua [nativo], e dali correram contra o poente até chegar ao Rio de marañen [...]”<sup>196</sup>.

Luís do Valle (COLLECCIÓN, 1894, p. 213)<sup>197</sup>, tripulante de Lepe, afirma que chegaram em *Rostro Hermoso* onde o capitão “saltou” e tomou posse da terra em nome de “suas altezas”, e de lá, correram a costa no sentido leste-oeste. Luís do Valle também não faz menção a nenhum encontro com os indígenas, somente mais à frente em “navidad” (Amazonas) onde “tomaram certa gente”.

Lepe e seus tripulantes, contudo, não foram direto até o Amazonas. No mapa de La Cosa está assinalado, nas proximidades do que hoje corresponderia ao rio Coreaú, no município de Camocim no Ceará (GUEDES, 1975, t.I, p. 191), um “*rº do se falla una cruz*”<sup>198</sup>. Provavelmente ali, no local que sustentou o nome de Rio da Cruz em vários mapas até o século XVII, Lepe desembarcou e encontrou uma das cruzes deixadas por Pinzón nos seus atos de posse. Como ele também ia “descobrimdo”, seguindo toda a costa, é óbvio que eles aportaram em alguns locais diferentes de Pinzón, nos quais tomaram posse do território onde não acharam sinais de seu antecessor.

O detalhamento encontrado no mapa de La Cosa é a maior prova de que a navegação ocorrera com acurado reconhecimento costeiro. Os acidentes geográficos foram assinalados no Mapa de La Cosa, através das informações de Pinzón e Lepe, que apesar de seguirem a

<sup>194</sup> *Probanza hecha á petición del fiscal, con arreglo á interrogatorio de veinticuatro preguntas*. Sevilla, 11 ago. 1515. Na opinião do historiador Demétrio Ramos Pérez (1991b, p. 126-128) ambos prepararam suas expedições juntos, munidos das informações e cartas de Colombo, propuseram à Coroa explorar mais ao sul, a fim de encontrar uma passagem para se chegar às Índias das especiarias. O caráter de uma viagem dupla aparece em muitos depoimentos dos tripulantes das duas expedições, nas *Probanzas*.

<sup>195</sup> Ver mais informações sobre a viagem de Lepe no Apêndice.

<sup>196</sup> “[...] *llegaron a la tierra a una baya que este testigo e los otros que yban juntos le pusieron nonbre san julian, e en la dicha baya e tierra que dicho ha no hayaron lenguas ningunas, e de allí corrieron contra el poniente fasta llegar al Rio de marañen [...]*”. *Probanza hecha á petición del fiscal, con arreglo á interrogatorio de veinticuatro preguntas*. Sevilla, 11 ago. 1515.

<sup>197</sup> *Probanza hecha á petición del Fiscal, según interrogatorio de veinticuatro preguntas*. Palos, 1º out. 1515.

<sup>198</sup> Como o h era às vezes intercambiado pelo f, tem-se: rio do[nde?] se acha (halla) uma cruz.

mesma rota, só em alguns locais devem ter aportado em lugares perfeitamente iguais, como deve ter sido em *Rostro Hermoso*, como foi no Rio da Cruz, e como será visto mais a diante no Rio Pará.

Em relação à expedição de Lepe, há uma expressiva mudez dos documentos, sobre a navegação e os habitantes da região percorrida antes de chegarem ao estuário do Pará/Amazonas. É provável que depois das mortes ocasionadas pelo encontro com Pinzón, os indígenas tenham adotado, com a expedição de Lepe, o comportamento de esconder-se, evitando o contato. Por isso, na Costa Leste-Oeste, antes de chegarem ao Amazonas, Lepe e seus expedicionários não se encontraram com os nativos, apesar de terem desembarcado em alguns locais.

Sobre os fatos ocorridos no percurso a partir do estuário do Rio Pará/Amazonas há, contudo, mais depoimentos dos tripulantes e informações de cronistas.<sup>199</sup>

Quando a expedição de Lepe chegou ao Amazonas os indígenas, antes descritos como “sociáveis e pacíficos”, atacaram os estrangeiros. Conforme informa Las Casas ([ca 1561] 2007, p. 217) sobre os espanhóis:

[...] Entraram no rio Marañon, e ali roubaram e assaltaram a gente que puderam, onde Vicente Yañes havia também, tomado com injustiça 36 almas, que vinham pacíficas e confiadas aos navios, trazendo-as por escravas. Parece que, como ficaram ofendidos e experimentados com Vicente Yañes, chegando Diego de Lepe, puseram-se em armas, matáram-lhe 11 homens, e porque sempre os índios têm que ser mais ofendidos, deviam matar muitos deles e prender os que mais pudessem por escravos [...].<sup>200</sup>

Las Casas afirma que os indígenas estavam “agraviados e experimentados”, em razão das capturas realizadas por Pinzón, e por esta causa teriam atacado a expedição de Lepe. Tal informação é condizente com a declaração de dois depoentes nas *Probanzas*, Cristóbal García, tripulante de Lepe (COLLECÍON, 1894, p. 198), e García Ferrando (COLLECÍON,

---

<sup>199</sup> Falta, realmente, uma crônica mais detalhada e realizada a partir das fontes primárias, como a de Pedro Martír de Anglería, que desse mais informações sobre o percurso percorrido por Lepe, já que as *Probanzas* são bastante diretas. No apêndice sobre a viagem de Lepe é explicado porque, nas *Probanzas*, os depoimentos são focados no percurso realizado após o rio Amazonas.

<sup>200</sup> “[...] Entraron en el rio Marañon, y allí robaron y saltearon la gente que pudieron, donde Vicente Yañes habia tambien, tomado con injusticia 36 ánimas, que se venian pacíficos é confiados á los navios, y traídolos por esclavos. Parece, que como quedaron del Vicente Yañes agraviados y experimentados, llegando el Diego de Lepe, pusiéronse en armas, matáronle 11 hombres, y porque siempre han de quedar los indios más lastimados, debian de matar muchos dellos y prender los que más pudiesen por esclavos [...]”

1894, p. 190), tripulante de Pinzón, o qual afirmou que Diego de Lepe, ao chegar ao Maranhão (Amazonas) recebera muita “[...] afronta dos índios [...]”<sup>201</sup>.

O já mencionado Luis do Valle, tripulante de Lepe, (COLLECCIÓN, 1894, p. 213) informa que após chegarem a *Rostro Hermoso*, tomaram posse, seguiram descobrindo a costa e “[...] foram adiante a *la navidad* onde tomaram certa gente e andaram e descobriram mais de setecentas léguas segundo o que os pilotos diziam, e foram a dar no Rio grande que se chama *marañon* e dali foram à paria [...]”<sup>202</sup>. *La navidad* é o braço oriental do Amazonas, ou seja, o Rio Pará<sup>203</sup>, de acordo com Valle, foi após este rio que Lepe cativou os indígenas.

Deduz-se, assim, que Diego de Lepe adentrou no rio Pará, reconhecendo setenta léguas, não setecentas, segundo um dos pilotos, Bartolomé Roldán (COLLECCIÓN, 1892, )<sup>204</sup>, deu a volta costeando a Ilha de Marajó, penetrou no Amazonas, onde recebeu a “afronta dos índios”, ou seja, a reação dos indígenas que já tinham entrado em conflito com Pinzón, que levava dali os cativos.

Na desembocadura do Amazonas as duas expedições se encontraram e Lepe tomou a frente das descobertas até Paria.

Eis um exemplo contundente de que os indígenas agiam de acordo com as circunstâncias históricas, e de que seu comportamento, amistoso ou não, dependia das relações que efetuavam com outros povos. As populações da foz do Amazonas, descritas como “sociáveis e pacíficas” que haviam recebido bem Vicente Yañez Pinzón, após os conflitos decorrentes da captura dos escravos, atacaram Diego de Lepe e sua comitiva, quando estes chegaram aos seus territórios, pouco tempo depois do navegador de Palos.

Diego de Lepe, tomando a dianteira de Pinzón após a foz do rio Amazonas, provavelmente foi o primeiro navegador a vasculhar a região, pois as declarações dos depoentes das *Probanzas* remetem ao “maravilhamento” dos nativos perante os expedicionários. (COLLECCIÓN, 1892; 1894).

Um dos pilotos de Lepe, Bartolomé Roldan (COLLECCIÓN, 1892, p. 299), atesta esse “maravilhamento” na costa entre o rio Amazonas e Paria: “[...] desde que chegaram à terra, a

<sup>201</sup> “[...] *diego de lepe fué a descubrir por su parte e llegó al Rio de marañen donde recybieron mucha afronta de los yndios [...]*”. *Probanza hecha á petición del Fiscal con arreglo al interrogatorio de veinticuatro preguntas*. Huelva, set. 1515.

<sup>202</sup> “[...]  *fueron adelante a la navidad donde tomaron cierta gente e anduvieron e descubrieron mas de setecientas leguas segund que los pilotos decian, e fueram a dar al Rio grande que se llama marañon e de alli fueron á dar á la paria [...]*. *Probanza hecha á petición del Fiscal, según interrogatorio de veinticuatro preguntas*. Palos, 1º out. 1515.

<sup>203</sup> Conforme analisado no apêndice sobre a viagem de Diego de Lepe.

<sup>204</sup> *Probanza hecha á petición del Fiscal para acreditar lo que descubrió D. Cristóbal Colón en la tierra firme*. Santo Domingo, 10 nov. 1513. (As setecentas léguas de Valle parecem erro de transcrição).

gente dela se maravillava de os ver, porque parecia que antes não haviam visto a outros cristãos [...]”<sup>205</sup>. Tal maravilhamento, não aconteceu com Pinzón, que vinha depois de Lepe.

Os indígenas encontrados por Pinzón, depois do Amazonas, segundo Pedro Mártir de Anglería ([1511-1516] 1989, p. 78), estavam assustados, escondendo-se dos expedicionários, entrando na mata, e assim eles encontraram extensas regiões de povoados desertos.<sup>206</sup>

Pedro Mártir atribuiu o medo dos nativos aos ataques dos caribes, entretanto, pode-se aventar que o medo dos nativos, que fugiam ao verem “naves próximas”, se deveria à possíveis conflitos causados por Diego de Lepe, pois os indígenas, evidentemente, sabiam diferenciar as embarcações dos europeus das dos caribes. Inclusive, Anton Fernández Colmenero (COLLECIÓN, 1894, p.165)<sup>207</sup>, piloto de Pinzón, informa no seu depoimento nas *Probanzas*, que houve muitas mortes dos espanhóis antes de chegar à Paria.

Mais uma vez os nativos mudaram de comportamento. Os indígenas antes maravilhados com Lepe, foram encontrados por Pinzón assustados, escondendo-se das embarcações que avistavam, fugindo para a mata, deixando desertos seus povoados. Mais uma vez o ato de esconder-se como uma reação, porém, desta vez, os contatos hostis não são presunções distantes, pois Diego de Lepe tinha acabado de passar pela região, deixando este rastro de medo e destruição.

\*\*\*

Michel Mollat (1983 apud PERRONE-MOISÉS, 1996, p. 52), em uma “[...] análise das modalidades dos encontros [...]”, afirma que “[...] o espanto foi acompanhado de reserva, de desconfiança, de receio e se traduziu por hesitações, uma espécie de vai-e-vem, até chegarem à troca de presentes e ao esboço de marcas de confiança [...]”. Deve-se ampliar, entretanto, o leque de reações que podem acontecer nesses “primeiros encontros”, os quais, por obviedade,

---

<sup>205</sup>[...] *des que llegaron en la tierra, la gente della se maravillavan de los ver, porque parecia que antes no avian visto á otros cristianos [...]*.

<sup>206</sup>*Siguiendo después al aquilón, que los marinos españoles llaman noroeste y los italianos griego, encontraron muchas islas abandonadas por la servicia de los caníbales, pero feraces. Desembarcaron en muchos lugares, y encontraron restos de pueblos derruidos. Sin embargo, en algunas partes vieron hombres, pero temerosos, que al ver cualquier nave cercana huían a los riscos de las montañas ya a recónditos bosques, vagando ya sin casa fija por temor a las emboscadas de los caníbales.*

<sup>207</sup> *Probanza hecha á petición del Fiscal con arreglo al interrogatorio de veinticuatro preguntas.* Huelva, 25 set. 1515.

irão reportar a situações de estranhamento, nas quais a amplitude dos comportamentos pode variar desde a boa acolhida ao conflito.

No caso da Costa Leste-Oeste, ou seja, antes da chegada ao rio Amazonas, se os encontros realizados entre os expedicionários de Pinzón e de Lepe com os nativos, representaram, realmente, os “primeiros encontros” esta “reserva” da qual fala Mollat, foi marcada pelo ato de esconder-se. Se, ao contrário, houve encontros anteriores não bem sucedidos, ou mesmo de notícias de encontros de violência, a “desconfiança” foi mais forte que o desejo pelas trocas de presentes, e assim sem espanto ou maravilhamento, o melhor, mesmo, era se esconder.

Nos dois momentos relatados em que se efetivou algum tipo de encontro, houve, primeiro, a “hesitação”, onde abriu-se a possibilidade para o contato, mas foi marcado o “olhar torvado” e os gestos para guerrear. Realmente como Mollat coloca, não há como se aproximar sem essa primeira observação, e neste caso, a hesitação pendeu excessivamente pelo *não*. No segundo momento não houve perplexidade. Não há espanto, não há reserva, há astúcia, estratégia, por desconfiança, pela observação atenta dos intrusos ou por experiências anteriores aprendidas, o vai-e-vem, de que falara Mollat, foi de sangue, e a marca estabelecida foi a de rechaçar o *outro*, culminando na sua expulsão.

O que se sabe dos “primeiros encontros”, no caso dos indígenas americanos, sempre abriga a perspectiva daqueles que chegam, dos intrusos, já que os “nativos”, os “aborígenes” (*ab origine* – desde o princípio) não deixaram relatos escritos sobre essas primeiras aproximações. Assim, tem-se apenas uma das perspectivas da história.

O questionamento do teor de “primeiro encontro”, contudo, deve contemplar não apenas o caráter etnocêntrico do olhar europeu lançado sobre os indígenas, mas a própria condição de “primeiro”, e ainda, o caráter de “novidade” deste “encontro”, pois as notícias sobre os adventícios, após as primeiras explorações europeias, devem ter-se espalhado entre os grupos indígenas que possuíam relações entre si.

Deve-se ressaltar, ainda, conforme Whitehead (1993, p. 288-289), o cuidado com que se tem que entender o “contato”, não apenas como um único instante, a partir do qual, os europeus “introduziram” mudanças históricas nas sociedades indígenas, mas como um processo mais complexo.

Esse processo abriga contradições, que puderam ser percebidas pelos episódios ocorridos depois da exploração da Costa Leste-Oeste, com as expedições de Pinzón e de Lepe que, alternando suas posições no descortinamento da costa percorrida a partir do rio Amazonas, puderam sentir as reações dos nativos causadas, pelos seus antecessores imediatos

na navegação e nos contatos com os indígenas: da boa acolhida à guerra, do maravilhamento ao conflito, do espanto ao temor, estavam em jogo situações diversas, relações diferentes entabuladas com o *outro* invasor.

O processo do qual fala Whitehead (1993, p. 288-289), entretanto, não implicou apenas em reações, nem em transformações culturais, sociais e político-econômicas impostas pelos adventícios. Também resultou em consentimentos, em tradições mantidas, não somente através da resistência, mas também através da resiliência e da grande capacidade de negociação dos nativos.



*Capítulo 3*

*Tentativas de Colonização  
na Costa Leste-Oeste -  
Século XVI*

Após as viagens de Vicente Yañez Pinzón e Diego de Lepe à costa norte brasileira em janeiro e fevereiro de 1500, seguiu-se a viagem de Pedro Álvares Cabral, à costa leste, em abril do mesmo ano. Apesar de a Carta de Caminha, dando a notícia do achado, ter sido enviada a Portugal logo após a descoberta, o rei Dom Manuel só enunciou aos Reis Católicos sobre a chegada dos portugueses às novas paragens, em carta escrita em vinte e nove de julho de 1501, após o retorno da armada de Cabral, que fora das terras recém-descobertas para a Índia. (VARNHAGEN, 1975, p. 72)

Mesmo após a oficialização do achado português, entretanto, os reis espanhóis emitiram uma capitulação para Pinzón voltar às terras por ele exploradas na costa norte brasileira, já que não se possuía a clareza dos limites impostos pela bula de Tordesilhas.

Na capitulação dada a Vicente Yañez Pinzón em cinco de setembro de 1501, além de se professar a descoberta das novas terras, concedeu-se ao navegador o título de capitão e governador das mesmas, por um ano, em reconhecimento aos serviços prestados aos reis, e aos danos recebidos durante a expedição de descobrimento:

[...] O dito Vicente Yañes Pinçon morador da cidade de Palos por nosso mandado e com nossa licença e poder foi a sua conta e missão com algumas pessoas e parentes e amigos seus a descobrir no mar Oceano às partes das Índias com quatro navios, aonde com a ajuda de deus nosso Senhor e com sua indústria e trabalho e diligência descobriu, certas ilhas e terra firme que pôs os nomes seguintes: *Santa Maria de la Consolación* e *Rostro Hermoso*; e dali seguiu a costa que se corre, ao noroeste até o Rio Grande que chamou *Santa María de la mar Dulce* e pelo mesmo noroeste toda a terra em seguida até o cabo de *San Vicente* que é a mesma terra [...]. E em consideração do dito serviço que nos fizestes [...] temos por bem e queremos, que enquanto nossa mercê e vontade for, conheça e goze das cosas que adiante nesta capitulação serão declaradas e contidas [...]. (PARES, 1501)<sup>208</sup>.

Este é o primeiro parágrafo do contrato firmado entre Pinzón e os Reis Católicos. A capitulação, devido às dúvidas que pairavam, à época, sobre onde terminavam as terras portuguesas e começavam as espanholas, expressa mais a intenção de exploração, do que propriamente a criação de uma colônia espanhola, na costa setentrional brasileira. A preocupação com o Tratado de Tordesilhas, por certo influiu na curta validade (apenas um ano) do documento, expressamente declarada em uma das cláusulas, na qual também rezava

---

<sup>208</sup> Archivo General de Indias. ES.41091.AGI/16403.15.412//INDIFERENTE, 418, L.1, F.36-38V – *Assiento con Vicente Yañez Pinzón*. Granada, 05 set. 1501. (Não colocamos os originais em castelhano nas notas, pois a transcrição paleográfica do manuscrito encontra-se nos anexos).

que as terras do rei de Portugal não deveriam ser transpassadas pelo navegador, ou pelos que para lá se dirigissem sob sua licença<sup>209</sup>.

Foi permitido a Pinzón, ou a quem ele desse licença, a busca de ouro, prata e outros metais, além de pedras preciosas, drogas e especiarias, animais, árvores, inclusive, mudas, “[...] e outras coisas de qualquer natureza e qualidade [...]”, respeitando o pagamento de cinco sextos para os reis e um sexto de tudo que fosse achado e adquirido a Pinzón, durante o contrato de um ano. Neste período, ele teria licença para navegar às terras descobertas e resgatar quaisquer coisas de interesse, *menos escravos e escravas*: “não pode extrair nem escravos, nem escravas alguns”.

A ordem manifesta de não trazer, nem fazer escravos, nas Índias Ocidentais, repetiu-se em alguns documentos expelidos pelos Reis Católicos, principalmente até a morte da Rainha Isabel (1504), apesar de não ter sido convenientemente respeitada pelos navegadores, pois, como foi visto, o próprio Colombo enviou remessas de escravos para a Europa. Assim como Alonso de Hojeda, logo na primeira incursão na costa norte da América do Sul e Pinzón, que levou os indígenas da Costa Leste-Oeste, naquela que seria a primeira captura de nativos, documentada, nesta região, em fevereiro ou março de 1500 (cf. capítulo 2; COLLECCIÓN, 1875, t. 24; 1890, t.5). Segundo Pérez (1991c, p. 150), havia nos primeiros anos da colonização, por parte dos reis espanhóis, um “[...] plano quase utópico [...]” de criação de uma sociedade integrada (nativos e colonos) que viveria sob a proteção real. Tal ideal foi desvanecendo, com o avanço do processo de colonização e o estabelecimento das “encomiendas”.<sup>210</sup>

Não há notícias exatas se Pinzón retornou às terras por ele descobertas, até porque a dificuldade em estabelecer as fronteiras entre as terras portuguesas e espanholas reforçavam ainda mais a política de sigilo praticada no século XVI. Ainda havia grandes dúvidas sobre os limites de Tordesilhas na costa setentrional brasileira, limites que cambiavam da foz do rio Parnaíba, das proximidades do golfo do Maranhão à foz do rio Amazonas.

Existe, contudo, um documento no *Archivo General de Simancas* (PARES, 1501)<sup>211</sup> que indica que Pinzón pode ter feito mais uma viagem à Costa Leste-Oeste. O documento concede

<sup>209</sup> Página três do documento nos anexos.

<sup>210</sup> Pérez (1991c) desenvolve essa ideia de que a Coroa intentava, em princípio, uma política indigenista idealista que não se concretizava na colônia. Os indígenas não estavam dispostos a viver conforme o campesinato castelhano, muito menos os colonos iriam prescindir da mão-de-obra nativa, desta forma os projetos iniciais de integração, foram aos poucos sendo substituídos por projetos de “pacificação” e submissão.

<sup>211</sup> ES.47161.AGS/ 1.1. 37.2 1//CCA, CED, 5, 305, 2 – *Licencia de saca de trigo a Vicente Yañez Pinzón y sobrinos*. Granada, 15 out. 1501.

a licença de retirada de quatrocentos *cahízes*<sup>212</sup> de trigo a Vicente Yañez Pinzón e a seus sobrinhos, Arias Pérez e Diego Hernández, os mesmos que estiveram com ele na expedição anterior, em compensação aos serviços prestados à Coroa em suas viagens às Índias Ocidentais e “[...] ‘para ajuda para a viagem que agora [Pinzón] há de tornar a fazer’.” (PARES, 1501, grifos da transcrição)<sup>213</sup>.

Além deste documento, fazendo menção ao retorno de Pinzón às terras por ele descobertas em 1500, e da própria capitulação que lhe dava direitos de exploração dessas áreas, há uma ordem de restituição de um escravo índio, que lhe fora “arreatado” por Diego Prieto, um dos expedicionários da viagem ocorrida em 1500. Tal escravo era necessário a Pinzón, por saber muito bem o castelhano e a língua dos “ditos índios” (PARES, 1501)<sup>214</sup>.

Ao que tudo indica, Pinzón, em cumprimento a uma promessa feita a Diego Prieto de que lhe daria um escravo, entregou-lhe o índio e, depois, necessitando do nativo para a realização da expedição de retorno à costa setentrional sul-americana, solicitou-o aos reis, que ordenaram ao corregedor de Palos que o restituísse a Pinzón. Esse é mais um indício de que o navegador estava novamente se preparando, e recebendo apoio real, para o retorno à costa por ele descoberta, que ia de *Santa Maria de la Consolación* e *Rostro Hermoso* (Ponta do Mucuripe –CE) até *Santa María de la mar Dulce* (foz do rio Amazonas), conforme a capitulação que lhe fora dada (PARES, 1501)<sup>215</sup>. Pinzón, inclusive, recebeu uma honraria, “mercê de uma cavalaria” (PARES, 1501)<sup>216</sup>, em retribuição aos serviços prestados aos Reis Católicos.

Diego de Lepe também recebeu uma capitulação, em setembro de 1501 (PARES)<sup>217</sup>, porém, diferente de Pinzón, não lhe fora dado nenhum governo sobre a região por ele

<sup>212</sup> Cahíz – medida de capacidade para secos, que varia de acordo com a região [variou com o passar do tempo], equivalente, em Madrid, a 690 kg. (REAL Academia Española).

<sup>213</sup> *Archivo General de Simancas* – ES.47161.AGS/1.37.2.1//CCA-CED, 5, 305, 2. *Licencia de saca de quatrocientos cahices de trigo a Vicente Yañez Pinzón y a sus sobrinhos Arias Pérez y Diego Hernández en compensación a los servicios prestados a la corona en sus viajes a las Indias y ‘para ayuda al viaje que agora aveis de tornar a hacer’.* <Reyes>. Granada, 15 out. 1501. (Grifos da transcrição).

<sup>214</sup> *Archivo General de Simancas* – ES.47161.AGS/1. 10.1.1//CCA-CED, 5, 161,3. *Esclavo traído de las Indias por Vicente Pinzón.* Granada, 20 jun. 1501.

<sup>215</sup> “[...] *El dicho bicente yañes, quanto nuestra merced e voluntad fuere, seades nuestro capitán e Governador de las dichas tierras de uso nonbradas desde la dicha punta de santa maria de la consolacion seguyendo la costa fasta Rostro Hermoso e de allí toda la costa q se corre al Norueste hasta el dicho Río [rasurado] vos possistes nonbre Sta<sup>a</sup> maria de la mar dulce, con las yslas questán a la boca del dicho Río q se nonbra Mariatanbalo; El qual dicho [rasurado] oficio e cargo de capitán e Governador podades vsar e exercer e vsedes e exercedes por vos o por quien vuestro poder oviere con todas las cosas anexas e cõcernientes al dicho cargo [...]*”. (*Archivo General de Indias*. ES.41091.AGI/16403.15.412//INDIFERENTE, 418, L.1, F.36-38V – *Assiento con Vicente Yañez Pinzón*). Granada, 05 set. 1501.

<sup>216</sup> *Archivo General de Simancas*. ES.47161.AGS/1.1.37.2.1//CCA,CED,5,295, 5. *Merced de una caballería a Vicente Yañez Pinzón.* Granada, 21 out. 1501.

explorada, mas a concessão para novos descobrimentos no Mar Oceano. Em novembro de 1501, foi-lhe dada uma prorrogação para a licença de descobrimentos (PARES, 1501)<sup>218</sup>.

Se Pinzón e Lepe voltaram às terras, se as exploraram, se levaram cativos, não se encontrou mais documentos a respeito, mas um dos pontos que deve ser chamado a atenção, é que a capitulação de Lepe previa a averiguação, para saber se as terras descobertas eram pertencentes aos Reis Católicos, ou ao rei de Portugal (PEREZ, 1991b, p. 135). Tornando-se claro que as terras descobertas por Pinzón, a Costa Leste-Oeste, estavam sob o domínio da Coroa Portuguesa, as incursões oficiais, ou pelo menos a documentação sobre elas cessou-se.

Pedro Mártir de d'Anglería ([1511-1516] 1989, p. 141-143), no entanto, fornece uma narrativa, sem datas, de uma viagem de Pinzón à América do Sul. Nessa viagem, Pinzón teria aportado e explorado primeiramente Cuba, já com provas de que era uma ilha, seguindo para Paria, já na costa continental ao norte da América do Sul, e de lá para regiões “abandonadas” pelos frequentes alagamentos (provavelmente se refere aos mangues existentes nesse litoral), com grandes trechos de lagunas. Apesar da notícia vaga, Pedro Mártir informa que Pinzón realizou viagem de Paria até a altura de 7° de Latitude Sul. Ressalvadas as imprecisões da época, esta latitude corresponde às proximidades da Ponta do Seixas – Paraíba, extremo oriental da América continental, o que coincide com a declaração de Pedro Mártir de que a ponta a que chegara Pinzón “[...] parece que quer atirar-se ao Atlântico, pois aponta para aquela parte da África que os portugueses chamam Cabo de Boa Esperança [...]”. Desta forma, o navegador teria realizado uma navegação contrária aos ventos e correntes marítimas, daí na crônica ficar subentendida certa dificuldade na navegação: “[...] não desistiu de seu propósito até que chegou à ponta daquela longa terra [...]”. A informação é truncada, concisa, mas pelo exposto, a expedição estaria mais ligada a descobertas do que a tentativas de colonização.<sup>219</sup>

---

<sup>217</sup> *Archivo General de Indias*. ES.41091.AGI/1.16403.15.412//INDIFERENTE,418,L.1, F.29V-31V – *Licencia de descubrimiento a Diego de Lepe*. Granada, 14 set. 1501.

<sup>218</sup> *Archivo General de Indias*. ES.41091. AGI/1.16403.15.412//INDIFERENTE,418,L.1, F.69V-70R – *Prórroga de licencia de descubrimiento a Diego de Lepe*. Ecija, 30 nov. 1501.

<sup>219</sup> Extrato da narrativa (p. 142-143): “*Después de haber pactado alianza con estos chiacones [principais de Paria], Vicente Yáñez prosiguió el camino que se había propuesto. Dejó hacia Oriente regiones abandonadas, por los frecuentes aluviones de aguas, y lugares llenos de grandes trechos de lagunas, y no desistió de su propósito hata que llegó a la cúspide de aquella tierra larguísima [...]. La punta aquella parece que quiere embestir al Atlántico, pues mira a aquella parte de África que los portugueses llaman Cabo de Buena Esperanza, pelados promotorios de la montaña atlántica que penetran en el océano. Pero el Cabo de Buena Esperanza tiene treinta e cuatro grados del antártico, y aquella punta solamente siete. Pienso que esta tierra es la que encuentro en los escritos de cosmografía, que llaman la gran isla atlántica, sin más indagar su situación y sus cosas.*”

A pequena narrativa sobre Pinzón, aparece no capítulo VI da *Segunda Década*, escrita por Pedro Mártir de d'Anglería, em meio às notícias gerais que o milanês fornecia sobre a colonização espanhola nas Índias Ocidentais. A informação sobre Pinzón surge como uma digressão, sem datas, nem referência a fontes. O cronista, entretanto, refere-se ao problema da transposição dos espanhóis do limite imposto pela bula de Tordesilhas, ao afirmar que se desde o Mediterrâneo (*mar hercúleo*) os espanhóis teriam sido os primeiros a chegar a esta terra (a costa norte do Brasil). Verifica-se, então, que realmente já estava claro, para os espanhóis, que as terras da Costa Leste-Oeste não caíam sob seus domínios e, sim, sob os de Portugal: Eis porque a narrativa incorre em falta de maiores informações sobre uma possível permanência e exploração na região.

Parece que assim terminam as pretensões *oficiais* espanholas sobre a Costa Leste-Oeste, que ia do litoral do Rio Grande do Norte à foz do Amazonas, pelo menos até a implantação da União Ibérica, em 1580.<sup>220</sup>

Findadas as expedições oficiais dos espanhóis que, como foi visto, não instauraram nenhum núcleo de ocupação na região, buscar-se-á compreender, nesse capítulo, a trajetória histórica ocorrida na Costa Leste-Oeste, abrangendo as ações dos portugueses, dos franceses e dos indígenas, mediante as primeiras tentativas de colonização dos donatários portugueses e da preparação dos franceses para a ocupação no Maranhão, através da chamada “França Equinocial”.

Ressalta-se, de início, a precariedade das fontes, portanto, o esforço interpretativo na análise de documentos, na maioria das vezes bastante vagos e genéricos, no que diz respeito aos habitantes da terra.

### 3.1 A chegada dos portugueses

Após as viagens de Pinzón e Lepe, tratadas no capítulo anterior, há referências a outras expedições que deixaram registros lacônicos, sem testemunhos diretos. De acordo Guedes (1975b) a primeira expedição portuguesa, documentada, a atingir a costa setentrional

---

*Y ya que desde el mar hercúleo hemos dado primeramente con la orilla de esta tierra, no será impertinente hablar algo que podría ocasionar discusiones, si no fueron suegro y yerno, entre el Rey Católico don Fernando y don Manuel, rey de Portugal [...]”.*

<sup>220</sup>Do rio Amazonas em diante, delineia-se outro contexto histórico, que não diz respeito aos objetivos deste trabalho. Para fins de abordagem preliminar, sugerimos o artigo de Maria Regina Gadelha (2002) que realiza um apanhado geral da conquista da Amazônia do século XVI a meados do XVII.

brasileira, fora a capitaneada por Gonçalo Coelho, com a participação de Américo Vespúcio em 1501.<sup>221</sup>

Ainda segundo Guedes (1975b), a aterragem inicial seria no Rio Grande do Norte, nas proximidades da Ponta de Upanema ou Ponta do Mel, próximo à fronteira com o Ceará, de onde ainda seria possível, depois, seguir em direção contrária aos ventos alísios e correntes marinhas, e ir para o Sul. Em relação ao local de chegada da expedição, Guedes diverge um pouco da opinião de Varnhagen (1975a, p. 82-83), para quem a expedição provavelmente também teria aportado na costa do atual Rio Grande do Norte, mas no Cabo que até hoje é chamado de São Roque; para Pompeu Sobrinho (1980, p. 93-94), a expedição teria aportado um pouco mais ao norte do Cabo de São Roque, no que hoje corresponderia a território cearense<sup>222</sup>. Sérgio Buarque (2003b, p. 104) abre as possibilidades entre o Cabo de São Roque e o de Santo Agostinho.

A expedição de 1501, com a participação de Américo Vespúcio, gerou muitas controvérsias na historiografia, principalmente em virtude de a maior base de estudos para essa viagem serem os relatos apócrifos do florentino, porém, como chama a atenção Guedes (1975b, p. 223-226) há outros documentos, principalmente os cartográficos, que devem ser analisados. Estes, contudo, fornecem poucas informações sobre os contatos entre os europeus e os indígenas, ao contrário das narrativas de Vespúcio, quer as por ele produzidas, ou as escritas a partir de seus relatos. (Cf. capítulo 2).

Entre 1502 e 1503 é enviada uma segunda expedição portuguesa, que pode ter tocado a costa norte, da qual há ainda menos informações do que a de 1501. Está ligada, provavelmente, à obrigação de Fernando de Noronha e outros cristãos-novos, que obtiveram licença real para negociar nas costas brasileiras, licença essa que foi atrelada ao comprometimento dos arrendatários de, segundo Capistrano de Abreu (1988, p. 67), “[...] mandar anualmente seis navios a descobrir trezentas léguas e a fazer e sustentar uma fortaleza [...]”. (GUEDES, 1975b, p. 239-241; HOLANDA, 2003b, p. 104; POMPEU SOBRINHO, 1980, p. 123-124; VARNHAGEN, 1975a, p. 90).

---

<sup>221</sup>As divergências quanto ao capitão da frota são várias. Varnhagen (1975a, p. 82) atribui a capitania a D. Nuno Manuel; Sérgio Buarque de Holanda (2003b, p. 103) descarta D. Nuno e André Gonçalves e aventa o nome de Fernão de Noronha; Pompeu Sobrinho (1980, p. 93-94) atribui a André Gonçalves, com Gonçalo Coelho no comando de uma das caravelas da armada.

<sup>222</sup>Pompeu Sobrinho acredita que a frota de 1501 tenha se separado, com uma parte dos expedicionários dirigindo-se para o sul e Gonçalo Coelho teria seguido a costa a noroeste, atingindo o litoral setentrional (p.121-122). Guedes (1975b) não fala sobre a separação da frota, como defendeu Sobrinho, e detém-se na análise do limite meridional atingido pela expedição (região de Cananéia).

No ano de 1503, outra expedição segue para a Terra de Santa Cruz, a qual não há dúvidas de que fora comandada por Gonçalo Coelho, sendo Vespúcio, capitão de uma das embarcações (GUEDES, 1975b, p.241-243; HOLANDA, 2003b, p. 104). Segundo Guedes, compartilhando a opinião de Varnhagen (1975a, p. 85-86), nesta expedição ocorreu a separação da frota, na altura da Ilha de Fernando de Noronha, informação que colhe a partir dos relatos provenientes da *Lettera* de Vespúcio<sup>223</sup>. Neste relato, atribuído ao florentino, há a informação de que o mesmo ficara esperando oito dias por Gonçalo Coelho, o capitão não aparecendo, Vespúcio rumou para o sul, e não mais se encontraram no decorrer da viagem. Guedes atribui muitas confusões entre essa expedição de 1503, com a expedição de 1501.

O cronista Gabriel Soares de Sousa (1971, p. 41), em seu *Tratado* de 1587, afirma, sem mencionar data, que Gonçalo Coelho fora com três caravelas a mandato de Sua Alteza, para que descobrisse as novas terras. Soares de Sousa refere-se a “[...] grandes trabalhos pela pouca experiência e informação que se até então tinha de como a costa corria, e do curso dos ventos com que se navegava [...]”, afirmando que, na ocasião, o comandante perdera dois navios. Guedes (1975b, p. 228) informa que também na *Lettera* (1505-1506) de Vespúcio e na *Relação do Piloto Anônimo* (1507), fora afirmado que a frota compunha-se de três navios.

Já o cronista Damião de Góis (apud GUEDES, 1975b, p. 241) diz que em 10 de junho de 1503, partira uma esquadra de seis naus, sob o comando de Gonçalo Coelho, em direção à Terra de Santa Cruz.

Diante do exposto pelos cronistas e das diferenças, inclusive sobre o tamanho da frota, entende-se que realmente Gonçalo Coelho tenha participado das duas expedições, a de 1501 e a de 1503, e que, como propôs Pompeu Sobrinho (1980, p.94), também na primeira expedição a frota se separou, possibilitando a Gonçalo Coelho avançar mais um pouco no litoral setentrional, até pelo menos o Cabo de São Roque, o que lhe rendeu os “grandes trabalhos” da navegação com ventos contrários, como colocara Gabriel Soares de Sousa, antes de seguir o rumo sul.

As controvérsias sobre as expedições iniciais no litoral norte da Terra de Santa Cruz provêm, em grande parte, das lacunas documentais, mas os mapas quinhentistas, como o

---

<sup>223</sup>Sérgio Buarque de Holanda (2003b, p. 104) afirma que a *Lettera* é apócrifa, mas conforme coloca Guedes (1975b, p. 223), podemos chamar as compilações que foram feitas das cartas e relatos do florentino de “narrativas indiretas”, já que são adaptações das suas narrativas para a divulgação impressa. É óbvio que, como qualquer documento histórico, exigem cautela na leitura, principalmente devido às generalizações efetuadas, assim como alterações de datas e dados que podem ter ocorrido. Em relação aos indígenas, as distorções, assim como os exageros, revelam justamente a visão eurocêntrica, o incansável jogo dos paradoxos de construção de um *outro* a partir dos próprios referenciais. É justamente esse *outro*, cuja diferença é notada a partir do espelho, que aparece divulgado nos relatos e iconografias sobre o Novo Mundo.

português Planisfério Cantino (1502), atestam um bom conhecimento da costa, o que só seria possível se houvesse uma exploração de cabotagem.

As confusões com essas expedições implicam, também, em informações erradas sobre os indígenas da costa norte. As narrativas de cunho etnográfico, fornecidas por Américo Vespúcio (ou pelos apócrifos) sobre os indígenas, por exemplo, são algumas vezes associadas, de forma errônea, a todos os índios que ocupavam a costa norte, confundindo os grupos “tapuias” com os grupos de língua tupi, como já fora abordado (capítulo 1). Hemming (2007, p. 276), relatando sobre as posteriores tentativas de colonização dos portugueses, em 1536, no Maranhão, afirma, por exemplo, que os “[...] potiguares e os tupinambás destruíram os invasores e forçaram os últimos sobreviventes a abandonar a colônia e regressar a Portugal [...]. Na realidade, como já foi explanado, os potiguares encontravam-se mais a leste e os tupinambás ainda não haviam chegado à região.”<sup>224</sup>

Conforme afirma Carneiro da Cunha (1990, p. 91), a imagem dos índios reproduzida pelos europeus no século XVI é “[...] fundamentalmente, a dos grupos de língua Tupi [...]”, e esta reprodução, em referência aos indígenas da costa, ainda se atualiza na historiografia atual, a partir das generalizações encontradas nos relatos do navegador florentino.<sup>225</sup>

As imagens dos canibais da costa setentrional da Terra de Santa Cruz, espalham-se, destarte, por uma Europa disposta a sempre encontrar seus mitos nos novos mundos revelados pelas navegações. Assim, os indígenas da costa norte foram cartografados como “Canibales”,

---

<sup>224</sup> Chicangana-Bayona (2004, p. 216-266), também, por exemplo, analisa as imagens produzidas sobre os índios no Brasil, abordando as generalizações, as construções efetuadas sobre os índios da América, a partir da visão de mundo europeia. O autor, contudo, acaba contribuindo com mais uma generalização: a de que no início do século XVI os tupinambás já ocupavam a ilha de São Luís, ao citar um episódio narrado por Vespúcio, de antropofagia, naquele que seria o “[...] percurso da segunda navegação [de Vespúcio] no nordeste, na ilha de São Luís do Maranhão [...]”. As referências seguintes do autor às representações (pictóricas e escritas) sobre os indígenas encontrados por Vespúcio, coerentemente criticadas pelo exagero e “esquemas” ocidentais na construção do “índio”, levam à antropofagia tupinambá (expressamente citada). Entretanto, quer autênticas ou não, as imagens dos índios das cartas de Vespúcio, inclusive referentes à sua segunda viagem, não eram provenientes dos índios de São Luís do Maranhão, e sim dos indígenas da costa mais ao leste, correspondente ao território dos históricos potiguares (ramo tupi), misturados aos relatos dos caribes, dos quais Vespúcio ouvira falar na sua primeira viagem com Alonso de Hojeda (cf. capítulo II, p. 73). Desta forma, as imagens são mesmo de índios de língua tupi, mas a sua localização em São Luís do Maranhão, no início do século XVI, é que está equivocada. Os indígenas encontrados por Vespúcio, descritos na *Lettera e Mundus Novus* não devem ser confundidos com os “tapuias” encontrados mais ao oeste por Pinzón, anos depois descritos por Gândavo e Gabriel Soares de Sousa como foi visto no capítulo 1.

<sup>225</sup> Conforme Manuela Carneiro da Cunha (1990, p. 94, grifos da autora): “Vespucci era o cosmógrafo da segunda expedição, a que Dom Manuel mandou em 1501, e que percorreu a costa durante dez longos meses, do cabo São Roque até São Vicente. Conta que passou 27 dias comendo e dormindo entre os “animais racionais” da Nova Terra, e é ele quem completa o inventário básico do que, daí por diante, se dirá dos índios. Vespucci, que fala da sua nudez, não fala mais da sua inocência: ao contrário, é ele quem relata pela primeira vez a antropofagia indígena [...]”. O inventário de Vespúcio, como bem coloca Manuela Carneiro da Cunha, é a imagem construída sobre os índios tupis, e não pode ser estendido a todos os índios do litoral norte.

no Mapa de Cantino de 1502 e, confundidos com caribes, confundidos com tupis, perderam suas especificidades, nos discursos que foram construídos sobre os índios dessa costa.

Essas expedições iniciais, se chegaram à terra dos “tapuias”, infelizmente, não deixaram registro escrito sobre os mesmos. Outras expedições, obviamente, visitaram a costa setentrional até a tentativa de colonização dos donatários, em 1535. Entretanto, havia a política de sigilo, tendo o rei Dom Manuel, inclusive, proibido a divulgação de documentos cartográficos através de um alvará datado de treze de novembro de 1504 (POMPEU SOBRINHO, 1980, p. 156), o qual coibia a revelação dos conhecimentos náuticos, e assim, são quase inexistentes as informações sobre as navegações realizadas nesse período.

Pompeu Sobrinho (1980) faz um minucioso estudo de mapas e outras fontes quinhentistas, atribuindo certa frequência na costa norte, para que fosse possível o recolhimento e atualização das informações náuticas em mapas portugueses, espanhóis, italianos, franceses, ingleses e alemães. Algumas dessas expedições são citadas pela historiografia, tal qual Sérgio Buarque de Holanda (2003a), que informa da possibilidade da ocorrência de viagens, tais como a de Duarte Pacheco Pereira, possivelmente realizada em 1498, documentada no *Esmeraldo de situ orbis*<sup>226</sup>.

Varnhagen (1975, t.1, p. 90), por sua vez, alude a um piloto, João de Lisboa, que emprestara seu nome a um dos rios existentes antes do Maranhão (sentido leste-oeste), cartografado em alguns mapas; e a um João da Cruz ou João das Portas da Cruz em Lisboa, que também poderia ter chegado à costa norte por cerca de 1514, como se encontra na *Carta de Estevão Fróis*.<sup>227</sup>

Há, ainda, a expedição de reconhecimento oficial da costa norte, que foi até o Maranhão, comandada por Diogo Leite em 1531, que viera junto com Martim Afonso de Sousa, mas do qual se separara na costa pernambucana com o fim de perscrutar a litoral norte. (HOLANDA, 2003b, p.108; VARNHAGEN, 1975, t.1, p. 124).

Diante dessas investidas na Costa Leste-Oeste, o que mais poderia significar o silêncio nas fontes, senão a política de sigilo que envolvia as navegações quinhentistas? Além do mais, como foi visto, nos primeiros contatos entre Pinzón, Lepe e os indígenas da Costa

---

<sup>226</sup>Diz Holanda (2003a, p. 49): “Ainda que postos em dúvida, é claro que a autenticidade da expedição de 1498 ou o seu papel nos descobrimentos ultramarinos dos portugueses, ou ainda a participação nela de um Duarte Pacheco Pereira, caem todavia nos domínios do possível [...]”.

<sup>227</sup>Reis (1963, v.I, p. 32 apud GADELHA 2002, p. 67), cita as expedições de João Coelho (1502 ou 1503); João de Lisboa e Diogo Ribeiro; e Fernão Froes, Francisco e Pero Corso, que partiram das costas de Pernambuco e atingiram o ponto mais extremo do cabo Norte (Amapá). Como foi dito, tais viagens sem documentação adequada, abrigam muitas dúvidas. Em relação aos João (Coelho, de Lisboa, da Cruz), inclusive, podem corresponder à mesma pessoa.

Leste-Oeste (até o litoral oriental do Maranhão), os indígenas podem ter mantido, em relação a algumas dessas expedições iniciais, a mesma postura de evitar o contato com os europeus, e assim, não haveria como se obter informações escritas sobre eles. Lembra-se, novamente com Ferguson (1990), que a qualidade da informação sobre outras culturas depende, diretamente, do grau de interação com elas. Se existem apenas contatos para a realização de escambo, sem estabelecimento efetivo de núcleos de povoamento europeu, poucas informações serão fornecidas sobre os nativos.

A possibilidade de que se tenham repetido os estranhamentos iniciais, ocorridos nos contatos com os espanhóis, não exclui, todavia, que depois de algumas tentativas, possam ter iniciado os contatos amistosos entre os indígenas e os europeus, na Costa Leste-Oeste.

### 3.2 Primeira tentativa de colonização portuguesa

Entre 1534 e 1536, foram doadas as capitânicas hereditárias. A costa setentrional foi dividida em quatro lotes. Segundo a *Carta de Doação* de João de Barros e Ayres da Cunha, de oito de março de 1535 (apud BAIÃO, 1932, p. XXVIII-XXXIV)<sup>228</sup>, os dois foram contemplados com duas capitânicas de cem léguas, as quais deveriam ser repartidas, cada uma das capitânicas, em cinqüenta léguas para cada donatário. João de Barros foi célebre cronista português, conquanto pouco tenha deixado registrado sobre suas capitânicas da costa norte do Brasil.<sup>229</sup>

A associação para a constituição de uma armada, para a exploração e colonização das terras, fez-se, ainda, com a participação de mais um dos donatários das capitânicas setentrionais, Fernando Álvarez de Andrade, o qual se juntou aos outros dois citados sócios, para efetivar a ocupação dos territórios.

<sup>228</sup>Documento nos anexos

<sup>229</sup>As referências bibliográficas (Cf. ABREU, 1988, p. 83; POMPEU SOBRINHO, 1980, p. 107; VARNHAGEN, 1975a, p. 143-144) distribuem as capitânicas que compõem a costa setentrional mais ou menos desta forma, de leste para oeste: O primeiro lote ficou sob responsabilidade de João de Barros e de Aires da Cunha, e ia da atual Paraíba, além da baía da Traição, subindo cem léguas (no Ceará) até onde começava o próximo lote, de Antônio Cardoso de Barros, que ia até ao chamado rio da Cruz (atual Coreaú, próximo a Camocim e a fronteira com Piauí) no Ceará. Daí até o então chamado cabo de Todos os Santos (litoral leste do Maranhão), a capitânicia pertencia a Fernando Álvarez de Andrade (onde o litoral do Piauí está inserido) e, por fim, vinha a capitânicia do Maranhão, segundo lote de João de Barros e Aires da Cunha. Na *Doação das Minas de Ouro e Prata das Respective Capitânicas a João de Barros e Outros* (18/06/1535 apud BAIÃO, 1932, p. XXXV-XXXVIII) não há menção a Antônio Cardoso de Barros, e sim à “da terra de Diogo leyte”. Trata-se, provavelmente, de uma referência geográfica, à região que o navegador Diogo Leite alcançara em 1531.

João de Barros, em suas *Décadas da Ásia* ([1539?] 1988, t.1, p. 221), é bastante sucinto ao descrever uma armada de tal porte, que lhe gerou tantos prejuízos<sup>230</sup> e a morte do sócio, Aires da Cunha:

[...] Os feitos da qual por eu ter uma destas capitánias me tem custado muita substância de fazenda, por razão de uma armada que emprazaria de Aires da Cunha e Fernão Dalvarez Dandrade tesoureiro mor deste reino, todos fizemos para aquelas partes no ano de [mil] quinhentos e trinta e cinco. A qual armada foi de novecentos homens em que entravam cento e treze cavalos cousa que para tão longe nunca saiu deste reino: da qual era capitão mor o mesmo Aires da cunha: e por isso o principio da milícia desta terra ainda que o último de nossos trabalhos, na memória eu o tenho mui vivo por quão morto me deixou o grande custo desta armada sem fruto algum.<sup>231</sup>

A expedição, oficialmente, possuía fins de colonização e de busca de minérios de ouro e prata na costa norte brasileira e sertão adentro, como ficam claros nos documentos de *Doação da Capitania* de João de Barros e Aires da Cunha (08/03/1535), *Privilégios da Capitania de João de Barros* (11/03/1535) e *Doação das Minas de Ouro e Prata das Respectivas Capitánias a João de Barros e Outros* (18/06/1535) (apud BAIÃO, 1932, p. XXVIII-XXXVIII).<sup>232</sup>

Na *Carta de Doação da Capitania* (apud BAIÃO, 1932, p. XXXII) de João de Barros e Aires da Cunha fica determinado o estanco do comércio do pau-brasil e, ao contrário da capitulação de Pinzón e da tentativa da política indigenista inicial dos reis espanhóis, a Coroa Portuguesa permitia a escravização dos indígenas, inclusive dava aos donatários o direito de poder enviar ao Reino, por ano, vinte e quatro escravos da terra:

[...] todo o brazil que na dita Terra houver há de ser sempre meu e de meus susesores sem o dito Cappitam e Governador nem outra alguma pessoa poder tratar nelle nem vende-los pera fora [...] E outro sim me praz por fazer mercê o dito Cappitam e Governador e seus susesores de Juro e herdade pera sempre dos escravos que delles resgatarem e houverem na dita Terra de

<sup>230</sup>Nos documentos compilados por João de Barros (DIJB, 1917), há diversas petições que mencionam as dívidas deixadas por João de Barros, inclusive, em 1577, alguns dos seus descendentes declararam que não queriam ser herdeiros, em virtude das inúmeras obrigações materiais que João de Barros deixou. Devido os serviços prestados, dentre eles a elaboração das *Décadas da Ásia*, que narram a epopeia portuguesa na expansão marítima, foram prestadas muitas mercês a ele quando ainda era vivo, a sua viúva e depois aos seus filhos e noras. Entre as curiosas manifestações de dívidas, o filho, João de Barros, cita até o débito contraído com a “moça das marmeladas”. (DIJB, 1917, p.72). Mais importante notar que vários nomes foram citados entre aqueles que os serviram nas suas capitánias no Brasil, e não puderam ser devidamente recompensados pelo donatário e seus filhos.

<sup>231</sup>Adaptamos da paleografia a substituição do j pelo i em algumas palavras, além de outras pequenas alterações como a exclusão da acentuação de alguns “u” com til.

<sup>232</sup>Documentos nos Anexos.

Brazil possã mandar a estes Reinos vinte e quatro peças cada anno pera fazer dellas o que lhes bem vier [...].

É interessante observar que em documento datado de poucos meses depois, a *Doação das Minas de Ouro e Prata das Respectivas Capitãias a João de Barros e Outros* (18/06/1535) (apud BAIÃO, 1932, p. XXXV-XXXVIII), a associação dos três donatários para a empresa de colonização é feita sob licença e apoio do rei, mas, como era de praxe, com os recursos financeiros dos próprios donatários:

[...] os sobreditos Fernão Dalvares Ayres da Cunha e João de Barros das ditas terras e Cappitanias [...] todos tres juntamente estam contratados e concertados por minha licença que misticamente as povoem e aproveitem como melhor poderem por espaço de vinte annos e que no fim dellas as repartão antre si como lhes bem parecer [...] e hora o dito Ayres da Cunha em seu nome e dos ditos Fernão Dalvares e João de Barros se faz prestes [...] hir as ditas suas Capitãias e terras a tomar posse dellas por honde leva navios da armada com muita gente assi de cavallo como de pé e artelharia armas e monições de guerra tudo a própria custa e despeza dellas [...].

Na *Carta de Doação das Minas*, ficam claros os privilégios que, diferente de outros donatários, João de Barros e seus sócios passaram a receber (cf. SANTOS NETO, 2006, p. 24). A Carta segue informando das mercês, em respeito aos serviços prestados e aos investimentos realizados, feitas aos três fidalgos e a seus herdeiros e sucessores, “[...] de todas e quaesquer minas assi douro como de prata [...]” que eles encontrassem, ou por seu mandado, em suas capitãias. A armada ia realmente preparada para a conquista, pois as minas deveriam ser descobertas “[...] por concerto do trato de pazes como tomado por conquista e guerra ou por qualquer outra maneira [...]”. A obrigação dos donatários era o pagamento do quinto de todo ouro e toda prata descobertos e, para tanto, o documento previa a criação de feitorias nas ditas capitãias e o estabelecimento de selos, marcando o ouro e a prata, para fins de controle.

Como pouco há de documentação sobre esta armada, ela é deveras confundida e, muitas vezes fundida, com outra expedição que o donatário cronista novamente enviou, vinte anos depois, mesmo após o desmotivado relato acima transcrito, para colonizar suas terras. Dessa vez, a organização da empresa de colonização das suas capitãias contou com a participação de seus próprios filhos, em 1556.<sup>233</sup>

---

<sup>233</sup>O próprio Varnhagem (1975, t.1, p. 192), tão criterioso na leitura dos documentos, afirma que João de Barros mandara seus filhos na armada de 1535 para representá-lo. O Visconde de Porto Seguro talvez tenha se apoiado em Frei Vicente do Salvador ([1627] 1889, p. 37-38) e/ou em Berredo ([1749] 1988, p. 35), que afirmaram que a armada que saía de Lisboa, em 1535, levava os dois filhos de João de Barros. Gândavo, em

O certo sobre a expedição de 1535 é que ela era de grande monta: dez embarcações, novecentos homens e mais de cem cavalos. A grandiosidade da expedição chamou a atenção do embaixador castelhano Luis Sarmiento, o qual enviou uma carta ao seu soberano, em onze de julho do mesmo ano (apud BAIÃO, 1932, p. XXXIX-XL)<sup>234</sup>, desconfiando de que a armada portuguesa, pelo seu porte, recebia apoio do rei de Portugal, Dom João III, para que os lusos chegassem até o Peru que, há alguns anos, já tinha a sua abundância de ouro e a prata, principalmente proveniente do extenso império Inca, sendo explorada pelos espanhóis.

Para o embaixador, os portugueses desta expedição, segundo “diziam”, buscavam ao “rio dela plata” e iam algo diferente das demais: “[...] Estes vão diferentes dos outros porque levam gente de cavalo e esta outra gente a pé, de guerra [...]; que vão com pensamento de ir descobrindo por terra até dar pela outra parte no Peru [...]” (apud BAIÃO, 1932, p. XXXIX-XL, tradução nossa)<sup>235</sup>.

Nota-se o caráter excepcional dessa expedição, em relação às outras até então enviadas à Terra de Santa Cruz: o tamanho, o investimento feito pelos donatários e o apoio dispensado pelo monarca<sup>236</sup>, não só para o estabelecimento de núcleos coloniais, ficando claros, na *Carta de Doação*, os instrumentos para o governo da capitania, como também a exploração do sertão adentro, contrariando a famosa assertiva de Frei Vicente do Salvador ([1627] 1889, p. 5) da “[...] negligência dos portugueses que, sendo grandes conquistadores de terras, não se aproveitam delas, mas contentam-se de as andar arranhando ao longo do mar como caranguejos [...]”.

---

1575, não se refere aos filhos de João de Barros, na expedição de 1535. Gabriel Soares de Sousa em 1587 (1971, p. 46), deixa entrever que os filhos de João de Barros foram ao Maranhão em expedição posterior à de Aires da Cunha, sem citar datas, e, em capítulo posterior (1971, cap. X, p. 51), diz que os filhos de João de Barros partiram com a armada e naufragaram nos baixios do Maranhão, ou seja, o cronista também misturou os fatos. Um Alvará Régio de 05 de março de 1561, compilado do códice “Serviços da Casa Real”, dos Arquivos da Torre do Tombo, por Baião (DIJB, 1917, p. 94), é um dos documentos que dirime esta questão: “[...] João de Barros feitor das casas da Índia e Mina me enviou dizer que ell Rey meu senhor e avo [Dom Manuel] que santa gloria aja lhe fez merce de huma capitania na costa do Brazill nas terras de Sãota Cruz honde se chamam os Pitigares pera onde fez hũa armada averaa vinte anos em que despendeo muito de sua fazenda e averaa çinco que mandou outra em que forão dous filhos seus a povoar a dita terra [...]”. Outros documentos deixados pelos filhos de João de Barros também esclarecem a questão, como será visto adiante.

<sup>234</sup> *Cópia de ciertos capítulos de la carta que Luis Sarmiento scrivio a su magestad em honze julho de 535*. Nos anexos.

<sup>235</sup> “[...] Estos van diferente de los otros por que llevan gente de cavallo y esta otra gente de pie de guerra y anme dicho algunos de los que yo mejor he podido entender; que van con pensamiento de ir descubriendo por tierra hasta dar por la otra parte en lo del peru [...]”.

<sup>236</sup> Ver *Privilégios da Capitania de João de Barros* (11/03/1535) e *Doação das Minas de Ouro e Prata das Respectivas Capitánias a João de Barros e Outros* (18/06/1535) (apud BAIÃO, 1932, p. XXVIII-XXXVIII) nos anexos.

Na costa norte, está claro, os donatários não se contentaram em ficar à beira-mar, apenas não conseguiram concretizar os seus intentos, os quais se apagaram das páginas da história, como se não tivessem acontecido.

A preocupação do embaixador castelhano, em relação aos portugueses chegarem até o Peru não era de todo desvalida. Como ficou óbvio na *Carta de Doação das Minas*, um dos objetivos da armada era encontrar jazidas de ouro e prata mais no interior da capitania, e até quem sabe se, em segredo, também não se buscava um caminho até o Peru, pelo, à época, chamado rio Maranhão (um dos rios que deságua na Baía de São Marcos).<sup>237</sup>

Como tão grande expedição, fortemente armada, com um avantajado contingente de soldados e preparada para o estabelecimento de núcleos de colonização, fora recebida pelos nativos?

Em primeiro lugar, a armada aportou em Pernambuco, onde obteve auxílio de Duarte Coelho, que anos depois, em carta de vinte sete de abril de 1542, referiu-se ao malogro da iniciativa (HCPB, p. II, v.III, p. 209)<sup>238</sup>. Logo após a saída de Pernambuco, perderam uma fusta<sup>239</sup>, cedida por Coelho, que foi parar em na ilha de Espanhola (PARES, 1536)<sup>240</sup>.

Corroborando a hipótese da falta de documentos, em virtude da política de sigilo portuguesa, quem forneceu mais informações sobre a armada foi, novamente, o embaixador castelhano Luis Sarmiento, em carta posterior de quinze de julho de 1536 (PARES, 1536; cf. VARNHAGEN, 1975, t.I, p. 205-206)<sup>241</sup>, com notícias recentes da empresa, pois os portugueses só chegaram ao Maranhão em março daquele ano. Sarmiento enviou as novas ao

<sup>237</sup> Apesar da proximidade com o rio Amazonas, este, sim, em domínio espanhol conforme o Tratado de Tordesilhas, não há dúvidas que os expedicionários alcançaram realmente o Maranhão, e não o Pará/Amazonas, apesar de alguma confusão, que existia na época, entre os dois estuários. Como se verá adiante no mapa de Diogo Ribeiro (1529), e também a partir da descrição da água salgada entrando cinquenta léguas pelo sertão adentro, como colocara Gândavo, que é o contrário do que o que acontece no delta onde deságua o rio Amazonas, chamado de Mar Doce, pela dulcificação das águas do mar por léguas afora. Além do mais, uma incursão no Amazonas não deixaria dúvidas, ao embaixador castelhano, de que os portugueses estariam realmente invadindo as terras espanholas. O rio Amazonas, em 1535, já era alvo dos espanhóis como um caminho possível, uma rota de contato entre o Peru e o Atlântico. Em 1541, Orellana comprovou ser possível a façanha. É evidente que a intenção portuguesa de chegar às minas do Peru não se revelaria nos documentos portugueses, até porque se tratavam de domínios espanhóis, mas nas cartas de doação e privilégios há clara ênfase na busca de minérios e no adentramento no sertão. Havia, ainda, a idéia, conforme pudemos apurar em alguns mapas, de que existia uma ligação entre os rios que desembocavam no Maranhão e o rio Amazonas.

<sup>238</sup> Duarte Coelho se referiu à perda de setecentos homens no Maranhão.

<sup>239</sup> Embarcação de baixo calado.

<sup>240</sup> Archivo General de Indias. ES.41091.AGI/1.16403.15.1121//INDIFERENTE,1092, N.140 – *Carta de los oficiales de La Casa de La Contratación*. s/l, 05 mai. 1536.

<sup>241</sup> Original disponível em PARES: Archivo General de Indias.ES.41091.AGI/1.16403.15.1121//INDIFERENTE, 1092,N.153 – *Carta de Luis Sarmiento a Su Majestad*. Evora, 15 jul. 1536. Na continuação da carta, não transcrita por Varnhagem, o embaixador Luis Sarmiento dá mais mostras da política de sigilo portuguesa ao citar o caso de dois castelhanos que chegaram à Lisboa das Índias em uma nau, e tiveram umas cartas endereçadas ao rei espanhol, confiscadas pelos portugueses. (Documento nos anexos).

seu monarca, sobre a armada da qual falara na carta de 1535. Conforme o embaixador esclarece na sua missiva, ele obteve notícias da expedição a partir de uma carta particular de um dos pilotos portugueses, pois a armada permanecia “[...] lá muito secretamente [...]”, assim como, permanecia escondido o piloto que trouxe as cartas do capitão português, enviando as notícias. Daí se obterem mais informações sobre a empresa, advindas de um espanhol, do que do próprio cronista João de Barros (que provavelmente em 1539 iniciava a publicação da primeira de suas *Décadas da Ásia*), o qual foi tão conciso em relação à sua expedição, como foi visto na sua narrativa acima transcrita.

De acordo com Luis Sarmiento, os expedicionários contataram com Duarte Coelho em Pernambuco, com o qual obtiveram certos intérpretes indígenas (os chamados “línguas da terra”), que informaram sobre a existência de uma serra com grande quantidade de ouro, para os lados do Maranhão. O capitão da armada, Aires da Cunha levou os intérpretes nativos e chegou à costa dos potiguares, primeiro lote da sua capitania compartilhada com João de Barros, onde foram veementemente atacados pelos indígenas, os quais expulsaram os adventícios.

Pode-se aventar que expulsão dos lusos fora em virtude de os índios potiguares, nesse período, comercializarem pau-brasil com franceses de Dieppe, Honfleur e Rouen, principalmente, os quais se infiltraram entre os nativos, aliando-se com eles e dificultando a ação de conquista portuguesa.

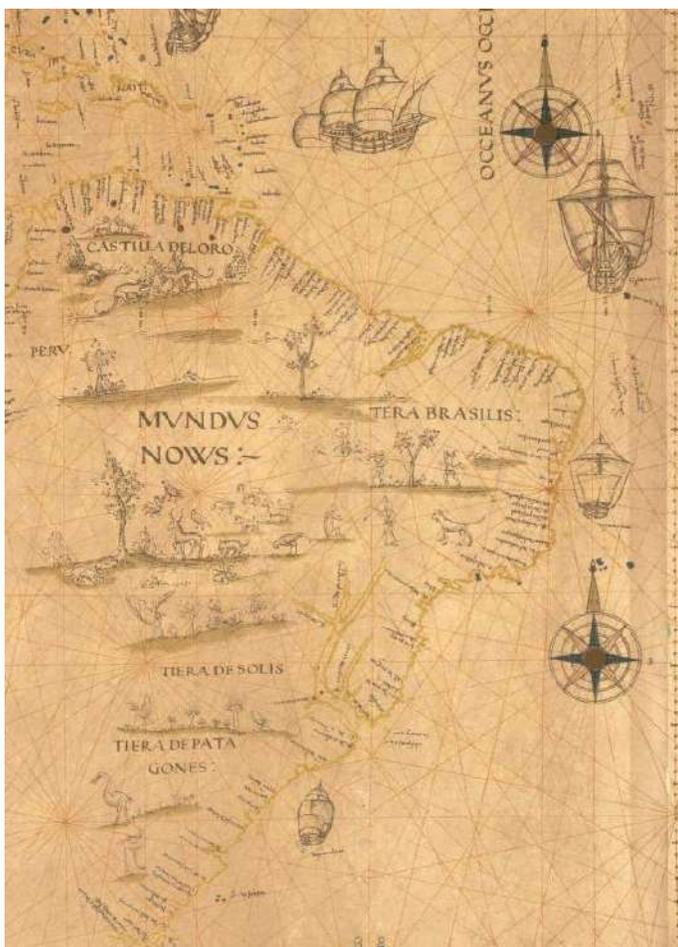
Deve-se lembrar, ainda, que as notícias sobre a serra de ouro, na região do Maranhão, aguçaram a ganância dos expedicionários que, sem dúvida, buscaram obter dos nativos informações sobre como chegar às jazidas. Nota-se que esses momentos foram aproveitados pelos nativos que, para manter os adventícios afastados de seus territórios, alimentavam os mitos europeus com “estórias” que contavam aos colonizadores. (Cf. capítulo 2).

Segundo Sarmiento (PARES, 1536; cf. VARNHAGEN, 1975, t.I, p. 205-206), na terra dos “pitigares” os portugueses souberam de um navio castelhano que tinha por destino o rio da Prata e que ao se perder na região, os que haviam saído em terra, foram “comidos” pelos nativos. Assim, após o malogro no Rio Grande do Norte, a armada seguiu em busca da serra e província do Maranhão, onde havia o ouro, conforme os intérpretes informaram (“todos os certificaram”). Assim, abandonaram o primeiro lote das capitanias de João de Barros e Aires da Cunha, e seguiram para o lote que pertencia a Fernando Álvares.

Percorreram as costas do que hoje corresponde ao litoral do Ceará e Piauí e, nas proximidades da atual Baía de São José, a nau capitânia soçobrou, vindo a falecer Aires da

Cunha. Os sobreviventes desembarcaram na Ilha do Maranhão (São Luís), sendo bem recebidos pelos indígenas locais.

A falta de mais informações, a ênfase no episódio da morte de Aires da Cunha e as conseqüentes vicissitudes passadas pelos expedicionários, no retorno a Portugal, obscureceram, na historiografia (ABREU, 1960, p. 63; FAUSTO, 2007; HEMMING, 2007, p. 129; PRADO, 2003, p. 120), o fato de que os portugueses ainda se mantiveram por dois anos na região, tendo estabelecido, inclusive, uma “fortaleza”.



**Mapa 9. Detalhe da *Carta nueva em que se contiene todo lo que del mundo se ha descubierto...* de Diogo Ribeiro, 1529.**

recebido bem os adventícios, diferente do que acontecera com Pinzón, visto que, depois de alguns anos, provavelmente já vinham contatando com os estrangeiros, e já negociavam com eles. Os lusos, portanto, não batizaram o lugar, somente traduziram o topônimo para o português.

Segundo a missiva coetânea do embaixador Sarmiento (PARES, 1536; cf. VARNHAGEN, 1975, t.I, p. 206), os portugueses batizaram a ilha de Trindade e começaram a edificar um “castillo” e um “lugar” ao qual chamaram de Nazaré. O nome *Trenidad* já aparecia no mapa do cartógrafo português, a serviço da Coroa Espanhola, Diogo Ribeiro, de 1529 e, antes, no mapa de Turim de 1513 (VARNHAGEN, 1975, t.1, p. 194, em nota). Essa é mais uma evidência de que o lugar que já havia sido anteriormente batizado pelos espanhóis, vinha sendo frequentado pelos europeus.

Talvez daí resulte que os indígenas, à época da chegada da armada dos donatários, tenham

Simão Estácio da Silveira informou, em 1624 (RIC, t. XIX, 1905, p. 131), que a gente que escapara do naufrágio de 1535 construíra na ilha do Boqueirão uma fortaleza, da qual ainda se encontravam vestígios de “*pedras brancas de Alcântara*”<sup>242</sup>.

Poucos detalhes a mais sobre essa primeira tentativa portuguesa de colonização da Costa Leste-Oeste encontram-se em Gândavo ([1575] 1858, p. 6-7, grifos nossos), que na sua *História sobre a Terra de Santa Cruz*, após discorrer sobre o rio Amazonas, passa a falar do golfo do Maranhão:

[...] Outro mui grande [rio] cincoenta legoas deste pera Oriente sae tambem ao Norte, a que chamam rio do Maranhão. Tem dentro muitas Ilhas, e *huma no meyo da barra que està povoada de gentio*, ao longo da qual podem surgir quaesquer embarcações. Terà este rio sete legoas de boca pela qual entra tanta abundancia de agoa salgada, que dahi cincoenta legoas pelo sertoão dentro, he nem mais nem menos como um braço de mar até onde se pode navegar per entre as Ilhas sem nenhum impedimento. Aqui se metem dous rios nelle que vem do sertoão, per hum dos quaes *entrarão alguns Portuguezes quando foi do descobrimento que foram fazer no anno de 35, e navegaram por elle a cima duzentas e cincoenta legoas até que nam poderão ir mais por deante por causa da agoa ser pouca*, e o rio se ir estreitando de maneira que nam podiam já por elle caber as embarcações. Do outro nam descobrirão cousa alguma e assi se não sabe atégora donde procedem ambos.

Do gentio e deste primeiro episódio de conquista, Gândavo não falou mais nada, porém, ao afirmar que na barra do Maranhão podiam aportar quaisquer embarcações, sem fazer menção à ferocidade dos indígenas, pode-se crer que a informação do embaixador Sarmiento, sobre a boa recepção indígena, seja procedente.

Em capítulo posterior, quando discorre mais especificamente sobre os indígenas, Gândavo ([1575] 1858, p. 62) afirma não se estender sobre os hábitos dos tapuias do Maranhão, porque seu objetivo era tratar dos índios que eram mais “gerais” pela costa, e que tinham comunicação com os portugueses, daí o motivo de Gândavo, segundo suas próprias palavras, não se deter em “particularisar” [sic] sobre os ritos destes tapuias e de outras nações diferentes que havia no Brasil, pois seu propósito era construir uma história “verdadeira”, o que não seria possível a partir de poucas notícias ou, porventura, falsas informações.

---

<sup>242</sup>Berredo ([1749] 1988, p. 36) contesta a informação afirmando que, à época, não havia vestígios, nem tradição alguma sobre tal fortaleza nem na ilha Boqueirão, nem em Alcântara ou São Luís. Entretanto, o Padre José de Moraes (1987, p. 22), da Companhia de Jesus o contradiz, afirmando, em 1759, que no lugar à época chamado de Boqueirão “[...] se descobriram depois de muitos anos alguns vestígios de fortificação e pedras de cantaria, que se acham e as não há em todo o Estado junto da qual pelo decurso do tempo erigiram os religiosos Carmelitas Calçados uma pequena ermida [...]”.

Mais uma vez chega-se ao problema da falta de informações sobre a região, que atingia, inclusive, os cronistas da época. Se os expedicionários, que se mantiveram junto aos indígenas do Maranhão não puderam fornecer informações, pois segundo o embaixador Sarmiento (PARES, 1536)<sup>243</sup>, tudo sobre a viagem e a permanência dos portugueses no Maranhão corria secretamente, como ter notícias seguras sobre o que aconteceu por lá? Assim, deve-se sublinhar que o sigilo estendeu-se não apenas sobre a armada, mas também sobre a presença portuguesa na região, sobre os acontecimentos ocorridos durante esta incursão portuguesa na costa e sertão adentro. Assim, ficou-se sem saber o porquê de um investimento tão alto não ter dado certo.

Gândavo, obviamente mais do que preocupado com informações falsas, estava imbuído em construir uma imagem da Terra de Santa Cruz, de modo a incentivar a imigração e os investimentos portugueses (CUNHA, 1990; RAMINELLI, 2008), por isso não se interessou, como ele próprio afirmou, em descrever os indígenas do Maranhão e de outras regiões.

Chama a atenção, no seu relato, a menção à falta de “comunicação” entre os portugueses e os indígenas, subentendendo-se que essa “comunicação” significaria algum tipo de relação colonizadora. Na sua *História da Província de Santa Cruz*, de 1575, ao citar as povoações portuguesas na Província, não faz nenhuma menção a povoações na costa norte, simplesmente porque a costa norte ainda estava à margem da colonização, e apesar da presença de portugueses e outros europeus, como se verá adiante, em contato e negociando com os nativos, a então chamada Costa Leste-Oeste ainda era, ao tempo do relato de Gândavo (1575), espaço indígena. Com certeza o “lugar” e “fortaleza” erigidos no Maranhão estavam mais próximos de serem caracterizados como uma feitoria do que como um núcleo colonizador<sup>244</sup>.

Como coloca Boccara (2005, p. 31-35), em relação às classificações coloniais, era necessário, no discurso proselitista de Gândavo, estabelecer as fronteiras entre os índios que tinham comunicação com os portugueses, ou seja, que estariam no espaço passível de ser civilizado, e os gentios que ainda eram selvagens, os quais possuíam ritos “ainda mais

<sup>243</sup>“[...] la armada que queda alla muy secretamente y aca esta muy escondido esto [...]” (Archivo General de Indias. ES.41091.AGI/1.16403.15.1121//INDIFERENTE, 1092, N.153 – *Carta de Luis Sarmiento a Su Majestad*. Evora, 15 jul. 1536). (Cf. VARNHAGEN, 1975, t.I, p. 205).

<sup>244</sup>Ronaldo Vainfas (2001, p. 223-224) salienta que a feitoria não apenas correspondia aos locais de trato do pau-brasil, era “[...] antes, uma instituição que desempenhou importantes e múltiplos papéis [...]”, e além do papel comercial possuía funções diplomáticas e militares em relação a indígenas e corsários. Pensamos que o “lugar” a que se referiu o embaixador Sarmiento, tenha servido mais a estas tarefas e, conforme será visto adiante, não conseguira se estabelecer enquanto “povoação” mais duradora.

diabólicos”, dos quais não interessava falar, já que eles estavam além do espaço colonial e, portanto, não interessavam aos seus objetivos.

Apesar das poucas informações, da falta de “comunicação” conforme colocara Gândavo, a segunda missiva do embaixador Sarmiento (PARES, 1536), escrita a partir da misteriosa carta que vira de um dos pilotos da expedição que fora ao Maranhão, realmente dá a entender que os portugueses não encontraram resistência dos nativos, pois o mesmo afirmou que os tripulantes das quatro naus e cinco caravelas, que haviam chegado ao Maranhão (uma nau a menos devido ao naufrágio da capitânia de Aires da Cunha) em março de 1536, foram bem recebidos pela gente que ali habitava e que estavam “[...] muito alegres [...]” com as notícias de que, navegando rio adentro, encontrariam ouro. O caráter sigiloso da informação, reforçado pelo embaixador, leva a crer na veracidade do fato, até porque, naquele momento, o que importava aos espanhóis não era *como* os portugueses se encontravam na região, mas por *onde* eles poderiam ir, ou seja, se estavam invadindo os limites impostos pelo Tratado de Tordesilhas.<sup>245</sup>

Se os adventícios conseguiram estabelecer-se na ilha de São Luís e ainda penetrar duzentas e cinquenta léguas, navegando um dos rios que desemboca no golfo do Maranhão, obviamente à procura da tal serra de ouro, é lícito supor que os nativos, se ofereceram resistência, não foi suficiente para abortar, em princípio, a expedição.<sup>246</sup>

Como se era de esperar, porém, de tamanha armada que procurava “povoar” um espaço já ocupado, e encontrar uma serra de ouro inexistente na região, as pazes iniciais com os índios foram breves e as relações tornaram-se mais complexas, à medida que os europeus procuravam concretizar seus objetivos colonialistas, dentre os quais, estava o apresamento de escravos, expressamente citado na *Carta de Doação da Capitania*.<sup>247</sup>

---

<sup>245</sup>Fragmento da *Carta de Luis Sarmiento* (Évora, 15 jul. 1536): “[...] aquella armada fue a dar al rio Marañon y saltaron en una isla junto al rio y dizen que fueron bien rescividos de la gente que allí avitava y pusieronle nombre a la dicha isla de la Trenidad y empeçaron a hedeficar un lugar y castillo y pusieron nombre aquel lugar Nazaren. Escriue que los mïesmos de aquella certefican que ochenta leguas de allí por el rio del Marañon arriba a infinito oro// llegaron allí los portugueses con su armada en este mes de março pasado llegaron nueve nabios en que eran quatro naos y cinco carabelas, las que allí arribaron aca tiene esto en mucho y están muy alegres con esta nueva y piensan que nadie lo saue y tiene los mas encubierto que pueden se esto es cosa que toca o no perjuizo de la marcación de esos reynos yo no lo se.” (PARES, 1536; cf. VARNHAGEN, 1975, t.1, p. 205-206).

<sup>246</sup>Lembra-se, que nesta mesma obra, Gândavo ([1575] 1858) informa sobre os índios da banda ocidental do rio Maranhão como Tapuyas, dos quais apenas afirma serem da mesma nação dos Aimorés e descreve o endocanibalismo funerário praticado por eles (cf. capítulo 1). Como também já foi abordado, Gabriel Soares de Sousa ([1587] 1971, p. 44-28) afirma, alguns anos depois, que da banda leste do rio Amazonas até o rio Jaguaribe (fronteira com os potiguares no Ceará) toda a costa é povoada por tapuias, segundo ele “[...] gente mais branda e mais tratável e doméstica que o mais gentio que há na costa do Brasil [...]”.

<sup>247</sup>Vide documento nos anexos.

Varnhagen (1975, t.1, p. 195-196), ao que tudo indica, apoiado em documentos espanhóis, dos quais especifica apenas um, afirma que os índios não tardaram a

[...] levantar-se, queimando e destruindo as plantações e sementeiras, e chegando a pôr em apertado sítio a povoação de Nazaré, a tomar-lhe a água das fontes de beber; de modo que ficaram constrangidos a ir embarcados em busca desta e do necessário alimento, que se reduzia a palmitos, a algum peixe e caça, que conseguiam obter, e alguns frutos selvagens. – Por fim, vendo-se nos últimos apuros, e havendo já perdido muita gente, se resolveram embarcar e a deixar de todo a terra.

Varnhagen cita uma “Carta de Porto Rico, de novembro desse ano” (1538), como sua fonte para afirmar que alguns dos expedicionários do Maranhão conseguiram regressar diretamente a Portugal, e outra parte, em três caravelões, com muitos colonos e cerca de duzentos índios (dos quais não especifica a condição, mas, provavelmente, a maioria deveria ser de escravos), foram bater nas Antilhas, para onde era comum desgarrarem-se as embarcações que se aventuravam na Costa Leste-Oeste e tentavam retornar à Europa.<sup>248</sup>

Apesar do Visconde de Porto Seguro não citar, neste caso, convenientemente, suas fontes, de misturar essa expedição com a posterior, ao afirmar que os filhos de João de Barros iam na armada, e ainda possuir sobre os indígenas, uma opinião na maioria das vezes degradante, acusando-os, quase sempre, de selvageria (VAINFAS, 1999, p. 2-3), é perfeitamente provável que os nativos, depois de quase dois anos de tentativas de colonização, tenham-se desentendido com os portugueses nos seus territórios. Caso contrário, pelo menos algum núcleo de colonização, além dos citados vestígios das pedras de Alcântara em Nazaré, teria permanecido por lá.

Como propõe Boccara (2005, p. 38-42), há de se pensar nas “dinâmicas interculturais nas zonas fronteiriças” e no “reverso da fronteira”, em como os indígenas souberam aproveitar-se das fragilidades que estes europeus apresentaram em território ignoto, longínquo das outras zonas coloniais e próximo da presença constante de outros europeus, como franceses, ingleses, espanhóis e holandeses. Dessa forma, os desentendimentos com os indígenas não necessariamente significaram guerras ou conflitos, mas também poderiam significar falta de apoio.

---

<sup>248</sup>Capistrano de Abreu, em nota à *História Geral do Brasil de Varnhagen* (1975, t.1, p. 196) cita Oviedo ([ca. 1557], p.II, 1852, p. 115), o qual discorre sobre uns portugueses perdidos, que teriam chegado a Santo Domingos no ano de 1539. Esses portugueses citados por Oviedo, contudo, pela localização que o cronista dá e pela referência a um rio *Sanct Alexo*, vinham de alguma feitoria estabelecida no que corresponderia atualmente ao Rio Grande do Norte, segundo pudemos apurar no Mapa de Diego Gutierrez (1562).

O que realmente aconteceu para os colonizadores irem embora? É uma pergunta que talvez nunca se encontre resposta: se foram os próprios índios da costa, se foram os índios do sertão, se foram todos juntos que expulsaram os colonizadores, são apenas proposições. Há de se pensar, além das tensas relações geradas pelos processos de colonização, no próprio fracasso dos objetivos propostos pela expedição de encontrar as minas de ouro, e na manutenção dos colonos em uma região tão desligada da Terra do Brasil, já que a navegação no sentido contrário aos ventos e correntes, tornava muito difícil, para o tipo de embarcação e conhecimento náutico da época, a comunicação do Maranhão com as outras capitanias.

Sem dúvida, os projetos dos colonizadores, em algum momento, geraram conflitos e dissensões entre os indígenas. Como coloca Pacheco de Oliveira (2004, p. 22), “[...] um fato histórico – a presença colonial [...]” é pivô de importantes transformações nas relações entre as sociedades indígenas entre si, com seus territórios e nas suas próprias sociabilidades. As primeiras relações entre indígenas e adventícios, permeadas pelo escambo, quando os europeus necessitavam amplamente dos nativos para adentrarem no território, são bastante diferentes das relações que se impõem a partir de um processo civilizador. Assim, os índios, que primeiro receberam bem os adventícios, dependendo das circunstâncias históricas, podem ser os mesmos que depois os expulsaram de seus territórios, ou pararam de lhes fornecer mantimentos, apoio logístico e até homens para enfrentamento com os outros estrangeiros (com os quais os índios também poderiam se aliar).

Pela falta de informações, cai-se no nível das possibilidades, que são várias, dentro da complexa e dinâmica conjuntura histórica de uma região habitada por diferentes grupos nativos e frequentada por europeus em busca de ouro e prata, atiçados pelas notícias das jazidas do Peru e pela proximidade da Costa de Paria, rica em pérolas.

Deve-se crer, também, que em dois anos de estada na região do Maranhão, houve, entre os indígenas e os portugueses, relações amistosas que tanto geraram a adoção dos adventícios, por parte de alguns grupos indígenas (caso comum nos processos de colonização, cujos exemplos não faltam, como Caramuru, João Ramalho e Martim Soares Moreno), deixando descendentes; como também se deve considerar que certos produtos ocidentais (quer mercadorias, quer conhecimentos) foram objeto de negociação, na manutenção das relações entre os nativos e os europeus. Duarte Coelho, donatário da Capitania de Pernambuco, em carta de vinte e sete de abril de 1542 (HCPB, 1921-1926, p.209), afirmou que no Maranhão se perderam setecentos homens, entretanto, quantos destes homens, não se perderam (no sentido de morrer) e, sim, ficaram, estabeleceram-se e passaram a viver entre os indígenas?

Enfim, a expedição dos donatários, que partira em 1535 e que chegara em 1536, com fim de ocupação da ilha do Maranhão e exploração no sertão, não passou de uma tentativa fracassada de colonização, que deve ter esbarrado em vários obstáculos. A medida da receptividade nativa, as negociações efetuadas entre indígenas e adventícios e a história desses contatos, contudo, ficaram perdidas, pois não houve nenhum cronista que revelasse os pormenores. Se houve, ficou, como disse o embaixador castelhano Sarmiento, tudo encoberto.

Ao se retroceder no tempo dos primeiros contatos realizados na Costa Leste-Oeste pelos espanhóis, em 1500, observa-se, que no espaço de trinta e seis anos, as notícias sobre as relações entre os habitantes da região e os adventícios alteraram-se. Enquanto Pinzón e Lepe, em 1500, encontraram gente nada disposta a entabular contatos, quando então os nativos se esconderam e atacaram os europeus, vê-se que a recepção aos donatários, em 1536, foi diferente: os nativos receberam bem os adventícios.

Trinta e seis anos se passaram e, nesse meio tempo, quantos adventícios tocaram as suas praias? Quantas mortes ocorreram dos dois lados? *Quando* foram seduzidos pelos artefatos europeus? Depois de quantas tentativas e se dispuseram à negociação? Os grupos indígenas da costa norte, como agentes de suas próprias histórias, e em virtude das demandas impostas pelas diferentes circunstâncias (portugueses reconhecendo suas terras, espanhóis procurando suas pérolas, piratas e flibusteiros procurando riquezas no Novo Mundo) transformaram suas relações com o *outro* e, assim, dos indômitos canibais cartografados por Cantino (1502) metamorfosearam-se (ALMEIDA, 2001) nos tapuias, “[...] gente mais branda e mais tratável e doméstica [...]” de Gabriel Soares de Sousa ([1587], 1971, p. 44).

Poder-se-ia pensar em fuga, migrações e em outras populações vivendo à beira-mar, mas conforme foi exposto no capítulo 1, e como se verá em documentos posteriores, parece que as populações da beira-mar da Costa Leste-Oeste, *mudando* o jeito de lidar com os de fora, *permaneceram* em seus territórios, vivendo da pesca ainda, como diziam os cronistas antigos, percorrendo a costa como *alarves*, mas agora negociando com os europeus.

### 3.3 *Segundas intenções: ouro e colonização*

Na década de 1550, o navegador Luís de Melo da Silva explorava as costas brasileiras e chegando às proximidades do litoral setentrional, sua caravela desgarrou-se ao regime dos ventos e correntes, e o fez chegar ao Maranhão, onde, segundo Frei Vicente do Salvador

([1627] 1889, p. 39), “[...] se contentou muito, e tomou língua do gentio [...]”. Do Maranhão, também em virtude do regime marítimo na região, foi parar na ilha de Margarita. Lá se encontrou com alguns dos expedicionários de Orellana, que lhe contaram das proezas e maravilhas da recente “descoberta” do caminho do Peru ao Atlântico, pelo rio Amazonas (1541-1542).<sup>249</sup>

Depois das descrições das riquezas encontradas na Amazônia e em virtude da proximidade da capitania do Maranhão a esta região, Luís de Melo pôs-se às diligências necessárias para explorar terra adentro, no intuito de encontrar o legendário ouro do Maranhão. Pediu licença ao rei, conforme informa Gabriel Soares de Sousa ([1587] 1971, p. 44-45), para explorar a região, à procura de ouro e prata. Simão Estácio da Silveira ([1624] 1905, p. 130) e Frei Vicente do Salvador ([1627] 1889, p. 39) também afirmam que Luís de Melo obtivera licença para conquistar e povoar a capitania.<sup>250</sup>

Segundo Pompeu Sobrinho (1980, p. 103), com o apoio do monarca, Luís de Melo lançou-se na empresa com três naus e duas caravelas, no ano de 1554<sup>251</sup>. Baião (1932, p. XLIII) afirma que o navegador deixou Lisboa com trezentos homens a pé e cinquenta a cavalo e muitas mulheres, o que realmente condiz com a intenção de colonizar. A frota, contudo, perdeu-se nos baixios do golfo do Maranhão, os quais foram responsáveis por muitos naufrágios na região.

Frei Vicente do Salvador ([1627] 1889, p. 39) afirmou, sobre essa expedição de Luís de Melo: “[...] morreu a maior parte da gente que levava, escapando só ele com alguns em uma caravela, que ficou fora do perigo, e 18 homens em um batel, que foi ter à ilha de Santo Domingo, dos quais foi um meu pai [...]”.

Assim terminou mais uma tentativa frustrada de exploração portuguesa no Maranhão, com narrativas que não se referem aos indígenas. Talvez nesta abordagem de Luís de Melo,

---

<sup>249</sup>O texto de Frei Vicente Salvador de 1627 (1889, p. 39), em muito se assemelha ao de Gabriel Soares de Sousa, de 1587 (1971, p. 44-45). Ambos afirmam que Luís de Melo “filho do alcaide-mor de Elvas” aventurava-se pelas costas brasileiras, e que se “desgarrrou” no Maranhão. Gabriel Soares de Sousa (1587), contudo, afirma que Luís de Melo teria ainda entrado no Amazonas, onde teria tomado “[...] língua do gentio de cuja fertilidade ficou muito satisfeito [...]” e daí teria alcançado Margarita. Frei Vicente Salvador não se refere ao Amazonas, como também não o faz Simão Estácio da Silveira, antes dele em 1624 (1905, p. 130). O franciscano, apesar de sua obra ser posterior à de Sousa, tem a seu favor o fato de seu próprio pai ter participado da expedição de Luís de Melo ao Maranhão, sendo um dos tripulantes que havia conseguido escapar do naufrágio chegando a Santo Domingos. Um documento expedido pelo filho de João de Barros, como se verá à frente, deixa claro que Luís de Melo estivera no Maranhão, mesmo.

<sup>250</sup>Não se sabe como se concretizou essa licença já que as capitanias da região do Maranhão pertenciam a Fernando Álvares de Andrade e João de Barros, talvez mediante desistência dos outros donatários ou compra, o rei tenha concedido algumas léguas a Luís de Melo, visto que, em documentos posteriores nota-se a redução das léguas da capitania do Maranhão pertencentes a João de Barros. (DIJB, 1917).

<sup>251</sup>O autor baseia-se em um mapa espanhol, do qual não faz referência, encontrado no primeiro *Atlas* publicado pelo Barão do Rio Branco.

não tenha havido atrito entre ele e os nativos, caso contrário não iria passar despercebido para os cronistas. Anos depois, como será visto adiante, serão encontrados, no Maranhão, alguns dos expedicionários de Luís de Melo, vivendo entre os indígenas.

Diante das esperanças retomadas de encontrar ouro na região, o próprio João de Barros resolve novamente investir na colonização de suas capitanias. Sem cabedal suficiente, obteve auxílio financeiro de Sua Majestade e enviou, em 1556, nova frota ao Maranhão. Quem fornece mais notícias sobre essa expedição é a família do cronista, através de cartas pedindo mercês pelos serviços prestados, e pelos gastos realizados por João de Barros, nas tentativas de colonização de suas capitanias no Brasil. (DIJB, 1917).

Em cinco de março de 1561, há um Alvará Régio registrado nos livros da Casa da Índia (DIJB, 1917, p. 94-95, grifos nossos)<sup>252</sup>, que informa sobre o envio da expedição:

*Eu ell Rey faço saber A quantos este meu allvará virem q João de Barros feitor das casas da India e Mina me enviou dizer que ell Rey meu senhor e avo que santa gloria aja lhe fez merce de huma capitania na costa do Brazill nas terras de Sãota Cruz honde se chamam os Pitigares pera onde fez hua armada averaa vinte anos em que despeneo muito de sua fazenda e averaa cinco que mandou outra em que forão dous filhos seus a povoar a dita terra o que não ouve effeito por os gentios della estarem escandilizados asy dos moradores das outras capitancias como de pessoas deste reyno que vão a dita capitania fazer saltos e roubos cativando os jintios da terra e fazendo lhes outros insultos de maneira que querendo seus filhos tomar um posto na dita sua capitania pera se proverem do necessareo por os ditos jintios estarem escandilizados e de pouco tempo estavam salteados de jente portuguesa lhe matarão hum linguo com outro homem e lhe feryrão outros e trabalharão pellos matarem a todos por se vingarem dos malles e danos que tinham recebidos de navios que no dito porto lhe tinham feitos saltos [...]*

Apesar de o alvará referir-se principalmente à terra dos “Pitigares”, que corresponderia ao primeiro lote da capitania de João de Barros e do falecido Aires da Cunha, outros documentos deixam claro que os filhos de João de Barros tentaram realizar a empresa de colonização na outra parte de suas capitanias, no segundo lote mais ao oeste, no Maranhão (DIJB, 1917):

*O dito Jeronimo de Barros servio na conquista da capitania do ditto seu pay e para esse effeito andou pela costa do Brazil nos contornos do Rio Maranhão mais de cinco annos contínuos, fazendo muitos serviços e passando muitos trabalhos, e o dito João de Barros [irmão] o acompanhou nesta jornada [...]*<sup>253</sup>

---

<sup>252</sup> Compilado por Baião dos Arquivos da Torre do Tombo, doc. n. 12 (DIJB, 1917, p. 94-95). Documento nos anexos.

[...] It. Meu irmão João de Barros e eu em tempo Del Rei Dom João o 3º fomos por seu mandado ao Rio Marenham com hua armada ao descobrir o dito rio e costa pellas esperanças que avia grande resgate douro e descobrimos mais de quinhentas legoas de costa e entramos assi o rio Marenhã como muitos grandes e notáveis e resgatamos alguns homees que nella andavam dos que se perderã cõ Loys de Melo no que passamos muitos trabalhos de guerra com os francezes e com o gentio da terra e fomos e povoamos em trees partes no que gastamos perto de cinco annos sustentando tudo sempre a custa de meu pay até gastar quanto tinha e fizemos muito serviço a el Rei como darei conta se me for preguntado [...].<sup>254</sup>

Nos documentos transcritos por Baião, pode-se observar que João de Barros, mesmo fracassando nas primeiras tentativas de colonização, ainda possuía os dois lotes das suas capitanias, um na terra dos “Pitigares” (potiguares) e outro na região do Maranhão.

O primeiro lote, dos “Pitigares”, vizinho à capitania de Itamaracá, fora confiado a um procurador, Antônio Pinheiro, o qual teve que resolver muitos problemas com um dos donatários vizinhos, como fica exposto na *Certidão referente a uma questão por causa dos limites da capitania de João de Barros, no Brasil* de 1564 (DIJB, 1917, p. 140-149)<sup>255</sup>. Esta parte das capitanias, situada em território dos potiguares, sofreu diversos problemas em virtude dos avanços do capitão João Golçalvez a serviço de dona Isabel de Gamboa, à época responsável pela capitania de Itamaracá, após a morte de Pero Coelho de Sousa. Segundo o requerimento do procurador de João de Barros, Antonio Pinheiro, o capitão João Gonçalves “devassava” a capitania de João de Barros e dava licença para que muitas pessoas fossem “resgatar” na capitania, sem autorização do donatário. O documento também cita os danos causados a Martim Ferreira, que detinha o arrendamento do Porto de Búzios<sup>256</sup>, pertencente a João de Barros, o qual comprara de Pero Góis. Os problemas relatados na *Certidão* informam, assim, sobre o primeiro lote das capitanias de João de Barros, que era devassado pelos seus vizinhos, sem sua autorização. O inquérito fora enviado ao Reino, o que leva a concluir que o Alvará Régio de 1561, possa ter vindo, justamente, em resposta a este e outros reclames do

<sup>253</sup>Doc. n. 52 – *Minuta duma petição dum neto de João de Barros, alegando os seus serviços – Serviços de Jerônimo de Barros, João de Barros e Diogo de Barros, irmãos, e tios seus, filhos do dito João de Barros* (DIJB, 1917, p. 124).

<sup>254</sup>Doc. n. 44 – *Minutas de petições de Jerônimo de Barros* (DIJB, 1917, p. 151). O documento foi transcrito sem data, mas como ele também cita a campanha realizada pelos irmãos Barros na Índia em 1575, sabemos que o documento é de 1575 ou ano posterior.

<sup>255</sup>Parte do documento nos anexos.

<sup>256</sup>Na *Certidão* é citado o nome indígena do lugar: “pyramgype”. Hoje, há no Rio Grande do Norte, próximo aos municípios de Pirangi do Norte e Pirangi do Sul, uma Ponta dos Búzios. Provavelmente o topônimo sobreviveu ao longo dos anos. Devemos destacar que na *Certidão* se informa que no local eram buscados búzios, os quais se transformaram em moeda de troca, inclusive para aqueles que realmente tinham licença para ir resgatar na região, que pagavam o arrendamento em búzios e escravos.

donatário, e assim El-Rei, deferindo o seu pedido, proibia que qualquer pessoa fosse à capitania, sem licença de João de Barros, e ainda resolvia (DIJB, 1913, p. 94-95):

[...] avendo respeito ao que asy diz e aa informação do que do dito caso se ouve em minha fazenda e dilligencias que sobre isso se fizerão Ey por bem que daquy e diante pesoa allgua não vaa de hua capitania a outra resguatar com os jintios da terra e somente fação seus resgates com os moradores dos lugares povoados por meus vasalos E ysto posto que o dito João de Barros não tenha feito povoação alguua nas terras da dita capitania [...]

Verifica-se que na capitania, apesar dos roubos, assaltos e escravização dos gentios, ainda havia comércio entre os indígenas e os moradores de outras zonas, ocupadas pelos portugueses (além de franceses que também estavam inseridos na região). Isso demonstra a pluralidade das relações, além de sugerir uma diversidade de grupos nativos, os quais se relacionariam de maneira diversa com os europeus. Whitehead (1993, p. 286-287) chama atenção para o agenciamento nativo, em áreas de ocupação múltipla europeia. A presença de portugueses e franceses, buscando assumir pontos de controle de comércio com os índios, além das disputas entre os próprios portugueses, foram aproveitadas pelos indígenas nas suas relações políticas com estes *outros*, que ingressavam em seus territórios.

Para dirimir os conflitos e também para não perder o controle da situação, a Coroa, a pedido do donatário, proibia, assim, o comércio onde não houvesse povoações portuguesas. Neste caso, estavam proibidos os resgates, na capitania não povoada de João de Barros, sem sua expressa autorização.

É importante sublinhar que os portugueses, depois de mais de vinte anos e apesar do intenso comércio com os indígenas, não haviam conseguido fazer povoação neste primeiro lote das capitanias de João de Barros, até porque a capitania era constantemente “devassada” pelos próprios portugueses, de outras capitanias, que não só comercializavam com os indígenas, como os roubavam e escravizavam. Talvez o que mais tenha concorrido para a não efetivação do povoamento português, tenha sido o agenciamento dos nativos, não apenas porque estavam “escandalizados” pelos roubos e assaltos, mas porque não permitiram a instalação dos europeus em uma área na qual realizavam franco comércio.

Apesar dos esforços de cinco anos, o mesmo ocorreu no estabelecimento no Maranhão.

Jerônimo e João de Barros partiram com a armada de 1556. Ao que indica o Alvará Régio de 1561 (DIJB, 1917, p. 94- 95), os filhos de João de Barros procuraram aportar em algum ponto do primeiro lote de suas capitanias (“[...] tomar um posto na dita sua capitania pera se proverem do necessario [...]”), mas não conseguiram. Informa Gabriel Soares de

Sousa em 1587 (1971, p. 51) que os potiguares mataram muita gente dessa armada, na altura de um “rio Pequeno”<sup>257</sup>, que seria o mesmo ou outro ponto de aportada dos expedicionários na terra dos potiguares citado pelo Alvará, antes de se dirigirem ao Maranhão.

O Maranhão era realmente o destino almejado, pois o donatário e seus filhos ainda possuíam esperanças “[...] de grande resgate douro [...]” na capitania, segundo afirma o próprio Jerônimo de Barros (DIJB, 1917, p. 151)<sup>258</sup>. Era necessário, porém, que se estabelecessem pontos intermediários entre as duas capitanias para facilitar a comunicação e o pretendido “povoamento”<sup>259</sup>. Assim, exploraram mais de quinhentas léguas de costa, e ao chegarem ao golfo do Maranhão penetraram rio adentro. Neste percurso, encontraram alguns dos homens que haviam ido ao Maranhão em 1554 com Luís de Melo. Ou seja, se alguns homens de Luís de Melo viveram por cerca de dois anos junto aos nativos do Maranhão, até que os filhos de João de Barros os resgatassem (DIJB, 1917, p. 151)<sup>260</sup>, se pode deduzir que as relações entre eles e os nativos não eram inamistosas.<sup>261</sup>

Não há informações detalhadas, mas os portugueses devem ter constituído uma grande armada, visto que Jerônimo de Barros diz que entraram no rio Maranhão, como muito “grandes e notáveis” e conseguiram, mesmo diante das adversidades, povoar três regiões distintas, segundo ele, através de seus próprios custos. (DIJB, 1917, p. 151)<sup>262</sup>.

Baião (1932, p. XLI) diz de um manuscrito espanhol, que informa que os portugueses haviam feito uma fortaleza na ilha do Maranhão (São Luís), outra na confluência de dois rios e mais uma num ponto que supõe ser o rio Pindaré, um dos principais afluentes do rio Mearim, que deságua no golfo maranhense<sup>263</sup>. Uma destas fortalezas, provavelmente, teria sido feita sobre a antiga povoação de Nazaré, erguida durante a expedição que chegara ao Maranhão, em 1536.

<sup>257</sup>Thomás Pompeu Sobrinho (1980) acredita que este “rio Pequeno” possa ser o atual Ceará Mirim (RN).

<sup>258</sup>Doc. n. 44 – *Minutas de petições de Jeronimo de Barros*.

<sup>259</sup>Em trabalhos anteriores, analisamos a questão do “povoamento” (BORGES, 2004; 2006), de como o espaço indígena foi entendido como espaço da barbárie, portanto, como não-lugar. No capítulo 1 deste trabalho, citamos Balée (2008) e Dannenmaier (2008), que afirmam que as terras indígenas foram consideradas terra *nullius* pelos europeus, desconsiderando, assim sua ocupação do território, daí as insistentes referências ao “povoamento” de regiões já habitadas pelos nativos.

<sup>260</sup>Doc. n. 44 – *Minutas de petições de Jeronimo de Barros*.

<sup>261</sup>Em geral, os “tapuias” da costa norte e sertão próximo, não possuíam o costume de fazer cativos, como os tupis, para a realização de antropofagia ritual. Pensamos que, como informou Gabriel Soares de Sousa (como se verá a mais frente) sobre o bom tratamento dos índios da costa norte, a outros naufragos, nessa época, o mesmo deve ter acontecido com os tripulantes de Luís de Melo. No século XVII, as notícias de naufragos nesta costa, vão se inverter: veremos que os indígenas se comportarão de forma diversa.

<sup>262</sup>Ibidem.

<sup>263</sup>O autor introduz esta informação na parte em que discorre sobre a expedição de 1535, entretanto, como não faz referência a nenhuma data, e Jerônimo de Barros informa das três povoações que fizera no tempo que estivera no Maranhão, supomos que estas povoações são da expedição de 1556 e não da de 1535.

O mapa do holandês Joannes van Doetechum (apud GUEDES, 1975, t.II, p. 555), de 1585, ainda ilustra uma “Cidade de Nazaré”, na boca do golfo maranhense, assim como um “f. de S: Sebastian” ao longo do percurso do então cartografado rio Maranhão (hoje Mearim). A penetração portuguesa em 1556 alcançou, assim, além dos indígenas da costa, os indígenas do interior.

Gabriel Soares de Sousa ([1587] 1971, p. 45-46) informa que quando os filhos de João de Barros estiveram na ilha do Maranhão, a qual ele diz que se chamava “das Vacas”, “[...] fizeram pazes com o gentio tapuia, que tem povoado parte desta costa, e por este rio acima, onde mandavam resgatar mantimentos e outras coisas para remédio de sua mantença”. Dá notícias também, infelizmente sem fornecer datas, de um Sebastião Marinho, “[...] piloto da costa [...]”, que havia penetrado rio acima, em um caravelão e que a terra era toda povoada de gentios.

Jerônimo de Barros (DIJB, 1917, p. 151)<sup>264</sup>, entretanto, informou que os franceses se encontravam na região do Maranhão, com os quais travaram muitas guerras, assim como com os índios locais.<sup>265</sup>

Em princípio, pode parecer que o relato de Gabriel Soares se contradiz com a informação fornecida pelo próprio Jerônimo de Barros, contudo, as notícias contraditórias devem espelhar o mesmo que aconteceu com a expedição que chegou ao Maranhão, vinte anos antes: os expedicionários chegaram, conseguiram estabelecer-se na região, conseguiram, neste caso, formar três povoações, mas depois se desentenderam com os indígenas.

Simão Estácio da Silveira, na sua *Relação das Cousas do Maranhão* ([1624] RIC, t. XIX, 1905, p. 131), diz que quando os portugueses estavam no Maranhão os índios barbados os procuraram, dizendo-se descendentes dos “Perós”<sup>266</sup>, e que eles eram diferentes do “[...]”

<sup>264</sup>Doc. 44 – *Minutas de petições de Jerônimo de Barros*.

<sup>265</sup>Deve-se ressaltar que alguns anos depois, no início do século XVII, a presença francesa na costa norte, no Maranhão e no território que hoje corresponde ao Amapá e às Guianas vai ser mais intensa, ao ponto de estabelecerem colônias.

<sup>266</sup>Como o cronista afirma que os filhos de João de Barros estavam nessa comitiva, reforça-se o argumento de que tal episódio tenha ocorrido na segunda tentativa de colonização, em 1556, quando, realmente, os filhos de João de Barros faziam parte da expedição, e não na de 1535, conforme coloca o cronista, confusão da qual já fora propriamente falado anteriormente. O mais provável é que se houve esse contato entre os índios do médio Itapecuru, denominando-se descendentes dos portugueses, como afirma o cronista, tal encontro teria acontecido na segunda tentativa de colonização da capitania, quando os filhos de João de Barros permaneceram no Maranhão por quase cinco anos. O tempo entre a primeira expedição (chegada em 1536) e a segunda (1556) seria o suficiente para ter-se criado uma tradição de que tais índios seriam parentes dos “perós”, filhos das índias com os brancos da primeira expedição. Berredo ([1749] 1988, p. 36) “condena” a narrativa de Estácio da Silveira em relação à ascendência dos barbados, e afirma ser mais “crível” a “[...] continuada tradição de diferentes memórias [...]”, a qual afirma que dos primeiros portugueses que estiveram no Maranhão, teria ficado entre os nativos um chamado Pedro (Peró), que sendo ferreiro, havia alcançado fama entre os indígenas, produzindo instrumentos de ferro, a partir das ferragens dos navios que chegavam à

Gentio da terra, porque vivem em sobrados, comem pão de zaburro, e não usam da farinha de mandioca, nem de arcos e frechas, e por divisa criam barbas como os Portuguezes, e por isso os circunvizinhos os chamão de *Barbados*<sup>267</sup> [...]”. Segundo Estácio da Silveira quando os barbados souberam que os portugueses estavam no Maranhão “[...] trataram de os vir ver, e fazer as pazes com elles, e dizião que estes erão seus *Perós* desejados de que elles erão descendentes; e pelo menos erão filhos das Indias, e de alguns brancos que antes houverão antes de se consummirem nesta conquista [...]”.

Silveira fornece em sua narrativa, o reflexo das relações complexas existentes entre indígenas e colonizadores, em meados de Quinhentos no Maranhão. O cronista afirma que os mesmos gentios barbados, que foram fazer as pazes com os seus “desejados” *Perós*, seriam os prováveis responsáveis pelos desentendimentos com os colonos. Estácio da Silveira supõe que deve ter havido alguma “desordem” entre os filhos de João de Barros e os índios, que habitavam o sertão entre os rios Monin e Itapecuru, por onde os navegadores adentraram, à procura da tal serra de ouro.

Mais uma vez as informações sobre os indígenas são truncadas e muito concisas, sem falar nas misturas de datas que fazem os cronistas, as quais se repetem na historiografia. Não há como saber, com os documentos até então disponíveis, quais as relações dos índios da costa com esses expedicionários, de 1556.

As informações de Gabriel Soares de Sousa sobre as pazes realizadas com o “gentio tapuia” são, no entanto, procedentes, pois como os colonizadores haveriam de manter-se na região, por cinco anos consecutivos, sem obter mantimentos e outras necessidades através de trocas com os índios? Além do mais, o próprio Simão Estácio da Silva evidencia as contradições das relações entre nativos e adventícios, ao afirmar que, de início, os barbados ofereceram pazes e que só depois, provavelmente, entraram em conflito com os portugueses.

Pode-se recorrer à analogia, para se procurar entender o que tenha ocorrido na região. Hans Staden em 1557 (2007, p. 57) dá um exemplo. Dentro de tantos reveses passados junto com seus companheiros, Staden fala dos carijós de Santa Catarina, que acolheram a ele e aos

---

costa. Varnhagen (1975, t.I, p. 197) considera que um tal “*Pero Galego*” poderia já estar metido entre os nativos desde muito antes, daí o “*peró*” dos barbados, pois há referência de que tal personagem “[...] foi causa de uma alboroto destes, contra alguns colonos portugueses, estabelecido já por esta banda, antes de 1514 [...]”, o autor afirma ter encontrado tal referência na Carta de Estevão Fróis, deste mesmo ano.

<sup>267</sup>De acordo com Serafim Leite (1943, p. 146) os barbados são os “tapuias” *ubirajaras*. Ele os localiza, assim como informa Estácio da Silveira, nas proximidades do Itapecuru, e fala da tentativa frustrada de Antônio Vieira, de os converter ao cristianismo. Estão entre os indígenas que, desde meados do século XVII, se insurgiram contra os abusos dos colonizadores, nos conflitos genericamente denominados, no século XVIII, de “Guerra dos Bárbaros”. Foram “pacificados” em 1726, conforme “Carta Régia e Termo da Junta das Missões” de 30 de março de 1726 (apud LEITE, 1943, p. 152).

seus por cerca de dois anos e meio, quando perderam por duas vezes a nau que os levaria ao seu destino. Staden afirma que passaram muitas penúrias, tendo que comer lagartos, ratos e outros animais que lhes eram estranhos, e que os indígenas só lhes davam mantimentos enquanto recebiam presentes em troca.

É óbvio que o mesmo possa ter acontecido com os expedicionários do Maranhão e possa ter sido um motivo para a ocorrência de desentendimentos. A partir do momento que os europeus não tinham mais como fornecer objetos para efetuar as trocas com os nativos, não havia motivos para que estes continuassem alimentando, ajudando, aliando-se ou fornecendo ajuda de qualquer espécie para os adventícios. Como observado até aqui, as relações entre indígenas e europeus eram baseadas em negociações, realizadas de acordo com as circunstâncias históricas. Se da parte dos indígenas não havia consentimento político, cooperação militar ou fornecimento de víveres, não havia como os portugueses permanecerem no Maranhão. (Cf. Whitehead, 1993, p. 286).

Jerônimo de Barros deixa a entender que fora justamente a falta de recursos um dos principais problemas para realizar o “povoamento” na região, ao afirmar que ele e seu irmão gastaram: “[...] perto de cinco annos sustentando tudo sempre a custa de meu pay até gastar quanto tinha [...]” (DIJB, 1917, p. 151)<sup>268</sup>. Em outro documento, Jerônimo reforçava sobre o tempo que passara na capitania do Maranhão: “[...] ficou tam despezo que sem ajuda de V.A. não pode povoar [...]” (DIJB, 1917, p.151, p. 154)<sup>269</sup>.

Gabriel Soares de Sousa ([1587] 1971, p.51) também salientou a dificuldade de comunicação da povoação instalada na ilha do Maranhão, com as outras capitanias do Brasil, como causa dos muitos trabalhos passados pelos filhos de João de Barro e da desistência da ocupação: “[...] despovoaram e se vieram para êste Reino [...]”.

O mais plausível é, então, pensar mais uma vez, que os portugueses chegaram, estabeleceram pazes, mas depois se desentenderam com os nativos. Por isso, Jerônimo de Barros (DIJB, 1917, p. 151)<sup>270</sup> cita os “[...] muitos trabalhos de guerra [...]” com os índios e com os franceses na região. Estes, sem dúvida, tornaram as relações ainda mais complexas, pois em conflito aberto com os portugueses, procuravam angariar apoio dos indígenas, os quais ganhavam maiores opções de alianças, portanto, maior margem de manobra perante a presença advinda. Wolf (apud MINTZ, 1982, p. 505-506, tradução nossa)<sup>271</sup> chama a atenção

---

<sup>268</sup>Doc. n. 44 – *Minutas de petições de Jeronimo de Barros*.

<sup>269</sup>Idem. Documentos nos anexos.

<sup>270</sup>Idem.

para a variedade de manobras realizadas pelas sociedades humanas “[...] dentro de um campo fornecido pelas formas culturais [...], as quais almejam tanto a preservação de um dado equilíbrio de oportunidades e riscos de vida, quanto a sua mudança [...]”. Assim, as decisões humanas, quer individuais, quer em grupo, são tomadas mediante uma diversidade de variáveis existentes na complexidade das conjunturas históricas, sendo, desta maneira, que as relações entre indígenas e europeus oscilavam tão ligeiramente e, em diferentes graus, entre extremos que iam da negociação ao conflito, da amizade à inimizade, da paz à guerra.

As causas do fracasso da segunda tentativa de colonização permanecem menos obscuras do que as da primeira expedição. As relações entre os europeus e os indígenas, contudo, são pouco informadas. Os portugueses permaneceram cinco anos entre os indígenas e não deixaram nenhum relato... Será que as promessas de ouro na região ainda embalavam o silêncio da documentação? Diante de tantas questões em aberto, o que, contudo, é proeminente, é a certeza de que mais uma vez os portugueses tiveram que recuar. Não conseguiram manter-se na região, e assim os indígenas seguiram como senhores de seus territórios.

### 3.4 Negócios indígenas e índios como negócio

Como foi visto até agora, a Costa Leste-Oeste não foi “abandonada” (HEMMING, 2007, p. 127-128) pelos portugueses devido aos problemas de navegação e a ferocidade dos gentios, fórmula simplista que se reproduziu na historiografia sobre a região.<sup>271</sup>

A Costa Leste-Oeste não tinha sido, até então, conquistada, dominada pelos europeus. Conforme observa Alencastro (2000, p. 20), mesmo com o início do governo-geral (1549) e a tentativa de centralização administrativa, ela continuava “[...] dissociada do miolo negreiro do

<sup>271</sup> “[...] *By society I mean the element of action, of human maneuver within the field provided by element cultural forms, human maneuver which aims either at preserving a given balance of life chances and life risks or at changing it [...]*”.

<sup>272</sup> Varnhagen (1975, t.I, p. 192-196), misturando os fatos das duas expedições enviadas por João de Barros, refere-se à colonização da capitania como “malfadada empresa”, dentro da seção destinada às “Capitanias cuja primitiva colonização se malogrou”. Capistrano, em *Capítulos de História Colonial* (1988, p. 83) diz que a história das duzentas e sessenta e cinco léguas da Costa Leste-Oeste “[...] representam uma formação secundária na história pátria [...]”. Estes autores, e outros que os seguiram, enfatizaram o insucesso dos colonizadores sem perceber as consequências das tentativas de colonização sobre as sociedades nativas, e a participação destas, neste insucesso, não apenas como indômitos selvagens. Em algumas das tentativas fracassadas, os indígenas mantiveram sua autonomia dentro de seus territórios, mesmo com a presença dos europeus nos seus espaços, como se verá adiante.

Brasil [...]” (e isso não passou despercebido por um dos donatários, Jerônimo de Barros, como será visto adiante). Alencastro (2000, p. 20) atribui essa dissociação ao regime dos ventos e correntes marítimas e ao comércio predominante no Atlântico Sul.

Acrescenta-se, contudo, de acordo com a perspectiva até agora adotada, que conforme coloca Whitehead (1993, p. 286), a cooperação indígena é “[...] condição *sine qua non* da ocupação colonial [...]”<sup>273</sup>. Desta forma, o papel histórico desempenhado pelos nativos da Costa Leste-Oeste, sempre relevado a segundo plano, em detrimento do papel da navegação e economia (açucareira em conexão com o tráfico negreiro), deve ser reavaliado e revalorizado, já que não houve só resistência à presença dos adventícios, mas também negociações entre indígenas e europeus.

Se os problemas que envolviam a Costa Leste-Oeste e o sertão do Maranhão fossem somente devido à navegação e ao deslocamento do eixo econômico, será que os donatários e a Coroa, ancilarmente (já que forneceu privilégios e auxílio), investiriam reiteradamente na conquista? A navegação para outras capitanias na Terra de Santa Cruz, como ainda era chamada no Alvará Régio de 1561, era realmente muito complicada, mas o mesmo não se podia dizer em relação ao Reino, já que as correntes marítimas facilmente empurravam as embarcações em direção às Antilhas, de onde podiam seguir para a Europa. Da mesma forma, as promessas de ouro devido à proximidade da Amazônia, além da madeira existente na região eram atrativos econômicos. Tanto é assim que, depois de gastos avultados, Jerônimo de Barros, mais uma vez, pediu auxílio a Sua Alteza para a conquista do Maranhão.

Em cerca de 1570, certamente após a morte de seu pai, João de Barros, pois sendo o filho primogênito era o herdeiro natural e já se referia à capitania como sua, Jerônimo de Barros, o novo donatário, ainda acreditava ser possível “povoar” as suas terras. (DIJB, 1917, p. 154)<sup>274</sup>:

Diz Jerônimo de Barros que elle tem hua capitania no Brasil de cinquenta legoas ao longo da costa dos Pitigares e vinte e cinco na boca do rio Marenham [...] Quer ir povoar esta capitania no que espera fazer a Deus e a

---

<sup>273</sup>Whitehead refere-se à região amazônica, mas podemos estender a observação à boa parte da Costa Leste-Oeste, em virtude da diferenciação que havia em relação à costa leste, em termos de ocupação indígena (predominantemente tupi na leste e não tupi na norte), além da própria configuração ecológica, que à época era menos devastada que atualmente. Hoje o Estado do Piauí encontra-se classificado em zona de ecótono, transição entre o semi-árido nordestino e o meio-norte, onde já começa a influência da floresta amazônica. O litoral do Piauí e Maranhão apresentam, respectivamente, o delta do rio Parnaíba com grande presença de mangues, e as rias que caracterizam a costa maranhense, além do golfo, que por algum tempo confundiu alguns navegadores com o delta amazônico.

<sup>274</sup>Doc. n. 44 – *Minutas de petições de Jeronimo de Barros*. Infelizmente o documento publicado por Baião (DIJB, 1917, p. 154-155) não apresenta data.

V.A. muito serviço pella espiriencia que tem daquella costa do tempo que nella andou de que ficou tam depezo que sem ajuda de V. A. não pode povoar pello que Pede lhe faça V.A. mercê de lhe mandar cem moradores dos oitocentos, que o contratador do Brazil é obrigado a por la [...].

Nesta petição, Jerônimo de Barros informa sobre as condições das suas terras e da urgência e necessidade de um investimento de Sua Alteza Real, para que se pudesse colonizar sua “capitania”. A petição é genérica, informa sobre a capitania, apesar de se referir a “costa dos Pitigares” e a costa na boca do rio Maranhão. Como foi visto, porém, a estada e tentativa de colonização de Jerônimo de Barros e de seu irmão, João de Barros, passaram-se no Maranhão, assim, é dessa parte de suas capitanias, que ele possui um conhecimento empírico.

Um ponto a ser ressaltado é que o primeiro lote de suas capitanias sempre é associado aos potiguares, o que leva a uma observação: nesse período, os potiguares já têm a diferenciação da sua identidade étnica reforçada, pois eles são expressamente citados nesta época como os ocupantes das terras que corresponderiam, hoje, a uma parte do litoral de Pernambuco até o Ceará (litoral a leste de Fortaleza); enquanto que os indígenas do outro lote das capitanias, do Maranhão (que junto à capitania de Fernando Alvarez corresponderia atualmente à parte do litoral oeste do Ceará, litoral do Piauí e Maranhão), são sempre tratados de maneira genérica, descritos como gentios.

Jerônimo de Barros (DIJB, 1917, p. 154-155) informa que

Ao serviço de V.A. é necessário mandar povoar esta capitania antes que os franceses a povoem os quaes todos os annos vam a Ella carregar Brazil por ser o melhor pao de toda a costa E fazem já casas de pedra em que estam em terra fazendo comercio co o gentio E os annos pasados estivera nesta capitania dezasete nãoes de França a carga e Sam tantos francezes que vem ao resgate que ate as raízes do pao brazil leva por que tinge mais as raízes do que o pao que nace nesta capitania [...] E agora tomaram os francezes nos Pitigares trees mil quintaes de brazil que os portugueses tinham na praia feitos a sua custa pera caregar [...].

A petição deixa várias dúvidas: os portugueses recolheram o pau-brasil em território potiguar, “a sua custa”, ou seja, sem ajuda do gentio, mas com sua permissão para adentrar no seu espaço, e os franceses roubaram a madeira separada na praia? Os portugueses recolheram a madeira em território de outros indígenas, levaram para a praia e os franceses a “tomaram” com auxílio dos potiguares? Ou os portugueses estavam negociando com potiguares e ambos foram roubados pelos franceses? Embora os potiguares, *nesse período*, estivessem em inimizade com os portugueses e aliados dos franceses, deve-se observar que para realizar as trocas de mercadorias muitas vezes ocorriam tréguas, além de que, como foi dito antes, são as circunstâncias históricas que dão o teor das relações entre os indígenas e os europeus. Além

do mais “os potiguares” representam uma variedade de grupos, os quais, dependendo das contingências, poderiam se articular de maneira diversa. Hemming (2007, p. 245), por exemplo, afirma que embora os potiguares fossem inimigos dos portugueses, estes conseguiam comercializar pacificamente com os indígenas que viviam no sertão de Pernambuco, até 1574.

O Alvará Régio de 1561 (DIJB, 1917, p. 94- 95), acima citado, e esta petição de Jerônimo de Barros de ca. 1570 (DIJB, 1917, p. 154-155), em virtude da imprecisão das informações, por certo contribuíram para mais confusões, a respeito dos indígenas da Costa Leste-Oeste, as quais foram reproduzidas, por exemplo, por Frei Vicente do Salvador ([1627] 1889, cap. XII e XXII) que afirmou que os potiguares senhoreavam a costa de Pernambuco até o rio Amazonas. Como foi visto, Gândavo, em 1575, sobre o Maranhão, e mais precisamente Gabriel Soares de Sousa, em 1587 (1971, p. 48), já haviam informado que eram os “Tapuyas” que ocupavam a Costa Leste-Oeste, desde o Amazonas até as proximidades do rio Jaguaribe no litoral leste do Ceará, onde faziam fronteira com os potiguares. Documentos posteriores confirmam a informação de Sousa de que os indígenas que ocupavam grande parte da costa norte do Brasil nos séculos XVI e XVII, mesmo com o avanço dos potiguares até o litoral leste do Ceará, a chegada dos tabajaras na Serra da Ibiapaba e dos tupinambás na ilha de São Luís do Maranhão, não eram tupis e diferentemente dos tapuias do interior, possuíam *modus vivendi* baseado na pesca, como foi sustentado no capítulo 1 (uma parte deles passou, no século XVII, a ser chamada de tremembés).

Apesar de os documentos citarem expressamente os “pitigares”, em virtude das generalizações feitas, não é possível saber se são apenas os indígenas da “terra dos pitigares”, que estão “escandalizados”, conforme o Alvará Régio de 1561, com os roubos e “assaltos” nos seus territórios, ou se tais roubos e assaltos também atingiriam os gentios da outra parte das capitânicas, no Maranhão.

As incertezas ocorrem porque também a petição de Jerônimo de Barros de ca. de 1570 diz que ele tem “uma” capitania de cinqüenta léguas na costa dos potiguares e vinte e cinco na boca do rio Maranhão, sem discriminar, nas informações seguintes, sobre qual região está falando, o que leva a crer que se refere de maneira genérica aos dois lotes, mesmo tratando-se de áreas tão distantes entre si<sup>275</sup>. A ambigüidade nos dois documentos, o Alvará Régio de

---

<sup>275</sup> Interessante observar que na *Carta de Doação da Capitania* (apud BAIÃO, 1932, p. XXIX) há menção a “duas capitânicas de cem léguas”, doadas a João de Barros e Ayres da Cunha que deveriam reparti-las ficando cada qual com cinquenta léguas em cada capitania. A *Doação das Minas de Ouro e Prata das Respectivas Capitânicas a João de Barros e Outros* também se refere às capitânicas, no plural.

1561 (DIJB, 1917, p. 94- 95) e a Petição de Jerônimo de Barros de ca. 1570 (DIJB, 1917, p. 154-155), levam a generalizações errôneas, como a de Hemming (2007, p. 245, grifos do autor), que afirma que os potiguares: “[...] Guerreiros intrépidos, impediram a expansão portuguesa ao longo da costa ‘leste-oeste’, no norte de Pernambuco, e sua presença significou uma constante ameaça para essa rica capitania”.

Após o Alvará Régio de 1561 e antes desta petição de Jerônimo de Barros, há um processo de 1564, envolvendo os donatários vizinhos de João de Barros do primeiro lote de suas capitanias, e a confirmação de que os próprios portugueses de capitanias vizinhas, mesmo após a proibição régia, continuavam a fazer assaltos aos indígenas, além de os capturarem como escravos (DIJB, 1917, p. 140-150)<sup>276</sup>. Assim, crê-se que dentre os gentios “escandalizados” de que fala o documento, realmente estejam os potiguares. A incidência de portugueses assaltando estes indígenas é antiga, por isso os filhos de João de Barros não conseguiram, segundo o Alvará Régio de 1561, estabelecer um porto de apoio na região do Rio Grande do Norte, na época de sua expedição de 1556, pois os índios expulsaram-nos e, desta forma, a armada partiu para o Maranhão, onde consta que foram, em princípio, bem recebidos pelos nativos “tapuias”.

Isto não exclui, entretanto, que quando o Alvará Régio de 1561, em resposta a alguma representação de João de Barros, se referiu aos indígenas “escandalizados”, tenha sido genérico como o foi em relação à capitania, e tenha informado, também, sobre os roubos e assaltos realizados em outras regiões na Costa Leste-Oeste.

Mesmo generalizando em termos do espaço e sobre os grupos indígenas, em uma parte da Petição de Jerônimo de Barros ([ca. 1570] DIJB, 1917, p. 154-155), é importante notar que há dois tratamentos para os indígenas: os gentios, que estão a comercializar com os franceses, os quais estão já fazer casas de pedra, para os resgates de um “pau” que tinge melhor do que o do restante da costa; e os “Pitigares”.

Alguns elementos levam a acreditar que Jerônimo de Barros se reportou à presença francesa em toda a costa norte, tanto junto aos “pitigares”, como também junto aos indígenas do Maranhão<sup>277</sup>, pois a referência aos franceses, também ocorre em outra petição sua, provavelmente datada de 1575 (DIJB, 1917, p. 151-152) onde ele informa claramente que no Maranhão tivera muito trabalho em combater o “[...] gentio da terra com os franceses [...]”.

---

<sup>276</sup>Doc. n. 92: *Certidão referente a uma questão por causa dos limites da capitania de João de Barros, no Brasil.*

<sup>277</sup>Lembramos que o Maranhão, nesse período, tanto era referido como o golfo e um dos rios que lá deságua, como a extensa região da costa norte e sertão adentro, sem limites precisos, que ia até os lindes do rio Amazonas. A noção de Maranhão, avançava, pois, sobre o litoral do Ceará e do Pará sem limites precisos.

A referência às casas de pedra, construídas pelos franceses, é retomada alguns anos depois, por Diogo de Campos Moreno, em 1614 (2002, p. 52), que dá notícias de ruínas de cal e de pedra próximas à barra do rio “Camuri” (Camocim, próximo à divisa do Ceará com o Piauí), as quais o sargento-mor atribui a vestígios de gente da Europa, que devia andar por aquelas bandas a comercializar “pau-cutiará” com os indígenas. Tal informação, somada à diferenciação que Jerônimo de Barros faz em relação ao pau-de-tinta, que é o “melhor de toda a costa”, do qual usam até as raízes, talvez se deva em razão de na costa norte não ser encontrado o mesmo pau-brasil da costa leste (*Caesalpinia echinata*, principalmente, de ocorrência mais frequente do litoral do Rio de Janeiro até o Rio Grande do Norte), e sim, mais fartamente, um outro tipo de madeira de tinta, que em documentos posteriores fora chamada de tatagiba ou pau cutiará, além do pau-violeta, ou pau-violete (*Peltogyne paniculata*, dentre outras da mesma família, que era encontrada na costa norte e em outras regiões).

Desta maneira, acredita-se que Jerônimo de Barros está informando sobre o comércio dos franceses com os indígenas, também na sua capitania do Maranhão. É óbvio, que na tentativa de angariar o apoio que necessitava para retornar ao Brasil e tentar novamente “povoar” suas terras, valoriza o potencial que delas se poderá usufruir, se houvesse um investimento maior da Coroa Portuguesa, mas, isso não elimina o fato de que havia um comércio reiterado na região, indicando que realmente o potencial de aproveitamento da costa norte não poderia ser subestimado.

A partir da Petição de Jerônimo de Barros, da informação de Diogo de Campos Moreno e da análise de outros documentos posteriores<sup>278</sup>, propõe-se que os franceses comercializavam, francamente, madeiras, não apenas com os indígenas da costa leste, mas também na Costa Leste-Oeste.

Os franceses já vinham frequentando as costas brasileiras desde o início de Quinhentos, sendo, o principal exemplo, Paulmier de Gonneville, um dos navegadores do mercador Jean Ango, que esteve entre os carijós de Santa Catarina, em 1504 (PERRONE-MOISÉS, 1996). Para Friederici, (1987, t.II, p. 302-303) o comércio francês com o Brasil, no século XVI, foi muito mais intenso do que geralmente se supõe. (Cf. MAURO, 2006; VILLIERS, 2006).

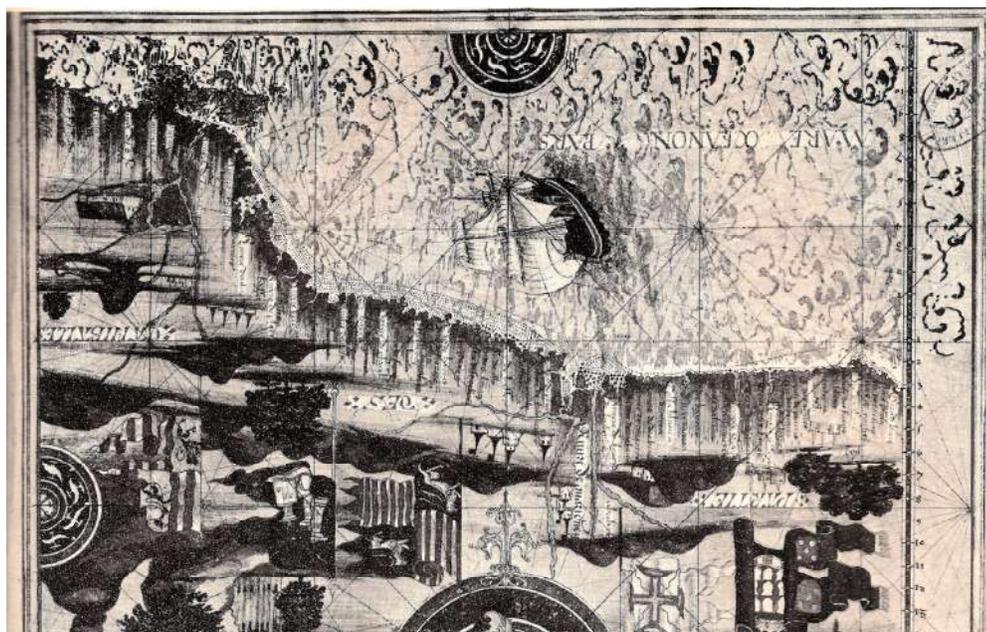
Segundo o padre Georges Fournier (1643, p. II, p. 333 apud BONNICHON, 1975, t.II, p. 528) desde 1524, os mercadores de Dieppe “descobriram” o Maranhão. Apesar de não haver muita documentação a respeito, pelos motivos já expostos anteriormente. Durante o século XVI os franceses, principalmente normandos, frequentaram a costa norte brasileira,

---

<sup>278</sup> Analisados no capítulo seguinte.

com certa assiduidade. Conforme Bonnichon (p. 528), havia, por conta da iniciativa privada de mercadores, realização de comércio com os indígenas até a costa leste do Amazonas.

Berger, Winz e Guedes (1975, t.II, p. 480-482) listam alguns documentos do século XVI, uns informando e outros contendo medidas administrativas, acerca da presença francesa no litoral brasileiro. Um destes documentos é uma carta o provedor-mor da Fazenda, Antônio Cardoso de Barros<sup>279</sup>, escrita em 1551, informando ao rei D. João III da presença de muitos franceses na costa do Brasil.



Mapa 10: O Atlas de Guillaume Le Testu (1555-1556 apud BONNICHON, 1975, t.II ).

O mapa do francês Guillaume Le Testu (1555-1556 apud BONNICHON, 1975, t.II ), que demonstra um bom conhecimento do litoral norte, pode justamente indicar essa presença francesa na costa norte brasileira<sup>280</sup>. Nele é possível reconhecer o rio Parnaíba (Riviere Grand), Lençóis Maranhenses (Costa blanca), o golfo maranhense (Riviere de Marignen) e a foz do Pará/Amazonas com a ilha de Marajó ao centro. O litoral repleto de rias, da proximidade do golfo do Maranhão, provavelmente confundiu os navegadores e o cartógrafo, que o representou como cheio de ilhas. Existem algumas construções assinaladas no sertão junto ao rio Amazonas e ao Mearim (PA), e outras, menores, em regiões que corresponderiam

<sup>279</sup>Antônio Cardoso de Barros foi um dos donatários das capitâneas do norte, que hoje corresponderia a maior parte do litoral do Ceará, porém não se associou aos outros donatários, nem nunca tomou posse de suas terras, vindo ao Brasil somente em 1549, junto à comitiva de Tomé de Sousa. (GIRÃO, 1994, p. 25).

<sup>280</sup>Pode ser comparado com o mapa a seguir apresentado, de Jean de Vau de Claye (1579), cujos principais topônimos se repetem, assim como os mapas de Descaliers (1550) e Diogo Homem (1558).

ao sertão do Ceará. Tais construções menores, provavelmente representam as casas de pedras a que se referiu anos depois, Jerônimo de Barros (ca. 1570), locais onde os franceses se instalaram para realizar trocas com os índios. Uma delas pode ser vista junto a “Riviere S<sup>to</sup> cruz”, o então divulgado em muitos mapas da época, Rio da Cruz (que como no mapa de Vau de Claye -1579, também apresenta uma bifurcação em forma de cruz e é o mesmo Camuri relatado por Diogo de Campos Moreno em 1614 (2002), que hoje corresponde à baía de Camocim no Ceará).

Depois da derrocada da França Antártica, em 1568, os franceses tiveram maior atenção com a costa norte, e antes mesmo de 1569 embarcações mercantis francesas já frequentavam as águas da Guiana e a ilha de Trinidad (FRIEDERICI, t.II, p. 302-303), e, em virtude do regime de ventos e correntes marinhas, as aportadas na Costa Leste-Oeste para quem vinha da Europa, eram quase que obrigatórias para se fazer aguada e buscar mantimentos. De acordo com Bonnichon (1975, t. II, p. 526) “[...] três razões combinavam-se para que os traficantes franceses tivessem as melhores chances de se estabelecerem na costa brasileira, compreendida entre Pernambuco e o Amazonas e, mais afastado ainda na Guiana [...]”: o “vazio a preencher”, pois não se efeturara nenhum núcleo colonizador; a aliança com os indígenas<sup>281</sup>; e as “causas geográficas”.

Ora, como já foi visto, esse “vazio” a preencher, ausência de colonização, não significou ausência de europeus. Diante das tentativas de colonização empreendidas, deve-se pensar que essa região, ainda entendida como “vazia”, em virtude do fracasso colonizador, pode ter esse fracasso relacionado aos tipos de sociedades encontradas na Costa Leste-Oeste e também no sertão e as relações que elas efetivaram com os europeus. Conforme coloca Boccara (2005, p.25, tradução nossa), nas sociedades consideradas nômades, os espanhóis encontraram dificuldades de colonização, visto que, tais populações “organizadas em uma infinidade de unidades políticas independentes e dispersas”<sup>282</sup>, não estavam acostumadas à produção de excedentes, ou seja, ao trabalho exigido pelos conquistadores.

Da mesma forma, a maioria das populações dispersas pela Costa Leste-Oeste, não acostumadas aos trabalhos agrícolas, vivendo basicamente da pesca, da coleta e da caça, adaptaram-se às trocas de mercadorias europeias, e não se aliaram aos europeus para o

---

<sup>281</sup>O autor é um dos que generalizam a ocupação da costa norte, referindo-se aos potiguares, ao leste do Amazonas, e aos tupinambás no Maranhão. Também generaliza as relações indígenas, discriminando os indígenas como “[...] hostis à *mainmise* portuguesa [...]” (BONNICHON, 1975, t.II, p. 526, grifos do autor). Nas expedições iniciais dos franceses ao Maranhão, mesmo na de 1594, comandada por Riffault, supomos que os tupinambás ainda não ocupavam a ilha do Maranhão, como será visto adiante.

<sup>282</sup> “[...] organizadas en una infinidad de unidades políticas independientes y dispersas [...]”.

estabelecimento de núcleos fixos de povoamento, pois negociavam conforme suas necessidades, não permitindo que os estrangeiros se instalassem muito tempo entre eles. Este, mais do que as “causas geográficas”, foi um dos principais fatores para que a região ainda se encontrasse “vazia” de civilização, mas cheia de nativos.

Infelizmente esse “cheio” dos nativos não passou despercebido pelos comerciantes de escravos.

É o que informa Jerônimo de Barros, em sua petição ([ca. 1570] DIJB, 1917, p. 154-155):

Outro respeito se deve de ter que muito importa ao serviço de V.A. E que todos os navios que se alevantam no Brazil pêra as Antilhas e cõ dizer vam a esta capitania E elles como nella Sam por não aver que[m] no defenda saltea o gentio e cativam nos no que se faz muitas ofensas a Nosso Senhor e van sse cõ os navios carregados delles a vender as Antillas no que a fazenda de V.A. perde por respeito de escravos de Guiné que se escuza cõ estes indios que la vam.

Pelo que já se falou do próprio regime de ventos e correntes marítimas, é lícito supor que a afirmação de Jerônimo de Barros, sobre os navios, que partiam do Brasil em direção às Antilhas, irem à sua capitania, seja referente à costa norte de maneira geral (a dos pitigares e a do Maranhão), como confirmam informações posteriores, do início do século XVII (capítulo 4). Daí se segue que quando Jerônimo de Barros informa que estes navios que vão à capitania assaltam os “gentios” e os cativam, também está-se referindo, de maneira geral, aos indígenas “tapuias”, os quais eram carregados em navios que iam para as Antilhas, onde eram vendidos como escravos.

O tráfico de escravos indígenas, provenientes da costa norte, deve ter sido considerável, ao ponto de Jerônimo de Barros, esclarecido a respeito dos lucros auferidos pela Coroa Portuguesa no comércio de escravos negros, tentar convencer a S.A. de que o ajudasse no povoamento das suas capitanias, visto que a fazenda real estava perdendo de vender “escravos de Guiné”, pelo motivo de os piratas carregarem-se de índios e de venderem-nos nas Antilhas, atrapalhando, assim, o comércio de escravos negros.

Observa Alencastro (2000, p. 22, 29 *et seq.*) que, por esta época, o tráfico negreiro definia-se como o escopo do comércio português, entretanto, como exemplifica Jerônimo de Barros, e mais uma vez afirma Alencastro (2000, p. 12), os caminhos dos colonos muitas vezes se desencontravam dos objetivos da Coroa e “[...] circuitos avessos à malha portuguesa [...]” (p. 19) desviavam proventos que deveriam seguir para a metrópole. Talvez ciente da importância que o comércio negreiro assumia para a Coroa, Jerônimo de Barros tenha

apelado, não só para as almas perdidas, com as “ofensas a Nosso Senhor”, mas, sobretudo, para a perda do trato negreiro nas Antilhas, onde os próprios portugueses estavam a comercializar escravos índios por lá.<sup>283</sup>

Na mesma Petição ([ca. 1570] DIJB, 1917, p. 155), Jerônimo de Barros, ainda expõe sobre o ouro que esperava descobrir naquela terra, aí não há dúvidas de que está se referindo ao Maranhão, cujo mito da existência de ouro foi motivação, desde os investimentos iniciais de seu pai, na colonização das capitânicas, e, por certo, ainda era uma forte razão para não arrefecer o ânimo do herdeiro.

### 3.5 *Tapuias, potiguares e franceses na Costa Leste-Oeste*

Tudo indica que Jerônimo de Barros não conseguiu encontrar o ouro do Maranhão. Não há nenhuma notícia de que ele tenha partido novamente para lá. Ao contrário, documentos posteriores dele e de outros familiares, informam que os irmãos Barros passaram, na década de 1570, a servir na Índia e em outros locais. (DIJB, 1917). Uma outra notícia sobre a presença portuguesa na Costa Leste-Oeste, pela época da petição de Jerônimo de Barros ca. 1570, entretanto, dá informações da existência de outro item precioso: pérolas.

A informação provém de Gabriel Soares de Sousa (1971, p. 47-48), o qual afirmou que um navio se perdera nos baixios do Maranhão, há cerca de dezesseis anos, o que leva aproximadamente ao ano de 1571, considerando-se a data de publicação do *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*. Esta expedição permanece na penumbra, mas, pela data, poderia até se tratar da tentativa de colonização de Jerônimo de Barros que, assim, se teria a certeza que mais uma vez fracassara. Lendas não faltaram ao discurso do cronista, segundo o

---

<sup>283</sup> Jerônimo de Barros coloca: “E o que mais importa para o bem do Brazil e a perda dos homees e elles por esta porta travessa pera Antilhas tomados do hamor do ouro que ha la onde há tantos portugueses que me atrevo o dizer que dos que sam hidos pera o Brazil as duas partes estam nas Antilhas onde há muitas povoações cujos moradores as duas partes sam de portuguezes e o proveito que elles la fazem às cõquistas deste reino Deus o sabe”. (Doc. n. 44 – *Minutas de petições de Jeronimo de Barros* In: DIJB, 1917, p. 155). Pode-se argumentar que donatário poderia estar exagerando em suas declarações, em virtude de seus interesses particulares para conseguir auxílio da Coroa na empresa de colonização, entretanto, como será visto no capítulo posterior, vários documentos informam da presença constante de piratas na região. Em 1646 os portugueses ainda não possuíam domínio da região, mesmo após a expulsão dos franceses da ilha de São Luís, neste ano, Duarte Correia de Albuquerque solicitava munições para atender às praças do Ceará e Maranhão que além de se defenderem dos holandeses tinham que se defender dos índios, a praça do Ceará era descrita como deserta, “onde só existia gentio”. (MACC, v.I, 1956, p. 45).

qual os gentios informavam que o rio Grande (Parnaíba) e o rio da Cruz (Coreaú – Baía de Camocim) nasciam de lagoas na quais se encontravam pérolas.

Gabriel Soares ([1587] 1971, p. 47-48) informa a respeito de certo Nicolau de Rezende, um dos náufragos da expedição, que havia sobrevivido junto a outros companheiros, os quais percorreram a terra ao longo do mar, recebendo bom tratamento dos tapuias que viviam pela costa. O cronista não informa quanto tempo Nicolau de Rezende vivera entre os índios, nem como foi resgatado.<sup>284</sup>

Conforme as descrições do cronista, Nicolau de Rezende, indo do Maranhão em direção ao rio Grande (Parnaíba – Piauí), percorreria grande parte de terra “escavalda”. Soares de Sousa deveria estar se referindo à imensa região de dunas entre o Maranhão e o Piauí, onde estão os Lençóis Maranhenses, e onde, talvez, Nicolau de Rezende encontrou o que foi descrito pelo cronista como “uma lagoa muito grande”<sup>285</sup>. Outra parte da terra foi descrita pelo cronista como cheia de palmares bravos, uma referência à mata de cocais, característica na região do Maranhão (na costa principalmente representada pelos carnaubais).

Gabriel Soares de Sousa nomeou o atual rio Parnaíba de “rio Grande dos tapuias”: “[...] o qual se chama dos tapuias por eles virem por êle abaixo em canoas a mariscar ao mar desta baía [...]”. Ainda fazendo referência aos índios que viviam no litoral entre o Maranhão e o Piauí, Sousa informa que Rezende encontrou duas grandes lagoas, nas quais eram realizadas grandes pescarias, “[...] de que se aproveitavam os tapuias que viviam por esta costa até este rio Grande [...]”. Gabriel Soares de Sousa ([1587] 1971, p. 54), mais uma vez, referiu-se aos tapuias dessa costa de forma apreciativa, quando informou que “[...] os tapuias são gente mais doméstica [...]”, e que em relação aos potiguares às vezes estão em guerra, às vezes estão em paz.

É importante retomar a informação de Gabriel Soares de Sousa ([1587] 1971, p. 45-49) sobre a ocupação indígena na costa norte, segundo o qual do Amazonas até um outro rio Grande (rio Açú ou Apodi? – Rio Grande do Norte, próximo ao rio Jaguaribe no Ceará) a

---

<sup>284</sup>Existem inúmeras páginas na Internet, inclusive da própria Universidade Federal do Piauí (<http://www.ufpi.br/ufpi2008/delta.php>), que atribuem a descoberta do rio Parnaíba a Nicolau de Rezende e, em virtude de um ufanismo desmedido, citam falas do navegador sobre a beleza do delta deste rio: “Quantos no futuro colherão esse tesouro... Esse paraíso resistirá aos futuros desbravadores?”. É óbvio que a fonte de onde teria saído essa frase do navegador não é referenciada em nenhum dos sites. A lenda de que Nicolau de Rezende naufragou nos baixios do Maranhão com um “[...] grande carregamento de ouro e, aqui permaneceu por mais de dezesseis anos, sem sucesso para resgatar sua preciosa carga, mas em compensação descobriu o Delta do Parnaíba, nos oferecendo tão precioso legado [...]”, reproduz-se como se fosse história, ao ponto de veicular em revista de circulação nacional como a Globo Rural de junho deste ano.

<sup>285</sup>Na região dos Lençóis se formam grandes lagoas de águas límpidas que devem ter impressionado os náufragos.

costa era ocupada por tapuias. O rio Grande, próximo ao Jagoarive (Jaguaribe), era, assim, o limite extremo entre “tapuias” e potiguares.

Os potiguares não ocupavam algumas regiões de seu território no litoral (que ia até a Paraíba), segundo informou Soares de Sousa, como do Cabo de São Roque (RN) até o porto dos Búzios (atual ponta dos Búzios) onde a terra era “[...] escalvada, de pouco arvoredo e sem gentio [...]”.

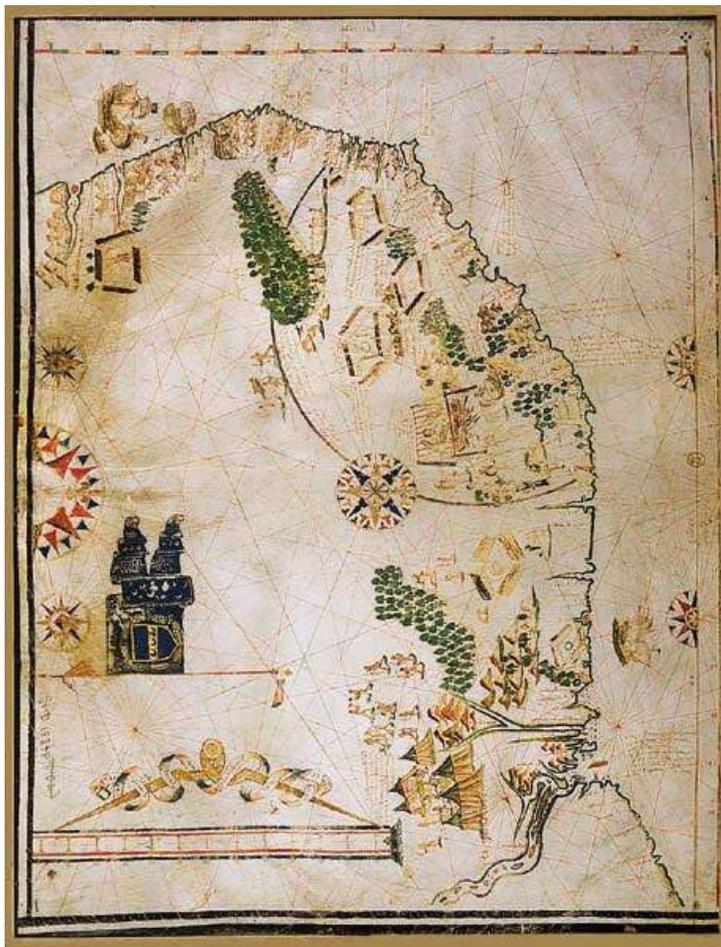
Gabriel Soares de Sousa revela, dessa maneira, importante diferenciação em termos de ocupação indígena e afirmação de contrastes étnicos, visto que os indígenas que (voltando ao sentido leste-oeste) ocupavam das cercanias do Jaguaribe até os lindes do Amazonas, mesmo em regiões sem vegetação, como as extensas regiões de dunas da costa norte, viviam a mariscar nas lagoas, a pescar no curso dos rios e no mar<sup>286</sup>. Já os potiguares, como a maioria dos indígenas da América Portuguesa, também eram bons pescadores, mas eram, conforme informa Gabriel Soares de Sousa ([1587] 1971, p. 54-55), “[...] grandes lavradores dos seus mantimentos [...]”, por isso precisavam instalar-se em regiões que ofereciam condições de plantação, despovoando zonas onde a terra era estéril e fraca (p. 50), como regiões de dunas, por exemplo, as quais frequentavam apenas em acampamentos provisórios em algumas épocas do ano.

Os potiguares e os tapuias do restante da costa norte até o Maranhão, comercializavam com os europeus sem distinções pré-estabelecidas em relação aos estrangeiros que aportavam em seus territórios. Gabriel Soares de Sousa ([1587] 1971, p. 50) cita o exemplo de um castelhano que vivia há muito tempo entre os potiguares no rio Grande (RN), que andava com “[...] os beijos furados [...]”, como os indígenas, “[...] o qual embarcou em uma nau para a França porque servia de língua dos franceses entre os gentios nos seus resgates [...]”. Observam-se, neste exemplo, as manobras citadas por Wolf (apud MINTZ, 1982, p.505-506). Não existiam amizades ou inimizades “naturais” entre os grupos indígenas, entre estes e os estrangeiros, nem mesmo entre os estrangeiros entre si. O que moviam as sociedades e os indivíduos eram escolhas que deveriam ser tomadas em virtude das necessidades e vantagens que cada negociação, em diferentes contingências históricas, exigiam.

---

<sup>286</sup>Lembramos dos sítios arqueológicos que indicam a ocupação da Costa Leste-Oeste por povos pescadores-coletores-caçadores (Cf. capítulo 1) e das informações dos navegadores espanhóis que observaram que os indígenas da costa do Ceará/Maranhão não eram agricultores (Cf. capítulo 2). No capítulo seguinte, ver-se-á que cronistas e administradores coloniais do século XVII também se referem aos indígenas que ocupavam a Costa Leste-Oeste, a partir de uma certa época denominados tremembés, como povos que não tinham o hábito de plantar.

Para finalizar sobre as grandes pretensões europeias de ocupação da Costa Leste-Oeste, no quartel final do século XVI, tem-se um importante pergaminho existente na



**Mapa 11: O pergaminho de Jacques de Vau de Claye, “Le Brésil” produzido em Dieppe em 1579, traz várias informações manuscritas sobre a terra e delimita a área dos indígenas a serem cooptados para a invasão.**

expedição saiu da França em 1581<sup>287</sup>. Já em período da união das coroas ibéricas (1580-1640), a frota foi destruída pelos espanhóis, nos Açores.

Os franceses, porém, não arrefeceram nas tentativas de instalar uma colônia na costa setentrional da América do Sul. De acordo com Claude d’Abeville ([1614] 2002, p. 35), um certo capitão Riffault, que frequentava as costas do Brasil na realização de resgates com os

Biblioteca Nacional da França (BNF). Um mapa de Jacques Vau de Claye de 1579, produzido em Dieppe, indica um plano de invasão, pelos franceses, da costa compreendida entre o rio Amazonas e o rio São Francisco. No pergaminho há um semi-círculo indicando o território de dez mil indígenas para fazer guerra aos portugueses. Tal território coincide, em parte, com a “terra dos pitigares”.

O mapa ilustra a tentativa de invasão empreendida por Catarina de Médicis, rainha da França, que confiou a campanha ao seu primo Philippe Strozzi, cuja

<sup>287</sup>“*Délimitant par un demi-cercle le territoire de ‘10 000 sauvages pour faire la guerre aux Portugais’, ce portulan pourrait être le plan de campagne d’une expédition confiée en 1581 par Catherine de Médicis à son cousin Philippe Strozzi pour conquérir toute la côte brésilienne comprise entre l’Amazonne et le rio de São Francisco (Bahia). Arrêtée aux Açores par une flotte espagnole, l’expédition fut détruite. Cette carte préparatoire nous offre l’inventaire des ressources naturelles (or, ambre gris, bois de brésil, sucre et coton), des espèces animales (singes, oiseaux) et des tribus indiennes - ainsi les amazones sont-elles situées près du Marañon - d’un pays qui fut convoité pour ses richesses autant réelles qu’imaginaires.* (BNF disponível em: <[http://expositions.bnf.fr/utopie/grand/2\\_31.htm](http://expositions.bnf.fr/utopie/grand/2_31.htm)>).

indígenas, conseguira apoio de um índio chamado “Ouirapiue” (que na tradução de Abbeville significa “Pau Seco”), para que os franceses formassem uma colônia na região.<sup>288</sup>

De acordo com Bonnichon (1975, t.II, p. 529), nos últimos anos do século XVI o Maranhão tornou-se um porto bem frequentado pelos numerosos navios mercantes provenientes de Dieppe, estabelecendo-se, espontaneamente, uma pequena colônia francesa.

[...] Riffault estava ligado às últimas tentativas francesas no Rio Grande do Norte; familiarizado com nossa costa Norte, traficante na região a leste do Amazonas, em bons termos com os chefes indígenas dela, orientou seus compatriotas para a criação de um estabelecimento no Maranhão.

Após angariar apoio para o projeto, o capitão Jacques Riffault partiu em março de 1594, com destino ao Maranhão, onde um dos seus navios naufragou, morrendo boa parte da tripulação. Riffault teve que retornar para a França, deixando na ilha do Maranhão (São Luís), Charles de Vaux com alguns outros franceses e índios que tinha em sua companhia.

Segundo Berredo ([1749] 1988, p.48) a ilha era, nesta época, habitada pelos tapuias. Daí Charles de Vaux e *seus índios* terem entrado em “[...] guerra contra outros índios [...]”, como informou Abbeville ([1614] 2002, p. 35). Quando o próprio Abbeville ([1614] 2002, p. 80), anos depois, em 1612, desembarcou em São Luís, afirmou que a mesma era habitada por “índios e selvagens Tupinambás”<sup>289</sup>.

Abbeville forneceu algumas pistas, de que uma “migração”<sup>290</sup> dos tupinambás, para a ilha do Maranhão, tenha ocorrido em consonância com os planos franceses de instalação da colônia.

<sup>288</sup>Em nota à edição de Abbeville, César Augusto Marques informa que este índio era um “poderoso chefe Petiguar, antes da conquista do Rio Grande do Norte”, chamado pelos portugueses Ibiraiipi.

<sup>289</sup>No capítulo posterior, demonstraremos que Claude d’Abbeville, diferencia, no seu discurso, os dois tipos de índios que encontrou no ano de 1612: os que vieram de Pernambuco e do Trópico de Capricórnio, e os que eram da região. Berredo ([1749] 1988, p. 57-58) também informa que quando os franceses chegaram em 1612 à ilha de São Luís, esta ainda era habitada por tapuias.

<sup>290</sup>Cristina Pompa (1998) aponta a problemática das duas grandes linhas interpretativas antropológicas sobre as migrações tupis, “[...] a que pressupõe a existência de um ‘misticismo’ endógeno tupi-guarani e a que define o fenômeno em termos de reação à situação de contato [...]” (p. 44). Pompa finaliza seu artigo declarando “[...] explicitamente a inutilidade interpretativa e a denúncia metodológica aos rótulos classificatórios e generalizantes [...]” (p. 68), que marcaram, desde o princípio, os estudos das “migrações” tupis em busca de uma “Terra sem Mal”, tais linhas interpretativas perderam a historicidade das relações de contato, que não ocorreram apenas em termos de reação, mas, também, em termos de negociação. Merece lembrarmos as questões apontadas por Noelli (1996a; 1996b), trabalhadas no capítulo 1, que diferencia as migrações, dos movimentos de fugas. Aqui acrescentemos os movimentos realizados em virtude das instáveis alianças, destacando “as escolhas” realizadas pelos indígenas, as quais, conforme coloca Monteiro (2001, p. 74), “[...] sempre foram condicionadas por uma série de fatores postos em marcha com a chegada e expansão dos europeus em terras americanas [...]”. Nesse caso, nesse momento, enfatizamos a escolha de alguns grupos indígenas pela aliança com os franceses, e pela constituição de uma colônia no Maranhão, distante de seus territórios originais, e dos portugueses, com os quais estavam em conflito aberto.

Como foi visto até agora, apesar das críticas que devem ser impostas e do cuidado em relação às narrativas dos cronistas, não se poder dizer que em 1594 os tupinambás já habitavam a ilha do Maranhão. São vários cronistas falando da presença “tapuia”, além de documentos do século XVII, como será abordado adiante.

Berredo dá uma importante informação a respeito da estada de Charles de Vaux no Maranhão, enquanto Riffault retornou para a França para conseguir novos recursos para a implementação da colônia. Segundo Berredo ([1749] 1988, p. 51, grifos nossos), Charles de Vaux conquistou a confiança dos índios:

[...] namorados todos aqueles bárbaros seus habitadores, assim no valor, a que deviam sempre as suas vitórias, como da *afabilidade natural*, de que era dotado, se penetraram tanto das suas sugestões, que voluntariamente se sujeitaram a *uma colônia da mesma nação*, que lhes oferecia, debaixo das promessas de que não só os defenderia de seus inimigos, mas também os instruiria na verdadeira religião, e costumes da Europa.

Ora, tudo indica que Charles de Vaux, ficou no Maranhão, nos anos finais do século XVI, a fim de reconhecer o território e estabelecer “pazes” com os indígenas da região, os quais são descritos como afáveis, para firmar as bases da colônia francesa que pretendiam estabelecer na costa setentrional do Brasil.

Um ponto a ser ressaltado é que os franceses, nessa viagem de Riffault e Charles de Vaux, de 1594, tenham levado indígenas colaboradores, para realizarem a tarefa de constituição do que Berredo chamou de “colônia de uma mesma nação”. Tanto é que, em princípio, Charles de Vaux e seus indígenas, movem guerras com os “outros índios” antes de alcançar as pazes, as quais foram ornadas no discurso de Abbeville ([1614] 2002, p. 35-36), com o intuito de ressaltar as qualidades diplomáticas do francês. Apesar da apologia à cristianização e facilidades dos franceses em “sujeitar” os indígenas, no discurso do capuchinho, não há porque duvidar de que eles realmente tenham levado para São Luís seus antigos aliados comerciais, indígenas já habituados a moradias mais fixas, diferente dos tapuias da ilha, para lhes ajudar na constituição da colônia.

Quais eram esses índios levados pelos franceses? Maia (2009, p. 47-61) faz um importante apanhado acerca dos deslocamentos indígenas na costa e sertão norte, concluindo sobre as dificuldades de se informar se eram potiguares, caetés e/ou tupinambás que haviam se deslocado para a ilha de São Luís<sup>291</sup>. Abbeville ([1614] 2002, p. 35) e Berredo ([1749]

---

<sup>291</sup>Ainda há os tabajaras da Serra da Ibiapaba. Segundo Maia (2010, p. 47-61), “[...] deve-se atentar para o seguinte: estes Tabajara eram os mesmos Potiguara que permaneceram como povoadores das Serras de

1988, p. 48) falam de um chefe “Ovirapive”, sem mais. Vê-se que qualquer tentativa de caracterizar o pertencimento étnico dos primeiros grupos que acompanharam os franceses, nessa viagem de 1594 ao Maranhão, não vai passar de conjecturas, até porque, como já fora salientado, no processo pós-contato emergiram diversas entidades étnicas de acordo com as negociações do momento.

O que interessa, por agora, é a informação de que os índios foram levados, e não parece que tinham papel secundário, apenas para compor as tropas. A referência à construção de uma *colônia de uma mesma nação* é uma nítida tentativa de etnificação, conforme foi visto com Boccara (2005), no capítulo 1.

Deve-se considerar, mais uma vez, que a política indígena estava fincada em situações históricas bastante concretas: os franceses já vinham comercializando com diversos grupos indígenas do litoral leste, sertão do nordeste e da Costa Leste-Oeste há muito tempo, e agora procuravam se instalar de forma definitiva no Maranhão. Conforme fora visto no mapa de Jacques de Vau de Claye (1579), a investida francesa era ambiciosa e contava com o apoio de diferentes grupos indígenas (situados na área circundada no mapa). Dessa forma, a proposição é de que os franceses levaram alguns de seus antigos parceiros comerciais, não apenas para engrossarem o exército, mas para fazerem parte e ajudarem a constituir a “colônia de uma mesma nação”.

Almeida (2003), ao longo do seu trabalho, enfatiza as negociações efetuadas pelos grupos indígenas, inclusive em situação de desvantagem, demonstrando a ação política indígena, através da qual os índios puderam se adaptar e se reelaborar (metamorfosar), para assumir seus lugares no mundo colonial. É evidente que essas metamorfoses também eram recorrentes em áreas marginais ao processo de colonização, onde não se conseguiu instalar núcleos povoadores portugueses, o que resultava em maior margem de manobra dos índios, que poderiam dispor de outros aliados europeus para negociar. Ao que tudo indica, além de movimentos de migração, ou de deslocamento dos indígenas, por pressão europeia, ocorreram negociações na ilha de São Luís, as quais resultaram em *metamorfoses*, pois, algum tempo depois, a ilha que era dos tapuias, ficou conhecida como a ilha dos tupinambás.

\*\*\*

---

Ibiapaba durante a separação com os Tupinambá do Maranhão. Logo, eles se apropriaram do designativo Tabajara, possivelmente, porque a oposição que mantiveram com os Tupinambá era forte o bastante para distingui-los numa relação com os portugueses”.

Sider (1994, p. 110-111) propõe que após o contato com os europeus, emergiram, ou se re-organizaram, essencialmente três formas de sociedades nativas: confederações militarizadas de comércio, escravidão ou mercenários; grupos tributários integrados às linhas de assentamento europeias; e comunidades autônomas, cuja autonomia, que tinha por uma de suas bases o comércio.

Boccaro (2001, p. 9), por sua vez, credita ao “[...] domínio de espaços regionais [...]” e ao “[...] jogo entre várias fronteiras [...]” uma das formas dos indígenas escaparem da “[...] empresa de colonização e sujeição [...]”, e assim manterem mais autonomia.

A Costa Leste-Oeste era uma incrível zona fronteira. Fronteira entre vários grupos indígenas; fronteira entre os europeus (proximidade da demarcação de Tordesilhas e da presença espanhola e francesa); fronteira como espaço não “povoado”, no entendimento dos colonizadores, reino da barbárie; fronteira, limite navegável, visto que a falta de domínio da navegação, na região, foi responsável por diversos naufrágios em virtude dos baixios, dos ventos e correntes marítimas que corriam no sentido de leste para oeste.

Os indígenas da costa e do sertão do Maranhão, sem dúvida, aprenderam a manipular essas fronteiras em seu favor, o que dificultou, o “povoamento” da região por parte dos colonizadores, quer espanhóis, portugueses ou franceses.<sup>292</sup>

Os grupos indígenas da Costa Leste-Oeste, até o final do século XVI, mantiveram relações comerciais com os europeus, ainda que mais circunstanciais do que as que eram realizadas entre alguns grupos indígenas no litoral leste do Brasil, entre os quais se efetivaram núcleos de povoamento europeu. E apesar de nestes núcleos de povoamento português, a dinâmica política indígena, elaborar outras formas de sociabilidades entre europeus e nativos, que os possibilitassem negociar papéis, espaços e algumas vezes certa autonomia em relação aos colonizadores, não há como deixar de considerar, que a autonomia indígena nas áreas marginais, como na Costa Leste-Oeste, tenha sido maior do que nos espaços de colonização.

Desta forma, os indígenas da costa norte ainda se mantiveram como donos dos seus territórios durante todo o século XVI, mesmo diante de contatos reiterados com os europeus, assim como das tentativas de colonização.

---

<sup>292</sup>Ver no estudo de Garcia (2009, p. 125-171) a capacidade desenvolvida pelos indígenas de manipularem os interesses dos portugueses e espanhóis nas fronteiras da América Meridional.



## Capítulo 4

*Autonomia Tremembé na Costa Leste-Oeste:  
estratégias de resistência e negociações -  
Século XVII*

O contexto do final do século XVI, para os grupos indígenas da Costa Leste-Oeste, era de intensa movimentação. Grupos de indígenas tupis, principalmente potiguaras, tabajaras, tupinambás e caetés, deslocavam-se para as regiões da costa norte e adjacências, como a Serra da Ibiapaba; quer incitados pelos franceses, em busca de negociações comerciais; quer fugindo dos portugueses e da violência colonial, inclusive da escravidão; quer à procura de regiões onde pudessem se estabelecer longe dos núcleos “civilizadores”; ou, ainda para constituir núcleos coloniais associando-se aos adventícios: franceses no Maranhão ou portugueses no Rio Grande do Norte, e depois Ceará.

Diante da expansão mais impetuosa dos portugueses sobre a costa norte, restavam basicamente três saídas, que poderiam acontecer nas mais variadas formas: fugir, resistir ou integrar-se. As fugas permitiram que alguns grupos indígenas continuassem isolados dos “brancos”, evitando o contato com a “civilização”, e assim seguissem suas histórias, tentando preservar-se dos males causados pelos invasores. Na costa norte e sertão adjacente, muitas vezes os “tapuias” se esquivaram ao contato, fugindo dos colonizadores, francos ou lusos.

A integração, que se dava por diversas maneiras, como por imposição, negociação ou acomodação, trazia consequências contraditórias. Algumas vezes, os núcleos coloniais podiam consistir-se em zonas de refúgio, nos quais os aldeamentos desempenharam importante papel como sendo, também, “espaços dos índios”, como dá exemplo Almeida (2003); outras vezes, de acordo com o que Monteiro (2005) observou em São Paulo, significavam zonas de trabalhos forçados e escravidão.

A resistência se dava de diversas maneiras, não apenas através da guerra aberta. Como coloca Vainfas (1992), por exemplo, ela podia efetivar-se no campo religioso, de forma “ajustada”, “resistência cotidiana” que acontecia nos espaços privados, onde o indígena mantinha suas tradições.

Certeau (2008, p. 40) lembra que os povos indígenas faziam uma “[...] ‘bricolagem’ com e na economia cultural dominante, usando inúmeras e infinitesimais metamorfoses da lei, segundo seus interesses próprios e suas próprias regras [...]”, “atividade de formigas” que implicava em desenvolvimento de várias táticas e estratégias, as quais permitiram que, no cotidiano, reproduzissem suas formas culturais e produzissem, assim, uma cultura mestiça, que lhes permitia integrarem-se ao mundo colonial. Desta maneira, o limiar entre o que seria resistência e integração, por vezes é tão fluido que não permite diferenciação, pois a resistência também acontecia através da “bricolagem”, citada por Certeau, com os índios, subrepticamente, minando os projetos dos colonizadores, através de traições, mudanças de

aliados ou simplesmente retirada de apoio, como aconteceu na costa norte brasileira, entre os grupos tapuias que lá viviam, parte dos quais transformou-se nos tremembés .

Houve, também, iniciativas dos próprios indígenas que elaboraram estratégias de resistência subreptícia, negociando, indistintamente, com os estrangeiros, prometendo “pazes” à custa do recebimento de “presentes”, sem se filiarem de forma legítima a nenhum dos adventícios, inclusive, atacando através de emboscadas, aqueles com os quais tinham sinalado “amizades”, por isso os tremembés foram comparados aos “turcos infiéis”, como se verá adiante.

Para alguns autores, como Serafim Leite (1943, p.8), os indígenas foram incitados pelos franceses a cometerem violências contra os portugueses. É óbvio que isso aconteceu, porém, incitações ocorreram de todos os lados, inclusive partindo dos próprios nativos, que também instigavam os adventícios, como é o caso dos índios de Camocim, dentre eles os tremembés, que procuraram os holandeses para moverem guerras contra seus inimigos no Vale do Acaraú, conforme informa Georg Marcgraf em 1639.

Desde a última vintena do século, como foi visto no capítulo precedente, havia planos de colonização francesa no Maranhão. Jacques Riffault, em companhia de Charles de Vaux, tentaram investir no incremento da pequena povoação francesa lá existente. Em 1594, enviaram uma expedição que, nos baixios do Maranhão, parte naufragou. Em virtude da perda, Riffault retornou à França, deixando na ilha do Maranhão (São Luís) seu companheiro, Charles de Vaux, o qual passou alguns anos entre os nativos, tecendo alianças, para retornar à Europa a fim de obter reforços para a constituição da colônia francesa. (BONNICHON, 1975, t.II, p. 530; MAURO, 2006, p. 286).

O boticário da corte de Henrique IV, Jean Mocquet (1617, p. 69-153), descreveu essa viagem<sup>293</sup> e seu local de chegada, a terra de *Yapoco* (p. 80)<sup>294</sup>. A expedição de 1603, que procurava perscrutar o Maranhão, a fim de reconhecer suas potencialidades, não chegou, sequer, a alcançá-lo.

Nesse mesmo período da viagem realizada por de Charles de Vaux, Daniel de La Touche e Mocquet, como colocam Wright e Mello (2003, p. 203), com a união das Coroas da Espanha e de Portugal, houve, por parte dos ibéricos, um maior “[...] impulso penetrador em direção ao norte e ao nordeste [...]. O Prata já estava aberto aos espanhóis. Necessitavam eles

<sup>293</sup> Saíram do porto de Cancale em doze de janeiro de 1604, passaram um mês na região do Rio do Ouro (África), desembarcaram em Cabo Verde e de lá, com ventos favoráveis, chegaram com rapidez ao Rio Amazonas.

<sup>294</sup>“*Arriu[v]ans em ceste terre de Yapoco, nous laissons La riu[v]iere des Amazones à main gauche, au delà de laquelle vers le midy est le grand pays du Bresil, & deça vers le Nort sont les Caripous & les Caribes [...]* nous y vis[î]mes aussi la marque de quelque vaisseau Flamand ou Anglois qui y au[v]oit passé desia[ ?].”

forçar a penetração em direção ao Amazonas, exatamente inverso da política portuguesa [...]”. Assim, houve um avanço colonizador sobre as capitanias da Paraíba do Norte, Rio Grande do Norte, Ceará, Maranhão e Grão-Pará, como foram nomeadas, depois das conquistas.

#### *4.1 Tentativas de conquista do pelos caminhos dos tapuias*

##### *4.1.1 Conquista pelas trocas e pelas armas*

Após várias investidas contra indígenas e franceses na Paraíba e Rio Grande do Norte, com a fundação da Fortaleza da Barra do Rio Grande (futura Natal) no ano de 1598, houve, por fim, um estabelecimento português duradouro, na costa mais ao norte. Como colocou Holanda (2003a, p. 220): “Ao findar-se o século XVI é esta Capitania do Rio Grande do Norte a extrema da colonização portuguesa no Brasil [...]”.

No ano de 1603, os portugueses voltam a avançar sobre a costa norte. O Governador Diogo Botelho emitiu um Regimento a Pero Coelho de Sousa (RIC, 1920, p. 231)<sup>295</sup>, justificando a empresa sob o objetivo de dilatar a “[...] santa fé cathólica e impedir-se o commercio com estrangeiros, que, contra pazes capituladas e fóra da obediência ao seu rei, vem a portos desse estado [...]”. O documento também observava que após o estabelecimento do forte no Rio Grande (do Norte) os estrangeiros estavam frequentando a região do rio Jaguaribe.

No regimento ficou acertado que Pero Coelho de Sousa levaria duzentos homens, voluntários, mais um ou dois missionários, e quantos índios quisessem ir com ele, sendo no máximo mil pessoas. Também se instruía que ele deveria, “por todas as vias”, procurar a paz. No mais, ordenava-se que se descobrissem e sondassem portos, procurassem minas, prendessem os estrangeiros, fizessem povoações procurando a amizade dos índios e se resgatassem os “índios postos a comer”, “sem força, nem violência”.

Nessa jornada, Pero Coelho de Sousa partiu da Paraíba, por terra, com sessenta e cinco soldados, dentre os quais Martim Soares Moreno, conhecido pela “conquista” do Ceará. Iam,

---

<sup>295</sup> Coleção Studart: N. 230. *Regimento que hade seguir o capitão-mór Pero Coelho de Souza na jornada e empreza, que por serviço de sua Majestade vae fazer.* 21 jan. 1603.

em sua companhia, de acordo com o que informou Frei Vicente do Salvador ([1627] 1889, p. 113), “[...] duzentos índios flecheiros, de que eram principais Mandiopuba, Batatão, Caragatim, Tabajaras, Garaguiguira, Potiguar [...]”.

Em Jaguaribe, Pero Coelho enviou um soldado e setenta índios para descobrirem terreno. Encontraram um índio que andava a “comedia”, talvez estivesse a caçar, o qual lhes afirmara que sua gente estava em guerra com os brancos, com os quais não queriam efetuar as pazes. Segundo Frei Vicente do Salvador, os expedicionários entenderam-se com o índio, presenteando-o com foices, machados e facas, à procura de convencer-lo, com tais objetos, a apaziguar seus companheiros.

Frei Salvador afirmou que, no dia seguinte, o nativo solicitou aos portugueses um intérprete para que o mesmo fosse se entender com os demais, o que leva a crer que não falavam a mesma língua<sup>296</sup>. Não há clareza quanto ao caminho tomado por Pero Coelho e sua comitiva, mas por esta época, para além do Jaguaribe, tanto a costa como o sertão, eram territórios de diversos grupos tapuias, como Gabriel Soares de Sousa ([1587] 1971, p. 54) informou, em 1587. Além disso afirmou que as populações que iam do Jaguaribe até o Amazonas eram “gente mais doméstica”, inclusive, às vezes, encontravam-se em paz, às vezes, encontravam-se em guerra com os potiguares.<sup>297</sup>

Frei Vicente do Salvador ([1627] 1889, p. 114) também fez uma observação sobre a “afabilidade” dos índios da região, os quais foram se agrupando à comitiva, e ao chegarem a Camocim, “[...] entre grandes e pequenos eram mais de cinco mil almas [...] era gentio tão fácil, e desapropriado, que deixando suas casas e lavouras se vieram com mulheres, e filhos, dizendo que não queriam senão pazes com os brancos cristãos [...]”. Marcharam até o Ceará, de lá partiram para Jericoacoara, “[...] enseada grande do âmbar, e à mata do pau de cores, que chamam iburá quatiara [...]”<sup>298</sup>, depois para Camocim e, enfim, para a Serra da Ibiapaba.

---

<sup>296</sup> Não há informações de que grupos indígenas se tratavam. Berredo ([1749] 1988, p. 49, grifos nossos) informou, muitos anos depois, que encaminhando sua marcha pelo Ceará, Pero Coelho tirou “[...] *alguns índios mais domesticados*, com a vizinhança dos presídios da costa [...]”. Nesse período os portugueses ainda não haviam edificado nenhuma fortaleza na costa, além da de Natal, o que nos leva a pensar na existência de guarnições, de pontos de tráfico de mercadorias, já instalados entre o Rio Grande do Norte e o Jaguaribe. Sobre as fortificações do Ceará, ver Carlos Studart Filho (1929-1930).

<sup>297</sup> As relações transformaram-se poucos anos depois, provavelmente diante do desfecho desta expedição, como será visto adiante, pois após viagem à Serra da Ibiapaba, no ano de 1607, o Padre Luís Figueira (RIC, [1609] 1903, p. 138-140) comentou: “Do rio grande, que He a ultima povoação dos Portugueses, ao Maranhão sã passante de tresentas legoas, todas povoadas de tapuyas salvagens, [...], e andão em magotes de 50, 80 e 100 casais corendo sempre os campos buscando cassa de que sustentão [...] ne admitem pases com ninguém como todos nos informarão [...]”. (*Carta de Luiz Figueira sobre as dificuldades da Missão do Maranhão*, Colégio da Bahia, 26 ago. 1609).

<sup>298</sup> Note-se que Jericoacoara já era conhecida pelos produtos de troca que lá existiam: o âmbar-gris e a madeira. Segundo HOUAISS (2004) o âmbar-gris é uma “[...] substância sólida, de cor cinza, branca, amarela ou negra,

Como avaliar o discurso de Frei Vicente? Que muitos índios juntaram-se à comitiva, no caminho, entre os quais estariam os futuramente chamados tremembés (habitantes de Jericoacoara e Camocim), parece não haver dúvidas, pois seria impossível, aos portugueses, travarem as inúmeras batalhas na Serra da Ibiapaba com apenas o contingente inicial de duzentos índios e sessenta e cinco soldados, contra os “índios infinitos” da serra, como informou exageradamente Martim Soares Moreno (RIC, 1905, p. 67)<sup>299</sup>.

No relato de Frei Vicente do Salvador, ficou subtendido que as negociações efetuadas com os indígenas ocorreram, pelo menos em parte, através da “doação” de foices, machados e facas, e que, a partir dos entendimentos iniciais, ocorrera um suposto acordo de pazes. O Padre Luís Figueira ([1608] RIC, 1903)<sup>300</sup>, anos mais tarde, no relato de sua viagem à Serra da Ibiapaba, realizada no ano de 1607, reclamou da cobiça dos índios, pois a passagem por seus territórios implicava em pagamento de mercadorias, e só assim os padres conseguiam seguir viagem nas terras dos “tapuias”: dando-lhes propinas, como verdadeiros pagamentos de pedágios. Mas além da “compra” de passagem, devem ter ocorrido negociações diplomáticas, pois tudo indica, pela leitura de documentos posteriores, que pelo menos uma parte dos indígenas da Costa Leste-Oeste estaria descontente com a instalação dos franceses no Maranhão, os quais estavam levando, incentivando e oferecendo proteção a grupos de índios que vinham de Pernambuco e regiões próximas, para se instalarem na ilha de São Luís.

Os tremembés, que habitavam a região dos Lençóis Maranhenses, da Ilha de Santa Ana e Camocim, por exemplo, segundo Yves d’Evreux (2002, p. 177), nos anos de 1613-1614, eram “inimigos irreconciliáveis” dos tupinambás do Maranhão. Ora, este foi um dos contextos de surgimento da alteridade tremembé. Alguns dos “tapuias” da costa ofereceram apoio aos franceses, na ilha de São Luís, e acabaram por se metamorfosear nos tupinambás do Maranhão. Outros, contudo, não aceitaram a presença de grupos indígenas de costumes e língua completamente diferentes, além dos franceses, instalando-se definitivamente em suas terras, não apenas para comercializar. Por isso, nessa época, os tremembés deveriam estar em conflito com os tupinambás, como informou Yves D’Evreux. Provavelmente, uma parte dos grupos que escolheram manter sua autonomia, transformou-se nos tremembés.

---

odor almiscarado e consistência de cera, formada no intestino dos cachalotes e usada como fixador de perfumes”. Era encontrada, frequentemente, nessa costa e muito valorizada pelos europeus.

<sup>299</sup> *Relação do Seará*, (ca. 1618). A informação do tio de Martim, Diogo de Campos Moreno ([1614] 2002, p. 28), difere um pouco da de Frei Vicente Salvador, pois informou que Pero Coelho partira com oitenta homens brancos e quase oitocentos índios (talvez já se referisse ao exército que fora engrossando no caminho). Sobre a análise das batalhas travadas na Serra da Ibiapaba, entre a comitiva e os tabajaras, além da estimativa demográfica sobre os habitantes da serra, ver a tese de Lúcio Maia (2010, p. 62 et seq.).

<sup>300</sup> *Relação do Maranhão, pelo jesuíta Padre Luiz Figueira enviada a Claudio Aquaviva*, 1608.

Dessa forma, em relação à expedição Pero Coelho, acredita-se que nas negociações realizadas com os indígenas, devem ter ocorrido alianças contra os inimigos comuns.

Os portugueses enfrentaram muitas batalhas com os índios e os franceses na Serra da Ibiapaba e ao final de seis meses, após as vitórias alcançadas, deixaram a serra “conquistada”<sup>301</sup>. Devido às dificuldades de se manterem no lugar, apesar do objetivo inicial da empresa ser o de irem até o Maranhão, não conseguiram sequer transpor o rio Parnaíba (chamado de Punaré, por Frei Vicente do Salvador), de onde retornaram.

Nas palavras do jovem Martim Soares Moreno (RIC, 1905, p. 67)<sup>302</sup>:

[...] fui com o Capitão mor Pero Coelho de Souza a descobrir e conquistar a Província de Jaguaribe e Seará e Mel Redondo [Serra da Ibiapaba], onde tivemos muita guerra com aqueles Índios que erão infinitos, e tinham muitos francezes em sua companhia. O que ficou conquistado, e depois de seis mezes de guerra onde eu recebi muitas feridas com os demais companheiros, e vendo que nos não podíamos sustentar, nos retiramos a Seara para que com mais socorro fossemos a conquista do Maranhão, tão desejada pelos reis passados [...].

O que ficou encoberto, nos discursos dos colonizadores, foi o embuste cometido por Pero Coelho, que ludibriou os indígenas e fê-los acompanhá-lo, mas que não ia movido para fazer “pazes”. Pero Coelho desviara-se do propósito de pacificação, ao capturar escravos fora das condições impostas pelo seu regimento, escravizando os próprios indígenas de sua comitiva, portanto, não lhe interessava manter os índios fiéis à Sua Alteza, e sim cobrir as despesas e auferir os lucros da expedição, feita às suas expensas.

Alguns anos depois do ocorrido, em 1614, Diogo de Campos Moreno (2002, p. 28) criticou o malogro da empreitada, dizendo que havia transcorrido “[...] sem ordem nem braço de rei [...]”, além do que, o governador Diogo Botelho, durante a empresa, enviara cartas aos expedicionários exigindo que lhe mandassem “[...] parte dos índios [...]”. Para o sargento-mor, Diogo de Campos Moreno, a jornada de Pero Coelho havia sido feita “[...] somente para cativar e vender índios [...]”<sup>303</sup>. Eis um dos motivos que levariam Pero Coelho de Sousa a solicitar licença para fazer a conquista às próprias custas: capturar escravos. Eis por que, também, alguns anos depois, os “tapuias” encontrados por Padre Figueira, no caminho entre o Jaguaribe e o Maranhão, não eram mais “o gentio tão fácil”, descrito por Frei Vicente do

<sup>301</sup>De acordo com Berredo ([1749] 1988, p. 49), apesar de Pero Coelho conseguir a rendição de um dos principais líderes indígenas dos tabajaras da Ibiapaba, Mel Redondo, o capitão abandonou a serra por “falta de socorros”.

<sup>302</sup>*Relação do Seará*, (ca. 1618).

<sup>303</sup>É preciso dizer que Diogo de Campos Moreno foi um dos que aprovaram a dita jornada quando da consulta do governador e tanto acreditou no projeto de conquista, que enviou seu sobrinho, ainda de pouca idade, Martim Soares Moreno, junto com Pero Coelho de Sousa.

Salvador, visto que Pero Coelho escravizou não apenas os prisioneiros de guerra, mas também os índios que o tinham servido nas batalhas.

A acusação a Pero Coelho não foi leviana, foi confirmada pela Carta Régia, endereçada ao governador Diogo Botelho, datada de vinte e dois de setembro de 1605 (RIC, 1920, p. 233-234)<sup>304</sup>, segundo a qual, após os “autos” realizados sobre o cativo dos índios se achou que o cativo não era legítimo “[...] nem era bom para o bom prosseguimento daquela conquista escandalisar os índios dessas partes com cativos, que elles tanto temem e aborrecem [...]”. Assim, o rei ordenou que se fizesse os índios livres e os retornassem às suas terras.

Apesar de a carta régia ter sido uma resposta a uma representação feita pelo governador, ao rei, o sargento-mor, Diogo de Campos Moreno, acusou o próprio governador de solicitar índios a Pero Coelho. Hemming (2007, p. 309) coloca que o “corrupto” governador, fora alvo de protestos, contra “[...] tão grande flagrante desconsideração às leis relativas à escravidão dos índios [...]”. Entretanto, já que, conforme a carta régia, o próprio ouvidor geral deu parecer favorável ao cativo dos índios, mais do que esse sentimento de legalidade, por certo, o que movimentou os protestos foram as ações dos índios, que entraram em conflito com os portugueses de Pernambuco, conforme citou, alguns anos depois, o Padre Antônio Vieira. O jesuíta informou ([1660] RIC, 1904, p. 86)<sup>305</sup>, sobre um capitão português que aviltara os índios, antes avassalados, do Rio Grande (RN) até o Ceará, e que somente em 1605 foram apaziguadas as guerras que esses índios moveram contra os de Pernambuco, justamente o ano em que a carta régia ordenava que os índios fossem devolvidos aos seus locais de origem.

A expedição de Pero Coelho de Sousa, assim, deixou os índios “escandalizados”, e ainda não conseguiu o intento de chegar até o Maranhão, pois fora somente até ao rio Parnaíba (PI) de onde retornou até o “Seará” (atual Fortaleza) e de lá para Pernambuco.

No Ceará, conforme informou Martim Soares Moreno ([1618] RIC, 1905, p. 67-68), ele permaneceu com alguns soldados, para tentar estabelecer uma guarnição para a futura conquista do Maranhão. Porém, sem sustentáculo para continuar na região, e em virtude de “[...] muitos desassocegos nos Índios por algumas razões que se lhe fizerão [...]” (por certo as capturas de escravos), Martim abandonou o fortim construído na barra do rio Ceará, período no qual observou o interesse francês na região:

---

<sup>304</sup> Coleção Studart. N. 231. *Carta Régia a Diogo Botelho sobre os índios do Ceará capturados por Pero Coelho de Sousa*. Lisboa, 22 set. 1605.

<sup>305</sup> *Relação da Missão da Serra de Ibiapaba*.

Alli nos trez annos que digo aportarão muitos Piratas que com aqueles Indios commercearão e carregarão muitos navios de algodões e pimenta malagueta, muitos bichos, como Papagaios, Bogios, Saguins e muito pao [pau] a quem os Índios chamão Uburaquatiara que é o melhor que até agora se há descoberto em todo o Brazil por ser como damasco, e tambem carregarão pao de tinta chamado tatagiba com algum ambar.

Dessa primeira jornada portuguesa ao Maranhão, no início do século XVII, observam-se as contraditórias relações ocorridas durante o processo de colonização. Em princípio, os indígenas foram “apaziguados” com presentes, depois foram escravizados. É óbvio que, ao receberem os expedicionários seguintes em suas terras, não seriam mais o “gentio tão fácil”, descrito por Frei Vicente do Salvador ([1627] 1889, p. 114), mas os desconfiados “tapuias selvagens” dos quais falou o Padre Luís Figueira ([1608; 1609] RIC, 1903)<sup>306</sup>, poucos anos depois.

#### 4.1.2 Conquista pela cruz

Mais apaziguados os ânimos, talvez devido à liberação dos índios cativos, houve outra tentativa de estabelecimento de comunicação entre Pernambuco e Maranhão, desta vez feita sob os auspícios dos jesuítas, conforme informa o Catálogo da Companhia de Jesus, de 1607: *Missio ad Fluvium Maranhão [sic]* (LEITE, 1943, t.III, p. 4).

De acordo com Serafim Leite (1943, t.III, p. 4), a ida de Pero Coelho e sua comitiva e a violência por ele causada aos “índios da costa”, tornaram mais difícil a ação jesuíta e consequente tentativa de estabelecimento de uma missão. Tanto foi que, para não deixarem os índios mais arredios, os Padres Francisco Pinto e Luís Figueira partiram de Pernambuco com sessenta índios e nenhum soldado ou homem branco, em sua comitiva.

A missão era religiosa, mas o objetivo era nitidamente político: realizar a conquista da costa norte, que era devassada pelos franceses, em comércio frequente com os indígenas. Neste ponto, o próprio Padre Figueira ([1608] RIC, 1903, p.97)<sup>307</sup> é bastante claro: partiram com a intenção de pregar o evangelho e para tirar os franceses das terras que pertenciam aos

<sup>306</sup> *Relação do Maranhão, pelo jesuíta Padre Luiz Figueira enviada a Claudio Aquaviva, 1608; Carta de Luiz Figueira sobre as dificuldades da Missão do Maranhão, Colégio da Bahia, 26 Ago. 1609.*

<sup>307</sup> *Relação do Maranhão, pelo jesuíta Padre Luiz Figueira enviada a Claudio Aquaviva, 1608.*

portugueses. Martim Soares Moreno ([1618] RIC, 1905, p. 68), na sua *Relação do Seará*, ainda informou razões econômicas: os padres foram para domarem os índios, mas também em “[...] demanda de umas minas [...]” sobre as quais os franceses informavam que havia na Serra “do Ponare”.

Observa-se que o “gentio fácil” agora precisava ser “domado”.

A história da tentativa de estabelecimento da missão da Ibiapaba pelos Padres Pinto e Luís Figueira entrou para os anais da Companhia de Jesus, como um dos principais sacrifícios, em nome da função evangelizadora, pois o Padre Pinto foi morto pelos tocarijus (tarairius), na descida da Serra da Ibiapaba. Assim, o padre foi alçado à condição de mártir, na narrativa apologética de Serafim Leite (1943, t.III, p. 4-14).

Segundo o Padre Luís Figueira ([1608] RIC, 1903, p. 97)<sup>308</sup>, partiram, ele e Padre Francisco Pinto com seus sessenta índios para a missão do Maranhão, sob ordem de Fernão Cardim em janeiro de 1607: “O Rio do Maranhão de q’ se denomina todo aquelle certão dista de Pernambuco tresentas e trinta legoas [...] e em toda esta região e comarca do Maranhão, aonde há innumeraveis almas e muitas castas de gentio [...]”. Os índios que os acompanhavam informaram-lhes sobre o comércio dos franceses com os nativos, de madeiras preciosas, paus de tintas, pimenta, fios de algodão, redes, pássaros e outros bichos (p. 98).

Ao chegarem ao rio Jaguaribe, os índios naturais da região adentraram o território, em busca de seus parentes e encontraram alguns, que estavam escondidos dos portugueses e dos “tapuias”. Segundo os índios, os “tapuias” haviam se “confederado” com os portugueses, para capturá-los e os vender como escravos.

O relato de Figueira demonstra como ficaram alteradas as relações dos indígenas dessa parte da costa, entre si e com os portugueses, depois das frequentes ações dos colonizadores, que deixaram os índios com medo dos brancos, que os aprisionavam, separavam filhos e mulheres e cometiam atrocidades. Os parentes dos índios da comitiva, inclusive, não acreditaram que os padres vinham em paz, e disseram que os brancos queriam enganá-los, para cativá-los sob as mãos dos próprios parentes.

Os índios que habitavam a região do Jaguaribe, também eram “tapuias”, os jagoarigoaras<sup>309</sup>. Só anos depois, quando os portugueses conseguiram se estabelecer no lugar, houve a ocupação dos potiguares. Aí devem ter ocorrido processos, dos quais já foi falado

<sup>308</sup> *Relação do Maranhão, pelo jesuita Padre Luiz Figueira enviada a Claudio Aquaviva*, 1608.

<sup>309</sup> Nimuendaju (1987) não os insere em nenhum tronco lingüístico.

antes, de etnificação e etnogênese, responsáveis pela “metamorfose” de parte dos antigos *jagoarigoaras* em potiguares, inseridos no processo de colonização.

Partiram a pé, continuando a viagem, andaram em torno de trinta e cinco léguas, e chegaram a uma enseada, provavelmente a do Mucuripe, próxima à foz do rio Ceará. Figueira disse que mandaram os índios à frente, para que, se encontrassem seus parentes naturais daquelas partes, também *jagoarigoaras*, juntassem-nos à tropa e dessem a notícia de que Sua Majestade os fizera livres e forros. Uma evidência no sentido de que, entre os indígenas que Pero Coelho escravizara, também estavam seus aliados *jagoarigoaras*, do Ceará.<sup>310</sup>

Depois desta região, os missionários caminharam mais uns poucos dias na costa e então se afastaram do mar, adentrando ao sertão. O intento era tomar intérpretes e assim notícias sobre o estado das coisas, da Ibiapaba ao Maranhão, principalmente devido aos franceses, que representavam uma das maiores dificuldades a serem enfrentadas. Talvez justamente devido aos franceses, os padres não tenham percorrido o caminho pela costa, pois próximo à região de Camocim, havia maior presença e comércio dos estrangeiros com os “tapuias.

Parte desses “tapuias”, que comercializavam com os mercadores franceses, ao que tudo indica, seriam os futuros tremembés. Como já foi proposto, nessa época, durante o avanço português sobre a Costa Leste-Oeste, se inicia a diferenciação dos tremembés, que ocupavam dessa região limítrofe com os jaguaribaras, aproximadamente às margens do rio Curu, ou um pouco depois, junto à barra do rio Aracati-mirim em diante, até o golfo do Maranhão. Os jaguaribaras e tremembés, provavelmente, viveriam de forma similar, da pesca, coleta e caça, e seriam grupos aparentados entre si, entretanto, nos processos de colonização, vão-se implantando as dissensões, pois conforme os interesses dos grupos indígenas, eles poderiam chocar-se entre si, ou com os colonizadores. As referências aos indígenas que se atocaiavam nos mangues como tremembés, podem ter surgido justamente pelas observações sobre os “tapuias” que andavam escondendo-se dos portugueses, depois da capciosa expedição de Pero Coelho de Sousa. Os jaguaribaras escolheram, nesse período, aliar-se e juntar-se aos portugueses no rios Jaguaribe e Ceará, os tremembés, apesar de aceitarem a presença portuguesa, continuaram, como diziam os documentos do século XVII e início do século XVIII, suas “correrias” pelas praias (ABN, 1904; 1948; 1949).

Como os padres iam na estação das chuvas, conheceram um sertão cheio de águas, com muita mata alta, o que estendeu a jornada, antes prevista para ser realizada em quinze ou vinte

---

<sup>310</sup>Vê-se, então, que o etnônimo pelo qual era conhecida, pelo menos uma parte dos indígenas não-tupis encontrados na costa do Ceará, daqueles que viviam da ribeira do rio Jaguaribe para o oeste, provavelmente até o rio Curu (CE), era jaguariguara (variações: jaguaribaras e jaguarijaras)

dias, por dois meses. O Padre Figueira afirmou que, nessa viagem, o alimento mais utilizado pelos índios daquelas paragens eram os ratos<sup>311</sup> e o mel. Passaram muitas necessidades, mas, enfim, chegaram à Serra da Ibiapaba, onde ficaram algum tempo missionando entre os índios locais, e depois desceram a serra em direção à costa, de onde se encaminhariam para o Maranhão. Neste caminho, pelo sertão, os índios que iam em sua companhia encontraram-se com os índios “tapuias”, dos quais, provavelmente a partir do relato dos tabajaras da serra e dos índios da comitiva, o Padre Figueira ([1608] RIC, 1903, p. 110-111, grifos nossos) forneceu algumas informações: “[...] De modo q’ desta serra da Ybiapaba até maranhão tudo esta cheio de salvages q’ a todo matão ou cativão, entrão porem com elles algus destoutros índios de paz *quãdo vão tratar algu resgate ou cousa semelhante mas cõ grãdes cautelas dos tapuyas q’ de ninguem se cõfião [...]*”.

Referiu-se ao endocanibalismo e ao nomadismo:

[...] quando os seus morrem se são homens, as mulheres lhe comem as carne, e os ossos moydos lhos bebem p.<sup>a</sup> q’ não tenham saudades daquelles q’ metem nas entranhas, tendose p.<sup>f</sup> mais pios nesta impiedade q’ os q’ enterram os mortos apartandoos de sy de todo o que he causa das saudades. O modo de viver destes he andar sempre como os antigos feitos cõ sua casa movida e todas suas riquezas e alfaias são seu arco e frechas co q’ cassão, e aonde achão de comer ahi dormem sem cama nem rede mais q’ o chão e como andão muitos raramente achão em hum lugar de comer dous dias arréo [ao léu?<sup>312</sup>] pello q’ quase infinitamente ãdão cada dia hua e duas legoas [...]. (FIGUEIRA [1608] apud RIC1903, p. 111).<sup>313</sup>

Importante salientar que apesar da desconfiança em relação aos “tapuias”, havia as trocas, os resgates, realizados entre os diferentes grupos indígenas, demonstrando as relações interétnicas, das quais se falou no capítulo 1. Em uma área como o sertão do nordeste do Brasil, sujeita a longos períodos de estiagem, assim como na área litorânea, de predomínio de dunas e da rala vegetação de restinga, aos habitantes de um e de outro lugar, respectivamente, era necessária a manutenção de trocas de produtos não disponíveis em suas regiões (como foi

<sup>311</sup>Existem várias espécies de roedores no sertão nordestino, como preás e mocós.

<sup>312</sup>No espanhol: Arreo<sup>2</sup>. 1. adv. t. Sucesivamente, sin interrupción. (REAL ACADEMIA, 2001).

<sup>313</sup>Observar que o endocanibalismo desses “tapuias” era uma prática antropofágica bastante diferente da dos tupinambás e potiguares. Lembramos do estudo de Conklin (2001), abordado no capítulo 1. Há uma semelhança na justificativa do ritual funerário, estudado etnograficamente pela autora, entre os waris da região de Rondônia, com estes tapuias descritos por Figueira, do século XVII. Após várias conversas com os anciãos waris, Conklin encontrou duas explicações recorrentes para a prática de endocanibalismo, que era realizada até meados de 1950: o canibalismo era feito por compaixão pelo morto e em compaixão pelos parentes em luto, um meio de ajudá-los a perder sua dor. Deixar um corpo intacto para eles era uma forma de prolongar a dor dos parentes, cuja memória prolonga o processo de luto. Fazer o corpo desaparecer significava ajudar os familiares. Para os “tapuias”, descritos por Figueira, era também um ato de piedade e uma forma de matar a saudade.

proposto no capítulo 1, através da perspectiva ecológica de Barth). Enquanto os habitantes do litoral dispunham de peixes e mariscos em geral, os habitantes do interior dispunham de frutas, sementes e animais não encontrados nas áreas de restinga.

Os padres enviaram os índios por dois caminhos para sondarem o território e tentar obter as pazes com os nativos daquelas regiões. O primeiro grupo sequer conseguiu romper os matos. O segundo encontrou uns “tapuias”, aos quais entregaram um machado, umas facas e um pouco de fumo; os índios dos missionários encaminharam os objetos aos principais dos “tapuias”. Os índios deram a seguinte resposta, dos “tapuias” aos padres (FIGUEIRA [1608] apud RIC, 1903, p. 112):

[...] os primeiros com que encontrarão lhe tomarão o machado e o mais q' levavão, q' assi costumão ordinariamente esses salvagens, nem aproveitou dizerlho q' era p.<sup>a</sup> o principal, só hua faca lhe chegou a mão, e que todos dizião q' fossem os padres e q' lhe levassem machados, facas, espelhos, tizouras ec (nomeão tudo por seu nome) e que elles farão pazes cõ outros de diante [...].

Com os “tapuias” dessa região seria muito difícil negociar. Entre eles a figura do “principal” era mais fluida, segundo os próprios indígenas da comitiva dos padres informavam<sup>314</sup>. De acordo da resposta dos “tapuias” aos jesuítas, eles queriam presentes para todos da comunidade, indistintamente. Interessante a informação de que eles conheciam os objetos por seus nomes, e assim os exigiam dos missionários. Observa-se, também, que eles solicitavam primeiro os objetos, para depois irem franquear com os outros grupos, a passagem dos padres pela região, compromisso que muitas vezes não cumpriam.

De acordo com Sider (1994, p. 113)<sup>315</sup>, as trocas entre nativos e europeus eram baseadas em transações de crédito, as quais geravam obrigações entre os líderes nativos e os europeus, fazendo com que os líderes indígenas pressionassem seus seguidores à realização de serviços, que geravam antagonismos nas sociedades indígenas. Talvez este tenha sido um dos principais pontos fracos dos povos nativos: o crédito gerava um compromisso, e a crescente demanda pelas mercadorias europeias gerava mais vínculos com os europeus. Assim, doavam-se os presentes e em seguida pedia-se algo em troca. Os nativos tornavam-se

---

<sup>314</sup>Durante as chamadas “guerras dos bárbaros”, de meados do século XVII ao início do século XVIII, é recorrente a menção à forma desordenada como os tapuias guerreavam, sem um líder.

<sup>315</sup>Conforme Sider (1994, p. 113, grifos do autor): “[...] the fact that a very substantial part of the dealings between native American peoples and Euro-American traders were credit transactions, with goods advanced to natives peoples against the future delivery of military campaigns, deerskins or slaves, meant that native *leaders* became increasingly antagonistically bound to their followers. Leaders were obliged to press their followers into the necessary service under increasingly unfavorable terms of trade and with increasingly devastating consequences”.

dependentes desse algo (geralmente ferramentas de ferro), e como coloca Ferguson (1990, p. 244), os ocidentais fizeram esforços deliberados para estimular novas “necessidades” entre os indígenas, para que estes demandassem por mais objetos para as trocas, e, desta forma, era criado o círculo vicioso. Através dos chamados “principais”, os europeus fomentavam a maior hierarquização, e geravam mais dependências (além de dissidências) nos grupos nativos.

Nas sociedades onde a figura do “principal” era mais fluida, os europeus encontravam uma dificuldade a mais, como os “tapuias” informaram, pois solicitavam mercadorias para todos da aldeia. Este se tornou mais um problema para se realizar a colonização da Costa Leste-Oeste e do sertão adjacente: a própria estrutura social dos indígenas. Como fora comentado anteriormente<sup>316</sup>, essas sociedades constituíam-se de numerosas unidades políticas independentes e dispersas, que se deslocavam com grande frequência e facilidade. Diante da fragmentação e da constante movimentação dos “tapuias”, como aldeá-los? Como “civilizá-los”?

Mais de oitenta anos depois, o Padre Ascenso Gago (1695, apud LEITE, 1943, t.III, p. 51)<sup>317</sup> ainda externava essa problemática de aldear os “tapuias”: “[...] É certo que enquanto eles não viverem de suas lavouras (como os índios de língua geral) nem será possível aldearem-se, nem nós doutriná-los, porque necessariamente hão-de fazer correrias pelos campos, buscando o sustento quotidiano [...]”.

Este não era o único problema encontrado pelos padres no seu caminho para o Maranhão, segundo Figueira ([1608] RIC, 1903, p. 113), os índios da Ibiapaba estavam em inimizade com vários grupos tapuias, que viviam aos arredores da serra e também havia atritos com outros grupos tupis, o que gerava um clima de instabilidade geral, criado pelas guerras movidas por Pero Coelho, que envolviam índios, aliados e inimigos, portugueses e franceses.

Depois de algum tempo na serra, e apesar de não terem realizado as pazes almejadas com os “tapuias”, os padres partiram em direção ao mar, para irem até o rio Parnaíba que ficava no caminho para o Maranhão.

O relato do Padre Figueira fornece algumas informações a respeito de indígenas, por ele chamados, “índios do mar”. Não parece se tratar dos “tapuias” da costa, pois no discurso de Figueira sempre é bem marcada a diferença entre os “índios” e os “tapuias”, inclusive, depois

---

<sup>316</sup>De acordo com Boccara (2005), no capítulo 3.

<sup>317</sup>*Carta Ânua do que se tem obrado na missão da Serra de Ibiapaba desde o ano 93 até o presente de noventa e 5 para o Padre Alexandre de Gusmão da Companhia de JESUS Provincial da provincia do Brasil.* Olinda, 10 out. 1695.

de cinco meses tentando alcançar a paz com os tapuias, os padres ainda não haviam conseguido sequer vê-los. Todas as embaixadas em que enviavam seus índios e intérpretes para contatar os tapuias, fracassaram, pois recebidos os presentes, os índios reclamavam por mais objetos, prometiam as pazes, mas não se juntavam aos padres.

Ao se distanciarem cinco léguas da principal aldeia da Ibiapaba, encontraram-se com uns poucos índios, remanescentes de algumas das aldeias, que haviam sido devastadas no enfrentamento com os portugueses na época de Pero Coelho de Sousa. Estes poucos índios estavam com muito medo dos brancos. Segundo Figueira ([1608] RIC, 1903, p. 120), estes índios haviam fugido dos portugueses, indo parar no Maranhão, “[...] a mãos dos tapuyas de frãcezes<sup>318</sup>, e outra gente q’ do mesmo maranhão q’ co os francezes lhe fizerão guerra [...]”, assim, tiveram que retornar, pois além de tantas guerras também foram atingidos por doenças, o que reduziu em muito o tamanho da aldeia. De um principal chamado Mandiaré, obtiveram a notícia de que os franceses estavam no Maranhão e também no Amazonas.

Os padres não desistiram do seu propósito, até o episódio em que, ao descerem a serra, a caminho para a costa, se encontraram com os “cararijus” (tocarijus, tarairius), os quais os atacaram em emboscada, matando alguns índios da comitiva e, inclusive, o Padre Pinto.

Depois da morte do Padre Pinto, o Padre Figueira instalou-se entre os “índios do mar”, cujo principal era Cobra Azul, que antes da chegada dos padres na serra, estava em conflito com os tabajaras.

Segundo relata Figueira, a aldeia de Cobra Azul possuía roçados e há menção à realização de antropofagia por vingança, características dos grupos tupis, e não tapuias. A aldeia não ficava propriamente na costa, mas a uma légua do mar. Tudo indica que Cobra Azul e os seus, eram índios vindos de Pernambuco na comitiva de Pero Coelho de Sousa, em 1603, pois, conforme Cobra Azul informou ao padre, sofreu nas mãos de Pero Coelho por três anos e, por isso, estava desconfiado de que o padre o estava a enganar, querendo escravizá-los, como fizera Pero Coelho antes. Dessa forma, a estada de Figueira entre esses indígenas não fora amistosa, gerando, inclusive, uma dissensão no grupo.

O grupo de Cobra Azul, provavelmente, fora um dos libertos após a emissão da carta régia de 1605, os quais, fugindo dos portugueses, foram se instalar nas proximidades da costa. Dessa forma, vê-se a movimentação dos grupos indígenas, em relação à própria dinâmica da ocupação colonial.

---

<sup>318</sup>Mais um elemento que nos leva a crer que somente com a preparação e implantação da França Equinocial houve o maior deslocamento de tupinambás para a ilha de São Luís.

Figueira, ao partir da aldeia de Cobra Azul, levou-lhe o filho, também chamado Cobra Azul, e mais alguns indígenas da aldeia. Depois de penoso caminho de retorno, juntaram-se aos outros grupos tupis, que agora aumentavam, nas aldeias da costa leste do Ceará.

Em relação aos tapuias que habitavam propriamente a faixa litorânea e que, como se verá adiante, ainda ocupavam a maior parte do território entre o rio Ceará (proximidades de Fortaleza) e o golfo do Maranhão, Figueira não disse nada, a não ser que os indígenas não permitiram o contato.

Studart (1894, p. 106)<sup>319</sup> informou que os tabajaras, vingaram a morte do Padre Pinto “[...] exterminando a tribo [sic] dos tocarijus [...]”, recuperando os ornamentos e o altar da missão, com exceção de um cálice, “[...] que mais tarde foi encontrado entre os índios cristãos, que o houverão por compra aos taramembés”. Dessa forma, Studart suspeitou que os tremembés estivessem envolvidos no massacre do Padre Pinto, junto aos tocarijus. Como Studart não fez referência ao documento de onde procede a informação, fica difícil tecer alguma consideração. Entretanto, é muito possível, que após a expedição de Pero Coelho, os índios da costa, ainda não chamados de tremembés, tenham-se juntado aos tocarijus para expulsar os portugueses da região, em virtude dos maus tratos e escravidão sofridos nas mãos de Pero Coelho.

Depois da morte trágica de seu companheiro, das dificuldades passadas, inclusive entre os índios aliados (como Cobra Azul), e da não realização da pacificação dos “tapuias”, Padre Figueira (RIC, 1903)<sup>320</sup>, terminou por concluir, em carta de 1609, que a Missão do Maranhão, a que fora enviado junto com o Padre Pinto, em 1607, parecia-lhe impossível de realizar, por diversas razões. Citou em primeiro lugar as hostilidades dos tapuias, que não “[...] admitem pazes com ninguém como todos nos informarão [...]”.

O Padre Figueira concluiu sua missiva de forma bastante pessimista: passar por todas as dificuldades de nada adiantaria, “tudo será sem proveito” (p. 140), ele afirmou. Isto porque, no Maranhão, havia muitos franceses, cujo menor mal que poderiam fazer aos portugueses era mandarem-nos para França. O padre referiu-se à grande frequência com que as naus francesas frequentavam a costa para negociar madeiras, pimenta, algodão, e outros produtos com os nativos. Finalizou, afirmando que os padres só poderiam realizar sua Missão no Maranhão, caso os franceses fossem retirados de lá e fossem alcançadas as pazes com os tapuias.

---

<sup>319</sup> Studart pesquisou nos arquivos ibéricos, coligiu diversos documentos e os trouxe para o Brasil, os quais foram publicados nas *Revistas do Instituto do Ceará* e nos *Anais da Biblioteca Nacional*, citou o fato na sua publicação *Datas para a história do Ceará no Século XVII*, sem informar a fonte.

<sup>320</sup> *Carta de Luiz Figueira sobre as dificuldades da Missão do Maranhão*, Colégio da Bahia, 1609.

Nota-se que sem o apoio dos indígenas a tarefa não seria concluída, e mais do que as dificuldades do caminho e da navegação, fora a falta de cooperação indígena, um dos fatores principais apontados pelo jesuíta, para que não se realizasse a Missão do Maranhão.

#### *4.2 A França Equinocial*

Em 1611, quatro anos após a desastrosa tentativa de chegar ao Maranhão, feita pelo Padre Figueira e pelo Padre Pinto, Martim Soares Moreno ([1618] RIC, 1905, p. 68-69) solicitou autorização ao Governador Diogo de Menezes para que se instalasse no Ceará.

O governador encarregou-o de realizar comércio com os naturais do Maranhão, para que fosse possível concretizar a conquista. Nota-se que foi observado pela administração colonial, que a realização de trocas com os indígenas desempenharia um papel primordial para a conquista da Costa Leste-Oeste.

Como já foi dito, nessa área marginal da colônia, os índios desenvolveram o comércio com mercadores de diversas nacionalidades, e a sua condição de populações ditas “nômades”, lhes deu ainda maior margem de manobra para a realização das trocas que promoviam com diferentes europeus, o que acabou por se transformar em uma importante arma política.

Como Boccara (2005, p. 41) coloca em relação às regiões de fronteira, é graças à inserção dos indígenas nos circuitos comerciais e ao aproveitamento das tensões existentes entre os diversos estrangeiros, que os indígenas conseguiam manter sua autonomia. Como os próprios índios observaram, a atuação de mercadores era bem diferente da dos conquistadores, como exemplo tem-se o discurso de Japiáçu, principal da ilha de São Luís, na época da França Equinocial (ABBEVILLE, [1614] 2002, p. 85-91)<sup>321</sup>. Japiáçu, aliado dos franceses, deslocado para o Maranhão sob promessas de proteção e comércio ininterrupto, no seu discurso, dá graças à presença da comitiva francesa, que trazia dois tenentes-generais para fundar uma colônia, a qual teria soldados para os defender, diferente dos “[...] naturais de Dieppe, pobres marinheiros e negociantes [...]”. Para os grupos que desejavam manter sua autonomia, contudo, era mais interessante continuar resgatando as mercadorias europeias com

---

<sup>321</sup>É óbvio que há de se tomar cuidado com esse discurso, que é marcado pelo filtro do missionário capuchinho, que fazia apologia da colonização francesa no Maranhão.

os comerciantes, do que aderir à opção escolhida por Japiaçu e os seus. Muitas vezes os mercadores davam armas de fogo e mercadorias de melhor qualidade.

Martim Soares Moreno (RIC, 1905, p. 69) falou da frequência com que os estrangeiros chegavam à região do Ceará e Maranhão para resgatar com os indígenas: “Alli [no Ceará] no dito anno [1611] degolei mais de duzentos francezes e flamengos piratas e lhe tomei 3 embarcações donde uma dellas veio a Sua Magd.<sup>e</sup> a esta Cidade toda proa e popa douradas [...]”. Os chamados “piratas”, por Martim Soares Moreno, eram também mercadores franceses, alguns dos quais ricos e nobres que, como foi visto no capítulo anterior, agora, mais do que negociar com os indígenas, queriam criar uma colônia no Maranhão.<sup>322</sup>

Como já foi visto, além de Daniel de la Touche, Senhor de la Ravardière, entre os franceses que frequentavam a costa norte, estava Charles de Vaux. Os dois realizaram algumas viagens ao Brasil, para a concretização de negociações com os indígenas, com a finalidade de estabelecerem a colônia francesa, na costa norte. Após a morte de Henrique IV, em 1610, nasceu o projeto da França Equinocial, sob os auspícios da rainha regente, Maria de Médici. Por isso, os franceses tornaram-se ainda mais presentes na região e foram feitos, François de Razilly (gentil-homem da câmara do rei) e Daniel de la Touche, Senhor de la Ravardière (gentil-homem de Poitou), conforme coloca Abbeville ([1614] 2002, p. 41) os “[...] loco-tenentes-generais de Sua Majestade nas Índias Ocidentais e terras do Brasil [...]”. (Cf. BONNICHON, 1975, t.II, p. 530-531; DAHER, 2007, p. 47-52; MAURO, 2006, p. 286).

#### *4.2.1 Os tupinambás do Maranhão*

Sobre essa instalação dos franceses no Maranhão, existem dois principais relatos dos franceses, o dos capuchinhos Claude d’Abbeville (1614) e de Yves d’Evreux (1615), os quais produziram extensas narrativas sobre sua estada no Maranhão.

Conforme Daher (2007, p. 86), a empresa francesa de colonização do Maranhão estava sustentada por dois pilares: a disposição dos selvagens em se converter, como ela coloca, antes, o desejo; e o possível acesso às riquezas existentes na região, a partir da efetivação de um “sistema de alianças comerciais”.

---

<sup>322</sup>A referência à embarcação de popa dourada, não é exagero de Martim. Segundo Roncière (1910, p. 349 apud BONNICHON, 1975, t.II, p. 531), o Senhor de la Ravardière possuía uma embarcação com esta característica, a qual fora tomada por indígenas “[...] incentivados sub-repticiamente por um português [...]”.

Tal disposição dos indígenas em se converter, na realidade, deve ser vista como uma construção: tanto retórica, por parte dos capuchinhos; como processo, através do qual, os franceses conseguiriam a cooperação indígena.

Segundo Daher (2007, p. 90) os capuchinhos, “[...] em suas cartas fornecem nítidos indícios do fato de que atraídos pela reputação das minas peruanas e pelas narrativas dos indígenas [...]”, ainda possuíam a expectativa de encontrar ouro e pedras preciosas, ao vasculhar os rios da região<sup>323</sup>. Claude Abbeville (apud DAHER, 2007, p. 83), em carta de 1612, testemunha: “[...] Sobre a região, é bastante boa & esperamos dela extrair muito açúcar, muitas belas pedras, & âmbar cinza, e dizem existir, a vinte léguas daqui, uma mina de ouro”<sup>324</sup>.

Como já foi dito, eram tempos de União Ibérica, assim, a “invasão” da colônia portuguesa, pelos franceses, entrava em choque com a diplomacia que então se desenvolvia, em virtude do casamento do rei francês com a infanta espanhola. Uma das saídas, para que ainda acontecessem os investimentos na França Equinocial, era enfatizar o caráter cristianizador, católico, da empresa, e assim tentava-se justificar a presença dos capuchinhos franceses em terras onde imperava o padroado português. (Cf. DAHER, 2007, p. 115).

A realização da empresa francesa visava a constituição do que Abbeville ([1614] 2002, p. 32, grifos do autor) chamou de “nova França Equinocial”. A França sob uma única autoridade régia teria “[...] uma tríplice coroa de França, Navarra, e da França Equinocial [...] *Triplex in una [...] In tribus unus*”. Para tanto, era necessária uma homogeneização: *tribus unus*. Era primordial reduzir todas as “[...] nações indígenas, habitantes das ilhas marítimas e das terras situadas além da linha equinocial [...]” (ABBEVILLE [1614] 2002, p. 31), em súditos únicos, em uma mesma nação, porém, como já foi dito até aqui, a região do Maranhão, costa e sertão adjacente, era habitada por diferentes grupos “tapuias”, com os quais, era difícil negociar um assentamento para a constituição de um núcleo de colonização, já que eram grupos acostumados ao trânsito constante, e não afeitos à agricultura. Talvez este tenha sido um dos motivos dos franceses terem tecido acordos com outros grupos indígenas, os quais já eram acostumados ao comércio com os franceses, além de serem grupos agricultores, que se adaptariam mais facilmente à lavra da “boa” terra para dela “extrair” os gêneros necessários à manutenção da colônia e para o comércio: o açúcar, citado acima por

---

<sup>323</sup>Deve-se levar em consideração que as cartas dos capuchinhos do Maranhão, como coloca Daher (2007) constituem-se em verdadeiras “propagandas” da obra cristianizadora e colonizadora francesa, entretanto, se não houvesse reais expectativas de obtenção de lucros na empresa, não haveria investimento por parte dos empreendedores.

<sup>324</sup>Claude Abbeville, *L'Arrivée des Peres Capucins...*, Paris, Abraham Lefebvre, 1612, p. 16.

Abbeville, além do tabaco e “[...] tudo mais que se queira cultivar”, segundo planejava o padre Arsène de Paris (apud ABBEVILLE, [1614] 2002, p. 359)<sup>325</sup>.

Os índios foram sendo recrutados pelos franceses desde, pelo menos, 1571, como fora visto no pergaminho de Jacques Vau de Claye [1571]. Sabe-se, com segurança, que desde 1594, Jacques Riffault e Charles de Vaux além de comercializarem, arregimentavam indígenas da região de Pernambuco e arredores. Os franceses permaneceram por anos no Maranhão, com os indígenas que para lá levaram (provavelmente a grande maioria de origem tupi), em princípio realizando guerras, depois conquistando acordos com os habitantes nativos, grupos “tapuias”. É óbvio que nem todos os grupos habitantes da costa do Maranhão aceitaram fazer parte da colônia francesa, o que causou inimizades entre os indígenas que vinham com os adventícios e os naturais da região.

Os índios que acordaram em fazer parte da colônia francesa, tanto os nativos, como os que vieram com os franceses e os que migraram para o Maranhão, ouviram dos franceses, promessas de proteção contra os inimigos e de fornecimento de mercadorias europeias.

Abbeville (p. 93) informou que os tupinambás moravam no Trópico de Capricórnio e que fugindo dos portugueses refugiaram-se no Maranhão. Neste ponto deve-se crer que, movidos pelas promessas dos franceses, empurrados pelos conflitos com os portugueses e ainda alimentados por seus mitos e crenças, em busca de uma terra melhor, os grupos indígenas migraram para o Maranhão.<sup>326</sup>

Como foi visto anteriormente, o Padre Figueira, em 1608 (RIC, 1903, p. 120) chamara a atenção para os “tapuias dos franceses”, que na época da expedição de Pero Coelho, combateram os índios da Serra da Ibiapaba, que saíram da serra e foram procurar refúgio no Maranhão. Ora, Figueira relatou sobre um dos deslocamentos realizados pelos indígenas de língua tupi, da Serra da Ibiapaba, os quais já vinham de outras regiões, empurrados pela expansão da colonização.<sup>327</sup>

---

<sup>325</sup> *Cópia da Carta do Revdo. Padre Arsênio, escrita ao Revdo. Padre Arcângelo de Pembroc, pregador da Ordem dos Padres Capuchinhos da Província de Paris*, Nova França Equinocial, Maranhão, 15 jun. 1613. Além dos padres Arsène de Paris, Claude d’Abbeville, acompanharam a missão os padres Yves d’Evreux e Ambroise d’Amiens.

<sup>326</sup> Acreditamos que um complexo de fatores moveu alguns grupos tupis para o Maranhão, dentre os quais estavam motivos religiosos. Conflito com os portugueses, aliança comercial com os franceses, guerras com outros grupos indígenas, epidemias trazidas pelos brancos, mitos de uma “Terra Sem Mal”: não há como julgar quais fatores foram os principais, ou se houve um fator principal que moveu os indígenas para o Maranhão. Pensamos, contudo, que dentro desse quadro, os franceses instigaram e prometeram, aos indígenas, o apoio no Maranhão. Cristina Pompa (1998; 2003, p. 133-163) faz uma importante revisão crítica da literatura antropológica, questionando seu teor funcionalista, que deixou de considerar os aspectos históricos ligados às migrações dos tupis.

Importante relato de migrações indígenas, movidas não apenas pelos franceses, mas também pelos holandeses, os quais muitas vezes se associaram àqueles, provém de Hendrychsser Cop e Claes Adriaenssen Cluyt (ABN, 1907, p. 161-170)<sup>328</sup>, que ao realizarem uma viagem do Mucuripe (Ceará) ao Pará, em 1610, chegaram a um “Cabo Blanco”, que deveria corresponder à região de Jericoacoara, onde não encontraram nenhum índio, pois segundo eles a região estaria desabitada, em virtude de os nativos terem sido caçados pelos portugueses ou terem fugido de medo, indo recolher-se junto ao rio Camocim. Em Camocim, afirmaram, ainda, que a maior parte dos índios do local foi a bordo das embarcações de franceses e holandeses, que aportavam na região em busca de pau-violeta, para com eles se deslocarem para o Maranhão, a fim de se refugiarem dos portugueses (p. 163).

Observa-se, desse modo, que os franceses não se aliaram apenas aos grupos tupis, pois sem o apoio de alguns grupos nativos não iriam conseguir estabelecer-se na região, desde o final do século XVI. Os franceses tiveram que tecer alianças com “tupis” e “tapuias” no Maranhão, pois entre a cruz, a espada e as trocas tinham que criar *tribus unus*, e a tribo escolhida foi a dos tupinambás.<sup>329</sup>

Os tupinambás foram comparados, por Abbeville, aos “desterrados no Egito” e aos “banidos na terra de Assur”, numa referência explícita às passagens bíblicas sobre a conversão dos povos perdidos. Não há como discriminar quais etnias, se caetés, potiguaras, tupinambás, tabajaras e/ou outras, compuseram os tupinambás do “ocidente”, do Maranhão. É de acreditar que inclusive tapuias foram homogeneizados sob este etnônimo, como foi colocado no capítulo 1, através de processos de etnificação e etnogênese, respondendo aos

---

<sup>327</sup> Abbeville ([1614] 2002, p. 99) também fez referência à ida de muitos índios da Serra da Ibiapaba para o Maranhão. Apesar dos dois cronistas contarem a história por seu ângulo, fica a mesma referência ao deslocamento dos índios. Pompa (2003, p. 133-163) compara os textos do capuchinho Abbeville e do jesuíta Luís Figueira, dentre outros, analisando as leituras feitas sobre as migrações dos tupinambás para o Maranhão, sob a ótica do “profetismo tupi-guarani”, análise que não nos cabe aqui, em virtude de fugir aos nossos propósitos. Lembramos, no entanto, que os deslocamentos aconteceram, mais de uma vez, como ressaltou Lígio Maia (2010, p. 47-62), em seu exame crítico sobre as migrações dos tupinambás e alocação dos tabajaras na Serra da Ibiapaba, em virtude do processo de colonização o qual “[...] provocou repercussões dramáticas na organização social dos índios [...]”, repercussões que criavam novas entidades sociais, cindiam outras já existentes, renomeavam, deslocavam, aglomeravam, ou seja, transformavam as sociedades indígenas.

<sup>328</sup> *Description de la côte septentrionale du Brésil d'après le journal de bord du traíquant Hendry Hendrycksser Cop et du capitaine Claes Adriaenssen Cluyt, d'Ackersloot, du voyage fait en 1610.*

<sup>329</sup> Apesar de concordarmos com a generalização que é feita, e com os maus usos que foram realizados do termo “tapuia”, mantivemos, propositalmente, a designação de tapuia em muitos pontos do trabalho, para diferenciar a ocupação da costa norte, que à chegada dos europeus era habitada por eles (que são diversos) e não pelos grupos de origem tupi (também vários). Queremos marcar os modos de vida diferenciados, que implicaram em relações diferenciadas com os europeus. Frisamos que não havia uma inimizade atemporal entre tupis e tapuias, e nesse episódio, em especial, podemos observar que alguns “tupis” e “tapuias” se transformaram nos “tupinambás” do Maranhão, enquanto outros tapuias nos tremembés, e outras tantas relações aconteceram, demonstrando o quão complexo é esse binômio. Tais relações não cabem na dicotomia simplista que fora criada, pela historiografia tradicional, como chamou a atenção Monteiro (2001).

desafios impostos pelo complexo panorama de expansão colonial. (Cf. BOCCARA, 2000; 2005; MONTEIRO, 2001).

Como coloca Daher (2007, p. 124-125) os “[...] lugares-tenentes do rei da França, bem como os próprios Capuchinhos, reconheciam implicitamente os Tupinambá como os únicos proprietários das terras [...]”<sup>330</sup>. Assim, ocorreu a homogeneização e o acordo firmado com estes indígenas, que justificou a posse do território e aproximou os colonizadores do intento de transformar os vários índios em súditos.

#### 4.2.2 Os “tapuias” do Maranhão

Apesar das dificuldades em relação à interpretação das narrativas dos padres capuchinhos, que necessariamente tinham que fazer propaganda da obra missionária francesa, a fim de justificar a invasão das terras portuguesas, sob o “justo” e “sagrado” dever da evangelização, é possível, tecer algumas considerações, escondidas sob a homogeneização efetuada a respeito da ocupação indígena.

À chegada da comitiva de implantação da França Equinocial, ainda existiam, na ilha de São Luis, nativos “tapuias”, a despeito da informação de Berredo ([1749] 1988, p. 57), de que na ilha, os tupinambás eram “habitadores únicos” das vinte e três povoações existentes.<sup>331</sup>

Abbeville ([1614] 2002, p. 80), por sua vez, informou que a Ilha Grande do Maranhão era “[...] habitada por índios e selvagens Tupinambás [...]”, distinção que fez por três vezes ao narrar o episódio da chegada a São Luís<sup>332</sup>. Essa diferença, depois, diluiu-se na sua narrativa, passando a haver a referência aos índios, de maneira geral, principalmente aos da Ilha Grande, Tapuitapera<sup>333</sup> e Comã, como sendo pertencentes à mesma “nação” e falando a mesma língua

<sup>330</sup> Andrea Daher (2007, p. 127-128), seguindo a perspectiva de Alfred Metraux (1928), considerou que os potiguares ocupavam desde o rio Paraíba (PB) ao Parnaíba (PI), opinião com a qual não compartilhamos, conforme expusemos nos capítulos 1 e 3.

<sup>331</sup> O próprio Berredo cita várias vezes os tapuias, pois os mistura, na sua narrativa, com os tupinambás. Pode-se aventar se sua mistura é decorrente de uma atribuição genérica, se para ele falar tupinambás ou tapuias era a mesma coisa, ou se ele diferenciava os indígenas. Ao se cotejar suas informações com as de Abbeville, porém, vê-se que Berredo confundiu os indígenas, porque realmente eles se encontravam misturados.

<sup>332</sup> No original: “[...] *la grã Isle de Maragnan, habitée des Indiens & Sauvages Topinamba* [...]” (p. 61); “[...] *d’vne grande multitude d’Indiens & Sauvages* [...]” (p. 62); “[...] *de voir plusieurs de ces Indiens & Sauvages se ietter à nage* [...]” (p. 62-verso). (D’ABBEVILLE, Claude [ ?-1632]. *Histoire de la mission des Peres Capvcins en L’isle de Maragnan et terres circonoisiens...* / Par le R. P. Claude d’Abbeuille Predicateur Capucin. Paris: Imprimerie de François Huby, 1614).

(p. 191-192). Os arredores dessas regiões, segundo o cronista, eram habitados por “[...] Tapuias, ora por Tabajares, Tremembés, Pacajares, Iurapupiares, d’Uiamãs, d’Aracuí, por outras tribos errantes e diversas nações, que moram nestas terras [...]”.

Observa-se que após se erguer a cruz e o estandarte da França, na Ilha de São Luís e adjacências, todos se transformaram em “[...] verdadeiros e fiéis súditos de sua Majestade [...]”, conforme as palavras de Ravardière (ABBEVILLE, [1614] 2002, p. 166), desta forma, as diferenças entre os indígenas da ilha foram negligenciadas por Abbeville e foram visualizadas apenas nos arredores da França Equinocial.

Abbeville ficou em São Luís por apenas quatro meses, o que, além do discurso homogeneizador, também lhe impediu de ver com maior clareza os contrastes, entretanto, Yves d’Evreux ([1615] 2002), que passou cerca de dois anos no Maranhão, pôde perceber melhor as contradições e tensões existentes na região, assim como os outros padres que acompanharam a expedição.

Yves d’Evreux ([1615] 2002, p. 77-78, grifos do autor) falou sobre as guerras ordinárias movidas pelos tupinambás, e sobre seus inimigos das praias: “[...] prometem-lhes muito, mostram-lhes suas mercadorias em *caramemos*, ou paneiros<sup>334</sup>, onde arranjam o que têm de melhor, e quando os vêem entretidos, lançam-se sobre eles, pobres ingênuos, matam uns, aprisionam e cativam outros [...]”. Armando emboscadas dessa natureza aos índios das praias, os tupinambás mostravam que estavam longe do ideal de súditos cristãos que queria Sua Majestade. Quem eram os índios das praias que se arriscavam nessas trocas com os tupinambás? Informou o capuchinho em outra passagem (p. 93-94):

Estes povos, antes de reunidos, eram chamados Tabajares pelos Tupinambás. Este nome é apelativo comum para designar toda sorte de inimigos, e tanto assim é que esta mesma nação de Tabajares chamava os Topinambás da Ilha Tabajares, Topinambás, embora pacificados e amigos. Os tupinambás os chamavam Mearinenses [miarigois no francês], quer dizer vindos do Miari [rio][...].

Observa-se que aparece a diversidade no discurso de Yves d’Evreux, e de como fica difícil estabelecer quais etnias ocupavam a região, se existe a própria generalização feita pelos tupinambás: os inimigos eram chamados tabajares<sup>335</sup> e podiam representar toda sorte de indígenas.

---

<sup>333</sup>Na terra firme, próximo à ilha de São Luís, ficava Tapuitapera, que segundo Abbeville (p. 187) significava “antiga morada dos Tapuias ou Cabelos Compridos”.

<sup>334</sup>Cestos de palha.

O capuchinho ainda cita, explicitamente, o comércio que era feito pelos “Tupinambás e os Tapuias” com os Miarinenses, os quais trocavam com aqueles, apreciadas pedras verdes (p. 94). Mais uma diferenciação, nos discursos dos cronistas, de que existiam entre os tupinambás, grupos tapuias.

Evreux ([1615] 2002, p. 182) também fala de “[...] uma nação de Cabelos Compridos por aí errante, os quais são dóceis, fáceis de serem civilizados, e que negociam com os Tupinambás”. Desta “nação” Abbeville ([1614] 2002, p. 189) fez referência, informando que eram os antigos habitantes de Tapuitapera, que conforme ele colocou, eram “tapuias”.

Em uma de suas cartas endereçadas ao Padre provincial de Paris, Yves d’Evreux (apud ABBEVILLE [1614] 2002, p. 357)<sup>336</sup>, afirmou com alegria que a “[...] nação dos Tabaiares, muito inimiga dos índios do Maranhão [...]”, que morava a cerca de cento e cinquenta léguas distante da ilha, uniu-se aos índios de São Luís. Aqueles índios deram notícia de outra grande nação moradora na ribeira do rio Pinaré, a qual deveria ser procurada a fim de se unir aos outros. O senhor Luís de Pézieux (ABBEVILLE, [1614] 2002, p. 362)<sup>337</sup>, em missiva endereçada ao Padre Abbeville, que já se encontrava em Paris, também informou sobre o “desejo” dos tabajaras tornarem-se cristãos e o mesmo sobre a grande “nação” moradora do Pinaré.

Parece claro, como é exposto pelos próprios franceses, que não foi apenas chegar no Maranhão, propor alianças políticas, propor a criação de uma nova colônia, e pronto, estava criada a França Equinocial. Houve uma construção, que ainda não estava terminada à época da chegada dos portugueses. Os tupinambás do Maranhão foram criados, por si e pelos franceses, para a concretização de uma nação, a França Equinocial, porém, além de existirem contradições, como foi visto acima, assim como divergências entre os próprios franceses, não houve tempo para a finalização do processo. Os portugueses chegaram, e a colônia francesa, com seus “súditos tupinambás”, foi destruída.

---

<sup>335</sup> Importante a informação de Yves d’Evreux, de que tabajara significa inimigo. Ela deve ser, contudo, contextualizada em um momento onde os tupinambás da ilha de São Luís eram inimigos declarados dos “tabajaras” da Serra da Ibiapaba. O significado da palavra tabajara não é consenso entre os especialistas. Ver, nesse sentido, a análise de Lígio Maia (2010, p. 49-50).

<sup>336</sup> *Extrato das cartas do Revdo. Padre Ivo, dirigidas ao Revdo. Padre Provincial da Província de Paris, Ilha do Maranhão, 15 jul. 1613.*

<sup>337</sup> *Cópia da carta do Sr. de Pézieux ao Revdo. Padre Cláudio d’Abbeville, da Ordem dos Padres Capuchinhos da Província de Paris, Maranhão, 2 jul. 1613.*

### 4.3 *Emergências tremembés*

Durante o século XVI, os habitantes da Costa Leste-Oeste tiveram que negociar com as diferentes “castas” de estrangeiros: espanhóis, franceses, portugueses, holandeses e ingleses, que aportavam em suas praias e cambiavam mercadorias. A condição marginal da Costa Leste-Oeste, como foi visto, favoreceu-lhes a manutenção da autonomia, mesmo perante as tentativas de colonização.

No século XVII, com o avanço português sobre a Costa Leste-Oeste, essa autonomia foi ameaçada, logo, as negociações nesta zona fronteira tiveram que ser incrementadas. Nesse processo, parte dos “tapuias” da costa, massa heterogênea, fora homogeneizada, transformando-se nos “valentes” tremembés (cabe tomar este “fora” de forma reflexiva, para não perder a complexidade do processo).

Conforme foi visto, o Padre Luís Figueira (1608) não se referiu especificamente aos tremembés. Na sua jornada, parte pela costa, parte pelo sertão, até a Ibiapaba, só se referiu aos “tapuias” de uma forma genérica. Depois do Padre Luís Figueira, Martim Soares Moreno ([1618] RIC, 1905), fornecendo informações de 1611, também não fez menção aos tremembés, apenas aos “tapoyas” da costa. Como é Diogo de Campos Moreno ([1614] 2002) que a partir das informações de Martim, vai se referir aos “taramembés”, poucos anos depois, acredita-se que foi no contexto do avanço português, na Costa Leste-Oeste, com os lusos precisando de aliados para combater os franceses no Maranhão, que foi cunhado o etnônimo.

É de se acreditar que a identidade tremembé tenha começado a surgir junto aos tapuias da Costa Leste-Oeste, que efetuaram pazes com Martim Soares Moreno, desde 1611. Não há como saber por que Diogo de Campos Moreno ([1614] 2002, p. 34) empregou o etnônimo, mas foi ele quem relatou sobre as notícias que seu sobrinho Martim Soares Moreno enviara do *Pará* (Rio Parnaíba - PI), antes de passar ao Maranhão, afirmando “[...] que tratara amizades com os *Teremembés* [...]”, entre fins de 1612 e começo de 1613.

#### 4.3.1 *Os “tapuias bárbaros” de Jericoacoara*

Após a instalação dos franceses e implementação da França Equinocial em 1612, em São Luís, os portugueses, dentre eles Martim Soares Moreno, apelaram ao Governador Diogo

de Menezes para que se realizasse a conquista da Costa Leste-Oeste. O governador, por sua vez, intercedeu junto ao rei sobre a importância e necessidade da conquista: “[...] tanto pela utilidade que a fazenda de Vossa Magestade recebe e recebera quando aquella parte se povoasse que por ser a derradeira pedra de evitar os cossarios desta costa [...]” (ABN, 1904, p. 307-310)<sup>338</sup>.

Diogo de Campos Moreno ([1614] 2002) foi o principal cronista português da Jornada realizada sob o comando de Jerônimo de Albuquerque. A Armada Real saiu em maio ou junho de 1613, com destino a Camocim, que segundo os conselhos de Martim Soares Moreno seria um bom local para fazer povoação (GUEDES, 1975, t.II). Conforme Diogo de Campos Moreno (p. 33): “[...] o Camuri [Camocim] que era um rio naquelas partes, de muito nome e muito próximo à grande serra de Buapava [Ibiapaba] e dos Teremembés, com os quais era mui necessário assentar pazes”. Jerônimo de Albuquerque, contudo, não achou o local bom para se povoar e retornou algumas léguas, assentando sua comitiva na região de Jericoacoara, onde construiu um fortim e um pequeno arraial ao qual chamou de Nossa Senhora do Rosário.

Jericoacoara (também citada nos documentos como Buraco ou Baía das Tartarugas, Juruguagará, dentre outras variações)<sup>339</sup> e Camocim eram importantes locais para defesa contra a presença dos estrangeiros, que frequentavam muito a região para comercializar com os indígenas, madeira de boa qualidade (tatajiba - pau amarelo) e âmbar-gris.

A partir de um fortim instalado às margens do rio Ceará, Martim Soares Moreno percorria esta região desde 1611 ([1618] RIC, 1905, p. 68-69), efetuando negociação com os indígenas, conforme ordem do governador para que comercializasse com os índios a fim de impedir o acesso dos franceses e possibilitasse a conquista do Maranhão. É provável que os indígenas da barra do Camocim tenham feito “pazes” com Martim, pois como os portugueses já estavam avançando em direção ao Maranhão, o comércio com outros estrangeiros em Camocim e nas proximidades, devia estar prejudicado. Dessa forma, restava aos indígenas colaborarem com os portugueses para conseguirem as mercadorias das quais necessitavam, ou pelo menos ficarem em “pazes” com eles, se almejavam evitar conflitos.<sup>340</sup>

Martim Soares Moreno partiu de Camocim em torno de julho de 1613 (GUEDES, 1975, t.II, p. 557), empreendeu viagem com destino ao Maranhão, para sondar sobre a

<sup>338</sup> *Carta de Diogo de Menezes, feita em a Bahia a 1 de Março de 1612.*

<sup>339</sup> Do tupi *yurucuã*, tartaruga e *quara, coara*, buraco, cova (BUENO, 1998, p. 188). Há a poucos quilômetros da vila de Jericoacoara, a Pedra Furada. Trata-se de uma formação rochosa com um buraco no meio, localizada bem na beira-mar, referência fácil para embarcações que navegassem na costa.

<sup>340</sup> A *Carta de Gaspar de Sousa a El Rey ...* de 31 de janeiro de 1615 (ABN, 1904, p. 319), expõe justamente a estratégia utilizada pelos portugueses de impedir as “aguadas” dos estrangeiros e de “vedar” a comunicação destes com os indígenas.

presença francesa, e trazer as notícias para o restante da armada. Depois de alguns meses, como Martim não retornava com as notícias, o comandante da jornada, desfez parte da armada, deixando em Jericoacoara aproximadamente cinquenta soldados e o capitão, o seu sobrinho, homônimo, Jerônimo de Albuquerque, e retornou para Pernambuco para organizar nova empresa.

Após uns três meses da partida de Jerônimo de Albuquerque, seu sobrinho e os demais começaram a passar necessidades de mantimentos, devido a falta de “socorros” por parte da administração colonial. As relações entre os índios e os portugueses também estavam estremecidas, pois segundo Diogo de Campos Moreno ([1614] 2002, p. 35, grifos nossos), “[...] tapuias bárbaros daquelas comarcas [...]”, cerca de trezentos índios, atacaram os portugueses de madrugada, “[...] donde os portugueses se defenderam honradamente, tratando-os de sorte que os fizeram afastar, e depois *os obrigaram a ser amigos*”.

Interessante notar que esses índios de Jericoacoara, nesse episódio de 1613, ainda não foram chamados de tremembés, apesar de situarem-se nas regiões atribuídas a eles por Yves d’Evreux([1615] 2002, p. 172)<sup>341</sup>, que narrava sobre sua estada no Maranhão nos anos 1613 e 1614, e por Albernaz I (1629), poucos anos depois. Provavelmente, os indígenas ainda estavam se articulando diante dessa investida portuguesa de maior monta sobre a costa, depois da expedição de Pero Coelho, e não foram percebidos como um grupo, ou mesmo não haviam se construído como um grupo maior. Lembrando de Boccara (2005, p. 45), etnogênese e etnificação são *processos*, duas faces de uma mesma realidade, os tremembés ainda estavam se construindo e sendo construídos como os indígenas que habitavam das proximidades de Jericoacoara até o golfo do Maranhão.

Fica bastante evidente como eram realizadas as “pazes” com os indígenas, e o porquê da instabilidade nas relações. Muitas vezes restavam-lhes realizar “amizades” com os adventícios, em virtude de imposições, de situações que os indígenas não tinham como contornar. Posto isto, seria mais conveniente falar em *negociações*, as quais colocavam em jogo não apenas as mercadorias, a paz, mas também a autonomia dos indígenas. A negociação com os indígenas de Jericoacoara parece que deve ter ocorrido, justamente, mantendo-se a sua autonomia, pois “os tapuias bárbaros daquelas comarcas” desapareceram dos discursos dos portugueses, que se referiram a um episódio ocorrido pouco tempo depois, em Jericoacoara: a chegada de uma nau francesa.

---

<sup>341</sup>D’Evreux referiu-se à “[...] nação dos Tremembés, moradora além da montanha de Camuci [...]”, ou seja, falando a partir do Maranhão, o capuchinho referia-se à região de Jericoacoara.

Quando a nau *Regente*, repleta de franceses, ancorou na região e os portugueses tiveram que enfrentar os franceses, em número bem maior, não contaram com a ajuda dos indígenas do lugar. Ao contrário, os portugueses tiveram que enfrentar os franceses com apenas uma parte do contingente, pois parte dos soldados deveria proteger a “cerca” de uns índios que haviam descido da Ibiapaba, dos quais os portugueses estavam desconfiados<sup>342</sup>.

Sublinha-se que os índios da região não foram mencionados, no episódio da batalha entre franceses e portugueses, apesar de Diogo de Campos Moreno ([1614] 2002, p. 35) informar da “amizade” forçada. De qualquer maneira, esses índios, descritos como “da comarca”, ou não eram confiáveis, para os portugueses, ou não se aliaram militarmente a eles, senão eles teriam lutado ao lado dos poucos portugueses contra os franceses.<sup>343</sup>

Um dos principais documentos sobre a batalha, provém dos Arquivos Ultramarinos (PRAHU, 1614)<sup>344</sup>, o qual traz alguns depoimentos dos participantes da batalha. Os depoimentos são muito parecidos, e não se referem, em nenhum momento, aos indígenas da região, somente aos que haviam descido da serra.<sup>345</sup>

A partir do ataque dos indígenas ao fortim e da falta de apoio aos portugueses durante a batalha, torna-se patente que os indígenas que habitavam as praias de Jericoacoara e Camocim, não queriam a presença permanente dos portugueses em seu território, por isso os atacaram, mesmo tendo realizado acordos de paz alguns anos antes com Martim Soares Moreno. Suas relações com os europeus cambiaram muito, em virtude das contingências históricas e conforme poderiam perder sua maior autonomia sobre as praias.

#### 4.3.2 *Martim Soares Moreno e os índios dissidentes do Maranhão*

---

<sup>342</sup>A “cerca” era como se referiram à construção de pau-a-pique, nos documentos sobre a batalha. O índios deviam tratar-se de tabajaras da Serra da Ibiapaba.

<sup>343</sup>Parece que ocorreu, em Jericoacoara, o mesmo que foi relatado pelo índio Sebastian (ABN, 1904, p. 180), como se verá à frente, sobre alguns índios do Maranhão: estavam em pazes, mas “não sujeitos” aos adventícios.

<sup>344</sup>AHU\_ACL\_CU\_009, Cx. 1, D. 1. *PÚBLICO INSTRUMENTO do sucesso que teve o capitão-mor Manuel de Sousa de Eça na batalha com os franceses na baía de Jurucacoara*. 21 jun. 1614. (Transcrição Paleográfica de Francisco Levi Jucá Sales. APEC - Maio/Junho de 2009 nos anexos). Nota-se que o manuscrito encontra-se bastante avariado, como pode ser observado nos anexos.

<sup>345</sup>Apesar de os portugueses informarem que os tabajaras lhes disseram que o objetivo dos franceses era destruir o “presídio” de Jericoacoara, a retirada dos franceses após as perdas na batalha, apesar de estarem em maior número, dera-se justamente porque a nau vinha carregada de cerca de trezentos colonos, doze missionários capuchinhos, além dos soldados e alguns fidalgos, para a colonização da França Equinocial. A parada em Jericoacoara ocorreu, provavelmente, para se fazer aguada de rotina neste local, e ao descobrirem a presença dos portugueses tentaram expulsá-los, mas como foram pegos de surpresa, e houve as baixas francesas, decidiram por seguir seu curso, rumo ao Maranhão. (Cf. BONNICHOM, 1975, t.II, p. 538-539).

Enquanto os portugueses passavam por estes apertos em Jericoacoara, Martim Soares Moreno ([1618] RIC, 1905, p. 69)<sup>346</sup> cumpria sua tarefa de ir até o Maranhão. Como conhecedor da região e, segundo ele, em paz com os “tapoyas”, foi designado para partir à frente da comitiva que iria expulsar os franceses, para reconhecer terreno e pacificar os indígenas. Em 1613 ele partiu com um pequeno contingente de soldados (portugueses e espanhóis) e índios, alguns do quais do Maranhão, que Martim informou que haviam ido falar com ele e que eram “[...] muito práticos naquella Costa [...]”. Após alguns dias de viagem, chegaram à barra do rio Peria. Primeiro dos rios a compor o grande golfo do Maranhão.

O primeiro ponto a ser ressaltado é que Martim informou na sua *Relação do Maranhão* ([1618] RIC, 1905, p. 69), que alguns indígenas do Maranhão o procuraram e que eles foram levados nessa sua viagem. Esses nativos, provavelmente, buscaram, nesse momento, o apoio dos portugueses, porque estando muito próximos à zona de influência da França Equinocial, ou já haviam perdido territórios nas lutas com os franceses e índios vindos de outras regiões, ou sentiam a ameaça de perder sua autonomia, frente à obra colonizadora que a partir da ilha de São Luís procurava expandir as fronteiras da colônia francesa. Entre eles deviam estar os tremembés, pois conforme as informações de Diogo de Campos Moreno ([1614] 2002, p. 71) os tremembés habitavam a região do rio Peria, e de acordo com Yves D’Evreux ([1615] 2002, p. 177) eram moradores da região dos Lençóis Maranhenses.

Quando Martim Soares Moreno chegou ao Maranhão, enviou um dos índios de sua tropa a terra, para tomar “língua” e conhecimento do estado dos índios da região. Enquanto seu índio não retornava, vieram ao contato do capitão alguns indígenas “naturais” do local, os quais lhe informaram que não havia povoação inimiga nas proximidades, e disseram que se fossem (Martim e sua comitiva) ao encontro da aldeia os receberiam em paz. Dado o recado, retiraram-se. Depois disso, veio outro índio natural do lugar, em uma canoa, para lhes avisar que aqueles indígenas os estavam enganando, pois os franceses tinham uma povoação com mais de trezentos moradores e uma grande fortaleza com muita munição e que os haviam descoberto, por isso mandaram aqueles índios para entretê-los, a fim de armarem uma emboscada. (ABN, 1904, p. 152-192)<sup>347</sup>.

---

<sup>346</sup>*Relação do Ceará*. [1618].

<sup>347</sup>*Informação de Martim Soares Moreno sobre o Maranhão*. Depois de perscrutar o Maranhão, Martim não conseguiu retornar ao Ceará, sua embarcação foi parar em Cumana (Venezuela), onde foi preso e depois enviado à Sevilha. Esses documentos provêm do *Archivo General de Indias*, em virtude do processo instaurado.

O índio que Martim havia enviado para sondar o local retornou e confirmou a cilada “[...] disse ao capitão que um irmão do cacique maior que se chamava metara [?] Puan lhe havia dito por mandado do cacique que embarcassem logo e dissesse ao capitão que partissem, porque o inimigo vinha em sua procura [...]” (ABN, 1904, p. 173)<sup>348</sup>. Assim, os portugueses e espanhóis partiram, fugindo dos franceses e seus índios aliados, sendo guiados, nos difíceis canais do golfo do Maranhão, pelo índio natural da região que sabia chegar ao mar, onde, então, foram levados pelas correntes em direção à Trinidad e depois Cumana.

Nos testemunhos dos índios (ABN, 1904, p. 178-180, tradução e grifos nossos), destaca-se o do índio “natural” do Maranhão, que fora dar aviso aos portugueses:

Perguntado como se chama e de onde é natural [...] Disseram [os intérpretes] dizer que se chamava Sebastian que foi o nome que lhe puseram os franceses quando os traziam consigo no Rio Maranhão de onde é natural [...] disse pelos ditos intérpretes que [...] *alguns de seus naturais por ordem dos inimigos que ali estavam instalados queriam trair-los* [os portugueses] [...].<sup>349</sup>

Observa-se, pela análise dos testemunhos, conforme o próprio índio Sebastian informa no seu depoimento, que muitos índios “naturais” da região estavam em “pazes” com os franceses, com os quais trocavam os “frutos da terra” por facas, tecidos, arcabuzes e outras armas e mercadorias, “[...] porém, não lhes estavam sujeitos [...]” (ABN, 1904, p. 180)<sup>350</sup>.

Esta diferença deve ser observada, pois destaca que a negociação com os estrangeiros não implicava em necessária aliança ou submissão dos grupos indígenas. Os índios buscavam seus interesses, como as mercadorias europeias, a manutenção de seus territórios, além de tentarem sobreviver ao caos imposto pelos conflitos com os europeus, ou pelas inimizades e guerras entre os indígenas, fomentadas pelos adventícios. Muitas vezes, resistiam com guerra, outras vezes, quando não estavam em condição paritária para a luta, esperavam o momento oportuno para defender seus interesses, seus espaços, através de outras estratégias de resistência, dentre as quais a simulação da obediência, como destaca Bruit (1995, p. 166-167).

Dentre os índios “naturais” do Maranhão, houve aqueles que não se sujeitaram à colonização dos franceses, apesar de, durante certo tempo, aceitarem a presença deles em

<sup>348</sup> “[...] y dijo al capitan que un hermano del cacique mayor que se llamaba metara Puan le havia dicho por mandado del cacique que se embarcasen luego y dixese al capitan se fuese por que el enemigo venia en su seguimiento [...]”. Depoimento de Antônio Moreira, soldado, em 02 out. 1613.

<sup>349</sup> “Preguntado como se llama y donde es natural [...] Dixeran [os intérpretes] dezir se llamava Sebastian que fue nombre que le pusieron los francezes quando lo trayan consigo en el Rio Marañin de donde es natural [...] dixo por los dichos ynterpretes que [...] algunos de sus naturales por horden de los enemigos que allí están poblados querían usar con ellos traizion [...]”. Depoimento do índio Sebastian, em 02 out. 1613.

<sup>350</sup> “[...] pero que no les estan sujetos ni les pagan ningunas parias”. Depoimento do índio Sebastian, em 02 out. 1613.

troca de mercadorias e armas, permanecendo em seus territórios tradicionais e tentando viver em paz. Conforme foi se intensificando o processo de colonização francesa, e os tupinambás<sup>351</sup> foram-se assenhoreando de maiores territórios, os antigos habitantes da região, que não se “sujeitaram”, nas palavras de Sebastian, ou não aderiram ao projeto de colonização, foram entrando em conflito com os novos moradores (como no embate narrado, à frente, por Yves d’Evreux, entre tupinambás e tremembés).

O episódio do índio Sebastian demonstra a falta de coesão nas “margens” da França Equinocial, e uma nítida dissensão, que resultou em uma manobra utilizada pelos índios para tentarem angariar apoio dos portugueses. Avisaram, subrepticamente, aos portugueses, sobre a emboscada francesa, para não entrarem em conflito aberto com os franceses e seus índios aliados, os tupinambás.

Do outro lado da história, Yves d’Evreux ([1615] 2002, p. 89-90)<sup>352</sup>, relatando sobre a chegada de Martim Soares Moreno, em 1613, ao Maranhão, afirmou que o português havia chegado à pequena Ilha de Santa Ana, onde erguera uma cruz e um marco com uma inscrição, e havia percorrido alguns locais na costa do rio Itapecuru. Segundo o capuchinho, o principal de Itaparis (?), suspeito de traição, havia entrado em contato com os portugueses: “[...] perguntaram-lhe muita coisa, e ignora-se o que respondeu; deram-lhe machados e foices [...]”. “Felizmente”, nas palavras de d’Evreux, os portugueses também se dirigiram aos tupinambás, os quais pretendiam armar a emboscada afirmando não haver franceses na Ilha Grande, e foram avisar os franceses sobre a presença lusa no Maranhão.

No contexto de conflito aberto entre portugueses e franceses, na iminente ameaça portuguesa à França Equinocial e dentro das configurações de alianças com os indígenas, que ocorreram nessa conjuntura, diferenciaram-se os tremembés no Maranhão, como inimigos dos tupinambás, conforme relato antes exposto. Assim, emergiram os tremembés da pequena Ilha de Santa Ana, do rio Peria e dos Lençóis Maranhenses. Conforme foi colocado por Yves d’Evreux ([1615] 2002, p. 178), informando sobre a nova conjuntura de 1614: os tremembés já estavam “unidos” aos portugueses, na “Tartaruga” (Jericoacoara) e em Camocim.

Desta forma, alguns índios da costa oriental do Maranhão e da costa ocidental do Ceará, foram marcando sua diferença e foram sendo vistos como diferentes. Em um processo de reorganização social e política, principalmente, dos grupos que ocupavam a Costa Leste-

---

<sup>351</sup>Importante ressaltar que quando falamos em tupinambás, aqui, nos referimos à categoria que emergiu em aliança com os franceses no Maranhão, e que poderia se compor, inclusive de tapuias que aderiram ao projeto de colonização, conforme defendemos antes.

<sup>352</sup>Infelizmente o relato encontra-se no décimo capítulo, um dos incompletos, seguido de dois capítulos perdidos.

Oeste, foi sendo construída a identidade tremembé, enfatizando os contrastes, entre os indígenas que vieram de fora (como os que ficaram conhecidos por tupinambás do Maranhão) e os nativos que se aliaram aos franceses, assim como perante os indígenas trazidos pelos portugueses (como potiguares e jagoarigoaras), para a realização da conquista da costa norte.

#### 4.4 “Nação” dos tremembés

Portugueses e potiguares no seu fortim da barra do rio Ceará, de um lado; franceses e tupinambás na fortaleza de São Luís do Maranhão de outro. E no meio, em boa parte desse extenso espaço da Costa Leste-Oeste, os tremembés. Todas essas três “castas de gentios”, como diria o Padre Figueira, são de índios forjados no processo de expansão colonial. “Índios misturados”, como coloca Pacheco de Oliveira (2004), criados e recriados no caldeirão da colonização.

Assim, ocorreram processos de etnificação, através dos procedimentos de conquista, como bem coloca Boccara (2005), mas também através do exercício de compreensão, simplificação e tentativa de apreensão dos mundos indígenas pelos europeus, dessa forma, os vários grupos nativos que viviam na Costa Leste-Oeste, quer pertencentes a um mesmo grupo sócio-cultural<sup>353</sup>, ou não, foram nomeados tremembés.<sup>354</sup>

A denominação até poderia ter um quê de depreciativa, pois como foi visto no capítulo 1, referia-se à “coisa, algo do mangue”, *alguém do mangue*, mas essa mesma característica, que se foi criada pelo *outro* com o sentido de menosprezar, assumiu um caráter de distintivo, de diferenciação. Dessa maneira, se os tremembés, para os *outros*, eram coisa do mangue, porque lá se escondiam e armavam emboscadas; para os próprios tremembés o mangue significava proteção, subsistência e espaço de domínio. Dessa forma, ao que tudo indica, eles se apropriaram do etnônimo e passaram a ficar conhecidos como os “valentes tremembés”, como informou Yves d’Evreux, no seu relato de 1615 (2002, p. 177-180):

---

<sup>353</sup>Durante todo o trabalho preferimos a palavra grupo, sem o designativo “étnico”, porque realmente não temos, a partir dos documentos disponíveis, do início do século XVII, como entrever as fronteiras que existiam entre eles, nem como saber, exatamente, como coloca Sider (1994,p. 121), sob que vínculos esses etnônimos foram forjados e utilizados, ou seja, em que momento eles surgiram como grupos étnicos. Vislumbramos aqui apenas os contextos do processo.

<sup>354</sup>Para não repetirmos as proposições lançadas sobre o surgimento do etnônimo tremembé, reportamo-nos à discussão realizada no capítulo 1 (p. 69 et seq.).

Nesse tempo [1613-1614] a nação dos Tremembés<sup>355</sup>, moradora além da montanha de Camuci [Ibiapaba e Camocim], e nas planícies e areais da banda do rio Turi [região de Tutóia? Ou Turiacu?], não muito distante das Árvores Secas, das Areias Brancas [Lençóis Maranhenses], e da pequena Ilha de Santa Ana, saiu, sem esperar-se, para a floresta, onde se aninham os pássaros vermelhos, e para os areais onde se encontra o âmbar-gris e se pesca grande quantidade de peixes, com intenção, de surpreender os Tupinambás, seus inimigos irreconciliáveis, o que malogrou-se, visto que muitos Tupinambás da Ilha tendo ido aí com o fim especial de pescar, foram acometidos pelos Tremembés, sendo uns mortos imediatamente, outros cativos, sem saber-se o que deles fizeram, e finalmente alguns embarcados numa canoa puderam salvar-se regressando à Ilha do Maranhão [...].

[...].

Caruatapirã, pegando um desses machados [com os quais os tremembés haviam matado os tupinambás], feito em forma de crescente, ensinou-me o que eu não sabia, dizendo-me terem os Tremembés o costume mensal de velar toda a noite fazendo seus machados até ficarem perfeitos, em virtude da superstição que nutriam, de que indo para a guerra armados com tais instrumentos nunca seriam vencidos, e sim sempre vencedores.

Enquanto os homens e as mulheres se entregavam a este trabalho, dançavam as moças e os meninos à frente das choupanas ao luar do crescente.

São valentes os Tremembés e temidos pelos Tupinambás; d'estatura regular<sup>356</sup>, mais vagabundos do que estáveis em suas moradias; alimentam-se ordinariamente de peixes, porém vão à caça quando lhes apraz; não gostam de fazer hortas e nem casas; moram debaixo das choupanas; preferem as planícies às florestas porque com um simples olhar descobrem tudo quanto está às suas vistas.

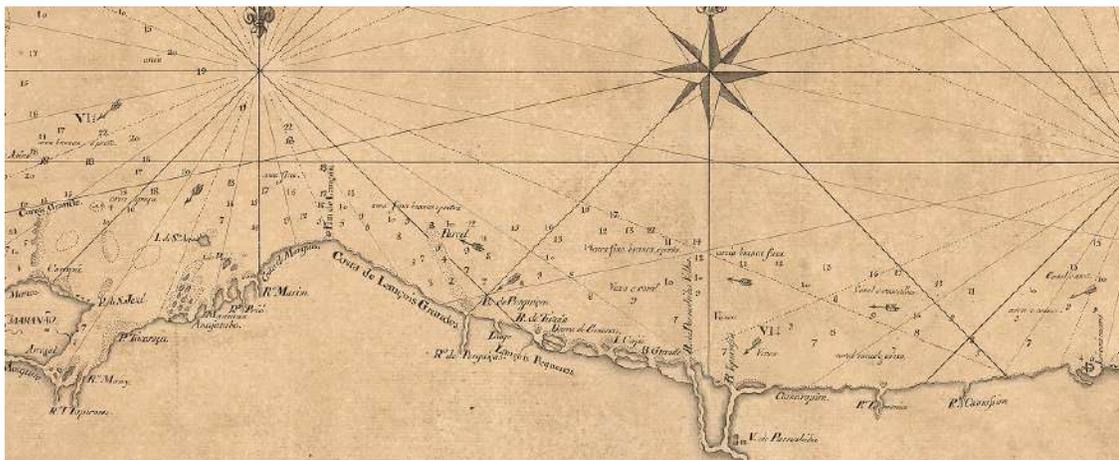
Não conduzem após si muita bagagem, pois contentam-se com seus arcos, flechas, machados, um pouco de cauí, algumas cabaças para guardar água, e umas panelas para cozinhar a comida; com mais destreza que os Tupinambás pescam à flecha; são tão robustos a ponto de segurarem pelo braço um dos seus inimigos e atirarem-no ao chão, como se fosse um capão. Dormem n'areia ordinariamente. [...].

Estas são as principais informações etnográficas disponíveis sobre os tremembés do século XVII, narradas em um capítulo de Evreux, que relata sobre um conflito entre eles e os tupinambás. Deve-se observar, no relato, o dilatado território que lhes é atribuído, pelo capuchinho francês, o qual coincide com a informação da mesma época, do sargento-mor Diogo de Campos Moreno ([1614] 2002, p. 33-34), que fala do lado oposto (geográfico e político) do capuchinho.

---

<sup>355</sup>Conforme a discussão realizada no capítulo 1, achamos importante destacar como a palavra tremembé foi grafada nos originais em francês. Abbeville (1614, p. 189) coloca: “[...] *Tremambe, ou errans çà & là* [...]”. Na transcrição de Ferdinand Denis (1864, p. 139-144), feita a partir dos exemplares mutilados dos livros de Yves d’Evreux (1615), encontramos *Tremembaiz* e *Tremembais* na narrativa do mesmo episódio descrito acima. Vê-se, então, no francês, a presença do encontro vocálico que não existia no tupi, o que nos remete à nossa hipótese de que a palavra seria uma mistura do português/espanhol, já que áreas pantanosas no francês são designadas por *marais* (DICTIONAIRES, 2001). Assim, propomos que a palavra mestiça (português/espanhol/tupi) fora adotada pelos franceses, designando os índios que, nesse momento, estavam em conflito com seus aliados tupinambás.

<sup>356</sup>Na transcrição de Denis (p. 142): “*stature competente*”.



**Mapa 12.** Detalhe do *Plano da Costa do Brasil desde o Sohoipe athê a ilha de S. João* (s/a, 1750). Apesar de ser um mapa de quase um século e meio depois, nele podem ser mais bem identificados, de leste para oeste, alguns dos topônimos por Diogo de Campos Moreno e Yves d'Evreux: R. Camossim, Camoropim, Pará já como Parnaíba, Barra de Tutóia, que Moreno chamou de Ototói, Lencóis Maranhenses (Grandes e Pequenos), a I. de S<sup>ta</sup> Anna, e o Rio Peria (Priá) próximo ao “Marim”.

Diogo de Campos Moreno ([1614] 2002, p. 33) localiza os “[...] Tapuias do Parameri, chamados Teremembes [...]”, próximos ao Camuri (rio Camocim -CE), junto ao rio *Parameri* (foz dos rios Cardoso e Camurupim – PI), no Pará (Parnaíba – fronteira PI com MA) ou Ototói (região de Tutóia – MA) (p. 51) e no Perejá (rio Peria – MA, p. 71).<sup>357</sup>

Comparando as localizações fornecidas pelos dois cronistas, um do lado francês e o outro do lado português, têm-se os tremembés ocupando a maioria dos principais estuários, desde a região de Jericoacoara até o golfo do Maranhão (na barra do Peria e na Ilha de Santana). Na descrição de Yves d'Evreux (1615), eles são designados como “nação dos Tremembés”<sup>358</sup>, enquanto que no mapa de Albernaz I (1629), seu território é sinalado como “Província dos Taramembes de Gverra”<sup>359</sup>.

O mapa de Albernaz I, de 1629, constata que as tentativas de tomar posse daquele espaço, desde Vicente Yañez Pinzon (1500), e as tentativas de conquista e colonização, feitas pelos donatários Aires da Cunha e João de Barros (1535), por Luís de Melo (1554), pelos

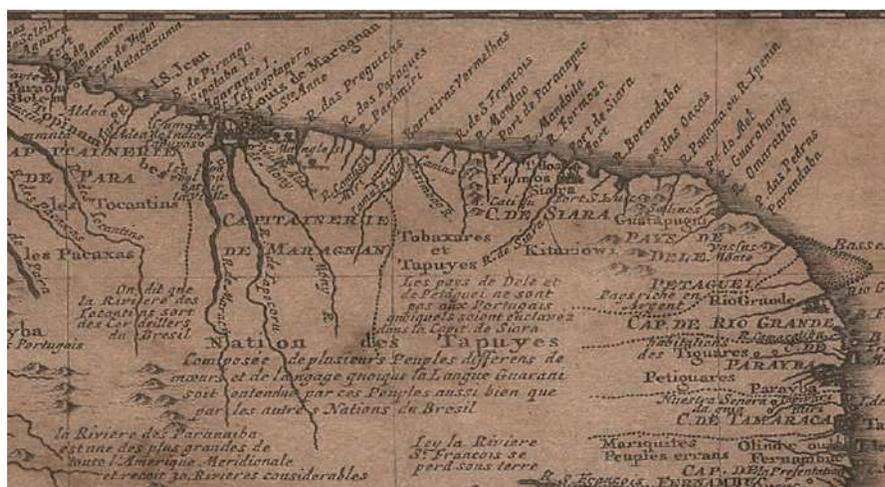
<sup>357</sup> Conforme foi colocado no capítulo 1, fizemos a análise de vários mapas, dentre os quais o de Albernaz (ca. 1629), Blaeu (1689), L'Isle (1703), Pieter van de Aa, 1729) e Bellin, 1757, para poder associar o Parameri, de Diogo de Campos Moreno, à barra onde deságuam os atuais rio Cardoso ou Camurupim, no litoral do Piauí, além de afirmar que o Parnaíba (PI), ainda no relato, era descrito como Pará (BORGES, 2006). Lembramos que é nas proximidades do rio Camurupim que encontramos vários sítios arqueológicos com cerâmica indígena, dentre os quais o sítio Seu Bode, com cerâmica datada do ano de 1592 d.C. (+/- 20 anos), ou seja, próximo à época da expedição.

<sup>358</sup> No original de Yves d'Evreux (1615) publicado por Ferdinand Dennis (1864, p. 139) encontramos “*la Nation des Tremenbaiz*”.

<sup>359</sup> Mapa apresentado no capítulo 1 (p. 69).

filhos de João de Barros (1556), por Pero Coelho (1603), pelos padres Luís Figueira e Pinto (1608), e pela administração colonial, mesmo após a expulsão dos franceses no Maranhão, ainda não haviam dado certo entre os indígenas da Costa Leste-Oeste, por isso o mapa de 1629 ainda retrata a “Província dos Taramembes de Gverra”, pois a *pro vincere* não era portuguesa e sim “Taramembes”.<sup>360</sup>

Nesse sentido, é importante citar uma informação do mapa de Pieter van der Aa, de cerca de 1729 (tradução e grifos nossos), ou seja, datado de cem anos depois do mapa de Albernaz I, que assinala, nas proximidades da Serra da Ibiapaba, hoje divisa dos Estados do Ceará e Piauí: “Tabajaras e Tapuias – A região Deles (?) e dos Potiguares *não são dos Portugueses* embora estejam na Capit. do Siará”<sup>361</sup>.



Mapa 13: Capitainerie de Maragnan por Pieter van der Aa (ca. 1729) com a referência aos Tobaxares (Tabajaras) e Tapuyes (Tapuias) e à Nation des Tapuyes (Nação dos Tapuias).

O olhar do estrangeiro destacou que em pleno início de Setecentos, a área em questão ainda era marginal ao processo de colonização, não era região dominada, o que se revela de forma contundente pela série de conflitos ocorridos entre indígenas e colonizadores, desde meados do século XVII às primeiras décadas do século XVIII, decorrentes dos embates diretos em virtude da expansão colonial.<sup>362</sup>

<sup>360</sup>A etimologia latina *provincia,ae* proveniente do período do Império Romano vem de “vencer precedentemente”, *pro vincere*, pressupõe a conquista. A jurisdição sobre um território, onde se forma uma circunscrição política e administrativa, porém, “provincia”, em Portugal, pelo menos desde o início do século XVIII, também se refere à ocupação de uma delimitada região, por um determinado grupo étnico. Tal sentido deve ter-se incorporado no século XVII, quando as províncias portuguesas perderam seu caráter político-administrativo e passaram a designar a unidade territorial ocupada por determinados grupos humanos. (AULETE, 2009; BLUTEAU, 1712-1728; HOUAISS, 2004).

<sup>361</sup>“Tobaxares e Tapuyes – Les pays de Dele [?] et de Petiguel ne sont pas aux Portugais quoiquels soient enclavez dans la Capit. de Siara”.

No mapa de Albernaz I de 1629 aparece a “Província dos Taramambez de Guerra”, e nos documentos de cem anos depois, os quais serão analisados mais à frente, ainda aparece a “nação Taramambezes”. Como desconsiderar o caráter sócio-político destas descrições portuguesas?<sup>363</sup>

Com relação ao termo nação, em relação aos grupos indígenas, Vainfas (2001, p. 420-421) aponta para sua utilização no sentido de exprimir a diferença, guardando, também suas contradições, pois o termo era usado para se referir a grupos indígenas de mesma língua, não obstante grupos de mesma língua serem designados como pertencentes a nações diferentes.

Afinal o que significava Província e Nação dos Taramambezes? Mais uma vez abre-se o leque das possibilidades, das diferentes interpretações de uma mesma realidade. A partir das observações propostas, contudo, o único consenso a que se pode chegar é o do significado territorial: essa região era de domínio dos tremembés (quer eles se constituíssem em um mesmo povo ou em diversos povos, que foram homogeneizados sob um mesmo etnônimo).

O importante é ressaltar a autonomia nativa sobre o território, pois esse território ainda não podia se considerar, durante o século XVII e início do XVIII, *província* portuguesa, aqui no sentido latino da palavra: de território conquistado. Assim, a Província dos Taramambez e a Nação dos Taramambez são aqui entendidas como os espaços de negociação cultural, política, social, e ecológica dos tremembés.<sup>364</sup>

#### 4.5 Domínio tremembé na Costa Leste-Oeste

<sup>362</sup>As conhecidas “Guerras dos Bárbaros” são analisadas por Puntoni (2002), que revê a historiografia sobre o tema, criticando a noção de um levante geral, “confederado”, dos indígenas. Pompa (2003, p. 269-293) também realiza uma análise sobre a questão. O que gostaríamos de apontar aqui é que não havia, ainda, por parte da administração colonial, um controle sobre a região, por isso Pompa (p. 269) considera os conflitos como uma “[...] reação ao movimento expansionista português [...]”. Ainda eram amplos os enclaves nativos, em pleno século XVIII, ainda não conquistados pelos portugueses, como fica patente no mapa de Pieter van der AA (1729).

<sup>363</sup>Tentando compreender essas descrições, percebe-se em alguns dicionários mais próximos à época (BLUTEAU, 1712-1728; RAE, 1734), que o termo “nação” denota o conjunto de habitantes de determinada região. É interessante que o dicionário português de Bluteau (p. 658) diferencia nação, de povo “[...] porque nação compreende muitos povos [...]” uma noção que não pode ser desconsiderada aqui, como uma das possibilidades já aventadas sobre os tremembés. O mapa de Pieter van der Aa (1729) corrobora o conceito de Bluteau ao cartografar “os tapuias”: “*Nation des Tapuyes. Composée de plusieurs Peuples differens des moeues et de languages [...]*”.

<sup>364</sup>Temos ciência de que o mapa não pode ser confundido com o território, e que ele é a interpretação de um espaço, ainda assim, o mapa de Albernaz I (1629) deve ser lido enquanto espaço de possibilidades, lugar onde ocorreram as práticas, as experiências, a ação de determinados homens e mulheres durante suas histórias, nesse caso, dos tremembés, e dos outros com os quais eles se relacionavam.

Os portugueses avançaram novamente sobre a Costa Leste-Oeste no ano de 1614. Jerônimo de Albuquerque e Diogo de Campos Moreno eram os responsáveis pelo comando da segunda jornada para tirar os franceses do Maranhão. Segundo informou o Sargento-Mor Diogo de Campos Moreno ([1614] 2002, p. 38), o mameluco Jerônimo de Albuquerque esperava arregimentar os índios da Serra da Ibiapaba e da foz do rio Pará (Parnaíba), tabajaras e tremembés, junto aos que levava do Rio Grande do Norte e Ceará, esperando alcançar até mil índios de guerra (p. 44), porém, as defecções dos indígenas começaram já no Rio Grande do Norte, de onde Jerônimo de Albuquerque esperava levar quinhentos índios flecheiros e só conseguira reunir pouco mais de duzentos, “[...] e mais trezentas bocas de mulheres e meninos [...]”.

No Ceará, nem Jacaúna, nem Camarão, que viera por terra com sua gente, quiseram seguir com Jerônimo de Albuquerque. Nas aldeias do Ceará, o capitão só conseguiu somar mais vinte índios flecheiros, tendo ainda que deixar por garantia criadas índias e um menino, filho do capitão, de apenas dois anos.

É interessante a observação de Diogo de Campos Moreno ([1614] 2002, p. 49) sobre a situação:

Daqui se pode ver o cabedal que é bem fazer-se das palavras dos índios do Brasil, e quanto importa estarem obrigados continuamente mais do temor e força dos brancos, que de palavras de línguas, as quais não guardam senão no que nos está bem. E aqui, como escala de tantos cossários [sic], importa terem freio, porque lhes dão âmbar, algodão, pau-cutiará e outros, e pimenta da terra, e fumo, e comida, e água, com que se refazendo caminham às Índias, ou donde querem.

De qualquer forma os portugueses, com um contingente bem menor do que o almejado pelo Capitão Jerônimo de Albuquerque, partiram do rio Ceará para Jericoacoara e de lá para o Maranhão. Como não sabiam notícias do Pará (rio Parnaíba) ou do Ototóí (região de Tutóia - MA)<sup>365</sup>, também reduto dos tremembés, passaram adiante para o Peria, primeiro dos rios a compor o golfo do Maranhão.

Isto exposto, resta entender que papéis assumiram, nesta configuração de forças, os “Teremembés” próximos de Camocim (CE), os “Tapuias do Parameri, chamados Teremembés” (PI), e os “Teremembés do Perejá” (MA), com os quais os portugueses

---

<sup>365</sup> Ainda não haviam recebido as notícias de Martim Soares Moreno que havia partido à frente na primeira jornada de 1613, pois depois que sua embarcação fora levada a Cumana, onde fora preso, foi enviado e detido em Sevilha e só depois retornou ao Brasil.

esperavam contar na sua jornada para expulsão dos franceses, segundo as pazes realizadas anos antes por Martim Soares Moreno (C. MORENO, [1614] 2002, p. 33).

Berredo ([1749] 1988, p. 75) informou sobre as esperanças de Jerônimo de Albuquerque de contar com

[...] os tremembés do sítio de Tutóia, aqueles, que já comunicava com boa amizade, e os tremembés, que a confessavam não menos verdadeira à memória do Capitão Martim Soares, do tempo que passou ao Maranhão nos exames da ilha [os tremembés do Peria]; porque ainda no caso, de que as alianças de tantos bárbaros lhe não servissem para o reforço das suas tropas, a sua oposição lhe seria arriscada, se se achasse obrigado a marchar por terra, por lhe ficarem todos na retaguarda [...].

No Peria, no Maranhão, o sargento-mor citou os “[...] Teremembés, índios ali vizinhos tão inimigos dos da Ilha [...]”, com os quais era necessário não “estorvar” a amizade (MORENO, [1614] 2002, p. 57). Diogo de Campos Moreno desejava tecer uma aliança com os tremembés, temidos pelos índios da Ilha, os tupinambás, para engrossar as forças portuguesas, porém o capitão Jerônimo de Albuquerque preferiu deixar o posto do Peria, na expectativa de que iria conseguir efetuar as pazes com os índios de São Luís, e assim não realizaram a aliança com os tremembés.

Como não houve, no relato do sargento-mor, nem mais uma palavra sobre os tremembés, pode-se entender que as “alianças”, das quais Diogo de Campos Moreno ([1614] 2002) aludira no início da Jornada, ficaram apenas sob o plano da pretensão. Ao que tudo indica, os tremembés não participaram dos embates, pelo menos de forma considerável, pois sem fazerem as alianças com os portugueses e neste momento estando contrários aos tupinambás, não entrariam na guerra, nem de um lado, nem de outro.

Para reforçar a hipótese de que os portugueses não efetuaram alianças com os tremembés e outros índios da região, de modo que eles engrossassem as tropas nos combates contra os franceses e os tupinambás, verificou-se que os reforços das tropas para derrotar, definitivamente, os franceses no Maranhão, tiveram que contar com a participação de indígenas vindos de Pernambuco, na armada de Alexandre de Moura, conforme informa Frei Vicente do Salvador ([1627] 1889, p. 135): através da armada de Alexandre de Moura o governador “[...] aprestou logo nove navios, quatro grandes e cinco pequenos, com mais de 900 homens entre brancos e índios, com plantas e gado para povoarem a terra, e armas para a fazerem despejar aos franceses, quando não quisessem de outro modo, porque assim o mandava el-rei [...]”. No seu relatório sobre a expedição, Alexandre de Moura (ABN, 1904, p. 195-203), não falou sobre os tremembés no Peria.

Como se sabe, os portugueses derrotaram os franceses, derrota mais relacionada à conjuntura diplomática, em virtude do casamento marcado entre a infanta da Espanha, Anna de Habsburgo, com o rei francês, Luís XIII, pois os franceses no Maranhão não tinham como arcar, sozinhos, contra a força das Coroas Ibéricas. Conforme Bonnichon (1975, t.II, p. 541), o “[...] insucesso da França Equinocial podia ser imputado mais às circunstâncias políticas que aos participantes [...]”, tanto foi assim, que os projetos dos franceses na costa setentrional brasileira não foram de todo abandonados, pois os mercadores franceses continuaram frequentando a costa norte.<sup>366</sup>

Assim, com a conquista do Maranhão, os portugueses assumiram três importantes postos na Costa Leste-Oeste: o fortim, no Ceará, a fortaleza construída pelos franceses, em São Luís do Maranhão e a fundação do Forte do Presépio, em Belém do Pará, contudo, boa parte da costa continuava, como informa documento expedido por Duarte Correia de Albuquerque, em 1646 (MACC, 1955), como uma “[...] praça deserta onde só existia gentio [...]” o qual se constituía “[...] um verdadeiro perigo em terra [...]”.

#### *4.5.1 Os tremembés: entre o encobrimento e a selvageria*

Como bem observou o Sargento-Mor Diogo de Campos Moreno ([1614] 2002), as relações entre os indígenas da Costa Leste-Oeste e os portugueses eram complicadas pela presença dos mercadores, e pelo comércio que os indígenas efetuavam com os mesmos. Esta situação gerava uma competição desvantajosa para os colonizadores, já que os mercadores, de passagem, não tomavam os territórios dos nativos, não lhes impunham trabalhos forçados nem a sua religião, e ainda lhe forneciam as mercadorias almejadas. Assim, os indígenas que optaram por manter sua autonomia, preferiam comercializar com mercadores, do que deixar se instalar em suas terras, colonizadores, quaisquer que fossem suas nacionalidades, dessa forma, nem portugueses, nem franceses, nem holandeses, apesar de pazes efetuadas, não conseguiram se manter por muito tempo no território dos tremembés, durante o século XVII.<sup>367</sup>

---

<sup>366</sup>Bonnichon (1975, t.II, p. 543-547) cita, inclusive, os projetos da família Razilly, de ainda tentarem a colonização do Maranhão, conforme exposto no Memorial de Isaac de Razilly, endereçado ao Cardeal Richelieu.

O episódio da conquista do Maranhão transformou-se em um capítulo de uma velha ambição ibérica: a conquista da Amazônia. Logo os ibéricos concentraram esforços para adentrar na região, ainda sob motivação da busca do ouro e do acesso ao Potosi. Conforme Carvalho Jr. (2005), o domínio sobre a região foi-se dando aos poucos. Um dos principais pontos para se ter o controle do Maranhão, Pará e Amazonas era o estabelecimento de alianças com os indígenas, os quais já estavam acostumados ao comércio com os estrangeiros. Com o foco centrado do Maranhão ao Pará/Amazonas, o extenso território do rio Ceará ao leste do golfo do Maranhão, ficou desassistido pela ação colonial, logo, mais uma vez, escassos são os documentos sobre essa região, no início do século XVII.

Um dos pontos nos quais os portugueses se instalaram para realizar a conquista da Costa Leste-Oeste, que poderia ter sido utilizado para dar início a uma povoação na região, o arraial feito em Jericoacoara<sup>368</sup>, fora queimado, pelos próprios portugueses, em 1614, quando partiram para a conquista de São Luís, para que o lugar não servisse de ponto de apoio aos estrangeiros que por ali sempre aportavam. Ora, se nessa época os portugueses estavam avançando em direção ao Maranhão, à procura de conquistar a costa setentrional brasileira, por que não guardaram o arraial de Jericoacoara? Além da precariedade das forças militares, para combater os franceses em São Luís, o que não lhes permitia deixar soldados em Jericoacoara, vê-se que a falta de colaboração indígena, mais uma vez, impediu a fixação dos portugueses na região.

Na época da jornada do Maranhão, apesar das “pazes” firmadas com Martim Soares Moreno, os lusos depois foram atacados, no fortim, por cerca de trezentos “tapuias”, com os quais, no final, sob condições não referidas nos documentos, estabeleceram amizades forçadas. Não havia confiança, também, nos tabajaras da Serra da Ibiapaba, desta forma, como os lusos conseguiriam manter-se no local ameaçado pelos indígenas?

Conforme se observa nos poucos documentos emitidos sobre a região, a costa entre o Ceará e o Maranhão, no início do Seiscentos, ainda estava sob domínio dos indígenas, que continuaram a traficar com os estrangeiros, pau-de-tinta amarelo, pau-violeta, âmbar-gris e outros artigos. Estes indígenas vão aparecer nos documentos do século XVII, ora como tremembés, taramembés, trememés, ora como “gentios de corso”, “tapuias selvagens” e até como “alarves”, como colocou em 1660, o Padre Antônio Vieira (RIC, 1904, p. 96).

---

<sup>367</sup>É óbvio que alguns desses mercadores ou piratas, no lugar de realizarem negociações com os indígenas, faziam dos índios *o próprio* negócio, escravizando os nativos e levando-os, principalmente para as Antilhas, como fora visto com o documento de Jerônimo de Barros (DIJB, 1917, p. 154) de ca. 1570.

<sup>368</sup>Esta região fora alvo dos olhares do Governador Diogo de Menezes, em 1612 (ABN, 1904, p. 307-310), que sugeriu que o porto de Camocim, distante poucas léguas de Jericoacoara, fosse “cabeça” da Capitania, que se poderia fazer ali para impedir a frequência dos estrangeiros.

Assim, continuaram encobertas as referências a eles nos documentos, provavelmente em virtude dos tremembés se organizarem em pequenos grupos espalhados pela costa, vivendo em transumância pelo território, ora em pazes, ora em conflito, com portugueses, franceses e holandeses, com os quais realizavam comércio, mas não alianças, para o estabelecimento de núcleos de ocupação dos índios. De acordo com o Padre Antônio Vieira ([1660] RIC, 1904, p. 101), conforme informação do principal tremembé Tatuguaçu: “[...] nunca lhes pareceu bem que suas praias fossem francas aos Portugueses, e devassadas de passageiros [...]”.

Frei Christovão de Lisboa (ABN, 1904, p. 401, grifos nossos)<sup>369</sup>, em viagem que realizou em 1626, a pé, do Pará ao “Seará”, narrou sobre dois encontros que teve com indígenas, os quais quase mataram a todos da comitiva. Primeiro chamou-os de “Tapuias de Corso”, que lhes roubaram até selos para cartas, e que deixaram todos os índios que iam em sua companhia, com medo, os quais largaram as roupas e fugiram para os matos. Depois, comentando sobre um segundo encontro com os índios da costa, chamou-os de “tremembezes”:

[...] em os dous encontros que tivemos em dous dias saímos com um morto e quinze feridos os quais morrerão dous. elles [os tremembés] com quatro e muitos feridos são gente valerozissima nenhum cazo fazem das espingardas caminhamos um mês e seis dias deste modo morrendo á sede, e á fome E nove pessoas morrerão de uma, e outra cousa, e todos houveramos de perder as vidas, quis Deos darma será para seu serviço na Bahia tivemos *outro recontro* com os *tremembezes* estando a ponto de rompermos escolherão fazer pazes [...]

Frei Vicente do Salvador ([1627] 1889, p. 177), por sua vez, ao narrar o episódio, cuja informação fora-lhe enviada por carta, pelo próprio Frei Christovão, não cita os tremembés, mas, sim, “[...] gentios Tapuias, Arechis, e Uruatins [...]”.

Como informou o Padre Antônio Vieira, os tremembés distribuía-se em pequenos “magotes”, espalhados pela costa. Tal fato deve ter levado os adventícios a terem dificuldades de descrever esses indígenas, que tanto foram vistos como “tapuias”, espalhados pela costa, como foram cartografados como uma grandiosa “nação” a ocupar extenso território, como no mapa Albernaz I (1629)<sup>370</sup>.

O que importa salientar é que os “tapuias” da costa, os tremembés da Costa Leste-Oeste, ainda dominavam seus territórios, apesar das tentativas de colonização empreendidas no século XVI e da tentativa de conquista da costa norte, no século XVII.

<sup>369</sup> *Tres [sic] cartas de Fr. Christovão de Lisboa*. Carta de 2 out. 1626.

<sup>370</sup> O mapa encontra-se na página 69 do capítulo 1.

Frei Christovão de Lisboa (ABN, 1904, p. 403)<sup>371</sup> dá outra informação sobre os tremembés, no ano de 1627. Em retorno ao Maranhão, da visita que fizera ao “Seará”, o frei fala das dificuldades da navegação de uma região cheia de baixios, e do medo do piloto em lançar âncora e aterrar, com receio dos “Selvagens tremembezes” que estavam na praia, e que, segundo o frei, gritavam que iam comer a todos. Tal situação ocorrera nas proximidades do que o frei chamou de rio “[...] Pará mas não o grande [...]”, que no caso se tratava do atual rio Parnaíba, tradicional reduto dos tremembés.

É interessante, nesse episódio, salientar a construção dos tremembés enquanto selvagens e antropófagos, que estariam a ameaçar os navegadores, inclusive tentando chegar a nado à embarcação, mas que, ao mesmo tempo, lhes devolveram um homem que tinha caído ao mar, o qual, segundo o frei, “[...] esteve condenado à morte entre os tremembezes [...]”. Frei Christovão só não explicou, em sua missiva, como conseguiram fazer aguada, entre indígenas tão indômitos, “canibais” e ainda resgatar esse homem.

O que interessa, na questão, é a construção dos tremembés como índios selvagens. A afirmação de que comeriam a tripulação, se realmente partira dos indígenas, seria uma tática para espantar os adventícios, pois os tapuias da região nordeste do Brasil, dentre eles os tremembés, praticavam o endocanibalismo funerário, como foi colocado no capítulo 1.

De qualquer forma, diante de tentativas mais impositivas de fixação europeia em seus territórios, suas respostas foram mais enérgicas, e assim eles apareceram com mais recorrência nos documentos, como indígenas indomáveis, traiçoeiros e de guerra, como no mapa de Albernaz I (1629).



Mapa 14: Detalhe do Atlas do Maranhão de João Teixeira de Albernaz I (ca. 1629).

<sup>371</sup> *Tres [sic] cartas de Fr. Christovão de Lisboa.* São Luís do Maranhão de 2 jan. 1627.

#### 4.5.2 Os tremembés durante a ação dos holandeses

Mal afastados os franceses e finda a França Equinocial, são os holandeses que vão imprimir uma ação planejada de invasão do Brasil.

De acordo com Mello (2003, p. 260-261), antes de Portugal unir-se à Espanha, a economia portuguesa dependia do abastecimento dos holandeses. Com o estabelecimento da União Ibérica, a partir de 1580, os reis espanhóis tentaram embargar o comércio de Portugal e de sua colônia com os separatistas holandeses, que se haviam libertado do jugo espanhol em 1581. Perante a ameaça da falta de suprimentos em Portugal, em virtude de um embargo ao comércio com os holandeses, foi assinada uma trégua de doze anos entre a Espanha e os Países Baixos (1609-1621).

Com o fim da trégua, os holandeses atacaram a Bahia, em 1624, e outros pontos da costa também foram almejados. No mesmo ano de 1624 e no ano seguinte de 1625, em duas tentativas, os holandeses investiram contra o forte comandado por Martim Soares Moreno no Ceará, mas foram rechaçados nas três vezes.

Pompeu Sobrinho (1934) cita a presença de vários holandeses entre os índios tapuias do sertão nordestino, os quais deixaram importantes relatos: Herckmam, Roulox Baro, Macgrav e Zacharias Wagner (estes dois, alemães, sob patrocínio de Maurício de Nassau). Os flamengos aproximaram-se principalmente dos grupos tarairius, os quais se tornaram importantes aliados nas suas guerras contra os portugueses.<sup>372</sup>

No caso da Costa Leste-Oeste, segundo Studart Filho (1959, p. 15), entre os anos de 1600 e 1610, os holandeses Jean Bautiste Syens, Hendrychsser Cop e Claes Adriaenssen Cluyt, traficavam livremente na região, e deixaram relatos sobre suas viagens.

Syens ([1600] ABN, 1907, p. 158-161)<sup>373</sup> deixou uma narrativa sobre uma viagem ao Mucuripe, no Ceará, de onde adentrou ao sertão em busca de esmeraldas, recebendo ajuda dos índios na busca por elas. Disse que fez a expedição a partir de uma indicação do índio

---

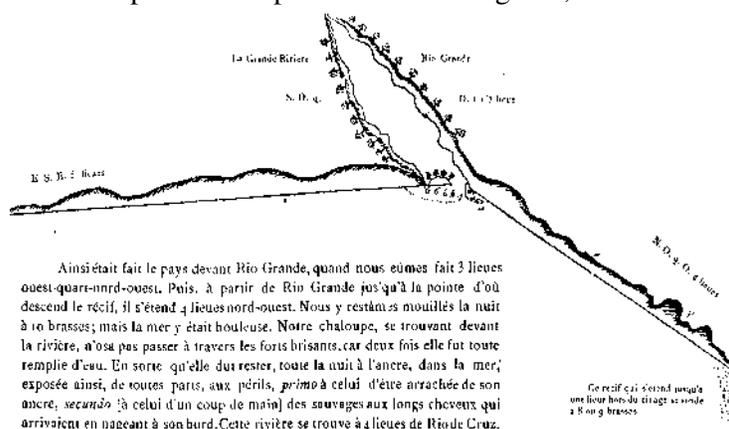
<sup>372</sup>Depois das vitórias sobre os holandeses, os portugueses passaram a penetrar mais no sertão, e então, a partir de meados do século XVII à segunda década do século XVIII, ocorreram inúmeros conflitos entre indígenas e colonos portugueses, já mencionados como a “Guerra dos Bárbaros”, os quais Puntoni (2002, p. 57) associa como resultado da desestabilização das alianças entre holandeses e indígenas e Pompa (2003, p. 218) remete a um quadro mais amplo de “[...] contínuas rearticulações de relações econômicas e de poder [...], de avanços e recuos da “Região colonial” no sertão, em que os “Tapuia” não exerceram apenas o papel de vítimas mudas ou de protagonistas de uma cega quanto inútil “resistência”, mas souberam também (ou pelo menos tentaram) se inserir nas contingências históricas em função de seus interesses de sobrevivência física e cultural”.

<sup>373</sup>*Journal de Jan Bautista Syens, d’Amsterdam (de son voyage) à Moucuru en 1600.*

Caçone, que era do Rio Grande. Penetraram no país e avistaram uma grande aldeia com cerca de cinco mil almas preparadas para iminente ataque dos seus inimigos, provavelmente se referia aos tarairius, que habitavam grande região do sertão nordestino.

Hendrychsser Cop e Claes Adriaenssen Cluyt deixaram um relato de 1610 (ABN, 1907, p. 161-170)<sup>374</sup> sobre o qual já foi falado, no qual afirmaram que índios de Camocim fugiram junto aos holandeses e franceses para o Maranhão. É interessante observar que, segundo os navegadores holandeses, em Camocim, encontraram um barco que estava há seis meses à espera de pau violeta, usado na França para carpintaria.

Hessel Gerritsz em 1627 (ABN, 1907)<sup>375</sup> realizou uma descrição da costa setentrional, com desenhos, onde informava sobre pontos de pescaria dos indígenas, de tráfico de mercadorias e locais a serem evitados. Na descrição sobre o que seria a barra do rio Parnaíba, cita o perigo dos selvagens de cabelos longos que chegavam nadando, a bordo do navio (p.139).<sup>376</sup>



**Figura 3: Desenho de Gerritz e a descrição dos “selvagens de cabelos longos”.**

Laet em 1637 (2007, p. 145-146) também fez uma descrição da Costa Leste-Oeste, mas pouco informou sobre os indígenas.

Os holandeses tomaram Recife em 1630 e a partir daí investiram sobre a Costa Leste-Oeste, chegando ao Rio Grande do Norte, em 1633. Gedeon Morris de Jonge, em 1637 (RIHGB, 1895, p. 238-250)<sup>377</sup>, enviou à Companhia da Índias Ocidentais informações sobre as potencialidades das capitânicas do Ceará, Maranhão, Pará e afluentes do Amazonas, destacando as fragilidades da possessão portuguesa. Sobre a costa do Ceará ao Maranhão,

<sup>374</sup> *Description de la côte septentrionale du Brésil d'après le journal de bord du trafiquant Hendry Hendrycksser Cop et du capitaine Claes Adriaenssen Cluyt, d'Ackersloot, du voyage fait en 1610.*

<sup>375</sup> *Journaux et nouvelles tirées de la bouche de marins hollandais et portugais de la navigation aux Antilles et sur les côtes du Brésil.*

<sup>376</sup> Note-se que Abbeville ([1614] 2002, p. 189) assim como Yves d'Evreux ([1615] 2002, p. 181-182), fizeram menção a estes tapuias chamados de Cabelos Compridos de Tapuitapera. No relato de Evreux, um desses índios afirmara a um dos capuchinhos, que haviam vindo para o Maranhão de uma terra distante, sobre a qual não poderia falar sob proibição do seu principal.

<sup>377</sup> *Breve descrição apresentada aos Srs. directores da outorgada Companhia das Indias Occidentaes...* Middelburg, 22 out. 1637. (Tradução José Hygino).

informou sobre a precariedade do forte português (em Fortaleza), que tinha apenas vinte soldados para defendê-lo, apesar de os portugueses terem “[...] sob sua sujeição uma grande nação de índios muitos hábeis e espertos no achar ambar gris [...]”. Informou que muitos navios navegam na costa e o proveito que dela se poderia tirar seria o âmbar-gris, fumo, madeira de excelente qualidade e algodão.

Gedeon fez abertamente uma propaganda da costa norte até o Pará, falando de sua fecundidade, ressaltando ser maior do que a da Bahia e Pernambuco, para a produção de açúcar. Apontou as razões para a conquista dessa costa, dentre as quais figurava o descontentamento dos indígenas em relação aos portugueses, aos quais estavam sujeitos “[...] mais por medo do que por amor [...]” e assim aspiravam “[...] ver-se livres da opressão e jugo tirânico dos Portugueses [...] pois quazi todos entre si concertaram e juraram destruir os Portuguezes de uma vez [...]” (RIHGB, 1895, p.246). Entregue a correspondência em Middelburg, aos vinte e dois de outubro de 1637, verifica-se que os holandeses instalados no Brasil não esperaram as ordens da Companhia das Índias Ocidentais, pois o fortim do Ceará foi invadido três dias depois, em vinte e cinco de outubro de 1637. Isto porque os holandeses possuíam um fator primordial e determinante para a tomada do forte do Ceará, como fora observado por Jonge: o apoio dos indígenas.

A certeza sobre a posição indígena da qual falara Gedeon Morris de Jonge, em 1637, deveu-se à embaixada de índios do Ceará, em agosto do mesmo ano, que foram ao Rio Grande do Norte oferecer apoio aos holandeses, para que tirassem os portugueses de lá (RIHGB, 1895, p. 263)<sup>378</sup>.

Em 1637, os holandeses tomaram com facilidade o forte de São Sebastião, no Ceará. Boogaart e Brienen (2003, p. 37) afirmam que os índios participaram da conquista, que fora feita com um pequeno contingente de soldados holandeses.

As negociações dos indígenas com os holandeses não pararam por aí. Ainda conforme esses autores, a partir da carta que Hendrick van Ham (RIHGB, 1895, p. 267-272) enviou para a administração colonial, em 29 de abril de 1639, após um mês da conquista do fortim do Ceará, chefes de duas aldeias tupis, moradores nas proximidades de Jericoacoara e Camocim, acompanhados de dois chefes “tapoeier”, um deles Waticene Drembembe<sup>379</sup>, procuraram os

<sup>378</sup> *Carta do Conselho Supremo do Brasil aos Diretores da Companhia das Índias Ocidentais*. 25 ago. 1637. A tradução de José Hygino infelizmente omite o nome da(s) etnia(s) indígena(s), na transcrição da Revista do Instituto Histórico e Geográfico estão dois asteriscos.

<sup>379</sup> Infelizmente José Hygino, na sua tradução para a RIHGB, omite, mais uma vez, informação sobre os indígenas e não cita o Drembembe (tremembé). Boogaart e Brienen (2003) recolhem a informação no Arquivo Geral de Haia.

holandeses oferecendo apoio, e fizeram certa propaganda da região, afirmando que a mesma possuía abundância de madeiras, onde outrora os franceses carregavam navios inteiros.

Aparecem, então, os tremembés articulando-se, movimentando-se politicamente, no novo quadro conjuntural, oferecendo apoio aos holandeses, junto com grupos tupis<sup>380</sup>, interessados na continuação de suas trocas com os europeus, as quais deveriam ter sofrido uma baixa, nesse período, em virtude da ofensiva portuguesa contra os franceses, no Maranhão.

A carta de Hendrick van Ham (RIHGB, 1895, p. 267-272) ofereceu outras informações sobre a política indígena, frente aos holandeses. Ham desmistifica toda a propaganda que Gedeon de Morris e os próprios índios haviam feito sobre a região: não era tão fértil, nem os indígenas estavam tão dispostos a ajudar. Observou, em uma festa onde estavam reunidos mais de 2.500 indígenas, de várias partes, que um terço deles não habitava em aldeias, mas em vários lugares, vivendo a maioria “dos matos”. Certamente referia-se aos grupos tapuias, não afeitos à agricultura. Cita que costumavam embriagar-se de um vinho feito de caju<sup>381</sup>, também de batata e milho. O holandês reclamava (p. 269):

Não posso obter d’esses índios o mínimo serviço ou auxílio sem pagar. Dizem que nada absolutamente fizeram para os Portugueses e muito menos hão fazer alguma cousa para nós, porquanto a terra lhes pertence. Tenho por certo, que elles acham muito ambar-gris; mas levam-o para o Rio Grande e outros lugares, pois andam todo dia a correr acima e abaixo sem sciencia minha.<sup>382</sup>

Observa-se o agenciamento indígena: suas decisões em apoiar os estrangeiros, e após conseguirem o que desejavam dos holandeses – a expulsão dos portugueses – continuaram suas transações comerciais e mantiveram o domínio sobre o próprio território. Ham observou que navios continuavam passando na costa e por certo iam negociar diretamente com os indígenas, fugindo, pois, ao controle dos holandeses.<sup>383</sup>

Boogaart e Brien (2003, p.37-38) oferecem a tradução de um documento de Georg Marcgraf, *Informações do Ceará de Georg Marcgraf* (junho-agosto de 1639), que retrata a articulação dos indígenas com os europeus, para atingir objetivos específicos também contra seus inimigos indígenas. Conforme informação recolhida pelos autores nos Arquivos de

<sup>380</sup>Mais um exemplo de que a inimizade estandardizada entre “tupis e tapuias”, como aponta Monteiro (2001), foi claramente uma construção dos cronistas coloniais, depois apropriada pela bibliografia indigenista.

<sup>381</sup>Certamente refere-se ao *mocororó*, fermentado consumido até hoje pelos tremembés de Almofala, no Ceará.

<sup>382</sup>Não temos como saber sobre quais índios Ham está falando, mas supomos que entre eles estão os tremembés, pois o tenente cita, na carta, os índios de Jericoacoara que eram amigos.

<sup>383</sup>Conforme análise de Martim (2008, p.6): “[...] Especialmente do ponto de vista indígena, a Companhia estaria vindo ao Ceará como convidada e aliada dos índios. Essa amizade não implicava sujeição, nem obediência cega aos desejos da WIC [...]”.

Haia<sup>384</sup>, os índios da região do Camocim foram ao encontro dos holandeses propondo a “[...] venda de ‘tapoeier’, contra os quais estavam em guerra, como escravos; a entrega de pau-roxo [pau-violeta]; e ajudá-los na conquista do Maranhão [...]”. Marcgraf ([1639] apud BOOGAART; BRIENEN, 2003, p. 9-10) participou dessa expedição, a partir da qual produziu o relato. Segundo ele, partiram do Ceará com “[...] 250 brasileiros [tupis], 150 tapuias e 15 brancos para fazer guerra contra os tapuias selvagens [...]”. Para os holandeses, além da aliança proposta pelos indígenas, interessavam-lhes os escravos. Os “tapuias selvagens” encontravam-se em alguma região montanhosa, às margens do Alto Acaraú (CE), no sertão. A batalha empreendida pelos tupis e pelos tapuias aliados, resultou em cento e cinquenta tapuias inimigos mortos e, do outro lado, foram mortos onze tupis e sete tapuias aliados. Estes, segundo o costume dos tapuias da região, foram comidos pelos próprios parentes, o que remete ao endocanibalismo funerário. (MARGRAF [1639] 2003, p 10).<sup>385</sup>

Ham, apesar dos seus alertas da inutilidade de se manter a guarnição no Ceará, foi substituído por Gedeon Morris de Jonge em vinte e três de novembro de 1640. Este assumiu como *Commandeur* do Ceará e tomou como tarefa o desenvolvimento da exploração de sal na região de Areia Branca (RN) e Camocim. (MARTIM, 2008, p. 8).

Em 1641, é a vez do Maranhão ser invadido pelos holandeses. Na ocasião, informou o Padre Teixeira de Moares ([1692] RIHGB, 1877, p. 103, grifos da transcrição), os holandeses enviam os prisioneiros portugueses por terra, ao forte do Ceará, e no caminho, os “[...] *Tarimambês*, dos gentios os mais bárbaros e traidores [...]” mataram todos os portugueses.

Os holandeses passaram à condição de colonizadores, não tardando, então, a recrutarem trabalhos forçados e a escravizarem os indígenas, mesmo contrariando as ordens da Companhia de manter as alianças com os nativos. (PUNTONI, 2008, p. 56-58).

Gedeon Morris de Jonge ([1641] RIHGB, 1895, p. 285-286), em carta de oito de outubro de 1641, informou que na região de Camocim existiam trinta nações “internas” (no sertão) de tapuias, das quais apenas dez viviam em paz com os holandeses. Em Camocim, além de se continuar a buscar o pau-violeta, foi descoberta uma salina que passou a ser explorada pelos holandeses, sem dúvida gerando trabalhos forçados entre os indígenas, os quais ficaram doentes com uma epidemia de bexigas. Gedeon não cita os tremembês, apenas a existência de grupos tupis e tapuias nos arredores de Camocim.

---

<sup>384</sup>Carta geral da administração colonial para os XIX, 5 mar. 1639.

<sup>385</sup>Como os tapuias que procuraram os holandeses eram da região de Camocim, acreditamos que poderiam se tratar dos tremembês, em paz com os tabajaras da Serra da Ibiapaba, os quais também deveriam estar na comitiva, que juntos combateram esses tapuias do sertão.

Saraiva Martim propõe (2009, p. 13-14) que:

Os desmandos e maus-tratos recebidos pelos indígenas no Maranhão, o grande número de índios enviados para ali como combatentes, o baixo moral devido às sucessivas derrotas, a fome, as doenças e a venda de índios aliados como escravos parecem ter sido fundamentais em causar uma grande ruptura entre a população indígena aliada e a WIC [...].

Segundo Berredo, que escreve pouco mais de cem anos após o ocorrido ([1749] 1988, p. 229):

Logo que a tirania das armas holandesas se estabeleceu na Capitania do Maranhão, chamou muitos tapuias de toda a costa do Ceará até o rio Camocim, que já lhe obedecia; e como os poucos que salvaram as vidas (porque mais de quinhentos a sacrificaram no seu serviço) tiveram só por prêmio do muito sangue, que derramaram nele, o de os lançarem nas desertas praias do mesmo Camocim [...] ofendidos desta ingratidão, trataram de vingá-la.



Mapa 15: Detalhe mapa de Albernaz I (ca. 1629), com localização do Fortim do Ceará.

Fica claro para Berredo, que os índios de Camocim, certamente entre os quais estavam os tremembés, cansados dos abusos cometidos contra eles, resolveram voltar-se contra seus antigos aliados. Atacaram, primeiramente, a guarnição do fortim, que fora erguido em Camocim para realização dos trabalhos nas salinas. Dali a dez léguas, provavelmente outro fortim-feitoria que fora erguido em Jericoacoara, antigo ponto de

apoio para fazer aguada, também foi alvo dos indígenas. (Cf. OLIVEIRA, 1995).

Seguiram então as cem léguas, que os separavam do Fortim de São Sebastião, na enseada do Ceará, e atacaram em emboscada, não deixando ninguém vivo, nem Gedeon de Morris. Queimaram os barcos e atearam fogo ao próprio forte. Vê-se que, da mesma forma que os indígenas buscaram os holandeses como aliados, romperam com eles, em virtude da exploração.

Os atos dos indígenas não foram desarticulados de uma ação política diplomática, pois antes de atacarem os holandeses, os índios mandaram avisos aos portugueses, de que estavam prontos para recebê-los. Dentre os índios que o Capitão João Vasco, do Maranhão, propõe ao

rei que sejam premiados, pelo ato de ataque aos holandeses, está “Orubu acanga”, “principal” de Jericoacoara. (LEITE, 1943, p.15)<sup>386</sup>.

Depois do ocorrido, o Conselho Supremo dos holandeses exprimiu, através de algumas atas, a necessidade de cativar a amizade dos indígenas (RIC, 1910, p. 299-300)<sup>387</sup>:

Como de todas as circunstâncias conhecidas não podemos outra coisa inferir, senão que a desintelligencia e a inimidade dos índios do Ceará e costas adjacentes contra a nossa nação, originarão-se do máo tratamento que lhes derão e sobre tudo de não terem sido devidamente pagos dos seus serviços no trabalho das salinas de Marituba e do carregamento dos barcos nas salinas e em outras partes, conquanto tivéssemos enviado de quando em quando para esse fim pannos e outras mercadorias, bem como recommendado que mantivessem os índios em boas disposições, tratando-os cortezmente e pagando-lhes os serviços; resolvemos remeter para o Maranhão 4.000 varas de panos [...] se pedirem para partir d’haí, sejão todos licenciados a ver se por este meio podem mover á paz os animos irritados dos seus amigos e compatriotas e de novo aquietar toda a nação, porquanto pouco se pode fazer empregando a força contra uma nação tão selvagem e em tão ampla região. (Acta de 21 de março de 1644).

Esta ata resume parte da problemática. Em outras, o Conselho chamou a atenção também para o fato de que os índios da capitania não terem outro “fito” senão viver em liberdade e não gostavam de ser separados de seus filhos (os quais os holandeses pretendiam mandar para escolas). (RIC, 1910, p. 298-301)<sup>388</sup>.

O intento de apaziguar os indígenas foi pelo menos em parte conseguido, pois anos depois Mathias Beck chegou ao Mucuripe, onde reatou as pazes com os indígenas. Porém, os indígenas mostraram-se desconfiados das intenções dos holandeses, e já informados das vitórias dos portugueses, em Recife, preocuparam-se ao aliar-se aos batavos, visto que estes vinham perdendo terreno frente aos lusos.

Como é possível observar no Diário de Mathias Beck, de 1649 (RIC, 1903)<sup>389</sup>, os índios, então, mostraram-se mais exigentes nas negociações. Beck afirmou que cerca de seiscentos índios estavam esperando na praia por seus presentes. Quando houve o desembarque da mercadoria destinada a eles, principalmente aguardente e víveres, um dos

---

<sup>386</sup>Serafim Leite referencia apenas o documento que enviava as notícias dos índios sobre a invasão: “Estes são os do Seara por novas que tive de outros Índios por lhes saber fallar a lingoa”. Arquivo Histórico Colonial, Apensos, Pará, 1643. Não informa sobre o documento que propunha a recompensa aos que tomaram o forte, no início do ano seguinte.

<sup>387</sup>Coleção Studart.

<sup>388</sup>Idem.

<sup>389</sup>*Diário da expedição de Mathias Beck ao Ceará em 1649*. (Tradução e apresentação de Alfredo de Carvalho). Infelizmente a obra encontra-se incompleta, faltando justamente um trecho sobre um encontro com um dos principais do Ceará com um tremembé.

principais, Amanijú-Pitanga, desprezou a oferta afirmando que o “[...] Supremo Governo havia prometido para cada principal d’entre elles um fino vestido vermelho ou escarlata bordado a ouro ou prata [...]”, disse que tinham vestidos melhores do que os que eles haviam trazido e para provar, mostrou um filho seu vestido em trajes finos. Ameaçou ir até o Rio Grande para ter com os Nobres e Poderosos Senhores para que fossem cumpridas as promessas. Mathias Beck contornou a situação, prometendo mais vestidos, além de machados e foices, caso eles os ajudassem na construção do forte. (RIC, 1903, p. 352-354).

Matias Beck fundou o forte Schoonenburch, e partiu para Itarema (sertão do Ceará), em busca de minas de prata, que já haviam sido procuradas por Martim Soares Moreno.

Com a tarefa de buscar minas de prata, Beck solicitou ao principal Francisco Aragiba que fosse buscar os principais, ou índios mais velhos, habitantes de Camocim, para ter informação sobre as jazidas na região. (BECK 1649 apud RIC, 1903, p. 363-364, grifos nossos).

[...] o referido Francisco Aragiba offereceu-me os seus serviços para este fim, prometendo, dentro de quatro semanas, trazel-os aqui, bem como os *principais dos tapuyas chamados Tremembees, que habitam no caminho do Camaragibe, sendo a nação de tapuyas de que o commissario van Ham, quando aqui foi comandante, disse que obteve o mineral do qual extrahiu por fusão o metal com que presenteou o finado Sr. Codde, e que presumia ser prata*; e como, segundo todas as informações que até opresente tenho podido obter e verificar, o monte Ubuapaba [Ibiapaba], onde João de Albuquerque declarou haver uma mina de prata, está situado a 20 léguas de Camaragibe ou da costa do mar para o interior, e é conveniente ouvirmos, por consequencia, as informações dessa nação ali residente, bem como dos referidos tapuyas Tremembees indagar donde trouxeram o mineral que offereceram ao commissario van Ham, e por este meio cheragrmos a realização do nosso desígnio [...].

No diálogo, Beck perguntou a Aragiba o tipo de gentio que habitava aquelas partes, e ele informou que era boa gente, porém, que eram necessárias cartas de perdão, pois lá havia alguns que atacaram o antigo fortim dos holandeses (confirmando que os índios que atacaram Fortaleza realmente vieram dos lados de Camocim). O chefe disse que Camaragibe era habitada por tabajaras e “[...] louvou muito, estimando-a gente bôa, a referida nação dos tapuyas chamados Tremembees, os quaes têm dous chefes principaes de nome Amanijú e Guiraroguy [...]”.

Em busca das minas de prata, os holandeses receberam notícias de índios que residiam “habitualmente” ali no Ceará, e que só tinham ido a Camurusiby visitar seus amigos (RIC, 1903, p. 382-383), os quais forneceram informações sobre os tremembés:

[...] disseram mais que em Camorisiby tudo ia bem [...], que os Tapuyas Tremembees ali viviam em boa amizade com os Tobajaras; que em Camorisiby nehnhum portuguez fôra visto e que os portuguezes não iriam ali facilmente, porquanto, ha alguns mezes, quando ali foram os tapuyas Tremembees, mettidos nas suas grandes canôas, surprehenderam a embarcação, assenhoraram-se dellas e mataram todos os tripolantes; em consequencia deste facto a longo tempo ali não aparece embarcação alguma, mas, que agora, vindo marchando ao longo da praia, avistaram no mar uma caravela [...].

Esta é a última notícia que existe no Diário Mathias Beck, sobre os tremembés, pois faltam partes do documento. É interessante sublinhar que, nesse período, os tremembés estavam em pazes com os tabajaras da Serra da Ibiapaba, com os quais por vezes são confundidos na historiografia.<sup>390</sup>

O comportamento dos tremembés, durante a presença holandesa, é bem diferente do que em relação aos franceses. Vê-se que com estes, eles se preservaram mais dos embates diretos e das relações políticas, enquanto que com os batavos, os quais se instalaram no seu território (para exploração das minas em Camocim), houve, tanto mais negociações diplomáticas, como mais conflitos, resultantes das relações mais estreitas, em virtude do estabelecimento dos núcleos de ocupação holandesa nos seus espaços. De toda forma, inclusive, por se envolverem nos massacres dos fortins holandeses, expulsando-os de Camocim, observa-se que eles seguiram como senhores dos seus territórios.

#### 4.6 *Autonomia tremembé*

Em meados de Seiscentos, após a expulsão dos batavos, houve um acirramento nos conflitos entre indígenas, colonos, soldados, missionários e agentes do governo em grande parte do sertão do nordeste brasileiro, em virtude da expansão colonial, da ocupação dos espaços interiores através da pecuária e da ruptura das redes de alianças que existiam entre os holandeses e os indígenas. Esses motivos, sinteticamente falando, ocasionaram reações tanto entre os indígenas, como entre os colonizadores, quer colonos, quer missionários, ocasionando muitas guerras (Cf. POMPA, 269-293; PUNTONI, 2002; p. 13)<sup>391</sup>.

---

<sup>390</sup>Até hoje a tradição oral, entre os tremembés de Almofala, no Ceará, e entre alguns pescadores do litoral do Piauí, conta das relações que existiam entre os tremembés e os índios da Ibiapapa: aqueles trocavam seus peixes pelas frutas da serra dos tabajaras. (BORGES, 2006).

<sup>391</sup>Vide nota 80, p. 236.

Neste contexto, os jesuítas passaram a se movimentar na costa do Ceará e Maranhão, tentando missionar entre os grupos indígenas da região. Serafim Leite (1943, p. 15-35) informa da tentativa frustrada de construção de um forte, em Camocim, entre os anos de 1656 e 1658 (Padre Tomé Ribeiro e Irmão Sebastião Teixeira junto a quarenta soldados) e da implementação da Missão da Serra da Ibiapaba, de onde se pretendia expandir a obra missionária, nos arredores e até a costa, a qual foi visitada pelo próprio padre Antônio Vieira, em 1660.

Em relação aos tremembés, o Padre Antônio Vieira ([1660] RIC, 1904, p. 101-102) narra um episódio ocorrido em 1656, sobre uma emboscada fracassada, que os tremembés tentaram armar contra os dois padres da Companhia de Jesus que transitavam pelas suas praias, os quais realizaram uma jornada a pé, do Maranhão à Serra da Ibiapaba, pela costa. Os padres enfrentaram os extensos areais dos Lençóis Maranhenses e se sustentaram de caranguejos e peixes, que lhes foram dados pelos “teremembés”, em dois dos seus “magotes”, que encontraram pelo caminho. Segundo Vieira ([1660] RIC, 1904, p. 101-102):

Governava um destes magotes Tatuguaçu, um dos quaes tinha ido ao Maranhão, e que era o interprete dos demais, ao qual como logo então se colheu de suas palavras, nunca lhe pareceu bem que suas praias fossem francas aos Portugueses e devassadas de passageiros: e como esta era a primeira viagem, tratou de cortar nella o fio e os intentos a todas as demais [...]

Nessa ocasião, o principal Tatuguaçu, que no ano anterior, 1655, fora um dos tremembés que havia ido ao Maranhão, com o intuito de formalizar pazes com os portugueses (p. 96), recebeu a comitiva, dando-lhes comida e, segundo os padres Antonio Ribeiro e Pedro de Pedroza souberam depois, procurou desviar a atenção dos índios tupinambás, que iam junto aos padres, convidando-os a uma pescaria noturna. Aos soldados portugueses ofereceu mulheres para divertimento. Os padres, desconfiados das intenções dos tremembés, fugiram antes de estes conseguirem seu intento de aniquilar a comitiva.

Observa-se que o mesmo índio que no ano anterior estava disposto a pactuar amizade, não se mostrou satisfeito com a possibilidade de os portugueses passarem a frequentar mais assiduamente suas praias. Assim, simulou a boa recepção, dando aos viajantes comida e diversão, no intuito de cumprir a armadilha, a qual só chegou ao conhecimento dos padres tempo depois, através de uma índia que lhes deu aviso. (VIEIRA [1660] apud RIC, 1904, p. 102).

Nesse período de intensificação dos conflitos dos indígenas entre si e dos indígenas com os colonos e a administração colonial, principalmente nos sertões, os tremembés, como habitantes das praias, aparecem pouco nas crônicas e documentação colonial. Eles são citados mais através de ações ofensivas e pontuais, contra viajantes que passavam por suas praias, como esta narrada por Vieira, e ainda, como o “gentio brabo”, “de corso” traficando com estrangeiros, que aportavam nas suas praias, como informa Betendorf ([1699], RIHGB, 1910).

Os embates ocorridos no sertão, não deixaram, contudo, de atingir os tremembés. J. B. Perdigão de Oliveira (1890) reuniu alguns documentos, que indicam que, em virtude de conflitos ocorridos em 1666, na Serra da Ibiapaba, os tremembés da aldeia de Jericoacoara foram deslocados para o Ceará, onde permaneceram até o ano de 1671.

Segundo Oliveira (1890, p. 123-124), em 1666 houve um levante dos índios da Serra da Ibiapaba, que expulsaram os missionários, os quais, junto ao principal Coroatahi, desceram para o Maranhão. Depois, Coroatahi e os seus retornaram à Capitania do Ceará, para “fabricar” uma nova aldeia em Jericoacoara, conforme consta no Regimento dado ao ajudante Phelipe Coelho (OLIVEIRA, 1890, p. 134-137)<sup>392</sup>. Segundo este mesmo regimento, a comitiva de Coroatahi foi atacada pelos Acahamasus, os quais mataram Coroatahi e muitos dos seus companheiros. O principal da aldeia de Jericoacoara, Maraguim, deu aviso do acontecido ao capitão-mor do Ceará, temendo pela mesma “ruína”, e pediu auxílio de tropas na aldeia. O regimento fora dado para que o ajudante Phelipe Coelho, acompanhado de quinze soldados e mais cinquenta índios jagoarigoaras, fossem a Jericoacoara buscar os índios sobreviventes de Coroatahi, além dos tremembés que quisessem acompanhá-los, pois o capitão-mor mandou avisar que não tinha como reforçar a aldeia, mas receberia Maraguim e os seus parentes para que se instalassem nas proximidades da Fortaleza do Ceará.

Assim, tremembés da aldeia de Jericoacoara seguiram para Fortaleza, onde permaneceram até o ano de 1671. Neste ano, outro documento (OLIVEIRA, 1890, p. 137-139)<sup>393</sup> informou que a “[...] nação dos tremembes se fora desta Capitania com escandallos de Alguães pessoas que os avexarão de callidade com que os obrigarão a dizer que não fossem os nossos mais a suas terras; e a todas essas Resois he necessario acudirse com cuydado para sosego deste gentio [...]”.

---

<sup>392</sup>*Regimento que ade goardar o Ajudante Phelipe Coleho de Moraez nesta ocasião que vay a Jericoaquara. Fortaleza da Asunção do Ceará, 12 dez. 1666.*

<sup>393</sup>*Treslado de hum Regimento que o ajudante Frc.º Martins CaBo de infantaria desta Praça leva para Jacoacoara em 9 de setembro de 671 a.ª.*

Devido aos maus tratos sofridos, os tremembés retiraram-se de Fortaleza declarando que não queriam mais a amizade dos brancos e que estes não fossem mais às suas terras. Em virtude de tal situação, o capitão-mor enviou em diligência à Jericoacoara, o ajudante Francisco Martins, com dezoito infantes de Fortaleza e oitenta índios das Aldeias, a fim de pacificar os tremembés, se eles estivessem em sedições.

Caso se verificasse que os tremembés haviam matado uns índios e um soldado que o capitão-mor antes havia enviado ao Maranhão, para pedir socorro para o Ceará<sup>394</sup>, o cabo Francisco Martins poderia dar-lhes guerra, destruindo todos os homens e cativando as mulheres e crianças, as quais deveriam ser levadas à Fortaleza.

O capitão-mor do Ceará, também recomendava, no regimento, que caso se apurasse que os índios não tinham culpa, os soldados deveriam tratá-los com cuidado, pois já havia recebido informações dos maus tratos que lhes davam alguns soldados. Também ordenava que não se consentisse que nenhum soldado nem índio da tropa molestassem os tremembés, a menos que fosse provada sua culpa, nas mortes citadas. O capitão recomendou, ainda, que aquele que infringisse essa determinação fosse punido exemplarmente. No documento, se proibia que fossem tomados à força os seus “EmBraes” (OLIVEIRA, 1890, p. 138)<sup>395</sup>, acredita-se que seja uma referência ao âmbar-gris.

Não se sabe, infelizmente, o desfecho de toda essa situação, mas observa-se que as informações seguintes sobre os tremembés, nesta década de 1670, os apresentam como o “terror” daquelas paragens, segundo as palavras de Serafim Leite (1943, p. 162), ao afirmar que eles impediam a comunicação entre o Ceará e o Maranhão.

Vê-se, porém, que eles foram por vezes incomodados, antes de se tornarem o “terror” daquelas paragens. Até o episódio da ida à Fortaleza, eles tentaram ficar em paz com os brancos, apesar de não lhes agradar o abuso de visitantes nas suas praias, como ficou patente no episódio dos Padres Pedro Pedroza e Antônio Ribeiro, em 1656. O próprio Padre Antônio Vieira afirmou na *Relação da Missão da Serra de Ibiapaba* de 1660 (RIC, 1904, p. 130), que ao tentar estender sua ação missionária pelos arredores da serra, recebera um aviso dos tremembés de que havia nas areias muitos tapuias de guerra. Talvez se tratasse de mais uma tática deles, para espantar os missionários de suas praias, mas o certo é que eles, mesmo em simulação, neste momento, estavam em “pazes” com os portugueses.

---

<sup>394</sup>Devido à falta de mantimentos e munições, pois o governo de Pernambuco não enviava o que lhe era obrigado, para suprir as necessidades da praça.

<sup>395</sup>*Treslado de hum Regimento que o ajudante Frc.º Martins CaBo de infantaria desta Praça leva para Jacoacoara em 9 de setembro de 671 a.ª.*

O que por certo aconteceu, para que eles agissem com mais violência, foi um maior trânsito de pessoas e navios na Costa Leste-Oeste, na comunicação entre os Estados do Brasil e o Estado do Maranhão, além de estarem em jogo os interesses pelo âmbar e pau-violeta que os tremembés ainda comercializavam com os estrangeiros, e que por isto devem ter sido muito importunados, tantos por piratas, como pelos próprios portugueses, como se dá a entender no regimento supracitado, quando o capitão-mor recomenda que os soldados não lhes tomassem seus “EmBraes” à força.

De acordo com o Padre Teixeira de Moraes ([1692] RIHGB, 1877, p. 153) os “Tarmambeiz”, não diferiam dos “Tapuyas”, a não ser por frequentarem as praias, nas quais viviam dos frutos do mar, da pesca e do comércio com os estrangeiros, de âmbar, boas madeiras e drogas, que trocavam por bebidas e ferramentas. O padre afirma que por “ambição” desses seus comércios, andavam a cortar as amarras das embarcações que davam à costa para roubar e matar os náufragos.

Observa-se que os tremembés, caracterizados desde o início do século como populações não afeitas à agricultura (D’EVREUX [1615] 2002), adaptaram sua economia à presença dos estrangeiros. Continuaram vivendo da pesca e da coleta, só que entraram no rol dos seus produtos coletados o âmbar-gris, as madeiras e as drogas.

O Padre Betendorf ([1699] RIHGB, 1910, p. 316-318) cita o caso de uma nau que se perdera nos baixios de São Roque, da qual parte dos viajantes conseguira salvar-se em uma balsa, com alguns de seus pertences. O padre afirma que náufragos foram parar na praia dos tremembés, os quais mataram a todos, e depois ainda tiveram a ousadia de ir vender as coisas roubadas no Maranhão. Tais objetos foram reconhecidos e os tremembés foram presos. Betendorf, como reitor do Colégio dos Jesuítas, tentou ensinar-lhes algo, mas achou-os por demais “bárbaros”. Ficou responsável por ensinar a uma mulher e uma criança, deixando os outros aos cuidados do Padre Pero Luiz, que devia prepará-los para o batismo, “para a salvação de suas almas”, posto que todos foram condenados à morte exemplar, nas bocas de canhões. Betendorf dissera que já tinha ouvido falar do Padre Pedro Pedroza, que estivera na Missão da Ibiapaba, e havia tratado muito com os tremembés, que nunca os conseguira converter, pois pareciam todos “precitos”. O próprio Betendorf, ao tentar ensiná-los sobre as coisas do “Céo” ouvira de um dos tremembés condenados: “[...] Céu, não presta para nada, só a terra sim, esta é boa [...]”.

Assim, além da fama de selvagens, ganharam, a reputação de irredutíveis à fé cristã. Berredo ([1749] 1988, p. 315) os descreveu desta forma, neste período:

[...] gentio de corso; porém tão inclinado à vivenda das praias, que nunca sai delas.

Sendo todos os índios americanos grandes nadadores, são os tremembés dentre todos eles os mais insignes; porque sem outra embarcação, que a dos seus próprios braços, e quando muito um pequeno remo, além de atravessarem muitas léguas de água, se conservam também debaixo dela por largos espaços livres de receios [...]

Berredo também informou que se aproveitando desta habilidade, picavam as amarras dos navios, à noite, para que os mesmos naufragassem e assim eles se apropriavam dos despojos da carga.

Depois do episódio do roubo da carga e mesmo com os tremembés sendo executados nas bocas de canhões no Maranhão, o Governador Ignácio Coelho da Silva achou por bem dar um castigo mais severo a eles. Assim, em 1679, encarregou Vital Maciel Parente de combatê-los. Teixeira de Moraes ([1692] RIHGB 1877, p. 154) e Betendorf ([1699] RIHGB 1910, p. 319-320) narraram a carnificina realizada nos mangues do rio Parnaíba, na qual não foram poupadas nem mulheres nem as crianças, descrição que não merece ser aqui repetida.

Como bem observou Serafim Leite (1943, p. 165) o “castigo” dos tremembés não lhes serviu para a catequese, pois foram mortos, e ainda fez com que os vivos se embrenhassem mais nos matos, seria melhor dizer, nos mangues. Os documentos seguintes que se referiram a eles, demonstraram que deveriam ainda compor uma força respeitável, pois não faltaram cartas régias, com recomendações de que fossem bem tratados.

Um episódio narrado por Betendorf ([1699] RIHGB 1910, p. 373) demonstra que os tremembés, mesmo depois desses “castigos” continuavam a agir livremente e de maneira “dissimulada” em suas praias. Em 1684, com a segunda expulsão dos jesuítas do Maranhão, devido à Revolta de Beckman, os padres, inclusive Betendorf, foram embarcados com destino ao Ceará. Com os ventos e correntes contrários, a navegação ocorreu com dificuldade, desmembrando-se a comitiva. Chegando um dos barcos ao rio Timonha (divisa PI/CE), alguns tremembés foram até eles em suas canoas, nas quais iam inclusive mulheres, a lhes oferecer cascos de tartaruga:

[...] Foram recebidos, porém, com armas escondidas, em logar occulto para mais cautela; furtaram-nos àquella ocasião uma campainha nova do Reino, sem o sabermos senão quando, sahidos os Teremembézes em seus areas, a foram tocando os rapazes, enquanto iam correndo pelo outeiro arriba [...]

Apesar da instalação dos portugueses no Ceará e no Maranhão, o litoral entre as duas sedes das capitâneas continuava sob o domínio dos indígenas e franco aos estrangeiros. Conforme informou Betendorf ([1699] RIHGB, 1910, p. 383; 471-475) eles continuavam

negociando com os estrangeiros: franceses, holandeses, ingleses, alemães, inclusive “turcos” (p. 474-475) que frequentavam a costa setentrional.

Diante dessa situação de falta de controle sobre a Costa Leste-Oeste, foram emitidas algumas cartas régias, tentando contornar a situação.

Em 1684, uma Carta Régia (ABN, 1948, p. 65, grifos nossos)<sup>396</sup> dirigida ao governador do Maranhão, Francisco Sá de Meneses, manifestava o desejo “d’El Rey” de novamente povoar a fortaleza do rio Itapecuru (MA), o que não se poderia conseguir “[...] eficazmente sem a redução do gentio da Costa do Seara que apossa em união das nossas forças resistir aos decorso que infestão, assaltão e destroem toda aquella parte das terras em que antigamente se fundou a dita povoação [...]”. Dessa forma, o rei ordenou ao Capitão da Capitania do Ceará que desse diligência à empresa e recomendou que os soldados e outras quaisquer pessoas se mostrassem “zelozos” em relação aos índios, lhes fazendo as “as honras e mercês” que lhes coubessem.

Ora, o desejo de reduzir os tremembés sintetizava não apenas a necessidade de pacificar a costa, então dominada por eles, como também, de acordo com a carta de 1684, tê-los como aliados contra os índios que “infestavam” as terras do Itapecuru e que atacavam currais, engenhos e povoações. O fato de serem habitantes das praias tornava-os grandes conhecedores do litoral, e morando próximo aos locais de aportada dos navios, que vinham do Brasil e da Corte, tendo ainda a fama de “gentio brabo” (BETENDORF [1699] RIHGB, 1910, p. 472), certamente era melhor tê-los como aliados do que como inimigos.

Travar uma guerra contra eles seria uma tarefa quase impossível, em virtude de se encontrarem espalhados em pequenos núcleos populacionais pela costa, de difícil acesso. Deixá-los como inimigos era pior, pois auxiliavam os estrangeiros com os quais negociavam principalmente âmbar e madeiras. Assim, era mais vantajoso buscá-los como aliados.

Em 26 de novembro de 1687, uma carta régia para o novo governador do Maranhão (ABN, 1948, p. 79, grifos nossos)<sup>397</sup> demonstra a necessidade da efetivação de uma aliança com os tremembés:

Arthur de Sá e Meneses, [...], vendo o que me escrevestes em Carta de 2 de julho deste anno acerca de huns Indios de nação Taramambezes que foram a Cidade de São Luiz para ajustarem comvosco as pases, que quebrarão em tempo do governo de Ignacio Coelho da Silva [1679], sendo de muita utilidade para onovo caminho que João Velho do Valle andava descobrindo, e que por hua desordem que recebera (sic) entre os Taramambeses e os Indios do Maranhão Tapenambases, de que resulta alguas mortes, trouxerão

<sup>396</sup>Para o Governador do Maranhão. Sobre a redução do gentio da Costa do Ceará. Lisboa, 2 set. 1684.

<sup>397</sup>Para o Governador do Maranhão. Sobre a paz feita com os Indios da nação Taramambezes no tempo do governo de Ignacio Coelho. Lisboa, 26 nov. 1687.

quatro mulheres, a que se deu bom tratamento, e mandastes logo levar duas para a sua terra, e dissesse ao seu principal que viesse buscar as outras duas, por ser hua sua filha, e pelo deixar de fazer as mandastes codusir na mesma forma que as primeiras e lhes destes alguas drogas, e das ditas Índias alcançastes que ao seu Sertão hião os Holandeses e outras nações commerciar com os Índios, e lhe resgatavão ambar, escravos e madeiras que se lhe não podia obviar sem as fortalesas que mandei desenhar na Costa do Seara, Mepareceu diser-vos que continueis, havendo ocasião *com bom tratamento com os Indios Taramambezes* [...].

Segundo a carta-régia, os tremembés foram a São Luís e “ajustaram” pazes com Arthur de Sá e Meneses. As índias, que estiveram entre os portugueses, acabaram informando sobre a existência do comércio, realizado com os holandeses e outros estrangeiros, de âmbar, escravos e madeiras. Dessa forma, manter o bom tratamento com os tremembés significava não apenas tê-los como aliados, mas ainda impedir a evasão dos produtos da terra e a invasão dos estrangeiros.<sup>398</sup>

Um documento posterior deixa claro que apesar dos esforços e gastos realizados para “reduzi-los”, pacificamente, eles ainda dominavam as praias. Na carta régia de 21 de março de 1688 (ABN, 1948, p. 83)<sup>399</sup> o rei ordenou que se fizesse Urbano Roiz capitão da fortaleza do Piará, “na Costa do Seará, junto ao Maranhão”<sup>400</sup>. Apesar da referência à costa cearense, a carta se reportava ao rio Periá, próximo aos Lençóis Maranhenses, região há muitos anos frequentada pelos índios tremembés, segundo foi visto anteriormente.

Nesta missiva o monarca informou que os outros governadores haviam deixado perder a casa forte, que era de muita importância para o sustento dos soldados e o local deveria ser valorizado, por ser melhor sinal de terra para os navios que iam para o Maranhão. Não obstante a necessidade de reconstrução e manutenção da casa forte do Piará, segundo a carta régia, havia a dúvida com relação à efetivação do investimento, “[...] por causa dos Taramambés, que herão ferozes de corço, e abitavam a dita costa eprocurando conseguil-os e redusil-os o não podera conseguir [...]”. Destarte, a nomeação do capitão Urbano Roiz tinha

<sup>398</sup>Betendorf ([1699] RIHGB 1910, p. 471-472) cita um episódio de duas naus portuguesas que, perseguidas por piratas no ano de 1692, vieram a encalhar antes de Jericoacoara (sentido Ceará-Maranhão), onde os “[...] Terembezes, que, como são gentio brabo, que continuamente corre pela costa e praias [...]” se apoderaram dos restos do naufrágio.

<sup>399</sup>*Para o Governador do Maranhão. Sobre a fortaleza que se mandou fazer e Urbano Roiz por capitão della.* Lisboa, 21 mar. 1688.

<sup>400</sup>Verifica-se em um mapa de 1626 (apud GUEDES, 1975c, p. 567) na barra do Periá, adentrando um pouco à Baía do Tubarão, a existência de um “Quartel de S. Thiago” e de um pequeno forte, um pouco mais à montante do rio. Também no mapa de Albernoz I (1629) há sinalada uma cruz às margens do Pereya, no mesmo local do quartel do mapa acima citado. As cartas de Joan Blaeu (1689) e de Vincenzo Coronelli (1689), ou seja, coetâneas do documento, não trazem detalhes sobre o forte e o quartel, mas mostram que a divisa entre as capitânicas do “Maragnan” e do “Siará” era, à época, situada próximo aos Lençóis Maranhenses, o que explicaria, portanto, a confusão com a costa do Ceará.

por meta cumprir dois objetivos: reedificar e manter a dita casa forte e consolidar as pazes com os tremembés, as quais provavelmente foram alcançadas.

Parece que os intentos da Coroa estavam sendo alcançados. No final do século entraram em pazes os tremembés de Camocim e Jericoacoara. O Padre Assenso Gago (apud LEITE, 1943, p. 38-56) da Missão da Serra da Ibiapaba realizou um esforço para incrementar a catequese, não só dos tabajaras, como também dos “tapuias”, que viviam nas suas imediações. Assenso Gago (p. 47, grifos do autor) fala das suas tentativas de paz entre os nativos: “[...] Com que feita a paz entre os Índios de língua geral, o Tapuia *Reriú* e o Tapuia *Guanacé*, só me restava fazê-la entre estas nações e o Tapuia *Aconguaçu* que fica mais vizinho ao mar. Mande-i-o chamar, por via do Tapuia *Tremembé*, com quem tinham pazes [...]”. É a única vez que Assenso Gago os menciona, mas diante da informação é de se supor que nesse período, os tremembés da costa próxima à Ibiapaba, encontravam-se em paz com esses grupos indígenas e com os portugueses, colaborando, inclusive, para a tentativa de cristianização das outras etnias.

Tentando acalmar os ânimos, diante dos conflitos encarniçados, que aconteciam principalmente no sertão, a Coroa Portuguesa respondia a algumas das solicitações dos missionários, que tentavam aldear os indígenas da região. Uma carta régia (ABN, 1948, p. 163, grifos nossos)<sup>401</sup>, emitida em oito de janeiro de 1697, “doava” terras em sesmaria para vários grupos de índios, do Ceará ao Maranhão, entre eles, apesar de não expressamente citados, estavam os tremembés do Ceará, pois a área da sesmaria cobria também seu território:

[...]

E por que o Padre Ascenso Gago aviza ser conveniente situarem-se os Indios em aldeas pela costa que dista do Ciará ao Maranhão duzentas legoas se lhes dem de sesmarias as terras que ficão desde a *Barra do Rio Aracaty Merim athe a Barra do Rio Themonia* cortando desde as Barras dos ditos Rios a rumo direto para a Serra da Ibiapaba entrando na sesmaria tudo os que os rumos apanharem da Serra athé entestar com os campos geraes [...] Mepareceu ordenai-vos concorrais com todo ofavor e ajuda para que *não se inquiete este gentio* nem aparte daquelles sítios de que se fizer escolha para a sua habitação, e lhes mandeis dar de sesmaria todas as terras que lhes forem necessarias no districto que tocar avossa jurisdição e data dellas naparte que o dito Religioso reprezente, fazendo que *de nenhuma maneira se altere asua posse* nem lhe tirem os brancos de que elles se receão, mandando proceder com aquellas penas condignas ao delito dos que obrarem o contrario para que exprimente esse gentio até que se lhes guarda a com

---

<sup>401</sup> *Para o Governador do Maranhão. Sobre se lhe avizar dê toda ajuda e favor para afactura do Hospicio que se manda fazer no Siará arequerimento dos padre da Companhia e se não inquietem o gentio daquelle dstricto.* Lisboa, 8 jan. 1697.

aminha grandeza epiedade os ampara para lograrem o que hé seu, e seja este exemplo que mora aos mais a abraçarem a nossa amizade. Escrita em Lisboa a 8 de janeiro de 1697.

O documento espelha a ação missionária homogeneizadora, que procurava garantir terras para os nativos, através da petição de sesmarias, as quais cobriam o território de vários grupos indígenas, a fim de “pacificá-los” e aldeá-los em espaços comuns. Foi assim que, conforme coloca Almeida (2001, p. 52) “[...] várias gerações de índios se transformaram de etnias múltiplas, num amplo e genérico grupo [...]”, ao qual a autora chama de “índios aldeados”. Nas margens do citado rio Aracati-mirim, poucos anos depois, foi instalada a Missão dos Tremembés de Almofala, em 1702<sup>402</sup>.

O receio de um conflito com o “gentio”, transparece com clareza na carta-régia: “[...] concorrais com todo o favor e ajuda para que não se inquiete este gentio nem aparte daquelles sítios de que se fizer escolha para a sua habitação [...]”. Nas cartas-régias, anteriormente citadas, datadas de 1687 e 1688, também fica patente a necessidade de se “fazer pazes”, especificamente com os tremembés.

Parece que as tentativas de pacificação do final do século XVII deram certo, pois em 1697 o Padre Miguel de Carvalho (1993, p. 35), relacionando as tribos indígenas do Piauí, refere-se aos tremembés da “[...] barra da Parnaíba [...]”, afirmando que eles estavam em paz com os brancos.

Houve um *processo* de contato, várias tentativas de colonização e mais tarde de redução dos tremembés, que se mostraram, até quase o final do século XVII, como “irredutíveis”. Entretanto, pode-se dizer que houve um momento, entre o final do século XVII e início do XVIII, em que pelo menos parte deles resolveu aldear-se.

Duas missões tremembés foram constituídas: a de Nossa Senhora da Conceição, em Almofala (Ceará), em 1702, e a de Nossa Senhora da Conceição, de Tutóia (Maranhão), em 1722.

No espaço de cinco anos, entre a carta-régia de 1697 e o aldeamento em Almofala, em 1702, há uma reviravolta na história dos tremembés. De repente, os “gentios brabos”, os “infiéis”, aqueles que inspiravam cuidados, foram aldeados. O processo de aldeamento não é claro, faltam documentos. No Ceará, houve uma tentativa de redução de várias etnias, próximo a Camocim, que não se consolidou como almejava o padre Assenso Gago. Não dando certo o aldeamento em Camocim, os tremembés passaram para a barra do rio Aracati-

---

<sup>402</sup>Região onde hoje se encontram estabelecidos os tremembés de Almofala.

Mirim, onde foram aldeados em 1702, tendo por missionário o Padre José Borges de Novaes. (POMPEU SOBRINHO, 1951, p. 261-262; STUDART FILHO, 1965, p. 107).

Em relação ao aldeamento no Maranhão, os próprios tremembés o solicitaram, através de uma representação feita ao Governador João da Maia da Gama, e pediram como missionário o Padre João Tavares, para atendê-los na região de Tutóia.<sup>403</sup> A representação foi objeto de Consulta do Conselho Ultramarino, em nove de dezembro de 1722 (PRAHU, transcrição paleográfica e grifos nossos)<sup>404</sup>:

O Governador e Capp.<sup>m</sup> General do Esta.<sup>do</sup> do Maranhão João da Maya da Gama da conta a V. Mag.<sup>de</sup> em carta de 10 de Agosto deste presente anno q. desde q. se conhecerão as praias do Maranhão e da Parnaíba para Ella houvera sempre hua grande Nação dos chamados Tarammambes q. são huns peixes racionais, pois anado saem ao mar a pescar ou com arpões, e ainda com hum páo namão expondose a fereza de hum tubarão esperando que elle abra a boca, para ocomer lhe metem a mão com destreza nella levando hum páo de dois bicos q. atraveçado na boca do tal peixe o trazem para fora, e q. a suacaza e cama he area e commum.<sup>te</sup> a sua seara omar e q. vivendo estes racionais brutos nesta forma se lhenão puzera Missionário, nem se tratara nunca de os Aldeiar com o pretexto deq. não havião desubsistir vindo continuamente comerciar a Cid.<sup>de</sup> de São Luís com peixe e cascos de Tartaruga [...] chegando este governador os vierão vezitar como costumavão e q. depois de praticados lhedicerão sequerião Aldear e Baptizar os seus f.os [filhos] e lhe pedirão o Padre João Tavares da Companhia de Jesus p.<sup>a</sup> seu Missionário, comdeclação E[?] havia de ser a Aldea noRio Tamoia, que hé entre os Lencóes gr.<sup>des</sup> e pequenos eq. entende q. não só o fazem pella commodidade do rio e fartura delle assim de cana como de pescado, mas tão bem por se não ocuparem no serviço como captivos dos brancos oq. elles conhecem m. bem comopraticos e ladinos [...].

É importante ressaltar que na Consulta do Conselho Ultramarino foram expostos os interesses da Coroa em aldear os tremembés de Tutóia, chamados de “peixes racionais”, em virtude do seu conhecimento do litoral, os quais poderiam atuar como “[...] praticos dos baixios da Ilha de SantaAnna, ponta deSão Joze eCorroa gr.<sup>de</sup> [...]” tanto para impedir o naufrágio dos navios, que constantemente se perdiam na região, como para impedir a comunicação com os estrangeiros inimigos. Interessava muito, portanto, a paz com os tremembés do Maranhão.

<sup>403</sup>Em 24 de abril de 1723 foi emitida uma Carta de Lei (ABN, 1949, p. 192) em resposta à carta do governador, provocado pela representação feita pelos tremembés. Também ficou explícito em documento posterior, de 1728 (ABN, 1949, p. 219-220), que as aldeias dos tremembés foram localizadas em suas terras tradicionais, há mais de cinco anos.

<sup>404</sup>AHU-ACL-CU-009 Caixa 13 doc.: 1350. *Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. João V, sobre a representação dos índios da nação Taramambés para o governador do Maranhão, João da Maia da Gama, em que solicitam serem aldeados e que se lhes envie um missionário.* Lisboa, 9 dez. 1722.

Vê-se que diante de tais interesses manifestos da Coroa Portuguesa, e das reiteradas solicitações de não se inquietar os tremembés, as negociações devem ter ocorrido de forma pacífica, depois dos inúmeros “castigos” e massacres.

\*\*\*

O poder colonial, não conseguiu se expandir pela costa, mas acabou realizando a tarefa pelos sertões das capitanias do norte, os quais foram invadidos, principalmente por baianos com gados, constringindo as populações nativas. (Cf. SILVA, 2003, p. 87-160).

Assim, do final do século XVII às duas primeiras décadas do século XVIII, houve um recrudescimento nos conflitos entre os indígenas, colonos, missionários e administração colonial. Vários grupos “tapuias” do Ceará rebelaram-se, havendo expansão dos conflitos até os sertões do Piauí e do Maranhão. Até os índios aldeados, cansados das afrontas de colonos e administradores, envolveram-se em ataques a fazendas, a povoações e inclusive a outros índios. Grandes expedições de combate foram enviadas, contando com a participação de tropas de paulistas, e os indígenas foram combatidos com vigor, para se pôr fim às insurreições.

Nesse contexto cruento, foram realizadas as negociações entre indígenas, missionários e a administração colonial, e é sob essas circunstâncias históricas que emergem aldeados os tremembés, dentre outros grupos indígenas das capitanias do norte, entre o final do século XVII e início do século XVIII. Diante da cruenta oposição portuguesa, reforçada pelos nativos, seus aliados, restavam poucas alternativas aos grupos que ainda se mantinham autônomos, livres do jugo colonial: resistir, fugir, esconder-se, deixar-se aldear... neste último caso, como afirma Almeida (2003, p. 90), seria possível “[...] adaptar-se à Colônia, recriando tradições e identidades”. Esta foi a escolha de muitos “índios”, talvez, diria o atual cacique tremembé João Venança, cansados dos “massacres” e das “perseguições” empreendidas pelos invasores de seus territórios, resolveram aderir ao “mal menor” (ALMEIDA, 2003, p. 102) e assim encontrar mais paz, para poderem se reelaborar e assim, continuar a *sobreviver*.

No caso dos tremembés de Tutóia, entraram em jogo os interesses supracitados da Coroa, que até então não conseguira domínio sobre a Costa Leste-Oeste, dessa maneira, por certo negociaram com os indígena maiores atrativos, dentre os quais a doação de gados e a Ilha do Caju (MA), onde os tremembés do século XVIII encontravam-se como os senhores.

## *Considerações Finais*



Segundo Michel de Certeau (2008, p. 101, grifos do autor), o “[...] poder se acha amarrado à sua visibilidade. Ao contrário, a astúcia é possível ao fraco, e muitas vezes apenas ela, como ‘último recurso’ [...]”.

Nas páginas antecedentes, viu-se que esta assertiva é relativa. O poder às vezes se exerce através de subterfúgios, invisíveis armadilhas, que confundem, seduzem e atraíam. A expedição de Pero Coelho sobre a Costa Leste-Oeste, em 1603, é um exemplo contundente nesse sentido. Ancorado no poder da administração colonial convenceu, arregimentou e depois aprisionou muitos dos indígenas que se associaram à sua comitiva, nas lutas ocorridas na Serra da Ibiapaba. Por outro lado, também foi possível observar, através do mesmo exemplo, que os “fracos” nem sempre são tão frágeis quanto parecem, assim, os indígenas movimentaram-se contra os abusos cometidos, fazendo com que seus parentes cativados fossem libertados para voltar às suas terras.

As astúcias, dos nem tão “fracos” assim, marcaram as relações engendradas entre os nativos da Costa Leste-Oeste e os europeus, desde os primeiros contatos. Este trabalho procurou demonstrar que, desde os primeiros contatos com os europeus, na costa setentrional brasileira, os nativos transformaram-se em partícipes do primeiro processo de globalização do planeta, sob o signo do capital mercantil. Tornaram-se consumidores das mercadorias europeias, mas também se transformaram em fornecedores de matérias-primas americanas, e, neste caso, não totalmente submetidos às malhas da administração colonial.

Em relação à Costa Leste-Oeste, propôs-se que a sua condição de região marginal ao processo de colonização, não se deu, somente, em virtude da sua situação geográfica, dos ventos e correntes marítimas contrárias, ou devido à pobreza dos vastos areais, mas teve também, papel bastante importante, a capacidade de agenciamento dos indígenas que habitavam as suas praias e adjacências, os quais, nos duzentos anos estudados, em contato com espanhóis, portugueses, franceses e holandeses, principalmente, mantiveram grande autonomia nos seus territórios.

Conforme pôde ser percebido, a costa norte do Brasil não foi abandonada pelos projetos portugueses, nem tampouco pelos outros estrangeiros. Se o regime dos ventos e correntes dificultava a comunicação com as outras capitânicas portuguesas, facilitava, contudo, a chegada à região do Caribe, frequentada por mercadores, corsários e piratas, os quais negociavam com os indígenas da Costa Leste-Oeste, onde, conforme os documentos e crônicas apresentados, havia um comércio reiterado entre esses nativos e os europeus.

Pode-se, então, concluir que um dos fatores para que a Costa Leste-Oeste fosse mantida, enquanto margem da região colonial, fora em virtude das negociações realizadas entre os

indígenas, mercadores, corsários e piratas, inclusive, portugueses. Este comércio clandestino, além de suprir a demanda dos nativos pelas mercadorias europeias, dificultando as negociações com os colonizadores, ainda tornava a região perigosa para a navegação, pois os corsários, mercadores e piratas atacavam as embarcações portuguesas que transitavam pela região, além disso, os próprios indígenas também realizaram ações agressivas contra embarcações não desejadas, cortando as amarras dos navios que ancoravam às suas praias, impedindo, desta forma, que as “amarras” do poder colonial conseguissem instalar-se em seus territórios.

A situação marginal dessa costa implicou em limitações da documentação, a qual é bastante lacunar do século XVI até meados do século XVII, o que por sua vez resultou em uma grande dificuldade para se identificar os indígenas habitantes da costa, desde os primeiros contatos com os europeus. As primeiras informações escritas sobre eles foram de ordem genérica, foram chamados de canibais, tapuias e índios da costa, e de acordo com os primeiros cronistas e com os estudos arqueológicos em curso, se tratavam de populações pescadoras-coletoras-caçadoras. Tal tipo de economia, como foi visto, foi adaptada à presença dos europeus, sendo assim, esses grupos passaram a comercializar com os estrangeiros produtos que coletavam nas suas praias, como o âmbar-gris, e madeiras que conseguiam nas imediações da costa.

Mesmo diante da investida dos colonizadores, os indígenas ainda mantiveram, nos séculos XVI e XVII, um grande domínio dos seus espaços, permanecendo autônomos<sup>405</sup> dentro do contexto colonial. Seu agenciamento também em relação ao meio ambiente, deve ter contribuído para tal autonomia, pois de acordo com Little (2006, p. 94), se “[...] um grupo social não mantém o poder (ou o conhecimento) para ‘conter’ ou ‘controlar’ a ação das forças biofísicas dentro de seu território, a soberania e autonomia desse grupo são colocadas em xeque”. É evidente que nenhum grupo pode, efetivamente, “conter ou controlar” as forças da natureza, mas adquire enorme vantagem quando, como afirmou o autor, tem o conhecimento sobre elas, e assim, pode melhor administrá-las. Ora, no caso da Costa Leste-Oeste, ficou evidente que os europeus não possuíam, nem por terra, nem por mar, “controle” algum sobre a região entre o litoral ocidental do Ceará e oriental do Maranhão, espaço de estudo delimitado por este trabalho. Coube, então, aos indígenas, administrar a vantagem de além de “saber viver”, na Costa Leste-Oeste, saber aproveitar as desventuras de quem não sabia. Um

---

<sup>405</sup> Como chamamos atenção na introdução desse trabalho essa autonomia deve ser vista de maneira relativa, pois ela pressupõe a existência de interação com outros grupos indígenas e com os próprios europeus.

exemplo nesse sentido, recaí sobre os padres da Companhia de Jesus, que em 1656 tentavam atravessar o território dos tremembés e teriam quase morrido de fome, se não tivessem sido socorridos pelos nativos, os mesmos que quase os mataram em emboscada, por não lhes agradar o trânsito em suas praias.

Assim, explorando os recursos do seu ambiente, os indígenas negociaram mercadorias com os europeus, mas além dessas mercadorias, eles negociaram seus espaços no mundo colonial. Eles não conseguiriam manter-se por duzentos anos negociando na região, somente através da força, da resistência.

É aí que entra a astúcia. Como tantos outros grupos indígenas, tiveram que simular (BRUIT, 1995) “amizades”, saber em quais momentos aliar-se, em quais resistir e quando recuar. Foi assim, somando resiliência, resistência e astúcia, que os indígenas da Costa Leste-Oeste conseguiram manter sua autonomia, e continuaram habitando suas praias, como os senhores das dunas.

Unindo os conceitos de agenciamento e autonomia, observa-se, com Whitehead (1999, p. 385, tradução nossa), que “[...] o espaço para o agenciamento nativo foi muito maior na esfera dos enclaves não-ibéricos, e a análise histórica desta agência e autonomia nativa oferece uma lição sobre as possibilidades de mudança impulsionada internamente entre os povos nativos [...]”. Considerando-se a Costa Leste-Oeste como enclave nativo, durante os dois séculos estudados, é possível entrever as mudanças patentes ocorridas entre os povos da costa, inclusive na visão dos adventícios que os trataram por: “canibais”, “tapuias domésticos”, “gentio de corso”, “valentes tremembés”, “tremembés em paz com os brancos”.

No meio destas transformações, decorrentes do processo histórico, emergiram os tremembés enquanto grupo étnico, ocupando desde as praias ocidentais do litoral do Ceará até a costa ocidental do Maranhão. O processo de etnificação e etnogênese ocorreu, conforme foi proposto no capítulo 4, no contexto da expulsão dos franceses da ilha de São Luís, nas primeiras décadas do século XVII. A identidade tremembé, por certo, representou a construção da alteridade dos grupos de indígenas que habitavam as praias, os quais não estavam aliados nem aos franceses, nem aos portugueses, apesar destes terem procurado estabelecer, com os tremembés, alianças. Essa proposição talvez mereça estudos futuros que mapeiem melhor a construção dos tremembés em relação a outras etnias da região litorânea – como os jagoarigoaras – e das proximidades – como os uruatis, arenhis e aconguaçus – citadas no trabalho, eclipsadas pelas generalizações realizadas em torno dos potiguares, tupinambás e “tapuias”.

Apesar de duramente “castigados” algumas vezes, como no triste episódio ocorrido em 1679, quando nem as crianças foram poupadas da carnificina ocorrida às margens do rio Parnaíba, até fins do século XVII e início do século XVIII, como pôde ser observado nos documentos apresentados no capítulo 4, os tremembés imprimiram um certo respeito às autoridades coloniais: “*não se inquiete esse gentio*”, diziam as cartas-régias, buscando a paz com os “terembés de corso”. O início de Setecentos, no entanto, é um período conturbado da história das capitanias do norte do Brasil e do Maranhão. Eclodem conflitos entre indígenas, colonos, administradores e até missionários, pois se não foi possível chegar pela costa, o poder colonial expandiu-se pelo sertão, imprimindo uma oposição sangrenta àqueles que resistiram à implantação dos núcleos coloniais, ou à invasão sobre seus territórios através da atividade pecuária.

Nesse contexto de guerra, colonizadores e tremembés, nutridos pelos próprios objetivos, foram construindo um acordo, pois os tremembés de Almofala (CE) foram aldeados em 1702 e os tremembés de Tutóia (MA), através de uma representação enviada ao Governador João Maia da Gama, solicitaram, em 1722, um missionário para os aldear. Pensa-se que fora mais uma tática, pois diante de um momento de tantos conflitos, era melhor buscar um espaço mais seguro, como coloca Almeida (2001) para tentar se reelaborar e para sobreviver, e assim, os “indômitos tapuias” e os “selvagens tremembés” transformaram-se em “índios aldeados”.

Por fim, dentro desse um contexto marcado pela violência, através da negociação, pois solicitaram o aldeamento, encontraram uma maneira diversa de ser índio (GARCIA, 2009), fazendo parte do mundo colonial. As reelaborações realizadas durante o período do aldeamento e suas novas relações com os colonizadores, não fizeram parte do escopo desse trabalho, mas sem dúvida são questões muito importantes que requerem a continuação das pesquisas.

## **BIBLIOGRAFIA**

### **FONTES**

#### **Arquivos e bibliotecas pesquisados**

Arquivo Público do Estado do Ceará - APEC

Arquivo Público do Estado do Maranhão - APEM

Arquivo Público do Estado do Pará - APEP

Arquivo Público do Piauí – Casa Anísio Brito

Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel (CE)

Real Gabinete Português de Leitura (RJ)

#### **Arquivos e bibliotecas com acesso on-line**

BIBLIOTECA Nacional de Portugal. < <http://www.bnportugal.pt>>.

BIBLIOTHÈQUE Nationale de France (Paris) < <http://www.bnf.fr>>.

BIBLIOTECA Virtual Miguel de Cervantes.< <http://www.cervantesvirtual.com>>.

FUNDAÇÃO Biblioteca Nacional (Rio de Janeiro). < <http://www.bn.br>>.

INTERNET Archive. < <http://www.archive.org>>.

INSTITUTO Histórico Antropológico e Geográfico do Ceará.  
< [www.institutodoceara.org.br](http://www.institutodoceara.org.br)>.

INSTITUTO Histórico e Geográfico Brasileiro. < [www.ihgb.org.br](http://www.ihgb.org.br)>.

PARES Portal de Archivos Espanholes. <<http://pares.mcu.es>>

#### **Fontes manuscritas**

Portal de Archivos Espanõles (PARES):

Archivo General de Indias. ES.41091.AGI/16403.15.412//INDIFERENTE, 418, L.1, F.36-38V – *Asiento con Vicente Yañez Pinzón*. (Granada, 05 set. 1501). Disponível em:

<[http://pares.mcu.es/ParesBusquedas/servlets/Control\\_servlet?accion=3&txt\\_id\\_desc\\_ud=245201&fromagenda=N](http://pares.mcu.es/ParesBusquedas/servlets/Control_servlet?accion=3&txt_id_desc_ud=245201&fromagenda=N)>. Acesso em: 24 out. 2007. (manuscrito integral).

Archivo General de Indias. ES.41091.AGI/1.16403.15.412//INDIFERENTE,418,L.1, F.29V-31V – *Licencia de descubrimiento a Diego de Lepe*. (Granada, 14 set. 1501).

Disponível em:

<[http://pares.mcu.es/ParesBusquedas/servlets/Control\\_servlet?accion=3&txt\\_id\\_desc\\_ud=245199&fromagenda=N](http://pares.mcu.es/ParesBusquedas/servlets/Control_servlet?accion=3&txt_id_desc_ud=245199&fromagenda=N)>. Acesso em: 24 out. 2007. (manuscrito integral).

Archivo General de Indias. ES.41091.AGI/1.16403.15.412//INDIFERENTE,418,L.1, F.69V-70R – *Prórroga de licencia de descubrimiento a Diego de Lepe*. (Ecija, 30 nov. 1501).

Disponível em:

<[http://pares.mcu.es/ParesBusquedas/servlets/Control\\_servlet?accion=3&txt\\_id\\_desc\\_ud=245267&fromagenda=N](http://pares.mcu.es/ParesBusquedas/servlets/Control_servlet?accion=3&txt_id_desc_ud=245267&fromagenda=N)>. Acesso em: 24 out. 2007. (manuscrito integral).

Archivo General de Indias. ES.41091.AGI/1.16403.15.1121//INDIFERENTE,1092, N.153 – *Carta de Luis Sarmiento a Su Majestad*. (Evora, 15 jul. 1536). Disponível em:

<[http://pares.mcu.es/ParesBusquedas/servlets/Control\\_servlet?accion=3&txt\\_id\\_desc\\_ud=303483&fromagenda=N](http://pares.mcu.es/ParesBusquedas/servlets/Control_servlet?accion=3&txt_id_desc_ud=303483&fromagenda=N)>. Acesso em: 31 ago. 2010. (manuscrito integral).

Archivo General de Indias. ES.41091.AGI/1.16403.15.1121//INDIFERENTE,1092, N.140 – *Carta de los oficiales de La Casa de La Contratación*. (s/l, 05 mai. 1536). Disponível em:

<[http://pares.mcu.es/ParesBusquedas/servlets/Control\\_servlet?accion=3&txt\\_id\\_desc\\_ud=303470&fromagenda=N](http://pares.mcu.es/ParesBusquedas/servlets/Control_servlet?accion=3&txt_id_desc_ud=303470&fromagenda=N)> Acesso em: 31 ago. 2010. (manuscrito integral).

Archivo General de Simancas. ES.47161.AGS/ 1.1. 37.2 1//CCA, CED, 5, 305, 2 – *Licencia de saca de trigo a Vicente Yañez Pinzón y sobrinos*. (Granada, 15 out. 1501). Disponível em:

<[http://pares.mcu.es/ParesBusquedas/servlets/Control\\_servlet?accion=3&txt\\_id\\_desc\\_ud=2317976&fromagenda=N](http://pares.mcu.es/ParesBusquedas/servlets/Control_servlet?accion=3&txt_id_desc_ud=2317976&fromagenda=N)>. Acesso em 30 nov. 2007. (resumo).

Archivo General de Simancas. ES.47161.AGS/1.1.37.2.1//CCA,CED,5,236,1 - *Licencia de saca de trigo a Diego de Lepe*. (Granada, 07 set. 1501).

<[http://pares.mcu.es/ParesBusquedas/servlets/Control\\_servlet?accion=3&txt\\_id\\_desc\\_ud=2317715&fromagenda=N](http://pares.mcu.es/ParesBusquedas/servlets/Control_servlet?accion=3&txt_id_desc_ud=2317715&fromagenda=N)>. Acesso em 30 nov. 2007. (resumo).

Archivo General de Simancas. ES.47161.AGS/1.1.10.1.1//CCA-CED,5,161, 3. *Esclavo traído de las Indias por Vicente Yañez Pinzón*. (Granada, 20 jun. 1501). <

[http://pares.mcu.es/ParesBusquedas/servlets/Control\\_servlet?accion=2&txt\\_id\\_fondor=2153123](http://pares.mcu.es/ParesBusquedas/servlets/Control_servlet?accion=2&txt_id_fondor=2153123)> Acesso em 30 nov. 2007. (resumo).

Archivo General de Simancas. ES.47161.AGS/1.1.37.2.1//CCA,CED,5,295, 5. *Merced de una caballería a Vicente Yañez Pinzón*. (Granada, 21 out. 1501).

<[http://pares.mcu.es/ParesBusquedas/servlets/Control\\_servlet?accion=2&txt\\_id\\_fondor=2153123](http://pares.mcu.es/ParesBusquedas/servlets/Control_servlet?accion=2&txt_id_fondor=2153123)>. Acesso em 30 nov. 2007. (resumo).

Projeto Resgate de Documentação Histórica Barão do Rio Branco do Arquivo Histórico Ultramarino (PRAHU)

CATÁLOGO dos Manuscritos Avulsos Relativos ao Maranhão Existentes no Arquivo Histórico Ultramarino – Lisboa (1614-833). São Luís: FUNCMA/AML, 2002. (Coordenação de Caio C. Boschi; editoração e revisão final de Jomar Moraes). 662 p.

Documentos:

AHU-ACL-CU-009 Caixa: 01 Doc.: 00001 (*PÚBLICO INSTRUMENTO do sucesso que teve o capitão-mor Manuel de Sousa de Eça na batalha com os franceses na baía de Jurucacoara*).

AHU-ACL-CU-009 Caixa 13 Doc. 01350 (*Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. João V, sobre a representação dos índios da nação Taramambés para o governador do Maranhão, João da Maia da Gama, em que solicitam serem aldeados e que se lhes envie um missionário*).

AHU-ACL-CU-009 Caixa: 18 Doc.: 01871 (*Req. do Principal e moradores da aldeia de Caia ao rei, solicitando as ordens necessárias para que os índios prestem serviços no Real Pesqueiro e na condução de gado para os açougues, evitando-se, assim, os excessos praticados pelos superiores, e seguindo o que foi estipulado no Regimento*).

AHU-ACL-CU 009 Caixa: 27 Doc.: 02792 (*Carta do gov. e cap-gen. do Estado do Maranhão, João Abreu de Castelo Branco, ao rei D. João V, informando ter posto a lances um pesqueiro real com 24 índios das aldeias dos taramambés, caicaizes e guanarés, mas que não se arrematou por falta de fiadores*).

#### **Anais da Biblioteca Nacional (ABN) – Documentos diversos**

ANAIS da Biblioteca Nacional. Livro Grosso do Maranhão. p. I, v. LXVI, Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1948. 295 p.

ANAIS da Biblioteca Nacional. Livro Grosso do Maranhão. p. II, v. LXVII, Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1949. 270 p.

ANNAES da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro. v. XXVI, Rio de Janeiro: Bibliotheca Nacional, 1904. p. 1-479.

ANNAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL. v. XXIX, Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1907. p. 97-179.

### **Documentose Crônicas em Revistas do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (RIHGB)**

D'ALENCASTRE, José Martins Pereira. Memoria, chronologica, historica e corografica da Província do Piauhy [1855]. In: *Revista Trimensal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*. t. XX, 1º trim. 1857, Rio de Janeiro: Instituto Historico e Geographico Brasileiro, 1857. (Nendeln/Liechtenstein: Kraus Reprint, 1973). p. 1-165.

BETENDORF, Pe. João Felipe. Chronica da missão dos padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão [1699]. *Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*. t. LXXII, p. I, Rio de Janeiro: Instituto Historico e Geographico Brasileiro, 1910.

MORAES, Francisco Teixeira de. Relação historica e politica dos tumultos que succederam na cidade de S. Luiz do Maranhão... [1692]. *Revista Trimensal do Instituto Historico, Geographico e Ethnographico do Brazil*. t. XL, p. I, Rio de Janeiro: Instituto Historico, Geographico e Ethnographico do Brazil, p. 67-155 e 303-410, 1877. (dividido em parte 1ª e 2ª).

REVISTA Trimensal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro. Relatorios e cartas de Gedeon Morris de Jonge no tempo do dominio holandez no Brazil. t. LVIII, v. I, Rio de Janeiro: Instituto Historico e Geographico Brasileiro, p. 238-319, 1895. (Tradução e organização: José Hygino).

### **Documentos e Crônicas em Revistas do Instituto do Ceará (RIC)**

ANDREONI, João Antônio. Trechos de cartas do jesuíta padre João Antônio Andreoni, escriptas nas Annuas de 1714-16-21. *Revista trimensal do Instituto do Ceará*. Fortaleza: Instituto do Ceará, t. XXXVI, ano XXXVI, p. 77-81, 1922. (Collecção Studart).

BECK, Mathias. Diário da expedição de Mathias Beck ao Ceará em 1649. *Revista trimensal do Instituto do Ceará*. Fortaleza: Instituto do Ceará, t. XVII, ano XVII, p. 327-405, 1903.

FIGUEIRA, Pe. Luiz. Relação do Maranhão, 1608, pelo jesuita Padre Luiz Figueira enviada a Claudio Aquaviva. *Revista trimensal do Instituto do Ceará*. Fortaleza: Instituto do Ceará, t. XVII, ano XVII, p. 97-138, 1903.

FIGUEIRA, Pe. Luiz. Carta de Luiz Figueira sobre as dificuldades da Missão do Maranhão [1609]. *Revista trimensal do Instituto do Ceará*. Fortaleza: Instituto do Ceará, t. XVII, ano XVII, p. 138-140, 1903.

MORENO, Martim Soares. Relação do Seará [1618]. *Revista trimensal do Instituto do Ceará*. Fortaleza: Instituto do Ceará, t. XIX, ano XIX, p. 67-75, 1905.

REVISTA Trimensal do Instituto do Ceará. t. XVIII, ano XVIII. Fortaleza: Instituto do Ceará, 1904. (Documentos diversos).

REVISTA Trimensal do Instituto do Ceará. t. XIX, ano XIX. Fortaleza: Instituto do Ceará, 1905. (Documentos diversos).

SILVEIRA, Simão Estácio da. *Relação summaria das cousas do Maranhão*. [1624]. *Revista trimensal do Instituto do Ceará*. Fortaleza: Instituto do Ceará, t. XIX, ano XIX, p.124-154, 1905.

STUDART, Barão de (dir.). Documentos para a história do Brasil e especialmente a do Ceará – *Collecção Studart*. *Revista Trimensal do Instituto do Ceará*. Fortaleza: Instituto do Ceará, t. XXIV, ano XXIV, p.215-399, 1910. (Revista muito avariada com alguns documentos ilegíveis).

\_\_\_\_\_. Documentos para a história do Brasil e especialmente a do Ceará – *Collecção Studart*. *Revista Trimensal do Instituto do Ceará*. Fortaleza: Instituto do Ceará, t. XXXIV, ano XXXIV, p. 231-330, 1920.

\_\_\_\_\_. Documentos para a história do Brasil e especialmente a do Ceará – *Collecção Studart*. *Revista Trimensal do Instituto do Ceará*. Fortaleza: Instituto do Ceará, t. XXXVII, ano XXXVII, p. 20-393, 1923.

VIEIRA, Pe. Antônio. Relação da Missão da Serra de Ibiapaba [1660]. In: *Revista Trimensal do Instituto do Ceará*. t. XVIII, ano XVIII. Fortaleza: Instituto do Ceará, 1904. p. 86-138.

### Fontes impressas

D'ABBEVILLE, Claude [?-1632]. *Histoire de la mission des Peres Capucins en L'isle de Maragnan et terres circonuoisines...* / Par le R. P. Claude d'Abbeuille Predicateur Capucin. Paris: Imprimerie de François Huby, 1614. Disponível em : <<http://purl.pt/212>>. Acesso em 01 out. 2010.

DICCIONÁRIO da Língua Geral do Brasil que se falla em todas as villas, lugares e aldeas deste vastissimo Estado, 1771. Cidade do Pará. Belém: Fórum Landi, 2008. (CD-ROM organizado por Cândida Barros e Antônio Lessa – Manuscrito pertencente à Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra).

HERRERA y TORDESILLAS, Antonio de. *Historia general de los hechos de los castellanos em las islãs i tierra firme del mar oceano*. Madrid: Imprensa Real, 1601-1615. (Fac-símile digitalizado disponível em: <[http://www.memoriachilena.cl/mchilena01/temas/documento\\_detalle.asp?id=MC0012405](http://www.memoriachilena.cl/mchilena01/temas/documento_detalle.asp?id=MC0012405)>. Acesso em 07 fev. 2008).

LEITÃO, Francisco de Andrade. *Discurso politico sobre o se aver de largar a coroa de Portugal, Angola, S. Thome, Maranhão, exclamado aos Altos, Poderosos Estados de Olanda...* Lisboa : Antonio Alvarez Impressor Del Rey N. S., 1642. 10 p. (Fac-símile digitalizado disponível em:<[http://www.brasiliana.usp.br/bbd/bitstream/handle/1918/00847500/008475\\_COMPLETO.pdf](http://www.brasiliana.usp.br/bbd/bitstream/handle/1918/00847500/008475_COMPLETO.pdf)>. Acesso em 12 fev. 2010) (Biblioteca Brasileira USP).

MOCQUET, Jean. Livre II des voyages de Jean Mocqvét aux Indes Occidentales: comme en la riuere des Amazones, pays des Caripous & Caribes, & outres terres & Isles d'Occident. In: \_\_\_\_\_. *Voyages en Afriqve, Asie, Indes Orientales & Occidentales*. Paris: Jean de Hevqveville, 1617. p. 69-153. (Fac-símile digitalizado disponível em: <<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k86205b.r=jean+mocquet.langFR>>. Acesso em 13 de abr. 2009).

### **Fontes publicadas na íntegra ou em coleções**

D'ABBEVILLE, Cláudio. *História da missão dos padre capuchinhos na Ilha do Maranhão* [1614]. São Paulo: Siciliano, 2002.

D'ANGLERÍA, Pedro Mártir. *Décadas del nuevo mundo* [1511-1516]. Madrid: Polifemo, 1989. Década Primeira, capítulo I, p. 9-15 e capítulos VI a IX, p. 55-92.

\_\_\_\_\_. *Cartas sobre el Nuevo Mundo* [1493-1525]. Madrid: Polifemo, 1990. 157 p. (Coleção El Espejo Navegante).

BAIÃO, Antônio (dir. do Arquivo da Torre do Tombo). *Documentos inéditos sobre João de Barros...* Coimbra: Imprensa da Universidade, 1917, 159 p.

BARROS, João de. *Ásia: dos feitos que os portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do oriente – Primeira Década. [1539?]*. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1988, t.1. (Fac-símile da 4.ed. rev. e pref. por BAIÃO, Antônio. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1932).

\_\_\_\_\_. *Ásia: dos feitos que os portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do oriente – Segunda Década. [1539?]*. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1988, t. 2. (Reedição da 4.ed. rev. e pref. por BAIÃO, Antônio. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1932).

BERREDO, Bernardo Pereira de. *Annaes históricos do Estado do Maranhão: em que se dá notícia do seu descobrimento, e tudo mais que nelle tem sucedido desde o anno em que foy descuberto até o de 1718... [1749]*. 4. ed. São Luís: Alumar, 1988. (Livros I, II, III, XIII e XVIII).

CAMINHA, Pero Vaz de. *Carta de Pero Vaz de Caminha a El Rei D. Manuel sobre o achamento do Brasil. [1500]*. São Paulo: Martin Claret, 2002. 128 p. (Coleção a Obra-Prima de Cada Autor).

CARVAJAL, Frei Gaspar de. *Relación que escrebió Fr. Gaspar de Carvajal... [1541-1542]*. In: PAPAVERO, Nelson *et alli*. *O novo Éden: a fauna da Amazônia brasileira nos relatos de viajantes desde a descoberta do rio Amazonas por Pinzón (1500) até o Tratado de Santo Idelfonso (1777)*. 2. ed. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2002. p. 20-40.

\_\_\_\_\_. *El qual es más que naufrágio [...] segundo lo que escribió [...] fray Gaspar de Carvajal [...]*. In: OVIEDO E VALDEZ, Gonzalo Fernandez de. *Historia general y natural de las Indias, islas y tierra-firme del mar océano. [ca.1535]*. Tercera parte, tomo IV. Livros L. Capítulo XXIV. Alicante: Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes, 2007. p. 541-574. (Edição digital baseada na edição de Madrid: Real Academia de la Historia, 1855. Disponível em: <<http://www.cervantesvirtual.com/FichaObra.html?Ref=25248>>. Acesso em: 24 mar. 2009).

CARVALHO, Pe. Miguel de. *Descrição do sertão do Piauí [1697]*. Teresina: Instituto Histórico e Geográfico Piauiense, 1993. 61 p. (comentários e notas do pe. Cláudio Melo).

CASAS, Bartolomé de las. *Historia de las Índias [ca 1561]*. t. I. Alicante : Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes, 2007. Capítulos LXXVIII, CLXIV, CLXXIII e CLXXIV. (Fac-símile digitalizado da ed. de Madrid: Miguel Ginesta, 1875. Disponível em:

<<http://www.cervantesvirtual.com/FichaObra.html?portal=0&Ref=26664>>. Acesso em: 23 out. 2008).

COELHO, Duarte. Carta de Duarte Coelho de 27 de abr. de 1542. In: HISTÓRIA da Colonização Portuguesa do Brasil (HCPB). p. II, v. III. Porto: Litografia Nacional, 19921-1926. p. 209.

COLÓN, Fernando [1488-1539]. *Historia del almirante Don Cristóbal Colón en la cual se da particular y verdadera relación de su vida y de sus hechos, y del descubrimiento de las Indias occidentales, llamadas Nuevo-Mundo...* [1571] v. 1. Alicante : Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes ; Madrid : Biblioteca Nacional, 2006. Capítulos VIII, XII, XL, XLI. (Edição digital baseada na edição de Madrid: Tomás Minuesa, 1892, disponível em:<<http://www.cervantesvirtual.com/FichaObra.html?portal=0&Ref=21388>> Acesso em 15 out. 2008).

COLLECCIÓN de documentos inéditos relativos al descubrimiento, conquista y organización de las antiguas posesiones españolas de América e Oceanía sacados de los archivos del Reino e muy especialmente del de Indias. T. XXIV. Madrid: Imprenta del Manuel G. Hernandez, 1875. p. 5-53. (Cédulas relativas á varias expediciones – Año 1495). (Fac-símile digitalizado disponível em:

<[http://bibliotecadigitalhispanica.bne.es/R/55C2TBTMLQJ3RK6U2493MDVMIRV2EMAH67B85NJA8LR5UY7EX-02770?func=results-jump-full&set\\_entry=000015&set\\_number=000598&base=GEN01](http://bibliotecadigitalhispanica.bne.es/R/55C2TBTMLQJ3RK6U2493MDVMIRV2EMAH67B85NJA8LR5UY7EX-02770?func=results-jump-full&set_entry=000015&set_number=000598&base=GEN01)>. Acesso em 05 nov. 2008).

COLLECCIÓN de documentos inéditos relativos al descubrimiento, conquista y organización de las antiguas posesiones españolas de ultramar. Segunda série. t. 5 – I de los documentos legislativos. Madrid: La Real Academia de la História, 1890a. 359 p. (Fac-símile digitalizado disponível em:

<<http://www.archive.org/details/colecciondocument05seririch>>. Acesso em 06 nov. 2008).

\_\_\_\_\_. Segunda série. t. 7 – I dos Pleitos de Colón. Madrid: La Real Academia de la História, 1892. 449 p. (Fac-símile digitalizado disponível em:

<<http://www.archive.org/details/colecciondocument07seririch>>. Acesso em 06 nov. 2008).

\_\_\_\_\_. Segunda série. t. 8 – II dos Pleitos de Colón. Madrid: La Real Academia de la História, 1894. 464 p. (Fac-símile digitalizado disponível em:

<<http://www.archive.org/details/colecciondocument08seririch>>. Acesso em 06 nov. 2008).

\_\_\_\_\_. Segunda série. t. 9 – II de los documentos legislativos. Madrid: La Real Academia de la História, 1890b. 471 p. (Fac-símile digitalizado disponível em:

<<http://www.archive.org/details/colecciondocument09seririch>>. Acesso em 07 nov. 2008).

COLLECCIÓN de documentos inéditos relativos al descubrimiento, conquista y organización de las antiguas posesiones españolas de ultramar. Segunda série. t. 10 – III de los documentos legislativos. Madrid: La Real Academia de la História, 1890c. 563 p. (Fac-símile digitalizado disponível em: <<http://www.archive.org/details/colecciondocument10seririch>>. Acesso em 17 nov. 2008).

D'EVREUX, Yves. Viagem ao norte do Brasil: feita no ano de 1613 a 1614 [1615]. São Paulo: Siciliano, 2002. 436 p.

GAGO, Padre Assenso. Carta Ânua do que se tem obrado na missão da Serra de Ibiapaba desde o anno de 93 até o presente de noventa e 5... [1695]. In: LEITE, Serafim S.I. *História da Companhia de Jesus no Brasil: Norte 1 – Fundações e entradas – séculos XVII – XVIII*. t. III. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro; Lisboa: Portugália, 1943. p. 38-56.

GÂNDAVO, Pero de Magalhães. *História da Província Santa Cruz a que vulgarmente chamamos de Brasil*. [1575]. Lisboa: Academia Real das Ciências, 1858. (Fac-símile digitalizado disponível em: <[http://www.brasiliana.usp.br/bbd/bitstream/handle/1918/01968900/019689\\_COMPLETO.pdf](http://www.brasiliana.usp.br/bbd/bitstream/handle/1918/01968900/019689_COMPLETO.pdf)> . Acesso em: 21 jul. 2009).

GÓMARA, Francisco Lopez de. *Historia general de las Índias* [1552]. Alicante: Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes, 1999. (Edição digital baseada na edição de Caracas, Biblioteca Ayacucho, 1978, disponível em: <<http://www.cervantesvirtual.com/servlet/SirveObras/02588400888014428632268/index.htm>> Acesso em 07 fev. 2008).

GONNEVILLE, Paulmier. Relação da viagem do capitão de Gonneville às novas Terras das Índias. [1504]. In: PERRONE-MOISÉS, Leila. *Vinte luas: viagem de Paulmier de Gonnville ao Brasil: 1503-1505*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 15-31.

GONNEVILLE, Barão. Relação da viagem do capitão de Gonneville às novas Terras das Índias. In: PERRONE-MOISÉS, Leila. *Vinte luas: viagem de Paulmier de Gonnville ao Brasil: 1503-1505*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 146-147.

LAET, João de. Descrição das costas do Brasil... [1637]. In: *Roteiro de um Brasil desconhecido*. SOARES, José Paulo M.; FERRÃO, Cristina (org.). [sl]: Kapa Editorial, 2007. p. 105-319. (Coleção Brasil Holandês).

LÉRY, Jean de. *Viagem à terra do Brasil* [1580]. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1980. p. 205-222.

MARCGRAF, Georg. Informações do Siara [1639]. In: BOOGAART, Ernst van den; BRIENEN, Rebecca Parker. *Informações do Ceará de Georg Marcgraf*: junho-agosto de 1639. [Rio de Janeiro]: Índex, [2003?]. p. 9-18. (tradução em português, manuscrito, e transcrição para o holandês).

MORAES, Padre José de. *História da Companhia de Jesus na Extinta Província do Maranhão e Pará*. [1759]. Rio de Janeiro: Alhambra, 1987. (capítulos I, II)

MORENO, Diogo de Campos. *Jornada do Maranhão*: por ordem de Sua Majestade feita o ano de 1614. São Paulo: Siciliano, 2001. 186 p.

NAVARRETE, Martin Fernandez (coord.). *Colección de los viajes y descubrimientos que hicieron por mar los españoles desde finos del siglo XV*. t. III. Madrid: Imprensa Real, 1829. 642 p. (Fac-símile digitalizado disponível em: <[http://bvpb.mcu.es/es/catalogo\\_imagenes/grupo.cmd?path=11002570&presentacion=lista](http://bvpb.mcu.es/es/catalogo_imagenes/grupo.cmd?path=11002570&presentacion=lista)>. Acesso em 24 nov. 2008).

A NOVA GAZETA da Terra do Brazil (New zeitung ausz presillandt) – 1515. São Paulo: Rio de Janeiro: Santos: Livraria Edanee, 1922. (Tradução e comentários de Clemente Brandenburger).

OVIEDO E VALDEZ, Gonzalo Fernandez de. *Historia general y natural de las Indias, islas y tierra-firme del mar océano*. Primera parte. [ca.1535]. Livro XXI, capítulo III; Livro XVI, capítulo XI. Alicante: Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes, 2007. (Edição digital baseada na edição de Madrid: Real Academia de la Historia, 1851. Disponível em: <<http://www.cervantesvirtual.com/FichaObra.html?portal=0&Ref=24193>> Acesso em 24 set. 2008).

\_\_\_\_\_. *Historia general y natural de las Indias, islas y tierra-firme del mar océano*. Tomo primero de la segunda parte, segundo de la obra.[ca. 1557]. Livro V, capítulos I e II; Livro XXII, capítulos II,III e IV. Alicante: Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes, 2007. (Edição digital baseada na edição de Madrid: Real Academia de la Historia, 1852. p. 209-216, disponível em: < <http://www.cervantesvirtual.com/FichaObra.html?Ref=24194>>. Acesso em 05 jan. 2009).

\_\_\_\_\_. *Historia general y natural de las Indias, islas y tierra-firme del mar océano*. Tercera parte, tomo IV. Livros XLIX e L. [ca 1557].Alicante: Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes, 2007. (Edição digital baseada na edição de Madrid: Real Academia de la Historia, 1855. p. 381-389; p. 541-574. Disponível em: <<http://www.cervantesvirtual.com/FichaObra.html?Ref=25248>>. Acesso em: 24 mar. 2009).

PARMENTIER, Jean e Raoul (de Dieppe). *Le discours de la navigation: Voyage à Sumatra en 1529 - Description de l'isle de Saint-Dominigo*. Paris: Ernest Leroux, 1883. (Edição digitalizada disponível em: <<http://www.archive.org/details/discoursdelanavi00parmrich>>. Acesso: 03 mar. 2009).

PINHEIRO, João Antônio da Cruz Diniz. Relatório do bacharel João Antônio da Cruz Diniz Pinheiro, ouvidor que foi do Maranhão, Composto em 1751- Notícia do que contém o Estado do Maranhão... In: D'AZEVEDO, J. Lúcio. *Os jesuítas no Grão-Pará: suas missões e a colonização – Bosquejo histórico com vários documentos*. Belém: SECULT, 1999. (Edição fac-similada de Lisboa: Tavares Cardoso e Irmão, 1901). p. 343-347.

PORTO ALEGRE, M. S.; MARIZ, Marlene da Silva; DANTAS, Beatriz Góis (org). *Documentos para a história indígena no Nordeste*. São Paulo: NHII/USP/FAPESP, 1994. 269 p. (Resumo dos documentos).

RALEIGH, Sir Walter. The Discovery of the large, rich, and beautiful Empire of Guiana... [1595]. In: ELLOT, C. W. (ed.). *Voyages and travels : ancient and modern, with introductions, notes and illustrations*. New York : P. F. Collier and son, [c1910]. The Harvard classics, vol. XXXIII. (Disponível em: <<http://www.fordham.edu/halsall/pgc.asp?page=mod/1595raleigh-guiana.html>>. Acesso em: 02 mar. 2009).

RAU, Virginia; SILVA, Maria Fernandes Gomes da. *Os Manuscritos do Arquivo da Casa de Cavadal respeitantes ao Brasil*. v. I, Coimbra: Universidade de Coimbra, 1956. (MACC). 540 p.

SALVADOR, Frei Vicente do. *História do Brasil: em que se trata do descobrimento do Brasil, costumes dos naturais...* [1627]. Rio de Janeiro : Biblioteca Nacional, 1889. (Edição digital disponível em: <<<http://www.literaturabrasileira.ufsc.br/arquivos/texto/0006-00769.html>>>. Acesso em: 21 jul. 2009).

SILVEIRA, Simão Estácio da. Intento da jornada do Pará. [1618]. In: PAPAVERO, Nelson et alli. *O novo Éden: a fauna da Amazônia brasileira nos relatos de viajantes desde a descoberta do rio Amazonas por Pinzón (1500) até o Tratado de Santo Idelfonso (1777)*. 2. ed. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2002. p.113-120.

SOUSA, Gabriel Soares de. *Tratado descritivo do Brasil em 1587*. 4. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional e Editora da USP, 1971. 384 p. (Edição acrescentada de comentários de Varnhagen).

STADEN, Hans. *Viagem ao Brasil*. [1557]. São Paulo: Martin Claret, 2007. 202 p. (Coleção a Obra-Prima de Cada Autor).

ZURARA, Gomes Eanes de. *Chronica do descobrimento e conquista de Guiné* - escrita por mandado de el Rei D. Affonso V, sob a direcção scientifica, e segundo as instrucções do illustre Infante D. Henrique [1453]. Paris : J. P. Aillaud, 1841. Capítulo LXXXVI, p. 399-405. (Fac-símile digitalizado trasladado do manuscrito original contemporâneo, que se conserva na Bibliotheca Real de Paris, disponível em: <<http://purl.pt/216>>. Acesso em: 03 set. 2008).

## Dicionários

AULETE, Francisco J. Caldas; VALENTE, Antônio Lopes dos Santos. *i-Dicionário Aulete*. Rio de Janeiro: Lexikon, 2009. Disponível em: <[http://aulete.uol.com.br/site.php?mdl=aulete\\_digital](http://aulete.uol.com.br/site.php?mdl=aulete_digital)>.

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário português e latino...* Coimbra: s/e, 1712-1728. Disponível em: <<http://www.ieb.usp.br/online>>.

BUENO, Silveira. *Vocabulário tupi-guarani-português*. 2. ed. São Paulo: Nagy, 1983.

DICTIONAIRES d'autrefois. French dictionaries of the 17th, 18th, 19th and 20th centuries. The University of Chicago, 2001. Disponível em: <<http://artfl-project.uchicago.edu/node/17>>.

GONÇALVES DIAS, A. Dicionario da língua tupy: chamada língua geral dos indígenas do Brazil. Lipsia: F. A. Brockhaus, 1858. In: BUENO, Silveira. *Vocabulário tupi-guarani-português*. 2. ed. São Paulo: Nagy, 1983.

HOUAISS, Instituto Antônio. *Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004. (CD-ROM).

MEMODATA : Encyclopédie en ligne, Thesaurus, dictionnaire de définitions et plus. 2009. Disponível em : <<http://dictionnaire.sensagent.com/equipez/fr-pt/#Information%20company>>.

NOVO DICCIONARIO Priberam da Língua Portuguesa. Lisboa: Priberam Informática, 2008. Disponível em: <<http://www.priberam.pt/dlpo/dlpo.aspx>>.

PARKER, John; STAHEL, Monica. *Password: english dictionary for speakers of portuguese*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

REAL Academia Española. *Diccionario de la lengua española*. 22 ed. Madrid: Imprensa da Real Academia Española, 2001. Disponível em: <<http://rae.es/rae.html>>.

\_\_\_\_\_. *Diccionario de la lengua castellana...* Madrid: Imprensa da Real Academia Espanhola, 1739. Disponível em: <<http://buscon.rae.es/ntlle/SrvltGUILoginNtlle>>.

SAMPAIO, Theodoro. *O tupi na geografia nacional: memória lida no Instituto Historico e Geográfico de S. Paulo*. São Paulo: Casa Eclectica, 1901.

\_\_\_\_\_. Vocabulário geográfico brasileiro. In: *O tupi na geografia nacional*. 4. ed. São Paulo: Editora da USP, 1970. p 165-304. (reimpressão autorizada da 4.ed. publicada em 1955 pelo Instituto Geográfico e Histórico da Bahia).

VAINFAS, Ronaldo (dir.). *Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. 599p.

## MAPAS

AA, Pieter van der. *Le Bresil: suivant les nouvelles observations de Messrs. de l'Academie Royale*. Leiden : Chez Pieter van der Aa, 1729?. Disponível em: <[http://consorcio.bn.br/scripts/odwp032k.dll?t=bs&pr=projeto\\_finep\\_pr&db=projeto\\_finep&use=pn&disp=list&ss=NEW&arg=aa,lpieterlvander](http://consorcio.bn.br/scripts/odwp032k.dll?t=bs&pr=projeto_finep_pr&db=projeto_finep&use=pn&disp=list&ss=NEW&arg=aa,lpieterlvander)>. Acesso: 12 mar. 2005.

ALBERNAZ I, João Teixeira. *Pequeno atlas do Maranhão e Grão-Pará*. [S.l.] [ca. 1629]. <<http://consorcio.bn.br/cartografia>>. Acesso em: 12 dez. 2005.

APIANO, Pedro. *Charta cosmographica: cum ventorvem própria natura et operatione*. Paris: Vaeneunt apud Viaantium Gaultherot, 1551.  
Disponível em: <[http://consorcio.bn.br/scripts/odwp032k.dll?t=rd&pr=projeto\\_finep\\_pr&db=projeto\\_finep&fdn=&tdn=&url=/cartografiahistorica/mapas/or813112.sid](http://consorcio.bn.br/scripts/odwp032k.dll?t=rd&pr=projeto_finep_pr&db=projeto_finep&fdn=&tdn=&url=/cartografiahistorica/mapas/or813112.sid)>. Acesso em: 08 nov. 2005.

BELLIN, Jacques Nicolas. *Carte du Bresil, prem. Partie: depuis la Riverer dès Amazones jusqua la Baye de Tous lês Saints, pour servir a l'Histoire generale des voyages*. Paris, [1757?]. Disponível em: <<http://consorcio.bn.br/cartografia>>. Acesso em: 19 nov. 2005.

BLAEU, Joan. *Nova et accurata Brasiliae totius tabula*. Amsterdam: Joan Blaeu, 1689. Disponível em: <[http://consorcio.bn.br/scripts/odwp032k.dll?t=nav&pr=projeto\\_finep\\_pr&db=projeto\\_finep&use=data&rn=1&disp=card&sort=off&ss=53150170&arg=1689](http://consorcio.bn.br/scripts/odwp032k.dll?t=nav&pr=projeto_finep_pr&db=projeto_finep&use=data&rn=1&disp=card&sort=off&ss=53150170&arg=1689)>. Acesso em: 08 mar. 2009.

CANTINO, Alberto. *Fragment du planisphere envoyé*. [S. l.]: [s.n.], 1502. Disponível em: <[http://consorcio.bn.br/scripts/odwp032k.dll?t=rd&pr=projeto\\_finep\\_pr&db=projeto\\_finep&fdn=&ttn=&url=/cartografiahistorica/mapas/cart161293.sid](http://consorcio.bn.br/scripts/odwp032k.dll?t=rd&pr=projeto_finep_pr&db=projeto_finep&fdn=&ttn=&url=/cartografiahistorica/mapas/cart161293.sid)>. Acesso em: 08 mar. 2009.

CORONELLI, Vincenzo. *L'Amerique meridionale ou la Partie Meridionale des indes occidentales*. Paris: Chez I. B. Nolin, 1689. Disponível em : <[http://consorcio.bn.br/scripts/odwp032k.dll?t=rd&pr=projeto\\_finep\\_pr&db=projeto\\_finep&fdn=&ttn=&url=/cartografiahistorica/mapas/cart389308.sid](http://consorcio.bn.br/scripts/odwp032k.dll?t=rd&pr=projeto_finep_pr&db=projeto_finep&fdn=&ttn=&url=/cartografiahistorica/mapas/cart389308.sid)>. Acesso em: 08 mar. 2005.

CLAYE, Jacques de Vau de. *Le Brésil: parchemin manuscrit et enluminé*. Dieppe: 1579. (BNF- Bibliothèque Nationale de France. Disponível em: <[http://expositions.bnf.fr/utopie/grand/2\\_31.htm](http://expositions.bnf.fr/utopie/grand/2_31.htm)>. Acesso em: 20 mar. 2009.

COSA, Juan de la. *Mapamundi*. [S.l.]:[s.n.], 1500. Disponível em: <[http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/7/71/1500\\_map\\_by\\_Juan\\_de\\_la\\_Cosa.jpg](http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/7/71/1500_map_by_Juan_de_la_Cosa.jpg)> Acesso em: 08 mar. 2009.

GASTALDI, Giacomo. *Brasil*. [Veneza] : [Nella Stamperia de Glunti], [1565]. Disponível em: <[http://objdigital.bn.br/acervo\\_digital/div\\_cartografia/cart395872.jpg](http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart395872.jpg). 06/03/2009>. Acesso em: 06 mar. 2009.

HOMEM, Diogo. [*Mundus novus*]. [S.l.: s.n.], 1558. Disponível em: <[www.rootsweb.com/~brawgw/mapas/diogo1.htm](http://www.rootsweb.com/~brawgw/mapas/diogo1.htm) > Acesso em: 08 nov. 2005.

HOMEM, Lopo; REINEL, Pedro; REINEL, Jorge. *Tabula hec regionis magni Brasilis*. [Lisboa]: [s.n.], ca. 1519. Disponível em: <[http://consorcio.bn.br/scripts/odwp032k.dll?t=rd&pr=projeto\\_finep\\_pr&db=projeto\\_finep&fdn=&ttn=&url=/cartografiahistorica/mapas/cart395878f.sid](http://consorcio.bn.br/scripts/odwp032k.dll?t=rd&pr=projeto_finep_pr&db=projeto_finep&fdn=&ttn=&url=/cartografiahistorica/mapas/cart395878f.sid)>. Acesso em 12 de mar. 2005.

GUTIERREZ, Diego. *Americae sive qvartae orbis partis nova et exactissima descriptio....* [S.l.]: Hieronymus Cock, 1562. Disponível em : <<http://noticias.uol.com.br/licaodecasa/frame.htm?url=http://www.lib.utexas.edu/maps/historical/index.html>>. Acesso em: 20 set. 2009.

MÜNSTER, Sebastian. *Novae insulae...*, Basle (Suíça): [s/n], 1540. Disponível em: <[http://lazarus.elte.hu/~zoltorok/Cartartweb/cartart\\_munster.htm#US](http://lazarus.elte.hu/~zoltorok/Cartartweb/cartart_munster.htm#US)>. Acesso em 12 de mar. 2005.

PTOLOMEU, Cláudio [ca. 100 – ca. 178]. *Mapa-múndi*. Reprodução de Johannes de Armsshein: Ulm, 1482. Disponível em: <[http://commons.wikimedia.org/wiki/File:World\\_of\\_Ptolemy\\_as\\_shown\\_by\\_Johannes\\_de\\_Armsrhein\\_-\\_Ulm\\_1482.png](http://commons.wikimedia.org/wiki/File:World_of_Ptolemy_as_shown_by_Johannes_de_Armsrhein_-_Ulm_1482.png)>. Acesso em: 25 jan. 2010.

RIBEIRO, Diogo. *Carta nueva em que se contiene todo lo que del mundo se ha descubierto...* Sevilla: Casa de Contratación, 1529. Disponível em: <[http://en.wikipedia.org/wiki/Diogo\\_Ribeiro](http://en.wikipedia.org/wiki/Diogo_Ribeiro)>. Acesso em: 25 ago. 2010.

SANTA TERESA, João José de (frei). *Istoria delle guerre del regno del Brasile...* Roma: Nella Stamperia deql'Eredi del Corbelletti, 1698. Disponível em: <[http://consorcio.bn.br/scripts/odwp032k.dll?t=rd&pr=projeto\\_finep\\_pr&db=projeto\\_finep&fdn=&tdn=&url=/cartografiahistorica/mapas/cart96519fo15.sid](http://consorcio.bn.br/scripts/odwp032k.dll?t=rd&pr=projeto_finep_pr&db=projeto_finep&fdn=&tdn=&url=/cartografiahistorica/mapas/cart96519fo15.sid)>. Acesso em 12 mar. 2005.

TESTU, Guillaume le. *Francia em Brasil*. Paris: [s.n.], [1551/1556?] Disponível em: <[www.ub.es/hvirt/expo/javi/pag15.htm](http://www.ub.es/hvirt/expo/javi/pag15.htm)>. Acesso em: 08 nov. 2005.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABADÍA, Ramón Ezquerria. La Etapa Colombina. In: SALMORAL, Manuel Lucena (Coord.). *Historia general de España y América: El descubrimiento y fundación de los reinos ultramarinos – Hasta fines del siglo XVI*. T. VII. 2. ed. Madrid: Rialp, 1991. p. 69-119.

ABREU, Capistrano de. *Caminhos antigos e povoamento do Brasil*. 2.ed. Rio de Janeiro: Sociedade Capistrano de Abreu; Briguier, 1960. 311 p.

\_\_\_\_\_. *Capítulos de história colonial: 1500-1800*. 7.ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo:USP, 1988. 295 p.

ALBA, Ramón. Introducción – Pedro Mártir de Anglería: Su vida y su obra. In: ANGLERÍA, Pedro Mártir. *Décadas del nuevo mundo*. [1511-1516]. Madrid: Polifemo, 1989. p. V-XLIII.

\_\_\_\_\_. Introducción. In: ANGLERÍA, Pedro Mártir. *Cartas sobre el Nuevo Mundo*. Madrid: Polifemo, 1990. p. 9-17. (Coleção El Espejo Navegante).

ALBUQUEQUE, Luís Mendonça de. A arte de navegar na época dos grandes descobrimentos. In: MINISTÉRIO DA MARINHA. *História naval brasileira*. v. 1. Tomo 1. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1975. p. 21-52.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. A economia política dos descobrimentos. In: NOVAES, Adauto (org.). *A descoberta do homem e do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 193-207.

\_\_\_\_\_. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. 525 p.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino. História indígena na América Latina: estudos comparativos e interdisciplinares. *Clio Arqueológica*. Recife: UFPE, n. 22, v. 1, p. 51-60, 2007.

\_\_\_\_\_. Identidades étnicas e culturais: novas perspectivas para a história indígena. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel (org.). *Ensino de história: conceitos, temática, metodologia*. Rio de Janeiro: Casa da palavra, 2003a. p. 27-37.

\_\_\_\_\_. Os índios aldeados: histórias e identidades em construção. *Tempo*, Rio de Janeiro, n. 12, p. 51-71, dez. 2001.

\_\_\_\_\_. *Metamorfozes indígenas: identidade e cultura na aldeias coloniais do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003b. 301 p.

ALVES, Guarino. *Vera Cruz: Vicente Yáñez Pinzón – considerações geográficas sobre o descobrimento do Brasil pelos espanhóis*. t. I. Fortaleza: Henriqueta Galeno, 1974. 143 p.

AMSELLE, Jean Loup. Autosubsistance, petite production marchande et chaînes de sociétés. *Cahiers d'études africaines*, v. 20, n. 77, p. 155 – 160, 1980. Disponível em <[http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/cea\\_0008-0055\\_1980\\_num\\_20\\_77\\_2356](http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/cea_0008-0055_1980_num_20_77_2356)>. Acesso em 16 out. 2009.

\_\_\_\_\_. La globalisation. *L'Homme*, n. 156, oct. –déc. 2000, [En ligne], mis en ligne le 18 mai 2007. Disponível em :< <http://lhomme.revues.org/index77.html>>. Acesso em 16 out. 2009.

BAIÃO, Antônio. Introdução. In: BARROS, João de. *Ásia de João de Barros; dos feitos que os portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriente*. Primeira

década. [1539?]. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1988. p. I-LXXXII. (Fac-símile da 4.ed. rev. e pref. por Antônio Baião. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1932).

BALÉE, Willian. Sobre a Indigeneidade das Paisagens. *Revista de Arqueologia*, 21, n.2, p. 09-23, 2008. Disponível em: <[http://www.sabnet.com.br/index.php?option=com\\_content&task=view&id=81&Itemid=2](http://www.sabnet.com.br/index.php?option=com_content&task=view&id=81&Itemid=2)>. Acesso em: 02 mar. 2009.

BANDEIRA, Arkley Marques. O povoamento da América visto a partir dos sambaquis do litoral equatorial amazônico do Brasil. *Fundamentos: Revista da Fundação Museu do Homem Americano*, n. 7, p. 430- 468, 2008. Disponível em: <<http://www.fumdhm.org.br/fundamentos7/artigos/21%20Arkley.pdf>>. Acesso em: 13 ago. 2008.

BARTH, Frederick. Os Grupos Étnicos e suas Fronteiras. In: \_\_\_\_\_ *O Guru, o iniciador e outras variações antropológicas* (org. Tomke Lask). Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000. p. 25-67.

BENNASSAR, Bartolomé. Dos mundos fechados à abertura do mundo. In: NOVAES, Adauto (org.). *A descoberta do homem e do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 83-93.

BERGER, Paulo; WINZ, A. Pimentel; GUEDES, M. Justo. Incursões de corsários e piratas na costa do Brasil. In: MINISTÉRIO DA MARINHA. *História naval brasileira*. v. 1., t. II. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1975. p. 473-521.

BERNARD, Carmem; GRUZINSKI, Serge. *História do Novo Mundo: Da descoberta à conquista, uma experiência européia, 1492-1550*. São Paulo: Edusp, 1997. (Capítulos 3 a 5).

BOCCARA, Guillaume. Antropologia diacrônica: dinâmicas culturais, procesos históricos y poder político. *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*, BAC, 2005. Disponível em: <<http://nuevomundo.revues.org/589>> Acesso em: 10 fev. 2007.

\_\_\_\_\_. Génesis y estructura de los complejos fronterizos euro-indígenas. Repensando los márgenes americanos a partir (y más allá) de La obra de Nathan Wachtel. *Memoria Americana: cuadernos de etnohistoria*, Buenos Aires: Sociedade Argentina de Antropologia; Universidade de Buenos Aires, n. 13, p. 21-52, 2005.

\_\_\_\_\_. Mundos nuevos en las fronteras del Nuevo Mundo. *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*. n. 1, 8 fev. 2001. Disponível em: <<http://nuevomundo.revues.org/426>> Acesso em: 29 mai. 2007.

BONNICHON, Philippe. A França Equinocial: a invasão. parte I. In: MINISTÉRIO DA MARINHA. *História naval brasileira*. v. 1., t. II. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1975. p. 525-552.

BOOGAART, Ernst van den; BRIENEN, Rebecca Parker. *Informações do Ceará de Georg Marcgraf: junho-agosto de 1639*. [Rio de Janeiro]: Índex, [2003?]. 47 p. (Com documento traduzido para o português, manuscrito, e transcrição para o holandês).

BORGES, Jóina Freitas. *A história negada: em busca de novos caminhos*. Teresina: FUNDAPI, 2004. 133 p.

\_\_\_\_\_. As palavras e as coisas: arqueologia e história oral. In: CASTELO BRANCO, Edwar de A.; NASCIMENTO, F. Alcides; PINHEIRO, Áurea Paz (org). Recife: Bagaço, 2005. p. 111-122.

\_\_\_\_\_. *Sob os areais: arqueologia, história e memória*. Teresina: UFPI, 2006. 229 p. (Dissertação de mestrado digitada).

BORGES, Jóina Freitas et alli. *Os sítios arqueológicos do litoral piauiense: identificação e avaliação*. Teresina: NAP – Núcleo de Antropologia Pré-Histórica, 2003. (Relatório final de pesquisa arqueológica apresentado ao IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - digitado).

BRUIT, Héctor Hernan. *Bartolomé de Las Casas e a simulação dos vencidos: ensaio sobre a conquista hispânica da América*. Campinas: UNICAMP; São Paulo: Iluminuras, 1995. 211 p.

CAMPOS, Pedro Moacyr. As etapas dos descobriementos portugueses. In: HOLANDA, Sérgio Buarque (dir.). *História geral da civilização brasileira*”. 13. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. p. 22-42.

CARVALHO JÚNIOR, Almir Diniz de. *Índios cristãos : a conversão dos gentios na Amazônia portuguesa (1653-1769) / Almir Diniz de Carvalho Júnior*. Campinas: UNICAMP, 2005. p. 1-128. (Tese de doutorado digitada).

CASTRO, Eduardo Viveiros de. Comentários ao artigo de Francisco Noelli. *Revista de Antropologia*, São Paulo: USP, v. 39, n. 2, p. 55-60, 1996.

CERTEAU, Michel de. A beleza do morto. In: \_\_\_\_\_. *A cultura no plural*. Campinas: Papirus, 1995. p. 55-85.

\_\_\_\_\_. *A escrita da história*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002. 343 p.

\_\_\_\_\_. *A invenção do cotidiano I – artes de fazer*. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 1-217. (Primeira, segunda e terceira partes,).

CHAMPION, T. et al. Desarrollo Postglaciar: Cazadores, Recolectores y Otros. In: *Prehistoria de Europa*. Barcelona : Critica, 1988. p. 127-156.

CHAUNU, Pierre. *A América e as Américas*. Lisboa: Edições Cosmos, 1969. p. 1-164. (Livros 1, 2 e 3,).

CHINCAGANA-BAYONA, Yobunj Aucardo. A iconografia do repasto canibal: Vespúcio, Waldeseemüller, Fries, Holbein e Münster. In: \_\_\_\_\_. *Imago gentilis brasilis: modelos de representação pictórica dos índios na Renascença*. Niterói: UFF, 2004. p. 216-266. (Tese de doutorado digitada).

CONKLIN, Beth A. Introduction. In: \_\_\_\_\_. *Consuming grief: compassionate cannibalism in an Amazonian society*. Austin: University of Texas Press, 2001. p. XV-XXXI.

CORTESÃO, Jaime. As navegações pré-henriquinas. In: \_\_\_\_\_. *Os descobrimentos portugueses I*. Lisboa: Livros Horizonte, 1975a. p. 191-297.

\_\_\_\_\_. *Os descobrimentos portugueses II*. Lisboa: Livros Horizonte, 1975b. Capítulos I-V e XI.

\_\_\_\_\_. *Os descobrimentos portugueses III*. Lisboa: Livros Horizonte, 1975c. Capítulos IV e V.

CUNHA, Manuela Carneiro da. “Cultura” e cultura: conhecimentos tradicionais e direitos intelectuais. In: *Cultura com aspas e outros ensaios*. São Paulo: Cosac Naify, 2009. p. 311-373.

\_\_\_\_\_. Imagens de índios no Brasil: o século XVI. *Estudos avançados*, São Paulo, v.4, n.10, 1990. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-10141990000300005&Ing=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-10141990000300005&Ing=en&nrm=iso)>. Acesso em: 29 mai. 2007.

\_\_\_\_\_. Introdução a uma história indígena. In: \_\_\_\_\_ (org.). *História dos índios do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras; Secretaria Municipal de Cultura; FAPESP, 1992. p. 9-24.

DAHER, Andrea. *O Brasil francês: as singularidades da França Equatorial – 1612-1615*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 1-209.

DANNENMAIER, E. Beyond indigenous property rights: Exploring the emergence of a distinctive connection doctrine. *Washington University Law Review*, 86: p. 53-110, 2008. Disponível em: <<http://lawreview.wustl.edu/in-print/beyond-indigenous-property-rights-exploring-the-emergence-of-a-distinctive-connection-doctrine>>. Acesso em 07 out. 2009.

DILLEHAY, Tom. Uma sinopse do registro arqueológico de Monte Verde. *Fundamentos – Revista da Fundação Museu do Homem Americano*. São Raimundo Nonato (PI): FUMDHAM, v. 1, n. 1, p. 147-151, 1996.

DOMINGUES, Virgílio. O Turiçu – esboço histórico e geográfico de um região maranhense. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão*, São Luís, a. IV, n. 5, p. 69-117, dez. 1952.

FAUSTO, Carlos. Fragmentos de história e cultura tupinambá: da etnologia como instrumento crítico de conhecimento etno-histórico. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). *História dos índios do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras; Secretaria Municipal de Cultura; FAPESP, 1992. p. 381-396.

FERGUSON, R. Brian. Blood of the Leviathan: Western contact and warfare in Amazônia. *American ethnologist: the journal of the American Ethnological Society*. p. 237- 257. v. 17, n. 2, may 1990.

FIGUTI, Levy. Economia/ alimentação na pré-história do litoral de São Paulo. In: TENÓRIO, Maria Cristina (org.). *Pré-história da Terra Brasilis*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1999. p. 197-203.

FONTELES FILHO, José Mendes. *Subjetivação e educação indígena*. Fortaleza: UFC, 2003. (Tese de doutorado digitada).

FRANCO, Affonso Arinos de Mello. *O índio brasileiro e a revolução francesa: as origens brasileiras da teoria da bondade natural*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1937. p. 1-108. (Capítulos I, II e III- faltam na obra as páginas 109 à 126).

FRIEDERICI, Georg. Carácter del descubrimiento de las costas de América por los españoles. In: *El carácter del descubrimiento y de la conquista de América: Introducción a la historia de la colonización de América por los pueblos del Viejo Mundo*. t.I, parte III. México D.F.: Fondo de Cultura Económica, 1987. p. 255-322.

\_\_\_\_\_. Los Franceses. In: *El carácter del descubrimiento y de la conquista de América: Introducción a la historia de la colonización de América por los pueblos del Viejo Mundo*. t.II, parte VII. México D.F.: Fondo de Cultura Económica, 1987. p. 288-323.

GADELHA, Regina Maria A. Fonseca. Conquista e ocupação da Amazônia: a fronteira Norte do Brasil. *Estudos Avançados*. vol.16 no.45 São Paulo, mai./ago., 2002. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142002000200005](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142002000200005)>. Acesso em: 11 fev. 2008.

GAFFAREL, Paul. *Jean Ango: Extrait du Bulletin de la Société Normande de Géographie*. Rouen: Imprimerie de Esperance Cagniard, 1889. 75 p. (Edição digitalizada disponível em: <[http://www.archive.org/details/cihm\\_04326](http://www.archive.org/details/cihm_04326)> Acesso em 02 mar. 2009).

\_\_\_\_\_. *Voyages des français au Canada, dans L'Amérique Centrale et au Brésil – dans les premières années du XVI<sup>e</sup> siècle*. Dijon: Imprimerie Darantier, [1890]. 69 p. (Edição digitalizada disponível em : <[http://www.archive.org/details/cihm\\_04327](http://www.archive.org/details/cihm_04327)>. Acesso em 03 mar. 2009).

GARANGER, José. L'Océanie et L'Asie Insulaire. In: GUILAINE, Jean. *La préhistoire: d'un continent à l'autre*. Paris: Larousse, 1989. p. 201-224.

GARCIA, Elisa Frühauf. Ser índio na fronteira: limites e possibilidades. In: *As diversas formas de ser índio: políticas indígenas e políticas indigenistas no extremo sul da América portuguesa*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2009. p. 125-171.

GASPAR, Maria Dulce. Aspectos da organização social de pescadores-coletores: região compreendida entre a Ilha Grande e o delta do Paraíba do Sul, Rio de Janeiro. *Pesquisas*. São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisas – UNISINOS, Antropologia n. 59, 2003.

\_\_\_\_\_. *Sambaqui: arqueologia do litoral brasileiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000. 89 p.

\_\_\_\_\_. Os ocupantes pré-históricos do litoral brasileiro. In: TENÓRIO, Maria Cristina (org.). *Pré-história da Terra Brasilis*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999. p. 159-169.

GASPAR, Maria Dulce; IMAZIO, Maura. Os pescadores-coletores-caçadores do litoral norte brasileiro. In: : TENÓRIO, Maria Cristina (org.). *Pré-história da Terra Brasilis*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999. p. 247-256.

GIRÃO, Valdelice Carneiro. Da conquista e implantação dos primeiros núcleos urbanos na Capitania do “Siará Grande”. In: SOUZA, Simone (coord.) *História do Ceará*. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1994. p. 25-44.

GODINHO, Vitorino Magalhães. O que significa descobrir? In: NOVAES, Adauto (org.). *A descoberta do homem e do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 55-82.

GRUZISNKI, Serge. *A colonização do imaginário: sociedades indígenas e ocidentalização no México espanhol. Séculos XVI-XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. Introdução, Capítulos I, II (p. 09-151) e Conclusão (p. 409-412).

\_\_\_\_\_. *A passagem do século: 1480-1520: as origens da globalização*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. 119 p.

GUEDES, Max Justo. O condicionalismo físico do Atlântico e a navegação à vela. In: MINISTÉRIO DA MARINHA. *História naval brasileira*. v. 1., t. I. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1975a. p. 117-137.

\_\_\_\_\_. As primeiras expedições de reconhecimento da costa brasileira. In: MINISTÉRIO DA MARINHA. *História naval brasileira*. v. 1., t. I. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1975b. p. 177-245.

\_\_\_\_\_. A França Equinocial: a expulsão dos invasores – parte II. In: MINISTÉRIO DA MARINHA. *História naval brasileira*. v. 1., t. II. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1975. p. 553-586.

GUÉRIN, Léon. *Le navigateurs français : histoire de navigations, découvertes et colonisations françaises*. Paris : Belin-Leprieur et Morizot : 1847. p. 102-342. (Edição digitalizada disponível em : < <http://books.google.com.br/books...>>. Acesso em 03 mar. 2009).

GUIDON, Niède. As ocupações pré-históricas do Brasil (excetuando a Amazônia). In : CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). *História dos índios do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras; Secretaria Municipal de Cultura; FAPESP, 1992. p. 53-86.

HECKENBERGER, Michel J. *et alli*. Amazonia 1492: Pristine Forest or Cultural Parkland? *Science*. v. 301, p. 1710-1714, 19 set. 2003. (Disponível em: <<[http://www.sjsu.edu/faculty/kojan/page3/files/Heckenberger\\_2003.pdf](http://www.sjsu.edu/faculty/kojan/page3/files/Heckenberger_2003.pdf)>>. Acesso em 03 ago. 2009).

HECKENBERGER, Michel J.; NEVES, Eduardo G.; PETERSEN, James B.. De onde surgem os modelos? As origens e expansões Tupi na Amazônia Central. *Revista de Antropologia*, São Paulo: USP, v. 1, n. 41, pp. 69-96, 1998. (Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-77011998000100003&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-77011998000100003&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em 12 abr. 2010).

HEMMING, John. Ouro vermelho: a conquista dos índios brasileiros. São Paulo: Edusp, 2007. 811 p.

HILL, Jonathan D. Introduction: ethnogenesis in the Américas, 1492-1992. In: \_\_\_\_\_ (ed.). *History, power and identity: ethnogenesis in the Américas, 1492-1992*. Iowa City: University of Iowa Press, 1996. p. 1-19.

HOLANDA, Sérgio Buarque. *Caminhos e fronteiras*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. 301 p.

\_\_\_\_\_. A conquista da Costa Leste-Oeste. In: \_\_\_\_\_. (dir.) *História geral da civilização brasileira: do descobrimento à expansão territorial*. Tomo I: A época colonial. v. 1. 13. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003a. p. 213-226.

\_\_\_\_\_. O descobrimento do Brasil. In: \_\_\_\_\_. (dir.) *História geral da civilização brasileira: do descobrimento à expansão territorial*. Tomo I: A época colonial. v. 1. 13. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003b. p. 43-61.

\_\_\_\_\_. Os franceses no Maranhão. In: \_\_\_\_\_. (dir.) *História geral da civilização brasileira: do descobrimento à expansão territorial*. Tomo I: A época colonial. v. 1. 13. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003c. p. 227-259.

\_\_\_\_\_. Perspectivas. In: *O Espírito e a letra – estudos de crítica literária*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 8-19.

\_\_\_\_\_. As primeiras expedições. In: \_\_\_\_\_. (dir.) *História geral da civilização brasileira: do descobrimento à expansão territorial*. Tomo I: A época colonial. v. 1. 13. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003d. p. 103-110.

\_\_\_\_\_. *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. 220 p.

\_\_\_\_\_. *Visão de paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 2007.

JONG, Ingrid de; RODRIGUEZ, Lorena. Introducción. *Memoria Americana: cuadernos de etnohistoria*, Buenos Aires: Sociedade Argentina de Antropologia; Universidade de Buenos Aires, n. 13, p. 7-19, 2005.

KELLY, Robert L. Mobility/Sedentism: Concepts, archaeological measures, and effects. *Annual Review of Antropology*. Palo Alto (California): Annual Reviews INC., v. 21, p. 43-66, 1992.

KNAPP, A. Bernard; ASHMORE, Wendy. Archeological Landscapes: constructed, conceptualized, ideational. In: ASHMORE, Wendy; KNAPP, A. Bernard (ed.). *Archaeologies of landscape: contemporary perspectives*. Oxford: Blackwell Publishers, 1999. p. 1-30.

KNEIP, Lina Maria. Pré-história de saquarema, RJ. In: *Pré-história da Terra Brasilis*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1999. p. 223-232.

KRUS, Luis. O imaginário português e os medos do mar. In: NOVAES, Adauto (org.). *A descoberta do homem e do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 95-105.

LAVALÉE, Danièle. Cultures préhistoriques de Mésoamérique et d'Amérique du Sud. In: GUILAINE, Jean. *La préhistoire: d'un continent à l'autre*. Paris: Larousse, 1989. p. 183-200.

LEITE, Serafim S.I. *História da Companhia de Jesus no Brasil: Norte 1 – Fundações e entradas – séculos XVII – XVIII*. t. III. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro; Lisboa: Portugalia, 1943. p. 1- 202. (Livro Primeiro: Ceará e Livro Segundo: Maranhão).

LESSA, Antônio Luis Salim. Análise dos empréstimos do português de um dicionário tupi de 1771. In: DICIONÁRIO da Língua Geral do Brasil que se falla em todas as villas, lugares e aldeas deste vastissimo Estado, 1771. Cidade do Pará. Belém: Fórum Landi, 2008. (CD-ROM organizado por Cândida Barros e Antônio Lessa – Manuscrito pertencente à Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra). 21 p.

LITTLE, Paul Elliot. Ecologia política como etnografia: um guia teórico e metodológico. *Horizonte Antropológico*, Porto Alegre, v. 12, n. 25, Jun. 2006. (Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-71832006000100005&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832006000100005&lng=en&nrm=iso)>. Acesso: 14 dez. 2009. doi: 10.1590/S0104-71832006000100005).

MAIA, Légio José de Oliveira. Serras de Ibiapaba. De aldeia à vila de Índios: Vassalagem e Identidade no Ceará colonial - Século XVIII. Niterói: UFF, 2010. p. 1-220. (Partes I e II). (Tese de doutorado digitada).

MALINOWSKI, Bronislaw. Introduccion [1940]. In: ORTIZ, Fernando. *Contrapunteo cubano del tabaco y el azucar*. Caracas: M. H. Gonzales de Salcedo; Biblioteca Ayacucho, 1987. p. 3-10.

MARGRY, Pierre. *Les navigations françaises et la révolution maritime du XIV<sup>e</sup> au XVI<sup>e</sup> siècle, d'après les documents inédits tirés de France, d'Angleterre, d'Espagne et d'Italie*. Paris : Librairie Tross, 1867. p. 118-135. (Disponível em : <<http://www.archive.org/details/lesnavigationsfr00marg>>. Acesso: 03 mar. 2009).

MARTIM, Guilherme Saraiva. Das salinas do Upanema à guerra do maranhão: Gedeon Morris de Jonge e os índios do Ceará (1640-1644). *Mneme – Revista de Humanidades*. UFRN. Caicó (RN), v. 9. n. 24, set/out. 2008.

MARTIN, Gabriela. *Pré-história do Nordeste do Brasil*. Recife: UFPE, 1996. 395 p.

MARTIN, Gabriela; OLIVEIRA, Cláudia; SILVA, Jacionira C.; VIANA, Verônica; MEDEIROS, Elisabeth. Arqueologia de salvamento na praia de Sabiaguba, Fortaleza-Ceará. *Clio Arqueológica*. Recife: UFPE, n. 16, v. 1, p. 149-165, 2003.

MAURO, Frédéric. Por une histoire des occasions manquées : La France et le Brésil 1500-1700. In : BOUCHER, Christian ; VERGÉ-FRANCESCHI, Michel (dir.). *La mer, la France et l'Amérique latine*. Paris : Presses de l'Université Paris-Sorbonne, 2006. p. 281-290.

MAUSS, Marcel. *Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas*. Lisboa: Edições 70, 2001. 197 p.

MEDEIROS, Ricardo Pinto de. Histórias dos povos indígenas do sertão nordestino no período colonial: problemas, metodologias e fontes. *Clio Arqueológica*. Recife, UFPE, v. 1, n. 15, p. 205-233, 2002.

\_\_\_\_\_. Povos indígenas do sertão nordestino no período colonial: descobrimentos, alianças, resistências e encobrimento. *Fundamentos: publicação da Fundação Museu do Homem Americano: São Raimundo Nonato*, v. 1, n. 2, p. 07-52, 2002.

MEGGERS, Betty J. *América pré-histórica*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. p. 23-47.

MELLO, J.A. Gonçalves de. O domínio holandês na Bahia e no Nordeste. In: : HOLANDA, Sérgio Buarque (dir.) *História geral da civilização brasileira: do descobrimento à expansão*

territorial. Tomo I: A época colonial. v. 1. 13. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. p. 260-280.

MELO, Padre Cláudio. *A prioridade do norte no povoamento do Piauí*. Teresina: Gráfica Mendes, 1985.

MINDLIN, Betty. Algumas narrativas dos Tremembé no Ceará: A tradição oral nas escolas. In: ALMEIDA, Luiz Sávio; GALINDO, Marcos; ELIAS, Juliana Lopes. *Índios do Nordeste: temas e problemas II*. Maceió: EDUFAL, 2000. p. 407-448.

MINTZ, Sidney W. Culture: an anthropological view. *The Yale Review*, New Haven: Yale University Press, p. 499-512, 1982.

MONTEIRO, John M. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. (4ª reimpressão).

\_\_\_\_\_. *Tupis, tapuias e historiadores: estudos de história indígena e do indigenismo*. Campinas: UNICAMP, 2001. p.1-78. (cap. 1, 2 e 3). (Tese de livre docência digitada). (Disponível em: < <http://www.ifch.unicamp.br/ihb/estudos/TupiTapuia.pdf>>. Acesso em: 19 mar. 2007).

MORENO, Humberto Baquero. A Idade Moderna entre luzes e sombras. In: NOVAES, Adauto (org.). *A descoberta do homem e do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 163-177.

MORIN, Edgar. Para o pensamento complexo. In: \_\_\_\_\_. *Ciência com consciência*. 3.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999. p. 173-344.

NASCIMENTO, Ana Lúcia; LUNA, Suely; GOMES, Jussara Vieira. Projeto arqueológico Tremembé – Ceará – Brasil. *Clio: Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco*. Série Arqueológica, nº 14. Anais da X Reunião Científica da Sociedade de Arqueologia Brasileira. Recife: UFPE, p. 193-205, 2000.

NAVARRETE, Martin Fernandez. Noticia historica. In: \_\_\_\_\_ (coord.) *Colección de los viajes y descubrimientos que hicieron por mar los españoles desde finos del siglo XV*. t. III. Madrid: Imprensa Real, 1829. (Fac-símile digitalizado disponível em: <[http://bvpb.mcu.es/es/catalogo\\_imagenes/grupo.cmd?path=11002570&presentacion=lista](http://bvpb.mcu.es/es/catalogo_imagenes/grupo.cmd?path=11002570&presentacion=lista)>. Acesso em 24 nov. 2008).

NIMUENDAJU, Curt. In: IBGE. *Mapa etno-histórico de Curt Nimuendaju*. Rio de Janeiro: IBGE/Fundação Nacional Pró-Memória, 1987. 94 p.

NOELLI, Francisco Silva. As hipóteses sobre o centro de origem e rotas de expansão dos Tupi. *Revista de Antropologia*, São Paulo: USP, v. 39, n. 2, p. 7-53, 1996a.

\_\_\_\_\_. José Proeza Brochado: vida acadêmica e arqueologia tupi. In: PROUS, André; LIMA, Tânia Andrade (org.). *Os ceramistas tupiguarani*. Belo Horizonte: Sigma, 2008. p. 17-47.

\_\_\_\_\_. Resposta a Eduardo V. de Castro e Greg Urban. *Revista de Antropologia*, São Paulo: USP, v. 39, n. 2, p. 105-118, 1996b.

NUNES, Odilon. *Devassamento e conquista do Piauí*. Teresina: COMEPI, 1972.

\_\_\_\_\_. *Pesquisas para a história do Piauí: Pre-história. Primeiros contos com a terra. Primórdios da colonização...* v. 1. Teresina: FUNDAPI; Fundação Monsenhor Chaves, 2007. 216 p. (Coleção Grandes Textos).

OLIVEIRA, André Frota de. *A fortificação holandesa do Camocim*. Fortaleza: Expressão, 1995.

OLIVEIRA, J. B. Perdigão de. Um capítulo da história do Ceará – ligeiras rectificações: Conquista dos indígenas. *Revista Trimensal do Instituto do Ceará*. Fortaleza: Instituto do Ceará, ano IV, t. IV, p.118-154, 1890.

OLIVEIRA, João Pacheco de. Uma etnologia dos ‘índios misturados’? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. In: \_\_\_\_\_ (org.). *A viagem da volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena*. 2.ed. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2004. p. 13-42.

PRADO, J. F. de Almeida. O regime das capitanias. In: HOLANDA, Sérgio Buarque (dir.) *História geral da civilização brasileira: do descobrimento à expansão territorial*. Tomo I: A época colonial. v. 1. 13. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. p. 111-122.

PEARSALL, Deborah M. Domestication and agriculture in the new world tropics. In: PRICE, T. Dougl; GEBAUER, Anne Birgitte. *Last hunters, first farmers: new perspectives on the prehistoric transition to agriculture*. Washington : School of American Research Press, 1995. p. 157-192.

PÉREZ, Demetrio Ramos. El siglo XVI, como clave de la historia americana. In: SALMORAL, Manuel Lucena. *Historia general de España y América: El descubrimiento y fundación de los reinos ultramarinos – Hasta fines del siglo XVI*. T. VII. 2. ed. Madrid: Rialp, 1991a. p. XI-XXXVI.

\_\_\_\_\_. Los viajes de descubrimiento y rescate hasta el plan de 1501. In: SALMORAL, Manuel Lucena. *Historia general de España y América: El descubrimiento y fundación de los reinos ultramarinos – Hasta fines del siglo XVI*. T. VII. 2. ed. Madrid: Rialp, 1991b. p. 121-137.

\_\_\_\_\_. El gobierno del comendador Ovando: el nuevo orden. In: SALMORAL, Manuel Lucena. *Historia general de España y América: El descubrimiento y fundación de los reinos ultramarinos – Hasta fines del siglo XVI*. T. VII. 2. ed. Madrid: Rialp, 1991c. p. 141-164.

PERRONE- MOISÉS, Leila. Alegres trópicos: Gonneville, Thevet e Léry. *Revista USP*, São Paulo, nº 30, p. 84-93, jun./ago., 1996.

\_\_\_\_\_. *Vinte luas: viagem de Paulmier de Gonnville ao Brasil: 1503-1505*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. 186 p.

PHILLIPS JR., Willian D.. Defining the coastlines:eyewitness testimony and mapping of Spain's first American possessions, 1492-1536. *Seascapes, Littoral Cultures, and Trans-Oceanic Exchanges*. 12-15 Feb. 2003. Washington D.C.: Library of Congress. (Disponível em: <<http://www.historycooperative.org/proceedings/seascapes/phillipsjr.html>>. Acesso em:11 mar. 2008).

POMPEU SOBRINHO, Thomas. Índios Tremembés. *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza: Instituto do Ceará, ano LXV, t. LXV, p. 257-267, 1951.

\_\_\_\_\_. *Pré-história cearense*. Coleção Instituto do Ceará, Monografia nº 3, Tomo I. Fortaleza: Instituto do Ceará, 1955.

\_\_\_\_\_. *Protohistória cearense*. 2.ed. Fortaleza: Edições UFC, 1980. 314 p.

\_\_\_\_\_. Os tapuias do Nordeste e a monografia de Elias Herckmam. *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza: Instituto do Ceará, ano XLVIII, t. XLVIII, p. 7-28, 1934.

POMPA, Cristina. *Religião como tradução: missionários, Tupi e Tapuia no Brasil colonial*. Bauru: EDUSC, 2003. p. 21-31, 197-419. (Introdução e Segunda Parte).

POMPA, Cristina. O mito do 'Mito da Terra Sem Mal': a literatura clássica sobre o profetismo tui-guarani. *Revista de Ciências Sociais*: Fortaleza, v. 29, n. 1 e 2, p. 44-72, 1998.

PORRO, Antonio. *O povo das águas: ensaios de etno-história amazônica*. Rio de Janeiro: Vozes, 1996. (Introdução e capítulos 1, 6 e 9).

POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FÉNART, Jocelyne. *Théories de l'ethnicité: suivi de Les groupes ethniques et leurs frontières de Fredrik Barth*. Paris: Quadrige/Presses Universitaires de France, 2008. 270 p.

PROUS, André. Arqueologia, Pré-História e História. In: TENÓRIO, Maria Cristina (org.). *Pré-História da Terra Brasilis*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1999. p. 19-32.

PUNTONI, Pedro. *A guerra dos bárbaros: povos indígenas e a colonização do sertão nordeste do Brasil, 1650-1720*. São Paulo: Hucitec: EDUSP: FAPESP, 2002. p. 1-87.

RAMINELLI, Ronald. A escrita e a espada em busca de mercê. In: \_\_\_\_\_. *Viagens ultramarinas: monarcas, vassalos e governo a distância*. São Paulo: Alameda, 2008. p. 17-60.

RIVET, Paul. *As origens do homem americano*. 3. ed. São Paulo: Anhambi, 1960. 153 p.

ROOSEVELT, Anna Curtenius. Arqueologia amazônica. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). *História dos índios do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras; Secretaria Municipal de Cultura; FAPESP, 1992. p. 53-86.

\_\_\_\_\_. O povoamento das américas: o panorama brasileiro. In: TENÓRIO, Maria Cristina (org.). *Pré-História da Terra Brasilis*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1999. p. 35-50.

SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2006. p. 1-71. (Primeira parte).

SANTOS NETO, Antônio Fonseca dos. Memória das passagens (da Franca, dos Aranhins, da Manga, do Tuy...). Teresina: EDUFPI: Academia de Letras, História e Ecologia de Pastos Bons, 2006. p. 21-34.

SCHWARTZ, Stuart B; LOCKHART, James. *A América Latina na época colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SIDER, Gerald. Identity as history: ethnohistory, ethnogenesis and ethnocide in the southeastern United States. *Identities: global studies in culture and power*, Newark (N.J.), v. 1, n.1, p. 109-122, spring 1994.

SILVA, Jacionira Coêlho. *Arqueologia no Médio São Francisco: Indígenas, vaqueiros e missionários*. Recife: UFPE, 2003. (Tese de doutorado digitada).

SILVEIRA, Maura Imazio da; SHAAN, Denise Pahl. Onde a Amazônia encontra o mar: estudando os sambaquis do Pará. *Revista de Arqueologia*. n. 18, p. 67-79, 2005. (Disponível em: <<http://www.ies.ufpb.br/ojs2/index.php/ra/issue/view/167>>. Acesso em 03 abr. 2009).

SIMÕES, Mario F. Coletores-pescadores ceramistas do litoral do Salgado (Pará). *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*. Antropologia. Belém: Museu Emílio Goeldi n. 78, p. 1-34, 27 mar. 1981.

SOUZA, Laura de Mello e. O novo mundo entre deus e o diabo. In: \_\_\_\_\_. *O diabo e a Terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986. p. 21-85.

STUDART, Guilherme. Datas para a história do Ceará no século XVII. *Revista Trimensal do Instituto do Ceará*. Fortaleza: Instituto do Ceará, t.VIII, ano VIII. Fortaleza: Instituto do Ceará, 1894. p. 103-153

STUDART FILHO, Carlos. *Aborígenes do Ceará*. Fortaleza: Instituto do Ceará, 1965. (Coleção História e Cultura). 182 p.

\_\_\_\_\_. Controvérsias do Ceará holandês. In: \_\_\_\_\_. *Estudos de história seiscentista*. Fortaleza: Instituto do Ceará, 1959. p.13-57.

\_\_\_\_\_. As fortificações do Ceará. *Revista Trimensal do Instituto do Ceará*. Fortaleza: Instituto do Ceará, t.XLIII-XLIV, ano XLIII-XLIV, p. 48-94, 1929-1930 (edição conjunta).  
STUDART FILHO, Carlos. A guerra dos bárbaros; A rebelião de 1713. In: \_\_\_\_\_. *Páginas de história e pré-história*. Fortaleza: Instituto do Ceará, 1966. p. 17-133.

TENÓRIO, Maria Cristina. Coleta, processamento e início da domesticação de plantas no Brasil. In: TENÓRIO, Maria Cristina (org.). *Pré-história da Terra Brasilis*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999. p. 259-27

TODOROV, Tzvetan. *A conquista da América: a questão do outro*. 3. ed. São paulo: Martins Fontes, 2003. (Tópicos).

UCHÔA, Dorath Pinto. Coletores-pescadores do litoral meridional brasileiro. *Revista de Pré-História*. São Paulo: Instituto de Pré-História USP, v. VI, p. 104-106, 1984.

URBAN, Greg. A história da cultura brasileira segundo as línguas nativas. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). *História dos índios do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras; Secretaria Municipal de Cultura; FAPESP, 1992. p. 89-102.

VAINFAS, Ronaldo. Colonização, miscigenação e questão racial: notas sobre equívocos e tabus da historiografia brasileira. *Tempo* [on-line], v. 4, n. 8, p. 7-22, jul. 1999. Disponível em: <<http://www.historia.uff.br/tempo/site/>>. Acesso em: 16 de jan. de 2006.

\_\_\_\_\_. *A heresia dos índios: catolicismo e rebeldia no Brasil Colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. (Parte 1).

\_\_\_\_\_. Idolatrias e milenarismos: a resistência indígena nas Américas. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 9, p. 29-42, 1992.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História geral do Brasil: antes da sua separação e independência de Portugal*. Tomo primeiro. 9. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1975a. 403p.

\_\_\_\_\_. *História geral do Brasil: antes da sua separação e independência de Portugal*. Tomo segundo. 8. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1975b. 363p.

VIANA, Helio. *História diplomática do Brasil*. São Paulo: Melhoramentos, [196-]. p. 3-47.

VIANA, Verônica; SOARES, Karlla; SOUZA, Luci Danielli. Os antigos habitantes da praia de Jericoacoara, Ceará: Arqueologia, História e Ambiente. *Clio Arqueológica*. Recife: UFPE, n. 22, v. 1, p. 177-202, 2007.

VILLAR, Diego. Uma abordagem crítica do conceito de "etnicidade" na obra de Fredrik Barth. *Mana*, vol.10, n.1, p. 165-192, 2004. (Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-93132004000100006&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132004000100006&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 30 mar. 2010).

VILLIERS, Patrick. Raveneau de Lussan, un flibustier français à l'assaut de la mer du sud. In : BOUCHER, Christian ; VERGÉ-FRANCESCHI, Michel (dir.). *La mer, la France et l'Amérique latine*. Paris: Presses de l'Université Paris-Sorbonne, 2006. p. 291-307.

WEBER, Max. Relações comunitárias étnicas. In \_\_\_\_\_: *Economia e sociedade*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1991. p. 267-277.

WESOLOSKY, Verônica. Práticas funerárias pré-históricas do litoral de São Paulo. In: TENÓRIO, Maria Cristina (org.). *Pré-história da Terra Brasilis*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999. p. 189-195.

WHITEHEAD, Neil L. Ethnic transformation and historical discontinuity in native Amazonia and Guayana, 1500-1900. *L'Homme*, Paris, ano XXXIII, n. 126-128, p. 285-305, avr.-déc. 1993.

\_\_\_\_\_. Northeastern South America (c. 1500-1900). In: SALOMON, Frank; SCHWARTZ, Stuart B. (ed.). *The Cambridge history of the natives peoples of the Americas*. v. III, part 2. Cambridge: Cambridge University Press, 1999. p. 382-422.

WRIGHT, Antônia Fernanda P. de Almeida; MELLO, Astrogildo Rodrigues de. O Brasil no período dos Filipes (1580-1640). In: HOLANDA, Sérgio Buarque (dir.). *História geral da civilização brasileira*. 13. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. p. 195-212.

ZAVALA, Iris M. De 'invenciones': palabras liminares. In: \_\_\_\_\_(coord.). *Discursos sobre la 'invención' de América*. Amesterdã(?): Rodopi, 1992. p. 1-5. (Disponível em: <<http://books.google.com/books?id=hsP2KVhpujUC&hl=pt-BR>>. Acesso em: 25 ago. 2008).

## **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

AMANCIO, Suely; DOMINGUEZ, José Maria Landim. Avaliação de áreas potenciais à presença de sambaquis na Costa do Estado de Sergipe utilizando como ponto de partida uma compreensão da evolução da zona costeira nos últimos 5.600 anos A.P. *Canindé: Revista de Aqueologia de Xingó*. Canindé do São Francisco: Museu de Arqueologia do Xingó, n 3, p. 223-244, dezembro 2003.

ARAÚJO, Aduino & FERREIRA, Luiz Fernando. Paleoparasitologia e o povoamento da América. *Fundamentos - Revista da Fundação Museu do Homem Americano*. São Raimundo Nonato (PI): FUMDHAM, v. I, n. 1, p. 105-114, 1996.

BARROSO, José Parsifal; NOBRE, Geraldo da Silva. Relatório da comissão designada para estudos sobre o descobrimento do Brasil. Fortaleza: *Revista do Instituto do Ceará*. n. 95, p. 235-241, 1981.

BLOCH, Marc. *Introdução à história*. 6. ed. Mem Martins (Portugal): Europa-América, [1993]. (Coleção Saber – Título original *Apologie pour l'histoire ou Métier d'historien*). 179 p.

BORNHEIN, Gerd. A descoberta do homem e do mundo. In: NOVAES, Adauto (org.). *A descoberta do homem e do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 17-53.

CARVALHO, João Renôr F. de. *Resistência indígena no Piauí colonial: 1718-1774*. Imperatriz: Ética, 2005. 130 p.

COSTA e SILVA, Alberto da. Velho Mundo e Novo Mundo. In: *A presença holandesa no Brasil: memória e imaginário*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2004. p. 1-42.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. Introdução: rizoma. In: *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. v. 1. São Paulo: Editora 34, 1995. p. 11-37.

DIAS, Claudete Maria Miranda. Povoamento e despovoamento: da pré-história a sociedade escravista colonial. In: NASCIMENTO, Francisco Alcides do; VAINFAS, Ronaldo (org.). Recife: Bagaço, 2006. p. 71-95.

DICKASON, Patricia Olive. Dyewood to Furs: The Brazilian Origins of French Amerindian Trade. KVALE, Katherine M. (ed.). *Conference of Latin Americanist Geographers - Yearbook*, 1984. p. 19-34. Disponível em: <<http://sites.maxwell.syr.edu/clag/yearbook1984/dickason.htm>>. Acesso em: 11 mar. 2009.

ELIAS, Juliana Lopes. Camarão: identidade e incertezas frente às estratégias da coroa portuguesa para a proteção da capitania de Pernambuco. In: CASTELO BRANCO, Edwar de A.; NASCIMENTO, F. Alcides; PINHEIRO, Áurea Paz (org). Recife: Bagaço, 2005. p. 187-200.

ESPÍNOLA, Rodolfo. *Vicente Pinzón e a descoberta do Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2001. 334 p.

FOUCAULT, Michel. A arqueologia do saber. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002. 239 p.

\_\_\_\_\_. Nietzsche, a genealogia e a história. In: \_\_\_\_\_. *Microfísica do Poder*. 13 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1998. p. 15-38.

FOUCAULT, Michel. Verdade e poder. \_\_\_\_\_. *Microfísica do Poder*. 13 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1998. p. 1-14.

GOES FILHO, Synesio Sampaio. Navegantes, bandeirantes, diplomatas: um ensaio sobre a formação das fronteiras do Brasil. São Paulo: Martins Fontes, 1999. (Temas Brasileiros). p. 1-159.

GOMES, Mércio Pereira. *O índio na história: o povo Tenetehara em busca de liberdade*. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 1-208.

HABERT, Jacques. Le second des grands voyages de Jean Verrazane vers « Indes » et au Brésil 1526-1527. In : BOUCHER, Christian ; VERGÉ-FRANCESCHI, Michel (dir.). *La mer, la France et l'Amérique latine*. Paris : Presses de l'Université Paris-Sorbonne, 2006. p. 259-279.

\_\_\_\_\_. Jean de Verrazane: état de la question. In.: MESNARD, Pierre (dir.). *La découverte de la Amérique* : esquisse d'une synthèse – conditions historiques et conséquences culturelles. Paris: J. Vrin, 1968. p. 51-59. (Edição digitalizada disponível em : « <http://books.google.com.br> » Acesso em 20 mar. 2009).

HARRISSE, Henry. *The diplomatic history of America: its first chapter 1452 – 1493 – 1494*. London, B. F. Stevens, 1897. p. 109-131. (Cap. XV, XVI e XVII.). (Edição digitalizada disponível em: <<http://www.archive.org/details/diplomatichisto00harrgoog>>. Acesso em: 02 mar. 2009).

HOBSBAWM, Eric. Introdução: A invenção das tradições. In: \_\_\_\_\_; RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. 3.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002. p. 9-23.

LAGROU, Els. Consuming grief. Compassionate cannibalism in an Amazonian society. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, out. 2003. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-93132003000200007&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132003000200007&lng=en&nrm=iso)>. Acesso: 15 jul. 2010. (Resenha).

MARTIN, Gabriela. Quando os índios não eram índios: Reflexão sobre as origens do homem pré-histórico no Brasil. *Clio Arqueológica*. Recife: UFPE, n. 15, v. 1, p. 13-27, 2002.

MARTINS, Padre Vicente. O hospício dos jesuítas de Ibiapaba. *Revista Trimensal do Instituto do Ceará*. Fortaleza: Instituto do Ceará, t. XLII, ano XLII, p. 143-168, 1928.

M<sup>C</sup>CLYMONT, James Roxburgh. *Vicente Añes Pinçon*. London: Bernard Quaritch, 1916. 82 p. (Fac símile disponível em: <<http://www.archive.org/details/vicentenespin00mccluoft>>. Acesso em 18/11/08).

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Memória e cultura material: documentos pessoais no espaço público. *Revista Estudos Feministas*. Rio de Janeiro, n. 21, p. 89-103, 1998.

\_\_\_\_\_. A cultura material no estudo das sociedades antigas. *Revista de história*. São Paulo: USP, n. 115, p. 103-117, jul./dez. 1983.

MENEZES, Rodrigo Carqueja de. Devir e agenciamento no pensamento de Gilles Deleuze. *Comum*. Rio de Janeiro: Faculdades Integradas Hélio Alonso, v.11, n. 26, p. 66-85, jan./jun. 2006. (Disponível em: <<http://www.facha.edu.br/publicacoes/comum/comum26/artigo3.pdf>>. Acesso: 18 dez. 2009).

MORIN, Edgar. *O enigma do homem: para uma nova antropologia*. 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1979. 227 p.

MOURA, Carlos Francisco. Um caso típico brasileiro – os caravelões. In: MINISTÉRIO DA MARINHA. *História naval brasileira*. v. 1. Tomo 1. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1975. p. 103-115.

NIEDERLE, Paulo André; GRISA, Catia. Transformações sócio-produtivas na pesca artesanal do estuário da Lagoa dos Patos, RS. *Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental*, v.16. Fundação Universidade Federal do Rio Grande, p. 85-106, jan.-jun. 2006. (Disponível em: <<http://www.remea.furg.br/edicoes/vol16/art07v16.PDF>>. Acesso em 19 de out. 2009).

NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. *Alem do bem e do mal: prelúdio a uma filosofia do futuro*. 2.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

NOVAES, Adauto. A outra margem do Ocidente. In: \_\_\_\_\_ (org.). *A outra margem do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. p. 7-14.

\_\_\_\_\_. Experiência e destino. In: \_\_\_\_\_ (org.). *A descoberta do homem e do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 7-16.

OLIVEIRA JÚNIOR, Gerson Augusto de. *O encanto das águas: a relação dos Tremembé com a natureza*. Fortaleza: Museu do Ceará/ Secretaria de Cultura do Estado do Ceará, 2006. (coleção Outras Histórias). 171 p.

\_\_\_\_\_. *Torém: Brincadeira dos índios velhos*. São Paulo: Annablume, 1998. 126 p.

PAPAVERO, Nelson *et alli*. O descobrimento da foz do rio Amazonas por Pinzón (1500) e a primeira citação de um animal brasileiro. In: \_\_\_\_\_. *O novo Éden: a fauna da Amazônia brasileira nos relatos de viajantes desde a descoberta do rio Amazonas por Pinzón (1500) até o Tratado de Santo Idelfonso (1777)*. 2. ed. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2002. p. 9-10.

PIRES, Heliodoro. Os pioneiros na conquista do norte: lembrando os nomes dos avoengos na celebração do centenário. *Revista trimestral do Instituto do Ceará*, Fortaleza, t. XXXVII, ano XXXVII, p. 7-19, 1923.

PORTO ALEGRE, Maria Sylvia. Fontes inéditas para a história indígena no Ceará e repertório de documentos do arquivo público do Estado do Ceará. In: PORTO ALEGRE, M. S.; MARIZ, Marlene da Silva; DANTAS, Beatriz Góis (org). *Documentos para a história indígena no Nordeste*. São Paulo: NHII/USP/FAPESP, 1994. p. 15-40.

RAMOS, Fábio Pestana. *Por mares nunca dantes navegados: a aventura dos descobrimentos*. São Paulo: Contexto, 2008. 215 p.

PROUS, André. *Arqueologia brasileira*. Brasília: UNB, 1992. 605 p.

RELATÓRIO do Projeto MEGAM. Estudo das Mudanças Sócio-ambientais no Estuário Amazônico. Belém: Núcleo de Altos Estudos Amazônicos - UFPA, 2004. p. 54-58. (A pesca e as cadeias de comercialização). (Disponível em: <<http://www.ufpa.br/projetomegam/textos/relasintesemegam.pdf>>. Acesso em 19 out. 2009).

SANTOS, João Marinho dos. A expansão pela espada e pela cruz. In: NOVAES, Adauto (org.). *A descoberta do homem e do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 145-162.

SALOMON, Frank; SCHWARTZ, Stuart B. Introduction. In: \_\_\_\_\_. (ed.). *The Cambridge history of the natives peoples of the Americas*. v. III, part 1. Cambridge: Cambridge University Press, 1999. p. 1-18.

SCHMITZ, Pedro Ignácio. Considerações sobre a ocupação pré-histórica do litoral meridional do Brasil. *Pesquisas. Antropologia*. São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisas, n. 63, p. 355-364, 2006.

SERAINÉ, Florival. Sobre o Torém: dança de procedência indígena. *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza: Instituto do Ceará, t. LXIX, ano LXIX, p. 72-87, 1955.

SILVA, Isabelle Braz Peixoto da. Vilas de Índios no Ceará Grande: dinâmicas locais sob o Diretório Pombalino. Campinas: Pontes, 2005. p. 1-72.

SOUTHEY, Robert. *História do Brasil*. [1810-1819]. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. USP, 1981.

SOUZA, Maria Bruhilda Telles de. *Mitos e símbolos na migração praiana: o caso de Almofala*. Fortaleza: UFC, 1983. 168 p. (Dissertação de mestrado digitada).

SULPINO, Maria Patrícia Lopes. Conceito de etnicidade: breve revisão teórica. *Par'a'iwa: Revista dos pós-graduandos de sociologia da UFPB*. n. 2, João Pessoa: UFPB, jun. 2002. Disponível em: <<http://www.cchla.ufpb.br/paraiwa/02-sulpino.html>>. Acesso em: 26 ago. 2009.

TASSINARI, Antonella Maria Imperatriz. A região do Uaçá. In: *No bom da festa: O processo de construção das famílias Karipuna do Amapá*. São Paulo: Edusp, 2003. p. 63-98.

TESCHAUER S.J., Carlos. Será discutível a prioridade dos portugueses no descobrimento da América? *Revista Trimestral do Instituto do Ceará*, Fortaleza, tomo XVII, ano XVII, p. 05-27, 1903.

UNIVERSIDADE Federal do Ceará. *Curso de Magistério Indígena Tremembé Superior (MITS) – Licenciatura Intercultural Específica – PROLIND 2008*. Itarema: UFC, 2008. 45 p.

VALLE, Carlos Guilherme Octaviano do. Experiência e semântica entre os Tremembé do Ceará. In: OLIVEIRA, João Pacheco de (org.). 2. ed. *A viagem de volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2004. p. 281-341.

\_\_\_\_\_. *Os Tremembé: grupo étnico indígena do Ceará*. Laudo Antropológico. PETI/Museu Nacional, 1992. 67 p. (digitado).

VANSINA, Jan. *La tradición oral*. 2.ed. Barcelona: Labor, 1968. 225 p.

VERÍSSIMO, José. A pesca na Amazônia [1895]. Belém: Universidade Federal do Pará, 1970. p. 89-112. (capítulo IX).

WRIGHT, Robin M. História indígena do noroeste da Amazônia: hipóteses, questões e perspectivas. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). *História dos índios do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras; Secretaria Municipal de Cultura; FAPESP, 1992. p. 253-266.

XIMENDES, Carlos Alberto. A Câmara de São Luís e o mundo do trabalho. *Outros tempos*. v. 01, p. 105-114, São Luís: UEMA, 2004. (Disponível em: <<http://www.outrostempos.uema.br/volume01/vol01art08.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2009).

## **FOTOGRAFIA**

BORGES, Jóina Freitas. *Sítio Seu Bode*. 2002.

## APÊNDICE A

*Asiento con Vicente Yañez Pinzón.*

Archivo General de Indias. ES.41091.AGI/16403.15.412//INDIFERENTE, 418, L.1, F.36-38V. Granada, 05 set. 1501.

Transcrição parcial realizada pela autora.

1 Capitulação de biçente yañes

1501

5 de Setº

El Rey E la Reyna

5

~~lo q vos~~ [rasurado] El asiento q *por* nuestro mandado Se tomo con vos biçente Yañes Pincón [?] sobre las islas e tierra firme q vos aveys descubierto es lo

Syguien<sup>t</sup> e

primeramente q *por* quanto vos El dicho biçente Yañes

10 Pincón ve<sup>c</sup> ino de la villa. de Palos por nuestro mandado

e con nuestra licencia e facultad fuistes a vuestra conta

e mynsión cõ algunas personas e parientes e a

migos vuestros a descubrir en el mar Oceano a las partes

15 de dios nuestro Señor e con *vuestra* yndustria e trabajo e

diligencia descubristes, ciertas yslas e tierra firme

que posistes los nonbres, syguientes: Sta<sup>o</sup> Ma<sup>o</sup> de la cõsolación

e Rostro Hermoso; e dende alli seguistes la costa

q se corre, al norueste fasta El Río Grande q llamas

20 tes Santa maría de la mar Dulce e *por* el mismo

norueste toda la tierra de luengo fasta El cabo de

San Bi[çente] q es la misma tierra, donde por las

descubrir e allar posistes vuestras personas a mucho Riesgo

e peligro por *nuestro* [s]ervicio. e sufristes muchos;

25 trabajos e se vos Recreció muchas perdidas

e costas. e acatando El dicho seruiçio q nos fe

zistes e esperamos q, nos hareys de aqui ade

lante, tenemos por bien e queremos, que enquanto

nuestra *merced* e voluntad fuere, ayades e gozedes de las

30 cosas q adelante en esta capitulación serán decla

radas e contenidas.

[outra página]

1   □ conviene a saber: en Remuneración de los seruiçios  
 e gastos e los daños q se vos Recrecieron en el  
 dicho viaje vos El dicho bicente yañes, quanto *nuestra merced*  
 e voluntad fuere, seades *nuestro capitán* e Governa  
 5   dor de las dichas tierras de suso nonbradas desde  
 la dicha punta de santa maria de la consolacion  
 seguyendo la costa fasta Rostro Hermoso e de  
 allí toda la costa q se corre al Norueste hasta  
 el dicho Río [rasurado] vos possistes nonbre Sta□ maria  
 10   de la mar dulce, con las yslas questán a la boca del  
 dicho Rio q se nonbra Mariatanbalo; El *qual dicho*  
 [rasurado] oficio e cargo de capitán e Governador  
 podades vsar e exercer e vsedes e exercedes  
 por vos o por quien *vuestro poder* oviere con todas  
 15   las cosas anexas e cõcernientes al dicho cargo,  
 segund, que lo vsan e lo pueden e devem  
 usar los otros nuestros capitanes e gobernadores,  
 de las semejantes yslas e tierra nuevamente des  
 cubiertas.  
 20   □ Yten, que es *nuestra merced* e voluntad [que] de quales [quier] cosas  
 e yntereses e prouecho, que en las *dichas* tierras,  
 de suso nonbradas e Rios e yslas q se ouie  
 re e allare, e adquiriere de *aquí* adelante asy  
 25   oro, como plata, cobre e otro qualquier metal,  
 e perlas e piedras preciosas e drogueria e es  
 peceria, e otras *qualesquier* cosas de animales,  
 e pescados e aves e áruoles e yemas e otras  
 cosas de *qualquier* natura e calidad que sean, en quanto  
 30   *nuestra merced* e voluntad fuere ayades, e gozedes  
 la sesma *parte* de lo que nos oviéremos, en esta manera:  
 q si nos embiaremos [a] *nuestra costa* [?sobrescrito] a las dichas yslas e tierras e  
 ríos por vos descubiertas algunos navios

[outra página]

e gente que sacando, primeramente toda la costa  
 de armazón e fletes que del ynterese q Rema  
 neciere, ayamos e llevemos, nos las cinco  
 sesmas *partes*, e vos El *dicho* bicente yanes la outra  
 sesma *parte*; e sy alguna o algunas personas  
 cõ *nuestra* licençia e mandado fuere a las *dichas* ys  
 40   las e tierras e Rios, d lo qu las tales personas nos  
 ovieren a dar por Rasón de las *dichas* tales licencias  
 e viajes ayamos e lleuemos, para nos las cinco  
 sesmas partes e vos El *dicho* bicente yañes la o  
 tra sesma *parte*.

45

□ Yten, que si vos El *dicho* bicente Yañes Pincón quisier  
 des yr dentro de vn año, qu se cuenten, del día de la

fecha desta capitulación e asiento, cõ algund navio,  
 o navíos a las dichas yslas e tierras, e Rios,  
 a Rescatar e [rasurado] traer *qualquier* cosa de ynterese,  
 e prouecho, qu por El mismo viaje qu fuerdes, as  
 cando, primeramente para vos las costas que ovierdes  
 fecho en los fletes e armasón del dicho *primero* viaje  
 que del ynterese qu Remaneciére ayamos, e lleve  
 mos nos la quinta *parte* e vos El dicho bicente  
 yañes las quatro quintas *partes*, con tanto qu no poda  
 ys traer esclavos ni esclavas, algunas  
 ni vayáys a las yslas ni tierra firme, qu hasta  
 oy son descubiertas o se han de descubrir por  
*nuestro* mãdado e cõ *nuestra* licencia, ni a las yslas e  
 tierra firme del Sereníssimo Rey de portogal  
 y príncipe, *nuestro* muy caro e muy amado fijo nin  
 podades, dellas traer[?] ynterese ni provecho alguno,  
 sino[?] mantenimiento[?] para la gente que llevardes,  
 por vuestros dineros; e pasando El dicho año no  
 podades gosar ni gozedes de lo *contenydo*[?] en este dicho capitulo.

[outra página]

[...]

Transcrição realizada em 13/11/07.

## APÊNDICE B

### A viagem de Diego de Lepe (1500): a questão da prioridade dos descobrimentos, o maravilhamento dos índios e o topônimo *La Navidad*.

As maiores fontes narrativas sobre a viagem de Lepe são o relato de Las Casas (2007, p. 453-454) e os depoimentos no *Pleito Colombino* (COLLECIÓN, 1892; 1894). Há, ainda, o mapa de Juan de La Cosa que traz importantes informações sobre as navegações espanholas que ocorreram naquela costa no último ano do século XV. Muitos dos tripulantes de Pinzón e Lepe afirmaram que o percurso percorrido pelos dois navegadores foi cartografado, sendo feitas as chamadas “cartas de marear”, como coloca Pedro Mendel (COLLECIÓN, 1892, p. 307)<sup>406</sup>: “[...] *la carta del navegar que cada uno señalo lo que fue e anduvo* [...]”. Todos esses dados foram acrescentados ao mapa cosiano.

Pedro Ledesma (COLLECIÓN, 1892, p. 263)<sup>407</sup> afirmou que viu a “figura” que Pinzón trouxe de sua viagem, e que tal “figura” foi colocada no *Padrón Real*, que era uma espécie de mapa-modelo secreto, na época das navegações quinhentistas. Disse, ainda, que “[...] *al tiempo que Diego de Lepe fué á descubrir, vido este testigo yr las naos y la gente que con el yban, é las vido bolver á esta cibdad de Sevilla, salvo al dicho Diego de Lepe, que no vino, é que los que con el fueron truxeron la figura de lo que descubrió* [...]”.

O depoente Bartolomé Ginovez (COLLECIÓN, 1892, p. 104-105)<sup>408</sup> informou que alguns dos expedicionários que iam junto a Diego de Lepe (ele próprio, Gonzalo de Vedia, Bartolomé Roldan – piloto, Andrés Garcia Valdin), tinham estado com Colombo na região de Paria, ou seja, apesar de seguirem uma rota mais meridional, já havia um certo conhecimento prático na navegação da costa norte da América do Sul, o que talvez explique a rápida travessia de Lepe (apenas treze dias conforme Pompeu Sobrinho, 1980, p. 266).

O percurso percorrido antes de chegarem ao Marañon (Amazonas) foi mencionado por Luís de Valle (COLLECIÓN, 1894, p. 213)<sup>409</sup>: “[...] *corrieron al sudueste fasta que fallaron la tierra e que dieron en Rostro hermoso, e alli saltó el dicho capitán diego de lepe e tomó*

<sup>406</sup> *Probanza hecha á petición del Fiscal para acreditar lo que descubrió D. Cristóbal Colón en la tierra firme*. Santo Domingo, 10 nov. 1513.

<sup>407</sup> *Probanza hecha á petición del Fiscal relativamente á descubrimientos hechos en el tercero y cuarto Viaje de D. Cristóbal Colón*. Sevilla, 12 fev. 1513.

<sup>408</sup> *Primeira probanza del Almirante sobre lo del Darien*. Santo Domingo, 10 jun. 1512.

<sup>409</sup> *Probanza hecha á petición del Fiscal, según interrogatorio de veinticuatro preguntas*. Palos, 1º out. 1515.

*posysyon por sus altezas e que nadie avia ydo ny descubierta en aquellas partes e de alli corrió la costa leste ueste [...]”.*

Também por Juan Rodriguez (COLLECIÓN, 1892, op. cit., p. 277, grifos nossos)<sup>410</sup>, irmão de Diego de Lepe:

*[...] este testigo fue con Diego de Lepe al tiempo que fué á descubrir, por mandado de sus Altezas, é vido quel dicho Diego de Lepe é su compania descubrieron desde el cabo de Sant Agustín fasta Paria toda la costa syguiendo, que es seyscientas leguas de tierra firme, en que entra en esto el Rio Grande y el Maraño, é donde esta en la mar el agua dulce, é que á esto el almirante ny otras personas no fueron á lo descubrir, salvo Vicente Añes é Diego de Lepe.*

O que foi dito acima sobre o Cabo de Santo Agostinho a respeito da navegação de Pinzón, também se aplica a Lepe que seguiu a mesma rota do seu precursor.

Peréz (1991b, p.128), apoiado no depoimento dos tripulantes, afirma que o navegador avistou o mesmo cabo descoberto por Pinzón (Ponta do Mucuripe – CE), já que faziam a mesma rota, porém desceu um pouco mais a sudeste dando uma volta após atingir a altura da desembocadura do rio Açu (RN), retornando, assim, ao rumo percorrido por Pinzón. Essa pequena diferença de trajetória levou a crer, para muitos estudiosos, que Lepe teria dobrado a ponta de Santo Agostinho, como dá a parecer nos depoimentos de alguns tripulantes que afirmam que Lepe percorreu da referida ponta à costa que “[...] *vuelve ao mediodia [...]*”.

Entretanto, analisando-se as perguntas contidas nos *Pleitos Colombinos*, ora buscando os direitos dos herdeiros de Colombo, *Probanzas del Almirante*, ora defendendo os interesses da Coroa Castelhana, *Probanzas del Fiscal*, fica clara a confusão dos depoentes com relação aos rumos tomados e algumas informações dadas (sem contar o esquecimento devido ao tempo decorrido das descobertas, assim como as buscas de vantagens pessoais de cada um).

Nos primeiros anos do Pleito, na *Probanza del Fiscal* feita em Santo Domingo no ano de 1512 (COLLECIÓN, 1892, p. 194-195)<sup>411</sup>, a pergunta direcionada à viagem de Lepe era a seguinte:

*[...] sy saben que Diego de Lepe y los que con él fueron en otro viaje, descubrieron, desde la dicha punta [Santa Cruz y de Sanct Agustín], la costa que vuelve al medio dia o al sur fasta el término que está agora descubierta, porque antes ny después el almyrante ny otras personas no ha ydo a descubrir en aquella parte [...].*

<sup>410</sup> *Probanza hecha á petición del Fiscal relativamente á descubrimientos hechos en el tercero y cuarto Viaje de D. Cristóbal Colón.* Sevilla, 12 fev. 1513.

<sup>411</sup> *Probanza hecha á petición del Fiscal, de que el descubrimiento del Darien fué debido á varios pilotos y no á D. Cristóbal Colón.*

Pedro Sanches del Castillo (COLLECCIÓN, 1892, p. 312-313)<sup>412</sup>, piloto de Lepe, responde assim:

*[...] este testigo fué á descubrir por piloto con Diego de Lepe á la tierra firme é llegaron á la punta que se dize de Santa Cruz, al Sur ó al Mediodia [...] é lo navegó é vido por sus propios ojos, é que á lo quél cree, que antes que ellos ninguna persona de cristianos abia llegado allí, porque ellos nunca vieron ny hallaron señal de cristianos en la dicha tierra, é porque no sabia escrevir fizo una señal de su firma [...].*

O outro piloto de Lepe, Bartolomé Roldan (COLLECCIÓN, 1892, p. 299, grifos nossos)<sup>413</sup>, diz o seguinte:

*[...] Vicenti Añes fué á descubrir mes é medio ó dos meses antes que Diego de Lepe, é después fué el dicho Diego de Lepe, en cuya compañía yva este testigo por piloto, é que sabe que entonces descubrió el dicho Diego de Lepe al sodueste de Cabo-Verde ó que entró en el Rio grande, por el qual subió setenta leguas el rio adentro, é dio la buelta por la costa de la mar hazia el poniente, hasta llegar á Paria, é que Vicente Añes llegó en aquel viaje entre Paria é el Rio grande, que abia descubierto Diego de Lepe, é este testigo pasó por la costa, hasta Paria, é dixo este testigo que hasta entonces no sabe que ninguna persona lo oviese descubierto, porque al tiempo quel dicho Diego de Lepe, y este testigo é las otras personas que yban con ellos en aquel viaje des que llegaron en la tierra, la gente della se maravillavan de los ver, porque parecia que antes no avian visto á otros cristianos.*

A confusão com ao sul do Cabo de Santo Agostinho, ou ao sul de Paria é evidente. Resolver essa questão é primordial, para se saber de qual gente que se “maravilhava”, ao ver os cristãos, Bartolomé Roldan está falando.

O maravilhamento a que vários depoentes presentes nas expedições anteriores de Colombo, Hojeda e Niño, se referiram, só aparece, com relação à expedição de Pinzón e Lepe, nos depoimentos de Antón Garcia (Lepe) e Bartolomé Roldan (Lepe). Cristobal de Vega (Pinzón) chama atenção para o “espanto” dos indígenas. No relato de Pedro Mártir não há menção a nenhum maravilhamento, nem espanto em relação à expedição de Pinzón. É interessante como Roldan, Garcia e outros tripulantes de Lepe frisam que “nenhum cristão havia passado por ali”, que inclusive não havia “marcas de cristão” consequentemente, e que foram fazendo sinais e tomando posse em nome da Coroa de Castela dos territórios descobertos. Ocorre que esta expedição sucedeu a de Pinzón, o qual, conforme foi afirmado

<sup>412</sup> *Probanza hecha á petición del Fiscal para acreditar lo que descubrió D. Cristóbal Colón en la tierra firme.* Santo Domingo, 10 nov. 1513.

<sup>413</sup> *Idem.*

em vários depoimentos, também foi sinalando e tomando posse da costa encontrada. Como explicar tal situação?

O objetivo das *Probanzas* não era determinar se Pinzón ou Lepe haviam descoberto as terras, mas, sim, se Colombo descobrira ou não a *Tierra Firme*, o continente. As duas viagens, de Pinzón e Lepe, são constantemente citadas juntas, o que reforça a tese de que se tratava de um mesmo projeto. A atenção das perguntas e dos questionadores não estava



**Mapa 1.** Nota-se no mapa de La Cosa o acentuado desnível entre a Costa de Pária – região mais setentrional do detalhe – e a Costa Leste-Oeste brasileira, cuja inflexão para o norte se acentua após o estuário do Amazonas/Pará

voltada para a região anterior ao *Mar Dulce* (Amazonas), que era, no tempo das *Probanzas*, reconhecidamente terra portuguesa, mas sim ao litoral próximo à Paria, para determinar se os herdeiros de Colombo teriam direitos aos privilégios nesses territórios. Lembrando-se que indo no sentido das navegações e das correntes, leste-oeste, há uma inflexão maior do litoral para o norte na altura do atual estado do Amapá, ou seja, toda a costa que hoje é brasileira está situada ao sul, ao “*mediodia*”, como diziam, em relação à Paria, ou à *Tierra Firme*.

As perguntas elaboradas nos anos seguintes, após muita investigação e, conseqüentemente, depois de alguns esclarecimentos, são melhor formuladas e explicam algo com relação às viagens de Pinzón e Lepe (COLLECCIÓN, 1894, p. 125, grifos nossos)<sup>414</sup>:

7. *yten sy saben que vicynte Yañez pinçon y los que conél fueron a descubrir descubrieron fazia la parte de lebante ala costa que está descubierta fasta la punta que llaman de Santa cruz e de San agostin, de aquí entre la voca del ryo grande donde hallaron el agua dulce que entraba enla mar e quel almirante ni otra persona destes reynos nunca antes descubrieron aquella costa salvo vicynte yañez por su yndustria e el dicho vicynte yañez no vino con el dicho almirante quando dize que descubrió a paria.*

8. *yten si saben que diego de lepe y los que con él fueron otro viaje descubrieron desde la dicha paria la costa que buelve fazia el mediodía o el sur fasta el término que agora está descubierta, por que antes ny después el almirante ni otras personas no han ydo a descubrir en aquellas partes e quel dicho diego de lepe nunca navegó con el dicho almirante en ningund viaje.*

<sup>414</sup> *Probanza hecha á petición del fiscal, con arreglo á interrogatorio de veinticuatro preguntas.* Sevilla, 11 ago. 1515.

Veja-se a resposta de Juan Calvo (COLLECCIÓN, 1894, p. 177-178, grifos nossos)<sup>415</sup>, tripulante de Pinzón:

*a la setena pregunta dyxo que es verdad que dicho bicente añez descubryó lo contenydo en la dicha pregunta fasta que entraron en la voca del Ryo grande y que otra presona alguna no avya entrado dentro fasta quel dicho bicenteañez lo descubrió por su yndustria e que si vino con el dicho almirante quando dize que descubryó a parya que este testigo no lo sabe e que sabe lo que dicho e declarado tiene en esta pregunta este testigo por que lo vido e fué con el dicho bicente añez a descubrir en los dichos navios e que desta esto sabe.*

*a la otava pregunta dyxo que la sabe como en ella se contiene por quel dicho diego de lepe contenydo yendo solo a descubrir pasó adelante del Ryo grande e descubryó la dicha tierra contenida en la dicha pregunta segund que en ella se contyene, por su yndustria, e que nunca navegó yendo a descubrir con el dicho almirante nyngunt viaje e que esto lo sabe por que estava este testigo en el Ryo grande con el dicho bicente añez e lo vido a vista de ojos.*

Com a pergunta melhor formulada tudo fica mais claro: Pinzón descobriu da ponta de *Santa Maria da Consolación* – Mucuripe (CE – que aqui confundem com a de Santa Cruz ou Santo Agostinho – PE) até o Rio Grande, *Marañon* ou *Santa Maria de la Mar Dulce* (estuário do Amazonas). Daí em diante, quem tomou dianteira do descobrimento das terras que vão de Paria ao “*medio-dia*”, ao sul (colocaram a pergunta no sentido inverso da navegação, mas proporcionalmente direto aos interesses do pleito), ou seja, até o Rio Grande (foz do Amazonas) e até o fim do que já está descoberto, foi Diego de Lepe.

Tal situação fica clara em outros depoimentos nas Probanzas. A costa descoberta mais ao sul, por Diego de Lepe, não é ao sul da ponta que descobrira Pinzón, nem muito menos ao sul da ponta de Santa Cruz (que alguns acreditam ser algum cabo mais ao leste) ou de Santo Agostinho, mas sim ao sul de Paria, entre a *Tierra Firme* e o *Rio Grande* (Amazonas/Pará).

Para dirimir quaisquer dúvidas, a Capitulação de Pinzón de 1501 lhe dá direitos como governador “[...] da ponta de *Santa Maria de la Consolacion*, seguindo até *Rostro Hermoso* indo toda costa noroeste até o Rio de Santa Maria de la Mar Dulce com as ilhas que estão na boca do dito rio que se chama Mariatanbal [...]”, mas não na parte posterior que também por ele foi percorrida, e é inclusive citada no documento. Por que Pinzón não é nomeado governador de toda aquela costa? Porque da foz do Amazonas em diante quem descobriu foi Diego de Lepe (cf. GUEDES, 1975b, p. 216-218). O próprio Pinzón, nas *Probanzas*, falando das regiões por ele alcançadas, usa o verbo *descobrir* somente em referência ao *cabo de*

<sup>415</sup> *Probanza hecha á petición del fiscal, con arreglo á interrogatorio de veinticuatro preguntas*. Sevilla, 11 ago. 1515.

*Consolación*, à costa que corre até o *mar Dulce* e à província que se chama *Parisura*, a partir de então ele usa o verbo correr: *corre* a costa até a *Boca del Dragó* (Paria).

Em 15 de novembro de 1500 é expedida uma Carta Régia autorizando a Diego de Lepe que volte aos territórios por ele descobertos, conforme pedido seu, com três caravelas, com as mesmas condições que eram dadas àqueles iam a descobrir. Parece que o descobridor não conseguira cobrir as despesas da viagem anterior, pois seis dias antes fora emitida uma Provisão Real<sup>416</sup> para que se fizesse justiça na cidade de Palos a Diego de Lepe em suas demandas e contra seus devedores. Os reis concederam mercês ao súdito que “[...] *nos fizo relacion que por nos servir quiere tornar a descubrir* [...]”<sup>417</sup>. Diego de Lepe era reconhecidamente um dos descobridores.

Analisando os documentos sob essa ótica, fica evidente que o maravilhamento dos indígenas de que falam Anton Garcia e Bartolomé Roldan, o qual deixa bastante claro que se refere a região entre o Rio Grande e Paria, está relacionado à região desbravada por Lepe após o Amazonas, por isso não havia nem os sinais de Pinzón, nem de cristão algum, conforme fora colocado pelos tripulantes de Lepe. Como as perguntas da *Probanzas* tinham o objetivo precípuo de resolver a contenda entre os herdeiros de Colombo e a Coroa Castelhana, não interessava aos questionadores o que havia se passando antes do *Rio Grande*, que apesar das dúvidas quanto à localização exata da linha de Tordesilhas, era considerado território português, assim, são poucas as informações legadas sobre essa região nas falas dos depoentes.

Os indígenas que já tinham observado Pinzón, quiçá outros anteriormente, e demonstrado claros sinais de rejeição da presença estrangeira, não poderiam estar maravilhados com Lepe. Ao contrário, eles estavam desconfiados e talvez assustados com a chegada de novos intrusos.

### *O topônimo “la navidad”*

<sup>416</sup> *Real provision para que se haga justicia en la vila de Palos á Diego de Lepe, vecino de Ella, en las demandas que Le han puesto, y en las suyas contra sus deudores* (Archivo de Simancas). (NAVARRETE, 1829, p 80-81).

<sup>417</sup> *Carta de los Reyes al Obispo de Córdoba para que dé licencia á Diego de Lepe para ir con tres carabela á descubrir por donde fue anteriormente* (Arch. De Sim., lib. Gen. De Cédulas, num. 4). (NAVARRETE, 1829, p. 81).

Ao contrário do que afirma HARRISSE (1897, p. 109-131), que não acreditava que os navegadores da época tinham consciência da existência da boca leste do Amazonas, hoje conhecido como rio Pará, o tripulante de Lepe, Juan Rodrigues (COLLECCIÓN, 1892, p. 277)<sup>418</sup> distinguiu “[...] *el Rio Grande y el Maraño* [...]”, assim como Garcia Ferrando (COLLECCIÓN, 1894, p. 187-190)<sup>419</sup>, diferenciou o rio descoberto por Pinzón, *Rio Grande*, do rio descoberto por Lepe, *marañen*: “[...] *diego de lepe fué a descubrir por su parte e llegó al Rio de marañen donde recybieron mucha afrenta de los yndios* [...]”.



**Mapa 2. Detalhe do delta amazônico no mapa de La Cosa com as duas bocas e a Ilha de Marajó ao centro representada como terra firme.**

Esses depoimentos, mais o mapa de Juan de La Cosa que traz dois cursos d’água separados por uma porção de terra que corresponde à Ilha de Marajó, assim como o mapa italiano Egerton 2803 (ca. 1510), demonstram, em desacordo com HARRISSE, que havia, sim, uma certa compreensão a respeito da existência dos dois rios. Apesar de muitos mapas do século XVI representarem apenas um grande curso d’água, os espanhóis nessa primeira exploração, já delinearam a existência do Pará e do Amazonas.

Contabilizando os depoimentos nas Probanzas, sete tripulantes de Pinzón falam do *Rio Grande*, apenas dois de Lepe; ao passo que enquanto nenhum dos tripulantes de Pinzón chama o rio de *Marañon*, cinco tripulantes de Lepe o chamam assim, incluído Luís de Valle acima citado, que é o único que afirma que se trata do mesmo “rio grande”.

Como bem observa Guedes (1975b, p. 188) seria querer muito dos exploradores, que eles já nesse primeiro momento entendessem o grande “[...] labirinto de ilhas e canais do enorme delta amazônico [...]”. O rio Pará, porém, foi “[...] magnificamente desenhado [...]”. Guedes calculou pelas medidas que efetuou no mapa-múndi de La Cosa, que Pinzón ou Lepe teria entrado cerca de setenta léguas no rio, o que permitiu o seu conhecimento e consequente plotagem para o mapa.

Ora, Bartolomé Roldan (COLLECCIÓN, 1892, 299), piloto de Lepe, afirma justamente que “[...] *entró en el Rio grande, por el qual subió setenta leguas el rio adentro* [...]”, a seguir deu a volta pela costa ao poente, até chegar em Paria.

É claro que há uma mistura nos topônimos, e não há como ter rigor para dizer de qual braço principal do estuário em delta está cada um dos depoentes falando, mas analisando

<sup>418</sup> *Probanza hecha á petición del Fiscal relativamente á descubrimientos hechos en el tercero y cuarto Viaje de D. Cristóbal Colón*. Sevilla, 12 fev. 1513.

<sup>419</sup> *Probanza hecha á petición del Fiscal con arreglo al interrogatorio de veinticuatro preguntas*. Huelva, 25 set. 1515.

todas as falas é possível propor a hipótese de que o nome Marañon foi dado por Lepe, e que os dois capitães adentraram no rio Pará. Sendo certeza, pela fala de Roldan, e pelo estudo de Guedes, que Lepe explorou cerca de setenta léguas deste rio adentro.

Como já foi dito, Pinzón também se deteve na região do estuário, inclusive no próprio Amazonas, onde interagiu com os “dóceis” indígenas e reconheceu a região, aprendendo, inclusive, os topônimos locais, como o *Paritura* de Valdovinos; *Parisura* de Pinzón; *Paricora*, *Mariatambal* e *Camomoro* citados por Anglería ([1511-1516] 1989).

Segundo HARRISSE (1897, p. 121), Oviedo foi o primeiro a descrever a boca leste do Amazonas, baseado no Padrão Real da época. Oviedo, em torno de 1536, vai traçando os principais topônimos do Cabo de Santo Agostinho ao “grande rio” Marañon, que é o Amazonas. Ele afirma, que junto a este há um Cabo do Escravos e também um Rio dos Escravos, e que o Amazonas não é constituído apenas por um só braço: “[...] *é aquel embocamiento haçe allá dentro dos braços preñçipales, y al mas oriental llaman rio de Navidad; y el mas ocçidental es el que guarda el proprio nombre de Marañon [...]*”.

Esta menção ao rio de *Navidad*, remete ao depoimento de Luis de Valle (COLLECCIÓN, 1894, p. 213). É deste, e não de Oviedo, o primeiro registro que se tem do topônimo, em 1515, que diferencia “*la navidad*” do “*Rio grande que se llama marañon*”.

Interessante observar que o forte batizado às margens do rio Pará pelos portugueses, cem anos depois, guardou ligação com o tônimo espanhol *Navidad*: Forte do Presépio de Belém, origem da atual Belém, capital do estado do Pará.

## ANEXO A

*Asiento con Vicente Yañez Pinzón*

Archivo General de Indias. ES.41091.AGI/16403.15.412//INDIFERENTE, 418, L.1, F.36-38V. Granada, 05 set. 1501.

Páginas siguientes:

(Transcrição parcial no APÊNDICE A)













## ANEXO B

### *Doação da Capitania no Brasil.*

BAIÃO, Antônio. Introdução. In: BARROS, João de. *Ásia de João de Barros*; dos feitos que os portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriente. Primeira década. [1539?]. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1988. p. I-LXXXII. (Fac-símile da 4.ed. rev. e pref. por Antônio Baião. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1932). p. XXVIII-XXXIV.

Livro das Doaçoins que se achão na caza da india registradas a fls. 28 se acha o seguinte.

Dom João por graça de Deus Rei de Portugal e dos Algarves daquem e dalem mar em Africa Senhor de Guiné e da Conquista navegação comercio detheopia arabia perçia da India etc. A quantos esta minha carta virem faço saber que considerando eu quanto os serviços de Deus e meu e assim proveito e bem meus Reinos e senhorios e dos naturaes e sudittos delles e ser a minha costa e Terra do Brazil mais povoada de que athegora foy asim pera nella haver de se selebrar o culto e officios divinos e se exaltar a noça santa ffee catollica com trazer e provocar a ella os naturaes da dita Terra Infiéis, e Idolotras, como pello muito proveito que se siguira a meus Reinos e serviço os naturaes, e súditos delles de se a dita Terra povoar e aproveitar, ouve por bem de mandar repartir e ordenar em capitancias de sertãs em sertãs legoas pêra dellas prover aquellàs que a mim bem parecer emtre as ditas Capitancias que asim ordenei foram duas capitancias de sem legoas e a cada hua simcoenta legoas pera dellas fazer merce a João de Barros e Ayres da Cunha Fidalgos de minha caza, as quais sem legoas comesaram da parte onde se acabam as trinta legoas de Pero Lopes de Sousa da banda do norte e correram pera dita banda do Norte ao longo da costa tanto quanto couber nas ditas sem legoas e os ditos João de Barros e Ayres da Cunha as hao de repartir emtre si igualmente de maneira que cada hum delles fiquem com sua Capitania de sincoenta legoas pello qual guardando eu os serviços que tenho recebido do dito João de Barros e o muito tempo que há que continuadamente me serve e a boa conta que sempre de si deu em todas as couzas de meu serviço de que por mim foi emcarregado e como he rezão de lhe fazer mercê assim pelo que athe qui tambem me tem servido como pello que espero que odiante me servira por todos estes respeitos, e por alguns outros que me a isso movem e por folgar de lhe trazermercê e de meu proprio motto e sertta sciencia poder real e absoluto, sem elle me pedir nem outrem por elle; Hei por bem e me praz de lhe fazer merce como com efeito por esta prezente cartta faço merce erevogavel doacam emtre vivos valedonra deste dia pera todo o sempre de juro e herdade pera elle, e todos os seus filhos Nettos herdeiros e susesores que apoz delle vierem asim desementes como transverçais e colotraes segundo adiante hira declarado da capitania das ditas simcoenta legoas de terra na parte em que lhe couberem segundo a repartiçam que elle e o dito Ayres da Cunha emtre si fizerem das ditas sem legoas, as quais simcoenta legoas se emtenderam e sera de largo ao longo da costa, e emtraram na mesma largura pello sertam e terra firme e dentro tanto quanto puder emtrar e for de minha conquista que nam seia por mim provido outro a outro capitam, e emtrarão nesta capitania quaesquer Ilhas que ouver atee des legoas ao mar na frontaria de marcassam das ditas simcoentas legoas, da qual terra possa sobre a dita demarçam. Assim faço doação e merce ao dito João de Barros de juro e herdade pera todo sempre como dito he e quero e me praz que elle e os ditos seus herdeiros e susesores que a dita capitania herdarem e sosederem se poção chamar Capitains e Governadores della. E outro sim doação lhe faço e merce de juro e herdade pera sempre pera

elle e seus desmententes e susesores no modo sobre dito da jurisdição sivel e crime da qual elle dito João de Barros e seus susesores averã na forma e maneira seguinte. Podera por si e seu ouvidor estar a Illeição dos Juizes e officiaes e alimpar e apurar as pauttas e passar outras de confirmaçam aos ditos Juizes e officiaes os quaes se chamaram pello ditto Cappitam e Governador e elle pora ouvidor que podera conhecer de açoins novas a des legoas onde estiver e de apellaçoins e agravos conheçera em toda a dita capitania e governança e os ditos Juizes daram apellaçam pera o dito seu ouvidor nas quantthias que mandam minhas ordenações e de que o dito ouvidor julgara assim por açam nova como por apellaçam e agravo sendo em cauzas siveis nam haverã apellaçam nem agravo athe quantthia de sem mil reis e dahi pera sima dara apellaçam a parte que a quizer apellar em cujos cazos hei por bem que o dito cappitam governador e seu ouvidor tenham jurisdição e alçada de morte natural [ ] escravos e gentios e assim mesmo em espesiais christãos homens livres em todollos os cazos asim pera absorver como pera condenar e haver apellaçam, digo, sem haver apellaçam nem agravo, e nas pessoas de maior calidade terem alçada de dez annos degredo té sem cruzados de penna sem apellaçam nem agravo, poreem aos quatro cazos seguinte erezia quando o eretico lhe for entregue pello ecleziastico em desizam e sodonnia e moeda falça terem alçada em toda a pessoa em qualquer qualidade que seja pera condenar os culpados a morte, e dar suas semtenças a execuçam sem apellaçam nem agravo; e poreem nos ditos quatro cazos possa absolver de mortte posto que outra penna lhe queiram dar menos de mortte daram apellaçam e agravo e apellaram por parte das justiças. E outro sim me praz que o dito Cappitam e Governador, digo, me praz que o dito ouvidor possa conhecer de apellaçoins e agravos que a elle houver de hir a qualquer villa ou lugar da dita capitania em que estiver posto que seja muito apartado desse lugar donde assim estiver comtanto que seja na propria capitania e o dito cappitam e governador podera por meirinho dante o dito seu ouvidor e escrivão e outros quaisquer officiais nessesarios e costumados nestes Reinos e assim na correisção da ouvedoria como em todas as villas e lugares da dita Capitania e governança e sera o dito Cappitam e Governador e seus sasosores obrigados quando a dita Terra for povoada em tanto crescimento que seja nesenario outro ouvidor de o pro sendo por mim ou por meus susesores ordenado. E outro sim me praz que o dito Cappitam e Governador e todos os seus susesores possam por si fazerem villas todas e quaiquer povoaçoins que se na dita Terra fizer e lhe a elles parecer que o devem ser, as quais se chamaram villas e terã termo e Jurisdição Liberdades e insiniaes de villas segundo for costume de meus reinos, e isto poreem se entenderã que poderã fazer todas as villas que quizer de povoaçoins que estiverem ao longo da costa da dita Terra e dos Rios que se navegarem por que por dentro da Terra feita pelo sertam as nam poderam fazer de menos capas de seis legoas de hua a outra pera que poçam ficar a menos tres legoas de terra de termo a cada huma das ditas villas e o tempo que asim fizerem as ditas villas ou cada huma dellas lhe limitarã logo termo para ellas, e depois nam poderã da Terra que asim tiver dada por termo fazer mais outar villa sem minha licença. E outro sim me pras que o dito Cappitam e Governador e todos os seus sosesores a quem esta Capitania vier possã novamente criar e prover por suas cartas aos Tabalioens do Publico e Judiçial que lhes parecer nesenarios nas villas e povoaçoins da dita Terra asim agora como pello tempo em diante e lhe dara suas carttas asinadas por elles asellada com o sello e lhes tomara juramento pelo que sirvã seus officios bem e verdadeiramente e os ditos Tabalioens servirã pellas ditas carttas sem mais tirarem outras de minha chancellaria, e quando os ditos officios vagarem por mortte ou renunciaçam ou por erros os perderam e os poderam dar e lhe daram rejimentos por onde andem de servir conforme os de minha chancellaria hei por bem que os ditos Tabalioens se poçam chamar e se chamem por o dito Cappitam e Governador e lhe pagaram suas esportollas segundo forma do foral que hera pera a dita Terra que hora mandei fazer das quais peçoins lhe asim mesmo faço doaççam e merçe de juro e erdade pera sempre das Aalcaidorias mores de todas as ditas villas e povoaçoins da dita Terra com todas as rendas direitos foros Tributtos

que a elles pertencerem segundo he declarado no foral as quais o dito Cappitam e Governador e seus susesores houvera e arrecadara pera si no modo e maneira no dito foral comtheudo e segundo forma delle e as pessoas a quem as ditas Alcaidorias mores forem entregues da mã do dito Cappitam e Governador lhes tomara a homenagem delles segundo forma de minhas ordenaçõins. E outro sim me pras por fazer merçer ao dito João de Barros e a todos os seus susesores a quem esta capitania e governança vier de juro e herdade pera sempre que elles tenham e hajão todas as moendas de agua Marinhas de sal e quaisquer outros engenhos de qualquer quallidade que sejam que na dita capitania e governança se puder fazer. Hei por bem que pessoa alguma nam possa fazer as ditas moendas, Marinhas nem engenhos senão o dito Cappitam e Governador ou aquelles a quem elle prover dar licença de que lhe pagarão aquelle foro ou Tributto que com elles se comsertar. E outro sim lhe faço doação e merce de juro e herdade pera sempre de des legoas de Terra ao longo da costa da dita capitania e governança emtrarão pello sertam quanto puder entrar e for de minha comquista da qual terra sera sua livre e izenta sem della pagar foro Tributto nem direito algum e somente o dizimo á ordem do mestrado do noço Jesus Christo e dentro de vinte annos do dia que o dito Cappitam e Governador tomar posse da dita Terra podera escolher e tomar as ditas des legoas em qualquer parte que mais quizer nam as tomando por [ ] poderam repartidas em quatro ou cinco partes e nam sendo de huma e outra menos de duas legoas as quais terras o dito Cappitam e Governador e seus susesores poderã arendar e aforar em fattiotta ou em pessoas como bem quizer e lhe bem vier e pellos foro tributtos que quizer e as ditas Terras nam sendo aforadas nem arendadas dellas quando o forem virem sempre a quem lhes suseder a dita capitania e governança pello modo que nesta doacção he conhecido, e das novidades que Deus ás ditas Terras der nam sera o dito Cappitam e Governador nem as pessoas que de sua mão estiver ou trouxerem obrigadas a me pagar foro ou direito algum e somente o dizimo de Deus a ordem quee geralmente hade pagar em todas as outras terras da dita capitania como abaxo hera declarado. E o dito Cappitam e Governador nem os que apoz delle vierem nam poderam tomar Terra alguma de sismaria na dita Capitania pera si nem pera sua mulher nem pera filho herdeiro della antes daram e poderam dar e repartir todas as ditas Terras de sismarias a quaisquer pessoas de qualquer qualidade e condiçã que sejã e lhes bem parecer livremente sem foro nem direito algum e somente o dizimo a Deus que seram obrigados a pagar a ordem de tudo o que nas ditas Terras ouver segundo he declarado no foral pella mesma maneira as poderam dar e repartir por seus filhos fora do Morgado e asim por seus Parentes e porem os ditos seus filhos e parentes poderã dar mais Terra do que derem ou tiverem dado a qualquer outra pessoa estranha e todas as ditas terras que asim der de sismaria a seus e a outros será conforme a ordenaçã das sismarias e com a obrigaçam dellas as quais terras o dito Cappitam e Governador nem seus susesores nã poderã em tempo algum tomar pera si nem pera sua mulher nem pera filho herdeiro como dito he nem pollas em outrem que depois virem elles que por modo algum que seja somente as podera haver por titulo de compra verdadeira das pessoas que lhas quizerem vender paçado outho annos depois das ditas Terras serem aproveitadas em outra maneira não e outro sim lhe faço doaçã e mercer de juro e herdade pera sempre de meia dizima do pescado da dita Capitania que he de vinte pexes hum que tenho hordenado que se pague alem da dizima inteira que pertence a ordem segundo no foral he declarado, a qual meia dizima se'emtendera de pescado que se matar em toda a dita capitania fora das des legoas do dito Cappitam e Governador porquanto as ditas des legoas he terra sua livre e izenta segundo atras he declarado. E outro sim lhe faço doação e merce de juro e herdade pera sempre da redizima de todas as rendas e direitos que a dita ordem e a mim do direito na dita capitania pertencer e que de todo rendimento que há na dita ordem e a mim couber asim dizimos como de quaisquer outras rendas ou direitos de qualquer qualidade que sejam haja o dito Cappitam e Governador e seus susesores sua dizima que he de des partes huma. E outro sim mais me praz pello respeito do cuidado que o dito Cappitam

e Governador e seus susesores ham de ter e guardar e conservar o Brazil que na dita Terra houver de fazer doação e merçer de juro e herdade para sempre da vintena parte... renda pera mim foro e de todas as costas o Brazil se da dita capitania trazer a estes e a conta do tal rendimento se fara na Caza da India da cedade de Lisboa onde o dito Brazil há de vir e na dita caza tanto que do Brazil for vencido e arecadado o dinheiro delle lhe era logo pago e emtregue em dinheiro de comtado pello Feitor e officiais della aquillo que por boa contta na dita vimtenamontar e isto por quanto todo o brazil que na dita Terra houver há de sempre meu e de meus susesores sem o dito Cappitam e Governador nem outra alguma pessoa poder tratar nelle nem vende-los pera fora e somente podera o dito Cappitam e Governador e assim os moradores da dita Capitnia aproveitarçe do dito Brazil asim na terra que nelle lhe for nesario segundo he declarado no foral e tratando a elle e vendendo o pera fora encorrerá nas pennas comtheudas no dito foral. E outro sim me praz por fazer merçe o dito Cappitam e Governador e seus susesores de Juro e herdade pera sempre que dos escravos que delles resgatarem e houvereem na dita Terra de Brazil possã mandar a estes Reinos vinte e quatro peças cada anno pera fazer dellas o que lhes bem vier os quais escravos viram o Portto da cidade de Lisboa e nam a outro algum Portto e mandara com elles sertidam dos officiais da dita Terra de como são seus pella qual certidam lhe seram ca despachados os ditos escravos forro sem delles pagar direito algum nem simco por sentto e alem destas vinte e quatro pessas que asim cada anno podera mandar forrar. Hei por bem que possa trazer por Marinheiros e Gurumetes em seus navios os escravos que quizer e lhes for nesarios. E outro sim me praz por lhe fazer merçe ao dito Cappitam e Governador e seus susesores e asim os vezinhos e moradores da dita Capitania que em ella nam possã em tempo algum aver direitos de sizas nem em empostos como saboaria tributto de sal nem outros alguns dinheiros nem tributtos de qualquer qualidade que seja salvo aquelle que por bem desta doação e do foral o presente sã ordenados que haja. Item esta Capitania e Governança e rendas e bens della Hei por bem e me praz que esta ordem sose da de juro e herdade pera todo sempre pera o dito Cappitam e Governador e seus desemdentes filho, filhos legitimos com tal declaração que enquanto houver filho legitimo varam no mesmo grao nã soseda filha posto que seja em maior idade que o filho e nam havendo macho, ou avendo e nam sendo em tam porpimco grao ao ultimo pusuidor como a femea que entã soseda a femea emquanto houver desemdentes legitimos machos ou femias que nam soseda na dita capitania bastardo algum, e nam havendo desemdentes machos e femeas legitimos emtam so se dara os bastardos machos e femeas nam sendo porem nem sendo de danado coitto e sosedaram pella mesma ordem dos legitimos primeiro os machos e depois as femeas em igual grao em tal comdiçã que se o pessuidor da dita Capitania a quizer antes deixar a hum seu parente transverçal que aos desemdentes machos nem femeas legitimos nem bastardos da maneira que dito he em tal cazo so sedarã os asemdentes machos e femeas primeiro os machos com defeitos delles de femeas e nam havendo desemdentes nem asemdentes sosedam os transversais pello modo sobre dito sendo primeiro os machos que forem em igual grao e depois as femeas e no cazo dos bastardos o pesuidor podera se quizer deixar a dita capitania a hum transverçal legitimo e tiralla aos bastardos posto que sejã desemdentes e muito mais por pequeno grao isto asim hei por bem sem embargo da lei mental que diz nam suseda femeas nem bastardos nem transverçais nem asemdentes por que sem embargo de tudo me praz que nesta Capitania sosedam femeas e bastardos nam sendo de cohitto danado e transverçais e asemdentes no modo que já he declarado: E outro sim quero e me praz que em tempo algum se nam poça a dita Capitania e governança e todas as couzas que por esta doação dou ao dito Joam de Barros partir nem escambar despadaçar nem outro modo algum aleanar nem em cazamento filho ou filha nem a outra pessoa possa dar nem tirar Pai ou filho a outra algua pessoa de cativo nem pera outra cauza ainda que seja mais piedosa por que a minha tençã e vontade he que a dita Capitania e governança e couzas que ao dito Cappitam e Governador nesta doação dadas andem sempre

juntas e se nam partam nem alienem em tempo algum e aquelles que a partir ou alienar ou espadaçar ou dar em cazamento ou por outra couza por onde haja de ser partida, ainda que seja mais piadosa pera esse mesmo efeito piquena a dita Capitania e governança paça directamente aquelles que houverem de hir primeiro por ordem que suseder sobre dita e se o tal que isto asim nam comprio foçe mortto. Outro sim me praz que por cazo algum de qualquer qualidade que seja que o dito Cappitam e Governador cometta crime por que segundo direito e leis deste Reino mereça perser a dita Capitania e governança jurisdicção e renda della nam perca seu sosesor salvo pro traidor a Coroa destes Reinos Em todos os outros cazos que cometer sera punido quanto o crime o obrigar porem os seu susesores nam perderam porço a dita Capitania e governança juridica e rendas e bens della como dito he. Item me praz e hei por bem que o dito João de Barros e todos os seus susesores a que esta Capitania e governança vier vensa inteiramente de toda a jurisdicção poder e alçada nesta doaçam comteuda asim e da maneira que nella he declarado e Pella confiança que delles tenho que guardaram nisso tudo o que cumpre a serviço de Deus e meu e bem do Povo e direito as partes, hei outro sim por bem e me pras que nas terras da dita Capitania nam emtrem nem possam emtrar em tempo algum corregedor neem alçada nem outras algumas justiças pera nellas usar de jurisdicçam alguma por nenhuma via nem modo que seja nem menos sem o dito Cappitam suspença da dita capitania e governança e jurisdicçam della e porem quando o dito Cappitam cahir em algum erro ou fazer couzas por que mereça e deva ser castigado eu meus susesores o mandaremos vir a nos pera que seja ouvido com a sua justiça e lhe ser dada aquella penna ou castigo que de direito por tal cazo merecer e esta merce lhe faço com Rei e senhor destes Reinos e asim como Governador e perpetuo administrador que sou da ordem e cavalaria do mestrado do Nosso Senhor Jesus Christo e por esta presente cartta dou poder authoridade ao dito Joam de Barros que elle por si e por qquem lhe parecer possa tomar e tome posse real corporal e atual das Terras da dita Capitania e governança e das rendas e bens delles e de todas as mais couzas comtheudas nesta Doaçam aver de tudo inteiramente como nella se conthem a qual doaçam quero e mando que se cumpra e guarde em tudo e por todos em todas as clauzullas comdiçoins e declaraçoins nella comtheudas e declaradas, sem mingua e desfalesimento direitos graças e costumes que em comtrario disto haja ou possa haver qualquer via, e modo que seja posto que sejam tais que fosse nesessario ser aui espressas e declaradas de verbo a verbo sem embargo da ordenaçam do L. 2.<sup>o</sup> 4<sup>3</sup> que diz que de estas leis e direitos de regerem se faça espreça mençã dellas e da sustancia della e por este prometo ao dito Joam de Barros e a todos seus susesores que nunca em tempo algum va nem comsinta hir contra esta minha doaçam em parte nem em todo, rogo e emcomendo a todos meus susesores que lhe cumpram e mandem cumprir e guardar asim mando a todos os meus corregedores Dezembargadores ouvidores Juizes e Justiças e officiais e pessoas de meus Reinos e senhorios que cumpram e guardem e façam comprir e guardar esta minha cartta em todas as couzas nella comtheudas sem lhe a isso ser posto duvida ou embargo algum nem comtradição por que asim he minha merce e por firmeza de tudo lhe mandei dar esta carta por mim asinada e sellada de meu sello a qual vai escrita em duas folhas como esta e sã todas asinadas ao pee de cada lauda pello Doutor Cristovam Esteves de Espargosa do meu Concelho e do Dezembargo e meu Dezembargador do Paço e Petiçãois e a Ayres da Cunha mandei dar outra tal das outras simcoenta legoas da sua Capitania. Pero de Mesquita a fes em Evora a outto de Março. Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil quinhentos trinta simco, e eu Fernam Dalvares Thezoureiro mor del Rei Nosso Senhor e escrivão de sua fazenda e da Camara a fiz escrever e sobreescrevi. – El Rei. Conçertado, e comferido com o rezisto. Lisboa I de Fevereiro de 1742. – *Caetano Cordeiro Fialho*.

## ANEXO C

### *Privilégios da Capitania de João de Barros.*

BAIÃO, Antônio. Introdução. In: BARROS, João de. *Ásia de João de Barros*; dos feitos que os portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriente. Primeira década. [1539?]. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1988. p. I-LXXXII. (Fac-símile da 4.ed. rev. e pref. por Antônio Baião. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1932). p. XXXIV-XXXV.

Livro das Doaçõins fl.3<sub>2</sub> n.º 9 – Previllegio das Liberdades da Capitania dada a João de Barros he o seguinte.

Dom João por graça de Deus Rei de Portugal e dos Algarves daquem dallem mar em africa senhor de Guiné e da Conquista navegação comercio da Theopia arabia perçia da India e etc. A quantos esta minha carta virem faço saber que vendo eu como muitas pessoas de meus Reinos e Senhorios andã continuamente omiziados com temor de minhas Justiças por delittos que cometem e assim parte dos ditos omiziados se asentam e vem a viver a outros Reinos e por que hei por melhor e mais serviço de Deus e meu que os sobreditos fiquem antes em terra de meus senhorios e vivam e morram nella especialmente da Terra do Brazil de que horas fiz merçe a João de Barros fidalgo de minha caza para que ajudem a morar povoar e aproveitar a dita Terra e por estes respeitos e por alguns outros que a me isso movem Hei por bem e me praz que daqui em adiante pera sempre quaesquer pessoas de qualquer qualidade e comdição que seja que andarem omiziados ou auzentes por quaisquer delittos que tenham cometidos nã sendo por nenhum destes quatro cazos seguintes: Erezia Treição sodomia e moeda falça que que estes tais indoçe pera o dito Brazil a morar e povoar a capitania do dito João de Barros possa la a ter prezo nas cadeas digo a ser prezos acuzados declaro nam possam la a ser prezos acuzados nem demandados constringidos nem executados por nenhuma via nem modo que sejam pellos cazos que lá tiverem cometidos athé o tempo em que se asim foram pera o dito Brazil posto que já sejam semtemçeados e comdenaados a morte natural. E outrosim me pras que se os ditos omiziados depois de asim estarem na dita Terra do Brazil e nella reçidir no espaço de quatro annos compridos e acabados quizerem vir a meus Reinos e Senhorios ou a gozar suas couzas que o possam fazer trazendo certidam do dito Joam de Barros ou de qualquer outro capitam da dita capitania que pello tempo for e de como vem por sua licença de que esteve na dita Terra os ditos quatro annos ou o mais tempo e como a tal certidam poderam os sobreditos aandar livremente e seguros em meus Reinos e Senhorios, e negociar o que quizerem por tempo de seis mezes somente que comesara do dia que chegarem do Porto ou lugar em que se embarcam no qual tempo de seis mezes naam poderam así mesmo serem prezos e acuzados nem demandados pellos cazos sobreditos por que se foram pera dita Terra de Brazil e elles porem nam poderam no dito tempo emtrar no lugar do malificio nem em minha corte e emtrando este seguro lhes nam vallerá e assim seram obrigados e tanto que chegarem ao Porto ou lugar em que vieçem desembarcar ou se apresentar ás Justiças do tal Lugar e cobrar sua certidam nas costas das que trouxerem o dito Cappitam em que declare o dia mez e anno em que assim chegarem pera que dahi em diante se comessem os ditos seis mezes. E porém aquelles que huma vez vierem do dito Brazil com a dita certidam e andarem em meus Reinos e Senhorios os ditos seis mezes tanto que se tornarem ahir pelo dito Brazil nam poderam mais tornar aos ditos meus Reinos e Senhorios salvo depois de paçados outros quatro annos do dia em que chegarem ao dito Brazil quando se

assim pera elles tornarem que cá tiverem andado os ditos seis mezes e desta mesma maneira poderam dahy em diante de quatro em quatro annos vir a meus Reinos as mais vezes que quizerem e em outra maneira não o notefico assim ao Cappitam da dita Capitania que hora he e adiante for Juizes de Justiças della e a todos os Corregedores e dezembargadores Juizes e Justiças officiais e pessoas de meus Reinos e senhorios a quem esta minha carta ou treslado della em publica forma for mostrada e o conhecimento della pertencer e mando a todos em geral e a cada hum em especial que em tudo e por tudo cumpram guardem e façam inteiramente cumprir e guardar como se em elle conthem sem duvida nem embargo ou contradicção alguma que a ella seja posto por que assim he minha mênça e por firmeza de tudo que lhe mandei dar e passar esta carta por mim asinada e sellada em meu sello pendente. Pero de Mesquita a fes em Evora a onze dias do mez de março de mil quinhentos e trinta e cinco annos do anno do nascimento do Nosso Senhor Jesus Christo. Fernam Dalvares a fes escrever, - El Rei. Conçertado e comferido com o registro Lisboa I de Fevereiro de 1742 – *Caetano Cordeiro Fialho*.

## ANEXO D

### *Doação das Minas de Ouro e Prata das Respectivas Capitánias a João de Barros e Outros.*

BAIÃO, Antônio. Introdução. In: BARROS, João de. *Ásia de João de Barros*; dos feitos que os portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriente. Primeira década. [1539?]. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1988. p. I-LXXXII. (Fac-símile da 4.ed. rev. e pref. por Antônio Baião. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1932). p. XXXV-XXXIX.

Dom Joam por graça de Deos Rei de Portugal e dos Algarves daquem e dallem mar em Africa Senhor de Guiné e da Conquista navegação Comercio da Ethiopia Arabia Persia e da India, etc.

Faço saber que por parte de lopo de Barros de Almeida me foi representado por sua petição que da Torre do Tombo lhe hera necessario a copia authentica de varios documentos e me pedia lhos mandasse dar na forma do estillo e visto o seu requerimento se lhe defirio com a Provizão seguinte.

Dom Joam por graça de Deos Rei de Portugal e dos Algarves daquem e dallem mar em Africa Senhor de Guiné etc. Mando a vós guarda mór da Torre do Tombo que deis a lopo de Barros de Almeida comtheudona petição cuja copia vai adeante o treslado de que na dita petição faz mençam o qual lhe dareis na forma das provizões passadas para se darem semelhantes treslados e pagou de novos direitos trinta reis que se carregarão ao Thezoureiro delles a folhas cento e huma do livro quarto de sua receita e se registrou o conhecimento em forma no livro terceiro do Registro geral a folhas duzentas e oitenta e sete El Rei Nosso Senhor o mandou pellos Doutores Antonio Ferreira Alvares e Belchior do Rego e Andrado ambos do seu Conselho e seus Dezembargadores do Paço Joam de Mideiros Teixeira a fez em Lisboa occidental a seis de Julho de mil setecentos trinta e sete. Desta cem reis Gonçalo Francisco da Costa se Sotto maior a fez escrever E sendo passada pela chancellaria foi apresentada ao guarda mor da Torre do Tombo e em seu comprimento se buscaram os livros della e no livro vinte hum da Chancellaria de El Rei Dom Joam o terceiro a folhas sesenta e quatro se achou huma carta de doação do theor seguinte:

Dom Joam por graça de Deos Rei de Portugal e dos Algarves daquem e dallem mar em Africa Senhor de Guiné e da Conquista navegação Comercio da Ethiopia Arabia Persia e da india, etc. a quantos esta minha carta virem Faço saber que eu tenho feito doação e mercê a Fernão Dalvares de Andrade do meu Conselho e meu Thezoureiro mor e a Ayres da Cunha Fidalgo de minha caza e a joam de Barros feitor das cazas da India e Mina para elles e todos os seus filhos netos erdeiros sussesores de juro e herdade para sempre da capitania e governança de duzentas e vinte sinco legoas de terra da minha costa e terras do Brazil repartidas em capitánias desta maneira convem a saber ao dito Fernão Dalvares trinta e sinco legoas que comesão do cabo de todollos santos do leste e vam correndo para loeste athe o Rio que está junto com o Rio da Cruz e aos ditos Ayres da Cunha e Joam de Barros cento e sincoenta legoas convem a ssaber cem legoas que comesão honde se acaba a Capitania de Pedro Lopes de souza da banda do norte e correm pela dita banda do norte ao longo da costa tanto quanto couber nas ditas cem legoas e as sincoenta legoas que comesão da terra de Diogo leyte da banda de loeste e se acabão no cabo de todollos santos da banda do leste do rio do Maranhão segundo mais inteiramente he contheudo e declarado nas Cartas de Doações que os sobreditos Fernão Dalvares Ayres da Cunha e João de Barros das ditas terras e Cappitánias de mim tem sobre as quaes terras e cappitánias elles todos tres juntamente estam contratados e concertados por minha licença que misticamente a povoem e aproveitem como melhor

poderem por espaço de vinte annos e que no fim delles se repartão antre si como lhes bem parecer da maneira que cada hum fique com aquelle parte que lhe couber pella repartição que assi fizerem e hora o dito Ayres da Cunha em seu nome e dos ditos Fernão Dalvaes e João de Barros se faz p'restes com a ajuda de Nosso Senhor hir as ditas suas Capitánias e terras a tomar posse dellas por onde leva navios darmada com muita gente assi de cavallo como de pé e artelharia armas e monições de guerra tudo a propria custa e despeza delles dito Ayres da Cunha e fernão Dalvaes e João de Barros pera descobrirem e sigurarem e pacificarem a terra e assi pera buscarem e descobrirem quaesquer minas douro e prata que la houver pello qual conciderando eu o muito gasto e despeza que nisso fazem e se ham de fazer e o grande proveito que a meus reinos e vassallos podemos receber das minas que elles ditos Fernão Dalvaes, Ayres da Cunha e João de Barros com a ajuda de Nosso Senhor nas ditas terras podem achar e descobrir havendo assi mesmo respeito a seus muitos serviços e por folgar por lhe fazer merce de meu propio moto certa sciencia poder real e absoluto Hei por bem e me praz de lhes fazer como de feito por esta presente carta faço merce i inrevogavel doação para elles e todos os seus filhos netos herdeiros e sucessores de juro e de herdade para sempre de todas e quaesquier minas assi douro como de prata que os ditos Fernão Dalvaes, Ayres da Cunha e Joam de Barros ou cada um delles per si ou per outrem buscarem acharem e descobrirem por qualqquer via e modo que seja e em quaesquer partes lugares em que se acharem e descobrirem hindo elles porem ou mandando descobrir as tais minas pelas terras a dentro das suas Capitánias e nam por outra alguma parte e assim me praz de lhes fazer doação e merce de juro e de hherdade para sempre pela dita maneira de qualquer comercio douro e prata que a sua custa e despeza descobrir e fizerem vir as ditas suas capitánias assi por concerto do trato e pazes como tomado por conquista e guerra por qualquer outra maneira e defendo e mando que depois de os sobre ditos capitães ou seus sucessores assi tem descubertas as ditas minas ou comercio do dito opuro e prata não possa pessoa alguma de qualquer callidade ou condiçam que seja hir nem mandar as taes minas nem comercio pellas terras das ditas Capitánias nem por outra alguma parte salvo elles ou as pessoas que pera isso derem licença pello concerto e partido que com elles fizerem sob pena de fazendo o contrario perder por isso para os ditos capitães todo ouro e prata que das ditas minas em comercio troxerem de que eu haverei o quinto e mais seram degradados por dez annos para a Ilha de São Thomé e os ditos Capitães e seus sucessores serem obrigados de me pagar a mim e a meus sucessores o quinto de todo ouro e prata que acharem e descobrirem e tomarem e houverem assy das minas como por comercio ou por qualquer outra maneira e toda a mais parte do dito ouro e prata sera seu livre e izento sem della pagarem outros alguns direitos nem tributos de qualquer callidade de que sejam salvo o dito quinto que huma só vez ham de pagar de todo que houverem como dito he o qual quinto pagarem nas minhas Feitorias das ditas Capitánias aos meus Feitores e officiaes que eu para isso ordenar e para se fazer assy bem e fielmente como cumpre a meu serviço serem os sobreditos obrigados de levar todo o dito ouro e prata as ditas minhas Feitorias e assy lhes sera despachados pellos ditos meus Feitores e officiaes os quaes receberam e arecadarão para mim o dito quinto e se carregara sobre elles em recita e entregarão livremente toda a outra mais parte aos ditos Capitães ou as partes a que pertencer e todo ouro e prata que lhe assy entregarem sera marcado nas ditas Feitorias da marca que nellas para isso haverá e aquelles que assy nam cumprirem lhes for achado ouro ou prata sem a dita marca emcorreram nas pennas contheudas no regimento que acerca disso mandarey fazer e quando os ditos Capitães ou partes cujo o dito ouro ou prata for tirado fora das ditas Capitánias depois de o assy terem despachado e marcado nas ditas Feitorias hey por bem que o possão livremente tirar e trazer para estes Reynos somente e não para alguma outra parte e viram com o dito ouro e prata diretamente a cidade de Lisboa e na caza da India lhe sera visto e despachado pello Feitor e officiaes della e lhe entregaram e deicharão livremente tirar da dita caza todo ouro e prata que cada hum trouxer marcado com as marcas das ditas

Feitorias Item esta doaçam e merce que assy faço aos ditos Fernão Dalvares, Ayres da Cunha e Joam de Barros hey por bem que se herda e succeda de juro e derdade para todo o sempre para elles e seus descendentes filhos e filhas legitimos com tal declaraçam que emquanto houver filho legitimo baram no mesmo grao nam succeda filha posto que seja maior em idade que o filho e não havendo macho ou havendo e não sendo em tam propinco grao ao ultimo possuidor como a femea que então succeda a femea emquanto houver descendentes legitimos machos ou femeas que nam succeda nesta doaçam bastardo algum e nam havendo machos nem femeas legitimos entam succederão os bastardos machos e femeas não sendo porem de danado coito e succederem pella mesma ordem dos legitimos primeiro os machos e depois as femeas em igual gráo com tal condição que se o possuidor das ditas minas e comercio a quizerem deixar a hum seu parente transverçal que os descendentes bastardos quando não tiver legitimos o possa fazer e nam havendo descendentes machos nem femeas legitimos nem bastardos na maneira que dito he em tal caso succederão os ascendentes machos e femeas primeiro os machos em deffeito delles as femeas e nam havendo descendentes nem ascendentes succederam so transversaes pelo modo sobredito sempre primeiro os machos em igual grao e depois as femeas e no cazo dos bastardos o possuidor poderá se quizer deixar a dita herança a hum transversal legitimo e tiralla aos bastardos posto que sejam descendentes em muito mais propinco grao e isto hey assy por bem sem embargo da lei mental que diz que não sucedam femeas nem bastardos nem transverçaes nem ascendentes por que sem embargo de todo me praz que esta herança succeda femeas e bastardos não sendo de coito danado e transverçaes e ascendentes do modo que já he declarado e por esta prezente carta dou poder e authoridade aos ditos Fernão Dalvares, Ayres da Cunha e Joam de Barro e a cada um delles que elles por sy e por quem lhe aprouver possam tomar e tomem a posse real corporal e atual de todas as minas e comercio que acharem descobrirem e que se aproveitem das rendas della naa forma e maneira conhteudas nesta doaçam a qual hey por bem quero e mando que se cumpra e guarde com todas as clauzullas condições de declarações nella conhteudas e declaradas sem mingos nem desfallecimento algum e para todo o que dito he derogo a lei mental e quaesquer outras leis e ordenações direitos glosas costumes que em contrario disto hajam ou possam haver por qualquer via e modo que seja posto que sejam taes que fosse necessario serem aqui expreças e declaradas de verbo ad verbum sem embargo da ordenaçam do segundo livro titulo quarenta e nove que diz que quando se as taes leys e ordenações derogarem se faça expreça menção dellas e da sustancia dellas e por esta prometo aos ditos Fernão Dalvares Ayres da Cunha e João de Barros e a seus sucessores que nunca em tempo algum va nem consinta hir contra esta minha doaçam em parte nem em todo e rogo e emcomendo a todos meus subcessores que lhee comprão e mandem cumprir e guardar e assy mando aos meus Feitores e officiaes das ditas Capitancias e ao Feitor e officiaes da Caza da India e a todollos corregedores Desembargadores Ouvidores Juizes e Justiças officiaes e pessoas de meus Reynos e senhorios a quem esta carta for mostrada e o conhecimento della pertencer quee a cumpram e guardem e façam inteiramente cumprir e guardar como se nella conthem sem nisso ser posto duvida nem embargo nem contradicção alguma porque assy he minha merce e por firmeza della lhe mandey dar esta Carta por mim assinada e asellada de meu sello pendente de chumbo Antonio Bravo a fez em Evora a dezoito dias de Junho Anno do nascimento do Nosso Senhor Jezus Christo de mil quinhentos trinta e sinco.”

E nam dizia mais na dita doaçam que aqui foi transladada a pedimento do sobre dito que lhe mandey dar nesta com sello de minhas armas a que se dara tanta fe e credito como ao dito livro donde foy tirada e esta com elle concertada. Dada em Lisboa a vinte seis de Janeiro El Rey nosso Senhor o mandou por Alexandre Manoel da Silva Escrivam da Torre do Tombo que hora serve de guarda mor della por especial Decreto do mesmo Senhor. Faustino de Azevedo a fez Anno de mil sete centos quarenta e dous annos e vay escripta em onze meias folhas de papel com esta.

Alexandre Manoel da silva a fiz a asignei. – *Alexandre Manoel da Silva.*

## ANEXO E

*Copia de Ciertos Capítulos de la Carta de Luis Sarmiento Scrivio a Su Magestad em Honze Julho de 535.*

Arquivo da Torre do Tombo. Documentos do códice nº 2664.

BAIÃO, Antônio. Introdução. In: BARROS, João de. *Ásia de João de Barros*; dos feitos que os portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriente. Primeira década. [1539?]. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1988. p. I-LXXXII. (Fac-símile da 4.ed. rev. e pref. por Antônio Baião. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1932). p. XXXIX-XL.

El año pasado antes que yo aqui viniese, El serenísimo rrei por que le parecio que convenia a su servicio, dio a muchos naturales destos rreinos mucha tierra en el Brasil, y rrepsrtioles y dídes a particulares a cincuenta y a sesenta léguas a cada uno al largo de la costa de la marina, y em aancho todo lo que ellos pudiesen señorear para que lo hedificassen y poblasen en ello, y ansi fue mucha gente con estos capitanes a quien el rrei hizo esta merced y llevaron muchos aparejos para poder en ella vivir. hasta-ahora no Abuelto las naos que con estos fueron, aunque se esperan cada dia

Ahora el thesorero hernan dalvarez, y uno que se llama Juan de Barrios, y tambien dizen que entra en esto el conde de castañera. hazen vna armada dizen que a su costa en Lisboa, en la qual dizen que llevaran LXXX o C de cavallo y hasta CCC peones y va por capitan della vna que se llama de acuña y segun dizen que se haze, esta armana, bien se cree que no puede ser sin ayuda del Serenisimo rrei, lo que publicamente dizen que se para ir al rrio dela plata. Yo en sabiendo que supe agora, la certenidad desto able al serenisimo rrei, y le dixi como avia savir de como estos hazian esta armada en Lisboa, y que memaravilha mucho que su alteza consintiesse tal cosa especialmente que dezian que era para ir al rrio de la plata, que hera de la demarcacion del emperador mi señor, y cosa tan averiguada por suya. Su alteza me rrespondeo que estos no yban con quatrocientas léguas al rrio de la plata sino que tambiem yban a vno de aquellos Repartimientos que el avia hecho en el brasil y que el no avia de consentir que fuessen a parte que fuese en perjuizio Del emperador mi señor, mas que se maravilhava como en hiziese armada para embiar al rrio de la plata que era de su demarcacion y que se abia primero descubierto por um portugues y que el queria luego embiar a Vuestra Magestad a rrequerirle no consintiese que fuese aquella armada que se hazia en Seuilla pues hera en su perjuizio. Yo le rrespondi que aunque en aquello no estaua muy Informado todavia segun lo que yo a todos avia oydo decir, y tenia por cierto que aquello hera averiguadisísimamente de Veustra Magestad, y que si no lo fuera emperador mi señor no mandaria esta armada que se haze en seuilla con don pedro ni otra cosa alguna que fuese en el menor perjuizio suyo.

do que desto yo he podido entender es que a los que su alteza Repartio estas leguas per el brasil no han llevado gente de cavallo sino gente para poblar la tierra y otras cosas para vivir pacificamente. Estos van diferente de los otros por que llevan gente de cavallo y esta otra gente de pie de guerra y anme dicho algunos de los que yo mejor he podido entender; que van con pensamiento de ir descubriendo por tierra hasta dar por la outra parte em lo del peru, yo creo bien que con lo que su alteza me ha dicho que no ha de consentir que estos ni vayan a ninguna parte que sea en perjuicio de Vuestra Magestad ni de esos rreinos, mas todavia yo seria de parecer que Vuestra Magestad mandase que se partiese el armada que esta en seuilla

para el rrio de la plata lo mas presto que ser pudiese, em esto otro dan toda la priesa que se puedem dar, dize que dentro de dos mezes podra partir.

Scrivo a Vuestra Magestad esto por que me parescio que combenia al servicio de Vuestra Magestad avisar desto para que lo mande dezir al consejo de las Indias y só le paresciene dar aviso a su Magestad dello.

teñiendo esta escrita, he sabido como despues que yo hable al serenissimo rrei sobre ho de la armada que se haze en Lisboa que arriba digo o por parte de su alteza o destos que digo que en ella entienden an enbiado a Lisboa a don gran priesa en ella, y aun dezanme que a engrosalla mas.

## ANEXO F

*Carta de Luis Sarmiento a Su Magestad.*

Archivo General de Indias. ES.41091.AGI/1.6403.15.1121//INDIFERENTE, 1092, N.153.  
Evora, 15 jul. 1536.

Páginas siguientes:

1536

S. C. C. mag

Hebra en l'ortus

el año pasado se vió aya mag de una armada que yamo Rey y arribo  
 Lisboa la qual dizian publicamente guerra para y alo del peru yo hablo  
 a su alteza estonces sobrello y su alteza me certifico dello contrario di  
 siendo que con quatrocientas leguas no allegarian cosa que fuese de la  
 marca non de los reynos y así yo lo seui aya mag y aya mag  
 agora es venido a Lisboa un piloto con cartas del capitán della que se  
 que sellama de acuna y yo he visto una carta parti culor que se  
 uno de los que fueron en la armada que queda alla muy seaca en mente  
 y aca esta muy sestandido esto el qual se iue como ellos fueron adar  
 en la costa del brasil y yendo por ella adelante toparon con un capitán  
 del s. mo. rey que alla avita en parte de la costa el qual sellama  
 dante dello y dize que sabido alo que esto y iban los dize como el tenia  
 ciertas lenguas de la tierra que le certificaban que en una tierra y pro  
 vian que estaba cabo el Rio del marañon a dia mucha cantidad de oro  
 y que por otro Rio que estaba mas cerca dezian estas lenguas que podian  
 y adar en aquella tierra adonde dezian que a dia el oro.

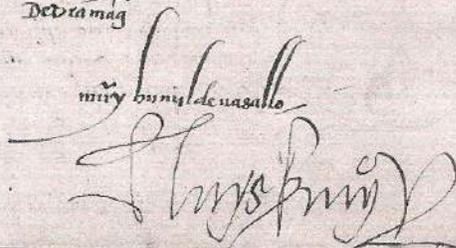
A quel capitán de aquella armada tomo aquellas lenguas y fuese por la vsta  
 adelante del bra sil adar en aquel Rio y llegado allí aunque llababa mucha gente  
 quiso tomar tierra junto aquel rio y la gente de la tierra dizen que acudio mucha  
 gente y que son tembrados quel capitán portugués no fue poderoso de  
 allí dizen que sellama estregente que está cabo este Rio los portugueses que  
 gente muy brava y que allí supieron que un navio que allí avia avor  
 tado en a quella costa de los castellanos que yban al Rio de la plata se avia  
 perdido y que alguna gente della a dia salido en tierra y que los de la

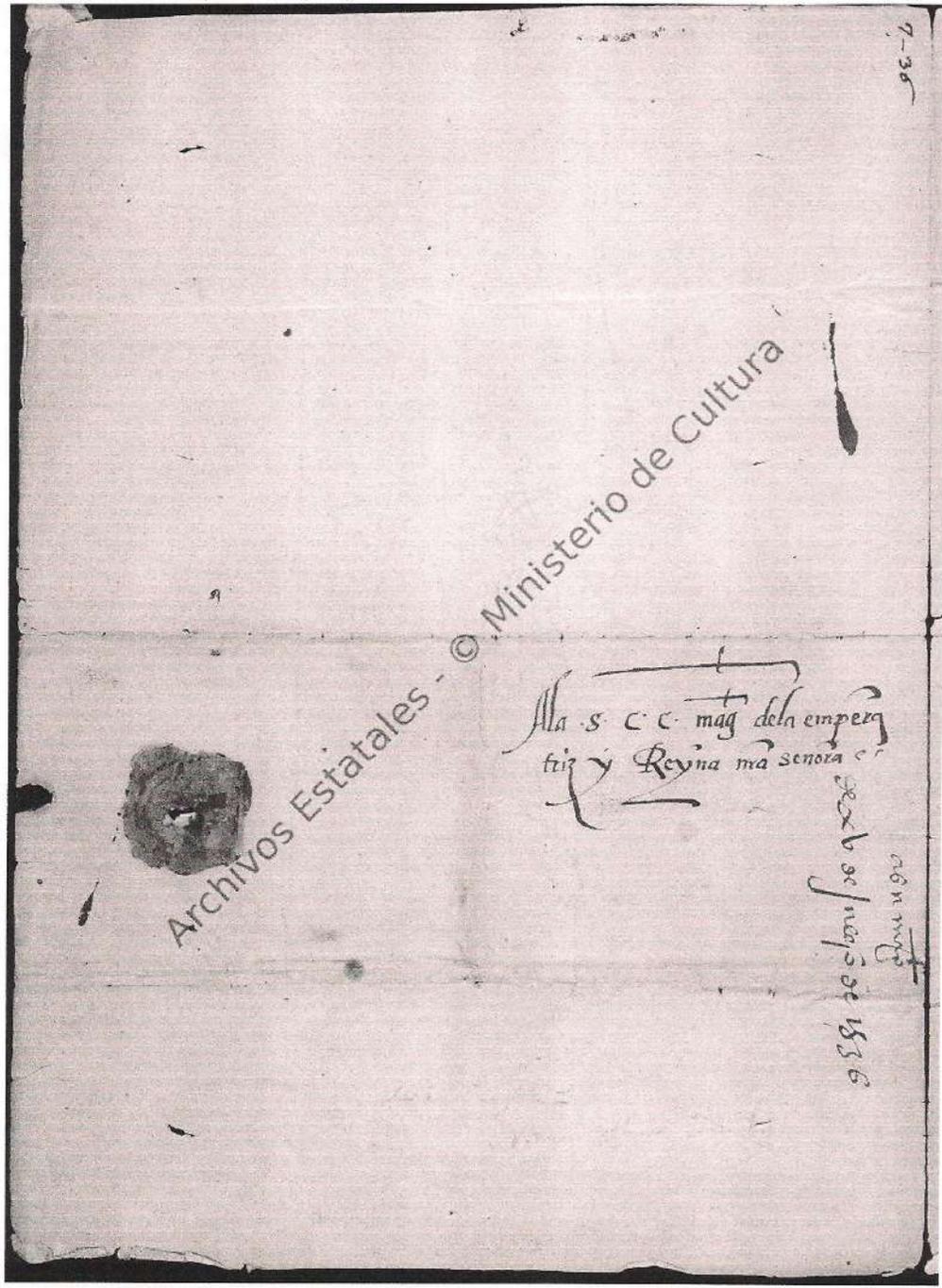
fueran los adivan comido y de algunos que los portugueses allí tomaron con las len-  
 guas que llebaban todos les certe ficaron que en aquella tierra y probinçia que esta  
 por donde pasa el río del marañon que ay mucho oro y asi aquella comada fue adon  
 al dicho río del marañon y saltaron en una ysla junto al río y dizen que fue con  
 vien res aridos de la gençe que allí avitaba y pusieronle nombre ala dicha ysla de la  
 temidad y en pe caron ase de ficar un lugar y castillo y pusieron nombre a quel lugar  
 nazien se que que los mis mos de aquella ysla le certe ficaron que othenta leguas de  
 allí por el dicho río del marañon ariba ay ya finito oro llegaron allí los portu-  
 gueses con su armada en es mes de mayo pasado llegaron nueve nabios en que  
 van quatro naos y áno en cabelas las que allí a fribaron aca tienen esto en mucho  
 y estan muy alegres con esta nueva y piensan quemadi los aue y trancese lo mas en  
 cubierto que pueden si esto es cosa que toca oro en pe finisio de la mar fagan desos  
 Reynos y no loz

en esta nao primera que a venido agora de la yndia con ençada dos castellanos  
 el uno dellos a venido aqui a hablar me que se llama andres de bouduneta que es  
 viz cayno que fueron con el comen dador garca de loyza los quales a estado  
 siempre en mala liza hasta agora este traya cartas de un fernando de la torre castellano que era el capitán de los castellanos que  
 adivan allí que el dho de estas cartas que este traya de este heron sporia su mto  
 y en lisboa le tomaron las cartas y el dho un oficial del srmo Rey y nos  
 las an querido dar y por que se me dio que todo lo que venian en las  
 cartas y libro lo sabe el como hombre que se aballado en todo yo quisiera  
 luego que este hombre se fuera a dar razon de todo a vna mag por que  
 si anda por aca podria ser que no pares çese y no lo he podido acabar  
 con el sin que primero dize que buelba a lisboa a tomar a quel pido to su  
 compañero que allí aya dexado malo y prometio me que luego des de  
 allí se partiria para vna mag en lo de las cartas y no he que si lo ha  
 zer ni niñuna de la ganaga a vna que nel me lo pidia por que me parece que  
 por aca no con viene de las otras naos que se diese por haerto que  
 llegaran presto y otataba se por saber si bienen mas castellanos y de lo que yo supi-  
 re y o dize a vna mag aviso suplico a vna mag me haga una demanda mostar esta carta  
 a los señores de las yndias por que asi me parece que con viene al servicio de vna mag / me  
 sende a caçiente la vida y muy real estado de vna mag por muchos años con aca cento  
 y cinco de muchos mas reynos y de otras deheborá a xv de julio de M D xxvi de

De vna mag

muy humilde vasallo





Archivos Estatales - © Ministerio de Cultura

Ala s. c. c. mag. dela empeeg  
tiz y Reyna ma senora

28 de junio de 1836  
Adm. n. 102

7-36

## ANEXO G

*Mercê a João de Barros referente à sua capitania do Brazil.*

Arquivo da Torre do Tombo. Documentos do códice nº 2664.

In: BAIÃO, Antônio (dir. do Arquivo da Torre do Tombo). *Documentos inéditos sobre João de Barros...* Coimbra: Imprensa da Universidade, 1917. p. 94-95.

Eu ell Rey faço saber A quantos este meu alluará virem q João de Barros feitor das casas da India e Mina me euviou dizer que ell Rey meu senhor e avo que santa gloria aja lhe fez merce de huma capitania na costa do Brasill nas terras de Sãota Cruz honde se chamam os Pitigares pera onde fez hua armada averaa vinte anos em que despeneo muito de sua fazenda e averaa cinco que mandou outra em que forão dous filhos seus a povoar a dita terra o que não ouve effeito por os gentios della estarem escandilizados asy dos moradores das outras capitancias como de pessoas deste reyno que vão a dita capitania fazer saltos e roubos cativando os jintios da terra e fazendo lhe insultos de maneira que querendo seus filhos tomar hum posto na dita sua capitania pera se proverem do necessareo poros ditos jintios estarem escandilizados e de pouco tempo estavam salteados de gente portuguesa lhe matarão hum linguo com outro homem e lhe feryrão outros e trabalharão pellos matarem a todos por se vingarem dos malles e danos que tinhão recebidos de navios com que no dito porto lhe tinhão feitos saltos pedindo me por merçe que avendo respeito aas grandes despezas que na dita capitania tem feitas sem a poder povoar pelas rezais auma declaradas ouvesse por bem que pesoa allgua sem liceça delle dito João de Barros ou de quem pera jso seu poder tiver vão vaa tratar nem resgatar aas terras da dita sua capitania posto que não seja povoada. E avendo respeito ao que asy diz e aa informação do que do dito caso se ouve em minha fazenda e dilligencias que sobre jso se fizerão Ey por bem que daquy e diante pesoade huma capitania a outra resguatar com os jintios da terra e somente fação seus resgates com os moradores dos lugares povoados por meus vasalos E ysto posto que o dito João de Barros não tenha feito povoação alguma nas terras da dita capitania por que avendo respeito has grandes despezas que nella tem feitas e os inconvenientes que se seguem de os portugues hirem as terras da dita capitania o ey asj por bem e mando que as ditas penas se eyxecutem nos que nellas ecorrerm [...]. Lixboa a 5 de março de mill e quinhentos e sasemta e hum diz nos comçertados”.

## ANEXO H

*Minutas de petições de Jeronimo de Barros.*

Arquivo da Torre do Tombo. Documentos do códice nº 2664.

In: BAIÃO, Antônio (dir. do Arquivo da Torre do Tombo). *Documentos inéditos sobre João de Barros...* Coimbra: Imprensa da Universidade, 1917. p. 151; 154-155.

### I

[...] It. Meu jrmão João de Barros e eu em tempo del Rej Dom João o 3º fomos por seu mandado ao Rio Marenham com hua armada ao descobrir o dito rio e costa pellas esperanças que avia de grande resgate douro e descobrimos majs de quinhentas legoas de costa e entramos assj o rio Marenhã como muitos grandes e notaveis e resgatamos alguns homees que nella andavam dos que se perderã cõ Loysde Melo no que passamos muitos trabalhos de guerra cõ os francezes e com o gentio da terra e fomos e povoamos em trees partes no que gastamos perto de cinco annos sustentando tudo sempre a custa de meu pay ate gastar quanto tinha e fizemos muito servico a el Rej como darei conta se me for preguntado. [...]

### II

Diz Jeronimo de Barros q elle tem hua capitania noBrasil de cinquenta legoas ao longo da costa dos Pitigares e vinte e cinco na boca do rio Marenham. E já que seu pay, nem elle por seus serviços mereceram servir se V. A. delle neste Reino como seu Pay sempre requirio. Quer ir povoar esta capitania no que espera fazer a Deus e a V. A. muito serviço pelle espiriencia que tem daquella costa dotempo que nelle andou de que ficou tam despezo que sem ajuda de V. A. não pode povoar pello que Pede lhe faça V. A. merce de lhe mandar dar cem moradores dos ojtocentos, que ocontratador do Brasil é obrigado a por la: E hassy de aver por bem que posam entrar neste reino de Inglaterra cinco mil peças de panno no que as alfandegas de V. A. R. proveito e elle ajudaria pera fazer esta obra E que os primeiro dez annos posão tirar cada anno mil quintaes de pao do Brazil. E assy de sinquoenta pessas descravos e San.Tome e aquj somente duas pesas darTelharia e daque esta em Pernambuco oyto peças pera defensam da fortaleza a qual artelharia dara fiança. E lembro a V. A. que muitomajs e mayores merces se fizeram aos capitaees que povoarã no Brasil por que alguns delles derão as fortalezas feitas e artilhadas e navios cõque defender a costa E há outros cõ que fazer e se parecer muito o que peço há isso responda por mim a fazenda de V. A. cõ dizer o que tem custado a baya a povoar e se é necessario ou nam povoar se esta capitania per hus apontamentos que abaixo desta aprezeno se verá quanta obrigacã V. A. tem em sua cõciensia a mandar que se povoe e quãto jmporta a seu serviço e bastam pera mim estas duas cousas pera muitoa desejar que interesse ao prezente nãoo espero E de futuro Deus sabe o que sera no que R. M.

Ao serviço de V. A. é neçessario mandar povoar esta capitania antes que os franceses a povoem os quaes todos os annos vam a ella a caregar Brazil por ser o melhor pao de toda a costa e fazem já casas de pedra em que estavam em terra fazendo comercio cõ o gentio E os annos pasados estiverã nesta capitania dezasete naos de França a carga e sam tantos francezes

que vem ao resgate que até as raizes do pao brazil levã por que tinge mais as raizes do pao que nace nesta capitania Que o pao das outras capitancias e sempre val dobrado do outro brazil. E agora tomaram os francezes nos Pitigares tres mil quintaes ede brazil que os portugueses tinham na praija feitos a sua costa pera caregar e antes que os francezes facã hua fortaleza que obrigue dipois a muito parece que sera bom povoar se por nos e cõ isso feito lhe não levare este pao a França e ficara entam remdendo mais V.A.

Outro respeito se deve de ter que muito jmporta ao serviço de V.A. E que todos os navios que se alevantam no Brazil pera as Antilhas e cõ dizer vam a esta capitania. E elles como nella sam por não aver que no defenda saltea o gentio e cativam nos no que se faz muitas ofensas a Nosso Senhor e vam sse cõ os navios caregados delles a vender as Antillas no que afazenda de V.A. perde por respeito de escravos de Guine que se escuza cõ estes indios que la vam.

E o que mais jmporta para o bemdo Brazil e a perda dos homees e elles por esta porta travessa pera Antilhas tomados do hamor do ouro que há la onde há tantos portuguezes que me atrevo a dizer que dos que sam hidos pera o Brazil as duas partes estam nas Antilhas onde há muitas povoações cujos moradores as duas partes sam de portuguezes e o proveito que elles la fazem ãs cõquista deste rejno Deus o sabe.

Todos os navios que não dobram o Cabo de S. Agostinho são forçados a aribar as Antilhas e muitos dos que vam pera Guine e que não sera tendo hua fortaleza nesta capitania por que podem ficar nella a qual e a mais perto terra que ha no Brazil a este reino e mais breve e melhor viagem e povoando se alem dos beneficios apontados pode este Reino receber outros e se naquela terra há ouro pello que a meu pai tem custado sey que per esta parte se pode melhor descobrir que per outra nenhua e não digo isto por que o visse mas quando mo preguntare direj o que disso sej E o principal respeito que se deve ter e a obrigação que se tem é acodir aquella gentildade que não seja cada dia distroida e roubada pelos nossos [?] dos quaes muitos receberão agoa do bautismo cõ povoar ante elles e muitos inocentes se salvarã no que R.M.

## ANEXO I

*Certidão referente a uma questão por causa dos limites da capitania de João de Barros, no Brasil (1564).*

Arquivo da Torre do Tombo. Documentos do códice nº 2664.

In: BAIÃO, Antônio (dir. do Arquivo da Torre do Tombo). *Documentos inéditos sobre João de Barros...* Coimbra: Imprensa da Universidade, 1917. p. 140.

Sajbaham quatos heste histromento De sertydão cõ ho trelledo de hu artigo de hua pjtção e hu requyRymeto e cõ o trelhado dos djtos de sertas testemunhas dado e pasado per mãodado e autoRidade de justiça a RequyRim.<sup>to</sup> de parte vjRem q no ano do nacjm.<sup>to</sup> de nosso Sñor.JhuXpo. de myll e quynhentos e sasenta e quatro anos aos três dias do mes de março do dito anno nesta vjlla dos cosmes em Iguareçu na casa do comcelho della estãdo hahy o juiz João ffrz. o velho jujs hordinario na dita vjlla fazemdo audiecia as partes segundo custume paReceo perante helle ãt.º pynhejRo ora estãte nesta villa precuRador abastãte do Sõr joã de bajRos feytor da casa da jndia da cjdade de ljsboa e ReqeReo hao dito juiz dizendo q hele como precuRador q heRa do djto joã De bajRos seu costetuynte por ver q o capytão da jlha de tamaRaca Joã glz. Devasava a capytania de seu costetujnte q nestas partes do brasjll tjnha q cõfromtava cõ a capytanja de dona jsabell de ganboa e o dito joão glz. capytão dava llycença por emteRese a mujtas pessoas q fosem Resgatar a capytanja de seu costetujnte se ter llycença pera jso he elle tiRara djso hu estrom.<sup>to</sup> na dita Jlha de tamaRaca contra helle q lloguo hapresentou pera o Rejno e oRa tjnha nesta Jlha quatro testemunhas pera preguntar q fazjam a bem de sua justiça e sabiam do caso lhe RequeRia q lhas mãodase preguntar nesta Jlha por hu hartjgo cõtjdo na pytjção q na jlha de tamaRaca apresentaRa e lhe fforão pregutadadas as testemunhas q na dita jlha tjnha e cõ seus ditos lhe mãodase pasar hu hestrom.<sup>to</sup> em modo q na jlha tirara [...]

## ANEXO J

*PÚBLICO INSTRUMENTO do sucesso que teve o capitão-mor Manuel de Sousa de Eça na batalha com os franceses na baía de Jurucacoara. (1614).*

AHU-ACL-CU-009 Caixa: 01 Doc.: 00001.

Páginas seguintes

(Transcrição no Anexo L)



















## ANEXO L

*PÚBLICO INSTRUMENTO do sucesso que teve o capitão-mor Manuel de Sousa de Eça na batalha com os franceses na baía de Jurucacoara.*

AHU-ACL-CU-009 Caixa: 01 Doc.: 00001.

Transcrição realizada por Francisco Levi Jucá Sales  
APEC - Maio/Junho de 2009

Páginas seguintes

**Documento:**

1614, Junho, 21  
PÚBLICO INSTRUMENTO do sucesso que teve o capitão-mor Manuel de Sousa de Eça na batalha com os franceses na baía de Jurucacoara  
AHU\_ACL\_CU\_009, Cx. 1, D. 1

**Transcrição Paleográfica**

*A letra deste documento é processal ou processada, cujas características principais são: traçado das letras diluído, tendido e incorreto, seu tamanho muito maior, suas ligaduras mais numerosas, completamente irregular a separação de suas palavras, imperfeição nos seus perfis e confusão de várias de suas letras, tais como o "a" com o "n"; o "d" com o "e", etc. O nome processal ou processada lhe foi dado pelas Reis Católicas de Espanha na sua Carta — Arancel de 3 de Março e 7 de Junho de 1503.*

*A ausência de pontuação me forçou a usar de algumas vírgulas e outros sinais para melhor compreensão na leitura.*

*As maiores dificuldades de leitura se devem às constantes manchas (borrões) e trechos apagados do microfilme.*

**Francisco Levi Jucá Sales**  
APEC - Maio/Junho de 2009

Saibão quantos este publico instrumento  
E passado de hofficio de mim tabellião  
por mandado e autoridade de justiça com  
ho teor de um auto. E ditos de testemu  
nhas que por elles se perguntarão virem  
que no anno do nascimento de Nosso Se  
nhor Jesus Cristo de mill e seissentos e  
quatorze annos ao vinte dias do mes  
de junho do dito anno nesta enseada  
de Jurucacoara, Serqua de Nossa Se  
nhora do Rozario nas pouzadas do  
capitaõ mor Manoel de Souza de Eça  
estando elle ahi prezente rrequeudo  
a mim tabellião ao diamte nome do que  
de meu hofficio fizesse [borrado] e por elle  
perguntasse as testemunhas que me  
pareresse sobre huã [borrado]  
a este porto e enseada de Jurucacoara  
veio em hos dezoito dias [borrado] pre  
zente mes que na pousada [borrado] dês  
te sitio e prezidio quoaay [borrado]  
quarto de lleguoa botou [borrado]  
de duzentos homens em terra em [borrado]  
hos quoaiz veriam mais de huã duzia  
de homens armados de armas bram  
quas e houtros tantos piqueiros  
com hua caixa, pifano e trombeta  
bastarda, capitão, allferes e  
sargento e os mais mosqueteiros e ar  
cabuzeiros e de como ho dito capitão  
mor teve com ho dito inimiguo na  
praia hua escaramussa tendolhe  
encontro com dezoito até vinte homens

[fl. 1 v]

[ilegível] com elle que hos mais  
ficarão na serqua por nam terem hos  
mais delles pollvora nem pellouros  
nem morrão a ver no dito pre  
zidio e arraal ficando em guoarda  
do prezidio por estar algum gentio  
dentro nelle que naquele dia tinham  
desido da serra de que avia sospeita  
e ho dito capitão mor com hos ditos  
soldados esteve brigando com ho  
dito inimigo que tinha seu campo  
formado na praia hobra de huã hora  
has mosquetados e arcabuzadas e  
foram vistos dos soldados do dito pre  
zidio que ficaram em suas guaritas  
e estando alliguns trinta homens  
dos inimigos feridos vendedos levar  
has costas dos quoaais cairão mais de  
huã duzia mortos e depois se virão em  
embarcar e deixarão hum framçes mor  
to dentro de um alegadisso que ao  
depois foi achado com suas armas e por  
falla de pollvora e pellouros não forão  
dando casa ao inimigo e matando  
nelles ate se embarcaram, e de alguns  
pratos de estanho que ho dito capitão mor  
buscou pelo arraal mandou loguo fa  
zer pellouros para ho houtro dia de  
madrugada imaginando que o inimi  
guo tornase a terra pra dar nelle  
querendo desembarcar, e asy de ma  
drugada se foi por com sua gente co  
ho ssesto de pollvora que avia no pre  
zidio esperando ho inimigo e ver

[fl. 2]

se saltava em terra ho quoaal [borrado]  
vela na mesma menha (Framça [ilegível] Maranhão) sem fazer a guoar  
da, e de como ha lingua dos ditos ini  
miguos [ilegível] ahi uns Indios dos que es  
tavam na dita serqua que lea foram  
fallar com elle que elles vinhão a des  
baratar ho dito prezidio e hão em soco  
rro dos do Maranhão e que jaa sabião  
como sua magestade detreminava  
tomallo e por isso vinhão destruir a gem  
te que aqui estava e acodir aos seus.  
Para efeito de se lhe passar instrumento  
e que de tudo eu tabellião aqui por  
tasse minha fee ho que sertefico pa  
sar todo na verdade pello ver e me  
achar presente e de [borrado] este auto  
E que asinei Gonçallo [borrado] Pache  
quo tabellião que ho [borrado] Gonçallo  
de Souza Pachequo\_  
E feito o dito auto como [borrado]  
Eu tabellião com framç [borrado]  
nlo de Moura cabo deescoa [borrado]  
guntamos as testemunhas e [borrado]  
de do dito auto cujos nomes e di [borrado]  
se seguem Gonçallo de Souza Pache  
quo tabelliã que ho escrevy\_  
Vem Jeronimo d'Alboquerque fidalgo  
de geração da casa de sua magestade  
capitão de infantaria que foi neste  
prezidio de Jurucacoara de idade que  
visse ser de virnte annos pouco mais  
hou menos testemunha Jurada aos  
Santos Evangelhos que pelo dito cabo  
d'escoadra lhe foram dados em que pos  
sua Mao direita prometeo dizer verdade

[fl. 2v]

[apagado] costume nada E perguntado  
 elle testemunha pello comtheudo no au  
 to atrás disse elle testemunha que  
 nos dezoito dias do presente mês  
 da huã para as duas horas depois do meio  
 dia estava nesta enseada de Juruca  
 coara huã nau franseza muy fermo  
 za que seria de duzentas toneliadas  
 pouquo mais ou menos E como este  
 prezidio esta setuado na parte donde  
 se não vem [ilegível] estão depois destarem ser  
 tas como foi a de que se tratatando  
 que ho capitão mor Manoel de Souza  
 dessa a vio hordenou vimte e tantos  
 homens que soos hestes hos podião  
 hacompanhar por não aver polivo  
 ra nem pellouro pera mais indo  
 elle testemunha em sua compa  
 nhia e se forão por em huã paragem  
 junto a praia cobrindosse com ho ma  
 to imaginando que ho dito inimigo de  
 zembarcasse nella pera que quoando  
 comesassem a sair em terra dessem  
 nelles mas foram sair mais abaixo  
 em huã ponta aonde botaram hobra  
 de duzentos homens como em a saber  
 couza de doze piqueiros e houtros  
 tantos hou mais armados de ponta e  
 branquo que bem se deixavam ver por  
 virem na diãteira com sua caixa pifa  
 no e trombeta bastarda capitão al  
 feres e sargento cós demais arca  
 buzeiros e mosqueteiros e asy em hor  
 denança vieram marchando pella

[fl. 3]

praia ho que vendo ho dito capitão mor  
 E que nella não podia sair com a sua pe  
 lla pouqua gente que trazia consigo  
 compulsor delle testemunha e dos que  
 com elle estavam se veio regrado pee  
 ante pee lhe que os teve e quem pos  
 to donde pouquo nos podíamos defem  
 der de muitos como so se deo e ally rre  
 partio ho dito capitão mor a dita gem  
 te em duas manguás huã das quoaís  
 entreguou a elle testemunha ficam  
 dosse elle com há houtra e ho inimigo  
 tanto que asy nos vio separou e co  
 mesou a amontoar e comessamos  
 ha escaramiussa eu pela praia e elle  
 pella banda do mato e estivemos  
 emcontro durando [borrado] ho  
 o brado quão hora as mosquetadas e ar  
 cabuzadas ferindolhe [borrado] ata  
 dolhe como forão vistos [borrado]  
 veedados que ficarão nas [borrado] suas  
 guaritas e estâncias e levando [borrado]  
 nas embarcasóis deixando hum [borrado]  
 ente hum juncal por lhe não poder [borrado]  
 ao depois foi achado com suas  
 armas que estão neste corpo de guoarda  
 e por falta de pellouros e polivora  
 não foram dando inimiguos e fazendo  
 lhe mais nojo ao tempo que se retira  
 rão e se forão a embarcar e que he verda  
 de que havia allguns pratos de es  
 tanto que ho dito capitão mor buscou  
 pelo arraal mandou loguo fazer pellou  
 ros pera ao outro dia de madrugada  
 imaginando que o inimigo tornasse

[fl. 3v]

a terra pera dar nelle querendo desembar  
 quar mandando loguo noite huma  
 escoadra de doze homens vigiar a pra  
 ia e de madrugada se foi por com a demais  
 mais gente e resto da polivora e um  
 nição que avia no prezidio embosca  
 da na paragem homde o dito inimiguo  
 havia de dezembarquar per ver se sahia  
 em terra ho quoaill se fez a vella na  
 mesma menhã e se foi na volta do  
 Maranhão sem fazer aguada não se  
 Achando ho dito capitão mor no dito em  
 contro e escaramussa com mais de de  
 zoito ate vimte homens por hos demais  
 ficarem na serqua por não terem polivo  
 ra peillouro nem marrão pello não a ver  
 no arraai e ficarem em guorda da  
 serqua por estar alligum gentio dentro  
 della que ho mesmo dia tinha desido  
 da serra de quem se tinha sospeita e que  
 he verdade que alliguns dos ditos índios  
 disseram a elle testemunha que elles  
 fallaram com ha llinguoa dos ditos ini  
 miguos ho quoaill lhe dissera que ho  
 capitão da dita nao se chamava Curymä  
 pella llinguoa da terra e hião em soco  
 rro dos do Maranhão e que de caminho vi  
 nhão destruir este prezidio e que bem  
 sabião que sua magestade hos queria  
 botar fora della mas que ho nao faria por  
 que tinhão suas fortallezas e muita gem  
 te e povoação já feita e que atrás delles  
 vinha houtro capitão que se chama Foi  
 de Caju no mesmo socorro e emtende elle  
 testemunha pello animo e esforssso que vio

[fl. 4]

no dito capitão mor e com ho que [borrado]  
 hos ditos inimiguos que se sua magestade  
 tiveçe muitos vassalos como elle com  
 quistava muitas terras e all nao disse  
 e assinou com ho dito cabo d'escoadra  
 e eu Gonçallo de Souza taballião que  
 ho escrevy ho capitão Jeronimo d'All  
 boquerque, Framcisquo de Araujo  
 Vem Cristovão Selares fidalguo de Selar  
 de geração da caza imperial, alliferes des  
 te prezidio de Jurucacoara por sua ma  
 gestade, de idade que disse ser de corem  
 ta e tres annos pouquo mais hou menos  
 testemunha Jurada aos Santos Evan  
 gelhos que pello cabo de escoadra Fram  
 cisquo de Araujo lhe foram dados  
 prometeo dizer verdade e ao costume  
 disse nada, e perguntado [borrado]  
 pello conteúdo no auto atras disse  
 que he verdade que aos dezoito dias des  
 te prezemte mes da huã pera as duas  
 horas depois de meio dia [borrado] nes  
 ta emseada de Jurucacoara [borrado] não  
 frameza muy fermosa que seria de  
 duzentas tonelladãs e como [borrado] pré  
 zidio esta situado em parte dõdo se não  
 vem as embarcasois que nelle emtram  
 se não depois de estarem surtas tam  
 to que ho capitão Manoel de Souza  
 d'Essa ha vio hordenou vimte e tam  
 tos solidados que soos hesses ho pó  
 diam acompanhar por não aver pol  
 vorã nem peillouros para hos demais  
 e com elles se foi por em huã para  
 gem jumto há praia cobrindosse com  
 ho mato imaginando que ho inimiguo

[fl. 4v]

desembarcasse nella e comessando a sair em terra desse nelles mas forão sair mais abaixo em huã ponta honde botarão ho bra de duzentos homens a saber: doze py queiros e houtros tamtos hou mais ar mados de ponto em branco que bem se deixavam ver que vinhão na diamteira trazendo caixa, pfano, trombeta bastarda, capitão, allíferes e sargem to e hos mais arcabuzeiros e mos queiteiros e assy em hordenança vi erão marchando pela praia adiamte e vendo ho dito capitão mor que nella não podia sair com a sua pella pouqua gemte que tinha compareser dos ditos soldados se veio retirando pee ante pee ate que teve ho dito inimigo em hum posto donde pouquos se podiam defender de muitos como so se deo e ally repartio a dita gemte em duas mangas huã entregou ao capitão Jeronimo d'Al boquerque que ficandosse elle com a houtra e tanto que o inimigo hos vio repartidos e huns pela praia e houtros pella banda de sima do ma to se parou e se comessou a amontar ho que veio amontar muito comesam do a escaramussa que durou hobra de huã hora nas mosquetadas e arcabu zadas e se virão muitos homens dos inimigos feridos e outros mortos por alliguns soldados que estavam nas guaritas com hos quoaes se forão rretiram do e rrecolhendo has embarcassois deixam do hum delles morto em hum allagadisso que

[fl. 5]

depois foi achado morto com suas armas e que sabe elle testemunha que por falta de polvora e pelouros não foram damdo cassa ao inimigo e matam do nelles ao tempo que se embarcaram pello nam aver no arraal e esse ser ho res peito por [borrado] hos demais solidados não hacompanharão ao dito capitão e juntamente por alliguns de [riscado] [riscado] serem bizonhos e não estarem ex ceritados nas armas e tambem fi carem em guoarda da serqua por nella estar alligum gemtio que no mesmo dia tinha desido da serra da biapava de que se tinha sospeita e que he verdade que de alliguns pratos de estanho que elle testemunha e ho dito capitão mor buscarão pello arr [borrado] pelouros pera ao houtro [borrado] madrugada da por se prezumir que ho inimigo tornasse a terra pera e [borrado] darem nelles ao tempo que quizessem [borrado] em barquar mamdamdo ho dito capitão [borrado] tanto que foi noite huã escoadra [borrado] doze homens a vigiar a praia que elle testemunha por seu mamdando foi [borrado] em suas estansias e hos mandou rrondar e hão houtro dia de madrugada se foi ho dito capitão mor com a demais gem te e rresto da polvora e pelouros e munição que avia no prezidio a para gem homde ho dito inimigo avia dezem barcado esperando que dezembarca sse em terra ho quoll se fez a yella na mesma menhaã e se foi na volta

[fi. 5v]

do Maranhão sem fazer aguada e que all  
gum dos ditos índios que na serqua  
estavam lhe disserão fallavão com há  
llingua dos inimigos ho quoa|| lhe di  
ssera que ho capitão da dita não se cha  
mava Curyma pella llingua da terra  
e que hiam em socorro aos do Maranhão  
e que de caminho vinhão destróir este  
prezidio por em Siara aonde saíram  
em terra e forão a aldeia honde virão  
ho padre saberem que estava aqui  
e que bem sabiam que sua megestade  
hos pertemdia botar fora do Mara  
nhão mas que ho não faria porque  
tinhão suas fortallezas e muita  
gemte e povoação ja feita e  
que atras delles vinha houtra nao  
no mesmo socorro cujo capitão se cha  
mava Fol de Caju e emtende elle tes  
temunha pello esforso e animo que  
vio no dito capitão mor e com que come  
teo ho dito inimigo que se sua mages  
tade quer a muitos vassalos como he lle  
comquistara muitas terras e all não  
disse, e assinou com ho dito cabo de escoa  
Dra, e eu Gonçallo de Souza taballião  
que ho escrevy, ho alliferes Cristovao  
Selares, Framcisquo de Araujo\_  
Vem Balitezar Fernamdes Barreiros SAR  
Gento que foi deste prezidio de Jurucacoa  
ra de idade que disse ser de trimta e sete  
pera quoaarenta annos pouquo mais  
hou menos testemunha jurada aos  
Santos Evangelhos que pello cabo de es

[fi. 6]

quoadra Framcisquo de Araujo de Moura  
lhe foram dados prometeo dizer verda  
de e do costume disse nada\_  
E perguntado elle testemunha pello com  
teudo no auto atras disse elle teste  
munha que hera verdade que aos dezoito  
dias deste prezemte mês da huã para  
has duas horas depois do meio dia emtrou  
nesta emseada e porto de Jurucacoara  
huã não franseza muito fermosa que  
seria de duzentas tonelladas e como  
este prezidio esta situado em parte donde  
se não vem as embarcasois que ne  
ne emirão se não depois de estarem sur  
tas tanto que ho capitão mor Manoel  
de Souza d'Essa ha vio hordenou vimte  
e tantos nomens que [borrado] ho podiam  
acompanhar por não [borrado] pollvora  
nem pelliouros pera hos [borrado] tre hos  
quoaís fol elle testemunha [borrado]  
por em huã paragem junto da praia  
emcobrindosse com ho mato [borrado] come  
dezembarcasem nella pera [borrado] come  
sassem sair em terra desse nelles  
mas forão sair mais abaixo e em huã  
ponta honde botarão hobra de doze  
ou quinze piqueiros e nesses e houtros  
tantos ho mais armados de armas  
brancas hos quoaís se deixavam bem  
ver por virem na diamteira trazendo  
caixa, pifano, trombeta bastarda que  
tendo tocarão e asy traziam capitão,  
alliferes, sargento e hos mais arcabuzeiros  
e mosqueteiros e asy em hordenança vierão

que essa foi a cauza principal por honde  
ho dito capitão mor nam levou mais gem  
te consigu por que se a llevara sem fal  
ta [borrado] muito maior nojo ao inimi  
guo e juntamente ficarem em guoar  
da na serqua por estar nella allgum gem  
tio que no mesmo dia tinha desido da  
serra de que se tinha sospeita e que  
sabe elle testemunha que de allguns  
pratos de estanho que ho dito capitão mor  
buscou no arraial mandou loguo fa  
zer pellouros pera ho houtro dia de ma  
drugada imaginamdo que ho inimi  
go tornasse a serra pera dar nelle ao tem  
pó que desembarcasse mandamdo logo  
ha noite huã escoadra de doze homens  
com suas rrondas a vigiar a praia  
e de madrugada se foi [borrado] mais gemte  
e resto da [borrado] via  
no prezidio por [borrado]  
honde ho dito inimigo [borrado] dantes  
havia desembarcado a ver [borrado] em  
terra ho quoaal se fez a vel [borrado] mês  
ma menhá e se foi na volta [borrado]  
não sem fazer agouada ho que tudo elle  
testemunha vio por que como dito [borrado]  
se achar presemte e acompanhar em tudo  
ao capitão mor e que he verdade que  
allguns índios lhe disserão que  
elles fallarão com a llinguoa dos  
ditos inimigos ho quoaal lhes dissera  
que ho capitão da dita não se chamava  
Curyma pella llinguoa da terra e hiam  
em socorro dos do Maranhão e que avião  
estado em a aldeia de Siara e lhe deram  
novas do padre homde tiverão por novas

[fl.6v]  
marchando pella praia e vemdo ho dito  
capitão mor que nella não tinha remédio  
nem podia sair com a sua pella pouqua  
gemte, polivora e pellouros que tinha  
compareser dos ditos solidados se veio  
retiramdo pee ante pee ate que teve  
hos ditos inimigos em hum posto honde  
pouquos se podiam defender de muitos  
e ally repartio a dita gemte em duas  
manguas hua das quais entregou ao  
capitão Jeronimo d'Alboquerque fi  
candosse elle com ha houtra ho que vem  
do ho inimigo separou e comesou há  
amontoar e ho dito capitão mor com ha  
sua mangua pella parte do mato e há  
houtra pella praia tornarão huma  
escaramussa com ho dito inimigo  
ho quoaal durou hobra de huã hora hou  
mais [borrado] mosquetadas e arcabu  
zadas elle testemunha e houtros  
muitos solidados virão feridos  
[borrado] trinta homens dos inimi  
guos hos quoaal virão levar as costas  
cousa de dez hou doze mortos ao tem  
po que se forão rretirando a embarcar  
deixando mais entre hum alagadisso  
hum morto por lhe não poderem valer  
que ao depois se achou morto com has  
suas armas que ho dito capitão mor  
mandou por neste corpo de guoarda  
e sabe elle testemunha que por fall  
ta de polivora e pellouros não foram  
hos nossos dando cassa ao inimigo  
e matando nelles no tempo que  
se embarcarão pello não aver no arraial

[fl. 7v]

que estava aqui este prezidio e que de Ca  
minho ho vinho deitroir e que bem sa  
bião que sua magestade hos queria botar  
fora do Maranhão mas que o não faria  
porque tinham suas fortalezas e muy  
ta gemte e povoação jaa feita e que  
loguo atrás delles havia de vir hou  
tra não no mesmo socorro cujo capitam  
se chamava Fol de Caju, e emtemde elle  
testemunha pello animo e esforso  
com que vio ao dito capitão mor a come  
ter ao dito inimiguo que se sua magestade  
tiver a muitos vassalos como elle com  
quistara muitas terras, e declarou elle  
testemunha que do emcontro sahio feri  
do de huã pelourada cujo pelouro tem  
ainda no corpo o quoaill he derão estam  
do jumto ao dito capitão mor que He  
ra ho llogar mais periguooso que ally  
havia [borrado] ho dito capitão somem  
te com huã rrodella e huã espada  
nua [borrado] animando aos solidados  
e pedimdo lhe que nenhum fizesse pee  
atras pois aquillo herra homrra sua  
e serviço de sua magestade por quem  
todos tinham hobrigação de morrer  
como fizerão e all não disse, e assinou  
com o dito cabo d'escoadra e eu Gon  
çallo de Souza taballião que ho escrevy,  
Ballezar Fernandes Barreiros, Fram  
cisquo de Araujo \_  
Vem Simão Fernandes Botelho cabo de es  
Coadra deste prezidio de idade que disse  
sser de trinta e seis annos pouquo  
mais hou menos testemunha jurada  
aos Santos Evangelhos que pello dito

[fl. 8]

Cabo de escoadra lhe forão dados prome  
Téo dizer verdade e do costume disse nada  
E perguntado elle testemunha pello com  
teudo no auto atras disse elle testermu  
nha que he verdade que aos dezoito dias  
deste prezente mês de huã pera as duas  
horas depois do meio dia emtrou nesta  
emseada e porto de Jurucacoara huma  
não framseza muito fermosa que seria  
de duzentas tonelladas pouquo mais  
hou menos e como este prezidio e serqua  
esta situado em parte domde se não vem  
has embarcaois que nelle entram se  
não depois de estarem surtas como  
foi ho de que se trata tamto que ho  
capitão mor Manoel de Souza d'Essa  
ha vio hordenou vimte [borrado] que  
so hesses ho podiam acom [borrado] que  
nam havia pollvora nem pelouros pera  
hos demais e [borrado] alliguns  
delles serem bizonhos e que [borrado] estavam  
exercitados nas armas [borrado] hos  
ditos homens se foi ho dito [borrado]  
por em huã paragem jumto a [borrado]  
cobrindosse com ho mato imag [borrado]  
dezembarcasssem nella para que [borrado]  
comesassem a sair em terra dessem NE  
lles mas forão sair mais abaixo em huã  
ponta homde botarão hobra de duzentos  
homens pouquo mais hou menos emtre  
hos quoaais averiam mais de huã duzia  
de homens de armas branquas e houtros  
tamtos de piqueiros trazendo sua cai  
xa, pifanno e trombete bastarda que  
tudo tocarão vimdo marchando pella  
praia adiamte pera homde estava ho dito

[fi. 8v]

capitão mor emboscado com hos demais sol dados em cuja companhia estava tambem elle testemunha e asy mais traziam capitão, allferes e sargento e hos de mais arcabuzeiros e mosqueteiros como tudo bem se deixava ver por che garem muito perto domde elle test! com hos demais estavam e asy em hor denamsa vierão marchando pella pra ia adiamte e vendo ho dito capitam mor que elle não tinha rremedio nem pó dia sair com a sua por não aver abrigo nenhum e pella pouque gemte que com siguo tinha compareser de todos hos ditos soldados se veio rretirando pee ante pee ate que teve hos ditos inimiguos em hum posto honde ho dito capitão mor rrepartio a dita gemte em duas manguas huã que deu ao capy tão Jeronimo d'Alboquerque que foy pella praia ficamosse elle com ha houtra pella banda de sima do ma to ho que vemdo hos inimiguos pararam e se comessou huã escaramussa muyto [ilegível] que duroumais de hua hora has arcabuzadas e mosquetadas na q[uaal] hos nossos ferirão aos inimiguos vinte hou trinta homens e lhe matarão dez hou doze hos quouis forão vis tos cair e llevar as costas ao tempo que se forão rretirando e rrecolhendo há duas lanchas que tinião ao llom guo de terra, deixando mais em terra em hum allagadiso que foi a paragem homde se travou a dita escaramussa hum homem morto que ao houtro dia foi achado com

[fi. 9]

hum mosquete [apagado] ballas e munição e que sabia elle teste munha que por falta de pollvora e pelouros nam foram hos nossos seguido e dando cassa ao inimiguo ao tempo que se foram rretirando e embarcando pello não aver no arraal que foy huma das causas por honde ho dito capitam mor nam levou mais gemte consiguo e junta mente ficarem em guoarda da serqua por estar demtro della alligum gentio que no mesmo dia tinha desido da serra de quem se tinha sospeita e que de alguns pratos de estanho que ho dy to capitam mor buscou pello arraal mamdou logo fazer pelouros [borrado] ho houtro dia de madrugada imaginando que ho inimiguo tornasse [borrado] foi noite mamdou a elle testemunha com ha sua escoadra a vigiar [borrado] temdo e por sua sesta meias [borrado] pra ia que hofferendosse quoa [borrado] za hacodisse ho dito capitão mor ha demais gemte a quoa [tamto] que foy de madrugada e que podia inda mais há noite que ho dia se partio com a demais gemte e rresto da pollvora que no arraal havia a ponta e paragem domde ho inimiguo avia desembarcado esperam do que saisse em terra ho quoa [se] foi há vella na mesma menhã e se foi na volta do Maranhão, e asy mais ho velo dizer de alliguns índios dos que na dita serqua estavam e tiverão falia dos inimiguos

[fl. 9v]

ao tempo que desembarcão que ho capitão da nao se chamava Curimã pella llinguoa da terra e hão em socorro aos do Maranhão e que de caminho vinhão destroir este prezidio, e que em Seara sairão em terra e forão a alidea homde virão ao padre e a houtras pessoas que lhe derão hos synais delle e que bem sabião que sua magestade hos queria botar fora do Maranhão mas que ho não faria porque tinhão suas fortallezas e muita gemte e povoação ja feita e que atras deilles vinha houtra nao tambem em socorro dos do Maranhão e que ho capitão della se chamava Frol de Caju ho que tudo elle testemunha sabe por como dito tem se achar presente em companhia do dito capitão mor homde do sucesso sahio ferido de huã pelloura da estando pegado com elle que hera ho llogar mais perigoso e honde há via há forssa dos pellouros estando ho dito capitão mor muy arriscado por não ter comsiguo mais que huã espada nua e uma rrodella na mão esforssando e animando aos solldados pedimdolhe não fizessem pee atras pois hera homrra sua e serviço de sua magestade por quem todos tinhão hobriguação de morrer, e emtende elle testemunha pello animo e esforssso que vio no dito capitão mor e com que cometeo hos inimiguos que se sua magestade tiver a muitos vassallos como elle conquistara muitas terras

[fl. 10]

e all não disse, e assinou com ho dito cabo de escoadra, e eu Gonçallo de Souza Pa chequo taballião que ho escrevy, Si mão Fernamdes Botelho, Framcisquo de Araujo,  
Vem Mianol Dias Guterrres, cabo de escoadra deste prezidio de idade que disse ser de trinta e quatro annos pera trinta e simquo pouquo mais hou menos, teste munha jurada aos Santos Evangelhos que pello dito cabo de escoadra Framcisco de Araujo lhe forão dados e prometeo dizer vercade e do costume disse nada. E perguntado elle testemunha pello com teudo no auto atras disse elle teste munha que he verdade que aos dezoito dias deste prezente mes [borrado] pera has duas horas depois de meio dia [borrado] tou nes te porto e emseada de Jurucacoara huã nao framsesa muito fermoza que se ria de duzentas tonelladas [borrado] te prezidio esta situado em [borrado] de se não vem as embarcaois que [borrado] ha vio ho capitão mor Mianol de Souza d'Essa hordenou vimtoito homens que soo hesses ho podiao acompanhar por não haver pollvora nem pellouro pera hos demais em cuja companhia foy elle testemunha e com elles se foy por em huã paragem junto a praia co brindosse com ho mato imaginando dezem barcasse o inimiguo nella pera que quoaom do comesassem a sair em terra dessemos nelles mas foram sair mais abaixo em

[fl. 10v]

huma ponta que esta deste prezidio cousa de hum quarto de lleguoa e ahy botarão hobra de duzentos homens emtre hos quouis vierão mais de huã duzia de ho mems vestidos de armas bramquas com py quês, caixa, pifanno e trombeta bastar da que tudo [to]carão ao tempo que vy nhão marchamdo trazendo capy tãõ, alliferes e sargemto seguindo se deixava ver por chegarem muito perto domde elle testemunha com hos demais solidados estavão e hos demais heram mosqueteiros e arca buzeiros e postos todos em hordenam ça vieram marchamdo pella dita praia adlamte comtra a paragem homde ho dito capitão mor e solida dos estavão emboscados e vendolhe que no dita praia não tinha rremedio nem podia sair com a sua pella pou qua gemte que tinha comsiguo e hos sobreditos heram muitos compa resendo sertos solidados se veio rretiram do pee ante pee ate que hos teve em hum posto aonde ho dito capitão mor rrepartio hos ditos homems em duas manguas hua que deu ao capitão Jero nimo d'Alboquerque ficandose elle com há houtra pella parte do ma to e ho sobredito pella praia e tra varam huã escaramussa com o inimy guo de mosquetadas e arcabuzadas que durou cousa de huã hora hou mais na quoa||l|he ferirão e mataram muy tos que foram vistos cair e llevar as costas ao tempo que se foram rretiram

[fl. 11]

que tinhão junto a terra deixando em terra em hum alagadisso hum morto que ao houtro dia foi achado com suas armas, que estão neste corpo de guoarda, que não puderão levar pella pressa que llevavão e que as be elle testemunha que por fall ta da pollvora e pelouros não foy ho dito capitão mor damdo cassa ao inimiguo e matando nelles ao tem po que se embarcarão pello nam haver no arraial que foi huã das partes por honde ho dito capitam mor nam levou mais gemte comsiguo juntamente por ficarem em guoar da da serqua qua avia [borrado] nella que ao mesmo dia tinhão desido da serra de quem se tinha sospeita e que de alguns pratos de estanho que ho dito capitão mor [borrado] pello arraial fez elle testemunha allguns pelouros pera [borrado] dia de madrugada imaginando que ho inimiguo tornasse [borrado] e que tanto que foi noite ho dito capitão mor mamdou hua escoadira de doze homens a vigiar a praia com sinall pera que hofferesendosse allguma cousa acodisse ho dito capitão mor com a demais gemte cuja escoadra elle testemunha com ho alliferes forão por em suas es tamsias e rromdarão de noite e ao houtro dia de madrugada se foy ho dito capitão mor com a demais

[fl. 11v]

gemte e rresto da mais polivora que avia  
no arraial por na paragem honde  
ho inimiguo avia dezembarcado  
pera ver se ssaltaram em terra ho  
quoaill se fez a vella na mesma menhá  
e se foi na vollta do Maranhão sem  
fazer aguoadá e que elle testemunha sabe  
e houvio dizer a alliguns indios que  
fallaram a llimguoa dos ditos  
franseses ao tempo que dezembarca  
rão ho quoaill lhe dissera que ho capy  
tão da dita nao se chamava Curi  
ma pella llimgoa da terra e hiam em so  
corro aos do Maranhão e que estive  
ram na alidea de Siara homde vírao  
ho padre e tiverão noticia do pré  
zidio que aquy estava e que de  
caminho vinhão destruir e que  
bem sabiam que sua magestade hos que  
ria botar fora do Maranhão mas  
que ho não faria porque tinham suas  
fortallezas com muita gemte e  
povoasam jaa feita e que atras delles  
vinha houtra nao tambem em soco  
rro e ho capitão della se chamava  
Frol de Caju, e que emtende elle test<sup>a</sup>  
pello animo e esforço que vio no dito  
capitão mor que se sua magestade  
tinha muitos vassalos como elle  
comquistara muitas terras e all  
nam disse, e assimou com ho dito cabo  
d'escoadra, e eu Gonçallo de Souza ta  
ballião que ho escrevy, Manoel  
Dias Guterres, Francisqu d'Araujo

[fl. 12]

Tirados asy hos ditos testemunhos  
como dito he lloguo pello dito Ca  
pitaomor Manoel de Souza d'Essa  
me foi rrequerido que de meu hofficio  
lhe pasasse estromento por vias  
com ho teor de todos estes autos  
ho quoaill passei concertado e com  
ferido com ho próprio a que se po  
de dar inteira fee e credito como se  
fosse ao original que ficou em meu pó  
der a que me rreporto, e eu Gonça  
lo de Souza Pachequo taballião que  
ho escrevy, ho quoaill ee estromento  
dos ditos de testemunhas, e eu Gon  
çallo Pachequo taballiam  
do publico e judicial [borrado] por  
El Rrey Nosso Senhor [borrado] prezidio  
de Juruquacoara, serqua de Nossa  
Senhora do Rozario [borrado] llados  
do proprio que fico [borrado] poder  
ho que me rreporto do [borrado]  
fiz treslladar bem e fi [borrado]  
sobescrevy e asinei em p [borrado]  
de meu sinall costumado e vai [borrado]  
cousa que duvida fassa. Juruquoa  
quoaara, aos vimte e hum dias do mês  
de Junho de Mill e seiscentos e Ca  
torze annos, pagou nada.

Cristovao Sellares, fidaliguo de Sellar  
de geração da casa imperial, allfe  
res neste prezidio de Juruquoaquoaara  
serqua de Nossa Senhora do Rozario  
costa do Brazil por sua magestade  
[ilegível] serteifico que [ilegível] da sobescrição

[Fl. 12v]

E sinall publico que esta ao pee deste  
estromento He de Gomçallo de Sousa  
Pachequo taballiam publico Judicial  
e notas neste prezidio e serqua  
ho quoaill hoje em dia serve auctual  
mente ho dito hofficio e a seus pa  
peis escryturasse da imteira fee e  
credito e por verdade passey esta  
por mim feita e asinhada em Juru  
quoaquara aos vimte e hum dias  
do mês de junho de Mill e seissem  
tos e catorze annos, Cristovam  
Sellares\_ foi cõsertado este tres  
liado cõ o que me mandou o Guovernador  
Geral deste Estado do Brazill Gaspar de  
Sousa [ilegível] o que me rreporto  
[ilegível] abaixo comigo  
[ilegível] o quoaill me rreporto o L[icencia]do aos  
nove dias do mês de agosto de mill e seis  
centos e catorze annos

Paullo de Sousa

E por mim concertado

Paullo de Sousa

E comiguo comferido

Gonçallo Pachequo escrivão

[fi. 13-em branco]

[fi. 13v]

Estro[men]to que enviou o Capitao  
M[ano]el de Sousa que reside no  
presidio do buraco das tar  
tarugas sobre o successo que  
ahy teve co hos franceses que  
sayrão em terra.

[fi. 14-em branco]